

# anos90

Revista do Programa de Pós-Graduação em História  
v. 23, n. 43, julho de 2016

Organizadores:  
Carla Brandalise  
Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre

Anos 90	Porto Alegre	v. 23	n. 43	p. 1-500	jul. 2016
---------	--------------	-------	-------	----------	-----------



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**Reitor:** Carlos Alexandre Netto

**Diretora do IFCH:** Soraya Maria Vargas Cortes

**Programa de Pós-Graduação em História:**

### COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Benito Bisso Schmidt (Coordenador)

Igor Salomão Teixeira (Coord. Substituto)

Alessander Mário Kerber

Enrique Serra Padrós

Mara Cristina de Campos Rodrigues

Regina Weber

### COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Alessander Mário Kerber (editor)

Carla Brandalise

Igor Salomão Teixeira

Mara Cristina de Matos Rodrigues

### CONSELHO EDITORIAL

Alberto Aggio - *UNESP, Brasil*

Angela Castro Gomes - *CPDOC/FGV e UFF, Brasil*

Barbara Weinstein - *State University of New York, EUA*

Caio Boschi - *PUCMG, Brasil*

Cláudio Batalha - *UNICAMP, Brasil*

Edgar de Decca - *UNICAMP, Brasil*

Eduardo Silva - *Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil*

Fernando Catroga - *Universidade de Coimbra, Portugal*

Hilda Sabato - *Universidad de Buenos Aires, Argentina*

Ignacio Sosa Alvarez - *UNAM, México*

Jeffrey Lesser - *Emory University, EUA*

Jens Hentschke - *University of New Castle, Inglaterra*

John French - *Duke University, EUA*

Jorge Ferreira - *UFF, Brasil*

Jose Pedro Rilla - *Universidad de la República, Uruguai*

Maria Helena Rolim Capelato - *USP, Brasil*

Roger Kittleson - *Williams College, EUA*

Sabina Loriga - *EHESS, França*

### EQUIPE TÉCNICA

Bolsista da revista:

Priscila Menezes

Revisão:

Felipe Cardon e Fernanda Menegotto

Editoração eletrônica:

Frederico Stumpf Demin e Jessé Ramires Lopes

Projeto gráfico:

Núcleo de Informação e Projetos (NIP/IFCH/UFGRS)

Criação da capa:

Frederico Stumpf Demin

Imagem da capa:

Bruno Ortiz

### CORRESPONDÊNCIA

Anos 90

Programa de Pós-Graduação em História – UFGRS

Caixa Postal 15055

Agronomia

CEP 91501-970

Porto Alegre - RS - Brasil

Fone/fax: (51) 3308 6639

E-mail: anos90@ufgrs.br; ppghist@ufgrs.br

Sítio: <http://www.ufgrs.br/ppghist/anos90.htm>

<http://www.seer.ufgrs.br/index.php/anos90/>

APOIO:

PROPEAQ – UFGRS

©2015 Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UFGRS

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFGRS, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História. v. 23, n. 43, Porto Alegre: PPGH, jul. 2016.

E-ISSN 1983-201X

Revista indexada na Latin American Periodical Table of Contents – LAPTOC – e no Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX.

### Publicação semestral

*Pede-se permuta*

*On demande échange*

*We demand exchange*

*Se pide permuta*

# SUMÁRIO

11

## **EDITORIAL**

Alessander Kerber

15

## **APRESENTAÇÃO**

Carla Brandalise

Luiz Alberto Grijó

## **DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA: PROBLEMAS E ESTUDOS**

21

História do Brasil e revisões historiográficas

Maria Helena Rolim Capelato

39

As Políticas Europeias de imigração:  
breve abordagem ao caso português

Isabel Maria Freitas Valente

Maria João Guia

67

A democracia sequestrada:  
mídia e poder no Brasil atual

Luiz Alberto Grijó

Cristianos, maoístas y peronistas. Elementos para una historia comparada de Ação Popular en Brasil y Montoneros en la Argentina  
Esteban Javier Campos 93

*As falas de Jerônimo*: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira  
Larissa Rosa Correa  
Paulo Roberto Ribeiro Fontes 129

História, política e literatura na escrita epistolar de Júlio Cortázar  
Adriane Vidal Costa 153

O partido do Rio Grande: redes de relações, mediação e Revolução de 1930  
Cássia Daiane Macedo da Silveira 179

Fascismo italiano na América Latina: entre romanità e latinità.  
Carla Brandalise 199

*As origens* e o significado do regime republicano: interpretações em disputa  
Rodrigo da Rosa Bordignon 235

## ARTIGOS

Antíoco I, grande como Ciro e Dario, ou a realeza babilônica revisitada: uma abordagem intercultural de três textos régios antigos  
Henrique Modanez de Sant Anna  
Raul Vitor Rodrigues Peixoto 269

*Salve mundi domine, Caesar noster ave!* – Um estudo do *Kaiserhymnus* do Arquipoeta de Colônia  
Vinicius Cesar Dreger de Araujo 285

- 321 Entradas missionárias e processos étnicos na Amazônia: o caso das missões jesuíticas de Maynas (c. 1638-1767)  
Francismar Alex Lopes de Carvalho
- 367 *Evangelische Indianermission: A IECLB e a missão entre os índios*  
Cintia Regia Rodrigues
- 389 *A aurora de um grande feito: a herma a Luiz Gama*  
Petrônio Domingues
- 417 O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso  
Ely Bergo de Carvalho
- 443 El problema de la normalización en tres debates: Historización, *Historikerstreit* y Goldhagen  
Nicholas Rauschenberg

## RESENHA

- 491 MALLIMACI, Fortunado. El mito de la Argentina laica: catolicismo, política y Estado. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2015.  
Eduardo Gusmão de Quadros
- 497 Condições para submissão
- 499 Política Editorial



# CONTENTS

11

## **EDITORIAL**

Alessander Kerber

15

## **INTRODUCTION**

Carla Brandalise

Luiz Alberto Grijó

## **DOSSIER POLITICAL HISTORY: PROBLEMS AND STUDIES**

21

History of Brazil and Historiographical Review

Maria Helena Rolim Capelato

39

The immigration European Policies:  
an approach to the Portuguese case

Isabel Maria Freitas Valente

Maria João Guia

67

Kidnapped democracy:  
media and power in today's Brazil

Luiz Alberto Grijó

Christians, Maoists and Peronists. Elements  
for a comparative history of Aço Popular in Brazil  
and Montoneros in Argentina  
Esteban Javier Campos 93

*The words of Jerônimo*: Workers, unions  
and the historiography of the Brazilian  
Military dictatorship  
Larissa Rosa Correa  
Paulo Roberto Ribeiro Fontes 129

History, politics and literature in Júlio Cortázar's  
epistolary writing  
Adriane Vidal Costa 153

The Rio Grande's party: relationship networks,  
mediation and Revolution of 1930  
Cássia Daiane Macedo da Silveira 179

Italian fascism in Latin America:  
between romanità and latinità.  
Carla Brandalise 199

The *origins* and the republican regime's  
significance: interpretations in dispute  
Rodrigo da Rosa Bordignon 235

## ARTICLES

Antiochus I, as great as Cyrus and Darius,  
or the Babylonian kingship revisited: a cross-  
cultural approach of three ancient Royal texts  
Henrique Modanez de Sant Anna  
Raul Vitor Rodrigues Peixoto 267

Salve mundi domine, Caesar noster ave! –  
study of the Archpoet of Cologne's Kaiserhymnus  
Vinicius Cesar Dreger de Araujo 285

321 Missionary Entradas and Identity Formation  
in Amazonia: The Jesuit Missions of Maynas,  
c. 1638-1767  
Francismar Alex Lopes de Carvalho

367 *Evangelische Indianermission:*  
The IECLB and mission among the indians  
Cintia Regia Rodrigues

389 *The dawn of a great deed:*  
a herma to Luiz Gama  
Petrônio Domingues

417 The Brazilian Forest Code of 1934: the forest  
legislation on disputes over territory, a case study  
Ely Bergo de Carvalho

443 The problem of normalization in three debates:  
Historization, Historikerstreit and Goldhagen  
Nicholas Rauschenberg

## REVIEW

491 MALLIMACI, Fortunado. El mito de la Argentina  
laica: catolicismo, política y Estado. Buenos Aires:  
Capital Intelectual, 2015.  
Eduardo Gusmão de Quadros

497 Norms for Publication

499 Editorial Policy



## Editorial

O número 43 da Revista *Anos 90* é formado pelo dossiê temático *História Política: Problemas e Estudos*, sete artigos avulsos e uma resenha. A chamada para publicação de artigos no dossiê *História Política: Problemas e Estudos* foi lançada em setembro de 2015 e prolongou-se até janeiro de 2016. A importância e volumosa produção na área de História Política certamente contribuiu para o fato de ter havido uma grande quantidade de artigos submetidos, dos quais nove foram aprovados para publicação.

Compõem o dossiê os artigos dos seguintes pesquisadores: doutora Maria Helena Capelato, professora do PPG em História Social da Universidade de São Paulo; doutoras Isabel Maria Freitas Valente e Maria João Guia, professoras da Universidade de Coimbra; doutor Luiz Alberto Grijó, professor do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; doutor Esteban Javier Campos, professor da Universidade de Buenos Aires; doutores Larissa Rosa Correa e Paulo Roberto Ribeiro Fontes, respectivamente professores da PUC-Rio e da Fundação Getúlio Vargas; doutora Adriane Vidal Costa, professora do PPG em História da Universidade Federal de Minas Gerais; doutora Cássia Daiane Macedo da Silveira, professora da Universidade Federal do Pampa; doutora Carla Brandalise, professora do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; doutor Rodrigo da Rosa Bordignon, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os sete artigos avulsos que compõem essa edição da *Anos 90* são escritos pelos seguintes pesquisadores: doutor Henrique Modanez de Sant Anna, professor do PPG em História da UNB, e pelo doutorando <sup>1</sup> Raul Vitor Rodrigues Peixoto, professor do Instituto

---

<sup>1</sup> Com o objetivo de qualificar ainda mais a Revista, a Comissão Editorial da *Anos 90* decidiu, em 2015, que a titulação mínima exigida para submissão de artigos

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; doutor Vinicius Cesar Dreger de Araujo, professor da Universidade Estadual de Montes Claros; doutor Francismar Alex Lopes de Carvalho, pós-doutorando no Departamento de História da América da Universidade de Sevilla e no Departamento de História da Universidade de São Paulo; doutora Cintia Regia Rodrigues, professora da Universidade Regional de Blumenau; doutor Petrônio Domingues, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe; doutor Ely Bergo de Carvalho, professor do PPG em História da Universidade Federal de Minas Gerais; doutor Nicholas Rauschenberg, pesquisador da Universidade de Buenos Aires. Por fim, esta edição apresenta uma resenha escrita pelo doutor Eduardo Gusmão de Quadros, professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás.

Todos os artigos e a resenha foram submetidos à avaliação cega por dois doutores especialistas no tema e, em caso de divergência entre ambos, submetidos à avaliação de um terceiro, conforme as normas da Revista. Gostaria de agradecer aos professores doutores avaliadores que, com a presteza e qualidade dos pareceres emitidos de forma anônima na avaliação dos artigos, permitiram que o nível de excelência da *Anos 90* fosse mantido, assim como a sua periodicidade.

Gostaria de agradecer aos coordenadores do PPG em História da UFRGS, professores doutores Benito Bisso Schmidt e Igor Salomão Teixeira, e à Equipe Editorial da *Anos 90*, composta pelas professoras doutoras Carla Brandalise e Mara Cristina de Matos Rodrigues, pelo professor doutor Igor Salomão Teixeira e por mim, cuja ação executiva permitiu o andamento das diversas atividades da Revista. Gostaria de agradecer aos membros do Conselho Consultivo da Revista, que realizaram alguns dos pareceres e deram sugestões importantes para as decisões tomadas pela Equipe Editorial. Gostaria, ainda, de agradecer ao Núcleo de Criação, Editoração e Revisão da

---

seria a de doutor. Esse artigo, que já estava em avaliação quando foi tomada essa decisão, é o último caso de artigo de doutorando publicado nesta revista. Apesar de a revista *Anos 90* ser muito criteriosa na avaliação dos artigos submetidos e rejeitar muitos deles, ainda assim, há uma grande quantidade de artigos aprovados. Isso faz com que parte dos artigos que não são dossiês não possa ser publicada na edição seguinte à sua aprovação; desse modo, precisam aguardar pelo próximo número.

UFRGS, que cuida da revisão e editoração da revista, em especial a Felipe Raskin Cardon e Frederico Stumpf Demin.

Os recursos para manutenção da *Anos 90* são todos públicos e garantidos a partir da aprovação no edital lançado anualmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP-2016). Gostaria de agradecer, enfim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que disponibiliza esses recursos necessários para o funcionamento da *Anos 90*, bem como para sua disponibilização eletrônica gratuita, através do site da Revista e de diversos indexadores e portais de periódicos. Desejo a todas e a todos boas leituras.

Alessander Kerber  
Editor-Chefe



# Apresentação do dossiê

Carla Brandalise e Luiz Alberto Grijó

A história política, vinculada às relações de poder político-institucionais que permeiam as sociedades e o Estado em suas múltiplas dimensões, renovou-se muito nas últimas décadas, ganhando cada vez mais impulso e importância. Neste dossiê, a revista *Anos 90* abriu-se para contribuições concernentes a recortes temáticos que pudessem se enquadrar nesta área de estudos históricos, tanto para os problemas teóricos e metodológicos enfrentados pelos pesquisadores quanto para os estudos de objetos característicos desse campo de análise. Recebemos diversas contribuições de várias partes do país e do exterior, pelas quais agradecemos aos pesquisadores que se dispuseram a apresentar seus originais a este dossiê. Depois das avaliações realizadas, restaram os nove artigos que se seguem.

Os artigos estão apresentados em uma ordem lógica e cronológica ao mesmo tempo. Assim, o dossiê inicia com a contribuição de Maria Helena Capelato. Em *História do Brasil e revisões historiográficas*, a autora busca refletir sobre questões teóricas e metodológicas a respeito da escrita da história de modo geral e, em particular, sobre os seus usos políticos. Desse modo, o trabalho toma uma dimensão ético-política que traz importantes contribuições para o debate tão atual acerca dos lugares de produção de história, seus usos sociopolíticos e o papel dos profissionais e não profissionais nestas tarefas científicas e/ou culturais.

O segundo texto, das professoras portuguesas Isabel Maria Freitas Valente e Maria João Guia, trata da premente e espinhosa questão das políticas de imigração na União Europeia, centrado no exame da legislação respectiva. Ao mesmo tempo em que procura historiar as contribuições legislativas mais gerais a respeito do tema, ao final, as historiadoras concentram-se na temática propriamente portuguesa.

Luiz Alberto Grijó, por sua vez, aborda as empresas de meios de comunicação brasileiras, traçando um panorama amplo, desde o

período pré-64 até os dias atuais. O artigo explora a transformação paulatina dos meios. Desde a situação anterior, na qual eram espécies de apêndices da luta política mais ampla, até o momento atual, em que sequestraram a democracia em nome de seus próprios valores apresentando-se como protagonistas centrais no jogo político-partidário, inclusive agindo para a deposição da presidenta eleita em 2014.

Esteban Javier Campos, em seu artigo, propõe uma história comparada sobre as práticas e concepções políticas da Ação Popular e dos Montoneros tomando suas semelhanças e suas diferenças. O autor parte da análise desses movimentos a partir de suas origens católicas, suas aproximações com o socialismo e seus redirecionamentos entre linhas maoísta e peronista, em meio a reflexões sobre processos políticos em escala nacional.

Por sua vez, Larissa Rosa Correa e Paulo Roberto Ribeiro Fontes dedicam-se, através da análise da produção historiográfica mais recente sobre os trabalhadores e os movimentos sindicais brasileiros na época da Ditadura Militar (1964-1985), a observar “um certo apagamento” da história e da presença desses extratos sociais e suas organizações de classe na referida literatura. Visam, com isso, a lançar luzes em aspectos e lacunas ainda existentes a propósito do regime instaurado em 1964.

Adriane Vidal Costa procura na “prática epistolar de Júlio Cortazár”, em seu período mais frutífero, os anos de 1960 e 1970, instrumentos de compreensão para a formação de redes de sociabilidades intelectuais; de suas ideias políticas como um escritor engajado, ao mesmo tempo em que visa a recuperar o ambiente cultural de discussão literária e as funções sociais do intelectual em meio à defesa que Cortazár promovia do socialismo e sua condenação das ditaduras militares latino-americanas do momento.

*O partido do Rio Grande: redes de relações, mediação e revolução de 1930*, de Cássia Daiane Macedo da Silveira, discute o papel e a participação dos chamados intelectuais nos acontecimentos que envolveram a Revolução de 1930, especialmente nas articulações que acabaram levando a ela. Cássia centra-se na questão fundamental destes homens de letras como mediadores culturais e sociais e nos efeitos políticos que isso possibilitava, abordando os casos de dois deles: o carioca Rodrigo Otávio Filho e o gaúcho Felipe d’Oliveira.

Carla Brandalise, em seu artigo, remete-se às políticas internacionais da Itália sob o fascismo voltadas para a América Latina na década de 1920. Com efeito, assiste-se nesses anos a um recrutamento dos interesses italianos sobre essa região, a partir do que se estabelece estratégias, pacíficas, de maior inserção econômicas e político-culturais. Para tanto, joga-se com a questão da latinidade intrínseca ao continente e com a perspectiva de que a Itália constitui a verdadeira líder dos povos latinos, dado que se outorga como lócus original e atemporal da romanidade. Suas ambições, portanto, vão para além da maior interação com sua comunidade emigrada.

Rodrigo da Rosa Bordignon, que encerra o dossiê por ser o que aborda o momento cronologicamente mais recuado, analisa as narrativas dos homens de letras, de comentadores, políticos e pensadores do Brasil na virada do século XIX para o XX. Enfoca especificamente a clivagem entre as posições “monarquistas” e “republicanas” a partir da perspectiva não de reificá-las, mas de desvendar os mecanismos que levaram a estas tomadas de posição, os quais ajudam a revelar qual ou quais concepções de política estavam em jogo e sua relação com os critérios de classificação e ordenação sociais e ideológicos e seus modos de legitimação.



DOSSIÊ  
História Política:  
Problemas e Estudos



# História do Brasil e revisões historiográficas

Maria Helena Rolim Capelato\*

**Resumo:** O texto tem como objetivo analisar o significado de revisões historiográficas relacionadas à história do Brasil. As revisões sobre o passado, além de serem motivadas por mudanças de conjuntura histórica ou a partir de reformulações teóricas e metodológicas que ocorrem na área das humanidades, em geral, e da história, em particular, elas também são *fabricadas* a partir de interesses alheios ao campo do conhecimento histórico. Dando ênfase a este segundo aspecto, procuro mostrar como são estabelecidas revisões a partir da construção e reconstrução de memórias históricas, por ocasião das comemorações de datas históricas e através de *usos políticos do passado* motivados por interesses político-partidários.

**Palavras-chave:** Brasil. Historiografia. Revisão histórica.

## Significado das revisões historiográficas

O historiador Marc Bloch definiu a história como “ciência dos homens no tempo” e sublinhou como características implícitas dessa ciência o seu caráter humano e as relações entre passado e presente. Com relação a este último aspecto, chamou a atenção para a importância de se compreender o “presente pelo passado” e o “passado pelo presente”, nunca pelas vias de um trajeto linear, mas levando em conta as rupturas e continuidades. Além disso, salienta que a visão

---

\* Professora Titular do Departamento de História e do PPG em História Social da Universidade de São Paulo – USP. Doutora em História Social e livre-docente em História da América independente pela USP. Bolsista de produtividade 1A do CNPq. E-mail: mhcapelato@terra.com.br.

de um mesmo passado se modifica de acordo com as mudanças de longa, média e curta duração (LE GOFF, 1990, p. 23-24).

O historiador é um homem do seu tempo, as questões próprias de sua época provocam revisões constantes sobre o passado que acabam sugerindo novas questões e novas formas de investigação que resultam na reescrita da história. As revisões ocorrem a partir de mudanças de conjuntura histórica que, por sua vez, sugerem ou estimulam reformulações teóricas e metodológicas do conhecimento histórico.

O revisionismo histórico implica reinterpretar a história. As revisões podem tanto contribuir para modificações das análises sobre um determinado fenômeno ou fato histórico como podem servir para justificar interesses de natureza diversa. No primeiro caso, trata-se de um procedimento acadêmico plenamente aceito que contribui para o avanço do conhecimento do passado; já no segundo, a revisão decorre de intenções alheias ao campo da história, porque não leva em conta os padrões acadêmicos que orientam os procedimentos da investigação histórica e do método histórico e, dependendo dos interesses em pauta, manipula dados/fatos e apresenta interpretação deturpada do passado.

As revisões historiográficas acadêmicas fazem parte das atribuições do historiador. Elas resultam do exame dos fatos ou interpretações de processos históricos sugeridos por motivos diversos: descoberta de novas fontes, questões colocados pelo presente, mudanças de paradigma historiográfico ou alteração de valores, a partir dos quais o passado passa a ser visto ou entendido de forma distinta.

Já o revisionismo motivado por razões alheias ao conhecimento histórico, significa que a história tem sido invocada indevidamente. Este fenômeno tem sido objeto de reflexão e posicionamento por parte dos historiadores de ofício: são questionadas versões construídas, no passado ou no presente, a partir da manipulação das fontes, deturpação de dados e exposição de informações imprecisas e descontextualizadas em relação aos acontecimentos. Esse tipo revisão intencional do passado sucede, frequentemente, por motivações político-partidárias e ocorrem, sobretudo, em contextos marcados por conflitos que provocam exacerbação das emoções.

As versões *comprometidas* sobre o passado tanto podem ser divulgadas através dos meios de comunicação de natureza diversa, como a partir de publicações de livros que expressam versões impactantes ou

pitorescas da história, os quais tendem a se tornar *best-sellers*, ou produzidos com o intuito de angariar adeptos para uma determinada causa.

## Revisões historiográficas: décadas de 1970-1980

Cabe mencionar as décadas de 1970 e 1980 porque foi nessa época que ocorreu a chamada *crise dos paradigmas*, responsável pelas *revisões dos paradigmas* de conhecimento nas ciências sociais. Essa crise resultou das grandes transformações que ocorreram no pós-Segunda Guerra Mundial. Mudanças foram sendo identificadas, não só no plano político-ideológico, mas também no plano cultural e moral. Questionamentos não só a respeito de formas diversas de dominação, incluindo relações de poder, mas também de valores e padrões de comportamento estabelecidos há muito tempo. As decepções com os regimes comunistas vistos, até os anos 1950, como possibilidade de construção de um mundo novo, resultaram numa crise de pensamento relacionada, sobretudo, aos paradigmas marxistas. A revelação dos crimes praticados pelo regime stalinista provocou não só a ruptura de muitos intelectuais/acadêmicos com os Partidos Comunistas, mas também novas formas de interpretar criticamente a sociedade capitalista e as propostas de formas alternativas de ação.

Acontecimentos importantes dos anos 1960 contribuíram muito para a revisão dos paradigmas. A Revolução Cubana, interpretada como novo modelo de revolução socialista, os processos de descolonização que ocorriam em várias partes da África e Ásia, apoiados por movimentos de esquerda de tendências diversas, a organização de movimentos sociais e culturais que se expandiram a partir de maio de 1968, orientados por novas perspectivas e novas propostas.

Todas essas mudanças repercutiram no Brasil que, nesse período, vivia o momento de maior repressão imposta pelo regime ditatorial (os chamados *anos de chumbo*). No entanto, já em meados da década de 1970, quando delineava-se um período de abertura política, não só o contexto externo, mas também a conjuntura interna, possibilitaram o surgimento de discussões e propostas de ação inovadoras.

A exemplo do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, também foram organizados, no Brasil, movimentos sociais voltados

para a defesa das minorias étnicas e de gênero. As ações desses grupos estimularam o interesse de pesquisadores da área das humanidades a refletirem sobre temas relacionados a eles.

Ao longo do processo de redemocratização, foram surgindo movimentos sociais de base que contaram com a presença de operários, apoio de comunidades de bairro, grupos de mulheres, católicos progressistas, produtores culturais, estudantes. Esses movimentos tiveram muita repercussão no meio acadêmico e acabaram incentivando a renovação das análises sobre o movimento operário brasileiro e sobre experiências sociais e culturais que revelavam formas de resistência até então ignoradas pelos pesquisadores.

Além das novas formas de luta social, política e cultural, a renovação do movimento operário foi fundamental no processo de abertura política. Até então controlado pelos sindicatos pelegos, os operários organizados a partir de novas perspectivas de luta construíram um sindicalismo autônomo que foi o embrião do surgimento de um partido operário – o Partido dos Trabalhadores –, fato inédito no Brasil.

A partir desse contexto, pretendo abordar revisões historiográficas que ocorreram na historiografia brasileira entre as últimas décadas do século XX e as primeiras do XXI, relacionando-as com mudanças de paradigmas de análise acadêmica e mudanças de conjuntura histórica no Brasil.

A referência às décadas de 1970-1980 justifica-se porque foi a partir desse período que ocorreram as revisões historiográficas mais significativas. Tais revisões foram motivadas tanto pelas novas perspectivas de análise surgidas no campo das ciências humanas no contexto internacional como por questões suscitadas pelo processo de redemocratização que deu ensejo ao surgimento de novos movimentos sociais, políticos e culturais que despertaram o interesse de historiadores brasileiros a se interessar por *novos temas, novos objetos e novas fontes* de pesquisa.

Foi nesse contexto de transição democrática que as revisões de paradigmas na área das humanidades tiveram início na academia. No campo da história, elas se caracterizaram pela proposta de novas questões, busca de novas fontes até então inexploradas, recursos a novos instrumentos teórico-metodológicos de investigação e referências a bibliografias inéditas que contribuía para as revisões historiográficas;

elas abarcaram tanto os acontecimentos do passado recente como os de épocas longínquas que foram alvo de reinterpretações.

Nos anos 1980, não só os historiadores brasileiros, mas os pesquisadores ligados às humanidades, em geral, identificaram-se com seus pares estrangeiros no que se referia ao questionamento das perspectivas estruturalistas e às interpretações generalizantes, com ênfase nas estruturas econômicas e sociais que ocupavam lugar privilegiado nos estudos históricos até os anos 1960-1970. A transição democrática contribuiu para incentivar pesquisas sobre movimentos sociais, políticos e culturais que vinham ocorrendo no país.

As atenções dos historiadores também se voltaram para questões relacionadas aos movimentos sociais, mas privilegiaram aspectos da história política e da história cultural num período mais recente. Muitas pesquisas revelavam o interesse pelas relações entre política e cultura (cultura política, política cultural), novas formas de poder, significado das representações e imaginários sociais. Pouco a pouco, as grandes sínteses produzidas pela macro-história, nas quais os sujeitos estavam ausentes, cederam lugar para análises mais voltadas para a micro-história, história do cotidiano, história social e história cultural levando em conta as experiências dos trabalhadores, dos atores anônimos, dos subalternos e dos grupos minoritários.

Historiadores ingleses, definidos como marxistas heterodoxos, inspiraram pesquisas novas sobre o movimento operário e revisões sobre as perspectivas metodológicas que embasavam os estudos anteriores. Não só os trabalhadores, mas também outros grupos sociais pertencentes à categoria dos *de baixo*, expressão cunhada pela nova historiografia, foram alvo de pesquisas que procuravam mostrar suas experiências cotidianas, expressões culturais e formas próprias de resistência à dominação.

A repressão, um dos pilares de sustentação do regime ditatorial, foi um tema privilegiado nesse momento da abertura democrática. Os pesquisadores que se preocuparam em refletir sobre formas de poder e controle social recorreram às análises de Michel Foucault na tentativa de compreender as experiências recentes. Os historiadores não só se interessaram por esse aspecto da obra do autor, mas também se valeram de suas contribuições para rever a noção de fato histórico e de “documento”.

A redemocratização do país também colocou em pauta uma discussão importante sobre a relação entre autoritarismo e democracia. Com o propósito de melhor compreender o significado da experiência autoritária recente, pesquisadores voltaram-se para uma experiência similar que ocorrera num passado, não muito distante – o Estado Novo –, que passou a ser objeto de grande interesse dos historiadores pela história das representações e dos imaginários sociais. A ousadia tinha uma justificativa: o estudo do Estado Novo exigia esse tipo de abordagem porque, além da compreensão das ideias autoritárias que davam sustentação ao regime, era preciso levar em conta a propaganda política que destacava o papel do líder em relação às massas, os espetáculos do poder e as imagens do trabalhador como figura central da política estadonovista. As análises dos filósofos Claude Lefort, Cornelius Castoriadis e historiadores como Bronislaw Baczko, René Girard e Peter Burke inspiraram pesquisas sobre representações políticas e imaginários sociais, campo novo na historiografia brasileira.

As revisões historiográficas também foram responsáveis pela ampliação do campo do historiador no que se refere à temporalidade. Até as décadas de 1960-1970, havia uma divisão tácita na área das humanidades, ou seja, as pesquisas sobre temas e acontecimentos que ocorriam a partir dos anos 1930 pertenciam ao *território* dos cientistas sociais (sociólogos e cientistas políticos, sobretudo).

O avanço das pesquisas historiográficas no que se refere ao estudo de períodos históricos mais recentes ocorreu, principalmente, a partir da iniciativa de um grupo de franceses que se dispôs a enfrentar o desafio de estudar a história da França durante a ocupação alemã, com ênfase nas pesquisas sobre a *République de Vichy*, ou seja, a década de 1940.

Os colegas franceses que se dedicaram à pesquisa desse tema, considerado da história recente, criaram o *Institut d'Histoire du Temp Présent* (IHTP), na década de 1980: a partir dessa iniciativa, deram início à constituição de um campo historiográfico singular. Os historiadores que abriram caminho para a aceitação dessa nova corrente historiográfica comentam que houve forte recusa com relação à chamada *história imediata* ou *história do tempo presente*, sob alegação de falta de recuo em relação ao passado e aproximação com o periodismo. No entanto, apesar das resistências, a prática de

pesquisa demonstrou a legitimidade dessa *nova* vertente histórica, construída a partir de bases científicas como as de outras áreas das humanidades. Atualmente, a *história do tempo presente* é reconhecida sem ressalvas e muitos historiadores realizam pesquisas sobre períodos antes considerados fora do campo da história.

No Brasil, muitos historiadores têm se dedicado ao estudo da *história do tempo presente*. Inúmeras pesquisas já foram realizadas sobre o período da ditadura militar e sobre a redemocratização do país.

## **Comemorações de datas históricas e revisões do passado**

Nas comemorações de datas históricas, geralmente acontecem festejos de natureza cívica programados por representantes do poder. Quando referem-se a datas especiais como cinquentenários, centenários, a pompa festiva costuma ser mais intensa.

Nesses momentos de celebração, as revisões historiográficas ganham pouco destaque. Além disso, permanecem ocultas estratégias de poder, artifícios de controle social e interesses de natureza diversa. Portanto, cabe ao pesquisador compreender o sentido político das homenagens e o significado das reconstruções da história operadas a partir dessas efemérides.

Menciono alguns exemplos significativos que permitem mostrar a relação entre revisões da história e festas cívicas.

### **V Centenário da descoberta do Brasil: revisões historiográficas, festas cívicas e manifestações sociais**

Nas comemorações do ano 2000, os festejos tiveram mais impacto do que as revisões historiográficas. No entanto, as lembranças desse passado tão longínquo, também deram ensejo a balanços historiográficos que provocaram reformulações de análises consagradas. Nesse contexto, a tese da intencionalidade, ou não, da *Descoberta* da nova terra ganhou tal ênfase que se passou a questionar a própria nomenclatura, *Descobrimto*. Com a aproximação da data, historiadores e antropólogos publicaram resultados de pesquisas sobre os

indígenas, os primeiros habitantes da *terra brasilis* e também textos referentes à situação atual dos índios no Brasil.

Já nos festejos, a comemoração foi bem distinta. Representantes do poder fizeram discursos que engrandeceram esse fato histórico e enaltecem figuras do passado com as quais procuram se identificar. Nessas ocasiões, as estratégias de poder, os artifícios de controle social e político, os interesses de natureza diversa permanecem ocultos. Cabe ao historiador desvendar o sentido político que envolve essas falas laudatórias, em diferentes momentos históricos e analisar o significado das revisões do passado que elas encerram.

As festas cívicas também dão ensejo à construção e reconstrução de novas formas de representação da história que incluem revisão de memórias coletivas, invenção e reinvenção de identidades nacionais utilizadas como instrumento eficaz para exacerbação de sentimentos patrióticos, sobretudo num contexto de conflitos sociais e luta política intensa (CANDINA, 2002).

Na Comemoração do *V Centenário da Descoberta do Brasil*, não se pode dizer que os conflitos sociais e a luta política permaneceram ocultos. Durante os festejos, ocorreram manifestações de militantes em defesa das causas indígenas que reivindicavam respeito aos direitos dessas minorias, sobretudo em relação às reservas indígenas.

No auge das comemorações, marcadas para o dia 22 de abril, em Porto Seguro, ocorreram fatos inéditos: a réplica de uma das caravelas cabralinas que deveria aportar no local, naufragou. Além do “fiasco” que comprometeu o espetáculo, houve confronto entre policiais, índios pataxós sem-terra e militantes que defendiam suas causas. O fato foi noticiado no jornal *Le Monde* com o título Brasil comemora 500 anos reprimindo índios.

### **Comemorações do Centenário da Independência e o Centenário da República no Brasil**

#### *Centenário da Independência*

O literato Machado de Assis fez um comentário irônico, mas muito pertinente, a um amigo que procurava explicar o significado do acontecimento “Independência do Brasil”. Segundo a versão

do amigo sobre o episódio: “*Houve uma resolução do Príncipe Dom Pedro sobre independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem elle se deu nas margens do celebre ribeiro. Lá se vão páginas dos historiadores*”. (SANDES, 2000, s. p.).

O literato comenta essa explicação nos seguintes termos:

*[...] durante cinquenta e quatro anos ouvi repetir uma coisa que o amigo diz não ter existido. [...] Minha opinião é que a lenda é melhor do que a historia authentica. A lenda resume todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma cousa vaga e anonyma. Tenha paciência o meu ilustrado amigo; é mais summario, mais bonito e mais genérico* (SANDES, 2000, p. 09-21, contracapa).

O comentário *machadiano* ilustra bem a importância das versões históricas fabricadas com o intuito de reforçar o patriotismo da população que participa dos festejos.

Tal sentimento foi muito mais exaltado em 1922, ano da comemoração do “Centenário Independência do Brasil”. No dia sete de Setembro, houve festejos oficiais e paradas militares. A propósito da presença da parada militar no rito comemorativo, cabe lembrar que o antropólogo Roberto DaMatta (1986) referiu-se a esse tipo de comemoração como “festas da ordem”.

O Centenário foi amplamente comemorado. Realizado em meio a uma crise econômica e conflitos políticos, os festejos não deixaram de acontecer. No entanto, a data suscitou novas versões sobre o passado, através das quais foram reelaboradas imagens da nação.

O historiador Noé Freire Sandes (2000) analisou o tema procurando mostrar como foi feita, naquele momento, a releitura do passado acompanhada de ressignificação de imagens e símbolos. Mostra que não só atores políticos, mas também literatos, dramaturgos, pintores, historiadores foram responsáveis pelo redesenho da nacionalidade e dos rumos de seu futuro. Analisou o significado do “Grito do Ipiranga”, gesto de emancipação consagrado através da figura do *Príncipe*, construída através dos pincéis de Pedro Américo no final do século XIX. Essa representação pictórica, agregada ao “[...] projeto de fabricação da memória nacional realizada em meados do século

XIX sob tutela do IHGB (*Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*), foi reelaborada em 1922”.

### *Centenário da República*

As comemorações do *Centenário da Independência*, em 1922, foram intensas: além da festa abrilhantada por muitos convidados estrangeiros, houve congressos, debates, palestras sobre o tema. Nada comparável às comemorações do *Centenário da República*, em 1989. Enquanto, na França, as homenagens à *Marianne* francesa sempre foram grandiosas, repletas de alegorias, o mesmo não aconteceu no Brasil, nem mesmo nos cem anos da República brasileira.

No que se refere às revisões historiográficas, a *República* também não foi revisitada com entusiasmo. Refiro-me, sobretudo, à versão do historiador José Murilo de Carvalho exposta no livro *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (1989). Como o próprio título indica, o acontecimento foi apresentado ao leitor pela negativa.

A referência aos “bestializados” foi retirada de uma frase do propagandista da República, Aristides Lobo, que manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo o autor do comentário, o povo, ao invés de ter sido protagonista dos acontecimentos, assistiu a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar. José Murilo de Carvalho interpretou essa menção à ausência de participação popular, como um dado explicativo para o frágil exercício da cidadania no Brasil.

A partir dessa constatação, José Murilo propôs-se a analisar o problema de relacionamento entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político, o cidadão e a própria atividade política. Ao concluir sua análise afirmou: “Nossa República [...] se consolidou sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo. [...] O peso das tradições escravista e colonial obstruía o desenvolvimento das liberdades civis [...]”. A partir dessa constatação, concluiu: “Na República que não era, a cidade não tinha cidadão” (CARVALHO, 1989, p. 09-10, p. 161-162).

## Da *Velha República* à República de 1951: releituras do passado

Dando um salto histórico de várias décadas, remeto o leitor à década de 1930. Os vencedores da *Revolução de 1930* festejaram o advento de uma nova era na história do Brasil a partir da derrota da *Velha República*. Essa denominação acabou sendo incorporada por historiadores e até hoje é utilizada, embora o termo já tenha sido objeto de desconstrução a partir das revisões historiográficas sobre o período.

Após o golpe de 1937, que instaurou o chamado *Estado Novo*, a memória da *Velha República* não só foi desqualificada, como foi revista e apresentada de forma negativa nos compêndios escolares. Nesse contexto, o *Império* passou a ser reverenciado e lembrado como o período no qual foram construídos os alicerces da *Grande Nação* brasileira.

Durante a ditadura do *Estado Novo*, a figura de Getúlio Vargas ganhou nova roupagem. Reelaborada a partir da máquina de propaganda política, a imagem do grande líder foi construída a partir do modelo de ditadores que atuaram em outros países, nessa mesma época.

Além de epítetos como “pai dos pobres” e “salvador da pátria”, foram atribuídos a Vargas poderes excepcionais e até mesmo sobrenaturais que lhe permitiram “[...] consolidar a ordem, a unidade material e espiritual”. Segundo um dos seus apologistas, Leopoldo Perez (1944), o Chefe do Estado Novo conseguira mudar o rumo da história, tarefa que só os homens “semideuses” eram capazes de realizar.

Os referidos epítetos atribuídos a Vargas nesse período deixaram marcas profundas na memória nacional. Restaurada a República, em 1945, o *grande líder* perdeu o poder, mas sua aura continuou intacta.

Ao retornar à cena política, em 1951, outro de seus admiradores – Luiz Vieira (1951) –, publicou um livro no qual estabelecia uma comparação entre o “[...] grande engenho do Mestre Divino [...] com o humano engenho de Getúlio Vargas, o homem e o estadista do nosso tempo, predestinado por Deus para, na terra de Santa Cruz, prosseguir nos mesmos cometimentos do divino Rabi.”

Nesse período, o Presidente eleito enfrentou adversários que não mediram esforços para atacá-lo. Na campanha orquestrada pela imprensa comandada pelo líder da *União Democrática Nacional* (UDN) – Carlos Lacerda – todas as armas foram usadas para denegrir

a imagem do Presidente, trazendo à tona, incessantemente, a memória do passado recente para relembrar sua atuação como ditador. O desfecho dessa luta política, uma das mais violentas da história do Brasil República, foi o suicídio de Getúlio Vargas. No entanto, a morte do líder, ao invés de ofuscar a sua memória, contribuiu para a sua perpetuação. Em sua famosa *Carta Testamento*, Vargas afirmou: “[...] saio da vida para entrar na história”. Assim disse e assim se fez: não se pode negar que na história política do Brasil, a memória de nenhum líder político permanece tão viva no imaginário popular.

### **Cinquentenário do golpe de 1964: revisões historiográficas**

No caso da história política brasileira mais recente, revisões historiográficas importantes foram propostas por ocasião das *comemorações* do cinquentenário do *golpe de 1964*. As datas comemorativas de eventos históricos importantes sempre estimulam os historiadores a revisitar o passado: foi o que aconteceu, no Brasil, em 2014.

Em 2014, muitos eventos foram realizados para debater o tema. Além da organização de Congressos em várias partes do país, muitos textos foram publicados sobre os antecedentes do golpe e sobre o *31 de março de 1964*, que marcou um momento de ruptura muito importante na história política do Brasil. O cinquentenário inspirou ampla revisão histórica sobre esse passado a partir de uma perspectiva acadêmica.

Segundo o historiador Marcos Napolitano (2014), que se dedica ao estudo desse período, ou seja, da “história do tempo presente” no Brasil, muitas perguntas ainda estavam à espera de resposta dos historiadores dispostos a revisar o golpe de 1964 e o regime decorrente dele, que permitiriam uma compreensão mais apurada acerca do desfecho da crise política. Nesse sentido, propôs uma nova pauta historiográfica capaz de explicar os motivos que levaram ao golpe, a dinâmica política do novo regime e a memória produzida pelos protagonistas dessa história, procurando responder, a partir de outro patamar de análise, questões como: inevitabilidade do golpe ou “opção” política

dos atores? Crise de natureza político-econômica ou conspiração bem sucedida? Dinâmica interna ou intervenção imperialista?

O autor fez observações pertinentes com relação às polaridades explicativas, sobretudo as que se caracterizam pela tentativa de apontar *erros* cometidos pelos atores. Chama a atenção para o fato de que, do ponto de vista historiográfico, temas como “radicalismo dos atores”, “paralisia decisória” e “golpe reativo” assumidos como conceitos explicativos para explicar o golpe de 1964 esfumam pontos ainda obscuros que precisam ser melhor estudados. Conclui sua reflexão advertindo: não é mais possível manter o tom passional e míope na análise do regime, sob pena de julgá-lo ao invés de procurar compreendê-lo.

As revisões sobre o golpe de 1964 e sobre a natureza do regime exigem, como quaisquer outras revisões históricas, reflexões acerca de contradições e conflitos que permeiam a história em todas as épocas.

## Usos políticos do passado

Nos últimos anos, vários historiadores têm se preocupado em refletir sobre esse fenômeno. François Hartog e Jacques Revel publicaram uma coletânea de textos intitulada *Les usages politiques du passé* (2001). Segundo os organizadores da obra, a ideia do livro partiu das seguintes constatações:

- Atenção que os pesquisadores têm dispensado às manipulações da história contemporânea e seu uso para fins propagandísticos, bem como às interpretações simplificadoras da mídia;
- Consciência dos historiadores de que o debate histórico não está mais confinado a um círculo de especialistas.

Os autores comentam que não só os fatos históricos mais recentes, mas também a história de um passado mais antigo, estão sujeitos a uma revisão instrumentalizada para fins de outra natureza que não o conhecimento do passado. Chamam atenção para o fato de que a escola e a mídia, frequentemente, contribuem para ampliar o efeito dessa situação, abdicando, em grande parte, da sua função pedagógica e cultural. Ambos sugerem a necessidade de analisar o

significado e a repercussão das obras caracterizadas pela deformação da história por motivos ideológicos e políticos.

A partir das considerações dos autores, apresento, a seguir, algumas reflexões sobre esse tipo de procedimento com relação ao uso do conceito “populismo” que se transformou num termo pejorativo para questionar políticas de governo e desqualificar os responsáveis por ela: Getúlio Vargas, considerado o líder político mais importante da história política do Brasil, é personagem central nesse processo de revisão do passado com finalidade política. Tanto a memória de Vargas, como seu legado político, permanecem vivos nos imaginários sociais devido aos “usos políticos desse passado” que continuam sendo feitos, tanto com sentido positivo como negativo.

Após a redemocratização do país, depois de vinte anos de ditadura, foram feitas muitas revisões com relação à chamada *Era Vargas*. No centro das disputas sobre o passado, o conceito de populismo ocupa lugar central.

Cabe lembrar que o conceito *populismo* surgiu a partir de teorias construídas por cientistas sociais nas décadas de 1950-1960. A “política populista” foi definida como decorrente de um processo de transição de uma sociedade tradicional para a moderna que produzira o deslocamento da população do campo para a cidade. Como a população oriunda da sociedade tradicional agrária carecia de uma experiência de luta organizada capaz de produzir consciência proletária, ela se tornou massa de manobra do líder populista que, no comando do Estado, pairava acima também da burguesia considerada incapaz de realizar as tarefas que lhe competiam numa sociedade de classes. No que se refere aos aspectos estritamente políticos, a teoria explicava o “fenômeno populista” como uma etapa de passagem da sociedade atrasada e oligárquica para uma sociedade desenvolvida e democrática, o que foi negado pela história.

Nos anos 1980, historiadores que se propuseram a fazer a revisão crítica dessa teoria questionaram a operacionalidade do conceito *populismo* salientando a imprecisão do vocábulo e a multiplicidade heterogênea de fenômenos que ele abarca.

No entanto, mesmo tendo sido posta em xeque a validade do conceito, a palavra *populismo* e seu congêneres *populista* continuaram sendo usados com sentido político. Chamo a atenção para a facilidade com que esse termo deslizou do campo acadêmico para o terreno

político. Revestido de conotação maniqueísta, insere-se no debate político como arma de luta para desqualificação dos adversários. Transformado em peça-chave de um imaginário político, demonstra eficácia pela sua capacidade de reprodução ao longo do tempo.

Em 1954, o termo *populismo* foi amplamente utilizado pelos adversários de Vargas, responsáveis pelo seu suicídio. O mesmo ocorreu em 1964, no golpe que derrubou do poder o seu *herdeiro político*, Jango Goulart.

Muitos anos depois, já nos idos da *Nova República*, ressurgiu o termo *populismo* como arma política usada para justificar um projeto de modernização, inspirado nas teses do neoliberalismo que prometia acabar com a *Era Vargas*, ou seja, com a *política populista*, como declarou, em várias ocasiões, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, defensor do projeto neoliberal.

O cinquentenário da morte de Vargas, em 2004, deu ensejo a polêmicas acirradas em torno do seu legado. O debate ultrapassou os muros da academia e se inseriu nas discussões políticas publicadas e incentivadas pelas mídias. O então Presidente Luis Inácio Lula da Silva foi inserido nesse debate e seus opositores passaram a se referir a ele como *populista*. Nesse caso, o termo tinha o sentido de demagogo, por atender demandas sociais. A memória de Vargas revisitada na atualidade constitui um bom exemplo de *uso político* do passado.

Nesta reconstrução do passado, o herdeiro político de Vargas deixou de ser Jango Goulart e passou a ser o Presidente Lula. Não só políticos da oposição, mas também internautas que manifestam suas opiniões através das redes continuam recuperando a imagem do *populista*.

Menciono alguns exemplos dessa recuperação. Um dos internautas escreveu: “Populismo é a forma de governar como o Lula faz. Utiliza de vários recursos para obter o apoio popular, como distribuir dinheiro com o Bolsa Família”. O caudilho populista cria uma imagem própria de homem de linguajar simples, bombardeia a população com propagandas que exaltam a sua imagem e do seu governo ou desgoverno, toma medidas autoritárias [...]. Outro internauta recriou o conceito: “Populismo significa fazer política com dinheiro do povo, aliciar os menos favorecidos porque é mais fácil angariar votos com pessoas desinformadas, pobres, do que com a classe mais esclarecida”.<sup>1</sup>

Como pode-se notar, os *usos políticos do passado* resultam da apropriação de fatos, termos ou conceitos de outras épocas e os transformam em imagens atemporais que se prestam à desqualificação ou, no limite à destruição do adversário.

Cabe ao historiador analisar o significado e a repercussão das deformações da história por motivos ideológicos ou políticos. Mas, como advertem Hartog e Revel (2001), cabe também levar em conta que mesmo o discurso histórico é passível de uso político, sobretudo quando se trata de histórias do “tempo presente”. Nesse sentido, alertam para o fato de que as fronteiras entre o revisionismo acadêmico e o revisionismo que faz “uso político do passado” são muito fluidas. Portanto, este é o desafio que enfrentam os historiadores que se dispõem a rever aspectos da história do “tempo presente”, principalmente os que estão relacionados à história política de seu país da qual participaram como atores num passado recente.

## Considerações finais

Procurei mostrar neste artigo que a revisão do passado não tem o mesmo sentido para o historiador e do que para os que dele se valem para justificar interesses, de natureza diversa, sobretudo político: nesses casos, trata-se de uso indevido da história, porque não se orienta por procedimentos historiográficos. O mesmo pode-se dizer em relação à memória histórica, objeto e fonte importantes para o historiador, já que ela também é instrumentalizada com finalidades alheias ao conhecimento histórico. Cabe, portanto, ao historiador de ofício essas variáveis do revisionismo histórico e analisar criticamente tais procedimentos.

## HISTORY OF BRAZIL AND HISTORIOGRAPHICAL REVIEW

**Abstract:** This paper aims to analyze the meaning of historiographical revisions related to the history of Brazil. The revisions of the past, besides motivated by historical conjuncture changes or from theoretical and methodological reformulations that occur in the humanities in general and history in particular, they are also *made* from interests outside the field of historical knowledge. Emphasizing this second aspect, I try to show how revisions are built from the construction

and reconstruction of historical memories, on the occasion of the celebrations of historical dates and through *political uses of the past* motivated by partisan political interests.

**Keywords:** Brazil. Historiography. Historiographical revisions.

## Nota

<sup>1</sup> Cf. < <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090311172536AAbkVI3> >. Acesso em: 06 abr. 2016.

## Referências

CANDINA, Azum Palomer. El día interminable. Memoria del 11 de septiembre de 1973 en Chile (1974-1999). In. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid/Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2002. p. 10-47.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (Eds.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Enquête, Editions de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. *Apontamentos para uma revisão crítica sobre o período da ditadura militar*, 2014 (mimeo.).

PEREZ, Leopoldo. *Getúlio Vargas. O homem e o Chefê*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1944.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da Nação. Entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Editora UFG, 2000.

VIEIRA, Luiz. *Getúlio Vargas. Estadista e sociólogo*. Rio de Janeiro: Depto. de Imprensa Nacional, 1951.

Recebido em: 08/04/2016

Aprovado em: 20/05/2016



# As Políticas Europeias de imigração: breve abordagem ao caso português

Isabel Maria Freitas Valente\*  
Maria João Guia\*\*

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é abordar a gênese e evolução das políticas europeias na área da imigração. Num segundo momento, conceder uma ênfase especial à realidade portuguesa, no âmbito da transposição de algumas diretivas comunitárias para o ordenamento jurídico português.

**Palavras-chave:** União Europeia. Políticas Europeias. Migração. Diretivas Comunitárias. Caso Português.

## Introdução

Existe uma convicção largamente difundida segundo a qual a Europa se mantém como “projeto sem margens”, ou seja, a construção europeia continua a ser “uma metamorfose inacabada”, como escreve Edgar Morin (1987, p. 15). Ora, a *Europa* não está acabada, permanecendo um objetivo a alcançar, um “ponto de destinos” (BAUER, 2000).

Neste contexto, convém referir que os desígnios da Europa, no que diz respeito à política de imigração, não foi desde sempre um objetivo harmonizado, apesar de haver uma abordagem que se procurou

---

\* Doutora em Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea, Estudos Internacionais Comparativos) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Investigadora Integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. E-mail: valente.isa@gmail.com.

\*\* Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI. Investigadora do Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra. Email: maria.joao.guia@ij.uc.pt

equilibrar, sobretudo processando a imigração para a Europa de forma legal e combatendo, enquanto prioridade, a imigração irregular.

Relativamente a esta questão, Mário David (2005, p. 27), num texto intitulado *A justiça e os assuntos internos na Constituição Europeia*, refere o seguinte que pensamos valer a pena citar: “São agora objectivos da União Europeia desenvolver uma política de controlo das fronteiras e criar políticas comuns em matéria de asilo e imigração [...]” para melhor proteger as pessoas que procuram refúgio na Europa, por perseguições ou por correrem o risco de sofrerem ofensa no seu país de origem.

O objetivo seria, assim, de construir uma União Europeia aberta e segura, tendo em vista a melhor forma de defender os seus valores fundacionais – Paz, Prosperidade, Solidariedade - que se traduziriam em políticas de cooperação e desenvolvimento económico e social. No entanto, o caminho não tem sido linear e esta construção está ainda a processar-se.

Neste quadro, não deixa de ser importante realçar que, segundo o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), “[...] as políticas em matéria de imigração devem reger-se pelo princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-membros, inclusivamente no plano financeiro.” (artigos 79º e 80º do TFUE).

A urgência traduz-se na construção de um sistema equilibrado de gestão adequada dos fluxos migratórios o que implica, como defende o Parlamento Europeu:

[...] um tratamento justo aos nacionais de países terceiros que residem legalmente nos Estados-membros, aperfeiçoar as medidas de combate à imigração ilegal e promover uma cooperação mais estreita com os países terceiros em todas as áreas. A União Europeia (UE) tem como objetivo desenvolver um nível uniforme de direitos e obrigações para os imigrantes legais, comparável ao dos cidadãos da UE. (PARLAMENTO EUROPEU, 2015, p. 1)

Começaremos este artigo por refletir sobre as políticas de imigração na Europa, em nível macro, revendo vários tratados, acordos e

diretivas nesta matéria. Seguidamente abordamos questões de proteção e acesso à justiça dos imigrantes, refletindo em algumas diretivas objetivamente. Entramos, seguidamente, no debate sobre imigração e irregularidade, centrando-nos no caso português e revendo, passo a passo, as alterações mais significativas em Portugal, no que respeita às sucessivas regularizações extraordinárias de imigrantes. Analisamos o crescimento da população imigrante em Portugal nos últimos cinquenta anos, acompanhando as alterações legislativas que foram sendo introduzidas na legislação portuguesa, à medida que Portugal foi acompanhando as decisões europeias na área da imigração. Por fim, abordamos brevemente a transposição de algumas diretivas para a lei portuguesa, sobretudo a diretiva 2008/115/EU, a conhecida Diretiva do Retorno, que passou a gerir a imigração irregular em nível europeu. Concluímos que Portugal se destaca do panorama europeu, no campo da gestão da imigração, principalmente pela escolha das medidas mais inclusivas dentro do que a soberania partilhada da UE permite.

## **As grandes linhas da política de imigração da União Europeia**

No que concerne à evolução da política de imigração europeia, podem delimitar-se três grandes períodos, apesar de este processo ter iniciado com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão (1997), e impulsionado pelo Conselho Europeu de Tampere, em 1999, são eles:

1. Cooperação intergovernamental, à margem das instituições comunitárias até 1992, assinala-se o Acordo Schengen<sup>1</sup> (1985) e a sua Convenção de Aplicação (1990);
2. Cooperação institucionalizada no seio da UE entre 1992-1997 – refira-se, a título de exemplo, o Ato Único Europeu (1986), criação de um espaço sem fronteiras internas, o Tratado de Maastricht (1992) surge o terceiro pilar da União, constituído pela cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos, prevista no Título VI do Tratado, e o Tratado de Amesterdão (1997), que permitiu a integração do Acervo Schengen na UE;

3. A abordagem comunitária a partir de 1997, com o Tratado de Lisboa, que consagra as bases jurídicas aptas ao estabelecimento de verdadeiras políticas comuns.

Neste pano de fundo, é de todo útil e importante chamar à colação o facto de o Tratado de Amesterdão ter criado bases jurídicas sólidas para o estabelecimento de uma política comum de imigração mediante a execução de programas quinquenais, dos quais se destacam – o *Programa Tampere* (1999-2004) e o *Programa Haia* (2004-2009).

De facto, o Conselho Europeu de Tampere<sup>2</sup> proclama uma conceção de Europa Aberta e Segura, ou seja, a criação de um Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça na União Europeia. Dito de outra forma, não pode haver integração sem liberdade, nem liberdade sem segurança.

Ora, Tampere estimula a estreita ligação entre a União Europeia, os países terceiros<sup>3</sup>, e as organizações internacionais (como o Conselho da Europa, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), as Nações Unidas) em matéria de integração no seio da UE dos nacionais de países terceiros que residam legalmente na UE. A esta luz, pode sublinhar-se que o programa de Tampere propunha a criação de uma política comum em matéria de imigração, um sistema único de direito de asilo, uma zona judiciária europeia e o desenvolvimento da área da justiça europeia.

Neste horizonte, a cimeira de Haia, realizada nos Países Baixos em 2004, seguiu a linha de Tampere e permitiu uma atualização do programa e das etapas a desenvolver em seguida.

Para um melhor esclarecimento desta questão lembre-se que:

[...] desde o seu início, a integração europeia esteve sempre fortemente arraigada num ideal comum de liberdade baseado nos direitos humanos, em instituições democráticas e no primado do direito. Estes valores comuns têm-se revelado necessários para garantir a paz e desenvolver a prosperidade na União Europeia, constituindo ainda uma pedra angular para o alargamento da União (CONSELHO EUROPEU DE TAMPERE, 1999, s.p.)

Recorde-se também que o Conselho Europeu de Sevilha, em 2002, reafirma a intenção de acelerar a aplicação do programa adotado em Tampere, defendendo que é:

[...] vital para a União Europeia e os seus Estados-membros que os fluxos migratórios sejam geridos no respeito do direito, em cooperação com os países de origem e de trânsito desses fluxos. Assim, o Conselho Europeu acolhe com satisfação os resultados obtidos durante o último semestre, nomeadamente o Plano Global de Luta contra a Imigração Ilegal e o Plano de Gestão das Fronteiras Externas, assim como a diretiva que estabelece normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-membros, e convida as próximas Presidências a continuarem a atribuir às questões da migração uma posição privilegiada nos respetivos calendários de trabalho. As medidas tomadas a curto e médio prazo para a gestão conjunta dos fluxos migratórios devem respeitar um bom equilíbrio entre, por um lado, uma política de integração dos imigrantes legalmente estabelecidos e uma política de asilo que respeite as convenções internacionais, principalmente a Convenção de Genebra de 1951, e, por outro lado, uma luta determinada contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos. (CONSELHO EUROPEU DE SEVILHA, 2002, s. p.)

Registre-se ainda que o Conselho Europeu de Salónica, em 2003, reafirmou a necessidade de a União Europeia prosseguir uma política estruturada nestas matérias, com ênfase para a questão da integração dos imigrantes em situação legal.

Por outro lado, os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos; de 2004, na Espanha; e mais recentemente, em Paris e na Bélgica, imprimiram um carácter de urgência de reforço das questões de segurança contribuindo para o prevalectimento de uma orientação defensiva e unilateral no reforço do controle das fronteiras externas e na luta contra a imigração irregular (SAMPAIO, 2014, p. 13). Justifica-se, neste horizonte, lembrar a criação e implementação de uma política de vistos e o estabelecimento de um sistema integrado e reforçado de gestão de fronteiras externas (o Sistema de

Informação de Schengen), no âmbito do qual se destaca a Agência Frontex, criada pelo Regulamento (CE) n. 2007/2004 do Conselho. A referida Agência promove uma abordagem integrada relativamente à gestão das fronteiras. Efetua análises de riscos, elabora programas de formação para guardas de fronteira e realiza investigações. Desempenha, igualmente, um papel mais ativo na cooperação operacional, coordenando operações conjuntas de gestão das fronteiras, organizando operações de regresso (PARLAMENTO EUROPEU, 2016).

Como é sabido, o Tratado de Lisboa (2009) introduziu a codecisão e a votação por maioria qualificada para a adoção de medidas em matéria de imigração legal, bem como uma nova base jurídica com o objetivo de promover medidas de integração. Clarifica, ainda, que as competências neste domínio são partilhadas entre os Estados-membros, nomeadamente no que respeita à admissão de imigrantes autorizados a entrar legalmente num determinado Estado-membro, para residirem e procurarem emprego. O artigo 79, n.º 5 do TFUE é disso bem esclarecedor.

Acresce ainda salientar que a *Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade*, adotada, em 2011, pela Comissão Europeia promove o estabelecimento de um quadro geral de princípios e regras para as relações da UE com países terceiros em matéria de imigração. No referido quadro, encontram-se plasmados quatro pilares de atuação: imigração legal e mobilidade; imigração ilegal; tráfico de seres humanos; proteção internacional e política de asilo.

Na sequência da aproximação do termo do fim dos programas *Estocolmo*,<sup>4</sup> adotado em 2009 (e dezembro de 2014), a Comissão adotou uma nova comunicação, em março de 2014, intitulada *Como conseguir uma Europa aberta e segura*. Nessa senda, são definidas as “orientações estratégicas da programação legislativa e operacional no espaço de liberdade, segurança e justiça” para o período de 2014-2020. Essas orientações destacam a necessidade de definir uma abordagem global da imigração legal, a luta contra a imigração irregular e a gestão eficaz das fronteiras.

Não deixa de ser oportuno lembrar que, desde 2008, foram adotadas várias diretivas em matéria de imigração legal e de integração e de gestão da imigração irregular. Assim, ocorre evocar, por exemplo, a Diretiva 2009/50/CE relativa às condições de entrada de

nacionais de países terceiros para emprego altamente qualificado. A designada Diretiva “Autorização Única” – Diretiva 2011/98/UE que define um procedimento comum simplificado para nacionais de países terceiros que apresentem um pedido de autorização de residência ou de trabalho num Estado-membro. A Diretiva 2014/36/ UE que estabelece as condições de entrada e de permanência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal. E a Diretiva 2014/66/ EU relativa às condições de entrada e residência de países terceiros no quadro de transferências dentro de empresas foi adotada em primeiro de maio de 2014. As Diretivas 2014/114/CE e 2005/71/CE aplicáveis a nacionais de países terceiros que procuram ser admitidos na UE para efeitos de estudos ou atividades de investigação foram objeto, em 25 de março de 2013, de uma nova proposta de diretiva no sentido de melhorar os mecanismos legais existentes. (COM (2013) 0151).

Em matéria de integração, destacamos a Diretiva 2003/86/ CE que estabelece disposições relativas ao direito ao reagrupamento familiar, bem como o livro verde publicado, em 2011. Nesse contexto, convém referir que, em 2014, a Comissão publicou uma comunicação com orientações sobre a aplicação da diretiva dirigidas aos Estados-membros. Relembre-se, também, a publicação do Manual para Integração, em 2011, e em julho desse mesmo ano, a adoção da Agenda Europeia para a Integração dos Nacionais de Países terceiros. Em janeiro de 2015, o Fórum sobre a Integração alargou o seu escopo de ação tornando-se Fórum Europeu sobre Migração.

Relativamente à imigração ilegal, destacam-se dois importantes atos legislativos: a Diretiva 2008/115/CE – Diretiva de Retorno, que define as normas e os procedimentos comuns dos Estados-membros para o regresso de cidadãos em irregularidade e a Diretiva 2009/52/ CE, que estabelece as sanções e medidas a serem aplicadas nos Estados-membros contra empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular.

A par destas reflexões, muitas outras podem ser evocadas. Com efeito, a União Europeia é também um espaço de proteção, colocando-nos no plano dos valores ético-políticos postulados pela Carta dos Direitos Fundamentais e no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O direito de asilo<sup>5</sup>, por exemplo, é um dos direitos fundamentais de proteção à sobrevivência dos estrangeiros

consignados nos Direitos Fundamentais dos Estrangeiros, um ato soberano de um determinado Estado (URBANO DE SOUSA, 2004). Passaremos a abordar brevemente aqui a questão do acesso concertado dos imigrantes à Justiça, revendo um exemplo ocorrido em França.

## A Proteção dos imigrantes e o acesso à Justiça

É necessário ponderar que atualmente a Europa se encontra inserida numa geografia comum em que a Justiça não assenta apenas em diretivas transpostas para o direito nacional, mas que deve ter em conta a Lei Internacional e Europeia, o que implica evocar os mais variados diplomas que envolvam Justiça nestes contextos: a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes<sup>6</sup>, a Convenção de 1951 relativa ao estatuto dos Refugiados<sup>7</sup>, o Pacto e Anexo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP)<sup>8</sup> e todos os outros que foram sendo celebrados e implementados. Assim, cruzando as coordenadas ‘migrações’, ‘cidadania’ e ‘justiça’, não podemos deixar de referir que a questão do acesso aos direitos é uma questão de Direitos Humanos que abrangem todos os indivíduos, visto que “[...] saímos da esfera da cidadania como a característica que define o indivíduo que tem o direito de reivindicar Justiça” (GUILD, 2010, s.p.).

Segundo Elspeth Guild (2010), referindo-se a instâncias de cumprimento da Justiça, e a conexões entre migrações e justiça, a conceção de Justiça não se prende unicamente com instituições físicas do Estado, mas também, e sobretudo, com um ideal de Justiça existente para além da Soberania do Estado, Justiça essa instaurada na Comunidade Internacional. Essa conceção é materializada através de instâncias que, à semelhança do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional (TPI), promovem a ideia de Justiça como valor transnacional isento de obrigações geográficas, sobretudo a partir da ideia do fim de “imunidade soberana” (GUILD, 2010). Essa Justiça é reivindicada e exigida pelos cidadãos, de forma ampla e abrangente, tocando todos os que se encontram abrangidos na jurisdição de um Estado. No entanto, ponderando o caso do imigrante que procura aceder à Justiça, enfrentando instituições e

autoridades legais e estatais, verifica-se que este não sente a mesma segurança de acesso à residência, à reunificação familiar, a direitos continuados no campo da atividade económica, o que nos obriga a refletir sobre se sabemos quem são (e não são) os autores e os destinatários dessa Justiça, principalmente se ponderarmos as diferenças entre áreas geográficas e povos (GUILD, 2010).

Elsbeth Guild referiu-se ao exemplo de uma circular emanada do Ministério do Interior de França e divulgada em cinco de agosto de 2010, cujas diretivas implicaram a evacuação de cerca de trezentos acampamentos e a expulsão de cerca de oito mil pessoas, grupos maioritariamente compostos por indivíduos de grupos “Rom” (de nacionalidades romena e búlgara<sup>9</sup>), pelo facto de a lei francesa vigente na altura obrigar os indivíduos a ser titulares de uma autorização de permanência ou de trabalho. Gomes (2014, p. 65) menciona a decisão de 2010 de Nicolas Sarkozy de endurecimento de políticas contra os Rom oriundos dos Balcãs, prometendo “[...] dismantlar num prazo de três meses metade dos acampamentos nómadas ilegais e prometeu pôr na fronteira todos os ‘rom delinquentes’, enviando-os para os países de origem, Roménia e Bulgária (s.p.) [...]”, removendo assim em dez dias “[...] 700 ciganos de França e destruir trezentos dos seiscentos acampamentos ilegais que existiam no país” (GUIA, 2015, p. 77). França foi acusada, na altura, de estar em incumprimento da Diretiva 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2004 (relativa aos direitos dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias de circular e residirem livremente no território dos Estados-membros) e à Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) (e aos princípios de não discriminação baseados em raça, nacionalidade ou etnia) e foi-lhe dado um prazo para alteração da legislação nacional.

Vejam agora no caso português alguns aspetos sobre a gestão da irregularidade e a transposição de diretivas europeias.

## **Imigração e irregularidade – a história do caso português**

A questão política da imigração e da comunicação veiculada nos discursos midiáticos foi relacionada com uma imagem acerca da

criminalidade violenta. Esta confundiu-se com o “negócio da imigração ilegal” e do tráfico de pessoas, mesclada ainda por menções a atividades da criminalidade itinerante e de crime organizado, nomeadamente no que respeita aos assaltos a multibancos, que perpetuam no imaginário coletivo imagens de grupos organizados que vêm de fora,<sup>10</sup> com uma mobilidade que assusta a rotina dos autóctones. No entanto, são os próprios imigrantes desprovidos de direito a regularizar-se quem permanece numa posição de vulnerabilidade: “Nos contextos migratórios, a cidadania marca a distinção entre os membros e os que não pertencem com base nas suas diferentes relações com estados particulares (BAUBÖCK, 2006, p. 15).”

A história da imigração em Portugal, tal como nos outros países do sul da Europa, é relativamente recente, e prende-se essencialmente com o processo de descolonização, com uma primeira vaga oriunda das ex-colónias, nos anos 70 e 80, uma segunda vaga ligada à entrada de Portugal na EU, uma terceira vaga oriunda dos países de Leste num fenómeno transversal a toda a Europa. Atualmente, num quadro de recessão económica, os fluxos migratórios parecem ter entrado em queda (SABINO; ABREU; PEIXOTO, 2010, p. 3).

A relação entre a cidadania e a irregularidade é notória: não tendo acesso a direitos, os indivíduos não nacionais tornam-se invisíveis, diluem-se no espaço, enveredando por vezes por esquemas informais quando não são sujeitos a um regresso ao país de origem. A Diretiva 2008/115/CE do Parlamento e do Conselho, de dezesseis de dezembro de 2008, define, no nº 4º do artº nº 3º, a decisão de regresso da seguinte forma: “[...] uma decisão ou ato administrativo ou judicial que estabeleça ou declare a situação irregular de um nacional de país terceiro e imponha ou declare o dever de regresso”. Regresso é, por sua vez, definido na Lei 29/12, de 09 de agosto, artº 3º, alínea u) como:

[...] o retorno de nacionais de Estados terceiros ao país de origem ou de proveniência decorrente de uma decisão de afastamento ou ao abrigo de acordos de readmissão comunitários ou bilaterais ou de outras Convenções, ou ainda a outro país terceiro de opção do cidadão estrangeiro e no qual seja aceite.

A imagem da imigração em Portugal assume um papel de inicial relevo pelos anos 60, com a emergência de bairros suburbanos em Lisboa, constituídos maioritariamente por cidadãos luso-africanos (ESTEVES, 1991), movimento acompanhado pela saída de portugueses com destinos europeus. Reis et al. (2010, p. 69) apresenta os movimentos de saída de portugueses, balizando o início do séc. XX com a saída de cerca de 35.000 portugueses anualmente, número que abrandou para 9.000 saídas anuais nos anos 30 e 40. Entre 1950 e 1975, a média anual de saída de portugueses aumentou para 50.000, voltando a diminuir para 20.000 emigrantes e aumentando novamente no início do século XXI para médias de 28.000 emigrantes anuais.

A descolonização dos anos 70 implicou a perda da nacionalidade portuguesa a muitos cidadãos das ex-colónias e alargou o alcance de recrutamento de imigrantes laborais a outras áreas geográficas (GOMES, 2014, p. 21; MALHEIROS, 1996, p. 80-81; ESTEVES; MALHEIROS, 1991, p. 37). Por força das sucessivas alterações legislativas, sobretudo nos últimos 25 anos, com a entrada de Portugal na União Europeia e no espaço Schengen, a identificação da categoria de imigrantes foi sofrendo alterações.

Durante a vigência do império colonial português, os cidadãos nascidos nas então províncias ultramarinas (atuais PALOP, Goa, Damão e Diu) e em territórios não autónomos sob administração portuguesa (Timor-Leste e Macau) beneficiavam da titularidade de um cartão de cidadão de província ultramarina, o que lhes permitia obter um passaporte, após uma autorização muito seletiva do Estado que procurava controlar as saídas dos cidadãos nascidos nas províncias ultramarinas. Depois da revolução de 25 de abril de 1974 e antes mesmo que a totalidade das colónias tivesse obtido a independência, a lei da nacionalidade portuguesa e a de cada uma das ex-colónias foi alterada, proporcionando um grande fosso entre territórios outrora tão ligados: Portugal vinculou a obtenção da nacionalidade ao *jus sanguini* e as pátrias recém-declaradas basearam-se no *jus soli* (BAGANHA; GÓIS, 1998; 1999). Estes acontecimentos vieram traduzir-se numa alteração do estatuto de cidadania dos oriundos das ex-províncias ultramarinas, que passaram a ser encarados como estrangeiros, exceto aqueles cujo pai ou avô português tivesse nascido em território nacional. Os anos que mediam entre 1975 e 1980 revelaram-se verdadeiros

tempos de transição do estatuto de cidadania para muitos cidadãos que se encontravam em Portugal e que, por causa das estipulações já mencionadas, perderam o direito à nacionalidade portuguesa: não tendo regressado aos seus países de origem, perderam por completo os seus documentos, passando a viver num limbo de não cidadania que nem os cidadãos não nacionais sentiam.

Entre o início dos anos 80 e a primeira grande regularização extraordinária de cidadãos não nacionais que ocorreu em 1992-1993, o número de cidadãos em situação irregular com origem nesta sequência legislativa e/ou processual aumentou muito, sendo que houve uma transição de cidadania/nacionalidade e, por isso, do seu estatuto em território nacional que os não incluía, na altura, na categoria de estrangeiros.

Apesar de a imigração poder ser encarada como uma questão política (MARTÍN, 2006), acentuou-se o aspeto multicultural no nosso país com o fim das colónias ultramarinas e com a vinda de muitos cidadãos não nacionais, sobretudo de comunidades lusófonas. Os anos 1980 e 1990 conheceram uma diversificação de nacionalidades, com a vigência de programas de regularização extraordinária e, a partir do ano 2000, Portugal conheceu uma nova faceta como país de imigração, após longos anos de emigração que se mantém até aos nossos dias. Aliás, é concebida a hipótese da colocação de Portugal na “semiperiferia da Europa”, pelo facto de ter sido até há pouco tempo um país recetor e distribuidor de migrantes, “[...] placa giratória que distribui e absorve mão-de-obra” (BAGANHA; GÓIS, 1998; 1999, p. 10), dependendo do excesso ou necessidade de mais trabalhadores, num movimento pendular dependente de vários fatores políticos, económicos (entre os quais o agravamento de crises financeiras) e sociais, o que poderá constituir um fator de reforço da emigração portuguesa:

Tal sucederá, com maior probabilidade, se existir maior pressão para a emigração, decorrente de uma deterioração das condições de vida em Portugal, e um menor fluxo de entradas, resultante de um possível “desvio” da imigração para os novos países da UE pós-alargamento e de políticas mais restritivas” (PEIXOTO, 2004, p. 17).

Peixoto (2004, p. 2) procura preencher uma lacuna nos estudos realizados em torno das migrações em território nacional, os quais se têm concentrado fundamentalmente nas entradas, muito embora Portugal tenha sido um país fortemente emigratório desde a década de 1960. Ao contrário do que é veiculado na literatura académica e nos *media*, Portugal não deixou de ser um país de emigração para ser um país de imigração, mantendo ambas facetas, na medida em que os portugueses continuam a abandonar o país, procurando outros destinos com melhores oportunidades de vida, ao mesmo tempo que os imigrantes têm solicitado nacionalidade portuguesa nos últimos anos<sup>11</sup> a um ritmo de cerca de vinte mil por ano,<sup>12</sup> desde 2007 e até 2012. “[...] parece possível argumentar que, na actualidade, existem razões estruturais que levam a que Portugal seja, simultaneamente, um país de emigração e de imigração” (PEIXOTO, 2004, p. 16).

De acordo com João Peixoto (2004, p. 445), os regimes migratórios caracterizam-se por transições suaves e lógicas (apud PEIXOTO, 2004; ZELONSKÝ, 1971) entre fases dominadas pela imigração e fases dominadas pela emigração, transições que respondem aos processos económicos em marcha. Portugal parece destacar-se, entre os Estados-membros da UE, como um país em que as saídas não diminuíram com a adesão ao espaço único, como aconteceu com outros países menos desenvolvidos (PEIXOTO, 2004, p. 3).

Os movimentos socio-histórico-políticos dos últimos cinquenta anos repercutiram-se na forma como os cidadãos não nacionais têm vindo a ser recebidos e inseridos na sociedade, da mesma forma que a sua própria identidade e seu estatuto têm sofrido diversas metamorfoses, à medida que a representatividade de não nacionais no país tem vindo a aumentar. Passaremos agora a analisar, em pormenor, as entradas de imigrantes em Portugal nos últimos cinquenta anos.

### **Imigração em Portugal: alterações significativas dos últimos trinta anos**

Até meados da década de 1970, os imigrantes eram numericamente pouco significativos em Portugal. O Censo de 1960 registra a presença de 29.000 estrangeiros a residir no país (BAGANHA;

MARQUES, 2001; GUIA, 2008, p. 22). A população estrangeira que reside em Portugal tem vindo a aumentar nas últimas décadas, chegando a duplicar em dez anos (entre 1981 e 1992), como se pode observar na tabela n. 1. Também as nacionalidades de origem e os perfis sociodemográficos se alteraram substancialmente ao longo destes anos, o que indicia uma “[...] complexificação progressiva da composição da população estrangeira em Portugal” (BAGANHA; MARQUES, 2001, p. 143). Refira-se, ainda, o rápido aumento da percentagem de população estrangeira em Portugal, comparativamente com o lento aumento dos nacionais (GUIA, 2008, p. 23).

**Tabela 1 – População total em Portugal, nacionais e não nacionais, legalmente autorizados, entre 1960 e 2012**

Ano	População Total	Residentes estrangeiros e autorizados a residir em Portugal	% estrangeiros
1960	8 889 392	29 579	0,3%
1970	8 611 110	31 505	0,4%
1981	9 819 054	54 414	0,6%
1992	9 950 029	123 612	1,2%
2001	10 330 774	350 898	3,4%
2002	10 394 669	413 487(1)	4,0%
2003	10 444 592	433 650(1)	4,2%
2004	10 473 050	447 155(1)	4,3%
2005	10 494 672	414 659(2)	4,0%
2006	10 511 988	420 189	4,0%
2007	10 532 588	435 736	4,1%
2008	10 553 339	440 277	4,2%
2009	10 563 014	454 191	4,3%
2010	10 573 479	445 262	4,2%
2011	10 572 721	436 822	4,1%
2012	10 542 398	417 042	4,0%

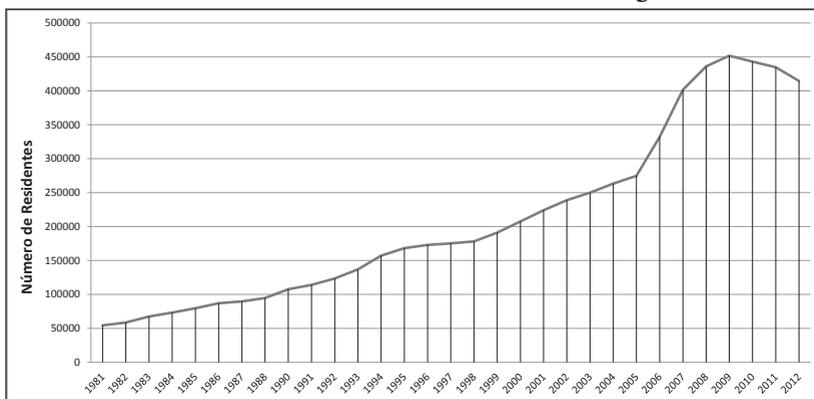
Fonte: INE 2005; Dados estatísticos SEF 2005 (dados provisórios); GUIA, 2008; Estimativas da população residente em Portugal e Eurostat (Population on 1 January 2.4.0-r1-2014-12-11 (PROD)).

1. Estes dados foram obtidos através da soma das autorizações de residência e das autorizações de permanência concedidas
2. Este número foi conseguido através da soma das autorizações de residência em 2005, das autorizações de permanência concedidas e prorrogadas em 2005 e da prorrogação de vistos de longa duração que incluem vistos de trabalho, vistos de estada temporária e vistos de estudo, em 2005 (dados provisórios do SEF)

O fenómeno da imigração para Portugal tornou-se, a partir da década de 1980, cada vez mais visível na sociedade portuguesa, tanto pelo volume como pela incidência territorial e consequências socioeconómicas. Com efeito, apesar de existirem estrangeiros em Portugal há séculos, foi apenas no século XX, especialmente a partir dos referidos anos 1980, que se tornou mais visível esta dupla perspectiva de país de emigrantes e imigrantes (muitos dos quais oriundos dos PALOP), ou seja, um país de regime “misto” (RIFA, 2012, p. 14).

Portugal registrou efetivamente, desde meados do século XX até o início do século XXI, profundas mudanças nos fluxos migratórios, quer em nível quantitativo (conforme se pode depreender da análise do gráfico n. 1, quer em nível qualitativo.

Analisando o gráfico n. 1, verifica-se ter havido um aumento de imigrantes entre 2000 e 2002. No que concerne aos momentos de descida da população portuguesa, de realçar que em 2001, pela primeira vez, Portugal apresentou uma inversão nas estruturas etárias da população, passando o grupo dos idosos a ser mais numeroso do que o dos jovens, acompanhando a redução da natalidade (GUIA, 2015, p. 238).

**Gráfico 1 – Indivíduos não nacionais a residir em Portugal – 1981-2012**

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ([www.sef.pt](http://www.sef.pt)) (GUIA, 2015)

Da análise desse gráfico, podemos inferir da existência de, pelo menos, quatro momentos distintos na imigração em Portugal (o primeiro que poderíamos assinalar desde 1981<sup>13</sup> a 1992, o segundo, de 1992 a 2004, o terceiro, de 2004 a 2009, e o quarto, de 2010 até ao presente). O elevado número de legalizações de imigrantes, efetuadas nas regularizações extraordinárias de 1992/1993 e de 1996, confirma a forte incidência da imigração clandestina, mas também a persistência por longos períodos de tempo em situação irregular (PEDROSO et al., 2014).

Com efeito, a evolução da população não nacional residente em Portugal não pode ser dissociada de alterações legislativas e, designadamente, das regularizações extraordinárias. Para regularizar a situação dos imigrantes em situação irregular, nos anos noventa do século XX, efetuaram-se duas campanhas de legalização extraordinárias, em 1992/1993 e em 1996, em que foram concedidas autorizações de residência a 39.166 e 35.082 cidadãos, respetivamente. Já no início do século XXI, para promover a legalização do elevado número de indivíduos não nacionais a residir ilegalmente no país e para responder às fortes pressões dos *lobbies* da construção civil, obras públicas, da indústria do turismo, entre outras, promulgou-se o Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro, ao abrigo do qual se regularizou a permanência em território nacional de 184.000 trabalhadores imigrantes

com contrato de trabalho, previamente registado no Ministério do Trabalho, entre 2001 e 2003 (BAGANHA, 2005).

O primeiro aumento de população, de 1981 a 1986, resulta maioritariamente da melhoria das condições de vida e da integração de Portugal na UE, da redução progressiva da taxa de mortalidade<sup>14</sup> e do início de uma época de desenvolvimento, tendo havido menos emigrantes a abandonar o país e mais imigrantes a chegar no país (juntamente com o retorno de população das ex-colónias e Europa). Entre 1993 e 2000, são a imigração e as melhores condições de vida que Portugal oferece à população residente, fruto da sua integração na UE, que favorecem o novo crescimento da população.

Em 2011 (segundo o Censos de 2011), a população portuguesa contabilizava 10.561.614 habitantes, tendo aumentado 2% relativamente à década anterior. As razões para tal prendem-se com o envelhecimento da população,<sup>15</sup> com o prolongamento da esperança média de vida (19% da população tem 65 ou mais anos), como também a entrada de cerca de 200.000 imigrantes entre 2001 e 2004. A análise da distribuição geográfica da população não nacional com autorização de residência em Portugal, em 2011, a partir dos dados disponibilizados pelo sítio de estatísticas do SEF<sup>16</sup> (SEFSTAT), permite apenas concluir que quase metade da população não nacional reside no distrito de Lisboa – 43,1% (n=188.259) –, tendo decrescido entre 2009 e 2011 em 0,4%, ou seja, de 196.798 residentes em 2009, para 188.259 em 2011 (PEDROSO et al., 2014).

## **Matizes da transposição de diretivas para a lei portuguesa de estrangeiros**

Da análise da transposição de diretivas, fomos constatando que as medidas mais “penalizadoras” implementadas em Portugal, principalmente por meio de Diretivas europeias, têm-no sido na área da criminalização de comportamentos de quem explora os imigrantes, sobretudo os que se encontram em situação irregular, e não tanto sobre os imigrantes (cuja regulamentação, quando em situação irregular, foi também revista a partir da Diretiva 2008/115/CE do

Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, transposta para a Lei 29/2012, de 9 de agosto):

Estão em causa as situações em que a atividade é praticada de forma reiterada ou recorrente, em condições de trabalho particularmente abusivas. A incriminação agora introduzida tem natureza subsidiária e não prejudica a aplicação de normas referentes a crimes mais graves de tráfico de pessoas, maus tratos, auxílio à imigração ilegal ou angariação de mão-de-obra ilegal. Otimizam-se, assim, os mecanismos de combate às situações de emprego ilegal de cidadãos nacionais de países terceiros na vertente do empregador (LEGISPÉDIA SEF, on line, s.p.).

Verificou-se, ao longo dos anos, em Portugal, um endurecimento das políticas migratórias ao nível da implementação de medidas mais severas de combate à criminalidade, sem contudo verdadeiramente limitar a imigração, diferentemente do que se verifica em outros países (EUA) e Estados-membros (Holanda, França, Itália), que têm vindo a implementar medidas mais restritivas de acesso aos imigrantes.

Com a entrada em vigor da Lei nº 23/07, de 04 de julho (atualizando também a Lei nº 34/94, de 14 de setembro) que transpôs, entre outras, a Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, o período máximo de estadia do cidadão não nacional no Centro de Instalação Temporária não pode ultrapassar os sessenta dias, apesar de a recomendação da Diretiva se alongar à impossibilidade de manutenção do estrangeiro por mais de seis meses. A lei nº 34/94, de 14 de setembro (com a versão dada pela Lei 23/07, de 04 de julho e a nova redação introduzida pela Lei 29/12, de 09/08) estabelecia no artº 3º, nº 2º:

A instalação, sempre que determinada, manter-se-á até à concessão de visto de permanência ou da autorização de residência, ou à execução da decisão da expulsão ou ao reembarque do estrangeiro, não podendo exceder o período de

dois meses, e deve ser judicialmente reapreciada ao fim de cada período de oito dias.

O art. 15, n. 5 da Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo a normas e procedimentos comuns nos Estados-membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular refere: “A detenção mantém-se enquanto se verificarem as condições enunciadas no n. 1 e na medida do necessário para garantir a execução da operação de afastamento. Cada Estado-Membro fixa um prazo limitado de detenção, que não pode exceder os seis meses”.

A Diretiva 2009/52/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, estabelece normas mínimas sobre sanções e medidas contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular, transposta para a Lei 29/2012, de 9 de agosto. A esses, que se encontram em vulnerabilidade, e às vítimas de tráfico de pessoas, as alterações legislativas têm trazido melhores e mais condições de apoio. Contudo, e nos últimos anos, as políticas europeias têm centrado mais a sua atenção na gestão da imigração irregular, legislando o afastamento de indivíduos não nacionais em situação irregular, do que propriamente procurando melhores sistemas de integração dos mesmos, não esquecendo que estes têm sido essenciais no desenvolvimento demográfico de uma Europa envelhecida. Portugal, conforme já mencionado, destaca-se pela diferença neste campo, dando um enfoque positivo à vida dos imigrantes em nível socioeconómico, apesar de seguir a linha europeia de endurecimento das políticas migratórias (JERÓNIMO, 2009). A Lei 29/2012, de 9 de agosto, trouxe uma série de novidades, maioritariamente decorrentes da implementação de Diretivas Europeias. Uma das novas medidas nesta área foi a:

[...] introdução de medidas previstas no II Plano para a Integração dos Imigrantes, que visam clarificar o regime de apoio judiciário às vítimas de tráfico de seres humanos ou de ação de auxílio à imigração ilegal, e a revisão da atual exigência de condenação em processo-crime por violência doméstica para se poder atribuir uma

autorização de residência autónoma a familiares reagrupados que sejam vítimas de tal fenómeno (LEGISPÉDIA SEF , on line, s.p.).

Ainda assim, e segundo Mitsilegas (2012) sublinha, os Estados-membros mantêm o poder de criminalizar desde que o procedimento da Diretiva seja cumprido, ou seja, que os indivíduos sejam devolvidos aos seus países de origem (MITSILEGAS, 2012, p. 110). Ou seja, a imposição de sanções neste campo deve cumprir sempre a lei europeia e a Diretiva de Retorno em especial, cujo escopo parece ser ampliado até em casos em que não parece ser aplicável. Isto levou-o a concluir que é muito pouco provável que a criminalização de entradas ou permanências ilegais a nível nacional (independentemente do Estado-membro) possa ser interpretada sem consideração pela Diretiva, ou que possa ser implementada como um fim em si, tendo que estar sempre ligada ao objetivo do retorno do cidadão não nacional, e exigindo sempre, dessa forma, o respeito pela lei europeia. Em última análise, o autor conclui que o TJE recorre à lei da UE para proteger cidadãos de países terceiros de situações de criminalização abusiva pelos Estados-membros, confirmando que a lei europeia impõe, de facto, limites à lei penal doméstica dos seus Estados-membros (MITSILEGAS, 2012, p. 110).

## Considerações finais

Depois do exposto, podemos inferir, sem sombra de dúvida, que a Europa do século XXI está ainda a construir-se nomeadamente na área das políticas de imigração e de protecção dos Direitos Humanos.

Ora, as políticas de imigração na UE não estão ainda completamente harmonizadas, aliás à semelhança do que acontece noutras áreas do processo de construção europeu, apesar de haver um caminho convergentemente percorrido. Nem sempre a lei e as instituições de acesso à justiça se revelam completa garantia dos indivíduos não nacionais, sobretudo dos oriundos dos países terceiros. Aliás, o que constatamos do breve estudo da transposição de algumas diretivas aqui apresentadas para o caso português é que os Estados-membros, mesmo

partilhando a soberania e estando vinculados às decisões comuns, poderem enveredar por uma maior criminalização ou maior inclusão.

Portugal destaca-se da grande maioria dos outros Estados-membros pela implementação de medidas mais integradoras das diretivas europeias no que concerne a direitos relativos aos imigrantes. A Suécia tem vindo a ser considerada pelo relatório MIPEX<sup>17</sup> o primeiro país mais bem considerado em termos de medidas de integração<sup>18</sup> de imigrantes (tendo recebido a classificação de cem num total de cem pontos). Portugal tem vindo a ser considerado o segundo melhor país neste campo (GUIA, 2015, p. 302). Entre as várias medidas elencadas no relatório MIPEX, destacamos, por exemplo, o direito de um estrangeiro ter acesso grátis a intérprete sempre que se dirige a um médico (independentemente do tempo da sua residência na Suécia), o direito a aulas gratuitas de sueco e a um prémio equivalente a mil dólares americanos assim que os estudos tenham sido completados. 60% dos indivíduos que se encontram atualmente a viver a expensas do Estado Sueco são imigrantes, tendo sido recentemente aprovado o acesso de imigrantes em situação irregular a cuidados de saúde suportados pelo Estado (NEUDING, 2013). A Suécia apresenta uma das taxas de pobreza mais baixas do mundo: apenas 1% da população sueca vive em pobreza, segundo o Eurostat. Portugal tem feito um caminho semelhante e destaca-se pela escolha de políticas mais inclusivas no que concerne aos imigrantes, sendo um caso positivo a destacar nesta área.

#### THE IMMIGRATION EUROPEAN POLICIES: AN APPROACH TO THE PORTUGUESE CASE

**Abstract:** The objective of the current article is to approach the genesis and evolution of European policies on immigration. In a second moment we want to conceive a special emphasis to the Portuguese reality in what concerns the transposition of some European directives to the Portuguese juridical development.

**Keywords:** European Union. European policies. Migration. European Directives. Portuguese case.

## Notas

<sup>1</sup> Relativamente a esta matéria, veja-se, por exemplo o texto de Carlos Coelho que escreve o seguinte: “O primeiro Acordo de Schengen foi celebrado em 14 de junho de 1985, entre os cinco países fundadores (França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos). Numa base intergovernamental, acordaram em suprimir os controlos de identidade nas suas fronteiras comuns. Este acordo criou um território sem fronteiras internas, normalmente designado por Espaço Schengen. Em 19 de junho de 1990, com a assinatura da Convenção de Schengen (que entrou em vigor em 1995), os países signatários definiram as condições de aplicação e as garantias de realização da liberdade de circulação. Desse modo, procederam à abolição dos controlos transfronteiriços nas fronteiras internas (esses controlos poderão ser, excecionalmente, reintroduzidos por decisão de cada Estado-membro, por um período limitado, se se revelarem necessários para a manutenção da ordem pública ou da segurança nacional), e paralelamente foi implementado um conjunto de medidas compensatórias que incluem: uma harmonização da política de vistos para o Espaço Schengen, o estabelecimento de controlos eficazes nas fronteiras externas, o reforço da cooperação entre as suas administrações e serviços de Polícia, Alfândegas e Justiça, e a criação do Sistema de Informação Schengen (SIS). Pouco a pouco, o Espaço Schengen alargou-se. Passou a incluir, em princípio, todos os países da União Europeia, mas com uma participação apenas parcial da Irlanda e do Reino Unido (não participam nos acordos sobre os controlos fronteiriços e os vistos), mais a Islândia e a Noruega (integrantes do Passaporte Nórdico). O Acordo, a Convenção, as regras adotadas com base nestes dois textos e os acordos conexos constituem o chamado «acervo de Schengen»”.

<sup>2</sup> Em 15 e 16 de outubro de 1999, o Conselho Europeu reuniu em sessão extraordinária, em Tampere, para debater o desenvolvimento da União enquanto espaço de liberdade, de segurança e de justiça, utilizando plenamente as possibilidades oferecidas pelo Tratado de Amesterdão.

<sup>3</sup> “Estado terceiro: qualquer Estado que não seja membro da União Europeia nem seja Parte na Convenção de Aplicação ou onde esta não se encontre em aplicação” (Lei 29/12, de 09 de agosto, artº 3º, alínea k).

<sup>4</sup> O Programa de Estocolmo fornece um roteiro para o trabalho da União Europeia (UE) no espaço de justiça, liberdade e segurança para o período entre 2010 e 2014. Este programa sucedeu aos programas plurianuais Tampere e Haia.

<sup>5</sup> Desde 1999, a União tem trabalhado na criação de um Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA). Atualmente a política europeia de asilo é alicerçada nos artigos 67.º, n.º2, e 78.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia; e no Artigo 18.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Tendo por objetivo nodal

a harmonização dos procedimentos de asilo aplicados pelos Estados-membros, através da implementação de um regime de asilo comum destinado a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que necessite de proteção internacional e a garantir a observância do princípio da não repulsão. Cabendo ao Parlamento Europeu e ao Conselho, de acordo com o processo legislativo ordinário, adotar as medidas relativas à criação de um Sistema Europeu de Asilo.

<sup>6</sup> Adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1984.

<sup>7</sup> Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950.

<sup>8</sup> Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação aprovado pelo Decreto nº 592 – de 6 de julho de 1992.

<sup>9</sup> Ainda que estes dois países tivessem integrado a UE a 1 de junho de 2007.

<sup>10</sup> Os africanos, ucranianos e brasileiros são sempre mencionados na comunicação social como ligados a estas práticas.

<sup>11</sup> “A quarta alteração à Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, que altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro) ampliou o conceito de residência legal no território português para efeito de obtenção da nacionalidade (visto ou autorização de residência). O principal impacto foi o aumento substancial do número potencial de estrangeiros podem aceder à nacionalidade portuguesa” (RIFA, 2013, p. 18).

<sup>12</sup> As explicações constantes no RIFA 2013 do SEF apresentam várias destas explicações para a descida da população estrangeira residente em Portugal: “A dinâmica evolutiva da população estrangeira em Portugal evidencia uma consolidação da tendência decrescente no número de estrangeiros residentes em Portugal, totalizando 401.320 cidadãos (diminuição de 3,8%), bem como do número de novos títulos emitidos, num total de 33.246, (decréscimo de 13,7%). Nesse sentido, não será alheio o impacto da receção de 30.130 pedidos no âmbito da atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa [...], a alteração de fluxos migratórios e o impacto da atual crise económica no mercado laboral” (RIFA, 2013, p. 9-10).

<sup>13</sup> Apesar de o marco poder fixar-se pelo ano de 1975.

<sup>14</sup> Apesar de Portugal apresentar a taxa de mortalidade mais alta da UE.

<sup>15</sup> Há 40 anos, a população portuguesa tinha mais jovens do que idosos.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://sefstat.sef.pt/>>

<sup>17</sup> Sendo o MIPEX III o mais atual. Para mais informações, pode consultar-se <http://www.mipex.eu/>

<sup>18</sup> Através da mensuração de 148 parâmetros de políticas de integração.

## Referências

BAGANHA, Maria I.; GÓIS, Pedro. Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 52/53, p. 229-280, 1999.

BAGANHA, Maria I.; MARQUES, José. *Imigração e Política: o Caso Português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2001.

BAGANHA, Maria I. Política de imigração: a regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 73, p. 29-44, 2005.

BAUBÖCK, Rainer. Migration and Citizenship. Legal Status, Rights and Political Participation. *IMISCOE Reports*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006

BAUER, Otto. A Nação. In: *Um Mapa da questão nacional*. BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 45-83.

COELHO, Carlos. Schengen (Acervo, Espaço e Convenção). *Euroogle Dicionários*, 2010. Disponível em: <http://euroogle.com/dicionario.asp?definicao=866>. Acesso em: 9 fev. 2016.

COMISSÃO EUROPEIA. *Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação, de estudos, de intercâmbio de estudantes, de formação remunerada e não remunerada, de voluntariado e de colocação “au pair”*. 2013. Disponível em: <<http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document/COM20130151.do>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

CONSELHO EUROPEU DE SEVILHA. 21 e 22 de junho de 2002. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/omk/omnsapir.so/pv2?PRG=CALDOC&TPV=DEF&FILE=020613&TXTLST=1&POS=1&LASTCHAP=121&SDOCTA=9&Type\\_Doc=FIRST&LANGUE=PT](http://www.europarl.europa.eu/omk/omnsapir.so/pv2?PRG=CALDOC&TPV=DEF&FILE=020613&TXTLST=1&POS=1&LASTCHAP=121&SDOCTA=9&Type_Doc=FIRST&LANGUE=PT). Acesso em: 1 abr. 2016.

CONSELHO EUROPEU DE TAMPERE. *Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Tampere 15 e 16 de Outubro de 1999*. Disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/bg/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/00200-r1.p9.htm](http://www.consilium.europa.eu/bg/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00200-r1.p9.htm). Acesso em: 1 abr. 2016.

DAVID, Mário. A justiça e os assuntos internos na Constituição europeia. *Centro de Informação Europeia Jacques Delors Europa: Novas Fronteiras Espaço de liberdade, segurança e justiça*, nº 16/17, p. 27-33, jul. 2004-jun, 2005. Disponível em: < <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000021545/>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

ESTEVEVES, Alina; MALHEIROS, Jorge. Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas. In: PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís; VAZ, Maria João

(Ed.). *Cidade e metrópole*. Centralidades e marginalidades. Oeiras: Celta Editora, 2001. p. 95-114.

ESTEVES, Maria. *Portugal, país de Imigração*. Lisboa: IED, 1991

GOMES, Sílvia. *Caminhos para a prisão. Uma análise do fenómeno da criminalidade associada a grupos estrangeiros e étnicos em Portugal*. Ribeirão: Edições Húmus, 2014.

GUIA, Maria João. *Imigração e Criminalidade – Caleidoscópio de Imigrantes Reclusos*. Coimbra: Almedina, 2008.

\_\_\_\_\_. *Imigração, ‘Crimigração’ e Crime Violento. Os Reclusos Condenados e as Representações sobre Imigração e Crime*. 2015. Tese (Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no séc. XXI) – Faculdade de Direito, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

GUILD, Elspeth. Justice and Migration. *Metropolis 15<sup>th</sup> International Metropolis Conference*. Haia, Holanda, 2010.

JERÓNIMO, Patrícia. Imigração e minorias em tempo de diálogo intercultural: um olhar sobre Portugal e a União Europeia. *Escola de Direito da Universidade do Minho | ED – Departamento de Ciências Jurídicas Públicas*. Braga: Editorial Scientia & Aris Editorial, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/22923>. Acesso em: 1 de abr. 2015.

LEGISPEDIA SEF. Disponível em: <https://sites.google.com/site/leximigratoria/artigo-1-o--objeto>. Acesso em: 10 maio 2015.

MALHEIROS, Jorge Macaísta. *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

MARTÍN, Javier. La ciudadanía para los inmigrantes: una condición de la Europa democrática y multicultural. *Eikasía*, Oviedo, nº 4, p. 1-19, 2006

MITSILEGAS, Valsamis. The Changing Landscape of the Criminalisation of Migration in Europe. The Protective Function of European Union Law. In: GUIA, Maria João; VAN DER WOUDE, Maartje; VAN DER LEUN, Joanne (Ed.). *Social Control and Justice. Crimmigration in an Age of Fear*. Haia: Eleven International Publishing, 2012. p. 87-114.

MORIN, Edgar. *Penser l'Europe*. Paris: Gallimard, 1987

NEUDING, Paulina. How to Explain the Swedish Riots. *The standard answers of the left are wrong*. Washington, 10 de junho, 2013. Disponível em: <http://www.weeklystandard.com/how-to-explain-the-swedish-riots/article/732055>. Acesso em 10 mar. 2014.

PARLAMENTO EUROPEU. *Fichas técnicas sobre a UE*, 2015.

PARLAMENTO EUROPEU. *Gestão das fronteiras externas*. Fichas técnicas sobre a EU. 2016. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_5.12.4.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.12.4.html). Acesso em: 1 abr. 2016.

PEDROSO, João. *Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em des(construção)*. O caso do acesso ao direito e à justiça da família e das crianças. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/22583/1/Tese\\_Joao%20Pedroso.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/22583/1/Tese_Joao%20Pedroso.pdf). Acesso em: 23 jan. 2015.

PEDROSO, João; GERSÃO, Eliana; FONSECA, Graça; LOURENZO, Isabel; PINTO, Paula; SANTOS, Renato. A Justiça de menores: as crianças entre o risco e o crime. *Relatório do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Vol. 4, 1998.

PEDROSO, João; GUIA, Maria João; SILVA, Vera; RIBEIRO, Joana; BRANCO, Patrícia; CASALEIRO, Paula. *Os sem direitos: a cidadania (limitada) dos imigrantes ilegais e o seu acesso ao direito e à justiça na União Europeia e em Portugal*. Fundação para a Ciência e Tecnologia – PTDC/CPJ-CPO/98508/2008, 2014.

PEIXOTO, João. País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal. *SOCIUS Working Papers*, n. 2, 2004.

PORTUGAL. Lei n.º 34/94, de 14 de setembro de 1994. Define o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária. In: PGDL – Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=301&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=301&tabela=leis). Acesso em: 1 abr. 2016.

REIS, José; PEREIRA, Tiago; TOLDA, João; SERRA, Nuno. *Imigrantes em Portugal. Economia, Sociedade, Pessoas e Território*. Coimbra: Almedina, 2010.

RIFA – *Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo* SEF, 2012. Disponível em: <<http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014

RIFA – *Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo* SEF, 2013. Disponível em: <[http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2013.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SABINO, Catarina; ABREU, Alexandre; PEIXOTO, João. The making of policies of immigration control in Portugal. *Socius Working Papers*, nº 2, 2010.

SAMPAIO, Vera. Uma política Europeia para as migrações?. In: *VIII Congresso de Português de Sociologia. 40 anos de Democracias: progressos, contradições e prospectivas*, 2014. Atas. Lisboa: APS, 2014, p.1-14. Disponível em: <<http://>

[www.aps.pt/viii\\_congresso/VIII\\_ACTAS/VIII\\_COM0934.pdf](http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0934.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2016.

SOUSA SANTOS, Boaventura. La Globalización, los Estados-nación y el Campo Jurídico: de la diáspora jurídica a la ecúmene jurídica?. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (Ed.). *Sociología Jurídica Crítica. Para un nuevo sentido común en el derecho*. Madrid: Trotta, 2009. p. 321-409.

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA. Disponível em: [http://europa.eu/pol/pdf/consolidated-treaties\\_pt.pdf](http://europa.eu/pol/pdf/consolidated-treaties_pt.pdf). Acesso em: 1 abr. 2016.

URBANO DE SOUSA, Constança. Direito de Asilo. *Janus*, 2004. Disponível em: <[http://www.janusonline.pt/2004/2004\\_3\\_3\\_5.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004_3_3_5.html)>. Acesso em: 13 set. 2014.

Recebido em: 20/12/2015  
Aprovado em: 20/04/2016





# A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual

Luiz Alberto Grijó\*

**Resumo:** O artigo busca analisar como se comportaram os meios de comunicação social no Brasil desde a ditadura civil-militar até os dias de hoje. Atrrelados às grandes empresas do setor, o que é atualmente melhor designado por grande mídia, os meios passaram a exercer no mundo social como um todo, em especial em relação às novas condições do fazer política que se abriam com o processo da chamada *abertura democrática*, uma posição central na sociedade e, especialmente, quanto às disputas políticas. De rebocados pela política, passaram a reboca-la, postando-se como guardiães e intérpretes da democracia, emprestando-lhe o sentido que melhor lhes convém.

**Palavras-chave:** Meios de Comunicação. Golpe de estado e mídia. Democracia e mídia.

## Introdução

No final da década de 1970 e início da de 1980, com a crise e iminente dissolução do regime civil-militar implantado desde 1964 no Brasil, abriu-se um leque de possibilidades aos agentes sociais e políticos. Algo novo traçava-se, ao mesmo tempo em que antigas organizações tentavam se reestruturar. O Partido dos Trabalhadores (PT) e o chamado *novo sindicalismo*, o fim da censura oficial, a tentativa de Leonel Brizola e de outros antigos militantes de refundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o retorno ao país dos exilados,

---

\* Professor-Associado do Departamento de História e do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: lgrijó@uol.com.br.

da autonomia das organizações estudantis e da competição eleitoral como forma de seleção principal dos agentes políticos, as discussões sobre a anistia. Não só na sociedade como um todo, mas também em determinados setores, as novas condições implicaram adequação, adaptação, reestruturação. Se as oposições ao regime ditatorial organizaram-se em novos partidos políticos, os seus apoiadores também o fizeram. Se a imprensa de vanguarda, um tanto marginal, mas ativa, teve papel importante no enfrentamento político ao regime que findava, a chamada grande imprensa foi mais ou menos a reboque do que ocorria no resto da sociedade, cumprindo também um papel significativo no processo como um todo.

Assim, dadas as novas condições que estavam sendo criadas, ao mesmo tempo em que o regime anterior ia resistindo a elas e com elas transacionando, o que não impediu que se fosse esboroando e desestruturando, perdendo suas bases de sustentação, ao longo de um processo de mais ou menos dez anos, neste artigo busca-se analisar como se comportaram no período em linhas gerais os meios de comunicação atrelados às grandes empresas do setor, que papel a grande mídia passou a exercer no mundo social como um todo e em relação às novas condições de fazer política que se abriam e, por fim, como este posicionamento foi se consolidando e desdobrando ao longo dos anos até o momento presente.

## **O partido da mídia**

A crise geral que se intensificou nos anos de 2015 e 2016, especialmente como crise político-institucional, permite tomar o momento atual como uma espécie de balizador analítico para se estudar o que o antecedeu e de que modo a situação veio a ser tal qual é. As condições do momento não são tomadas com o objetivo de reificar o presente como o fim de um processo, fim no duplo sentido de finalidade e de término, mas como um referencial privilegiado, um recurso metodológico, pois, como momento de crise profunda, inclusive de ruptura institucional, insta os participantes a tomarem posições, encarnando-as em muitos casos, dentre os pontos de vista em acirrada disputa. Embora frequentemente traumáticas, duras,

sofridas, temerárias e incertas para os envolvidos, crises agudas são muito importantes sob o ponto de vista analítico. Nelas os meios-termos dissipam-se, agentes descem dos muros e se posicionam abertamente, aqueles que se abrigam, ou escondem, sob mantos institucionais acabam revelando de que lado estão e a quais interesses ou senhores servem.

Em 2016, é clara a tomada de posição *en bloc* da grande mídia empresarial brasileira ao lado dos agentes do golpe de estado que se desenrola. No momento da escrita deste artigo, início de maio de 2016, ainda é presidenta da república Dilma Rousseff, mas na mídia já se anuncia e prenuncia o “novo governo” de Michel Temer, seu vice, que deverá assumir caso o processo de *impeachment* que corre no Senado a condene à perda do mandato. É quase unanimidade que o “governo do PT” acabou e que o “novo” já se apronta para assumir. Em um programa de rádio, pôde-se ouvir que o “time de Temer” já se encontra “fardado”, aquecendo à beira do gramado, aguardando para “entrar em campo” (RÁDIO GAÚCHA, 2016). Independentemente do que venha a ocorrer, as posições já estão tomadas, mais ou menos cristalizadas e em confronto. No caso da grande mídia, não só o apoio, mas seu protagonismo no desenrolar do golpe de estado foi ficando cada vez mais claro e explícito.

Em dezessete de abril, um domingo, a Câmara dos Deputados votou pela permissão da abertura do processo de *impeachment* da presidenta, passo decisivo no sentido do desfecho esperado pelos articuladores do golpe: o afastamento de Dilma Rousseff. A imprensa internacional, que já prestava alguma atenção ao que ocorria no Brasil, trouxe para as suas manchetes de capa a situação. Na semana que se iniciava, a rede CNN veiculou uma matéria a respeito. É questionado o motivo pelo qual a presidenta estaria sendo processada, qual teria sido o *crime* que cometera e que justificaria o afastamento cujo processo se abria com a votação do dia dezessete. É mostrada a acusação que embasa a denúncia, as chamadas *pedaladas fiscais*, mas é referido também que Dilma não é acusada pessoalmente de nenhum crime de corrupção ou qualquer outro. A âncora, Christiane Amanpour chama a participação do repórter investigativo ganhador do prêmio Pulitzer, Glenn Greenwald, questionando-o sobre o que estaria no coração deste drama político.

Greenwald, que vive no Brasil com seu companheiro David Miranda, é reconhecidíssimo internacionalmente no meio jornalístico. Além do Pulitzer, ganhou no próprio Brasil o prêmio Esso de jornalismo, sendo o primeiro não brasileiro a recebê-lo (ver seu perfil no sítio de *The Intercept*, 2016). Em outras palavras, em se tratando do meio jornalístico-investigativo internacional, Greenwald é da primeiríssima linha em termos de reconhecimento e consagração inter-pares.

Para Greenwald, “[...] o tom dos procedimentos no Congresso foi extremamente duro, muito feio.” Inclusive com “defensores do *impeachment*” manifestando-se em prol do golpe militar de 1964, apoiando a ditadura e, inclusive, “exaltando torturadores”. Tais “procedimentos horríveis”, que refletem uma “divisão perigosa do país”, foram conduzidos pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, sobre o qual pesam indícios fortíssimos de corrupção, com fortunas em contas na Suíça sem ter os meios lícitos de acumular tais recursos, “[...] a coisa mais surreal que vi em minha profissão de jornalista, que nunca vi em qualquer outro lugar do mundo cobrindo política”. O processo seria conduzido pelos “[...] plutocratas brasileiros, os ricos, que sempre odiaram o PT [...]” e que, não conseguindo derrotá-lo nas urnas e se aproveitando da difícil situação econômica e do descrédito do governo e da “classe política, [...] estão usando estes meios anti-democráticos para fazê-lo”, para “[...] se livrarem do PT”. Por fim, o repórter salienta que a “preocupação” é de que a “[...] intenção dos que querem o *impeachment* [...]” seja apenas alardear “[...] vejam, nos livramos da corrupção”, enquanto que o que efetivamente esperam é que “a pressão da mídia” e a eventual “pressão pública” esvaneçam “junto com a catarse do *impeachment*”. Enfim, os verdadeiros corruptos e corruptores apostam que “[...] as investigações vão acabar [...]”, para que voltem a estar “[...] protegidos” (CNN, 2016).<sup>1</sup>

No dia 21 de abril, o companheiro de Greenwald, David Miranda, publica um artigo no *The Guardian*. Miranda não é jornalista. Brasileiro de nascimento é um ativista político-social. Seu texto é mais direto e explícito, embora essencialmente convirja com as afirmações e avaliações de Greenwald veiculadas pela CNN. Miranda ressalta os dados-chaves do processo, de que o *impeachment* está sendo urdido pelas elites conservadoras, os “plutocratas”, pelos verdadeiros corruptos, como uma forma de assumir o poder

sem precisar de eleições, como uma ação que lança mão de meios antidemocráticos para chegar ao poder. Mas o que mais interessa aqui é que Miranda dá nome a certos bois.

A história da crise política no Brasil, e a mudança rápida da perspectiva global em torno dela, começa pela sua mídia nacional. A imprensa e as emissoras de TV dominantes no país estão nas mãos de um pequeno grupo de famílias, entre as mais ricas do Brasil, e são claramente conservadoras. Por décadas, esses meios de comunicação têm sido usados em favor dos ricos brasileiros, assegurando que a grande desigualdade social (e a irregularidade política que a causa) permanecesse a mesma (MIRANDA, 2016, s.p.).

Miranda chama o que se passa de “golpe” e responsabiliza diretamente não só a plutocracia e os políticos, “[...] evangélicos extremistas, apoiadores da extrema direita que defendem a volta do regime militar, figuras dos bastidores sem ideologia alguma [...]”, mas a também não menos plutocrática mídia. Boa parte dos grupos de mídia brasileiros “[...] – que aparentam ser respeitáveis para quem é de fora – apoiaram o golpe militar de 1964 que [...] enriqueceu ainda mais as oligarquias do país.” Tais “[...] corporações – lideradas pelos múltiplos braços midiáticos das Organizações Globo – anunciaram o golpe como um ataque nobre à corrupção de um governo progressista democraticamente eleito. Soa familiar?” Ele segue:

Por um ano, esses <sup>2</sup>mesmos grupos midiáticos têm vendido uma narrativa atraente: uma população insatisfeita, impulsionada pela fúria contra um governo corrupto, se organiza e demanda a derrubada da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, e do Partido dos Trabalhadores (PT). O mundo viu inúmeras imagens de grandes multidões protestando nas ruas, uma visão sempre inspiradora.

Mas o que muitos fora do Brasil não viram foi que a mídia plutocrática do país gastou meses incitando esses protestos (enquanto pretendia apenas ‘cobri-los’). Os manifestantes

não representavam nem de longe a população do Brasil. Ao contrário, eles eram desproporcionalmente brancos e ricos: as mesmas pessoas que se opuseram ao PT e seus programas de combate à pobreza por duas décadas” (MIRANDA, 2016, s.p).

Miranda ainda salienta que paulatinamente o “[...] resto do mundo começou a ver além da caricatura simples e bidimensional criada pela imprensa local, e a reconhecer quem obterá o poder, uma vez que Rousseff seja derrubada”. A corrupção seria apenas “o pretexto” (MIRANDA, 2016, s.p).

Estes pontos de vista, aliás concordes com os expressados por membros do governo, pela presidenta Dilma e por muitos intelectuais, cientistas e artistas brasileiros, poderiam se diluir no jogo das versões que se abrem no debate político e frente aos “fatos consumados” em um processo muito complicado de derrubada de um governo eleito e sua substituição por um outro arranjado em antessalas. Porém, o que interessa muito especialmente aqui é que João Roberto Marinho, nada menos que o vice-presidente do Conselho de Administração do Grupo Globo, presidente do Conselho Editorial e do Comitê Institucional do mesmo grupo e vice-presidente da Associação Nacional de Jornais, escreveu uma carta-réplica ao artigo de Miranda e enviou-a ao *The Guardian*.

Inicialmente, a carta de Marinho, que se assina como “chefe do comitê editorial”, foi inserida como resposta ao artigo de Miranda nos “comentários” correntes. A postagem ganhou o título de *TV Globo nos solicitou que postássemos a seguinte resposta a este artigo*. Nela Marinho salienta que Miranda “[...] pinta um quadro completamente falso do que está acontecendo no Brasil hoje [...]” (MARINHO, 2016, descreve sua versão sobre a chamada “operação lava-jato”, a qual tem prendido empresários, políticos e servidores públicos corruptos, especialmente membros do PT e da coalizão de partidos que sustentam o governo e ressalta que “[...] a imprensa brasileira em geral, e particularmente o Grupo Globo, cumprem seu dever de tudo informar, como seria o caso em qualquer outra democracia do mundo”. Segue dizendo que o Globo, ao contrário do que descreve Miranda, cobre igualmente os protestos dos “milhões de brasileiros” em favor da lava-jato, quanto às manifestações em contrário, dos que

“[...] apoiam o governo [...]”, e que sempre os noticia depois de ocorridos, e não antes, portanto, não “[...] incitando protestos de massa”. Na carta-postagem, Marinho ainda declara que “[...] o Grupo Globo não apoia o *impeachment* em editorias. Ele simplesmente afirma que, seja qual for o resultado, tudo deve ser conduzido de acordo com a Constituição, o que tem sido o caso até agora”. Para o empresário:

Culpar a imprensa pela atual crise política no Brasil, ou sugerir que ela serve como seu catalizador, é repetir o antigo erro de culpar o mensageiro pela mensagem. Por fim, a afirmação de que o Grupo Globo comanda a mídia nacional, especialmente vindo de um cidadão brasileiro, só pode ser de má fé. A imprensa brasileira é uma vasta e plural paisagem de várias organizações independentes, 784 jornais impressos, 4.626 estações de rádio, 5 redes nacionais de televisão, 216 canais pagos de televisão a cabo e uma grande quantidade de *websites*. Todos competem zelosamente pela audiência brasileira, a qual, em contrapartida, é livre para escolher. Entre fortes competidores, o resultado final é a independência, sem tolerância a serem conduzidos. Sr. Miranda tem o direito de dizer o que quiser para conseguir os seus objetivos. Ao Grupo Globo resta a responsabilidade de reportar os fatos como eles ocorrem. É nosso dever (MARINHO, 2016, s.p).

Além da discussão e das produções acadêmicas a respeito da distribuição dos meios no Brasil e de seu caráter, algo já bastante avançado, que têm mostrado ser totalmente falsa a imagem criada por Marinho em sua missiva sobre a mídia no Brasil, a qual é insistentemente produzida e reproduzida pelos veículos de comunicação que controla e mesmo por seus concorrentes (ver, entre muitos outros, CAPPARELLI; LIMA, 2004; BRITTO; BOLAÑO, 2005; LATTMAN-WELTMAN, 2003; MARTINS; LUCA, 2008; CHAUI, 2006), interessa atentar para algumas questões que envolvem a carta de Marinho. Inicialmente publicada como postagem na “vala comum” dos leitores do *Guardian* – há indicações de que depois o jornal publicou a carta em seção separada –, a manifestação do empresário brasileiro parece ser significativa do *turning point* pelo

qual passava a mídia brasileira em sua relação com a mídia internacionalmente dominante, a “mídia do primeiro mundo”, durante a crise que se instalou no país.

No jogo das versões sobre a crise no Brasil, a mídia nativa, como é de se esperar pelo próprio “efeito de campo” na sua relação com o mundo, segundo o qual os jornalistas se referenciam antes de mais nada em seus próprios pares jornalistas (BOURDIEU, 1997), teve sua narrativa reproduzida mundo afora pelas suas congêneres. Laurent Delcourt, em artigo no *Le Monde Diplomatique*, deixa isso muito claro, ao referir que, em geral, a mídia internacional comprou a versão dominante dos e nos meios dominantes no Brasil de que a crise era devido à corrupção do governo do PT, agora enquadrada judicial e policialmente pela chamada “operação lava-jato”. Apenas o *Der Spiegel* aparecia com “a nota discordante”, segundo a qual o que acontecia era um “golpe frio” engendrado por parte da oposição, do judiciário e pelo “poderoso grupo de televisão” Rede Globo contra o ex-presidente Lula. Delcourt aprofunda a discussão sobre a crise e se afasta da versão simplista até então mais corrente na mídia que é mais ou menos idêntica à que Marinho advoga e explicita na missiva citada (DELCOURT, 2016).

Este parece ser o problema. A própria discussão em termos da nomeação do que ocorre, se “golpe de estado” ou “*impeachment* constitucional”, revela muito das posições em jogo. É assim que Marinho e a Globo rejeitam a designação “golpe”, bem como muitos dos demais agentes envolvidos no processo – políticos, empresariais, latifundiários, associações patronais etc. – e que são claramente contra o governo e a favor da deposição de Rousseff. De outro, entre os que são contra a forma como se está desenrolando o processo, não necessariamente em apoio ao governo, mas contra o que percebem como uma ruptura institucional, a “denúncia de golpe” é um mote importante no sentido de deslegitimar o processo legislativo-judicial de *impeachment*.

Para resumir, em termos da grande mídia internacional, inicialmente a versão da mídia nativa teve uma aceitação mais imediata. Na medida em que as contraversões se foram produzindo, especialmente entre intelectuais e artistas em geral, mas no meio acadêmico em especial, mesmo no meio acadêmico internacional (ver a avaliação de GREEN, 2016), os jornalistas mundo afora começaram a modificar

suas avaliações e, paulatinamente, a versão da participação visceral da mídia local não como simples mensageira, mas como agente ativo da produção da mensagem e do próprio fato, passa a prosperar. E, nesse caso, a mídia brasileira deixa de ser fonte para se transformar em objeto das reportagens dos meios estrangeiros.

Assim, a carta de Marinho justifica-se tanto no sentido de tentar salvaguardar qualquer nesga de credibilidade jornalística internacional que ainda possa ter o grupo que controla, como também, consequente com o seu papel de agente ativo no golpe em curso, cavar meios de legitimar além e intrafronteiras o golpe e o novo governo que se prenuncia e anuncia. Nesse caso, Marinho está sim muito preocupado com a “imagem” de si no exterior e, inclusive, de acordo com a antiga estratégia de desacreditar o adversário, salienta na carta que Miranda é “cidadão brasileiro”, o que o poderia deslegitimar frente aos públicos e meios do “primeiro mundo”. Afinal, o cidadão brasileiro Miranda já seria suspeito só por isso, guiar-se-ia, portanto, com base em interesses, pela “má fé”, no caso. Já não a Globo, conduzida exclusivamente por seu “dever”.

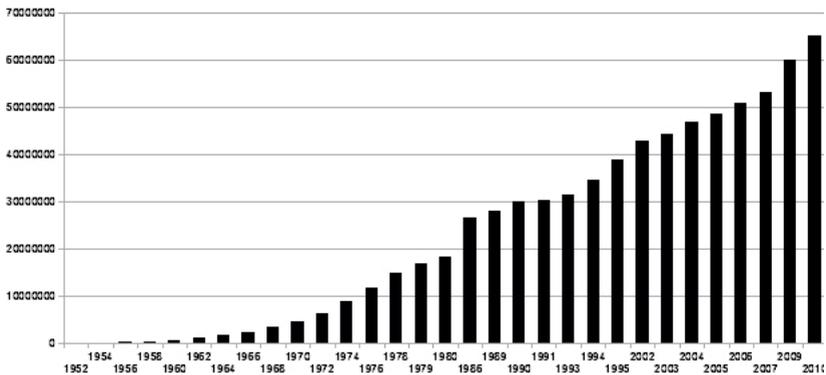
Nesse jogo de criar versões e representações visando a uma intervenção direta no mundo social (CHAMPAGNE, 2003), algo que está atrelado ao fazer midiático de forma geral, no caso brasileiro se acentua porque, como não se estrutura um campo propriamente jornalístico ou midiático (GRIJÓ, 2014), as relações entre os grupos empresariais jornalísticos e o mundo empresarial em geral e o mundo político se dão muito mais como uma simbiose do que propriamente como um relação entre distintos. No caso atual, fica muito claro academicamente, mas também midiaticamente quando a representação vem de fora, desde a mídia internacional dominante, que a grande mídia brasileira tomou partido. Mas, como se chegou a isso?

## **A mídia a reboque**

Antes de mais nada, é importante sublinhar que o regime de 1964, na medida em que foi se instalando depois do golpe de 31 de março, e, em especial, com a legislação e os Atos Institucionais, passou a controlar os meios de comunicação quanto às concessões de canais

e aos conteúdos que podiam ou não ser veiculados. Também forçou a dissolução de empresas de comunicação identificadas com o antigo PTB ou que fizessem oposição explícita a ele, sendo a maior vítima o grupo empresarial de Samuel Weiner, Última Hora. Por atos de força, como exílios de jornalistas e opositores em geral, por estrangulamento econômico, ou pela adesão prévia e mesmo auxílio direto na derrubada do presidente João Goulart, o regime foi garantindo uma imprensa bastante dócil no que se refere a críticas e divulgação de informações. Por outro lado, foi incentivando a estruturação de grandes conglomerados nacionais de teledifusão. Entre 1964 e 1980, quando tecnicamente o veículo televisão transforma-se e se massifica, as empresas receberam o apoio fundamental do Estado, especialmente com subsídios diretos e indiretos e, com a Embratel e a conexão nacional no sistema interligado de comunicações, permitiu a formação das redes nacionais de televisão seguindo o modelo norte-americano. Desde então, o seu crescimento é constante e acentuado. A partir do salto das décadas de 1960-1970, quando passou-se de 598.000 aparelhos de televisão no início do período para algo em torno de 4.584.000 ao seu final, em 1980, já haviam 18.300.000 deles, como o gráfico 1 demonstra.

**Gráfico 1 – Número de aparelhos de televisão em uso no país por ano**



Fonte: Elaborado com os dados de MATOS, Sérgio. História de televisão brasileira. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 91.

Já segundo o senso de 2010 do IBGE, 95,1% das residências possuíam aparelhos de televisão e 81,4% aparelhos de rádio. Pela primeira vez na história, os aparelhos de televisão suplantavam os de rádio nas residências do país (ver IG São Paulo, 2015). Por outro lado, se esses dados são cruzados com os da população do país, tem-se que em 1960 havia 0,000004 aparelhos de televisão por habitante, enquanto que em 1980 eram 0,15 aparelhos por habitante, não por domicílio, o que, se considerado, torna o número de pessoas com acesso aos aparelhos muito maior.

A televisão foi-se constituindo no veículo de massas por excelência e os governantes não ficaram alheios a isso. A já bastante comprovada aliança entre os empresários privados e o governo nesse modelo de organização (GOULART; RIBEIRO; ROXO, 2010, p. 117-118; CAPARELLI, 1982; CAPARELLI; LIMA, 2004 e outros) levou à formação do atual oligopólio privado que caracteriza o setor. Se estruturaram as grandes empresas de comunicação que se estabeleceram em nichos de mercado em um ambiente de pseudo-competição, pois as organizações Globo assumiram um papel quase monopolístico nessa área, não só atuando como padrão ou modelo para todo o setor, mas atingindo índices absurdamente altos de audiência relativos em algumas de suas programações-ônibus, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu (1997, p. 23).

Está também muito demonstrado e assentado na bibliografia (SODRÉ, 1977; BARBOSA, 2007; MOREL, 2008) a dependência que os meios sempre tiveram dos grupos políticos no Brasil. Pode-se, inclusive, afirmar que a imprensa surgiu no país atrelada aos posicionamentos políticos de seus controladores, fossem estes cidadãos privados, como Caldas Júnior e seus sucessores, fossem estas organizações, como o caso de *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), para ficar no exemplo do Rio Grande do Sul (RÜDIGER, 2003). Por outra, a imprensa era uma espécie de apêndice ou um recurso a mais nas mãos de agentes políticos. Com efeito, ela surgiu a reboque das disputas político-partidárias e assim permaneceu até muito recentemente.

Os casos são inúmeros, mas é emblemática a configuração destes veículos nos momentos que antecederam o golpe de 1964. *O Globo* (Roberto Marinho) e *O Estado de São Paulo* (Júlio de Mesquita Filho),

sem falar na *Tribuna da Imprensa* (Carlos Lacerda), perfilar-se em favor do golpe, enquanto que o *Última Hora*, então um conjunto de jornais espalhados pelo país, de Samuel Weiner, perfilava-se em favor do governo trabalhista de João Goulart. Caso emblemático à época é o do jornal *Luta Democrática*, de propriedade de Tenório Cavalcanti, o “Homem da Capa Preta”. De acordo com os posicionamentos partidários de seu dono, o jornal do político udenista nasceu como um instrumento ferrenho de oposição a Getúlio Vargas e ao seu genro Ernâni do Amaral Peixoto, líder político fluminense. Mas isso até que Tenório passou a se aproximar de João Goulart, já depois da morte de Vargas, e se afastar da UDN, posição na qual se encontrava quando do golpe de 1964. Daí em diante, o jornal seguiu o caminho de seu proprietário, cassado e obscurecido pelo novo regime, entrando em decadência até ser negociado nos anos 1970 (GRYNSZPAN, 1990).

Até a ditadura de 1964, inclusive, a imprensa esteve a serviço ou muito próxima dos líderes e grupos políticos que se enfrentavam nas disputas partidárias. Mas isso não é totalmente exato. Se é possível constatar tal relação com as disputas políticas, essa é apenas uma das facetas da questão, pois, sem necessariamente a ela se contrapor, a imprensa era também um negócio, negócio privado vinculado a empreendedores que visavam ao lucro (LUCA, 2008, p. 153-154). Estas duas dimensões conviviam relativamente bem: imprensa-empresa e imprensa-partidária. Com a ditadura, houve a depuração dos reais ou virtuais opositores, sendo que os que sobraram foram brindados com a possibilidade de seu faturamento crescer juntamente com o seu fortalecimento como empresas capitalistas que produziam bens para o consumo de massa. Isso foi possível pela própria expansão do mercado em geral, seja para os produtos da imprensa escrita, que se beneficiaram dos programas de alfabetização e difusão do ensino, seja para os produtos dos meios eletrônicos, especialmente pela passagem da “era do rádio” para a “era da televisão”. O chamado “milagre econômico”, que durou até aproximadamente 1973, diversificou a economia do país e consolidou um mercado nacionalizado, integrado e em expansão, do que a imprensa-empresa beneficiou-se diretamente. Mas isso, evidentemente, às custas da despolitização desses meios, despolitização no sentido de se verem impedidos de participar livremente da luta

político-partidária. Então, a questão não era “falar bem” ou “falar mal” do governo, ou seja, de aderir à situação ou à oposição, mas de divulgar docilmente o que se podia e silenciar quanto ao resto. Assim operava a censura, deixava os meios e seus profissionais serem jornalísticos ou artísticos até o ponto em que era possível, até o ponto em que os produtos pudessem passar a ser percebidos como ameaçadores à ordem estabelecida. Dessa forma, a censura ou os outros meios de coação passavam a operar, entre os quais a autocensura exercida pelos próprios profissionais sobre eles mesmos ou por seus superiores hierárquicos até chegar nos donos das empresas.

Uma questão que se abre é a de como e por que essas empresas que cresceram e se fortaleceram à sombra de um regime a elas tão benéfico optariam por, na medida em que ele entrava em crise, posicionar-se, mesmo que como empresas de comunicação, *sem tomar o seu partido*, o partido do regime?

É possível de se pensar que o regime ditatorial, ao despolitizar forçosamente, em termos da livre atuação político-partidária, os meios e os seus profissionais, esses últimos provavelmente os mais incomodados com isso, acabou canalizando os recursos e o foco das empresas para o seu lado propriamente empresarial, para a lucratividade econômica relativa, cada qual com suas possibilidades mais ou menos garantidas por lei pelas concessões de rádio e televisão, pelos nichos que passaram a ocupar, pela expansão do mercado de livros didáticos e paradidáticos e de impressos dos mais diferentes tipos, ou pelas conexões e outros tipos de relações que estabeleciam como empresas, como no caso dos direitos de reprodução de *gibis* e outros tipos de publicações estrangeiras no Brasil. Em outras palavras, a despolitização relativa dos meios como sua docilidade e subserviência, veio ao encontro de seu fortalecimento empresarial, cujas condições para tal eram possibilitadas, garantidas e mantidas pelas políticas públicas do governo. Note-se, no entanto, que cumpriam um importante papel político-partidário, o de brindar suas audiências com produtos inócuos sob o ponto de vista da crítica social e política. Quer dizer, paradoxalmente, foram politizados em outro sentido, no sentido de instrumentos da manutenção do *status quo*, tomaram o partido do governo.

É este ambiente favorável e acolhedor que passa a sofrer transformações com a crise do regime. Ainda rebocados pela política partidária, os meios viram-se envolvidos no retorno significativo dos cidadãos às ruas com as greves do final dos anos 1970 e com as manifestações em favor da anistia e da redemocratização, principalmente nos anos 1980.

É emblemática a posição daquela organização que mais ganhou com o regime à sombra do qual estruturou uma extensa rede de televisão e um diversificado grupo empresarial de comunicação espalhado por todo o país, que, além de ampliar suas propriedades horizontal, vertical e cruzada de muitos e diversos meios de produção e difusão de bens culturais, acumulou lucros significativos. O grupo Globo chegou a ignorar a campanha “Diretas Já”, quando, em 1983-1984, uma série de manifestações pelo país lideradas por segmentos organizados da sociedade – partidos, sindicatos, associações profissionais etc. – colocou milhões de pessoas nas ruas das principais cidades reivindicando a volta das eleições livres e diretas para presidente da República. Inclusive, noticiou que o evento realizado na Praça da Sé em São Paulo era relativo ao aniversário da cidade, e não ao ato político (FANTINATTI, 2007).

Não é objetivo aqui enumerar as ações e omissões nesse sentido que as empresas de comunicação realizaram ao longo da chamada abertura política dos anos 1980. É importante notar que ainda aqui os meios foram a reboque dos acontecimentos. A sociedade organizada em sindicatos, partidos, associações profissionais se pôs à frente dos acontecimentos que levaram ao final do regime de exceção em um processo de transição, negociação e transação que foi habituando e reposicionando os grupos sociais e políticos de acordo com as novas condições estabelecidas, das quais a Constituição de 1988 é o resultado institucional.

A sociedade em geral e os grandes grupos de comunicação em particular tiveram que se adaptar às novas condições de se fazer política no Brasil. O que parece é que a relutância inicial dos meios, alguns dos quais nem ao menos registravam jornalisticamente o que ocorria de contestação ao regime moribundo, é um indicador dessa dívida para com ele e da segurança que sob ele possuíam, muito bem aninhados e abrigados. Porém, findos os momentos iniciais de

desconfianças e incertezas, as empresas passaram a atuar fortemente nas novas condições que, ao fim e ao cabo, acabaram por se mostrar até mesmo mais favoráveis a elas do que eram no regime anterior. Por isso acabaram elas também abandonando o barco do regime militar junto com os demais naufragos que nadavam em direção às oposições em número cada vez maior na medida em que mais fraco ele se tornava. No processo procuravam se adaptar, se reposicionar, e em seu socorro havia já uma quantidade razoável de “expertos” que, tendo estudado fora do Brasil, especialmente nos Estados Unidos, ou sofrendo a influência do que lá se produzia, influência percebida nas muitas e multiplicadas escolas de comunicação, administração, propaganda e marketing criadas no Brasil, podiam fornecer os instrumentos de adaptação dos meios ao regime democrático que se criava. Marqueteiros, publicitários, administradores e mesmo jornalistas, é interessante aqui citar a conversão de Paulo Francis, que migrou sem escalas de um trotskismo difuso para o neoliberalismo (BATISTA, 2015), estavam disponíveis e se dispuseram a cooperar ou operar por eles mesmos ou por sua *expertise* técnica e influência simbólica os reposicionamentos destes e dos outros tantos grupos empresariais do país, muitos dos quais contribuíram com o regime que findava com algo bem mais do que apoio moral.

Os meios de comunicação acabaram por se tornar, na avaliação de Lattman-Weltman:

[...] a instituição mais decisiva para a qualidade da cidadania no Brasil redemocratizado. Ela impõe suas coordenadas e linguagens específicas sobre as estratégias para as principais disputas eleitorais; fornece os principais elementos simbólicos e cognitivos para a escolha do eleitor; forja – conscientemente ou não – consensos sobre a pauta política e institucional; define, de um modo ou de outro, a agenda política, dos seus termos mais graves a alguns dos mais específicos (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 129-30).

Estas noções, provenientes da “teoria da agenda” de Mc Combs (2009), relacionam-se à questão de avaliar qual seria a capacidade dos

meios de proporem o que é pensável e discutível como problemáticas públicas e, portanto, políticas no mundo das democracias modernas.

Antes de mais nada, no entanto, há que se ter cuidado em não exagerar demasiadamente o papel dos meios nesse sentido, quer dizer, é preciso se armar contra a possibilidade de cair na esparrela da “mídia como quarto poder”, discurso dos próprios agentes do meio sobre eles mesmos e suas ocupações e muito caro a eles, pois assim se elevam a uma posição paraconstitucional e institucional bastante conveniente, reduplicam sua importância e constroem para si mesmos e seu papel no mundo um lugar de destaque. Isso não é só um trunfo no jogo político mais amplo, mas também na racionalização e no recrutamento dos “jovens jornalistas” que, ao ingressarem nas redações e nos estúdios dos grandes meios, embora mal remunerados financeiramente e suportando jornadas de trabalho estafantes, são investidos e se autoinvestem de um poder extraordinário como agentes de um poder paralelo. Ou seja, recebem em retribuição uma espécie de compensação simbólica e o vislumbre dos melhores dias quando chegarem, o que é para muito poucos, na posição dos bem-sucedidos, tornarem-se *winners*.

Voltando à questão do poder de agenda, é sem dúvida a partir da crença nessa possibilidade que os meios influenciam e atuam diretamente sobre o pessoal político, o qual, por sua vez, costuma mendigar espaços nos meios para aparecer *comme il faut*, na suposição de reforçar sua imagem junto aos seus apoiadores e frente a seus concorrentes internos. Tirando as centenas de importantíssimas microrrelações e interesses compartilhados entre políticos e jornalistas e entre empresários dos meios e políticos, muitos deles, agentes e interesses, venais e figadais, pois aqui não haveria espaço para analisá-los convenientemente, enquanto um conjunto de instituições agindo na e sobre a sociedade, os meios, sem dúvida, como bem demonstrou Patrick Champagne (1998), vão torcendo em benefício dos recursos que melhor dominam e, portanto, de si mesmos, as regras e pautas do jogo político, procurando transformar, entre outras coisas, aquilo que se convencionou chamar de opinião pública em uma instância mensurável, controlável, identificável e manipulável, enfim, domesticada (BOURDIEU, 1987). Os mecanismos de medição de gostos e interesses que são aplicados aos índices de

audiência são aplicados do mesmo modo à opinião pública, que passa a se constituir na instância máxima de legitimação dos meios como tais, uma vez que ninguém votou em apresentadores de televisão, como Gugu e Faustão, ou em âncoras de telejornais, como William Waack e Boris Casoy, para que ocupassem os lugares que ocupam, ao mesmo tempo em que passa a ser aquela a instância em nome da qual os meios se autoarrogam o “dever” de em seu nome falar e da qual se apresentam como intérpretes e protetores dos seus interesses e gostos pré-fabricados.



## A mídia rebocada

Paulatinamente os meios foram se aclimatando à democracia e se fortalecendo em sua influência sobre a política até a situação atual em que não mais são rebocados por ela, mas tentam constantemente inverter a equação em seu favor, tornando-a sua refém. É nesse sentido que a democracia foi sequestrada, de uma conquista da sociedade passou a ser identificada pelos meios como tendo sido produto de uma luta por eles capitaneada. Novamente é interessante o caso analisado por Fantinatti a respeito da campanha das Diretas Já e a Rede Globo. Tentando reverter a representação mais do que corrente, não só pelo que se escreveu como bibliografia, mas também pela memória daqueles que vivenciaram o período, de que a empresa procurou ignorar o quanto pode aqueles atos e, principalmente, o seu conteúdo político, tentando inclusive manipulá-los em favor de representações fantasiosas, atualmente tem tentado reverter essa imagem, denegando que seja correta esta versão mais corrente e assentada. Assim, publicações recentes da emissora sobre sua “memória” passam a “apostar”:

[...] na afirmação de que aquele que seria considerado o principal comício pelas ‘Diretas Já’ não foi omitido do público; que uma crítica comumente dirigida à Globo não passaria de uma falsa versão, baseada em mitos. [...] Segundo [...] suas publicações, no que se refere ao movimento pelas Diretas: a) a Globo cobriu os comícios e noticiou o mais importante, o da

Praça da Sé, em seu *Jornal Nacional*; b) a verdadeira motivação para as críticas dirigidas à Globo estaria no fato de haver uma expectativa, entre os proponentes do movimento, de que a emissora apoiasse as Diretas; c) quem critica a Globo perde de vista o momento político e o feroz papel da censura, ao qual ela estava mais ostensivamente exposta, principalmente pelo destaque que tinha, em termos de audiência, em relação a qualquer outro meio de comunicação. Por último, merece atenção um ponto especialmente polêmico, sobre o qual, parece não haver unanimidade: Kamel (2003) opina que a Globo praticou bom jornalismo (FANTINATTI, 2007, p. 2-3).

Tenta-se transformar o jornalismo nenhum em “bom jornalismo” na perspectiva de criar versões que, ao fim, mesmo sendo elas rechaçadas no momento, entram no mundo relativo das versões as quais, ao confundir, absolvem. Enfim, no fundo e segundo ela mesma, a Globo sempre foi em favor da “luta democrática”. Em uma das grandes passagens da literatura, Tomasi di Lampedusa, em *O Gattopardo*, descreve a cena na qual o príncipe de Salinas é convidado por um emissário do novo governo da Itália recém-unificada a compor o Senado do Reino em Turim. Recusando o convite, Don Fabrizio diz: “[...] como o senhor não terá podido deixar de reparar, não tenho ilusões; que utilidade teria eu para o Senado, um legislador inexperto a quem falta a capacidade de enganar a si próprio, esse requisito essencial para quem quer guiar os outros?” (LAMPEDUSA, 2007, p. 220). Empilhando versões semifalsas e semiverdadeiras, tentando fazer crer para dentro e para fora que o que se constrói como fato o é de fato, vai-se ao encontro da objetivação da versão que finda por se tornar parte da verdade factual (BOURDIEU, 1981). O engano e o autoengano sustentam a pretensão à dominação.

Por isso Marinho empenhou-se em responder a um ativista que escreveu um artigo em um meio de comunicação de primeira grandeza, *The Guardian*, na constelação midiática internacional. Desacredite-se o autor, um “interesseiro de má fé” em nome da imaginativa afirmação de credibilidade e cumprimento do dever de uma instituição como a Rede Globo.

Do mesmo modo, os meios tentam fazer crer na estreitíssima identificação entre democracia, liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Investidos em defensores dessas liberdades, colocam-se na posição de curadores da democracia, sinônimo de liberdade. Em um discurso proferido na ocasião do lançamento da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, o então presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), mas também dono do conglomerado empresarial e de comunicação Rede Brasil Sul (RBS), um dos mais ricos do país, Nelson Sirotsky, disse o seguinte:

A defesa intransigente da liberdade de imprensa é um compromisso histórico e fundamental da Associação Nacional de Jornais, assumido desde sua fundação. [...] Para nós, que temos o honroso papel de informar diariamente o País, a liberdade é um elemento vital, sem o qual fica definitivamente comprometido o sentido da nossa atividade. Sem a liberdade de informação e opinião, fica comprometida a democracia e todas as instituições dela derivadas. [...] Desde 1997 a ANJ mantém seu Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, com o objetivo de desenvolver ações para garantir a liberdade de informação e opinião no Brasil e denunciar qualquer tipo de ameaça ao livre exercício da nossa atividade. [...] Na nossa visão, o conceito de liberdade está inteiramente relacionado à ética (SIROTSKY, 2005, s.p.).

Já o Código de Ética da ANJ explicita em um de seus artigos que os jornais brasileiros têm o “compromisso incondicional” de “[...] sustentar a liberdade de expressão, o funcionamento sem restrições da imprensa e o livre exercício da profissão” (SIROTSKY, 2005, s.p.).

A manifestação oficial do presidente da associação dos jornais brasileiros, ou melhor, de seus proprietários, posição que ocupa João Marinho no momento (2016), deixa claro que, para eles, zelar pela liberdade de expressão é uma missão que se confunde com a liberdade de imprensa a qual, por sua vez, confunde-se com a democracia, pois é um dos seus sustentáculos. Tudo isso dentro de um conjunto de condutas definidas para eles por eles próprios em seu Código de Ética. Até então, tudo parece muito nobre, elevado e sublime. Mas,

há um outro ponto no tal Código: a ANJ deve “[...] defender os direitos do ser humano, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa” (SIROTSKY, 2005). Agora o rol das “liberdades” essenciais na democracia e para a democracia sob essa leitura patronal se completa: liberdade de expressão=liberdade de imprensa=liberdade de empresa. Isso é “liberdade” para os donos dos jornais no Brasil. E, por isso, no mesmo documento, uma advertência ao governo federal que pretendia criar um “[...] Conselho Federal de Jornalismo, uma iniciativa equivocada [...] que o Congresso, muito oportunamente, teve a sabedoria de arquivar” (SIROTSKY, 2005, s.p.).

Tornar a democracia e a liberdade de expressão como reféns de seus pontos de vista é expressamente um posicionamento político. Tutelando as instituições os meios espraiam e impõem uma visão ou uma versão do que devam ser a democracia e as liberdades concordes com a visão e a versão que eles próprios têm da questão. Os meios buscam se apresentar à sociedade como os novos guardiões da ordem e das instituições públicas, os árbitros do que pode ou não pode ser politicamente pensado ou discutido, destronando ou suplantando outros grupos sociais que assim agiram no passado no país, como os militares e a Igreja Católica. Pode-se inclusive a tal respeito pensar que se os militares que se retiraram da participação política mais ostensiva e direta, ao acolherem e nutrirem os atuais grupos de comunicação quando dominavam politicamente, deixaram no controle da situação atual os seus afilhados. O discurso de Sirotsky sintomaticamente termina com: “[...] o futuro nos pertence e depende da nossa vigilância e do nosso empenho em construí-lo num ambiente verdadeiramente democrático. É para isto que veio a Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa” (SIROTSKY, 2005). É também por isso que é importante na situação atual vetar a representação “golpe de estado”. Segundo Marinho, como já citado, o que ocorre está dentro da lei, da “Constituição”. Os grandes grupos midiáticos nacionais podem continuar a exercer sua tutela e vigilância sobre a democracia que estaria assim resguardada.

Nesse sentido é que os meios podem ser tomados como partido político, não somente no sentido de um suposto Partido da Imprensa Golpista (PIG) que a luta política atual lhes têm apostado, mas no sentido de Gramsci, de partido político como instância da sociedade

civil organizadora da hegemonia e da dominação (GRAMSCI, 1980, p. 29-30). Operando essa tutela sobre o regime democrático e buscando torcê-lo e defini-lo em seu benefício, os meios centralizam e organizam a produção cultural de sentido de modo a legitimar a dominação que eles exercem juntamente com os demais agentes socialmente dominantes. É por isso que, ao fim e ao cabo, acabam por se chocar com outras instâncias de proposição de problemas políticos, de alternativas à agenda estabelecida, como muitos movimentos sociais, alguns políticos mais autônomos frente aos meios, e mesmo uma ou outra facção de algum partido político instituído.

É, porém, importante sublinhar que isso se trata do movimento que os meios fazem em seu benefício, o que não significa que não encontrem contestação ou resistência. É assim que, quando no dia quinze de março de 2015, a manifestação que contou com a decisiva participação deles em sua arquitetura e convocação nas páginas dos seus jornais, telas de televisão e aparelhos de rádio, o que foi depois por eles insistentemente apresentado como “movimento espontâneo organizado pelas redes sociais”, caracterizou-se como uma espécie de espelho dos grupos socialmente dominantes. Tirando as faixas e os cartazes de grupos organizados mais radicais que pregavam a subversão das instituições ou se apresentavam com slogans sexistas, de calão, preconceituosos etc., na maioria das vezes beirando o, senão cometendo, crime, os meios esforçaram-se em mostrar atos carnavalescos, coloridos, bem-humorados, sem violência, quase ascéticos, impolutos. Transformam a política em espetáculo de *boulevard*, tanto no sentido de que levado às ruas, quanto no sentido de elitista, “para as famílias”, com o claro objetivo de tornar o governo cada vez mais refém da sua agenda e, mais recentemente, tentando derrubá-lo de vez.

Ao contrário dos protestos de junho de 2013, violentos, arreios e hostis à própria imprensa, críticos, radicais e extremistas que tiveram como mote inicial a alta no preço das passagens de ônibus, a manifestação do dia quinze de março de 2015 teria sido pacífica e da “gente de bem” contra a “corrupção” e, eventualmente, contra o “governo do PT”, identificado como promotor da suposta corrupção. Ou seja, os meios têm comparecido diretamente na arena política como força organizadora e canalizadora de diversos interesses na sociedade, muitos deles absolutamente legítimos, mas



outros nem tanto. Aquele quinze de março foi um dia que marcou simbolicamente essa modificação relativa na posição dos meios no Brasil que está aqui em pauta. Até a campanha das Diretas Já e mesmo no processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo, os meios foram atrás dos movimentos que se originaram em outros lugares, nos partidos, nas associações, nos sindicatos, entre líderes políticos e forças empresariais, embora o último possa ser visto como um caso de transição. Em quinze de março foram os meios que claramente rebocaram e canalizaram descontentamentos nessa forma de manifestação de *boulevard* que tomou os contornos de um verdadeiro *happening* e, desde então, têm capitaneado o processo de *impeachment* da atual presidenta buscando fazer crer se tratar de algo “normal”, totalmente de acordo com as “instituições democráticas” das quais se arrogam a tutela.

## Considerações finais

As consequências que isso tem para a democracia em geral e, mais especificamente, para a democratização dos bens e meios de produção materiais e simbólicos na sociedade são graves. Pierre Bourdieu salienta, a respeito da televisão, que ela “[...] expõe a um grande perigo as diferentes esferas da produção cultural, arte, literatura, filosofia, direito [...]”, bem como a “um perigo não menor a vida política e a democracia” (BOURDIEU, 1997, p. 9-10). Chauí também aponta que os meios de comunicação, ao creditarem uns especialistas em produção de sentido, ao mesmo tempo em que descredita outros, “[...] aparecem com a capacidade mágica de fazer acontecer o mundo.” Esta seria uma “[...] competência suprema, a forma máxima de poder: o de criar a realidade” (CHAUÍ, 2006, p. 78). Em parte isso viabiliza a presunção de João Marinho de que o que tem ele a dizer é mais significativo e pesado do que tem a dizer um cidadão qualquer “de má fé”. É ele quem tem o poder de dizer o que é, não um outro supostamente desqualificado para tal.

Como se pode vivenciar no momento, um dos riscos é que, se os intentos tutelares explícitos dos grandes grupos empresariais do setor de fato mantiverem-se sem a contestação que por ora ainda

sofrem, ou com ela diminuída e enfraquecida por sua criminalização e perseguição pelos próprios meios e pelas instituições jurídico-policiais fortemente influenciadas por eles, a democracia e a liberdade paradoxalmente podem se ver castradas, vetadas e derrotadas pela própria democracia e pela liberdade da imprensa-empresa dominante.



## KIDNAPPED DEMOCRACY: MEDIA AND POWER IN TODAY'S BRAZIL

**Abstract:** This article aims to analyze how media behaved in Brazil since the civil-military dictatorship until today. Linked to large companies in the sector, which is now better known as the mainstream media, the media have come to play in the social world as a whole, especially in relation to the new conditions of doing politics that opened with the so called process of *democratic opening*, a central position in society and especially in political disputes. From towed by politics, now tows it, posting up as guardians and interpreters of democracy, lending it the way that best suits them.

**Keywords:** Media. Coup and media. Democracy and media.

## Notas

<sup>1</sup> Todas as referências deste parágrafo são citações orais, pertencentes a uma matéria da CNN (2016).

<sup>2</sup> Todas as referências deste parágrafo pertencentes a Miranda, (2016, s.p).

## Referências

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida (Org.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BATISTA, Alexandre Blankl. *A trajetória de Paulo Francis na imprensa hegemônica e contra-hegemônica brasileira (1962-1997)*. Tese (Doutorado em História), PPG em História/UFRGS, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo: Polis, 1987. p. 137-151.

\_\_\_\_\_. Descrever e prescrever: nota sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. Tradução para fins didáticos de Décrire et prescrire: note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 69-73, maio, 1981.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César R. Siqueira (Orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder*. São Paulo: Paulus, 2005.

CAPPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício A. de. *Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.

CAPPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 63-79.

\_\_\_\_\_. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

CNN. Christiane Amanpour – reportagem sobre votação da permissão de abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff pela Câmara. In: <http://edition.cnn.com/videos/tv/2016/04/18/intv-amanpour-glenn-greenwald-dilma-rousseff-impeachment.cnn>. Acesso em: 3 maio 2016.

CRUZ, Dulce Márcia. *Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina*. Florianópolis/Blumenau: UFSC/FURB, 1996.

DEL COURT, Laurent. Brazil's cold coup. In. *Le monde diplomatique* – english edition. Disponível em: <https://mondediplo.com/2016/05/02brazil>. Acesso em: 02 maio 2016.

FANTINATTI, Márcia. A cobertura jornalística da campanha pelas “Diretas já”: o fantasma que ainda assombra a história da Rede Globo. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, 31 de maio a 02 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20cobertura%20jornalistica%20da%20campanha%20pelas%20201cDiretas%20ja201d.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

GOULART, Ana Paula; RIBEIRO, Igor Sacramento; ROXO, Marco (Orgs.). *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y el Estado moderno*. Madri: Nueva Visión, 1980.

GREEN, James Naylor. As instituições democráticas não estão funcionando. In: *Carta Capital*. Disponível em: [http://www.cartacapital.com.br/revista/899/volta-ao-passado?utm...3&utm\\_medium=social&utm\\_source=twitter.com&utm\\_campaign=buffer](http://www.cartacapital.com.br/revista/899/volta-ao-passado?utm...3&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer), entrevista a Eduardo Graça. Acesso em: 5 maio 2016.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 279-298.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2003.

IG São Paulo. *IBGE: pela 1ª vez, domicílios brasileiros têm mais TV e geladeira do que rádio*. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-04-27/ibge-pela-1-vez-domicilios-brasileiros-tem-mais-tv-e-geladeira-d.html>. Acesso em: 23 mar. 2015.

LAMPEDUSA, Tomasi di. *O Gattopardo*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2007.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida (Org.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 129-183.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

MAC COMBS, Maxwell. *A teoria da agenda – a mídia e a opinião pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MARINHO, João Roberto. Resposta ao artigo de David Miranda. In: Jornal GGN. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-carta-de-joao-roberto-marinho-ao-the-guardian>. Acesso em: 23 abr. 2016.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Sérgio. *História da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MIRANDA, David. A razão real por que os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment. In: The Guardian. Disponível em: [http://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/22/razao-real...os-de-dilma-rousseff-querem-seu-impeachment?CMP=share\\_btn\\_link](http://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/22/razao-real...os-de-dilma-rousseff-querem-seu-impeachment?CMP=share_btn_link), em inglês, <http://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/21/dilma-rousseff-enemies-impeached-brazil>. Acesso em: 24 abr. 2016.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter, 02 de maio de 2016.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SIROTSKY, Nelson. *A defesa da liberdade de imprensa no Brasil*. Brasília, UNESCO, 2005. Disponível em: [http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/ue000266.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ue000266.pdf). Acesso em: 21 fev. 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

THE INTERCEPT. Perfil de Glenn Greenwald. Disponível em: <https://theintercept.com/staff/glenn-greenwald>. Acesso em: 3 maio 2016.

Recebido em: 10 / 12 / 2015

Aprovado em: 20 / 03 / 2016

# Cristianos, maoístas y peronistas. Elementos para una historia comparada de Ação Popular en Brasil y Montoneros en la Argentina

Esteban Javier Campos\*

**Resumen:** El propósito de este artículo es analizar las militancias políticas de Ação Popular y Montoneros, a partir del método comparativo propuesto por Marc Bloch en su ya clásico artículo *Para una historia comparada de las sociedades europeas*. Siguiendo esa línea de pesquisa, estudiaremos las trayectorias de ambas organizaciones comparando sus orígenes en el catolicismo renovador, su acercamiento a posiciones socialistas y la diferenciación de sus elecciones políticas, en Montoneros hacia el peronismo y en Ação Popular hacia el maoísmo. A partir de esta aproximación podremos plantear hipótesis de trabajo sobre la especificidad de los procesos políticos a escala nacional, en particular la fortaleza o la debilidad de las formaciones políticas izquierdistas y populistas en ambos países, así como los cruces y desencuentros entre ambas tradiciones. Para el trabajo se relevó bibliografía general sobre guerrilla e izquierdas en Argentina y Brasil, así como específica sobre Ação Popular, Montoneros, la cuestión de la radicalización político-religiosa y el método de la historia comparada. Por otro lado, se analizaron una serie de documentos pertenecientes a las dos organizaciones.

**Palabras clave:** Ação Popular. Montoneros. Maoísmo. Peronismo. Método comparative.

---

\* Doutor em História pela Universidad de Buenos Aires – UBA. Investigador Assistente do *Consejo Nacional de Investigaciones científicas y Técnicas* (CONICVET). Membro do Grupo de Trabalho *Clasco* “Violencia y Política. Um análisis de las militancias de izquierda em América Latina”. E-mail: estebancampos1977@gmail.com.

## Introducción

*Nuestra organización es una unión de hombres profundamente argentinos y peronistas, dispuestos a pelear con las armas en la mano por la toma del poder para Perón y para su pueblo y la construcción de una Argentina Justa, Libre y Soberana [...] Nuestra doctrina es la doctrina justicialista, de inspiración cristiana y nacional.*

*Comunicado n. 5 de Montoneros (1970)*

*A nova Ação Popular é uma organização política proletária, inteiramente dedicada a servir ao proletariado e por isso a todo o povo, e tem como missão dirigir a classe operária e as amplas massas populares na luta contra seus inimigos de classe [...] A nova Ação Popular guia-se pelos princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo*

*Programa Básico de la Acción Popular Marxista Leninista (1971)*

Si nos guiamos por los epígrafes que encabezan este trabajo, cada fragmento documental parecería dar cuenta de dos organizaciones políticas con identidades, lenguajes y objetivos bien diferenciados. Entre 1970 y 1973 Ação Popular completó su tránsito al maoísmo, proceso que culminaría con la incorporación de la mayor parte de sus militantes al Partido Comunista do Brasil, en un contexto caracterizado por el endurecimiento de la dictadura, y la progresiva descomposición de las organizaciones de izquierda. Al mismo tiempo, en la Argentina, los Montoneros protagonizaron una escalada de operaciones de guerrilla urbana que les dieron una creciente gravitación en el movimiento peronista, en un escenario marcado por el auge de la protesta social y la crisis del régimen militar. ¿Quién diría que ambas organizaciones tuvieron un origen común en el catolicismo renovador? A pesar de las diferencias en sus itinerarios políticos e ideológicos, los orígenes de Ação Popular y Montoneros se remontan a las juventudes católicas latinoamericanas de la década de

1960, radicalizadas por el Concilio Vaticano II, las revoluciones del Tercer Mundo, y el auge de las luchas sociales en la región. ¿Cómo explicar los desplazamientos ideológicos que llevaron a Ação Popular al campo de la izquierda marxista, y a Montoneros a confluir con un movimiento populista? ¿Se puede llegar a través de una comparación sistemática de los procesos políticos más generales a iluminar las causas profundas de estas diferencias, así como distinguir los elementos que fundamentaron sus coincidencias?

El objetivo de este trabajo es reconstruir las historias de Ação Popular y Montoneros, a partir del método comparativo propuesto por Marc Bloch, que consideraba válida la observación de semejanzas y diferencias entre sociedades cercanas en el tiempo y el espacio (BLOCH, 1928, p. 19; BARROS, 2007, p. 14). Siguiendo esa línea de pesquisa, estudiaremos las trayectorias de ambas organizaciones comparando sus orígenes en el catolicismo renovador, los diferentes caminos que tomaron y las culturas políticas en que se insertaron. A partir de esta aproximación podremos plantear hipótesis de trabajo sobre procesos de escala nacional, en particular la fortaleza o la debilidad de las izquierdas y el populismo en ambos países, así como los cruces y desencuentros entre ambas tradiciones. La investigación desea contribuir al estudio de procesos transnacionales como la irrupción de las dictaduras de seguridad nacional, el surgimiento de la llamada “nueva izquierda” y la lucha armada en el Cono Sur. Para el trabajo se relevó bibliografía general sobre historia reciente de Argentina y Brasil, específica sobre Ação Popular y Montoneros, y metodológica sobre historia comparada, incorporando al análisis una selección de documentos producidos por ambas organizaciones.

## **Argentina y Brasil, entre sincronismos y asimetrías**

Desde la segunda mitad del siglo XIX, las poblaciones de Argentina y Brasil, que habían crecido de forma relativamente pareja en el marco de una inserción dependiente al mercado mundial, se diferenciaron notablemente a causa de la explosión demográfica brasileña. Hacia 1920, los 27 millones y medio de habitantes del Brasil triplicaban la población argentina, que reunía cerca de 9

millones de ciudadanos censados (DEVOTO; FAUSTO, 2008, p. 150-151). Con el estancamiento de la inmigración masiva en 1930, la población brasileña mantuvo su ritmo de crecimiento acelerado, mientras la demografía argentina, mucho más dependiente del ciclo migratorio iniciado alrededor de 1870, exhibió avances lentos y moderados. Como contrapartida, hasta fines de la década del 30 la Argentina era un país mucho más urbanizado y alfabetizado que Brasil, situación que le permitía contar con una amplia clase media, y gozar de estándares de vida similares al de algunos países europeos. No obstante, la descentralización urbana en grandes ciudades como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador de Bahía y Porto Alegre permitió a la economía brasileña tener una mayor diversificación productiva, distribución de riesgos y ventajas comparativas, en comparación a la hipertrofia del área metropolitana de Buenos Aires como centro neurálgico de la economía argentina. Si comparamos la escala de ambas economías por el Producto Bruto Interno total (PBI), este índice no presentó grandes diferencias hasta fines de los años 40, cuando Brasil superó a la Argentina: entre 1950 y 1965, el PBI brasileño medido en miles de millones de dólares pasó de 89,3 a 203,4 con un incremento del 128 %, mientras que el PBI argentino ascendió del 85,5 al 141,9, logrando un aumento del 66 %. Sin embargo, el gran salto hacia adelante se dio entre 1965 y 1989, cuando el PBI de Brasil estuvo cerca de cuadruplicarse (de 203,4 a 776,5), mientras que el PBI de Argentina tuvo un módico 50 % de aumento, de 141,9 a 212,4. (VALENTINI, 2012, p. 12).

¿Que había ocurrido? Los desempeños económicos no pueden reducirse a uno o dos factores, pero hay que mencionar, en primer lugar, las diferentes maneras de inserción dependiente al mercado mundial que adoptaron los dos países: en la primera mitad del siglo XX, Brasil se dedicó a exportar café a los Estados Unidos, y la Argentina conservó sus vínculos con Inglaterra comercializando lana, carne y cereales, a medida que se imponía la hegemonía norteamericana en la región. Mientras las economías de Estados Unidos y Brasil eran complementarias, la burguesía agroexportadora argentina y fracciones de la burguesía norteamericana competían en la producción de materias primas (MONIZ BANDEIRA, 2006). En segundo lugar, hay que poner la lupa en las políticas económicas, especialmente las

que se adoptaron en ambas naciones a partir de la crisis de 1930. La Gran Depresión afectó mucho más a Brasil por la brusca caída de los precios del café, pero la magnitud del desastre impulsó la diversificación de las exportaciones, y la temprana intervención del Estado para apoyar la producción manufacturera, a partir del modelo de industrialización por sustitución de importaciones. En Argentina, en cambio, los gobiernos de la “década infame” mantuvieron las mismas exportaciones y firmaron acuerdos comerciales desventajosos con Gran Bretaña, como el tratado Roca-Runciman de 1933. La intervención del Estado argentino fue mucho más activa, pero en principio más orientada a las finanzas que al sector industrial, área de la economía donde Brasil creció con más vigor (DEVOTO; FAUSTO, 2008, p. 235-239). Por esta razón, el PBI total de los dos países se fue equilibrando, pero al mismo tiempo existían notables diferencias en el producto bruto interno *per capita*, relacionadas a una estructura social más compleja y menos desigual en la Argentina, en contraste con un Brasil que conservaba algunos rasgos patriarcales, herencia del esclavismo y la *República Velha*: según Fernando Devoto y Boris Fausto, el crecimiento económico que había conseguido la Argentina antes de la Primera Guerra Mundial permitía que en 1940 haya 30 automóviles por cada mil personas, en comparación con 4 para Brasil; por otra parte, el consumo de energía eléctrica era de 180 kw por persona para Argentina y 111 para Brasil, sin contar otros rubros.

Hacia 1940, Brasil y Argentina habían equilibrado sus economías. En cierta medida, la performance brasileña había sido posible por las políticas económicas de Getúlio Vargas, desde su llegada al poder en 1930. El varguismo y el peronismo, si bien tuvieron amplias coincidencias en la promoción de la industrialización, el intervencionismo estatal y la inclusión de los trabajadores urbanos en una amplia alianza de clases, también pueden ser comparados por sus diferencias: el populismo varguista puso más énfasis en la inversión productiva que en la distribución del ingreso, y careció de los matices políticos más plebeyos que distinguieron al peronismo. En contraste, el peronismo priorizó el consumo interno para impulsar el pleno empleo y la industria liviana, aunque su política de nacionalizaciones fue más agresiva, y la participación del movimiento obrero más autónoma y disruptiva que en el caso brasileño. En consecuencia, si el peronismo

priorizó la “justicia social” dejando en un segundo plano a la modernización económica, el varguismo hizo al revés, quizás porque su punto de partida era una economía más débil, y un entramado político asociado al Antiguo Régimen de las oligarquías estadales.

Entre fines de la década de 1950 y comienzos de los 70 los tiempos de la Argentina y Brasil se sincronizaron, compartiendo procesos y tendencias. Las presidencias de Juscelino Kubitscheck (1956-1961) y Arturo Frondizi (1958-1962) se identificaron con el desarrollismo, un modelo económico característico del nuevo orden mundial de la segunda posguerra, que intentaba conciliar el crecimiento industrial con la apertura al capital extranjero. Sin embargo, los contrastes entre los dos países eran cada vez más agudos: después de ocho meses de gobierno con una economía que crecía el 5 %, Frondizi aplicó un plan de estabilización para frenar la inflación y el drenaje de reservas, que profundizó las tendencias recesivas de la Argentina. Por el contrario, el ambicioso plan de metas de Kubitscheck, en un contexto más favorable para el sector externo brasileño y mayor capacidad de divisas, permitió la construcción de una nueva capital, Brasilia, con un crecimiento del 8 % durante dos años (DEVOTO; FAUSTO, 2008, p. 326-330). Las dinámicas políticas tampoco se correspondían, ya que Kubitscheck gobernó en un clima de relativa paz social y estabilidad política, tras resolverse la crisis de sucesión abierta por el suicidio de Vargas en 1954. Aunque la huelga de 300.000 obreros paulistas en 1953 y las movilizaciones populares por la muerte del político gaúcho habían mostrado un Brasil moderno, ajeno a los consensos de las elites que predominaban en la política brasileña, la sociedad argentina parecía más conflictiva y violenta: en 1955, aviones de la Marina bombardearon la Plaza de Mayo para asesinar al presidente Juan Domingo Perón, matando a cientos de civiles. La dictadura militar que derrocó al gobierno constitucional trató de desperonizar a la sociedad argentina sin alcanzar grandes resultados, mientras la resistencia peronista respondía con huelgas, atentados, sabotajes y hasta una guerrilla rural, los Uturuncos. Las dificultades de Frondizi para frenar las protestas obreras y la recomposición política del peronismo provocaron su caída en 1962, a causa de un nuevo golpe militar. El contexto internacional de los años 60 había cambiado, especialmente después del alineamiento de la Revolución

cubana con la URSS. En el ambiente de una renovada guerra fría, los militares latinoamericanos intervinieron en la política doméstica para luchar contra una virtual amenaza comunista, convirtiéndose así en un actor político protagónico. En Argentina, la intromisión de las fuerzas armadas en el gobierno había sido frecuente desde 1930; en Brasil, donde los gobiernos civiles eran más estables, las fuerzas armadas también se habían politizado. A pesar de la “pax desarrollista” de Kubitscheck, el ciclo de inestabilidad institucional abierto tras la renuncia de Vargas en 1945 no se había cerrado, y el campo político brasileño se dividió en torno al legado varguista. La derecha, compuesta por la Unión Democrática Nacional (UDN) y sus aliados militares intentaron impedir la llegada al poder de los partidos herederos del varguismo, desde el moderado Partido Social Democrático (PSD), de donde provenía Kubitscheck, hasta el más populista Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representado por João Goulart. El Partido Comunista Brasileño (PCB), mientras tanto, pasó de la oposición intransigente a Vargas a proponer en su *Declaración de Marzo* de 1958 un frente único para impulsar la revolución “antiimperialista, antifeudal, nacional y democrática”, línea política que lo acercó a las posiciones del PTB (AARÃO REIS, 1990, p. 24).

En 1961 ganó las elecciones Janio Quadros, un candidato de oposición que decía ser capaz de terminar con el burocratismo y la corrupción de la era Vargas, en sintonía con el discurso antipopulista de la UDN, pero al mismo tiempo prometía una reforma agraria progresista y una política exterior independiente (DEVOTO; FAUSTO, 2008, p. 344). Sin embargo, Quadros presentó su renuncia a siete meses de iniciar su mandato, sin apoyo en el Parlamento y carente de una base política propia. En su lugar asumió el vicepresidente João Goulart, después de negociar con los militares y la oposición la formación de un régimen parlamentarista, con un gabinete que respondía a la Cámara de Diputados y tenía representantes de la UDN, el PSD y el PTB. Durante el gobierno de Goulart (1961-1964) se reunió un amplio movimiento social en apoyo de las “reformas de base”, proyectadas en materia fiscal, agraria, urbana, política y educativa (AARÃO REIS, 1990, p. 45). La radicalización de obreros, campesinos, estudiantes y sectores subalternos de las fuerzas armadas permitió el surgimiento de experiencias como Aço Popular, en el marco de una sociedad

movilizada por varios procesos interconectados: la acumulación de demandas populares en un modelo de desarrollo que no contemplaba la distribución del ingreso, las migraciones internas y la urbanización generadas por la industrialización, el ascenso de nuevas capas medias que evidenciaba una estratificación social más compleja, la alfabetización de una porción cada vez mayor de la población, rompieron la base rural de la antigua política clientelar. Así se gestó un entramado de alianzas subalternas en oposición a las élites tradicionales que incluyó a nuevos actores, como las juventudes católicas, y polarizó a la sociedad brasileña. Las manifestaciones masivas a favor y en contra del gobierno de Goulart se sucedieron, hasta que una revuelta de marineros en protesta por mejores condiciones de trabajo rompió el delgado hilo que separaba a las fuerzas armadas del poder político. El 31 de marzo de 1964, un golpe de Estado encabezado por los generales Olimpio Mourão Filho, Humberto de Alencar Castelo Branco y la oposición udenista derribó el gobierno de João Goulart.

En la Argentina, las elecciones de 1963 le dieron la victoria a Arturo Illia con un módico 25 % del padrón electoral, ya que el peronismo no podía presentarse libremente a elecciones y la mayoría de sus simpatizantes votó en blanco. El gobierno de la Unión Cívica Radical del Pueblo (UCRP) aplicó una combinación de políticas económicas nacionalistas y distribucionistas que reactivaron la economía en el corto plazo, pero no concitaron un apoyo popular equivalente a las “reformas de base” de Goulart. La administración de Illia no pudo imponerse sobre las fuerzas armadas y los sindicatos peronistas, que se erigieron como árbitros de las políticas de la UCRP. Los militares estaban preocupados por la radicalización política en las universidades y la irrupción de organizaciones armadas como el Ejército Guerrillero del Pueblo, que en 1963 intentó sin éxito establecer un foco rural en la provincia de Salta, con la anuencia del propio Che Guevara. La Confederación General del Trabajo (CGT) demostró su fortaleza como actor político al año siguiente, con un ambicioso plan de lucha que paralizó a miles de fábricas. Aunque los indicadores económicos eran positivos y la Argentina atravesaba un período de esplendor en las ciencias y las artes, el partido militar articuló un heterogéneo bloque opositor, compuesto por sectores del empresariado, la Iglesia católica, el sindicalismo, los medios de prensa y la derecha liberal. El

28 de junio de 1966, un golpe de Estado conducido por el general Juan Carlos Onganía derrocó al presidente Illia.

## **Ação Popular, entre el cristianismo y el maoísmo**

En mayo de 1962, un grupo de militantes de la Juventud Universitaria Católica (JUC), la Juventud Obrera Católica (JOC) y la Juventud Estudiantil Católica (JEC) se reunieron en un convento de la orden dominicana en Belo Horizonte, para fundar una organización política independiente de la Iglesia. La radicalización de los jóvenes católicos se había iniciado alrededor de 1957, en un contexto donde se combinaron factores nacionales y transnacionales. La iniciativa desarrollista de Kubitscheck para recorrer “50 años en 5” no contempló las necesidades inmediatas de las clases subalternas, ya que Brasil seguía siendo un país de grandes contrastes sociales. El impulso renovador del papa Juan XXIII y la circulación de las obras de pensadores católicos como Louis-Joseph Lebret, Emmanuel Mounier y Pierre Teilhard de Chardin alimentaron la emergencia de una tendencia izquierdista en la JUC, que conjugó la crítica romántica de la Iglesia al capitalismo con la inserción en las luchas sociales. Para el ex jucista Luiz Alberto Gómez de Souza:

Maritain e mais tarde Mounier ou Teilhard de Chardin não foram adotados porque tinha ocorrido uma ‘conversão’ a seu pensamento, mas sobretudo porque se opunham a outros autores que se queria deixar de lado e abriam pistas que poderiam ser utilizadas, ainda que com muita liberdade. (RIDENTI, 2002, p. 7)

La crítica a la modernización desde una cosmovisión que se proponía como alternativa al capitalismo y el comunismo, hizo que varios militantes laicos realizaran, paradójicamente, un acercamiento al marxismo desde el pensamiento cristiano progresista, apropiándose de lenguajes, programas y reivindicaciones propias de la cultura de izquierdas. En abril de 1961, un acuerdo entre el Partido Comunista

y la JUC logró que el dirigente católico Aldo Arantes sea elegido presidente de la Unión Nacional de los Estudiantes (UNE), federación que nucleaba a los alumnos de enseñanza superior. La alianza entre los jóvenes católicos y la izquierda provocó la expulsión de Arantes de la JUC, quien ya había incomodado a la jefatura de la Iglesia publicando un documento de apoyo la Revolución cubana. Como resultado de estas tensiones, el ala izquierda de la JUC decidió crear una organización no confesional, dado que la tutela eclesial se había vuelto un freno a sus ambiciones políticas, y particularmente al crecimiento en el frente estudiantil. El encuentro fundacional celebrado en el convento dominico de Belo Horizonte fue impulsado por Vinicius Caldeira Brant junto a un grupo de militantes de la JUC y la JOC que publicaban la revista *Ação Popular*, nombre que tomó la nueva organización (FILGUEIRAS, 2014, p. 90-92). En febrero de 1963 se realizó en Salvador de Bahía el primer Congreso del grupo, que nombró una Coordinación Nacional y redactó un *Documento Base*, donde el apismo rubricó su opción por el socialismo y se alineó en el campo de las izquierdas. El programa también criticó las “reformas de base”, por pretender instaurar un neo capitalismo capaz de garantizar el desarrollo burgués, canalizando las tensiones provocadas por la radicalización de las masas y sus luchas contra el sistema de explotación (AARÃO REIS; FERREIRA DE SÁ, 1985, p. 44). A pesar de todo, *Ação Popular* colaboró con el gobierno de Goulart, empleando a sus militantes en el Ministerio de Educación, el Ministerio de Trabajo y la Superintendencia de Política para la Reforma Agraria. Pero el mayor peso de la organización estaba en el movimiento estudiantil, donde el apismo mantuvo la presidencia de la UNE durante varios años, y en el movimiento campesino, por su participación en las Ligas Campesinas, el Movimiento de Educación de Base y los sindicatos de trabajadores rurales.

El golpe militar de 1964 tomó por sorpresa a *Ação Popular*, ya que varios militantes fueron arrestados y otros tuvieron que escapar del país, sin poder dar una respuesta unitaria al brusco cambio de la situación política. Aunque el *Documento Base* había sido un intento de alear el cristianismo, el marxismo y el existencialismo en una ideología propia que reconocía la herencia de las juventudes católicas radicalizadas, los primeros años del régimen militar encontraron a Acción Popular buscando una nueva identidad, en un inquieto zig-zag

de lineamientos políticos (BENEDITO DIAS, 2006, p. 143-175). La decisión de organizar la resistencia armada a la dictadura acercó a varios dirigentes apistas a Leonel Brizola, referente de la izquierda del PTB, pero en este caso la lucha armada jamás pasó de los preparativos. A medida que pasaba el tiempo y el gobierno de Castelo Branco se afirmaba en el poder, Ação Popular estrechaba relaciones con Cuba, donde importantes dirigentes como el ex sacerdote Alipio de Freitas y Paulo Stuart Wright habían viajado para realizar entrenamiento militar. En efecto, varios miembros de la organización parecían seducidos con la posibilidad de iniciar la lucha armada en Brasil (FILGUEIRAS, 2014, p. 305; GORENDER, 2014, p. 125).

En 1965, Ação Popular realizó un Encuentro Nacional en São Paulo, que eligió una nueva dirección a la que se denominó Comando Nacional, y se aprobó un nuevo programa, la *Resolución política*. El documento valoraba la insurrección armada y la guerra de guerrillas como formas de lucha necesarias para la toma del poder, en un claro guiño a la Revolución cubana. La realidad de la organización, no obstante, era mucho más compleja que la línea, ya que varios militantes criticaban la resistencia armada como una variante “foquista” apartada de los frentes de masas. En cambio, los principales dirigentes que estaban volviendo del exilio, como Herbert José “Betinho” de Souza, Aldo Arantes, Jair Ferreira de Sá, Alipio de Freitas y Paulo Wright, coincidían en la necesidad de la violencia para derribar a la dictadura. Para llevar esta idea a la práctica, se creó una comisión militar, con la tarea de capacitar en el manejo de armas y explosivos a los militantes (GORENDER, 2014, p. 125). Pero un año después, un hecho armado contribuyó a modificar nuevamente el derrotero político de la organización: el 25 de julio de 1966 estalló una maleta con explosivos en el aeropuerto de la ciudad de Recife. El objetivo era matar al Ministro de Guerra Arthur da Costa e Silva, pero por problemas técnicos el avión que lo debía trasladar no llegó a despegar. El atentado, que provocó dos muertos y quince heridos, fue preparado por un grupo de militantes de Pernambuco dirigidos por Alipio de Freitas que integraban la comisión militar. (FILGUEIRAS, 2014, p. 307-308). El fracaso de la acción, que no había sido consultada con el Comando Nacional, llevó al cierre de la comisión militar y aceleró la búsqueda de una

nueva identidad, capaz de conciliar las tendencias movimientistas y foquistas de la organización.

El acercamiento a China se volvió fundamental para el cambio de línea política de Aço Popular. Si bien existían contactos previos, la primera delegación oficial llegó a Beijing en 1967, en plena Revolución Cultural. Los revolucionarios chinos ofrecían formación política antes que capacitación militar, algo que la comitiva brasileña aceptó con entusiasmo por la mala experiencia que habían tenido en Cuba, donde los apistas recibieron entrenamiento guerrillero pero se les prohibió avanzar en el debate de ideas.<sup>1</sup> Los chinos insistían en el trabajo de masas, tenían una concepción “científica” del socialismo y una estrategia de guerra popular prolongada, elementos que parecían atenuar las diferencias entre movimientistas y foquistas.<sup>2</sup> Por otro lado, los dirigentes de Aço Popular encontraban por fin una identidad homogénea, que les permitiría posicionarse en el campo de las izquierdas como una alternativa al viejo Partido Comunista Brasileño y a las organizaciones político-militares que iban a aparecer en los años siguientes. En abril de 1967, Aço Popular publicó una *Resolución sobre el debate teórico-metodológico*, que criticó a los programas anteriores por dar una definición ideológica del socialismo sin apoyarse en el marxismo, valorado ahora como ciencia de la historia, la política y la sociedad. Según el documento, lo importante era estudiar la teoría revolucionaria, ya que otra cosa sería: “... negar a possibilidade de centralizar o debate no estudo do marxismo, e pretender estudar, ao mesmo tempo, o pensamento de Teilhard de Chardin, Emanuel Mounier, Bertrand Russel, etc.” (FILGUEIRAS, 2014, p. 373). La mutación cultural hacia un marxismo que excluía la matriz cristiana y existencialista originaria de Acción Popular encontró un puente en el maoísmo, pero también en el estructuralismo: entre 1966 y 1967, un grupo de apistas que se encontraba en París cursó varios seminarios con Louis Althusser, impulsando la circulación de sus ideas en la organización. Así pues, la distinción entre ciencia e ideología contribuyó al divorcio formal del marxismo y el cristianismo (RIDENTI, 2002, p. 48-49). El tránsito del cristianismo liberacionista al maoísmo no implicaba solamente un cambio de línea o de estrategia, sino la reinención de la cultura política de la organización, “uma verdadeira revolução pessoal, com uma mudança

completa na perspectiva de vida e no estilo de militancia de muitos de nossos quadros” (FILGUEIRAS, 2014, p. 373; LOWY, 1999).

La primera mitad de 1968 significó el punto más alto de las protestas contra la dictadura en Brasil, que ya incluían acciones armadas de guerrilla urbana. Para Ação Popular, que había echado raíces en el movimiento obrero, campesino y estudiantil, fue en cambio un momento de crisis interna, debido a la nueva orientación política adoptada por la dirección. Si nos guiamos por la *Autocrítica del Comando Nacional* redactada aquel año, el proceso de homogeneización cultural parecía no avanzar de acuerdo a lo esperado. La dirigencia apista creía “[...] necessário reconhecer que existe contradição entre materialismo dialético e religião e fazer um trabalho de persuasão a este respeito, mas acima de tudo concentrar esforços na transformação prática dos militantes crentes” (RIDENTI, 2002, p. 28). En las semanas siguientes a la ola de movilizaciones de abril y mayo estalló la lucha entre fracciones internas: la gota que colmó el vaso fue la publicación de *Los seis puntos* por un sector de la dirección que integraban Aldo Arantes, Jair Ferreira de Sá, Duarte Pereira, Haroldo Lima y Paulo Stuart Wright, conocidos como la Corriente 1. En respuesta, Vinicius Caldeira Brant, Sergio Bezerra de Menezes, Alipio de Freitas, María Docarmo Biapina y Altino Dantas redactaron las *Dos posiciones*, formando una tendencia que recibió el nombre de Corriente 2. En líneas generales, los puntos de quiebre entre ambas fracciones eran el modelo revolucionario a seguir (China o Cuba), el papel de la lucha armada (guerra popular prolongada vs. foco rural), el tipo de revolución (nacional-democrática o socialista inmediata) y la caracterización de la sociedad brasileña (semifeudal y semicolonial o capitalista dependiente).

*Los seis puntos* operaron una completa mimesis con el vocabulario político maoísta: el partido proletario debía guiarse por la teoría marxista-leninista, seguir el pensamiento del presidente Mao-Tsé-Tung, entendido como la tercera etapa del marxismo, practicar la crítica y la autocrítica (FILGUEIRAS, 2014, p. 528). La Corriente 2 también reclamaba su pertenencia al campo de las izquierdas, citaba a Lenin y condenaba al “revisionismo soviético”, pero reunía a un heterogéneo grupo compuesto por los partidarios del foco rural, los estructuralistas y aquellos que rechazaban la revolución por etapas. Aunque la ruptura era inevitable y los opositores

al giro maoísta terminaron por ser expulsados, las dos tendencias coincidían en su balance de la primera Ação Popular, criticada por su origen pequeño-burgués y antimarxista desde la Corriente 1, o cuestionada por la Corriente 2 debido a su concepción moralista de la historia.<sup>3</sup> Otro tema que dividió aguas en Ação Popular fue la integración a la producción entre 1968 y 1970, política que desplazó a los cuadros intelectuales y estudiantiles hacia ámbitos fabriles o rurales. La finalidad de la proletarización era, según sus defensores, forjar una conciencia revolucionaria en los militantes de clase media volcándolos al trabajo productivo, entendido como actividad práctica fundamental y fuente de conocimiento (TSE-TUNG, 1976, p. 318-332). La integración a la producción continuó con las prácticas del catolicismo renovador, como indicaba Carlos Aumond en 1966:

Mais importante do que tudo, entretanto, nos parece a identificação profunda e pessoal do militante profissionalizado com o povo operário e camponês. A experiência dos revolucionários do Vietnã foi resumida por Ho Chi Minh na conhecida política dos três preceitos, que assim se enuncia: viver junto, comer junto e trabalhar junto. Esta identificação é tão importante que a Igreja Católica a adotou para sua pastoral operária com a experiência dos padres operários. (RIDENTI, 2002, p. 30)

La integración a la producción, sin embargo, fue abandonada hacia 1970, dejando un saldo ambiguo con valoraciones positivas y condenas en bloque. Para Jacob Gorender la experiencia fue un fracaso, ya que desestructuró el poderoso frente estudiantil de Acción Popular (GORENDER, 2014, p. 128). Betinho, que permaneció en Acción Popular después de la ruptura de 1968 y vivió en carne propia la proletarización, realizó un balance posterior aún más duro, al criticar de forma mordaz las semejanzas entre cristianismo y maoísmo:

O maoísmo caiu melhor na minha estrutura de inspiração cristã. Um católico praticante fervoroso pode virar um maoísta numa questão de segundos, porque você tem Deus, que é o Mao, tem o camarada que é chefe, você tem a revolução que

é inexorável [...] Tem a bíblia vermelha, que é pequenininha e fácil de ler. (RIDENTI, 2002, p. 54)

La asunción del maoísmo no garantizó el fin de los conflictos internos, ya que al poco tiempo surgieron tensiones por el progresivo acercamiento entre Ação Popular y el Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se había formado en 1962 y tenía excelentes relaciones con China. Algunos militantes creían que se debía construir un nuevo partido proletario y apoyaban las tareas socialistas como prioridad revolucionaria, a pesar de su maoísmo declarado. Otros sostenían que el partido proletario era el PCdoB, y defendían sus tesis de revolución nacional-democrática. La dirección apista, que permanecía en la clandestinidad debido a la intensa represión que estaba cayendo sobre el conjunto de la izquierda revolucionaria, optó por una solución de compromiso: en 1971 se aprobó un *Programa Básico* que trató de remendar las tensiones estratégicas con el concepto de “revolución ininterrumpida por etapas”, cambió el nombre de la organización a Ação Popular Marxista Leninista (APML), y reemplazó los comandos por comités. Sin embargo, la mayoría del Comité Central, dirigido por Aldo Arantes y Haroldo Lima, eligió disolver la organización, cumpliendo con el requisito exigido por el PCdoB para unirse a sus filas. La minoría, encabezada por Jair Ferreira de Sá y Paulo Wright se negó a dismantelar la APML, razón por la cual el proceso de ruptura se extendió hasta comienzos de 1973. Mientras un sector de la organización se unió al PCdoB, que llegaba a la fusión muy golpeado por la persecución de la dictadura, el resto de APML se quedó en la organización hasta el II Congreso realizado a fines de 1980, donde la mayoría de sus militantes se integró al naciente Partido de los Trabajadores.

## **Montoneros, una vanguardia armada del peronismo**

La organización político-militar Montoneros se formó en Argentina hacia 1968, a partir de la fusión de varios grupos juveniles católicos galvanizados por el Concilio Vaticano II, el pensamiento

cristiano progresista, las revoluciones del Tercer Mundo y el peronismo combativo. Buena parte de los futuros integrantes de Montoneros se conocieron en las redes animadas por el ex seminarista Juan García Elorrio, como los Comandos Camilo Torres y la revista *Cristianismo y Revolución*, medio de prensa publicado entre 1966 y 1971 que funcionó como espacio de convergencia entre el cristianismo liberacionista, la izquierda peronista y las organizaciones armadas (MORELLO, 2003). Incorporando las ideas marxistas de John William Cooke, ex delegado de Perón que quería convertir al peronismo en un partido revolucionario, y adoptando la lectura del revisionismo histórico de izquierdas de Jorge Abelardo Ramos y Juan José Hernández Arregui, quienes relacionaban el peronismo con las luchas populares del siglo XIX, este sector de las juventudes católicas veía al peronismo como una versión argentina de los movimientos de liberación nacional que revolucionaban al Tercer Mundo. El pasaje del cristianismo liberacionista a la idea de construir una organización armada de identidad peronista y objetivos socialistas fue veloz: tras viajar al encuentro de la Organización Latinoamericana de Solidaridad en Cuba y entrenarse militarmente, a fines de 1967 un grupo de militantes del Comando Camilo Torres encabezado por Fernando Abal Medina y Emilio Maza rompió con García Elorrio, criticado por poner las actividades de la revista por encima de los preparativos de la lucha armada (CAMPOS, 2010, p. 91-96).

Hasta 1970, los grupos originarios de Montoneros participaron de acciones militares innominadas, como desarmes a policías, asaltos a entidades bancarias y depósitos de armas, con el propósito de foguear a los militantes y montar una infraestructura político-militar. Con el estallido de la rebelión popular del Cordobazo en 1969, la organización entendió que estaban maduras las condiciones para darse a conocer públicamente.<sup>4</sup> El 29 de mayo de 1970, en el aniversario de las jornadas insurreccionales de Córdoba, un comando montonero secuestró a Pedro Eugenio Aramburu, uno de los jefes del golpe de Estado que había derrocado a Perón. Tres días después, el militar retirado fue asesinado de cuatro disparos, tras ser sometido a un juicio revolucionario. La conmoción producida por el magnicidio precipitó la renuncia de Onganía, pero las cosas no terminaron allí: el 1 de julio, Montoneros ocupó la localidad cordobesa de La Calera, esta

vez con bajas importantes como el dirigente Emilio Maza, muerto por las fuerzas de seguridad (GILLESPIE, 1989, p. 126-127). Si bien los montoneros parecían más interesados en exhibir hechos armados que por la producción teórica, aprovecharon la difusión mediática de sus acciones para dar algunas definiciones políticas:

Somos peronistas aunque provengamos de distintos orígenes y formaciones. El peronismo tiene una doctrina creada en 1945, que se fue reelaborando y actualizando durante los veinticinco años posteriores. Esta doctrina se sintetiza en las tres banderas del Movimiento: Independencia Económica, Justicia Social y Soberanía Política. Estas tres banderas en 1970 se expresan a través de la necesidad de lograr un desarrollo económico independiente y una justa distribución de la riqueza, dentro del marco de un sistema socialista que respete nuestra historia y nuestra cultura nacional. Por otro lado, la doctrina fue definida por su creador, el general Perón, como profundamente nacional, humanista y cristiana, respetuosa de la persona humana sobre todas las cosas<sup>5</sup>.

En este pasaje conviven matrices culturales diferentes, unidas por la lectura del peronismo como una revolución inconclusa que el socialismo y la lucha armada debían llevar hasta sus últimas consecuencias. El énfasis en la “persona humana” y lo cristiano de la doctrina justicialista son huellas discursivas que, dejadas adrede o no, segregaban a los Montoneros de la izquierda revolucionaria y delataban sus orígenes intelectuales, vinculados al pensamiento cristiano progresista. Por otra parte, el populismo distributivo y nacionalista de las tres banderas peronistas coincidía sin mayores precisiones con el socialismo. Para concretar este programa, Montoneros sostenía una estrategia de guerra popular:

Ésta presenta distintas características, debe ser total, nacional y prolongada. Le digo total porque supone la destrucción del Estado capitalista y de su ejército, como previos a la toma del poder por el pueblo. Hablamos de nacional, porque su sentido es el de la emancipación del dominio extranjero,

a la par que la reivindicación del pueblo argentino. Y por último la calificamos de prolongada, porque hay que formar el ejército popular, lo que implica tiempo para desarrollarlo y además, debido a las características del ejército enemigo al cual no es posible derrotar en un combate y sí, en cambio, desgastarlo en la lucha a través del tiempo<sup>6</sup>.

Coincidir con la guerra popular prolongada no significaba la asunción plena del maoísmo, sino más bien el uso instrumental de una categoría que se sumaba al collage de la ecléctica identidad montonera. Como parte de la nueva izquierda, los guerrilleros peronistas veían a la Revolución china como un socialismo renovado, antiburocrático y defensor de la vía armada para combatir el imperialismo. Pero también parecían aceptar los conceptos de foco guerrillero y propaganda armada que habían popularizado el Che Guevara y Régis Debray, cuando sostenían que el secuestro de Aramburu era “[...] el primer hecho militar realizado por una organización revolucionaria que implica por sí solo definirse políticamente”.<sup>7</sup> Las redadas policiales y el asesinato de sus principales dirigentes entre julio y septiembre de 1970 empujaron a Montoneros al borde de la extinción, ya que los contactos se redujeron al mínimo y declinaron las acciones armadas. Sin embargo, a lo largo de 1971, lo que era una laxa federación de agrupaciones provinciales se convirtió en una estructura nacional (LANUSSE, 2007, p. 16-18). En agosto se realizó un Congreso Nacional, que impulsó la formación de una conducción única compuesta por los jefes regionales y discutió una “Línea Político Militar”, programa de circulación interna aprobado a principios de 1972. El documento proponía como objetivos revolucionarios la liberación nacional y el socialismo, definido como la socialización de los medios de producción y la abolición de la propiedad privada en el marco de una economía planificada. La estrategia de guerra revolucionaria delimitaba un campo de fuerzas dado por la lucha de clases, donde la principal oposición era entre el peronismo, representado por los trabajadores junto a los sectores de clase media aliados, y el antiperonismo, compuesto por el imperialismo, la oligarquía terrateniente, la mediana y la gran burguesía (BASCHETTI, 2004, p. 249-270). Si la lucha armada era vista como una estrategia a la que debían subordinarse las demás formas de lucha, la consecuencia

lógica del planteo era que Montoneros aspiraba a convertirse en la vanguardia del movimiento peronista.

La reestructuración de 1971 generó las condiciones para el crecimiento de la organización, moderado en buena medida por las propias prácticas conspirativas que prevenían la infiltración del aparato represivo (LANUSSE, 2007, p. 23). Desde el punto de vista montonero, se estaba pasando del “foco” a la “infección”, es decir, de la pequeña organización clandestina a la inclusión de las masas en un movimiento armado, gracias al ejemplo catalizador de las acciones guerrilleras (SALAS, 2009, p. 7). Así pues, la estructura organizativa se modificó para incorporar nuevos militantes: debajo de las Unidades Básicas de Combate integradas por guerrilleros, surgieron las Unidades Básicas Revolucionarias, dotadas de cuadros intermedios que conectaban a la organización armada con los movimientos sociales (LANUSSE, 2007, p. 24). El prestigio ganado en el campo peronista con el secuestro de Aramburu, la rapidez de reflejos para sumarse al proyecto electoral de Perón cuando pocos creían en su regreso, y la politización hacia la izquierda de un sector de las capas medias y obreras, transformaron en los primeros meses de 1973 a Montoneros en una organización político-militar con frentes de masas capaces de movilizar a miles de simpatizantes. En este período, conocido entre los militantes como el “engorde”, nacieron la Juventud Peronista Regionales (JP), la Juventud Trabajadora Peronista (JTP), el Movimiento Villero Peronista (MVP), la Juventud Universitaria Peronista (JUP), la Unión de Estudiantes Secundarios (UES) y la Agrupación Evita (AE), entre otras organizaciones de base que respondían a la dirigencia montonera. Montoneros también absorbió a organizaciones preexistentes como el comando Descamisados, cuyos orígenes se remontaban a la Democracia Cristiana, y las Fuerzas Armadas Revolucionarias, formada por militantes provenientes del Partido Comunista. Por otro lado, la organización desarrolló una intensa labor periodística para disputar la arena de la opinión pública, con periódicos de tirada masiva como *Noticias*, *El Descamisado* y *La causa peronista*.

Las reiteradas protestas sociales y el desafío de la guerrilla desgastaron a la dictadura militar de tal modo, que el presidente de facto Alejandro Agustín Lanusse decidió programar una apertura política controlada por las fuerzas armadas. Los montoneros colaboraron con la campaña presidencial del candidato peronista Héctor Cámpora,

que triunfó en las elecciones del 11 de marzo de 1973 con el aval de Perón. De esta manera, la llamada Tendencia Revolucionaria, que congregaba al peronismo montonero y sus aliados consiguió doce diputados nacionales, presencia en gobernaciones provinciales y universidades nacionales (SALAS, 2009, p. 6). La creciente intervención de Montoneros en el espacio público, y su adhesión a la política frentista de Perón acarreó un cambio en varios puntos de su estrategia:

2.2.1.2. Construcción del frente. Responde a la necesidad de enfrentar a los monopolios desde una relación de fuerzas superior para lo cual es imprescindible ampliar la base de sustentación (el campo de fuerzas aliadas). No comprendemos esta política porque concebimos a la lucha del movimiento de liberación nacional — el peronismo — como una tarea independiente sin necesidad de política de frente; esta incompreensión deriva fundamentalmente de caracterizar a priori la mediana burguesía en el campo enemigo sin analizar las contradicciones que la política de penetración imperialista le puede provocar (ver Línea Político-Militar). (BASCHETTI, 1996, p. 577).

En el *Boletín interno n.1* se criticaba al foco guerrillero como una concepción política incapaz de hacer frente a los desafíos de la nueva etapa, en clara referencia al programa de 1971, que había definido una acentuada polarización entre los trabajadores y la burguesía. El proyecto de “reconstrucción nacional” de Perón, apoyado en una alianza de clases con la burguesía industrial y una apertura hacia los partidos políticos tradicionales, llevó a nuevas definiciones: la “contradicción principal antagónica” era nación-imperialismo, mientras aquellas que dividían al pueblo de la mediana burguesía se agrupaban dentro de las contradicciones secundarias. La reconstrucción nacional era vista como la primera etapa de la liberación nacional, que a su vez iba a exacerbar las contradicciones necesarias para la transición al socialismo. El mismo proceso de liberación nacional forjaría una conciencia socialista, que se debía desarrollar “[...] a través de la práctica de las masas, de sus militantes más conscientes, de la conducción del general Perón, no apareciendo como algo dado a priori” (BASCHETTI, 1996, p. 582-583). La llegada de Perón al país frenó

las expectativas que tenía Tendencia Revolucionaria con el retorno del peronismo al poder. Hasta los primeros meses de 1973, el anciano líder había apoyado las acciones de Montoneros para contrarrestar las tendencias negociadoras de la CGT y los políticos peronistas, pero también para presionar al régimen militar con una salida violenta si no se garantizaban elecciones libres. Con Cámpora en el gobierno, Perón empezó a atacar frontalmente a la Tendencia Revolucionaria, para lo cual se acercó a los jefes sindicales y a los sectores más conservadores del movimiento. Mientras en los discursos de circulación pública los Montoneros se volcaban a un frenético malabarismo argumentativo para hacer coincidir sus posiciones con las de Perón, a nivel interno las diferencias parecían evidentes, como muestra la *Charla de la Conducción Nacional ante las agrupaciones de los frentes* de 1973:

La ideología de Perón es contradictoria con nuestra ideología porque nosotros somos socialistas, es decir, para nosotros la Comunidad Organizada, la alianza de clases es un proceso de transición al socialismo [...] Estas contradicciones ideológicas se pueden observar en distintos elementos, por un lado la caracterización del socialismo nacional; cualquiera sabe que Perón caracteriza como socialismo nacional tanto a China, como a Inglaterra o Suecia. Lo que pasa es que para nosotros no es así: China es un estado socialista, Inglaterra no. ¿Por qué nosotros decimos socialismo nacional? *Porque la primera intuición política de las masas es el nacionalismo y no el socialismo* y porque aparte el nacionalismo permite la alianza de clases en función antiimperialista, es decir en la transición hacia el socialismo (BASCHETTI, 1996, p. 274, grifos nossos).

Las tensiones con el liderazgo de Perón fueron en aumento, especialmente después del asesinato por un comando montonero de uno de sus aliados más cercanos, el secretario general de la CGT José Ignacio Rucci. Al mismo tiempo, el enfrentamiento con Perón provocó la ruptura de un importante sector que fundó la Juventud Peronista Lealtad, rechazando la continuidad de la lucha armada en el marco de un gobierno peronista y la desobediencia al anciano líder, elegido como presidente en septiembre de 1973. A partir del

mes de diciembre, los choques entre la derecha y la izquierda peronista se profundizaron por el surgimiento de la Alianza Anticomunista Argentina, organización que alcanzó notoriedad por sus atentados contra militantes de izquierda, sindicalistas, intelectuales y artistas. La muerte de Perón en julio de 1974 y la asunción de la vicepresidente Isabel Martínez, cercana a las posiciones más duras de la derecha peronista, no hizo más que deteriorar una situación política ya empantanada por la crisis económica, las protestas sociales y la insurgencia armada. Con el incremento de la represión legal e ilegal, la Conducción Nacional de Montoneros decidió el retorno a la clandestinidad, replegándose de locales barriales, universidades y fábricas, donde los militantes de la Tendencia Revolucionaria estaban más expuestos (SALAS, 2009, p. 10). Sin embargo, la organización participó en 1975 de diversos proyectos como el Partido Auténtico y las coordinadoras fabriles, que se destacaron en las movilizaciones masivas de junio en apoyo al paro general lanzado por la CGT, contra el ajuste del gobierno de Isabel Martínez. El gran cambio en las políticas montoneras sobrevino a mitad de año, cuando se inició la “Campaña de Ofensiva Táctica”, destinada a insertar a los militantes de los frentes de masas en unidades de combate, con vistas a construir un ejército montonero. Al mismo tiempo, la Conducción Nacional sacó como conclusión de las movilizaciones de junio el agotamiento del peronismo como identidad de la clase obrera, lo que habilitaba su reemplazo por el montonero (SALAS, 2007, p. 32-40). La transformación de las estructuras organizativas y la línea política cristalizó en la formación de un partido de vanguardia de ideología marxista-leninista, que debía superar a la más flexible organización político-militar, responsable de fusiones pero también de rupturas y filtraciones. En resumen, Montoneros creó una nueva organización de cuadros culturalmente homogénea y abocada a las prácticas militares, que la convirtió en una de las guerrillas más poderosas de América Latina. Antes y después del golpe de Estado que colocó en el poder a las fuerzas armadas en 1976, la organización fue capaz de realizar secuestros millonarios, producir armas en sus propias fábricas y organizar atentados con explosivos, mientras la mayor parte de sus militantes caían secuestrados o asesinados por las fuerzas de seguridad. Pero la eficacia de la máquina de guerra montonera debilitó

el vínculo con las organizaciones de base que habían servido para mediar entre los guerrilleros y la sociedad civil entre 1972 y 1975, en un contexto represivo que se volvió irrespirable para las prácticas políticas públicas. Hacia 1979, la dirigencia montonera en el exilio planeó una Contraofensiva que debería catapultar al partido como vanguardia del movimiento de masas contra la dictadura militar, pero el proyecto político de Montoneros ya estaba acabado.

### **Orígenes comunes, trayectorias bifurcadas**

A partir de esta primera aproximación a las militancias de Ação Popular y Montoneros, podemos trazar algunos lineamientos para su comparación, teniendo en cuenta las diferencias y semejanzas de los procesos históricos más generales de Argentina y Brasil entre 1960 y 1980. En principio, ambas organizaciones partieron de un origen común, la tendencia a la autonomización que experimentaron las ramas especializadas de Acción Católica desde los años 50, a partir de su inserción entre trabajadores, campesinos y estudiantes. En los dos casos, el giro modernizador del Concilio Vaticano II, el prestigio de las revoluciones tercermundistas como modelo alternativo y el peso específico de procesos locales, como el movimiento de apoyo a Goulart en Brasil y el golpe militar de 1966 en Argentina, precipitaron la ruptura de un grupo de activistas laicos con los sectores católicos más conservadores. En ambos casos, el mandato conciliar de la opción de los pobres y las ideas de pensadores católicos progresistas como Mounier, Teilhard de Chardin y Lebreton fueron apropiados desde el punto de vista de la periferia oprimida del sistema capitalista mundial, produciendo una síntesis radical (LOWY, 1999, p. 110). La contigüidad de estas experiencias refiere a un proceso de matriz transnacional, que condicionaba la realidad argentina y brasileña a la acción de las mismas grandes causas. El método de “ver, juzgar, actuar”, sistematizado por el sacerdote belga Joseph Cardijn para empujar la Acción Católica a una práctica transformadora de la sociedad según principios cristianos provocó el efecto inverso, ya que fue la conflictividad social y política la que cambió y secularizó

parcialmente a un sector de las juventudes católicas argentinas y brasileñas, que terminaron construyendo organizaciones no confesionales.

Si ampliamos nuestro ángulo de visión a las dinámicas locales de la Iglesia católica, las coincidencias abren paso a las primeras diferencias. Vistas en una perspectiva de mediano plazo, las corrientes renovadoras parecían tener mayor fuerza institucional en Brasil que en Argentina. Si hacia 1952 se creó la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB), que levantó la bandera de la reforma agraria y expresó un catolicismo interesado por las demandas populares, en Argentina el enfrentamiento entre la Iglesia y el peronismo alejó al clero de las clases subalternas y sus reclamos. Desde luego, en Brasil las tendencias conservadoras eran dominantes, y tenían suficiente poder como para marginar a obispos progresistas como Helder Cámara, sin contar la presencia masiva de católicos en la Marcha de la Familia con Dios por la Libertad realizada en marzo de 1964, que contribuyó a la caída de Goulart. No obstante, la escalada represiva del régimen militar desde 1968, que incluyó episodios de tortura a religiosos comprometidos con la resistencia a la dictadura, convirtió a la Iglesia brasileña en una de las principales fuerzas opositoras, con un activo papel en la denuncia de violaciones a los derechos humanos. Por el contrario, la Iglesia argentina cultivó estrechos lazos con las fuerzas armadas, apoyó al régimen castrense inaugurado en 1976, y justificó la represión hasta que el gobierno militar entró en crisis (DEVOTO; FAUSTO, 2008, p. 418-419). A pesar de las tensiones entre progresistas, integristas y conservadores, el ambiente católico brasileño de principios de los años 60, con la CNBB apoyando las “reformas de base”, parecía propicio para la formación de un movimiento político de proyección pública y amplias bases sociales como fue Ação Popular en sus orígenes. En cambio, la afinidad entre Iglesia y dictadura en la Argentina, con una jerarquía eclesiástica que para los católicos más radicalizados siempre se ponía del lado de los poderosos, junto a la creciente asfisia de la vida política, social y cultural desde 1966, hizo más atractiva la opción por las armas y la clandestinidad.

¿Por qué dados estos orígenes comunes, Montoneros se convirtió en una guerrilla peronista, y Ação Popular en una organización afín al maoísmo? Para aproximarse al problema hay que tener en

cuenta varios factores, como los movimientos políticos, las corrientes intelectuales, las estructuras sociales y la experiencia de las organizaciones en su propio devenir. En primer lugar, llama la atención el peso diferencial de tradiciones políticas como el populismo y las izquierdas en cada sociedad; por ejemplo, el varguismo brasileño no tuvo un arraigo en las clases subalternas y una cohesión a lo largo del tiempo tan grande como la que logró el peronismo en la Argentina, algo que puede deberse a distintas razones: el énfasis de Vargas en la modernización económica y de Perón en el reformismo social, el mayor desgaste del varguismo en sus largos años de gobierno en oposición al primer peronismo, que por su abrupto final y la resistencia de sus bases había adquirido un matiz épico y utópico para los jóvenes montoneros, en fin, el perdurable liderazgo de Perón frente a los límites de Goulart y Brizola para heredar el intransferible carisma de Vargas, fueron algunas de las diferencias más notables. En consecuencia, el populismo aparecía como un proyecto débil a los ojos de Ação Popular, sobre todo después de que el golpe militar de 1964 truncara su participación en el gobierno del PTB. Por el contrario, para Montoneros el peronismo ofrecía un gran atractivo como alternativa revolucionaria. Un síntoma de esta asincronía en la recepción del peronismo y el varguismo por los movimientos radicales de los años 60 podemos verla en la izquierda intelectual: en la Argentina, la persistencia del peronismo como identidad popular abrió la posibilidad de una valorización positiva del populismo, como se puede ver en la producción de Juan José Hernández Arregui y Jorge Abelardo Ramos, en el movimiento universitario de cátedras nacionales o en revistas como *Cristianismo y Revolución*, *Pasado y Presente* y *Envido*. En Brasil, en cambio, la producción cultural de izquierdas durante la dictadura se destacó por sus críticas al populismo, como ocurrió con las colaboraciones de Francisco Weffort en la revista *Civilização brasileira*, en Caio Prado Jr. con su libro *A revolução brasileira*, y en Octavio Ianni con su trabajo *O colapso de populismo* (GORENDER, 2014, p. 84).

Un segundo factor a tener en cuenta es el grado de desarrollo de las izquierdas en cada país, ya que al fin y al cabo Acción Popular terminó fundiéndose con un partido de ideología marxista-leninista-maoísta, mientras Montoneros intentó transitar al socialismo desde

un movimiento populista. A primera vista, una hipótesis sencilla sería considerar la opción apista por el maoísmo por la mayor fortaleza de la izquierda brasileña en comparación a sus pares argentinos, pero si observamos la trayectoria de ambos movimientos desde las primeras décadas del siglo XX hasta la coyuntura de 1970, el panorama es mucho más complejo. En la Argentina, el temprano desarrollo de la izquierda anarquista, socialista y comunista coincidió con el mayor peso de factores estructurales como la urbanización, la alfabetización y la inmigración europea, mientras en el nordeste brasileño hacia 1930 aun podían verse movimientos mesiánicos como el del beato José Lourenço en Ceará, o las partidas armadas de los *cangaçeiros*, que se dedicaban al bandolerismo rural. Sin embargo, el PCB tuvo protagonismo en importantes segmentos del movimiento obrero, y cuando no estuvo proscrito logró aceptables performances electorales. La popularidad del secretario general Luiz Carlos Prestes, un ex militar proveniente del movimiento antioligárquico de los *tenentes*, y la alianza con los sindicatos del PTB, que permitió el triunfo de un dirigente antiburocrático en 1961 al frente de la Confederación Nacional de los Trabajadores de la Industria (CNTI), parecía una realidad imposible de trasladar a la Argentina, donde el primer peronismo había marginado a las izquierdas del movimiento obrero. La instauración de los gobiernos autoritarios de Castelo Branco y Onganía a mediados de la década del 60 ayudó a modificar este panorama: si en Brasil las izquierdas cayeron en un creciente aislamiento, en buena medida por la eficacia del terror y el éxito económico de la dictadura, en la Argentina por el contrario las izquierdas marxistas y peronistas consiguieron una amplia recepción, debido a la mayor conflictividad social, la crisis del régimen militar y la politización de sectores de la clase media y los trabajadores (DEVOTO; FAUSTO, 2008, p. 410). Da la sensación entonces que la inclinación de Aço Popular por el maoísmo no se debió tanto a la gravitación secular de la izquierda en la vida política brasileña, sino más bien a la debilidad del populismo varguista como alternativa de cambio, en un tiempo donde las opciones revolucionarias parecían limitarse al PCB y sus múltiples escisiones. En la Argentina, por el contrario, el arraigo del populismo produjo fraccionamientos hacia el peronismo en el nacionalismo de derechas, como ocurrió con la Alianza Libertadora

Nacionalista y el Movimiento Nacionalista Revolucionario Tacuara, en el catolicismo con el comando Descamisados y los Montoneros, y en la izquierda con las Fuerzas Armadas Revolucionarias y el ERP 22 de agosto, solo para citar algunos ejemplos.

En tercer lugar, Ação Popular y Montoneros se formaron en un espacio de experiencias políticas, culturales y organizativas donde también se pueden hallar rasgos distintivos y comunes. En la Argentina y Brasil existió un acercamiento entre militantes de izquierda y el catolicismo renovador similar al diálogo entre cristianos y marxistas que se estaba desarrollando en Europa occidental a partir del Concilio Vaticano II, pero con derivaciones más inmediatamente políticas que filosóficas. En Brasil, el intercambio empezó hacia 1960, y tuvo como consecuencia directa el triunfo de la JUC y el PCB en las elecciones de la UNE, resultado que precipitó la creación de Acción Popular como organización de izquierda independiente de la Iglesia (MARGARIA, 2012). Los jóvenes católicos que iban a fundar Montoneros participaron del diálogo entre cristianos y marxistas más tarde, pero priorizaron sus relaciones con figuras de la emergente izquierda peronista, como John William Cooke y Raimundo Ongaro. Por otra parte, la peronización de los jóvenes montoneros parece haber secularizado sus prácticas políticas, ya que salvo los primeros documentos, la abrumadora mayoría de su producción discursiva careció de elementos explícitamente religiosos. Si bien en una fecha tan lejana como 1979 el padre Jorge Adur oficiaba como capellán del Ejército Montonero, no parece que la religiosidad haya superado los límites de la privacidad, esto sin negar las contigüidades entre religión y política. En Ação Popular, por el contrario, la ideología propia del *Documento Base*, capaz de combinar el marxismo con el pensamiento católico humanista y existencialista, se convirtió en un problema para los apistas que inspirados por el maoísmo o el estructuralismo proclamaron la incompatibilidad entre cristianismo y marxismo, como indica la *Resolución sobre el debate teórico-metodológico* de 1967 y la *Autocrítica del Comando Nacional* de 1968.<sup>8</sup>

¿Qué lugar ocupó el marxismo en la cultura política de cada organización? Desde los primeros años de Ação Popular es notoria la persistente búsqueda de una nueva identidad política, que los llevará del cristianismo liberacionista al foquismo y finalmente el maoísmo.

Los primeros apistas usaron al marxismo como una herramienta de análisis que les proporcionó un vocabulario crítico de la modernización capitalista, allí donde no alcanzaban las palabras del discurso moralista católico. El padre Lage, quien participó de las sesiones de discusión que dieron lugar al *Documento Base*, llama la atención sobre “el gusto por el análisis” de los fundadores de Aço Popular y su certeza en la necesidad de una teoría para guiar las prácticas revolucionarias (FILGUEIRAS, 2014, p. 93). Esta primacía de la teoría, es decir la preocupación por definir si la sociedad brasileña era feudal o capitalista, el tipo de revolución, sus actores protagónicos y secundarios, era un rasgo que se mantuvo incluso durante el giro foquista de la organización. El incidente del aeropuerto de Recife fue un evento contingente que alejó a Aço Popular de Cuba y la acercó a China, una suerte de trauma que desacreditó el recurso a la lucha armada inmediata, y presionó a la dirección para uniformizar la identidad de los militantes. La posterior reivindicación del marxismo como ciencia de la revolución tuvo como resultado paradójico su conversión de herramienta de análisis a bandera política, en el intento de hallar una ideología que cohesionara al grupo, y borrara al mismo tiempo las huellas de cultura religiosa que quedaban de la primera Aço Popular. La sustitución del foquismo por el maoísmo parecía una alternativa razonable para una organización de tradición movimientista con presencia entre trabajadores, estudiantes y campesinos, en un país donde, a pesar del veloz proceso de modernización iniciado en la era Vargas, hacia 1960 el índice de urbanización no pasaba del 45 % de la población, y el paisaje social nordestino parecía alimentar el sueño del “cerco de las ciudades por el campo” (SCHWARTZMAN, 1966, p. 366-388).

Del otro lado, el uso que hacía Montoneros del marxismo era instrumental, en un collage que de principio a fin se caracterizó por el eclecticismo ideológico, amoldando el peronismo combativo, el socialismo tercermundista, los teóricos asiáticos de la guerra revolucionaria y la teoría del foco. Los jóvenes montoneros que viajaron a Cuba, a diferencia del dirigente apista Paulo Stuart Wright y su frustrado intento por discutir textos marxistas, querían obtener capacitación militar y creían firmemente como los Tupamaros uruguayos que las palabras separaban a los revolucionarios, mientras los hechos los unían (BLIXEN, 2000, p. 77). En este sentido, no estaban buscando una

identidad política, que ya consideraban portar por su asimilación al peronismo, ni tampoco valoraban la teoría revolucionaria como algo a priori de la práctica y las intuiciones de las masas. Como la clase obrera era nacionalista y peronista, el empirismo de Montoneros los llevó a adoptar una concepción etapista de la revolución, donde el peronismo como movimiento de liberación nacional era un primer paso hacia la instauración de una sociedad socialista. En otras palabras, lo que se nota como constante en la trayectoria de Montoneros es la primacía de la técnica sobre la teoría, ya que la lucha armada elevada al rango de estrategia para tomar el poder subordinaba a las demás formas de lucha, tanto en el período foquista (1970-1972) como en el ciclo abierto por la “ofensiva estratégica” (1975-1980). Si los dirigentes montoneros jamás dejaron de ver la acumulación de poder militar como la única válida (BASCHETTI, 1996, p. 279), las numerosas menciones a conceptos y frases de Mao no significaban una adhesión estrecha a sus principios, sino una adaptación a las necesidades discursivas del método de la lucha armada, sobre todo cuando el foquismo se volvió un término peyorativo para buena parte de la izquierda revolucionaria. A fin de cuentas, la adhesión al peronismo se correspondía con una sociedad argentina que contaba con una importante clase obrera urbana, mientras que la versión montonera de la guerra popular prolongada había requerido solo dos años de preparación sin un previo trabajo de masas.

## Consideraciones finales

Ação Popular y Montoneros se forman por el cruce de procesos históricos originados en Europa y América Latina. En 1962, el papa Juan XXIII convocó al Concilio Vaticano II, para modernizar una institución que todavía se pensaba como una fortaleza asediada por la modernidad. La apertura conciliar en clave secular promovió las misas en lenguas nacionales, la celebración del rito de cara a los fieles, la opción preferencial por los pobres y el diálogo entre cristianos y marxistas, ya que el catolicismo quería ponerse al día con la revolución cultural de los años 60' para no perder su gravitación política, social y cultural. En el marco de la guerra fría y el avance de las revoluciones

socialistas en el Tercer Mundo, la Iglesia hizo pública su preocupación por las consecuencias del desarrollo en las capas más empobrecidas de la sociedad, e intervino activamente en el debate en torno a la salud reproductiva, los cambios en la sexualidad y la cultura juvenil.

Sin embargo, la radicalización ideológica del catolicismo post-conciliar no puede verse unilateralmente como resultado de una evolución interna de la Iglesia. El giro a la izquierda de varios católicos fue el resultado no esperado de la adaptación de las instituciones religiosas a los cambios sociales y culturales de los años 60. Como se argumentó más arriba, la radicalización de una parte de las capas medias y obrera fracturó y dividió a las juventudes laicas y sacerdotales. En la actitud de “ir al pueblo” con vocación misional con la idea inicial de cristianizar a una sociedad que parecía alejarse de lo religioso, los militantes católicos rompieron con la Iglesia para construir sus propias organizaciones políticas, identificadas con la izquierda nacionalista, antiimperialista y socialista. Para comprender esta convergencia entre los católicos y las ideas de izquierda se debe tener en cuenta el surgimiento del Tercer Mundo como identidad política y cultural. El *tercermundismo* fue un movimiento de países no alineados con Estados Unidos ni con la URSS, capaz de colocar a Cuba, China, Argelia y Vietnam en un mapa unitario de la revolución mundial. El progreso de los conflictos sociales en América Latina, con la Revolución Cubana como punto de quiebre, radicalizó a los curas obreros, villeros o favelados, y a las agrupaciones estudiantiles católicas volcadas al trabajo social. Uno de los modelos de compromiso político más importante para los radicales católicos de los años 60 fue el sacerdote colombiano Camilo Torres, un egresado de la prestigiosa universidad católica de Lovaina que fue perseguido por su actividad política y se unió a la guerrilla del Ejército de Liberación Nacional, muriendo en combate hacia 1966. Parecía que las dictaduras de seguridad nacional solo dejaban el camino de la lucha armada, y un sector del catolicismo considero seriamente esa vía para terminar con el “pecado estructural” del capitalismo. Incluso la encíclica *Poppulorum progressio* del papa Paulo VI (1967) tenía una postura ambigua sobre la violencia ya que la condenaba, pero al mismo tiempo consideraba legítima la insurrección popular en casos de “tiranía evidente y prolongada”.

Como hemos visto, Aço Popular y Montoneros surgieron en el ambiente del catolicismo postconciliar, pero tomaron rumbos separados a partir de un menú de opciones políticas con mayor peso del populismo en la Argentina que en Brasil, donde la izquierda apareció como la única alternativa opositora a la dictadura militar. Al mismo tiempo, las orientaciones políticas que tomaron ambas organizaciones estaba condicionado por factores estructurales de orden socioeconómico, pero también coyunturales. Asumiendo el riesgo de caer en la historia contrafáctica y aceptando las posibilidades del “retorno del acontecimiento” en la historiografía contemporánea, vale preguntarse que habría pasado con Aço Popular si el atentado de 1966 en el aeropuerto de Recife hubiera concluido con la muerte de Costa e Silva. ¿Las tesis foquistas se habrían asumido como la línea correcta, transformando a AP en una organización armada? ¿La dictadura militar brasileña habría profundizado la política de terror en lugar de implementarla gradual y selectivamente? Lo mismo puede decirse del secuestro del general Aramburu por parte de Montoneros en 1970, cuyo impacto aceleró los tiempos de la guerrilla urbana en la Argentina. Para explicar la configuración histórica de una cultura política no habría que descartar nada, ni siquiera el papel del azar.

A pesar de las diferencias entre Aço Popular y Montoneros, también se puede pensar que las dos agrupaciones, en un determinado momento de desarrollo que coincide con sus primeros cinco años de existencia, buscaron una homogeneización político-cultural de sus cuadros y se orientaron a la construcción de un partido formalmente concebido como marxista-leninista. El proceso que inició Aço Popular en 1967 y Montoneros en 1975 tenía como denominador común la necesidad de uniformizar una militancia que atravesaba diversas tensiones internas, entre foquistas y movimientistas en Aço Popular, o las que habían provocado la secesión de la Juventud Peronista Lealtad en Montoneros. Por otro lado, los sendos contextos de creciente polarización política y endurecimiento de la represión también contribuyeron al disciplinamiento interno en ambas organizaciones, con el accionar de la Triple A en la Argentina y la promulgación del Ato Institucional n. 5 en Brasil como telón de fondo. Las coincidencias entre Aço Popular y Montoneros, sobre todo después de su apropiación más o menos libre del “marxismo-leninismo”,

también eran de orden programático, compartiendo por momentos las definiciones sobre la contradicción principal entre imperialismo y nación, o categorizaciones híbridas basadas en conceptos como clase y pueblo. Por extraño que parezca, ambos grupos germinaron en la misma matriz cultural, se diferenciaron notablemente en su desarrollo pero dieron sus últimos pasos en una dirección similar, por supuesto si sacamos de la ecuación el diferente valor que cada uno le daba a la lucha armada y al populismo. Los contrastes, sin embargo, son los que abren más preguntas para proseguir la comparación entre organizaciones revolucionarias, culturas políticas y formaciones sociales: ¿Qué mutaciones sufrió la caracterización de la lucha armada y la revolución en la breve historia de Montoneros y Ação Popular? ¿Por qué Montoneros privilegió lo técnico de las acciones armadas y Ação Popular se preocupó tanto por las definiciones teóricas de la línea política? ¿Era algo que tenía que ver con una diferencia en sus matrices católicas, con las bifurcaciones en la trayectoria de las dos organizaciones, o con otros factores? ¿Cómo se explica el hallazgo de puntos programáticos comunes, incubados en culturas políticas diferentes? Son preguntas que solo podrán empezar a responderse en el futuro a partir de nuevas investigaciones.

#### CHRISTIANS, MAOISTS AND PERONISTS. ELEMENTS FOR A COMPARATIVE HISTORY OF AÇÃO POPULAR IN BRAZIL AND MONTONEROS IN ARGENTINA

**Abstract:** The purpose of this paper is to analyze the political militancy of Ação Popular and Montoneros, from the comparative method proposed by Marc Bloch in his classic article "For a comparative history of European societies". Following this line of research, we study the paths of both organizations comparing its origins in the renewing Catholicism, his approach to socialist positions and the differentiation of their political choices, to the Peronism in Montoneros, and to Maoism in Ação Popular. From this approach we can raise hypothesis about the specificity of political process at national level, in particular the strength or weakness of leftist and populist political formations in both countries, as well as crossings and disagreements between the two traditions. It was investigate general bibliography on guerrilla warfare and left in Argentina and Brazil, as well as specific literature about Ação Popular, Montoneros, the question of political

and religious radicalization and the method of comparative history. Furthermore, we analyze a series of documental sources of the two organizations.

**Keywords:** Ação Popular. Montoneros. Maoism. Peronism. Comparative Method.

## Notas

<sup>1</sup> Durante su estadía en Cuba, Paulo Stuart Wright fue castigado con un día de prisión por indisciplina, a causa de su insistencia en debatir textos marxistas (FILGUEIRAS, 2014, p. 330, p. 438).

<sup>2</sup> La doctrina de la guerra popular fue desarrollada por Mao para pensar la revolución en el contexto del conflicto chino-japonés. Lo popular estaba dado por el trabajo de masas requerido para formar guerrillas rurales y cercar la ciudad por el campo. Lo prolongado de la lucha se descontaba por la disparidad de fuerzas entre un país semicolonial y una potencia imperialista (TSE-TUNG, 1976, p. 113-200).

<sup>3</sup> Para la Corriente 2, “[...] a revolução não é colocada como uma necessidade do caráter insustentável de uma estrutura, mas como decorrência de ‘injustiça’” (FILGUEIRAS, 2014, p. 528, p. 532-533).

<sup>4</sup> El nombre Montoneros provenía de los gauchos que peleaban “en montón”, integrando las milicias rurales del federalismo provincial exaltadas por la historiografía revisionista, que en la primera mitad del siglo XIX combatieron a la facción liberal-unitaria de la ciudad de Buenos Aires.

<sup>5</sup> “El llanto del enemigo”, en Cristianismo y Revolución n. 28 (abril 1971), p. 72.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> “Hablan los montoneros”, en Cristianismo y Revolución n.26 (noviembre-diciembre 1970), pág. 14. La definición del secuestro de Aramburu como un “foco peronista” aparece en el Boletín interno n. 1 de mayo de 1973 (BASCHETTI, 1996, p. 572).

<sup>8</sup> Una marca visible de la continuidad o ruptura con las prácticas y discursos del cristianismo liberacionista es que mientras Acción Popular mantuvo hasta 1965 formas de organización movimientistas heredadas de la JUC, como las coordinaciones estadales y nacionales, las estructuras organizativas de Montoneros eran clandestinas y desde el principio trataron de imitar a los comandos de la resistencia peronista y la guerrilla guevarista.

## Referencias

AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas en Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA DE SÁ, Jair. *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

BASCHETTI, Roberto. *Documentos 1973-1976. vol. 1. De Cámpora a la ruptura*. Buenos Aires: Campana de palo, 1996.

\_\_\_\_\_. *Documentos 1970-1973. vol. 1. De la guerrilla peronista al gobierno popular*. Buenos Aires: Campana de palo, 2004.

BENEDITO DIAS, Reginaldo. “A historia da Ação Popular na perspectiva do Pcdob: uma análise da obra de Haroldo Lima e Aldo Arantes sobre a história da AP”. In. *Diálogos*. v. 10, n. 1 Universidade Estadual de Maringá, Brasil, 2006, p. 143-175.

BLIXEN, Samuel. *Sendic. Acción y legado*. Montevideo: Trilce, 2000.

BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. In. *Revue de synthèse historique*. v. 46, p. 15-50 (p. 19), 1928.

CAMPOS, Esteban. Una teología para el Tercer Mundo. Mesianismo, historicismo y modernidad en Cristianismo y Revolución. In. *Historia, voces y memoria*. n. 2, 2010, p. 79-107.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, n. 25, p. 141-173, 2007.

DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. *Argentina-Brasil, 1850-2000. Un ensayo de historia comparada*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto. Uma história da Ação Popular*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014

GILLESPIE, Richard. *Montoneros. Soldados de Perón*. Buenos Aires: Grijalbo, 1989.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

LANUSSE, Lucas. Caer y volver a levantarse. La situación de Montoneros entre fines de 1970 y comienzos de 1972. *Jornada académica de Partidos Armados en la Argentina de los 70*, UNSAM, 2007.

LOWY, Lowy. *Guerra de dioses. Religión y política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1999.

MARGARIA, Paulo. La fe no es una ideología y la ideología no es una fe. Entrevista a Frei Betto. In. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* (marzo de 2012). Disponible en: <https://nuevomundo.revues.org/62990>. Consulta en: marzo de 2015.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil como un Poder Regional y sus relaciones con los Estados Unidos. *Espaço Acadêmico*. n. 62, julio 2006.

MORELLO, Gustavo. *Cristianismo y Revolución. Los orígenes intelectuales de la guerrilla en Argentina*. Córdoba: EDUCC, 2003.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In. AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo (Org.). *História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: UNICAMP, 2002, p. 213-282.

SALAS, Ernesto. El errático rumbo de la vanguardia montonera. In. *Lucha armada en la Argentina*. n. 8, 2007, p. 32-40.

SALAS, Ernesto. Del foco a la infección. Montoneros y los movimientos sociales. In. *III Jornadas de Partidos armados en la Argentina de los 70*, UNSAM, 2009.

SCWARTZMAN, Simon. Urbanización y desarrollo en Brasil. In. HARDOY, Jorge Enrique; TOBAR, Carlos. *La urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1966. p. 363-388.

TSÉ-TUNG, Mao. Sobre la guerra prolongada. In. *Obras escogidas*. tomo II. Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976, p. 113-200.

\_\_\_\_\_. Sobre la práctica. In. *Obras escogidas*. Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968, p. 318-332.

VALENTINI, Enzo Emiliano. *Evolución económica comparada entre Brasil y Argentina: 1900-2010*. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, Facultad de Ciencias Económicas, 2012.

Recebido em: 20/ 10/ 2015  
Aprovado em: 25/ 02/ 2016



# *As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira*

Larissa Rosa Correa\*  
Paulo Roberto Ribeiro Fontes\*\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar questões e reflexões sobre a produção historiográfica referente ao estudo dos trabalhadores e do movimento sindical brasileiro durante a Ditadura Militar (1964-1985), à luz da literatura sobre o período autoritário que abarca a chamada “história do tempo presente”. Procura-se chamar a atenção para um certo apagamento da presença dos trabalhadores e suas organizações representativas de classe verificada no conjunto de análises mais recentes sobre o período. Dessa forma, ao revelar as ações das classes trabalhadoras e expor os dilemas do movimento sindical frente à política trabalhista elaborada a partir do governo do marechal Castelo Branco (1964-1967) e à repressão policial-militar, este estudo busca contribuir para uma melhor compreensão do cenário político instaurado em 1964. Ademais, a segunda parte do artigo apresenta um conjunto de temáticas abordadas nos estudos mais recentes realizados sobre trabalho, trabalhadores e sindicalismo na Ditadura Militar, apontando ainda para determinadas lacunas e desafios historiográficos.

**Palavras-chave:** Trabalhadores. Movimento sindical. Ditadura Militar. Historiografia.

---

\* Professora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: [larissa\\_correa@puc-rio.br](mailto:larissa_correa@puc-rio.br).

\*\* Professor e pesquisador da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas – FGV, no Rio de Janeiro. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: [paulo.fontes@fgv.br](mailto:paulo.fontes@fgv.br).

## Introdução

No dia 1º de abril de 2014, o Brasil “descomemorou” os cinquenta anos do golpe civil-militar. A data representou um importante momento para debates, publicações, artigos de jornais, entrevistas e outras manifestações de repúdio ao período ditatorial. Nos últimos dez anos, testemunhamos o aumento considerável do número de estudos acadêmicos sobre o autoritarismo do pós-1964. Aos poucos, os historiadores vêm se ocupando cada vez mais da chamada “história do tempo presente”, lançando novos olhares sob determinados eventos dos quais muitos pesquisadores, a maioria sociólogos e cientistas políticos, já haviam se debruçado exaustivamente. Mais recentemente, a pesquisa coletiva realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) revelou novas informações, suscitou uma série de questões, bem como desconstruiu certas narrativas até então bastante enraizadas em nossa historiografia. Revelou ainda novas vítimas da repressão ditatorial – chamamos a atenção para a perseguição, tortura e morte de centenas de indígenas e camponeses – e, principalmente, reuniu e disponibilizou ao público milhares de documentos produzidos pelos serviços secretos de informação e outras agências governamentais. O impacto da CNV na sociedade brasileira e, principalmente, no campo de estudos sobre o período autoritário, deve, e com certeza será, tema de pesquisas futuras.

Dentre os treze Grupos de Trabalho organizados pela CNV, destaca-se o de “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” – não por acaso o último grupo a integrar a Comissão. Sua criação foi o resultado da pressão protagonizada pelas centrais sindicais para colocar o tema “trabalho e trabalhadores” na agenda de pesquisa sobre a repressão no período ditatorial. Nesse sentido, não é surpresa observar que os trabalhadores – um dos atores sociais mais expressivos da conjuntura política do pré-golpe –, têm sido razoavelmente negligenciados neste conjunto de análises mais recentes sobre o período. Nos numerosos eventos e nas atividades sobre o quinquenário do golpe, esta ausência tem sido notável.<sup>1</sup> Até o momento, as análises sobre memórias durante o regime militar, baseadas sobretudo nos depoimentos de militantes de esquerda oriundos do movimento estudantil, das camadas intelectuais e artísticas, assim como os estudos

sobre a luta armada, imprensa, política econômica e o aparato repressivo, encontram-se entre os temas mais explorados sobre o período. É verdade, no entanto, que estamos observando o avanço de estudos sobre outras temáticas, como a análise das organizações de direita e da colaboração ao regime militar (CORDEIRO, 2015), das questões sobre a repressão ao movimento gay (GREEN; QUINALHA, 2014) e das trajetórias de mulheres militantes (ROSA, 2013).

A invisibilidade dos trabalhadores e dirigentes sindicais encontra-se evidente também na memória produzida sobre os mortos e desaparecidos da Ditadura. Como exemplo, podemos comparar o impacto das denúncias em torno dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho, ambos mortos sob tortura; o primeiro em 1975 e o segundo no ano seguinte, nas dependências do DOI-Codi. Em comum, pesava sob os dois a acusação de vínculo com o Partido Comunista (PCB) e a manipulação das suas mortes justificadas como suicídio pelos policiais torturadores. Todavia, as atrocidades cometidas contra Manoel Fiel Filho, um operário da capital paulista, migrante nordestino, ainda é pouco conhecida do grande público e raramente citada nos livros didáticos.<sup>2</sup> De forma semelhante, a trajetória do militante operário e sindicalista Virgílio Gomes da Silva, igualmente morto pela repressão sob tortura, carece ainda ser melhor explorada. “Jonas”, como era conhecido na guerrilha, foi retratado no filme *O que é isso, companheiro?*. A película de 1998, dirigida por Bruno Barreto e com roteiro baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, dedicou-se a narrar as ações do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrik, realizado em 1969, pelas organizações guerrilheiras ALN e MR-8. O filme causou polêmica entre os ex-presos políticos que haviam militado com Gabeira, não apenas pelo protagonismo que o autor da obra julgou ter desempenhado, mas também pelo modo como o companheiro “Jonas” foi retratado na história. O migrante nordestino, operário e militante do PCB, que decidiu entrar para a luta armada após o golpe, foi escolhido para ser o vilão do filme.<sup>3</sup> Virgílio/Jonas foi retratado como um homem rude, duro, autoritário, desumano, decidido a matar sem vacilar qualquer um que estivesse bloqueando o caminho da revolução. Sua postura sisuda intimidava até mesmo os seus companheiros de ação.<sup>4</sup>

## Da ausência/imobilismo à reação operária

Este artigo tem como objetivo analisar essa ausência dos trabalhadores(as) e de suas organizações nas narrativas sobre a ditadura, chamando a atenção para um conjunto de questões que vêm sendo trabalhadas numa crescente historiografia recente sobre o tema. Procuraremos também destacar algumas das lacunas e dos desafios dessa produção, em particular no campo da história política e social do Brasil recente.

O caso de Virgílio Gomes da Silva, citado anteriormente, permite não apenas desafiarmos os velhos estereótipos construídos em torno da imagem dos trabalhadores (“feios, sujos, brutos e malvados”), mas também pode suscitar reflexões sobre a participação dos trabalhadores na luta armada e suas relações com os militantes oriundos de outros setores sociais. Como os militantes trabalhadores portadores de uma cultura própria do mundo operário e sindical lidavam com diferentes hábitos, vocabulários, leituras e modos de agir e pensar próprios dos militantes que vinham do movimento estudantil e das camadas médias? E ainda, quantos teriam participado de ações diretas contra o regime militar, sem, contudo, terem sido reconhecidos como militantes operários? Sua identidade específica como trabalhadores era diluída ao entrar para o movimento de guerrilhas? Por outro lado, seria importante compreender o que os trabalhadores pensavam sobre as ações da luta armada.<sup>5</sup> Essas e outras tantas questões sobre a relação entre os mundos do trabalho e a resistência armada à ditadura ainda não foram suficientemente exploradas na literatura sobre a luta armada, uma das áreas com maior número de estudos sobre o regime militar. Novas análises talvez possam problematizar e relativizar um senso comum, lembrado por Yuri Rosa de Carvalho, que indica que aos operários, “[...] dada sua inabilidade e falta de capacidade de organização, coube o silêncio e o ostracismo; eles seriam indiretamente responsáveis pelo fracasso da resistência, pois não teriam aderido, enquanto conjunto da classe operária, à resistência contra a Ditadura” (CARVALHO, 2012, p. 340).

Com base nesses e em tantos outros exemplos, podemos afirmar que o tema trabalho, trabalhadores e movimento sindical tem caminhado à margem dos estudos sobre ditadura no Brasil. Tornou-se,

por fim, uma temática um tanto quanto *old fashion*. Tal observação pode soar estranha para alguém que testemunhou a ascensão do movimento sindical nos anos 1950, passou pelo golpe de 1964 e viveu o suficiente para ver um operário metalúrgico nordestino, líder sindical, ser eleito presidente da República. Afinal, vale lembrar: o golpe civil-militar de 1964 foi, sobretudo, uma reação à ação organizada dos trabalhadores urbanos e rurais, que se mobilizaram em massa pelas reformas de base. Os militares e seus aliados civis, em particular no mundo empresarial, queriam, em grande medida, impedir o avanço da tão temida “República Sindicalista” e não foi à toa que as tropas militares comandadas pelo general Olímpio Mourão, na madrugada do dia 31 de março para o dia primeiro de abril de 1964, invadiram a Fábrica Nacional de Motores – símbolo do nacional-desenvolvimentismo da Era Vargas – localizada estrategicamente na estrada que liga Minas ao Rio, para prender e isolar os trabalhadores. Sabemos que a vila operária da FNM, que ficava dentro da fábrica, foi invadida pelos militares no meio da madrugada. Trabalhadores e seus familiares foram retirados a pontapés de suas casas. Muitos deles considerados “subversivos de alta periculosidade” foram presos, outros fugiram ou buscaram esconderijos por tempo indeterminado. Outros, querendo manter a normalidade, tentaram trabalhar, mas foram logo impedidos de entrar na linha de produção. Os operários foram levados para o pátio e lá ficaram por longas horas encostados na parede com as mãos para cima. Alguns desmaiaram ou caíram sob o sol forte, tendo sido “acordados” por baldes de água atirados pelos militares (RAMALHO, 1989).

Mas o que teria acontecido com o restante dos trabalhadores e seus sindicatos logo no momento de deflagração do golpe? Como souberam dos acontecimentos? Quais estratégias foram traçadas? Como se deu a repressão sobre eles? E seus sindicatos, suas lideranças? Tudo o que a historiografia nos contou até bem pouco tempo atrás poderia ser resumido nas palavras do líder estudantil Vladimir Palmeira. Segundo ele, 1964 tinha lhe ensinado uma lição: “Não se pode confiar na legalidade burguesa. Perdemos em 64 porque os trabalhadores não reagiram” (VENTURA, 1988, p. 65). Em outras palavras, a ideia de não reação, de paralisia e/ou passividade dos trabalhadores diante do golpe, limitou sobremaneira os estudos sobre

os trabalhadores. Se o presidente João Goulart procurou associar a sua imagem à dos trabalhadores no pré-64, o inverso aconteceu após o golpe. A decisão de Jango de não reagir ao avanço das tropas militares e sua fuga silenciosa para o Uruguai tornou o movimento dos trabalhadores a sua imagem e semelhança. Estes ficaram aprisionados em interpretações dedicadas a esquadrihar as suas supostas “ausências” (de organização de classe, de consciência política, de espírito coletivo etc.).

Uma cena emblemática do famoso filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, lançado em 1967, três anos após o golpe, reflete em grande medida o modo como o papel dos trabalhadores na ditadura foi interpretado por intelectuais, políticos, militantes de esquerda e conservadores. “O povo é Jerônimo. Fala, Jerônimo! Fala!”. Silêncio. Metralhadora dispara balas ao alto. “Não tenha medo, meu filho. Fale, você é povo”, diz com condescendência o político populista. Ele suplica: “fale!”. Jerônimo olha para as pessoas ao seu redor, tenta esboçar alguma palavra, mas não consegue romper o longo silêncio. Jerônimo então finalmente encara a câmara e diz: “[...] eu sou um homem pobre, um operário, sou presidente do sindicato, estou na luta das classes e acho que está tudo errado e eu não sei mesmo o que fazer. O país está numa grande crise e o melhor é aguardar a ordem do presidente”. Mas a sua fala é interrompida quando as mãos de Paulo Martins, jornalista, poeta e assessor do político populista, calam a boca de Jerônimo para dizer: “Você vê o que é o povo? Um imbecil, um analfabeto, um despolitizado. Já pensaram Jeronimo no poder?”.<sup>6</sup>

Afinal, por que os trabalhadores não “reagiram”? A busca pela resposta a essa pergunta influenciou parte significativa da historiografia sobre a ditadura militar brasileira e sua relação com os mundos do trabalho. Podemos dizer que, em linhas gerais, a primeira geração de intelectuais que procurou responder a esta questão voltou suas atenções para o período anterior ao golpe, procurando entender a construção do sindicalismo de estado varguista e no suposto papel subalterno das esquerdas, em particular do Partido Comunista, as origens da derrota de 1964 (RODRIGUES, 1966; RODRIGUES, 1968; MOISÉS, 1978; SOUZA MARTINS, 1979; VIANNA, 1976). Nesse sentido, as teorias do populismo, formuladas por Francisco Weffort no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 ganharam

enorme influência e, apesar de algumas críticas e discussões contundentes já naquele período – ver em particular os debates entre Weffort, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins (WEFFORT, 1973; 1978; ALMEIDA; MARTINS, 1973) – determinaram muito da agenda dos estudos sobre trabalhadores sobre o pré-1964, mas também os poucos estudos que começavam a aparecer sobre o período ditatorial.

O grande realce, portanto, recaía sobre as relações entre sindicatos e Estado, em particular nas análises sobre o corporativismo, visto de maneira geral como a “armadilha” populista que havia enredado os trabalhadores nas teias da dominação estatal. A ditadura, ao aprofundar os mecanismos de controle corporativista, teria, por conseguinte, evidentes elementos de continuidade com o período anterior. Assim, com diferentes ênfases, trabalhos como os dos brasilianistas Kenneth Mericle (1977) e Kenneth Erickson (1979) ou da socióloga Heloísa de Souza Martins (1979) são exemplos eloquentes dessas interpretações. Assim como o são os ensaios de Argelina Figueiredo (1978) sobre as intervenções sindicais e o livro de Maria Helena Moreira Alves (1985) que joga luz para o papel do controle do trabalho na lógica da segurança nacional vislumbrada pelos militares.

Em uma perspectiva teórica diferente, mas também marcada pela necessária compreensão do período varguista para o entendimento das políticas iniciais da ditadura em relação ao universo do trabalho, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1979) cunharia o interessante conceito de “cidadania regulada”, que também influenciaria uma série de estudos, em particular sobre temas como o FGTS, a previdência social, entre outras políticas públicas na área de trabalho. Em que pese a riqueza de muitas dessas interpretações, sua mirada centrada na ação do Estado de cima para baixo reforçaria, em geral, uma perspectiva de ausência, inação e subordinação dos trabalhadores e suas organizações a uma lógica externa às suas próprias ações e agências.

As análises eram razoavelmente diferentes para o intrigante sindicalismo rural articulado no período ditatorial em torno da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Estudos sobre os canavieiros pernambucanos conduzidos em particular por antropólogos ligados ao Museu Nacional (Ligia Sigaud,

Afrânio Garcia, Moacir Palmeira e José Sérgio Leite Lopes entre outros) e um pouco mais tarde, as análises sobre o sindicalismo rural no estado do Rio de Janeiro, feitas por cientistas sociais do CPDA da Universidade Federal Rural (Leonilde Sérvol de Medeiros entre outros) mostravam um movimento social muito mais dinâmico e, muitas vezes capaz de ressignificar a lógica corporativista em favor dos trabalhadores, articulando lutas e ações mesmo em um contexto de repressão ditatorial. No entanto, boa parte dessas pesquisas só veio à luz em forma de livros e artigos nos anos 1980, amalgamando-se com a já consagrada produção do período sobre os chamados “novos movimentos sociais”.

A literatura memorialística que emergiu com força no final dos anos 1970, durante a abertura política, reforçou um certo “apagamento” da presença dos trabalhadores na resistência ao regime militar, em particular entre o golpe e o ano de 1978. As greves dos metalúrgicos em Osasco e Contagem no ano de 1968 eram, em geral, vistas como exceções que comprovavam a regra (WEFFORT, 1972). O impacto das memórias de ativistas vinculados à luta armada foi predominante e ajudou a consolidar uma visão não só sobre o perfil típico dos opositores do regime (estudantes de classe média), mas também uma visão de desinteresse político, aquiescência e por vezes até de apoio ao regime, por parte dos trabalhadores. Daniel Aarão Reis, ao constatar a “notável incapacidade de articulação dos trabalhadores na ilegalidade”, colocou as seguintes questões:

Até que ponto não estaria vinculada [a inação dos trabalhadores] ao desabamento das referências políticas tradicionais? Afinal, as lideranças, as formas de luta, os tipos de organização que haviam marcado a evolução do movimento popular, em suma, todo um universo de representações e práticas desaparecera sem deixar vestígios. A dispersão e a desmoralização não seriam resultados inevitáveis, ao menos por um certo período? Por outro lado, em que medida as políticas do novo regime não estariam criando novas divisões entre os oprimidos e explorados? (REIS, 1990, p. 64)

Na sequência, Reis chama a atenção para a evolução diferenciada das curvas do salário mínimo e do salário médio entre os chamados bolsões de miséria absoluta e os setores industriais beneficiados pelo mercado interno. Tais discrepâncias vivenciadas pelos trabalhadores, afirmou o autor, não foram consideradas pelos comunistas, que teriam insistido em adotar como estratégia política os discursos que evocavam as condições comuns que unificavam a classe trabalhadora. Nesse sentido, o autor questiona como se dariam as diferenças entre trabalhadores dos setores “dinâmicos” da economia, que gozavam de um regime próprio de trabalho, e os empregados nos setores chamados de “tradicionais” e das empresas estatais. Teriam setores importantes das próprias classes populares sido atraídos por um novo estilo de vida proposto pelo regime militar? Em suma, Reis aponta para a heterogeneidade da classe trabalhadora para compreender o suposto tímido papel desempenhado pelos trabalhadores no combate à ditadura. Tal heterogeneidade aprofundar-se-ia durante o chamado “milagre econômico”, uma vez que a política econômica do regime gerou latente aumento da desigualdade social e teve como meta beneficiar as camadas médias, mas também ampliou as diferenças salariais e de status entre os próprios trabalhadores.

A inação teria dado lugar à agência. Durante o movimento de redemocratização travado no final da década de 1970, os pesquisadores passaram a enfatizar a capacidade de organização e mobilização autônoma dos trabalhadores, isto é, sem a dependência dos sindicatos oficiais atrelados ao sistema corporativista ou de políticos “populistas”. As grandes greves iniciadas no ABC paulista em 1978, movimento que logo se espalharia por todo o país, tornaram-se o símbolo da mudança da percepção sobre o papel da classe trabalhadora e sua relação com o regime autoritário. Os atos massivos e contestatórios, o evidente protagonismo dos trabalhadores e uma certa surpresa generalizada contribuíram para uma visão que percebia aquele momento como único na história do Brasil, um verdadeiro divisor de águas que estaria rompendo simultaneamente com o já distante passado “populista” do pré-1964 (TROYANO, 1978; COSTA, 1986; entre outros) e com o recente passado de subordinação e imobilismo dos trabalhadores durante a ditadura.

Como sabemos, a ideia da “novidade” prevaleceu na leitura acadêmica e política daquele período. Os trabalhadores estariam criando um “*NOVO* sindicalismo” e atuando em “*NOVOS* movimentos sociais”, superando a tradição populista de subordinação ao Estado, mobilizando-se massivamente nos locais de trabalho e bairros e atuando de maneira independente e autônoma. A nova fase de ascensão e efervescência do movimento operário, assim como o seu engajamento na luta pela redemocratização do país, marcou uma nova geração de estudiosos. Muitos deles escreveram sobre o “novo sindicalismo” bastante inspirados nas ações pelas quais eles tiveram a oportunidade de testemunhar (ALMEIDA, 1983; HUMPHREY, 1979; BARGAS, 1983; MARONI, 1982).

Apesar dos exageros e de uma certa ingenuidade, a produção das ciências sociais sobre a atuação dos trabalhadores nos estertores da ditadura foi não apenas numerosa (as greves do ABC estão, segundo o historiador norte-americano John French, entre as mais estudadas em todo o mundo), mas, em geral, de grande qualidade, marcando uma era dourada de estudos sobre as classes trabalhadoras e os movimentos sociais no final dos anos 1970 e na década de 1980.<sup>7</sup> É verdade que os historiadores entraram um tanto tardiamente na análise específica sobre aquele período. As greves da redemocratização parecem ter inspirado os historiadores a analisar um outro período de suposta autonomia e prevalência das práticas classistas – o início do século XX, em particular a atuação dos anarquistas e sindicalistas revolucionários (HARDMAN, 1983; MARAM, 1979; HALL; PINHEIRO, 1979, entre outros).

Embalados pela efervescência do movimento organizado dos trabalhadores e pelo clima de redemocratização da época, esses pesquisadores tenderam, em geral, a ver aquele fenômeno como um raio em céu azul. No entanto, sabemos que o chamado “novo sindicalismo” não surgiu da noite para o dia, foi, de fato, resultado de uma luta silenciosa e de uma resistência cotidiana travada no espaço fabril, nos locais de trabalho e moradia, frequentemente às margens dos sindicatos, nas franjas da repressão. Embora essas divisões entre o “novo” e o “velho” sindicalismo tenham sido relativizadas e questionadas (SANTANA, 1998; BADARÓ, 1998), ainda precisamos compreender as condições que possibilitaram a eclosão

do “novo sindicalismo”. Há, por exemplo, poucos estudos dedicados a compreender a formação e a trajetória das oposições sindicais para além da atuação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, aliás, ainda não analisada suficientemente.<sup>8</sup> E mesmo a amalgama entre os discursos autonomistas formatados pela Igreja Católica e as perspectivas obreiristas e antiburocráticas que proliferaram no movimento operário internacional entre os anos 1960 e 1970 ainda não foi suficientemente explorada pela literatura especializada.

Nesse sentido, destaca-se o livro do historiador Antonio Luigi Negro que buscou analisar a política econômica e trabalhista do nacional desenvolvimentismo da Era Vargas até o final da década de 1960. Em *Linhas de Montagem* (2004), o autor descobriu a ideia de que os trabalhadores migrantes seriam incapazes de desenvolver um movimento coletivo fabril de reivindicações e luta operária. Ao observar as mudanças políticas e econômicas instauradas após o golpe, o autor desvelou uma série de atividades de resistência dos trabalhadores travadas no espaço fabril das companhias multinacionais montadoras de automóveis da região do ABC paulista.<sup>9</sup>

Assim, o impacto do “novo” parece ter sido tão forte que obscureceu a análise sobre os mundos do trabalho no Brasil no período da ditadura até a eclosão das grandes greves. Quando muito eram analisados como um preâmbulo. De modo geral, chama a atenção o pouco número de publicações acadêmicas sobre o movimento sindical ou o sobre o universo do trabalho em geral naquele período, especialmente entre 1964 e 1978. Além disso, o caráter repressivo e controlador do regime, que praticamente procurava tornar os sindicatos brasileiros uma extensão do Estado, pode ter dado a impressão de que não havia nada de interessante a ser estudado naquele período, salvo as esparsas manifestações de resistência por parte da classe trabalhadora. Dessa forma, a ideia de que o sindicalismo brasileiro adormeceu em 1964, teve um espasmo em 1968 e acordou agitado dez anos depois – quando o chamado “novo sindicalismo” emergiu – ainda permanece, embora alguns trabalhos publicados na última década tenham começado a desconstruir essa ideia.

## O alargamento do campo historiográfico, lacunas e desafios

Os trabalhos de José Ricardo Ramalho (1989), Elina Pessanha (1985), Antonio Luigi Negro (2004) e Marco Aurélio Santana (2001) dedicados à análise do sindicalismo metalúrgico após o golpe na Baixada Fluminense, Niterói, ABC Paulista e Rio de Janeiro apontaram para caminhos muito promissores e inspiradores que permitem não apenas relativizar as distâncias entre as “velhas” e “novas” práticas sindicais, mas também evidenciar uma série de resistências cotidianas ou mesmo paralisações e protestos “apagados” da história. Esses estudos enfatizaram ainda a importância das conexões entre os locais de trabalho e as comunidades operárias. As pesquisas sobre a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (FARIAS, 1986; BATISTELA, 2010) também contribuíram no mesmo sentido.

A forte tradição de estudos sobre os trabalhadores rurais tem permitido que, recentemente, possamos saber muito mais sobre a memória camponesa e os intrincados mecanismos de colaboração entre Estado e latifundiários nos processos de repressão e apropriação de terras em todo o país. O já mencionado sofisticado trabalho de pesquisadores como Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Marta Ciocari, Cliff Welch e seus orientandos, entre outros, além de alargar o conhecimento acadêmico tem tido um importante impacto político, com fundamental participação por exemplo na Comissão da Verdade Camponesa, que apresentou um detalhado relatório paralelo ao da CNV<sup>10</sup> Um outro desdobramento promissor desses trabalhos tem sido a aproximação dos estudos sobre trabalhadores rurais e urbanos, durante muito tempo, confinadas em campos disciplinares com pouco diálogo.<sup>11</sup>

No mundo urbano, como vimos, a ênfase nas análises centradas na atuação do sindicalismo metalúrgico é evidente (exemplos em: NEGRO, 2010; ABRAMO, 1999; PARANHOS, 1999), mas ainda sabemos pouco sobre processos semelhantes em outras categorias urbanas importantes, com forte poder de barganha com os patrões e de mobilização. Há, é verdade, alguma literatura sobre trabalhadores químicos e bancários (ver, por exemplo CORRÊA, 2014; BLASS, 1992; GUIMARÃES, 1990), cujos estudos pareciam confinados ao período anterior aos anos 1960. Também os trabalhadores têxteis começam a ser “redescobertos” como na recente tese de Felipe Ribeiro

(2015), que, ao abordar os tecelões e tecelãs (bem como os trabalhadores rurais) em Magé, uma das “Moscouzinhas” brasileiras, mostrou como as lembranças da repressão e da violência policial marcaram a memória local por décadas. Ainda assim, nosso conhecimento sobre categorias vitais da atividade econômica durante o regime militar, como os petroleiros ou particularmente numerosas, como os trabalhadores da construção civil, ainda é escasso.<sup>12</sup> Os estudos sobre trabalhadores dos setores de serviços, como comerciários ou funcionários públicos é mais rarefeito ainda. Mas, para além das categorias, chama a atenção o pouco número de estudos sobre categorias e sindicatos em regiões fora do eixo Rio-São Paulo, com foco no período autoritário.<sup>13</sup>

O estudo sobre greves na ditadura, em particular entre 1964 e 1978 – embora em número reduzido em comparação ao período pré-1964 – é uma mostra ainda mais evidente da concentração geográfica das análises sobre a história do trabalho no Brasil. Ainda carecemos de um levantamento sobre protestos, paralisações e greves durante o regime militar em todo o país. Apesar disso, interessantes estudos monográficos começam a emergir. Alguns pesquisadores, por exemplo, têm se lançado o desafio de revisitar o ano de 1968, não aquele do maio francês ou da intelectualidade artística da zona sul carioca, mas o dos operários e das periferias da grande São Paulo. Por décadas, as greves de Osasco e Contagem ficaram conhecidas pelo seu caráter espontaneísta e pela falta de organização política suficiente, motivo que teria levado o movimento paredista ao fracasso, visto pela sua curta duração, conforme caracterizou Francisco Weffort (1972). Todavia, ainda conhecemos pouco sobre os meandros desse movimento, as relações entre os operários e os militantes do movimento estudantil e da luta armada, que optaram pela militância na fábrica, o papel do sindicato dos metalúrgicos e dos moradores de Osasco. Recentemente, o trabalho de Marta Rovai (2012) sobre a memória dos habitantes da cidade, com ênfase na experiência das mulheres, contribuiu para iluminar como os trabalhadores grevistas, compreendida pela atuação de toda a família, participaram do movimento, bem como a repressão que se sucedeu após a greve. Os depoimentos revelaram o trauma deixado pela repressão que se sucedeu depois da paralisação e o estigma que caiu sobre os moradores.

A questão da repressão policial-militar aos trabalhadores praticada dentro e fora das fábricas, assim como no campo, no período ditatorial, demanda uma atenção particular. Da mesma forma, argumentamos pela necessidade de construir um aparato teórico-metodológico próprio para entender os significados das ações de resistência ao abordar a repressão exercida sob os trabalhadores(as) em contextos específicos de autoritarismo. Só assim poderemos compreender o impacto profundo das ditaduras na vida dos trabalhadores. Nesse sentido, seria importante a elaboração de estudos dedicados a compreender como a classe trabalhadora vivenciou as ações de repressão (tanto estatal quanto patronal), assim como a violência policial e privada no seu cotidiano. Afinal, vivendo sob constante estado de insegurança estrutural, o que tinha um(a) trabalhador(a) a perder ao entrar na militância política ou quando decidia simplesmente enfrentar os abusos patronais?<sup>14</sup> O risco de perder o emprego e não ser capaz de dar provimentos a família; o risco de ser “fichado” no Deops e entrar para a “lista negra” das empresas; o risco de ser preso(a) e torturado(a) e envolver toda a família; o risco de ser morto e seu corpo nunca mais aparecer. Ainda que pesassem todas as medidas repressivas e o medo se espalhasse pelas linhas de produção, não foram poucos os operários(as) que arriscaram as suas vidas ao distribuir folhetos em frente aos portões de fábrica, a se levantar em uma assembleia sindical e pedir a palavra para denunciar o regime, diante de policiais infiltrados (sendo a trajetória de Olavo Hansen uma das mais conhecidas, PEREIRA NETO, 2013).

Afinal, o que sabemos sobre a vida dos trabalhadores no final da década de 1960 e nos anos 1970? Sabemos, por exemplo, que, em 1963, para comprar-se a cesta alimentar no município de São Paulo, eram necessárias 98 horas e 20 minutos de trabalho. Dez anos depois, era preciso trabalhar 147 horas e 04 minutos para se adquirir a mesma cesta alimentar e, no final do regime militar, os trabalhadores eram obrigados a trabalhar 194 horas e 38 minutos para comprar a mesma ração essencial mínima (COSTA, 1997). Mas o que dizer sobre a cultura operária forjada em meio ao “milagre econômico” e os grandes fluxos migratórios que se instalaram nas periferias das grandes cidades do sudeste brasileiro? De que forma os trabalhadores urbanos e rurais vivenciaram a ditadura? Quais

estratégias cotidianas foram criadas para sobreviver à repressão sistemática instaurada nas fábricas e nos locais de trabalho em geral? Qual o impacto das grandes obras e dos projetos de desenvolvimento para os mundos do trabalho em diversas regiões do país?

Por outro lado, não podemos nos esquecer daqueles que viram o regime ditatorial com simpatia, como bem observou Reis (1990), já citado neste artigo. Muitos trabalhadores/as, nos embalos do “milagre econômico”, beneficiaram-se com o crescimento econômico e com o crescimento dos postos de trabalho. Embora a política econômica dos militares tenha se baseado na exploração aguda da mão de obra barata, com base no arrocho salarial e na eliminação de direitos, muitos migrantes das zonas rurais souberam aproveitar as chances que se abriram com o aquecimento da economia, principalmente na área da construção civil e de serviços. Entre os anos de 1969 a 1973, período do “milagre econômico”, muitos operários/as compartilharam, junto com os setores das classes médias, do sentimento ufanista que tomou conta do Brasil, acreditaram no “Brasil do futuro”. Cabe, portanto, compreendermos os motivos do apoio desses grupos de trabalhadores ao regime, a participação deles nos sindicatos e em outras entidades civis, suas relações com os empregadores e sua atuação nos locais de trabalho e na Igreja. A ditadura, inclusive, não ficou alheia a esse processo e tomou medidas concretas para angariar o apoio do mundo do trabalho. Parece surpreendente, mas muitos direitos trabalhistas e de sindicalização foram outorgados para trabalhadoras domésticas e rurais, entre outros, em pleno auge da repressão do ditador Médici.<sup>15</sup> Eis um campo de estudo onde ainda sabemos quase nada e do qual pesquisas interessantes poderão emergir.

Não obstante a historiografia produzida nas décadas de 1970 e 1980, as relações entre trabalhadores, sindicatos e Estado têm sido revisitada. Munidos de grandes conjuntos documentais disponibilizados pelas cortes trabalhistas, ainda que em estado de preservação precária, essa nova geração de pesquisadores tem realizado análises sistemáticas e quantitativas sobre o papel do Estado nas relações de trabalho e o uso do aparato burocrático estatal por parte dos trabalhadores. Nos últimos dez anos, podemos encontrar uma extensa bibliografia sobre o papel da Justiça do Trabalho nos períodos pré e pós-1964, tendo os processos trabalhistas se tornado uma fonte de

grande valor histórico, devido à sua riqueza e ao seu detalhamento de informações sobre os trabalhadores reclamantes, suas demandas, seu contrato de trabalho, permitindo até mesmo desvelar aspectos importantes do cotidiano dos trabalhadores no chão de fábrica ou na lida do campo.<sup>16</sup> Esses estudos têm aberto novas perspectivas sobre a atuação do aparelho estatal, desafiando as visões monolíticas sobre o Estado ao enfatizar sua heterogeneidade e disputas internas. Ainda que com extrema dificuldade de acesso às fontes, temos também tido avanços sobre o papel do Ministério do Trabalho durante a Ditadura e sua relação com o Poder Executivo. Em estudo recente, Heliene Nagazava (2015) mostrou como o principal ministério do período Vargas-Goulart, o coração do trabalhismo, foi sendo sistematicamente desmontado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, condutores da política econômica, a partir do governo de Castelo Branco (1964-1967). Todavia, embora o Ministério do Trabalho tenha começado a ser estudado, sabemos bem pouco sobre outras agências estatais tanto em nível federal, quanto local e também pouco sobre a fundamental previdência social. Vale destacar que esses pesquisadores têm desempenhado papel fundamental na luta pela preservação das fontes judiciais e ministeriais, militando contra o descarte desses conjuntos documentais perante os órgãos responsáveis pela sua guarda.

Outro campo em expansão na área dos estudos sobre ditadura militar brasileira e trabalho é o da análise das relações internacionais no sindicalismo brasileiro. Pesquisadores como Cliff Welch (1995), Antonio Luigi Negro (2004) e Larissa Corrêa (2013) dedicaram-se a mostrar o papel do sindicalismo norte-americano no período anterior e posterior ao golpe de Estado, mostrando as suas articulações com sindicalistas conservadores brasileiros, a construção das redes de contatos e informações travadas entre dirigentes, especialistas em relações de trabalho, governos norte-americano e brasileiro e suas respectivas embaixadas. Ainda sobre a atuação dos sindicalistas conservadores, os trabalhos desenvolvidos pelo GT Trabalhadores da CNV e a abertura dos arquivos do SNI, têm impulsionado a realização de pesquisas sobre a atuação dos interventores nos sindicatos e suas relações com entidades sindicais estrangeiras (CORRÊA, 2013). Na área da memória sobre o regime militar, testemunhamos um crescimento de autobiografias escritas por ex-dirigentes sindicais e militantes políticos de esquerda

vinculados à área do trabalho, e até mesmo de quadros importantes do governo Goulart derrubados pelos militares, como foi o caso da autobiografia do ex-ministro do trabalho Almino Affonso, lançada recentemente (AFFONSO, 2014), assim como o do líder sindical ferroviário Raphael Martinelli (2014).<sup>17</sup> Nesse sentido, a série de depoimentos de ex-sindicalistas e militantes operários e rurais colhidos no processo da Comissão Nacional da Verdade e de suas congêneres nos estados e municípios constitui material de grande riqueza para o futuro estudo de trajetórias nos mundos do trabalho.<sup>18</sup>

## Considerações finais

Embora em um momento de efervescência, a historiografia sobre os mundos do trabalho na ditadura militar brasileira, ainda necessita enfrentar uma série de desafios. Podemos citar rapidamente a carência de estudos que envolvam as análises de gênero e étnico-raciais nos mundos do trabalho (questão, aliás, válida para toda a historiografia do trabalho no Brasil); o trabalho indígena em diversas regiões do país, especialmente no Centro-Oeste e Norte; o impacto ambiental da política nacional-desenvolvimentista autoritária conduzida pelos militares, principalmente no período do chamado “milagre econômico”,<sup>19</sup> sendo a denúncia dos abusos trabalhistas e as violações de direitos humanos e ambientais cometidas pela Volkswagen em sua fazenda localizada no Pará um exemplo e ponto de partida bastante promissor.<sup>20</sup> Da mesma forma, as análises sobre o impacto das grandes migrações e dos processos de urbanização ainda não foram suficientemente mensuradas; assim como a responsabilização empresarial: papel das empresas na repressão direta e em questões como condições e acidentes de trabalho (e aqui mais uma vez o GT dos Trabalhadores da CNV lança nova luzes nesta questão). Outro desafio que se coloca para os pesquisadores do trabalho e dos regimes autoritários da Guerra Fria é o de pensar as ditaduras e os mundos do trabalho no contexto da América Latina, realizando comparações e necessárias conexões.

### **THE WORDS OF JERÔNIMO: WORKERS, UNIONS AND THE HISTORIOGRAPHY OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP**

**Abstract:** This article analyses the recent Brazilian scholarship on workers and trade unions during the Military Dictatorship (1964-1985). It emphasizes the relative absence of studies and the neglecting of the importance of the workers and their organization in the main narratives about this period. By stressing the working-class agency and the dilemmas of the labor movement was facing with the economic policies of the Military as well as the fierce repression, this study aims to contribute to a better understanding of the political scenario after 1964. Furthermore, the second part of the article presents the themes and subjects of the more recent studies about the workers and the labor movement during the military regime. It also points out the blind spots and challenges for this contemporary historiography.

**Keywords:** Workers. Labor movement. Unions. Military Dictatorship. Historiography.

### **Notas**

<sup>1</sup> Um exemplo representativo da escassez de análises sobre o movimento sindical e o mundo dos trabalhadores nos estudos dedicados ao período da ditadura militar pode ser observado na coletânea organizada por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, 2014. O único artigo dedicado ao tema trata da questão do “novo sindicalismo”, abordando, dessa forma, apenas o período final do regime.

<sup>2</sup> Ver o documentário *Perdão Mister Fiel – o operário que derrubou a ditadura no Brasil*, de Jorge Oliveira, 2012.

<sup>3</sup> Para saber mais sobre a trajetória de Virgílio Gomes da Silva, ver: (PIMENTA; TEIXEIRA, 2009).

<sup>4</sup> As críticas feitas por ex-presos políticos, intelectuais e jornalistas em relação ao modo como Virgílio foi retratado na película foram publicadas em uma pequena coletânea destinada a defender a honra e a história de Virgílio, (REIS, 1997).

<sup>5</sup> Parte dessas questões são abordadas em: (CARVALHO, 2012). Ver também: (FREDERICO, 1987).

<sup>6</sup> Terra em transe, filme de Glauber Rocha, de 1967.

<sup>7</sup> Para um recente balanço bibliográfico dos estudos sobre o novo sindicalismo, ver: (OLIVEIRA; LADOSKY, 2014).

<sup>8</sup> Estudo de maior fôlego é o de Batistoni (2010).

<sup>9</sup> Ver também, do mesmo autor, *Nas origens do 'Novo Sindicalismo': o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística*, In: Rodrigues (1999).

<sup>10</sup> O relatório da Comissão da Verdade Camponesa está disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/blog/2015/01/21/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-esta-disponivel-para-download/>. Acesso em: 10 dez. 2015.

<sup>11</sup> Ver exemplo em Felipe Ribeiro (2015)

<sup>12</sup> Embora não sejam o foco de seu trabalho, as relações de trabalho no setor da construção civil durante a ditadura são abordadas no estudo pioneiro de Pedro Henrique Pedreira Campos (2015).

<sup>13</sup> Nesse sentido, o dossiê “Trabalhadores e ditadura”, organizado por Antonio Luigi Negro, Larissa Rosa Corrêa e Paulo Fontes e publicado na *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, 2014, buscou minimizar essa lacuna, reunindo um conjunto de trabalhos que abarcam ampla diversidade regional e temática.

<sup>14</sup> Ao utilizarmos o conceito de “insegurança estrutural” nós nos referimos ao trabalho de Mike Savage, ver: SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

<sup>15</sup> Um exemplo é a lei que instituiu o Pro Rural, garantindo os direitos de pensão e aposentadoria para os trabalhadores rurais, decreto nº 69.919, assinado em 11 de janeiro de 1972, pelo governo Médici. Já a lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, reconheceu alguns direitos trabalhistas às empregadas domésticas.

<sup>16</sup> Ver exemplos em: Dabat e Rogers (2012); Montenegro (2013).

<sup>17</sup> Cabe destacar ainda o trabalho realizado pela ONG Intercâmbio, Investigação, Estudos e Pesquisas (IIEP), em particular de seu diretor Sebastião Neto, que tem realizado uma série de entrevistas e angariado vasto material sobre os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo durante a ditadura. Um dos resultados deste trabalho é o impressionante livro *Investigação Operária. Empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*, publicado em 2014.

<sup>18</sup> Ver Relatório do GT Trabalhadores da CNV, entregue em 2014. Disponível em: <https://trabalhadoresgtcnv.wordpress.com/>. Acessado em 10 dez. 2015.

<sup>19</sup> Um dos poucos estudos a respeito é de Frank Meyer. “Cidades-empresa numa cadeia produtiva transnacional: dimensões sociais e ambientais da produção de alumínio em Porto Trombetas, Brasil, e Årdal, Noruega”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n.11, 2014, p. 107-127.

<sup>20</sup> ACKER, Antoine. ‘O maior incêndio do planeta’: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 68, jul/dez., 2014.

## Referências

- AFFONSO, Almino. *1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial/Fundap, 2014.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; MARTINS, Carlos Eduardo. *Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo: Cebrap, [1973]. Mimeografado.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário. A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978- 1980)*. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2010.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais. As empreiteiras brasileiras e a Ditadura Civil-Militar*. Rio de Janeiro: Editora da UFF/Faperj, 2014.
- CARVALHO, Yuri Rosa de. O movimento operário e a Ditadura Civil-Militar: resistência, luta armada e negociação. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 3, 2012.
- CORDEIRO, Janaina. *A ditadura em tempos de milagre. Comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2015.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil e Estados Unidos na ditadura militar (1964-1978)*. Tese (Doutorado), IFCH – Unicamp. Campinas: Unicamp, 2013.
- \_\_\_\_\_. Os ‘inimigos da pátria’: repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979), *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, 2014.
- COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil (1964-1985): 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Estado e Controle Social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1986.
- DABAT, Christine Rufino; ROGERS, Tom D. A Peculiarity of Labor in this Region. Workers’ Voices in the Labor Court Archive at the Universidade Federal de Pernambuco. *Latin American Research Review*, v. 47, 2012, p. 163-68.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FARIA, Hamilton J. B. de. A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário

(1964-1978). São Paulo: Dissertação (Mestrado) , Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, 1986.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Intervenções sindicais e o “novo sindicalismo”. *Dados*, v. 17, 1978, p. 136-45.

FREDERICO, Celso. (Org.). *A esquerda e o movimento operário. Vol I. A resistência à ditadura* (1964-1971). 1. ed. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “A gestão do trabalho na indústria petroquímica (a forma geral e a variante paternalista)”. *Caderno CRH*, Salvador: CRH, n. 12, 1990.

HALL, Michael M; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *A Classe Operária No Brasil, 1889-1930: Documentos. Vol. 1: O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

IIEP. *Investigação Operária. Empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo: IIEP, 2014.

MERICLE, Kenneth S. Corporatist Control of Working Class: Authoritarian Brazil since 1964. In: MALLOY, James (Ed.). *Authoritarianism and Corporativism in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1977.

MONTENEGRO, Antonio. Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar.. In: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas: editora da Unicamp, 2013, p. 303-348.

NAGASAVA, Heliene Chaves. “O sindicato que a ditadura queria”: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Dissertação (Mestrado), CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2015.

NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de Montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

\_\_\_\_\_. Nas origens do ‘Novo Sindicalismo’: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, Iram J. (Org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Veras de; LADOSKY, Mário Henrique. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, 2014.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Olavo Hansen*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva: de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial /Núcleo Memória, 2009.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária*. O caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REIS, Daniel Aarão et al. *Fatos e versões: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

\_\_\_\_\_. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Tese (Doutorado), Centro de Pesquisa e Documentação, FGV. Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento social no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2013.

ROVAI, Marta Gouveira de Oliveira. *Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino*. Tese (Doutorado), FFLCH/Usp. São Paulo, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOUZA MARTINS, Heloísa. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

TROYANO, Annez. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. Estudos Cebrap, Caderno 5, 1972.

WEFFORT, Francisco Correa. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 65-105, 1973.

\_\_\_\_\_. Dejeónos de farsas intelectuais e resisténcia democrática... inútiles. São Paulo: Cebrap, [197-].

\_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WELCH, Clifford Andrew. Labor Internationalism: U.S. Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965. *Latin American Research Review*, v. 30, n. 2, 1995.

Recebido em: 14 / 12 / 2015

Aprovado em: 15 / 03 / 2016



# História, política e literatura na escrita epistolar de Júlio Cortázar

Adriane Vidal Costa\*

**Resumo:** O objetivo do trabalho é mostrar como a prática epistolar de Júlio Cortázar pode ser compreendida como um espaço de criação de redes de sociabilidades intelectuais que permitem relacioná-las com a criação de espaços de discussão sobre projetos literários e editoriais e para reflexões político-culturais. As correspondências de Cortázar são importantes meios de veiculação de suas ideias políticas no período mais intenso de sua militância: as décadas de 1960 e 1970. Em suas cartas, Cortázar revela sua compreensão sobre o fazer literário, a função social da literatura, o papel do intelectual e ainda reflete sobre sua atividade literária, defende as revoluções e o socialismo, bem como condena as ditaduras militares na América Latina. Enfim, suas cartas revelam um escritor comprometido com as grandes transformações literárias e políticas de seu tempo. Para compreendermos a correspondência de Cortázar como meio de construção de sociabilidades político-intelectuais, analisamos parte das correspondências compiladas nos três volumes organizados por Aurora Bernárdez e editados pela Alfaguara em 2000, são eles: Volume I (*Cartas*, 1937-1963); Volume II (*Cartas*, 1964-1968); e Volume III (*Cartas*, 1969-1983).

**Palavras-chave:** Júlio Cortázar. Correspondências. Sociabilidades intelectuais. Política. Literatura.

---

\* Professora adjunta do Departamento de História e do PPG em História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Doutora em História pela mesma instituição. E-mail: [adriane.vidal@uol.com.br](mailto:adriane.vidal@uol.com.br).

## **Introdução: escrita epistolar – objeto de pesquisa e espaço de sociabilidade intelectual**

Em 1962, o escritor argentino Júlio Cortázar (1914-1984) publicou seu livro *Histórias de cronópios e de famas*, que reúne pequenos contos de realismo fantástico. Num desses contos, que dá nome à obra, Cortázar inventou fascinantes criaturas que se parecem muito com os seres humanos: os cronópios, os famas e as esperanças. O leitor, na medida em que decifra o conto, descobre por si mesmo o significado desses seres imaginários. Na nossa interpretação, os cronópios são seres sensíveis, críticos e inconformistas. São também escritores, poetas e artistas que não conseguem viver sem criar e fazer arte, que não diferenciam a arte de escrever da arte de viver e que, acima de tudo, adoram imaginar, debater e polemizar.

Não foi apenas em seus romances ou contos que Cortázar exerceu a “função” de cronópio, em suas correspondências, privadas ou abertas, ele cumpriu seu papel de crítico, de inconformista e de polemista. Cortázar tinha uma enorme disposição para a escrita epistolar, as cartas eram enviadas para uma gama significativa de escritores, críticos literários, cineastas e editores.<sup>2</sup> Porém, neste trabalho, analisamos somente as correspondências enviadas por Cortázar para o seu editor argentino Francisco Porrúa, para o escritor peruano Mario Vargas Llosa e para o escritor cubano Roberto Fernández Retamar na década de 1960.<sup>3</sup> A escolha pelas correspondências enviadas ao três intelectuais se justifica pela forma satisfatória com que elas revelam as redes de sociabilidades estabelecidas em um importante momento da vida do escritor argentino.<sup>4</sup> O recorte temporal, a década de 1960, explica-se por se tratar de uma década de profícua produção literária e de intensa militância política de Cortázar.

As cartas de Cortázar revelam sua compreensão sobre o fazer literário, a função social da literatura, o papel do intelectual e suas posições políticas sobre revoluções e socialismos na América Latina. Por meio do epistolário, o escritor argentino opinava sobre o que ocorria na América Latina, defendia os direitos humanos, condenava as ditaduras militares, discorria sobre exílio e sobre o *boom* da literatura latino-americana. Além disso, Cortázar indicava textos e manuscritos de diversos escritores latino-americanos para serem publicados em

importantes revistas e em prestigiadas editoras. Enfim, suas cartas revelam um escritor comprometido com as grandes transformações literárias e políticas de seu tempo. O objetivo do trabalho é mostrar como a prática epistolar de um escritor com grande “capital cultural”,<sup>5</sup> como foi Júlio Cortázar, pode ser compreendida como um espaço que cria e revela redes de sociabilidades intelectuais que permitem relacioná-las com a criação de espaços de discussão sobre projetos literários e editoriais e para reflexões político-culturais na América Latina.

As cartas pessoais, com suas variadas formas, fazem parte dos gêneros discursivos e se mostram como importantes fontes para o trabalho do pesquisador. A escrita epistolar é rica em possibilidades para se compreender a “narrativa de si”, principalmente de escritores como Júlio Cortázar que não deixou memórias ou autobiografias. A função básica mais evidente de uma carta é a comunicação escrita entre um emissor e um receptor separados pela distância. Para além dessa função, podemos compreendê-la como “um gesto de escrita” que cria memórias, testemunhos e autobiografias (BOUVET, 2006).

As cartas privadas não são escritas pensando em um público, mas em um correspondente específico, o que não impede que seu conteúdo seja de interesse mais amplo, pelo contrário, elas constituem uma fonte de investigação muito importante que permite compreender, além da subjetividade do indivíduo, a história de uma sociedade (DOLL CASTILLO, 2002). A carta é um documento de relevante valor testemunhal de uma época:

Na carta, como em outras escrituras do eu (autobiografias, memórias, diários ou livros de viagem), aparece essa primeira pessoa – ‘expressão única de quem a escreve’ [...] – que, por sua vez, dá testemunho de ‘conscientização histórica’ [...] porque nela se manifesta a intimidade de quem a escreve e se *resignifica* o contexto de produção (HINTZE; ZANDANIEL, 2012, p. 13).

A carta representa um intento, consciente ou não, de construção do eu, inclusive quando se escreve para construir o outro. O autobiográfico está constantemente oscilando entre o real e a invenção, entre a experiência vivida e a experiência criada por meio da linguagem.

Dessa forma, ao usá-lo como fonte de pesquisa, são necessários alguns cuidados. Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2004), alerta para o fato de que toda escrita “auto-referencial”, como a carta, é marcada por um “efeito de verdade”. A legitimidade e autoridade da narrativa epistolar se assentam na subjetividade do emissor, na noção de verdade como sinceridade. A narrativa epistolar não registra “[...] o que realmente aconteceu [...]”, nem devemos cobrar isso dela, mas “[...] o que o autor disse que viu, sentiu, experimentou [...]” em relação ao acontecido. Como aponta Marcos Antônio de Moraes (2001, p. 2-3), “[...] a carta atualiza-se invariavelmente como persona e discurso narcísico; a verdade que enuncia – a do sujeito em determinada ocasião, movido por estratégias de sedução – é datada e cambiante.”

A carta serve para elogiar, expressar gratidão, manifestar alegria, formular lamentações, conselhos e recomendações; serve também para convocar, exortar, consolar, polemizar, pedir favores, expor juízos, propor projetos, refletir, criticar e confessar. Ela pode expressar a opinião de um autor sobre temas diversos: cultura, sociedade, religião, literatura, política e economia. A carta difunde ideias e marca posições (MESTRE SANCHIS, 2000). Como veremos, em grande medida, as cartas enviadas por Cortázar eram para intercambiar informações pessoais, literárias, políticas e culturais.

Desse modo, a carta converte-se em um instrumento válido para conhecer não só a vida de um escritor, mas conhecer, por meio de suas impressões e representações, a história de uma época. Compreendemos o epistolário de Cortázar como um discurso auto-biográfico (memória e testemunho) a partir do qual podemos (re)construir parte do seu itinerário intelectual, em um momento de grande efervescência política, a década de 1960. Para analisarmos o seu epistolário, é necessário avaliar o estilo (a forma da escrita), o modo de expressão (que pode variar de acordo como o grau de familiaridade e amizade que mantém com seu destinatário e do assunto tratado) e a intencionalidade (sua atitude e seu posicionamento).

Compreendemos o epistolário também como espaço de sociabilidade intelectual e de constituições de redes intelectuais. O epistolário permite traçarmos parte do itinerário intelectual de Cortázar e mostrar as relações de amizade e de sociabilidade no campo político e cultural. A partir da análise das cartas, podemos traçar a rede de relações

sociais do escritor: com quais intelectuais se relacionava, a que círculos literários pertencia ou quais frequentava, quais eram suas afinidades políticas e amizades literárias. Como aponta Gisele Venâncio:

A teia da correspondência de um intelectual permite vislumbrar a tessitura de sua rede pessoal e profissional e, através dela, pode-se caracterizar suas práticas de intercâmbio de ideias, de troca de livros e de divulgação de suas opiniões. Esboça-se assim, através da escrita epistolar parte de sua rede de sociabilidade, permitindo a (re) inserção de suas ideias em ambiente social e cultural (VENANCIO, 2003, p. 114).

Por meio da carta, é possível compreender a constituição de redes de contatos e vislumbrar redes de socialização. No momento de sua escrita, a correspondência envolve, além do emissor e destinatário, vários “correspondentes” indiretos que são nomeados, configurando uma rede de relacionamentos em que a carta é, muitas vezes, o único registro. Por isso, “[...] cabe ao pesquisador buscar descortinar os sujeitos [...]” envolvidos na trama epistolar: “Conhecer esses sujeitos permite ao pesquisador traçar um quadro mais amplo das relações estabelecidas entre eles e, desse modo, perceber a carta como parte de uma rede de contatos” (BEZERRA; SILVA, 2010, p. 61). Nas correspondências, circulam nomes, ideias, confissões, opiniões, cenas da vida intelectual e relações afetivas, o que as colocam como espaços privilegiados de sociabilidade.

A sociabilidade é compreendida aqui em seu sentido mais amplo, para além dos marcos das associações formais. A sociabilidade está presente nos espaços da informalidade, como nos cafés, nos salões, nas festas, nos mercados, nas praças públicas, no esporte, na música, no mundo do trabalho, nas confrarias, na vida familiar, nos grupos e círculos políticos, e, claro, nas epístolas. São espaços heterogêneos com distintas formas e práticas, mas decididamente de sociabilidade (NAVARRO, 2006).<sup>6</sup> As diversas formas de sociabilidades e de circulação de ideias podem constituir redes que necessitam para sua existência da densidade da comunicação (DEVÉS-VALDÉS, 2007). O denso epistolário de Cortázar estabeleceu uma rede de sociabilidade intelectual em função de interesses literários, bibliográficos, culturais

e políticos. Uma rede intelectual com características transnacionais e transatlânticas (América-Europa), haja vista que ele se correspondia, de Paris e de outros lugares, com intelectuais latino-americanos, norte-americanos e europeus.

## **A correspondência epistolar: escrita ficcional, crítica literária e mercado editorial**

Antes da análise das correspondências, convém traçarmos um breve panorama sobre a trajetória político-intelectual de Cortázar. Desde muito jovem, nutriu-se da literatura francesa: lia Mallarmé, Baudelaire, Lautréamont, Valéry e Cocteau. Não foi por acaso que Cortázar tornou-se, nos anos de 1940, um dos principais tradutores da literatura francesa na Argentina. Em 1951, por não concordar com o peronismo,<sup>7</sup> foi para Paris. Como tantos outros intelectuais de sua época, sentia uma forte atração por essa cidade. Cortázar evocou seus primeiros anos na capital francesa e afirmou que naquela época a cidade imaginária construída durante tantos anos se somava e superpunha à realidade das ruas e das pessoas. Paris foi transformada em tema literário e em vários textos Cortázar mostrou a cidade como o lugar do fantástico e das tensões identitárias (SYLVIE, 2005). Talvez por isso, no livro *Rayuela*, ele afirmou que Paris era uma enorme metáfora (MONTAÑES, 2006).

O compromisso de Cortázar com a causa socialista deu-se a partir da Revolução Cubana. Foi também a partir dela que o argentino manifestou interesse, de Paris, pela realidade social e política da América Latina. Para Cortázar (1998, p. 22), a vitória da Revolução Cubana e os primeiros anos de governo não eram simples acontecimentos históricos ou políticos, mas “[...] uma encarnação da causa do homem, como, por fim, ele chegara a conceber e a desejar”. A partir do triunfo da Revolução Cubana, Cortázar buscou “[...] uma via menos alienante da história, adquirindo uma filiação política cada vez mais pronunciada.” Essa chave de acesso a toda América Latina levou-o a pronunciar-se explicitamente a favor da revolução e do socialismo.

Em 1963, Cortázar fez sua primeira viagem a Cuba para ser jurado do concurso literário da revista *Casa de las Américas*. Na ilha, aceitou, com entusiasmo, o convite para participar do Conselho de Redação da revista, cargo que encarou com bastante seriedade e profissionalismo. Como membro do Conselho, Cortázar foi um dos escritores mais produtivos: dava opiniões sobre a qualidade das edições, preocupava-se com a divulgação, recomendava textos, indicava algum novo membro para ser jurado do Prêmio concedido pela revista (MOREJÓN ARNAIZ, 2004). Em fins da década de 1960, a Revolução Cubana deixou de contar com o “apoio entusiasta” de grande parte da intelectualidade de esquerda, por várias razões: o forte alinhamento de Cuba com a URSS, moldando o modelo cubano ao chamado socialismo realmente existente; as acusações sobre os rumos equivocados da revolução — perseguições, torturas, prisões e censura — e o polêmico “caso Padilla”.<sup>8</sup> Foram, enfim, os dias em que as questões políticas convocavam alianças solidárias e desavenças, proclamações e distanciamentos. Cortázar refletiu sobre tudo isso, mas continuou ao lado de Cuba e, na década de 1970, passou a apoiar incondicionalmente a Revolução Sandinista na Nicarágua (COSTA, 2013).

Com Francisco Porrúa, seu editor de 1960 a 1968, conhecido como Paco, Cortázar manteve um longo período de correspondência. Como assessor da editora argentina Sudamericana, Porrúa lia e recomendava para a edição os livros de Cortázar. Ele foi o responsável pela publicação de importantes obras do escritor argentino na década de 1960, como *Los premios* (1960), *Historias de cronopios y de famas* (1962) e *Rayuela* (1963). Porrúa, com o passar dos anos, como demonstra as cartas, tornava-se cada vez mais íntimo de Cortázar e transformava-se em um grande amigo, também chamado de “querido Cronopio”. Uma das primeiras correspondências que Cortázar lhe enviou foi escrita em cinco de março de 1960, mas conheceram-se pessoalmente somente em 1962, fato que não impediu o estreitamento de laços fraternos entre eles. Apesar da amizade, a relação editor-autor sempre esteve presente, como apontou Cortázar (2000, p. 665): “[...] eu não sei quando chegará o dia em que lhe escreverei uma carta que não tenha relação com meus livros”.

Desde o início da relação, Cortázar valorizava a opinião de Porrúa e o considerava “un crítico sin concesiones”. Compartilhava com ele

suas dúvidas e angústias de escritor e discutia o conteúdo, a estética e a organização de suas obras. As cartas que trocava com seu agente literário revelam os cuidados e as obsessões de um escritor detalhista: a insistência em revisar por mais de uma vez as provas finais de seus livros, as preocupações frequentes com a criação e finalização das capas, a insistência em estabelecer contatos com editoras estrangeiras e em escolher seus tradutores. Enfim, as cartas revelam um escritor extremamente cuidadoso com todo o processo de edição de seus livros.

As correspondências mostram também um escritor preocupado com a recepção de sua obra e com a crítica especializada. Cortázar sempre requisitava a Porrúa que lhe enviasse recortes com notas, resenhas críticas e comentários que saíam nas principais revistas e nos jornais da América Latina. Algumas revistas, inclusive, foram importantes para a divulgação e a promoção de sua obra, pois apontavam a qualidade literária de Cortázar e a originalidade de seus contos. Como foi o caso da revista argentina *Primera Plana*, o semanário uruguaio *Marcha* e a revista mexicana *Diálogos*. Cortázar deixava transparecer em vários momentos seu regozijo ao receber elogios consagratórios, mas, por outro lado, sempre ressaltava sua admiração e preferência pelas críticas mais profundas e solidamente construídas a ponto de manter importante intercâmbio epistolar com alguns daqueles que as produziram, como Graciela Sola, Ana María Barrenechea, Héctor Schmuder, Saúl Yurkievich, Jaime Alazraki, Saúl Sosnowski (DE DIEGO, 2009).

Nas cartas endereçadas a Porrúa, Cortázar sempre tecia comentários sobre as obras de seus colegas de ofício e pedia a seu editor que lhe enviasse livros recém-publicados na Argentina. Os escritores que mais aparecem nas correspondências enviadas a Porrúa são: Carlos Fuentes, Jorge Luis Borges, Adolfo Bioy Casares, Ernesto Sábato, Tomás Eloy Martínez, Mario Vargas Llosa, Gabriel García Márquez, José Lezama Lima.

Nas correspondências enviadas para Porrúa, além de elogiar a obra do escritor mexicano Carlos Fuentes, ele sempre mencionava a ajuda do escritor mexicano na promoção de sua obra. Como um ciclo de conferências que Carlos Fuentes proferiu sobre ele na BBC. Cortázar narrou em missiva que o impacto das conferências foi positivo e imediato, tanto que J. M. Cohen, especialista em literatura hispano-americana na Inglaterra, e que havia assistido às conferências, pediu

ao escritor argentino que lhe enviasse todos os seus livros. Cortázar mostrou-se interessadíssimo, pois via aí a oportunidade de ter suas obras publicadas em inglês. Em uma carta, Cortázar (2000b, p. 667) manifestou seu interesse a Porrúa:

[...] seria magnífico se algum editor de lá publicasse um tomo de meus contos ou *Rayuela* [...] Lhe peço: faça com que a Sudamericana mande minhas coisas a Mr. J. M. Cohen. Fuentes me disse que Cohen é o crítico de literatura espanhola do *Sunday Times* e é o contato de primeira ordem para a publicação de meus trabalhos na Inglaterra.

O esforço foi frutífero, tempos depois, Cortázar teve seus contos e *Rayuela* publicados em inglês pela Editorial Pantheon por intermédio de L. M. Cohen.

Nas correspondências com Porrúa, Cortázar (2000b, p. 789-790) fez poucas referências ao escritor argentino Jorge Luiz Borges, mas sempre com muita admiração e reconhecimento. Contou que se encontrou com Borges na sede da Unesco em 1964: “[...] quando dei por mim [...] já estávamos nos abraçando, o que me deixou sem palavras.” Cortázar recordava com orgulho e gratidão que a publicação de seu conto, *A casa tomada*, na revista *Anales*, em 1946, foi feita por intermédio de Borges que, naquele momento, nem o conhecia pessoalmente. Segundo seus críticos, e o próprio Cortázar, foi tal gesto de Borges que o tornou conhecido na Argentina naquela época. Depois do encontro emocionado com o autor de *Funes o memorioso*, Cortázar foi ouvi-lo em uma conferência sobre literatura fantástica que o deixou “mirando estrelas”. No final, conforme Cortázar, os jornalistas fizeram de tudo para arrancar uma ou duas palavras sobre política de Borges, missão possível. Cortázar pontuou: “pouco me importa” A obra de Borges bastava-lhe.

Cortázar (2000a, p. 479) admirava também o escritor argentino Adolfo Bioy Casares e acompanhava de perto suas publicações. Porém, com outro escritor argentino, Ernesto Sábato, Cortázar foi ácido em diversos momentos. Em cartas destinadas a Porrúa, fez vários comentários jocosos e amargos sobre ele:

[...] minha impressão é que o homem está completamente louco. O livro [*Sobre héroes y tumbas*] parece uma espécie de folhetim, porém sem a mesma qualidade de um bom Ponson du terrail<sup>9</sup>. Me assombra que alguns amigos portenhos tenham dito que se tratava de ‘um livro importante’. A importância, na Argentina, está ficando irrespirável.

Em outra missiva enviada em maio de 1966, Cortázar (2000b, p. 1018), ao rebater uma crítica de Sábato, chegou a ser deselegante em seus comentários:

Outra noite Mario Benedetti me contou em Paris que o moleque Ernesto havia dito que eu tinha um estilo feminino que lhe recordava a Katherine Mansfield. Se for certo (se eu tiver um estilo semelhante) eu consideraria um elogio; mas já se sabe que lá, junto ao rio imóvel, há que escrever como macho ou tu não vales nada. Pensar que se o moleque Ernesto chegasse alguma vez a escrever apenas uma página como Simone de Beauvoir ou Christine Rochefort, estaria salvo para a literatura...

Talvez Cortázar (2000b, p. 788) tenha agido assim por usar como meio de expressão uma correspondência privada. De qualquer modo, isso mostra-nos que as relações entre os escritores não eram baseadas somente em cordialidades ou amabilidades. Cortázar também deixou transparecer certo descontentamento com outro argentino, o escritor e jornalista Tomás Eloy Martínez, na época, editor-chefe da revista *Primera Plana*.<sup>10</sup> Em 1964, depois da insistência de seu editor, Cortázar decidiu conceder uma entrevista a *Primeira Plana*, em retribuição “a generosidade com” que a revista promovia “seus livros”. Quem realizou a entrevista, transformada posteriormente em artigo, *Las figuras del zodiaco*, foi Tomás Eloy Martínez que, quando publicou o texto, no n. 173, omitiu, para desgosto de Cortázar, a informação sobre sua primeira viagem a Cuba. Quando leu o artigo, escreveu a Porrúa extremamente contrariado: “A omissão da viagem a Cuba foi idiota”.

Cortázar (2000b, p. 859) não esqueceu o ocorrido, e em carta endereçada a Tomás Eloy Martínez, em 1965, lembrou o episódio e negou de forma irônica o convite da *Primera Plana* para participar de um concurso literário: Cortázar alegou que não poderia aceitar o convite da revista argentina porque estava muito ocupado com seu fazer literário. Na carta, afirmou:

Permita-me, Tomás, adivinhar-lhe o pensamento por um momento. Eu sei que você, ao ler os parágrafos anteriores [da carta], pensou, mas ele participou como jurado do concurso da *Casa de las Américas*. Porém essa exceção, de que não me arrependo, obedeceu a razões que iam mais além da literatura. Cada um ajuda como pode aquilo que ama.

O trecho da carta revela uma postura política assumida publicamente por Cortázar que extrapolava o ambiente das correspondências privadas.

Cortázar manteve relações próximas com o escritor peruano Mario Vargas Llosa, com quem possuía afinidades literárias e políticas, pelo menos até fins da década de 1960. Vargas Llosa enviava manuscritos de seus livros para Cortázar ler, que, por sua vez, lia e dava sugestões pertinentes por meio de correspondências. Cortázar, admirador da obra de Vargas Llosa, comportava-se como um verdadeiro crítico literário ao opinar sobre os livros do amigo. Em 1962, Cortázar enviou uma breve carta para Vargas Llosa na qual lhe informava que acabara de ler os manuscritos de *Los impostores* e que estava profundamente comovido com a qualidade literária da obra. Em carta endereçada ao mexicano Joaquín Díez Canedo, editor da Joaquín Motriz e da Fondo de Cultura Económica, Cortázar escreveu (2000a, p. 492):

Faz alguns dias que li os originais de uma excelente romance de Mario Vargas, jovem escritor peruano que ganhou faz uns três anos um prêmio na Espanha por seu livro *Los jefes*. Radicado em Paris, Vargas terminou a pouco seu último romance que se intitula *Los impostores [La ciudad y los perros]*. Admiravelmente escrita, conta a vida de um grupo de estudantes liminhos em um colégio militar. É um livro de

uma violência, de uma força nada comum em nossos países [...]. Creio que *Los impostores* será um dos melhores romances dos últimos anos (e não penso somente na América Latina).<sup>11</sup>

Cortázar e Vargas Llosa, assim como Carlos Fuentes e também Gabriel García Márquez, foram os principais escritores do chamado *boom* da literatura latino-americana.<sup>12</sup> Por meio da análise do epistolário de Cortázar, é possível perceber que esses escritores – e outros mais – formavam um grupo coeso que agia conjuntamente, trocando correspondências e indicando textos e obras uns dos outros para publicações. Como aponta Claudia Gilman, esse grupo, que entendemos formar uma rede, caracterizou-se por organizar uma forte trama de relações pessoais entre escritores e críticos latino-americanos, trama suficientemente poderosa para produzir alianças, divergências e efeitos sobre as modalidades da crítica profissional e, inclusive, sobre as consagrações literárias. Nessa direção, comentou Rodríguez Monegal (1966, p. 62-72): “[...] as estrelas de romances como García Márquez e Vargas Llosa ainda não se conheciam, mas já trocavam correspondências. Mario foi um dos promotores mais constantes de *Cien años de soledad*”. O crítico uruguaio dedicou, em 1966, um elogioso e denso artigo a Mario Vargas Llosa e à sua obra – especificamente *La ciudad y los perros* –, no qual o colocava como um dos mais ardentes criadores da América e exemplo de escritor completamente dedicado à sua vocação. Em uma reportagem, Carlos Fuentes (MACADAM; RUAS, 1996, p. 134) afirmou que havia ocorrido algo extraordinário na vida literária hispano-americana: “[...] todas as figuras proeminentes do *boom* eram amigas entre si”. Além disso, Carlos Fuentes dedicou os livros *La muerte de Artemio Cruz* e *Cambio de piel* para Cortázar, e seu ensaio, *Fortuna lo que ha querido*, para García Márquez, que, por sua vez, em *Cien años de soledad* agradeceu os favores recebidos de vários colegas escritores e críticos literários.

Pouco tempo depois, Carlos Fuentes enviou para Cortázar as primeiras oitenta páginas de *Cien años de soledad*. Cortázar (2000b, p. 1072) leu com grande entusiasmo e em carta endereçada a Francisco Porrúa, elogiou a editora Sudamericana pela decisão de publicar o livro de García Márquez, que possuía uma “prosa tão viva, tão *caliente* e tão fabulosamente inventiva”. Aproveitou o

ensejo para recomendar a publicação do livro *Cambio de piel*, de Carlos Fuentes. Como se não bastasse, Fuentes também enviou o segundo capítulo de *Cien años de soledad* para que Rodríguez Monegal o publicasse na revista *Mundo Nuevo* em março de 1967, com o título de *El insomnio en Macondo*. Porém, antes disso, parte da obra já havia sido publicada por amigos de García Márquez no *El Espectador*, de Bogotá. Além dessas duas publicações, fragmentos do romance foram divulgados em outros importantes periódicos, como na revista *Amaru*, de Lima, que, além de trechos inéditos, publicou também uma crítica elogiosa na qual se lia: “[...] a fama já ilumina esse notável jovem escritor e acredita-se que ele possa ser um dos grandes romancistas latino-americanos surgidos nos últimos dez anos”. Em *Marcha*, foram publicados trechos da obra com o título *Diluvio en Macondo*, acompanhados de um comentário que se referia ao romance como o mais esperado do ano. Apareceram também fragmentos do romance nas revistas *Eco*, de Bogotá, e *Diálogos*, do México (SALDÍVAR, 2000). Enfim, tudo isso criou uma imensa expectativa em torno do livro. Na verdade, como afirmou Vargas Llosa (1971), a sua consagração começou antes mesmo de seu lançamento. Nesse sentido, segundo Claudia Gilman (2003, p. 96), o êxito de *Cien años de soledad* também se explica pelo “[...] fenômeno de consagração horizontal mais importante que se teve notícia na América Latina.”

### **O debate sobre o engajamento político na escrita epistolar de Cortázar**

Além das correspondências de cunho literário e editorial, Cortázar (2000b, p. 1278) enviou para Vargas Llosa algumas cartas com explícito conteúdo político. Como já apontamos, em 1968, Cortázar viajou para Cuba para participar do *I Congreso Cultural de la Habana*, período em que começava um intenso controle político sobre o meio cultural na ilha. Cortázar expressava uma grande preocupação em relação à situação dos intelectuais em Cuba. Em três de novembro de 1968, enviou para Vargas Llosa uma correspondência, comunicando-lhe que pretendia escrever uma carta “privada” para Fidel Castro,

para pedir-lhe explicações sobre os problemas com os intelectuais em Cuba. No final da carta, pediu o apoio do escritor peruano e fez uma observação: “*Guarda total reserva sobre isso. É um assunto restrito tratado diretamente com Fidel, para evitar a publicidade, que é inútil e contraproducente*”. (grifos do autor)

No mês seguinte, enviou nova correspondência para Vargas Llosa, agora com a mencionada carta em anexo, na qual pedia mais explicações ao governo cubano sobre o que de fato acontecia na ilha, sobretudo com Padilla. Explicava a Vargas Llosa que essa carta havia sido escrita por ele, Carlos Fuentes e Juan Goytisolo, com base em “[...] informações fidedignas que receberam”.<sup>13</sup> De maneira alguma ela deveria ser uma carta aberta, mas um pedido de informações que contasse com a assinatura de poucos escritores amigos de Cuba, dentre eles Vargas Llosa e García Márquez, que também receberia uma cópia da carta. Cortázar acreditava que as coisas na ilha estavam “[...] bastante graves para que ficassem calados”. Por isso, pretendia enviar a carta a Fidel Castro de maneira oficial, por meio da Embaixada Cubana em Paris, e com cópias para Raúl Roa, Haydée Santamaría, Osvaldo Dorticós e Célia Sánchez. Segundo Cortázar (2000b, p. 1287) “[...] objetivo seria fazer conhecer suficientemente, entre as pessoas-chave, nossas inquietudes e conseguir uma resposta em breve [...]”.<sup>14</sup> Não sabemos se essa carta realmente chegou a Cuba. Cortázar não fez mais nenhuma menção a ela no seu epistolário nem em outros meios. Contudo, a resposta a suas inquietações foi dada *in loco*.

Em janeiro de 1969, Cortázar viajou a Havana, com o intuito de participar da reunião da revista *Casa de las Américas*. Quem não apareceu foi Vargas Llosa, que, como membro do Comitê da revista, também havia sido convidado. Quando retornou a Paris, no final daquele mês, Cortázar escreveu para Vargas Llosa<sup>15</sup>, dizendo que os membros da revista não haviam gostado de sua ausência sem justificativa e o repreendiam severamente pelo artigo *El socialismo y los tanques* (1968) — no qual condenava o apoio de Fidel Castro aos soviéticos quando esses invadiram a Tchecoslováquia. Cortázar (2000c, p. 1327-1328) afirmava na carta que Vargas Llosa tinha todo o direito de condenar a invasão soviética, inclusive ele mesmo havia assinado várias mensagens de protesto e passado oito dias em Praga depois do ocorrido. O problema era que em Havana eles não gostaram

das frases com as quais Vargas Llosa criticou o apoio de Fidel Castro à URSS, isso era inadmissível por parte de alguém que, “[...] frente aos problemas críticos da revolução (o Congresso Cultural em Havana, primeiro, e agora a reunião da revista), permanecia ausente por razões de trabalho no primeiro caso e sem dar explicação alguma no segundo”. Cortázar contou a Vargas Llosa na carta sobre a situação dos intelectuais na ilha, que, de fato, havia ocorrido momento de intimidação, mas que, durante uma longa conversa com Haydée Santamaría, ela mostrou que ele “[...] estava sendo mal informado sobre muitas coisas que aconteciam em Cuba e que a partir da Europa era muito fácil formar uma consciência a base de telegramas e declarações”. O clima tinha melhorado na ilha, por isso acreditava que os incidentes do tipo Padilla não se repetiriam tão cedo. Cortázar acrescentou que a função do intelectual estrangeiro, importante e necessária, era a de levar até Cuba uma visão mais universal das coisas e não de serem fiscais da Revolução, como havia proposto o jornal *Verde Olivo*, órgão das *Fuerzas Armadas Revolucionarias*. Cortázar finalizou a carta confessando que nunca se arrependeria de ter ido a Havana, e se houvesse novos incidentes voltaria, porque era a única maneira que tinha de estar com a Revolução, que, apesar dos seus vaivéns, fora o acontecimento mais importante dos últimos anos na América Latina.

Em março de 1969, Cortázar enviou outra carta a Vargas Llosa na tentativa de convencê-lo a ir a Havana e a se reconciliar com os membros da *Casa de las Américas*. Cortázar afirmou que os motivos que Vargas Llosa dera para sua ausência na reunião do Comitê — como ter-se enganado com as datas — não eram convincentes nem definitivos. Cortázar (2000c, p. 1335) disse a Vargas Llosa que, no fundo, o motivo de sua ausência na reunião do Comitê era a sua desilusão com a Revolução, e, por essa razão, não tinha interesse no que acontecia em Cuba. Cortázar concordava que a Revolução cometia alguns desvios, como o “caso Padilla”, mas que apesar de tudo “[...] nossa solidariedade com o essencial da revolução segue sendo o melhor que podemos dar à América Latina depois de nossos livros”. Por isso, pedia a Vargas Llosa que fosse a Havana para dissipar as dúvidas e os equívocos.

Cortázar concordou plenamente com as críticas que os cubanos fizeram a Vargas Llosa por ter aceitado o convite para ser professor

visitante na universidade norte-americana *Pullman*. E declarou que se Vargas Llosa tivesse participado do *Congresso Cultural de la Habana*, no qual esse tema foi exaustivamente debatido, ele jamais teria aceitado o convite. Inclusive, ele havia recusado um convite dessa natureza feito pela Universidade de Columbia, pois mesmo que tivesse excelentes condições de trabalho e liberdade de expressão isso significaria ceder às pressões ianques e a seus agrados e bajulações.<sup>16</sup> Por outro lado, Cortázar confessou a Vargas Llosa que também poderia ter problemas com os cubanos por sua entrevista à revista *Life*, que sairia em breve. Explicou que havia se metido em “território inimigo” porque era um meio de fazer com que suas ideias políticas chegassem a um número maior de pessoas, as quais não tinham acesso a revista *Casa* ou a qualquer outra revista para a qual ele escrevia. Ainda assim, Cortázar (2000c, p. 1336) presumia que seria mal interpretado e julgado, porque “[...] a radicalização em Cuba é muito forte, há uma espécie de exasperação que de um lado possibilita esplêndidos resultados no setor econômico, porém de outro situa os escritores em um maniqueísmo cada vez mais simplificador”. Em 1970, em carta enviada a Fernández Retamar, Cortázar (2000c, p. 1408-1409) revelou seus esforços para reaproximar Vargas Llosa da Revolução Cubana. O seu principal argumento para tentar convencer seu amigo, cada vez mais distante de Cuba, foi explicar-lhe que era possível conciliar socialismo com liberdade e cultura. Como sabemos, seus esforços foram em vão, pois Vargas Llosa foi se distanciando cada vez mais de Cuba e a amizade entre eles foi, de certa forma, abalada. Em certa ocasião, Vargas Llosa comentou sobre isso:

[...] fizemos viagens juntos a Cuba, compartilhamos inclusive muitas dúvidas e reservas [em relação a Cuba] num dado momento, e depois se produziu um distanciamento político com Julio porque optamos por posições diferentes e discrepantes. Mas a amizade nunca se cortou. Sempre a mantivemos. Eu não lhe pedi nunca nem o carinho nem o respeito, porque creio que Julio foi sempre uma pessoa muito... creio que ingênua, não apenas equivocada, mas ingênua em suas tomadas de posição política, mas ao mesmo tempo foi sempre de uma grande autenticidade (SETTI, 1986, p. 31).

Na década de 1960, Cortázar manteve extensa correspondência com escritores cubanos.<sup>17</sup> Sua primeira correspondência foi para Antón Arrufat em 1963, depois de sua primeira viagem a Cuba. Na época, Arrufat era o diretor da revista<sup>18</sup> *Casa de las Américas* e foi em torno da revista que a amizade entre os dois começou e, como já indicamos, o escritor argentino era membro do Conselho Editorial da revista e jurado concurso literário organizado por ela. Foi para Arrufat que Cortázar (2000a, p. 542) narrou em carta as suas primeiras impressões sobre a ilha: “[...] tudo em Cuba era demasiado vivo, demasiado quente, demasiado intenso”. A comparação com a Europa foi inevitável, parecia-se com “um cubo de cristal.” E dentro dela Cortázar se “[...] movia penosamente, buscando um ar menos geométrico e pessoas menos cartesianas.” Além disso, como sempre fazia, pedia a Arrufat que lhe enviasse revistas e livros de Cuba. Cortázar (2000a, p. 631-632) expressava em suas correspondências uma ânsia enorme de conhecer tudo sobre Cuba e os cubanos. A sua relação com Cuba era tão intensa que, autorizou a revelia de Porrúa e da Sudamericana, que os cubanos fizessem uma antologia de seus contos: “[...] com alegria, com orgulho, com toda a minha alma lhes digo que sim, que autorizo e apoio”. Cortázar pedia reservas sobre isso e afirmava: “[...] fica entendido que em caso de ocorrer algum problema, estou disposto a assumir toda a responsabilidade.”

### **A correspondência epistolar com Roberto Fernández Retamar: o escritor latino-americano e a função político-social da literatura**

Com Roberto Fernández Retamar, Cortázar manteve uma correspondência duradoura. Em 1967, Cortázar (2000b, p. 1133-1135) endereçou a Fernández Retamar uma de suas principais cartas em termos de reflexões políticas, que foi publicada na revista *Casa de las Américas*. A carta foi resultado de uma solicitação de Fernández Retamar para que Cortázar desse a sua opinião sobre a situação do intelectual latino-americano após a Revolução Cubana. A reflexão de Cortázar girou, obviamente, em torno de sua própria especificidade de escritor latino-americano instalado na Europa, e das repercussões

dessa condição em sua obra e na forma como ele se posicionava frente à literatura latino-americana. Logo no início da missiva, Cortázar assumiu sua condição de intelectual latino-americano e, ao mesmo tempo, fez uma ressalva: que essa condição não invalidava o fato “deliberado e irreversível” de ter escolhido residir num país europeu por sua “[...] soberana vontade de viver e escrever da maneira [...]” que lhe parecesse “mais plena e satisfatória”. O que o estimulou ou impulsionou a reiniciar “um contato pessoal com a América Latina”, depois de anos no exílio, foi a aproximação com Cuba. O contato de Cortázar com a Revolução, além da amizade e do diálogo com escritores e artistas cubanos agiram “duplamente” nele, causando, e, por um lado, uma proximidade maior com a realidade latino-americana, da qual se sentia afastado, por outro, levou-o a assistir cotidianamente “à dura e desesperadora tarefa” dos cubanos para “[...] edificar o socialismo num país tão pouco preparado em muitos aspectos e tão aberto a riscos iminentes”.

Segundo Cortázar (2000b, p. 1135), caso ele tivesse que enumerar os bons motivos para ter saído do seu país, o principal seria “[...] o fato de ter acompanhado da Europa, com uma visão desnacionalizada, a Revolução Cubana”. Essa convicção explicava-se pelo contato que ele tinha com os argentinos que estavam de passagem por Paris, pois eles tinham “[...] a mais triste ignorância do que verdadeiramente estava acontecendo em Cuba”. Isso ocorria, em grande medida, pela influência que a informação norte-americana exercia em seu país. Quase ninguém estava a salvo dessa influência, uma “infinidade de escritores e artistas” comungavam “[...] com as engrenagens subliminares da *United Press* e das revistas ‘democráticas’ que marchavam ao compasso da *Times* ou da *Life*”.

Cortázar (2000b, p. 1134-1135) confessou a Fernández Retamar que assumir a condição de intelectual latino-americano vivendo em Paris era paradoxal, um paradoxo que apontava para uma questão mais profunda, qual seja:

A necessidade de situar-se na perspectiva mais universal do Velho Mundo, de onde tudo parece abarcável numa espécie de ubiquidade mental, para ir descobrindo pouco a pouco as verdadeiras raízes latino-americanas, sem por isto perder a

visão global da história e do homem. A idade e a maturidade naturalmente influem, mas não bastam para explicar este processo de reconciliação e recuperação de valores originais; insisto em pensar [...] que, se houvesse ficado na Argentina, a minha maturidade de escritor ter-se-ia traduzindo-se de outra maneira, provavelmente mais perfeita e satisfatória para os historiadores da literatura, mas certamente menos incitante, provocativa e em última instância fraternal para aqueles que leem os meus livros por razões vitais e não visando a ficha bibliográfica ou a classificação estética.

O argumento de Cortázar (2000b, p. 1135, grifos nossos) era de que a distância territorial promovia benefícios em prol de uma melhor contemplação e de um entendimento da realidade latino-americana, e que por isso a sua literatura possuía uma raiz nacional e regional potencializada por uma experiência mais aberta e mais complexa. Nessa direção, o escritor, afastado de seu país, colocava-se forçosamente numa perspectiva diferente, pois estava sempre à margem da circunstância local, “[...] sem a inevitável dialética do *challenge and response* cotidianos representados pelos problemas políticos, econômicos ou sociais do país [...]”, que exigiam do escritor o compromisso “imediatamente e consciente”. Porém, a compreensão que o escritor exilado tinha “do processo humano” era mais abrangente, o que o levava a “operar por conjuntos e por sínteses”, sem se perder em contextos imediatos. A distância propiciava ao escritor “uma lucidez às vezes insuportável, mas sempre esclarecedora”. De maneira que os intelectuais submetidos a condicionamentos que lhes impunham o afastamento, agiam, “[...] por assim dizer de fora para dentro, partindo de ideias e princípios universais para depois circunscrevê-los a um país, a um idioma, a uma maneira de ser”.

As noções de universalidade e internacionalismo — por oposição ao regionalismo, que implicava muitas vezes fragmentação, localismo, especificidade e nacionalismo — formaram parte da retórica da esquerda cultural dos anos de 1960. Nesse sentido, a cultura era concebida como um espaço integrado e participativo capaz de promover e produzir visões de conjunto, organizadas a partir de grandes paradigmas filosóficos da modernidade. Assim, o ideal presente nas reflexões de Cortázar

carregava um conceito de história universal não muito distante de uma visão eurocentrista, presente na América Latina desde a organização dos Estados nacionais (MORAÑA, p. 103-120). Contudo, mesmo defendendo práticas mais universalistas para a literatura, Cortázar (2000b, p. 1137, grifos do autor) afirmava não acreditar

[...] nos universalismos diluídos e teóricos, nas ‘cidadanias do mundo’ entendidas como meio para escapar às responsabilidades imediatas e concretas — Vietnã, Cuba, toda a América Latina — em nome de um universalismo mais cômodo por ser menos perigoso; no entanto, minha própria situação pessoal me inclina a participar do que acontece com *todos*, a escutar as vozes que entram por qualquer quadrante da rosa-dos-ventos.

Cortázar assumiu sua condição de escritor latino-americano, mas não se considerava um grande exemplo da “volta às origens”, por conseguinte sua obra não expressava tão somente formas telúricas e nacionais. As formas nacionais e telúricas, segundo ele, eram características presentes em uma corrente importante da literatura latino-americana, representada por romances como *Os passos perdidos* (Alejo Carpentier) e, mais circunscritamente, *Doña Bárbara* (Rómulo Gallegos). Cortázar (2000b, p. 1135-1136) definiu o telurismo como “[...] profundamente alheio por ser estreito, paroquial e até provinciano”. Uma literatura telúrica, conforme ele, não expressava uma visão totalizadora da cultura e da história, pois os escritores que a praticavam concentravam todo o seu talento em um trabalho “de área”, e isso parecia-lhe “[...] um preâmbulo aos piores avanços do nacionalismo negativo quando se transforma no credo dos escritores que, quase sempre por carências culturais, teimam em exaltar os valores da terrinha contra os valores [...]” mais universais. Assim, o paradoxo de redescobrir o latino-americano à distância encerrava, para Cortázar, um processo de ordem completamente diferente de “[...] uma volta arrependida e sentimental à terrinha”. Cortázar não pretendia voltar “à terrinha”, considerava a França a sua casa, como o lugar preferencial para um temperamento como o seu, para os seus gostos e para escrever, antes de “[...] dedicar-se à velhice”.

A carta de Cortázar publicada na revista rendeu uma das principais polêmicas intelectuais na América Latina no século XX. Apesar de Cortázar não ter citado nominalmente Arguedas — que fazia uma literatura voltada para temas indigenistas, enraizada no telurismo andino e nutrida por tradições e mitos autóctones —, quando o escritor peruano leu a carta publicada em *Casa de las Américas*, a entendeu como se fosse um ataque pessoal, principalmente no que tange às críticas de Cortázar ao telurismo na literatura. A resposta de Arguedas veio com a publicação de um pequeno texto na revista peruana *Amaru* (abril-junho de 1968),<sup>19</sup> no qual ele expressou todo o seu descontentamento ao expor suas convicções em torno da tarefa do escritor: escrever romances não era ofício, o escritor escreve romances por amor, necessidade, prazer, mas não por ofício, ao mesmo tempo em que colocava em evidência a lógica mercantilista do *boom* na literatura latino-americana. Arguedas (1983) assumiu de forma irônica a sua condição de escritor provinciano ao afirmar que entendia provincialmente o sentido da palavra ofício: representava uma técnica que se aprende e exerce especificamente para *ganar plata*. Escrever novela visando apenas à sua vendagem e ao lucro lhe parecia coisa de gente muito preocupada com o “universo das especializações”. Polêmica que se intensificou depois da entrevista que Cortázar concedeu à revista *Life* em 1969.<sup>20</sup>

## Considerações finais

Enfim, por mais subjetiva que seja a escrita epistolar, é na correspondência com o outro que se constrói a “escrita de si”. A correspondência constitui-se como *locus* privilegiado não apenas para a escrita autorreferencial, mas para traçar redes de sociabilidades intelectuais. O epistolário de Cortázar é exemplar nesse sentido. Em 1940, Cortázar (2000a, p. 95) profetizou: “[...] sei que quando eu morrer (de algum modo raro certamente) vocês meus amigos publicarão minhas obras completas e, em belos apêndices, agregarão minhas copiosas correspondências”.<sup>21</sup> Mais do que copiosas e “belos apêndices”, as correspondências de Cortázar merecem destaque no conjunto de sua obra, são obras-primas.

## HISTORY, POLITICS AND LITERATURE IN JÚLIO CORTÁZAR'S EPISTOLARY WRITING

**Abstract:** The aim of this paper is to reveal how Julio Cortazar's epistolary practice can be understood as a breeding space of intellectual sociability networks that allow to relate them to the creation of discussion forums on literary and publishing projects and political-cultural reflections. Cortázar's correspondences are important means of propagation of his political views in the most intense period of his activism: 1960 and 1970. In his letters, Cortázar reveals his understanding of the literary work, the social function of literature, the role of the intellectual and still reflects on his literary activity, defends revolutions and socialism and condemn the military dictatorships in Latin America. Ultimately, his letters reveal a committed writer with the great literary and political transformations of his time. To understand Cortázar's correspondence as a means of construction of political and intellectual sociability, we analyze part of his correspondence compiled in three volumes organized by Aurora Bernardez and published by Alfaguara in 2000, they are: Volume I (*Letters, 1937-1963*); Volume II (*Letters, 1964-1968*); and Volume III (*Letters, 1969-1983*).

**Keywords:** Júlio Cortázar. Correspondence. Intellectual sociability. Politics. Literature.

### Notas

<sup>1</sup> Cortázar, um compulsivo missivista, correspondeu-se com um número considerável de intelectuais: Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Francisco Porrúa, Antón Arrufat, Roberto Fernández Retamar, Paul Blackburn, Jean Andreu, Manuel Antín, Sara Facio, Gregory Rabassa e muitos outros.

<sup>2</sup> Como não tivemos acesso às cartas que Cortázar recebia dos seus destinatários, analisamos somente as que o escritor enviava. Ao todo, Cortázar enviou 94 correspondências para Francisco Porrúa, 16 para Mario Vargas Llosa e 25 para Roberto Fernández Retamar.

<sup>3</sup> Trabalhamos com os três volumes organizados por Aurora Bernárdez – viúva de Cortázar –, editados pela Alfaguara em 2000, são eles: Volume I (*Cartas, 1937-1963*); Volume II (*Cartas, 1964-1968*); e Volume III (*Cartas, 1969-1983*). São 1.838 páginas que incluem o prefácio de Saúl Yurkievich e os apêndices de Jaime Alazraki, Jean L. Andreau e Juan Carlos Onetti, sem contar o índice onomástico e as referências biográficas.

<sup>4</sup> (Cf. BOURDIEU, 2002).

<sup>5</sup> As ferramentas conceituais para pensar e fazer a história dos intelectuais, como propõe Sirinelli (1996), são as estruturas de sociabilidade, as noções de geração e

as reconstituições de itinerários. A partir das estruturas de sociabilidade —agrupamentos permanentes ou temporários, qualquer que seja seu grau de institucionalização, nos quais os intelectuais decidem por várias razões participar —, podemos fazer uma abordagem retrospectiva que permita reencontrar as origens do despertar intelectual e político de um determinado sujeito. Contudo, como alerta Sirinelli, em toda microssociedade encontramos a atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade, a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor, que também desempenham um papel importante no mundo intelectual.

<sup>6</sup> Cortázar nunca deu maiores explicações sobre sua discordância com o peronismo.

<sup>7</sup> O poeta cubano Heberto Padilla recebeu o prêmio Casa de las Américas em 1967 e, em seguida, foi destituído do prêmio e expulso da União dos Escritores de Cuba por causa de suas opiniões sobre a Revolução. Em 1971, Padilla foi preso e fez — ou, como muitos afirmam, foi coagido a fazer — uma autocrítica, negando tudo que havia dito anteriormente. Isso desencadeou uma onda de protestos por parte de antigos aliados de Cuba, como, entre outros, Jean-Paul Sartre e Mario Vargas Llosa.

<sup>8</sup> Em dezoito de novembro de 1968, o jornal *Le Monde* reproduziu um telegrama enviado por seu correspondente em Havana, no qual ele denunciava a nova política cultural cubana e o que acontecia com Heberto Padilla.

<sup>9</sup> Escritor francês do século XIX.

<sup>10</sup> Diretor da revista de 1962 a 1969, quando foi trabalhar como jornalista em Paris.

<sup>11</sup> Apesar da recomendação, o livro *Los impostores* foi publicado pela Seix Barral com o título de *La ciudad y los perros*, em 1963. A Sudamericana publicou o romance somente em 1967.

<sup>12</sup> Nesse período, foram produzidos vários livros de alto valor literário que ganharam projeção internacional. O mítico *boom*, que se traduziu em uma produção bastante original nas letras latino-americanas, em especial dos romances, teve seu limite temporal circunscrito entre a década de 1960 e o início dos anos 70, em torno de escritores como Julio Cortázar, Gabriel García Márquez, Carlos Fuentes, Mario Vargas Llosa, Juan Carlos Onetti, Alejo Carpentier, Miguel Ángel Asturias, José Donoso, entre outros. (Cf. COSTA, 2013). Apesar de não ser muito preciso quanto ao seu início e final, José Donoso afirmou que o *boom* pode ter se iniciado em 1962 com o *Congreso de Intelectuales de Concepción* e com a publicação de *La ciudad y los perros*, de autoria de Vargas Llosa, pela Seix Barral, e teria terminado por volta de 1972, por vários motivos, entre eles o “caso Padilla” e a dispersão dos intelectuais em torno de Cuba. (Cf. DONOSO, 1983).

<sup>13</sup> Em dezoito de novembro de 1968, o jornal *Le Monde* reproduziu um telegrama enviado por seu correspondente em Havana, no qual ele denunciava a nova política cultural cubana e o que acontecia com Heberto Padilla.

<sup>14</sup> Cortázar recomendou a Vargas Llosa que a carta fosse enviada o mais rápido possível para García Márquez, que também havia se comprometido a assiná-la.

<sup>15</sup> Não tivemos acesso às respostas de Vargas Llosa para Cortázar.

<sup>16</sup> Em 1979, Cortázar provavelmente mudou de opinião, pois aceitou o convite para ministrar cursos e conferências na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde passou três longos meses. Mas como diria o próprio Cortázar: “De fato eu sou terrivelmente contraditório, embora não tanto quanto a realidade à minha e à nossa volta”. (MOISÉS, 1987, p. 12).

<sup>17</sup> Cortázar correspondeu com Lezama Lima e Virgilio Piñera.

<sup>18</sup> Antón Arrufat dirigiu a revista de 1960 a 1965. A partir de 1965, passou a ser dirigida por Roberto Fernández Retamar, que permaneceu no cargo até 1989 e reassumiu a direção da revista em 1991.

<sup>19</sup> Esse texto passou, posteriormente, a fazer parte dos *Diarios*, incluídos na obra póstuma de Arguedas, *El Zorro de arriba y el Zorro de abajo* (1971).

<sup>20</sup> (CORTÁZAR In. CROCE, 2006).

<sup>21</sup> Carta enviada para a professora de francês Marcelle Duprat.

## Referências

ARGUEDAS, José María. Primer diario. In: *El Zorro de arriba y el Zorro de abajo*. Lima: Editorial Horizonte, 1983.

BEZERRA, Carlos Eduardo; SILVA, Telma Maciel da. A correspondência de escritores brasileiros como fonte de pesquisa para os estudos literários e históricos. *Historiae*, Rio Grande, n. 1, v. 1, 2010, p. 61-74.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*: itinerário de un concepto. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.

BOUVET, Nora. *La escritura epistolar*. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1937-1963)*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cartas (1964-1968)*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cartas (1969-1983)*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000.

\_\_\_\_\_. *Obra crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, vol. 3.

\_\_\_\_\_. Creador solitario. *Life* em espanhol, Nueva York, 07 de abril de 1969. In: CROCE, Marcela (Comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina. Del “meridiano intelectual” ao caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires, 2006.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

DE DIEGO, José Luis. Cortázar y sus editores *Orbis Tertius*, v. 14, n. 15, 2009, p.

1-12. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4197/pr.4197.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4197/pr.4197.pdf). Acesso em 15 jul. 2015.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina*. Santiago de Chile: IDEA/Universidad de Santiago de Chile, 2007.

DOLL CASTILLO, Darcie. La carta privada como práctica discursiva: algunos rasgos característicos. *Signos*, 2002, v. 35, n. 51/52, p. 33-57.

DONOSO, José. *História personal del "boom"*. Barcelona: Seix Barral, 1983.

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma e el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HINTZE, Gloria; ZANDANEL, María Antonia. Algunas nociones sobre el género epistolar a propósito de las cartas de Francisco Romero. *Cuyo*. v.29, n. 2, p. 13-33, 2012.

MESTRE SANCHIS, Antonio. La carta, fuente de conocimiento Histórico. *Revista de História Moderna*. Universidad de Valência, n. 18, 2000, p. 15-26.

MOISÉS, Carlo Felipe. Júlio Cortázar: ficção e realidade. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Paço de Arcos (Portugal), n. 262, julho de 1987.

MONTAÑES, Amanda Perez. *Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. 204 f. Tese – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MORAES, Marcos Antonio de (Org.). *Correspondência de Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2001. MORAÑA, Mabel. Territorialidad y forasterismo: la polémica Arguedas/Cortázar revisitada. In: FRANCO, Sergio (Org.). *José María Arguedas: hacia una poética migrante*. Pittsburgh: Universidad de Pittsburgh, 2006.

MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina*: Casa de las Américas e Mundo Nuevo. 326 f. (Tese). Programa em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.

NAVARRO, Javier. Sociabilidad e historiografía: trayectorias, perspectivas y retos. *Saitabe*. Valencia, 2006, p. 99-119.

RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Madurez de Vargas Llosa. *Mundo Nuevo*, n. 3, Paris, setembro de 1966, p. 62-72.

SALDÍVAR, Dasso. *Gabriel García Márquez: viagem à semente*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SETTI, Ricardo. *Conversa com Vargas Llosa*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SYLVIE, Protin. Pari(s): la apuesta del Cortázar traductor. *Cuadernos Americanos*, nº 658, abril de 2005, p. 33-38.

VARGAS LLOSA, Mario. *García Márquez: história de un deicidio*. Barcelona: Barral Editores, 1971.

VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Recebido em: 16/ 12/ 2015

Aprovado em: 21/ 03/ 2016

# O partido do Rio Grande: redes de relações, mediação e Revolução de 1930

Cássia Daiane Macedo da Silveira\*

**Resumo:** O presente artigo pretende analisar algumas formas de participação política nas articulações que conformaram a Aliança Liberal. O centro da análise, contudo, não são os agentes clássicos da história política, como políticos de carreira e outros indivíduos vinculados à política partidária, mas os intelectuais e, paralelamente, os empresários. Entende-se que esses agentes poderiam ter um papel de *mediação* entre os políticos e setores proeminentes da sociedade, auxiliando na conformação de um ambiente propício ao sucesso de seus projetos. **Palavras-chave:** Revolução de 1930. Intelectuais. Mediadores.

## Introdução

O estudo das relações entre os intelectuais e a política já é bastante reconhecido. Para Jean-François Sirinelli (2003), o estudo de suas ideias, de seus modos de organização e de suas influências é capaz de trazer valiosas informações a respeito da história política do local onde atuam, ainda que esta seja sempre uma história parcial. Antes dele, Pierre Bourdieu (2005) e seus adeptos no Brasil, como Sérgio Miceli (2001), já haviam afirmado a estreita vinculação entre aquilo que fazem os intelectuais e aquilo que fazem os políticos. Muitas vezes ocupando os mesmos espaços, em outras tantas compartilhando

---

\* Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: cassiamsilveira@gmail.com.

as mesmas salas de aula ou até mesmo laços familiares, as lealdades constituídas entre intelectuais e homens da política, entre a sua produção e o poder, apesar de bastante conhecidas, nunca deixam de ser relevantes, atraindo sempre novos estudos.

O objetivo deste artigo, nesse sentido, é discutir o papel e a participação dos intelectuais na Revolução de 1930, mais precisamente nas alianças que antecederam tal evento político, mas atentando para outros desenvolvimentos de sua atuação, levando em consideração, por exemplo, os vínculos variados que mantinham com indivíduos ligados a diversos setores das elites, fossem elas econômicas ou políticas. Assim, o que se pretende é compreender alguns aspectos do papel de “mediação” que certos intelectuais desempenharam, que incluía tanto a participação em círculos de elite, favorecendo inúmeros arranjos políticos, quanto em seus empreendimentos de propaganda do estado sulino, por meio, no caso aqui estudado, da divulgação de sua literatura. Em geral difundido em publicações locais, como a *Revista do Globo*, o que se argumenta aqui é que, devido à ação de alguns intelectuais, designados neste artigo como “mediadores”, tal discurso, de certa forma, difundiu-se por outras regiões do Brasil, particularmente na Capital Federal, espaço político crucial para a articulação de apoio à Aliança Liberal. Além disso, tais agentes também tiveram intensa atuação social, frequentando espaços tipicamente de elite, como o Rotary e o Jockey Club, que propiciaram diversos tipos de articulação política. O carioca Rodrigo Otávio Filho e o gaúcho Felipe d’Oliveira estarão no centro da análise.

A literatura histórica tem se valido da ideia de “mediação” atribuindo a certos indivíduos, instituições ou grupos a capacidade ou a faculdade de possibilitar a relação entre instâncias distintas da sociedade, notadamente, entre indivíduos, instituições ou grupos de ação restrita e local e indivíduos, instituições ou grupos de ação mais ampla, em certos casos nacional, ou mesmo entre grupos políticos de atuação regionalizada e o Estado. Assim, diferentes comunidades de uma mesma sociedade estariam interligadas por redes de relações entre grupos de pessoas, que também conectariam as instâncias locais de atuação às instituições nacionais. Os “mediadores” entre essas instâncias seriam dotados, sobretudo, de um vasto capital de relações sociais que acionariam com objetivos específicos em certos

momentos-chave, articulando demandas de comunidades localizadas com sistemas políticos mais gerais, de caráter estrutural. Dessa atuação adviriam benefícios que poderiam ser de natureza material ou simbólica, tanto para as duas classes de grupos envolvidos na mediação quanto para o mediador em si (WOLF, 2003; LEVI, 2000).

No caso aqui estudado, a ideia de que haveria certos indivíduos atuando socialmente na posição de *mediadores* entre grupos ou instâncias sociais distintos adquire novo sentido, uma vez que tanto Felipe d'Oliveira quanto Rodrigo Otavio Filho apareciam publicamente na condição de intelectuais. Nesse sentido, compreender essa faceta de sua atuação implica igualmente elucidar alguns aspectos ainda obscuros da relação entre as ideias políticas, os indivíduos que as carregam e a organização da política-partidária concreta, bem como a possibilidade de compreender melhor os diversos modos de atuação política dos intelectuais.

### **Intelectuais gaúchos no início do século XX: tentativa e fracasso de transformação de uma imagem**

“O Rio Grande, no Brasil, para os brasileiros, é uma espécie de Macedônia de atraso e de barbarismo” (MAYA, 1900, p. 93 apud MURARI, 2010, p. 175) – esse era o ponto de vista, no ano de 1900, do que o Rio Grande do Sul representava para o restante do país, exprimido por um dos principais críticos e literatos do estado: Alcides Maya. No ambiente literário do Rio Grande do Sul da primeira década do século XX, Maya constituía-se em uma referência aos escritores mais jovens, que frequentemente lhe dedicavam livros e poesias. Figurava, ao lado de Zeferino Brazil e Arthur Pinto da Rocha, entre os grandes do cenário intelectual regional. Segundo Luciana Murari, Maya, com a sentença citada, criticava o modo pelo qual os demais estados brasileiros costumavam perceber o Rio Grande do Sul, como se, tendo se dedicado sobretudo à guerra, não tivesse guardado lugar para dedicar-se à literatura. O escritor, assim, proporia que

[...] uma vez superada a fase bélica, o estado poderia, enfim, dedicar-se mais intensamente às produções do espírito, convertendo este passado em tema literário, ou seja, em componente histórico fundamental para a construção do patrimônio identitário do estado, negando, entretanto, a validade da guerra como solução política do seu tempo (MURARI, 2010, p. 175).

Alcides Maya não se consagrou unicamente devido à sua atuação como literato ou como crítico, mas também em decorrência da militância que levava adiante em torno de projetos modernizadores e que foi vista como contraditória em relação à sua literatura. Para Murari,

[...] tem sido observada uma aparente incoerência entre a militância jornalística do escritor, voltada para a formulação de projetos para o futuro a partir do aprimoramento das instituições políticas e do incentivo às forças produtivas, e uma literatura que tem como temas privilegiados a guerra, a morte, a decadência e a inadaptação (MURARI, 2008, p. 151).

Alcides Maya, apesar de uma literatura desencantada, tinha por projeto a elevação do Rio Grande do Sul por meio de sua literatura. Ele idealizava um lugar grandioso para seu estado natal dentro da nacionalidade brasileira. Esse seu empreendimento esteve presente, por exemplo, quando da visita do escritor maranhense Henrique Maximiliano Coelho Netto ao Rio Grande do Sul, no ano de 1906, numa época em que eram comuns as conferências literárias como divertimento frívolo para as elites (BROCA, 1975, p. 137). Segundo uma das versões para a história, a vinda de Coelho Netto, um dos principais romancistas brasileiros daquele tempo, teria sido articulada entre Alcides Maya e Carlos “Cavaco” (militante operário que também escrevia literatura e publicava textos em jornais) com o intuito declarado de um ciclo de conferências (O DIA, 1906, p. 1). No convite estava implícito o desejo de apresentar a Coelho Netto, escritor que, na época, gozava de intenso reconhecimento público, uma imagem distinta do gaúcho daquela pela qual, imaginava-se, o estado era visto pelo resto do país. Em *Através da Imprensa*, coletânea de artigos publicados em jornais, editada em 1900, Alcides Maya

esboça seu pensamento sobre essa questão, ao propor que a integração gaúcha na unidade cultural brasileira estava atrelada a “[...] uma mudança radical da imagem que o Brasil possuía do estado, e de sua própria auto-imagem, ambas associadas ao belicismo que definiu sua história” (MURARI, 2008, p. 7). De certa forma, a ideia de chamar o reconhecido escritor maranhense derivava desse pensamento, uma vez que o próprio Coelho Netto, segundo Maya, chegava a pensar na hipótese de escrever sob inspiração dos pampas e coxilhas.

Contudo, o projeto de envolver Coelho Netto no empreendimento de integrar o Rio Grande do Sul com a nacionalidade brasileira de uma forma positivada encontrava, naquele momento, uma série de barreiras, bastante conhecidas por Alcides Maya. Em carta a Carlos Cavaco, Maya manifesta sua preocupação:

A sua ideia de conferências, aí, pelos artistas e literatos de cá [do Rio de Janeiro, onde Alcides Maya vivia na época], foi, portanto, muito boa. Mas, note a responsabilidade! Coelho Netto tem sido recebido como um príncipe em todos os Estados do Norte. Já foi até o Amazonas e sempre e por toda a parte, governos, jornalistas e povo o apoteosaram, pode-se dizer. Imagine o desastre de uma recepção vulgar no Rio Grande, dados os infelizes antagonismos de pessoa e de ideia que extremam os melhores elementos da intelectualidade gaúcha! (O DIA, 1906, p. 1)

De fato, a leitura de Alcides Maya sobre o momento que o Rio Grande do Sul vivenciava quando da vinda de Coelho Netto, em 1906, talvez faça sentido. Por mais que tenha posto em prática sua ideia de fazer o maranhense conhecer e apreciar o Rio Grande e que Coelho Netto efetivamente tenha conhecido os recantos mais profundos do estado, naquele momento, o projeto de transformação da imagem do Rio Grande do Sul perante o Brasil talvez ainda não encontrasse o ambiente adequado para ser bem sucedido. A ausência de uma editora coesa dotada de projeto editorial com centralidade nos autores gaúchos e capaz de publicá-los, dando vazão a essa ideia, bem como a falta de coesão política das elites rio-grandenses naquele momento talvez possam explicar o “fracasso” dessa ideia naquele

contexto. Esse quadro altera-se já na década de 1920, quando as oligarquias gaúchas encontram maior unidade e buscam objetivos políticos comuns, e quando a Livraria do Globo inicia uma etapa de expansão, tornando-se a mais importante casa editora do sul do Brasil.<sup>1</sup> Aliás, o complexo entrelaçamento entre intelectuais e políticos durante a Primeira República pode ser muito bem ilustrado pelo caso dessa grande editora, que foi a Editora do Globo, do Rio Grande do Sul.

Criada em fins do século XIX, a Livraria do Globo só começou a investir em edições a partir da década de 1920, sistematizando definitivamente a prática em 1928 (HALLEWELL, 1985, p. 311). As relações entre os intelectuais que faziam parte do chamado “grupo da Globo” e a política partidária, particularmente com os eventos que desembocaram na Revolução de 1930, não são nenhuma novidade. Argumenta-se, inclusive, que o próprio Getúlio Vargas teria financiado a Revista do Globo quando era presidente do estado (VERGARA, 1960, p. 18). Para bem compreendermos essas relações, contudo, é necessário retomar os idos da década de 1920, quando um clima de grande otimismo tomou conta da intelectualidade rio-grandense. Ao contrário do que ocorria no começo do século XX, quando predominava uma escrita pessimista e “cansada”, marcada, por exemplo, pela literatura de Alcides Maya, a partir da década de 1920, há uma renovação no meio intelectual no Rio Grande do Sul, que agora busca constituir uma escrita sobre o estado capaz de valorizar uma série de qualidades ligadas ao gaúcho – vinculadas de uma forma ou de outra ao telurismo, à sua ligação com a natureza, mas também à virilidade do homem gaúcho (a força e a coragem, por exemplo) – e desvalorizar o seu contrário (a fraqueza, a covardia).

Os intelectuais gaúchos vivenciaram, no decurso da década de 1920, um período de grande efervescência criativa, na qual vigorava peculiar otimismo com relação ao papel que o Rio Grande do Sul tinha a desempenhar perante a nacionalidade brasileira. Em termos literários, encontramos, nesse período, uma transformação no conteúdo das narrativas de cunho regionalista, embora pouco se alterasse sua forma: os escritores do Rio Grande do Sul, já nos anos 1920, retomam o mito positivado do gaúcho-herói. Para Ligia Chiappini Moraes Leite, nesse momento, crucial para o desenvolvimento das alianças políticas que buscavam desarticular os pactos entre Minas

Gerais e São Paulo, efetiva-se um “compromisso ideológico” entre o discurso literário e os anseios políticos das oligarquias gaúchas (LEITE, 1978, p. 159). Assim, os intelectuais da nova geração, particularmente aqueles vinculados ao grupo da Livraria do Globo, e mesmo alguns de gerações mais antigas, como é o caso de Alcides Maya, passaram a atuar em prol da ideia comum de “Rio-grandização do Brasil”. Segundo Luciana Murari (2010, p. 181), o escritor Alcides Maya, em texto de 1913, já falava nesse tema e atribuía a ideia ao político liberal Gaspar Silveira Martins, ainda no Império, e talvez seja a partir dessa chave de análise que podemos entender o investimento que o escritor gaúcho fez sobre Coelho Netto em 1906.

Muito embora essa ideia não fosse nova, nem tivesse sido uma criação da década de 1920, ela foi reapropriada em novo contexto, dessa vez mais favorável ao sucesso. Num momento político conturbado, de intensas disputas intra-oligárquicas, consolidou-se na literatura local a ideia de que o gaúcho, ser saudável, honrado, heroico, valente, viril, entre outros adjetivos de posituação, e apenas ele, seria capaz de moralizar a política nacional. Em um sistema político “viciado”, como julgava-se que era o sistema político da Primeira República, somente as qualidades naturais do gaúcho poderiam regenerar o país. O mito do gaúcho-herói, que habitou os textos literários de boa parte da intelectualidade rio-grandense da década de 1920, nos meses que antecedem o pleito de 1929 e, logo após, que antecedem a Revolução de 1930, expande-se também para os discursos políticos (LEITE, 1978, p. 164).

## **Meu partido é o Rio Grande ou a Rio-Grandização ganha o Brasil**

No ano de 1928, Rodrigo Otavio Filho escrevia sobre a nova literatura nascente no Rio Grande do Sul. Filho de Rodrigo Otavio Landgaard Meneses, Rodrigo Otavio era poeta e advogado no Rio de Janeiro e tinha grande circulação nos meios intelectuais e políticos da Capital Federal. Suas reflexões sobre a literatura gaúcha do final da década de 1920 eram fruto de uma visita que fizera ao estado na qual fora recepcionado por alguns dos indivíduos do grupo da Livraria do

Globo. Rodrigo Otavio conta para nós que começou a leitura de *Gado Chucro*, de Vargas Netto, já no navio de volta para o Rio de Janeiro:

Recebera-o a bordo, momentos antes da partida, das mãos do próprio poeta. *Mansueto Bernardi*, o cantor meigo e sereno, e ao mesmo tempo inspirador e diretor daquela oficina inteligente que é a *Livraria do Globo*, apressara a composição do último livro de *Vargas Netto*, para que eu tivesse a alegria de trazê-lo, como último regalo da cativante amabilidade gaúcha (FILHO, 1928, p. 2, grifos do autor).

O relato de Rodrigo Otavio não se restringia, no entanto, aos caprichos literários do autor gaúcho, mas também a todo o ambiente intelectual constituído na capital gaúcha, onde convivera com o autor. Ele conta para nós que foi apresentado a Vargas Netto por meio de um amigo em comum quando circulava pela Rua da Praia e, já no dia seguinte, frequentava a casa do poeta, juntamente com Paulo Arinos (na época, o pseudônimo de Moysés Vellinho), a fim de discutir literatura enquanto começava “[...] a rodar a cuia do mate chimarrão”. Rodrigo Otavio fez questão de afirmar que levou consigo “[...] a cuia e a bomba que foram os meus primeiros elementos de contato com a gente inteligente do Rio Grande” (FILHO, 1928, p. 3). A cuia com que Rodrigo Otavio fora presenteado não era uma cuia qualquer; contava com o trabalho artesanal de Adalberto Aranha, que havia gravado,

[...] à ponta de canivete, um trecho de estância gaúcha, uns versos improvisados de *Vargas Netto*:

Por causa de uma chinoca  
Com boca de ariticum  
Eu sou rapaz de passear  
Uma semana em jejum... (FILHO, 1928, p. 3, grifos do autor)

Todos esses detalhes enfocados por Rodrigo Otavio em seu texto não parecem simplesmente tratar da literatura gaúcha daquele período, mas também da sua gente. Os traços culturais típicos do Rio Grande do Sul, como a cuia e o chimarrão, estavam intrincados na

literatura do estado, assim como os versos de Vargas Netto gravados com canivete na cuia que Rodrigo Otavio levava ao Rio de Janeiro. Não se tratava, assim, de simplesmente divulgar a nova literatura que surgia mais ao sul do Brasil, mas de associar essa literatura a todo um contexto cultural típico que se pretendia exaltar.

Igualmente, esse contexto cultural regional não era apresentado como meramente rio-grandense, mas como brasileiro, integrando perfeitamente o Rio Grande do Sul na nacionalidade. Vargas Netto escrevia sobre a querência e o pago, mas nem por isso deixava de ser um poeta representativo da nação:

*Vargas Netto* é um poeta regional. Não por escola literária, mas por bairrismo, por amor *aos pagos*, porque vive na cidade pensando as *querências*... E o bairrismo é uma necessidade, principalmente para o brasileiro, cujo espírito dispersivo e espantado, facilmente se impressiona com tudo que vem de terra estranha. É por isso que sempre queremos bem aos poetas do Brasil brasileiro, como este *Vargas Netto*, que conta o Rio Grande de todas as horas e de todos os tempos, nos seus livros publicados: *Joá*, *Tropilha Crioula* e *Gado Chucro* (FILHO, 1928, p. 5, grifos do autor).

Por meio de autores como Rodrigo Otavio, portanto, o projeto de exaltação da terra gaúcha, de sua literatura e de sua gente, naquele contexto de forte otimismo da década de 1920, extrapolava as fronteiras do Rio Grande do Sul e chegava à capital do país, dotado de toda a credibilidade que o filho de um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras poderia ter. O acesso a personalidades como Rodrigo Otavio Filho também não se dava de modo imediato, contudo: a intermediação que Rodrigo Otavio fazia entre a literatura de exaltação produzida no Rio Grande do Sul e a Capital Federal também dependia das relações que ele estabelecera com um grupo particular de escritores gaúchos que havia se transferido para o Rio de Janeiro alguns anos antes. Na década de 1920, um grupo de jovens e promissores poetas gaúchos, que havia migrado para o Rio de Janeiro em 1909, àquela altura já plenamente inseridos nas rodas literárias cariocas, era o assim chamado “grupo da Praça

da Misericórdia”, de Porto Alegre, composto por sete intelectuais, dentre os quais quatro seguiram carreira no Rio de Janeiro: Álvaro Moreyra, Felipe d’Oliveira, Homero Prates, Antonius, Franciscus Barreto, Eduardo Guimaraens e Carlos de Azevedo.

Álvaro Moreyra, Felipe d’Oliveira, Homero Prates e o ilustrador Antonius uniram-se ao renomado grupo da *Revista Fon-Fon!*, na Capital Federal, que incluía o poeta simbolista Mario Pederneiras e Rodrigo Otavio Filho. É esse grupo de intelectuais vinculados à *Fon-Fon!*, constituído pelos quatro gaúchos, e por uma série de outros indivíduos oriundos de distintas partes do país, dentre eles o próprio Rodrigo Otavio Filho, que considero o centro articulador de importantes intermediações entre as aspirações políticas do Rio Grande do Sul daquele período, tanto no plano das ideias quanto no plano das ações mais práticas, e os mundos da política do Rio de Janeiro. Assim, não é a revista em si, mas a confluência por ela propiciada, criando e recriando redes de relações entre intelectuais das mais variadas procedências, que favorece o aparecimento de intelectuais mediadores, interessados na promoção de amigos e também de ideias que ultrapassam a esfera literária. No caso particular aqui estudado, foi a revista *Fon-Fon!* que possibilitou o vínculo entre Felipe d’Oliveira e Rodrigo Otavio Filho.

A partir de 1911, o grupo de gaúchos que já redigia na revista foi sendo apresentado à sociedade carioca em uma série de artigos intitulada *O momento literário*. O artigo a respeito da vida e da obra de Felipe d’Oliveira, dizia o seguinte:

Felipe d’Oliveira é do Sul, como do Sul é o seu irmão siamês no Verso e na amizade, Alvaro Moreyra, o emotivo poeta original da *Legenda da Luz e da Vida*. Foi uma rajada do ar sadio dos pampas que soprou sobre a poesia dolorida dos nossos poetas daquela idade (MOMENTO LITERÁRIO, 1911, s.p., grifos do autor).

Já naquele momento, portanto, a literatura sulina era apontada como parte indissociável do locus onde se gestava, mesmo que os poetas em questão já não mais habitassem o solo do pampa há alguns anos. A literatura de Felipe d’Oliveira, contudo, mais do que fruto de “uma

rajada do ar sadio dos pampas”, era consequência do investimento de muitas gerações. Seu pai, Felipe Alves de Oliveira, pernambucano, sobre quem temos muito poucas informações, foi membro do Partido Liberal, tendo sido enviado ao Rio Grande do Sul, ainda durante o Império, por intervenção do senador, líder máximo daquele partido, Gaspar Silveira Martins. Inicialmente na cidade de São Borja, na fronteira com a Argentina, Felipe fora mais tarde transferido para Santa Maria, na região central do estado, onde tornou-se primeiro delegado de polícia e, depois, Juiz Municipal, contraindo casamento com Adelaide Daudt, de família de origem germânica (DAUDT FILHO, 2003, p. 81).

É mais fácil obter informações a respeito da família de Adelaide, sua mãe, uma vez que o irmão dela, João Daudt Filho, legou-nos um livro de memórias em que relata uma série de peculiaridades do clã dos Daudt que nos interessa compreender. Ele nos conta, por exemplo, que é com os primeiros imigrantes alemães, em 1824, que seus antepassados chegam ao Rio Grande do Sul, mais especificamente para a cidade de São Leopoldo. Somente no ano de 1835 transferiram-se para Santa Maria, onde igualmente havia um polo de colonização alemã. Por parte de mãe, os Daudt tinham parentesco com a família de Joaquim Francisco de Assis Brasil, um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense (DAUDT FILHO, 2003, p. 21-23).

Além dos laços de sangue, João Daudt também informa-nos que sua família, particularmente sua mãe, preocupava-se em especial com as amizades que construiriam seus descendentes, sendo esse expediente muito importante na formação de vínculos com indivíduos importantes na política regional:

Quando muito menino, meus companheiros prediletos eram os ‘moleques’, subordinados a tudo quando eu queria, inclusive servirem de cavalos de minha montaria e puxadores do meu tosco carroção de duas rodas. Pouco a pouco, minha mãe me foi indicando melhor rumo; quando cheguei à adolescência, já não me aprazia essa camaradagem. Juntava-me, então, somente a rapazes de educação igual à minha e nesse meio, daí por diante, fui adquirindo os melhores amigos. Muitos destes se tornaram, mais tarde, homens de grande projeção social no parlamento, nos altos postos militares,

na medicina, na engenharia, na indústria e no comércio (DAUDT FILHO, 2003, p. 25).

Seguindo os conselhos de sua mãe, João Daudt Filho, após passar por muitos estabelecimentos de ensino, na sua cidade natal e em outras, fez amizade com seletos companheiros. Sua circulação social, pela via da educação, foi extremamente importante para o estabelecimento de vínculos. Diante do falecimento do cunhado, assassinado em decorrência de uma série de intrigas políticas, João Daudt Filho prometeu buscar justiça e cuidar da família que o Juiz Felipe Alves de Oliveira deixava: seu filho pequeno João Daudt de Oliveira e o bebê que Adelaide ainda carregava no ventre, Felipe d'Oliveira (DAUDT FILHO, 2003, p. 81-83).

Foi acompanhando a farmácia do tio que Felipe d'Oliveira transferiu-se para o Rio de Janeiro, em 1909. O estabelecimento que João Daudt Filho havia aberto no ano de 1882, em Santa Maria, por causa do enorme sucesso de seus produtos próprios, como a pomada Boro-Borácica e o xarope Bromil, buscava, na Capital Federal, maiores investimentos (DAUDT FILHO, 2003, p. 118-123). Felipe era responsável pela seção de propaganda. Junto com ele, também seguiu para o Rio de Janeiro, no mesmo ano, Álvaro Moreyra (MOREYRA, 2007, p. 49).

No Rio de Janeiro, os poetas gaúchos fizeram novos amigos e acabaram por se inserir nas rodas literárias da capital do país. Álvaro Moreyra, em suas memórias, conta-nos assim como se deu esse processo:

Felipe D'Oliveira e eu chegamos ao Rio, nos fins de 1909. Eu trazia uma carta para Mário Pederneiras. Fomos, uma noite, visitá-lo, lá no largo do Humaitá, e ficamos logo da família. Conhecemos então Rodrigo Octavio Filho. Olegário Mariano também veio do mesmo tempo (MOREYRA, 2007, p. 49).

Com o sucesso da farmácia e com a boa inserção do grupo no Rio de Janeiro, seria natural esperar que o clã dos Daudt, em certo momento, julgasse oportuno também interferir na política. Em seu livro de memórias, João Daudt Filho coloca-se, em geral, como um narrador neutro em relação a diversos fatos políticos que acometeram

o Rio Grande do Sul, inclusive aqueles que sucederam diretamente com a sua família. As relações que mantinha, entretanto, eram extremamente personalizadas, muitas vezes recorrendo à lógica do favor, estabelecendo uma relação de dívida com outros indivíduos. Aliás, é João Neves da Fontoura quem relata o papel que a família Daudt, do poeta Felipe d'Oliveira, teve na composição da Aliança Liberal:

Mas nem João [refere-se a João Daudt de Oliveira, irmão mais velho de Felipe] nem Filipe se limitaram ao mundo material dos interesses. Filipe era um poeta, um escritor, um homem de sociedade, uma figura. João, sem ser um político, dispunha de um inesgotável espírito público. Rio-grandenses, com a paixão da terra natal, aqui se constituíram numa espécie de delegação permanente e desinteressada do Rio Grande, de seus homens, de suas possibilidades. Não importava o partido a que esses gaúchos pertencessem. O partido de João e Filipe era o Rio Grande, e, assim, tratavam de aproximar os conterrâneos, que chegavam, das personalidades de destaque, de fazê-los conhecidos, de dar-lhes oportunidades para o realce de seus dons. [...] Quando saltei do noturno de luxo, que me trouxe para o Rio, em 1928, eles lá estavam à espera. [...] Quando falar [...] sobre a formação do pacto de 1929, entre Minas e Rio Grande, ver-se-á o papel da estreita colaboração que os Daudt de Oliveira desempenharam no surto da Aliança Liberal (FONTOURA, 1958, p. 122).

De fato, João Neves da Fontoura ressalta que os irmãos João Daudt de Oliveira e Felipe d'Oliveira desempenharam grande papel na formação da Aliança Liberal, particularmente em razão das suas boas relações, “desprendidas” de quaisquer amarras político-partidárias, tanto com políticos de carreira quanto com setores da imprensa. Ao que parece, as estratégias da família Daudt eram semelhantes àsquelas de que se valia a geração anterior, com João Daudt Filho, o tio Jango. João Daudt de Oliveira cursou a Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde tornou-se amigo daquela que ficou conhecida como a “geração de 1907”, composta por João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Getúlio Vargas e Firmino Paim. Seu envolvimento com política não

se iniciou, entretanto, com a campanha pela formação da Aliança Liberal; antes disso, já havia participado do movimento da Reação Republicana (1921-1922) pela candidatura de Nilo Peçanha em oposição a Artur Bernardes (DIAS, s.d.). Ainda segundo Fontoura,

A ligação principal de [Assis] Chateaubriand era com Felipe e João Daudt de Oliveira, dos quais anos antes se fizera amigo. Os irmãos Daudt de Oliveira dispunham aqui no Rio de sólida situação pessoal e social e ambicionavam ver um dos seus conterrâneos ascender à chefia do Governo da República.

Não sendo políticos no sentido confessional da palavra, não exercendo nem desejando cargos públicos, não dependendo dos Governos, a ação que desenvolviam para aquele fim, junto de seus amigos e da imprensa, se recomendava por indiscutível sinceridade.

Vargas, quando deputado federal e depois Ministro da Fazenda, aprofundara com ambos as relações afetivas que datavam dos tempos de estudante em Porto Alegre, principalmente com João, pois Felipe pertencia a uma geração mais recente (FONTOURA, 1963, p. 52).

Provavelmente, João Neves da Fontoura exagerava quando dizia que nenhum interesse movia as ações dos dois irmãos, como se o empresariado em nada dependesse dos governos. Assim mesmo, o que nos interessa de seu registro é o fato de demarcar tanto a centralidade dos dois irmãos, um deles muito inserido no meio empresarial carioca, o outro, por sua vez, muito bem relacionado nas rodas literárias da mesma cidade, quanto por reiterar o papel fundamental dessas relações na formação da Aliança Liberal.

No arquivo de Rodrigo Otavio Filho, na Fundação Casa de Rui Barbosa, encontramos uma série muito peculiar de registros documentais, ainda pouco explorados pelos historiadores: trata-se de convites para almoços e jantares em entidades como o Rotary e o Jockey Club, além de eventos organizados em grandes hotéis de luxo da Capital. Além do cardápio, tais convites em geral anunciam o objetivo do

encontro (homenagem a algum indivíduo, apresentação de outro à sociedade etc.) e contam com as assinaturas de todos aqueles que dividiram a mesa durante o convívio (CARDÁPIO, 1918-1984).

Esses registros permitem entrever uma densa rede de relações que unia escritores a políticos, empresários e a outros escritores. Se Rodrigo Otavio Filho, amigo íntimo de Felipe d'Oliveira, atuava na divulgação da nova produção literária do Rio Grande do Sul junto ao público da Capital Federal, ele também participava de reuniões sociais em homenagem a prefeitos e governadores, além de delegados oriundos do estrangeiro. Em seis de novembro de 1928, Rodrigo Otavio Filho esteve presente, por exemplo, ao evento em homenagem a João Neves da Fontoura, então deputado, no Jockey (CARDÁPIO, 06/11/1928).<sup>2</sup> Talvez seja em ocasiões como essas em que o deputado gaúcho podia ser apresentado à sociedade carioca, tendo a oportunidade de fazer discursos, a que Fontoura se referia quando dizia que “[...] o novo líder parlamentar [referindo-se a si mesmo] do nosso estado não encontrou amigos mais leais, conselheiros mais avisados, colaboradores mais eficientes. Muitos dos êxitos que conquistei naquele tempo, devo em parte a ambos [aos irmãos Daudt de Oliveira]” (FONTOURA, 1958, p. 122). Sem dúvida, a extensão de seus vínculos propiciava a mediação entre os gaúchos que recém-chegavam ao Rio com todo tipo de personalidade.

## Considerações finais

Seria precipitado afirmar que a Aliança Liberal foi articulada a partir das relações mantidas pela família Daudt e por intelectuais como Rodrigo Otavio Filho, mas é preciso admitir que em parte isso é verdade, ao menos no que diz respeito a alguns dos primeiros movimentos nesse sentido. O papel *mediador* que a família teve, especialmente ao envolver outros agentes, seus amigos, nos múltiplos movimentos que criaram o *clima* propício para o sucesso político do golpe que levou Vargas ao poder em 1930, tem o potencial de advertir quanto a outros modos de participação política, não necessariamente vinculados, de modo direto, à política partidária, e também não necessariamente compreendidos pelos sujeitos clássicos da política

nacional. A atuação da família Daudt teve múltiplas dimensões: Felipe d'Oliveira, juntamente com seu companheiro Rodrigo Otavio Filho, propiciou encontros entre os escritores gaúchos que escreviam, na década de 1920, sob clima de forte otimismo, levando suas ideias ao Rio de Janeiro; mas também tratou de inserir políticos de carreira, como o foi João Neves da Fontoura, nos meios de elite da Capital Federal, apresentando-os à sociedade do centro do país. *Mediadores*, Felipe e Rodrigo integraram, à sua maneira, a confluência de ações que permitiram que as articulações políticas ocorridas entre 1929 e 1930 conformassem não apenas um ajuste entre as ambições políticas de inúmeros indivíduos e grupos envolvidos na Aliança Liberal, mas também o ambiente intelectual adequado à aceitação da ascensão de um presidente gaúcho naquele momento.

Além disso, o envolvimento de empresários como João Daudt de Oliveira nas articulações do movimento de 30 permite vislumbrarmos o papel desses agentes, ligados à indústria e ao comércio, na política brasileira já na Primeira República, com uma participação de inegável proeminência. Tal participação, como se evidenciou no relato de João Neves da Fontoura, não se dava, naquele momento, por meio de discursos partidários, mas através de fórmulas abrangentes e em bastante consonância com o ambiente intelectual de *Rio-grandização do Brasil* estabelecido a partir da década de 1920: o partido de João e de Felipe era o Rio Grande. Sem dúvida, fórmulas como essa tinham, como ainda têm até hoje, o potencial de dar a impressão de que seus adeptos pairam acima das disputas mesquinhas que atravessam os partidos políticos, atendendo a interesses não de alguns grupos, mas de toda uma sociedade. No caso aqui estudado, essa sociedade era o estado do Rio Grande do Sul, que seria capaz, naquele momento, segundo o ponto de vista predominante no meio intelectual regional, de liderar uma renovação política em todo o Brasil, desmantelando os pactos entre oligarquias estaduais dominantes.

#### THE RIO GRANDE'S PARTY: RELATIONSHIP NETWORKS, MEDIATION AND REVOLUTION OF 1930

**Abstract:** The present article aims to analyze some of the forms of political participation in the articulations that formed the Aliança Liberal. At the center

of the analysis, however, are not the classic agents in political history, such as career politicians and other individuals linked to party politics at the period, but intellectuals and, at the same time, businessmen. It is understood that these agents could have acted as mediators between politicians and prominent sectors of society, helping to establish an auspicious environment for the success of their endeavors.

**Keywords:** Revolution of 1930. Intellectuals. Mediation.

## Notas

<sup>1</sup> De acordo com Héglio Trindade (1979), a política rio-grandense durante o período da Primeira República notabilizava-se pela divisão interna das oligarquias regionais, muito embora, a partir da década de 1920, tenha havido uma tendência a “um maior equilíbrio entre as forças políticas em luta” (p. 121).

<sup>2</sup> Antes disso, outros banquetes importantes envolveram Getúlio Vargas, quando de sua investidura no cargo de Ministro da Fazenda, em 1926, de cuja comissão de preparação Felipe d’Oliveira participou (CARDÁPIO, 20/11/1926); e Oswaldo Aranha, em 1927, em homenagem recebida de seus amigos e admiradores (CARDÁPIO, 01/10/1927).

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BROCA, José Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

CARDÁPIO – Rodrigo Otavio Filho. Rio de Janeiro; Poços de Caldas; São Paulo: [s.n.], de 29 jun. 1918 a 22 set. 1984. 183 docs, Impresso. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. ROF. Dv.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: [s.n.], 20/11/1926. Impresso. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. ROF. Dv.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro (BR): [s.n.], 01/10/1927. Impresso. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. ROF. Dv.

\_\_\_\_\_. Rodrigo Otavio Filho. Rio de Janeiro: [s.n.], 06/11/1928. Impresso. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. ROF. Dv.

DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

DIAS, Sônia. João Daudt d'Oliveira. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. CPDOC, FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OLIVEIRA,%20Jo%C3%A3o%20Daudt%20d'.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FILHO, Rodrigo Otavio. *Na terra do chimarrão... 1928 (trecho de um passeio)*. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Documento textual de arquivo. ROF Pi., 1928.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

\_\_\_\_\_. *Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes Leite. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MAYA, Alcides. *Através da imprensa*. Porto Alegre: Octaviano Borba & Irmão, 1900.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOMENTO LITERÁRIO. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro, 7 out. 1911.

MOREYRA, Álvaro. *As amargas, não*. Rio de Janeiro: Academia de Letras, 2007.

MURARI, Luciana. "Água parada": o olhar da modernidade na ficção de Alcides Maya. *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v. XXXIV, n.2, p. 150-167, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 159-183, dez. 2010.

O DIA. *Petit Journal*. Porto Alegre, 05 dez. 1906.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

VERGARA, Pedro. *Mansueto Bernardi*: esboço de uma grande vida. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

Recebido em: 15/ 12/ 2015

Aprovado em: 22/ 03/ 2016



# Fascismo italiano na América Latina: entre romanità e latinità

Carla Brandalise\*

**Resumo:** O artigo versa sobre os rumos da política internacional da Itália na época do fascismo, mais especificamente o manifesto interesse que essa nação demonstra nos anos de 1920 pela América Latina, julgada naquele momento como factível de uma maior abordagem em termos econômicos e político-culturais. As estratégias de inserção passavam pelos usos políticos da concepção de latinidade, concebida como fator de comunhão entre esses povos. Com tal viés de legitimação, uma série de iniciativas são tomadas pelo regime de Mussolini visando à aproximação com o continente latino-americano.

**Palavras-chave.** Fascismo. América Latina. Latinidade. Política Internacional.

## Introdução

O presente artigo pretende mapear iniciativas emblemáticas da primeira fase do governo Mussolini, nos anos vinte, no sentido de alargar os horizontes de inserção internacional na América Latina. Tratava-se de um ensaio de conquista não bélica<sup>1</sup> de novos mercados em um espaço considerado ainda em disponibilidade no jogo competitivo entre as potências comerciais da época, bem como de ampliar um prestígio político-cultural julgado na condição de direito histórico.<sup>2</sup> Tal ambição poderia e deveria ser facilitada pela forte presença de uma comunidade emigrada, no momento em que essa

---

\* Professora-Associada do Departamento de História e do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Doutora em História Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris – Cycle Supérieur d'Histoire du 20ème Siècle. E-mail: cbranda@gmail.com.

fosse revalorizada e trazida ao convívio da sua pátria de origem. Na contraposição, não seriam trascuradas as autoridades políticas constituídas desses estados latino-americanos, pois, como ambicionava o novo regime, fundamental era a expressão de uma Itália renovada e disposta a ter real existência em cena mundial. Apesar da, e digno de nota, precocidade da preocupação com o continente latino-americano em relação ao estabelecimento do próprio regime fascista italiano, observa-se o desenho de um certo conjunto de intencionalidades coerentes. Muito dessa antecipação pode ser reportado ao fato de a Itália ter já um histórico de ensaios, em geral teóricos, na América meridional, como em meados do século XIX, com os nacionalistas e colonialistas e suas projeções de uma ‘nova Itália’ na bacia do Prata. (EINAUDI, 1890; CORRADINI, 1914).

A escolha para a implementação dos propósitos de inserção recaía em dois países latino-americanos centrais, que atuariam como ponta de lança do expansionismo no continente: a Argentina, em especial, e o Brasil.<sup>3</sup> No decurso, almejava-se avançar em eventuais oportunidades nos demais países, a exemplo do Uruguai, Chile, Peru, Equador e da Venezuela. A estratégia de ação sustentava-se, sobretudo, em dois pilares entrelaçados: o primeiro pilar baseava-se na recuperação discursiva e propagandística de um suposto papel histórico da Itália. Essa última estaria destinada a reassumir seu papel original de líder e paladina da convalescente “raça latina”, conforme terminologia da época, promovendo o renascimento da *latinità* em nome da ‘união dos povos latinos’ e da proclamação de uma ‘cidadania latina universal’, em um panlatinismo.

O segundo pilar consistia em uma composição de atitudes, como a fundação em Roma, em fins de 1923, do *Istituto Cristoforo Colombo*, organismo que, em sua origem, pretendia contar com a presença associada da Espanha e de Portugal e a colaboração dos países latino-americanos. O Instituto deveria, sob liderança da Itália, bem entendido, congregar e irradiar, acima de tudo, a força dos três países europeus para a América Latina, excluindo-se deliberadamente a França, vista nesse momento como uma rival na instrumentalização do conceito de *latinità*, dado que a mesma reivindicava a primazia na ‘criação’ e divulgação da concepção ‘latina’ em terras americanas<sup>4</sup>. Além disso, também fizeram parte do quadro de empreendimentos,

alguns desses sob coordenação do *Istituto*, o envio do príncipe-regente para a América Latina; o despacho da *Nave Italia*; a construção de cabos telegráficos submarinos; a realização de voos inéditos para a América; a perspectiva de reformulação das representações diplomáticas; a promoção de viagens de comércio e de intercâmbios culturais; o lançamento de uma ampla gama de publicações ou traduções voltadas ao melhor conhecimento da América Latina, entre outros. Eis que o continente latino-americano, como era de se esperar, não estava tão isento assim de presença competidora das outras potências, o que faz com a Itália fascista comece a traçar um mapa concorrencial desses considerados antagonistas comerciais, medindo a sua própria competência no campo.

### **Os anos vinte: a Itália em meio a concorrências e alianças a propósito da *latinità* e da competitividade comercial**

A Itália, através de toda uma mobilização acadêmica, que resultará em extensa produção textual, manifesta em revistas, livros, panfletos, jornais, boletins etc.,<sup>5</sup> reivindica para si a concepção originária do ‘povo latino’, da ‘raça latina’. Passa-se, assim, à defesa do ‘direito sagrado e indivisível’ da Itália a propósito da latinidade: o *Primato*. Ora, argumentam os italianos, a latinidade só existe e só mostrou sua força de sobrevivência milenar em função do seu berço e sangue de origem, Roma, a ‘grandiosa’. Logo, todos os latinos do mundo seriam, antes, romanos, sendo natural que a líder-mãe da ‘raça’ fosse a Itália, a representante mais próxima e por direito da civilização romana. A noção de *latinità*, da qual já haviam se apropriado os ‘nacionalistas’ italianos, é novamente entendida como um fenômeno de *romanità*. O fascismo retoma a metáfora de *Roma caput mundi*. Inúmeras são as manifestações nessa direção, como a do prefeito de Roma nos anos 1925-1926, Filippo Cremonesi, “Roma vive de vida perene e nós não somos os herdeiros, mas os continuadores da inexaurível força civilizadora. Os latinos da América [...] têm o direito de se considerar romanos, em sua glória do passado, em sua generosa vontade de iniciativas presentes.”<sup>6</sup>

Um primeiro passo é dado em direção aos ‘italianos partidos ao exterior’, onde conjuga-se *latinità* com *romanità* e agrega-se *italianità*, na expectativa de aproximação com sua comunidade espalhada pelo mundo. O sentido que *italianità* assumira nessa época é explicitado pelo historiador Emílio Gentile (1986, p. 355, grifos do autor),

[...] o termo *italianità* foi adotado pelo nacionalismo e pelo fascismo, não apenas para designar a inclusão, através da cidadania, no estado italiano, como também, em uma acepção que pretendia ser politicamente mais acentuada. Ela deveria indicar o sentimento e a consciência de pertencer à nação italiana e exaltar a vontade, em meio aos italianos que viviam fora da Itália, de preservar na sucessão de gerações, os vínculos de língua, de cultura, de interesses e de afeição com a nação de origem.

No entanto, a Itália de Mussolini ambicionava algo maior, passos mais retumbantes. Para além da *italianità*, o novo regime instituído na península lançava-se na reapropriação do conceito de *latinità*, buscando envolver, assim, não só seus compatriotas de além-mar, e sim, todos os latinos. O cerne consistia em assumir posição eminente entre as nações ‘latinas’. Ausonio Franzoni, por exemplo, evoca os caminhos da obra de *latinità* a ser construída no país argentino, “[...] com seus propósitos, seus meios e suas ações de propaganda pacífica conduzidas em nome da fraternidade, da cultura e da arte, a Itália e a Argentina fixam as bases eternas da triunfante e incomparável civilização latina.”<sup>7</sup>

Assim, nesses anos de 1920, intenções e diretivas voltadas à América Latina são progressivamente idealizadas e implementadas pelo regime fascista italiano e seus colaboradores, obedecendo, porém, uma colossal distância entre o projetado e o realmente realizado. Dessas proposições, algumas eventualmente obtiveram resultados positivos, sobretudo se comparadas às poucas ações dos governos italianos anteriores. No frescor do regime, tudo parecia possível. Tratava-se antes de uma questão de espírito empreendedor, de perseverança, visando a recuperar os atrasos históricos, através da adoção de meios performáticos.

Para a lógica fascista, a *latinità* do subcontinente estampava-se como um fato dado e irreversível, devendo naturalmente ser percorrida e explorada, a fim de desvendar o que essa identidade comum continha como critério de comunhão. Segue-se então a consideração de que, na América Latina, seria preciso avançar mediante informações mais exatas; construir sobre bases mais racionais. A disposição em melhor conhecer o subcontinente veiculando pesquisas antes de agir se impõe. Julga-se necessário dispor de esclarecimentos cartográficos, de análises das estruturas de poderes locais, de uma compreensão aprofundada da vida econômica, de subsídios dos meandros culturais. O escritor Mario Puccini, como um admirador e propagandista da cultura hispânica, pronunciara-se sobre o “[...] necessário esforço de espírito que se deve realizar para reencontrar a América Latina”:

Não se pode dizer que a Itália de hoje é aquela de vinte anos atrás, toda recolhida em si mesmo e pouco atenta aos problemas espirituais e sociológicos de outras nações da Europa e do mundo. A Itália de hoje é mais bem informada do que se passa no exterior, sobretudo no domínio político. Mas existe ainda algumas lacunas, das quais uma é verdadeiramente detestável [...]: a falta de conhecimentos renovados sobre as repúblicas americanas de língua espanhola [...] de sua evolução e seu desenvolvimento histórico, povos destinados a ações superiores.<sup>8</sup>

O impulso vem, em especial, do Estado, o qual espera intervir para eliminar o torpor e estimular os empreendimentos. E, para direcionar uma obra tão ambiciosa, o governo planeja uma intervenção estatal eficiente. As formulações políticas e a gestão adequada dos meios materiais alocados deveriam, assim, ser enquadradas pela administração central do Estado, com o apoio de um espectro empresarial supostamente ativo e de um meio intelectual e artístico condizente à missão. A Península quer submeter seus possíveis recursos disponíveis às virtudes da regulamentação, que corrigiria os defeitos e as naturais tendências dispersivas.<sup>9</sup>

Em termos práticos, a Itália sob o fascismo pensa igualmente em oportunizar a aproximação política que vinha sendo anunciada

com a recente ditadura espanhola do general Miguel Primo de Rivera. Ao levar em consideração a posição, julgada privilegiada, que a Espanha deveria dispor junto às nações americanas de língua hispânica, o Duce intencionava promover acordos hispano-italianos destinados a fazer progredir a influência política e econômica da Itália no ultramar.<sup>10</sup> A proposta de acordo estender-se-ia também a Portugal e, em seguida, ao Brasil, a fim de criar uma ‘união cultural latina’, sob a justificativa de que

[...] a importância dos valores espirituais comuns entre os países latinos precede e ao mesmo tempo avaliza todas as formas sucessivas de relações. E a figura espiritual que liga essencialmente o mundo Ibérico à Itália é aquela de Cristóvão Colombo. A Espanha lhe acordou a confiança e os meios de conduzir sua façanha. O ato de nascimento da América nos mostra que a Itália e a Espanha, entrelaçadas, sustentaram o novo continente na sua fonte de batismo.<sup>11</sup>

A conclusão de pactos de amizade e de tratados de comércio entre a Espanha e a Itália abriria “[...] uma colaboração no vasto campo de interesses que os dois Estados dividem no que diz respeito às repúblicas sul-americanas [...] permitindo à Itália se aproximar mais intimamente da Espanha e fazendo que a ação dos dois povos se torne fecunda em resultados.”<sup>12</sup> A Espanha demonstrou a princípio boa vontade. Rivera almeja dar a seu país um peso suplementar na cena internacional. Por ocasião de uma visita a Roma, em novembro de 1923, o general espanhol declara, rememorando sua própria tomada de poder, que o exemplo de Mussolini “foi a preparação do ambiente, a eletrificação da atmosfera”, e ele acrescenta que o *Duce* “[...] permanece sempre o guia da Espanha na via da reconstrução, do progresso e da ordem.” (apud MILZA, 1991, p. 248). No entanto, em relação aos países hispano-americanos, a Espanha prefere manter certa prudência, julgando ter *in lócus* acessos privilegiados aos quais não necessariamente pretendia compartilhar (MÉNDEZ, 2013a, p. 16).

Um dos acontecimentos vindos para agregar as ‘nações latinas’ constituiu-se na fundação de um centro de estudos, investigação e irradiação da ‘panlatinidade’, o *Istituto Cristoforo Colombo*, com

sede na Via Cavour. O novo instituto refletiria, assim, os ensaios convergentes não só com a Espanha, mas também com Portugal e países latino-americanos o sentido de superação de eventuais divergências. O professor Luigi Bacci<sup>13</sup>, um dos principais idealizadores do *Istituto*, expõe o caráter e os propósitos do mesmo:

Sua fundação constitui um dever de *italianità*; ele irá encorajar uma cooperação eficaz para que a civilização latina não seja considerada como uma simples expressão de retórica; antes, seja percebida como uma grande força de expansão, colocada a serviço dos interesses que a Itália já possui e pretende desenvolver com mais vigor com a Espanha, Portugal e, mais particularmente, com os países latino-americanos. Entre a Itália, a Península Ibérica e estes povos longínquos que pertencem à nossa raça, é preciso novas e mais sólidas amarras. Entre a Itália e todos esses países, não subsiste nenhum desacordo, não existe e nem pode existir nenhuma desconfiança.<sup>14</sup>

O *Istituto* quer ser um estabelecimento voltado à difusão de um “[...] programa orgânico, síntese do pensamento dos países diretamente concernidos, quer dizer, a Itália, a Espanha, Portugal e as nações latino-americanas.”<sup>15</sup> Espanha e Portugal fazem-se representar através de seus membros diplomáticos creditados junto à corte do rei da Itália. Circulares são despachadas aos países latino-americanos (LERMA, 1989, p. 276). A efetiva participação dos parceiros Ibéricos e das nações da América Latina na nova organização, porém, irá se revelar fraca ou falaciosa, seja por falta de interesse ou de recursos, seja porque a nação italiana assume a dianteira. É a Itália que dará sentido e interpretação ao Instituto.<sup>16</sup>

A Itália, a *madre di tutta gente latina*, quer praticar uma ativa propaganda intelectual, artística, científica e econômica personalizada através do Instituto. Importantes personagens do regime estarão presentes. O Presidente honorário será Benedito Mussolini; seu vice-presidente, Giorgio Guglielmi De Vulci. Como presidente do Conselho Deliberativo, Amadeo Gianini; sendo secretário geral, Luigi Bacci. Entre os 43 conselheiros, encontravam Giuseppe Botai, Giuseppe De Michelis, Giorgio Del Vecchio, Giovanni Giuriati, Ciro Trabalza.<sup>17</sup>

Segundo sua normatização, o Instituto não seria uma organização de caráter puramente público, na medida em que interagiria com o setor privado. Da mesma forma, promoveria a colaboração entre os estados associados, as coletividades emigradas desses últimos e indivíduos diretamente interessados. As disposições estatutárias pormenorizavam os interesses de cada país-membro. No que dizia respeito à Itália, essa deveria, entre outras execuções,

[...] desenvolver pesquisas e implementar todas as iniciativas diretas a fim de estabelecer as mais amplas relações econômicas entre a Itália e os países latino-americanos; promover a constituição e a fomentação de organismos e sociedades que tenham por objetivo favorecer e expandir as trocas comerciais entre a Itália e esses países latino-americanos.<sup>18</sup>

O que acontece de fato é que a Itália acaba por oferecer a sede social, formula os principais projetos e fornece praticamente todo o capital. A potencialidade da Espanha no continente além-mar logo é colocada em dúvida, como observa-se no relato do adido comercial no Chile, Tommaso Mancini (1924, p. 14). Ele adverte sobre a inutilidade e os malefícios que representaria supervalorizar a influência do país espanhol na América hispânica,

[...] o pior de tudo seria a ilusão que o avizinhamo italo-espanhol possa nos dissuadir de colocar em obra nossa própria propaganda na América, sendo essa propaganda uma necessidade maior. O erro seria acreditar que a aproximação por ela mesma tornaria para nós o ambiente mais propício [...] A Espanha não pode repousar na certeza de dispor de um domínio que, se um dia existiu, é hoje em dia asperamente disputado por outros povos, não em virtude do sangue ou de um passado comum, mas por habilidades expansionistas; estes povos concorrentes esquadrinham o terreno e triunfam sobre os países mais fracos e ingênuos.

Quanto a Portugal, sua participação se faz de tempos em tempos, estando em meio a graves adversidades econômicas, com o Tesouro à

beira da falência e prejudicada pelo escasso valor de mercado de seus produtos agrícolas. Além disso, o país português encontra-se internamente em convulsão devida às agitações operárias e aos problemas políticos, acontecimentos que levarão finalmente ao *putsch* militar de maio de 1926, conduzido pelo general Gomes da Costa (MILZA, 1991, p. 250). Portugal não conseguirá manter mais do que um frágil vínculo com o Instituto. Os países latino-americanos, de sua parte, exercerão em geral o papel de receptores das iniciativas ítalo-espanholas. A Argentina será a mais presente. De qualquer forma, o governo Rivera, frente às dificuldades militares no Marrocos e às agitações separatistas da Catalunha, não terá a impulsão necessária para restabelecer ou aumentar sua influência na América hispânica, nem poderá se aventurar na possível construção de uma política comum com a Itália. Concedendo um esforço mínimo de participação, a Espanha segue o impulso italiano, esperando obter algum benefício (LERMA, 1989).

Na prática, o novo *Istituto* pretendeu reunir todo o gênero de informações sobre os países latino-americanos; promoveu viagens de negócios, missões de investigação e de estudos. Estabeleceu concursos e premiações a trabalhos referentes ao subcontinente; financiou a permuta de professores, alunos, pesquisadores e artistas. Numerosas obras são publicadas ou traduzidas, como monografias ilustradas, de caráter geopolítico, cultural e econômico, sobre as nações latino-americanas.<sup>19</sup> A mais visível publicação do *Istituto* é a revista bimestral denominada *Colombo*, fundada em 1926, que apareceu até 1930. Dirigida por Luigi Bacci e redigida em italiano, espanhol e português, o periódico apresenta-se como “a revista dos fatos italianos e latino-americanos”. Nela figuravam artigos de nomes destacados do mundo literário, artístico, científico e político do momento, a exemplo do escritor Arturo Farinelli, membro da *Reale Accademia d'Italia*; do ex-presidente do Conselho, Vittorio Emanuele Orlando, o qual havia percorrido a Argentina e o Brasil no imediato pós-Primeira Guerra; do filósofo Giovanni Gentile; do historiador Gioacchino Volpe; do jornalista e escritor Luigi Federzoni.<sup>20</sup>

A revista *Colombo* pretendia igualmente “[...] ser o órgão de conexão entre as jovens nações da América Latina, a Espanha, Portugal e a grande *Madre Italia*”, e tinha por objetivo promover a divulgação, até a mais longínqua região do Novo Mundo, “do progresso que a

Itália realiza em cada setor da atividade humana.”<sup>21</sup> Benito Mussolini escreve o prefácio do primeiro número de *Colombo*, anunciando o caráter e as perspectivas da revista:

Eu estou satisfeito de agregar meu nome à primeira página dessa revista que o *Istituto Cristoforo Colombo* – do qual eu sou o presidente honorário – consagra ao estudo dos povos ibero-latino-americanos, para reafirmar, graças a um mais profundo conhecimento mútuo, suas relações com a Itália. Desde que eu assumi o governo da Itália, eu enviei mensagens aos italianos que vivem na América e aos países que lhes acolhem. Após quatro anos, minhas esperanças não mudaram. As relações envolvendo a Itália e os povos ibéricos e latino-americanos são fecundadas cotidianamente pela fé e pelo trabalho tenaz desses italianos partidos para a América Latina.<sup>22</sup>

Paralelamente às suas atividades editoriais, o Instituto buscava organizar comitês representando cada país associado. Tais comitês promoveriam relações recíprocas e, entre outras tarefas, deveriam fundar e/ou dinamizar as ‘Câmaras de Comércio e Indústria’. Em 1926 é criado o Comitê ítalo-brasileiro, do qual participam as autoridades diplomáticas brasileiras presentes na Itália e outras personalidades que testemunham a respeito do Brasil, interesses variados. Nos mesmos moldes, o Comitê ítalo-peruano e o Comitê ítalo-boliviano foram estabelecidos logo em seguida. Porém, já em fins da década de 1920, as funções do *Istituto* passam a sofrer forte concorrência dos Institutos Italianos de Cultura fundados no exterior.

### ***Glória à Nação: desembarques notáveis na América Latina***

Na esteira da Espanha<sup>23</sup>, a Itália envia seu príncipe-herdeiro, Humberto de Saboia ao subcontinente em meados de 1924. A intenção da visita aparece no relato de Amadasi, publicado na revista *Le Vie d'Italia e dell'America Latina*:

[...] vejam no filho do Rei, toda uma Pátria que se desloca além-mar, orientando seu olhar em direção ao reconhecimento e à admiração que merecem a energia e a fidelidade já provada de todos os seus filhos. Eis o filho do rei que passa de uma borda a outra para afirmar a superbíssima potência atual da Itália, e permutar gestos e vínculos de amor com seus distantes súditos.<sup>24</sup>

O cruzeiro que transporta o príncipe passa em primeiro lugar por Buenos Aires, onde é recebido pelo presidente da República, Marcello de Alvear. A visita estende-se em um circuito de quinze dias pelo interior do país, nas principais comunidades de emigração italiana, como La Plata, Rosário, Tucumán, Córdoba, Mendoza. O tom apologético aparece no relato de Amadasi, “[...] os irmãos italianos sentiram renascer e retumbar o sentimento d’*italianità*, e eles foram assegurados da união que a *Patria* quer manter com seus filhos.”<sup>25</sup> O príncipe segue para o Chile e Uruguai. A parada no Brasil fora cancelada devido a distúrbios internos em que o país vivia no momento. Teria sido desaconselhada pelo próprio governo brasileiro.<sup>26</sup>

A imprensa da América meridional ecoa essa visita considerada prestigiosa. A revista *Plus Ultra* da capital argentina, por exemplo, publica uma edição extra consagrada à estadia de Humberto de Saboia, “[...] a vinda do príncipe nos ofereceu a ocasião de demonstrar ao ilustre representante do povo, do governo e da família real da Itália, nossa firme simpatia, fruto natural do profundo vínculo de sangue, de cultura e dos interesses que unem os italianos e os argentinos”.<sup>27</sup> O *Jornal do Brasil*, por sua vez, observa em relação à viagem do príncipe: “A Itália, em sua incomparável confiança nos destinos da latinità, não economiza seus esforços para dar um novo vigor à solidariedade entre todos os povos ligados à matriz latina.”<sup>28</sup>

De forma quase concomitante, envia-se à América Latina pela primeira vez uma ‘feira-exposição’ flutuante, a *Esposizione Campionaria dell’industria e dell’artigianato italiani: mostra Itinerante della Crociera Commerciale nell’America Latina*, a bordo da *Nave Italia*, entre fevereiro e outubro de 1924. O escopo da missão passava pela promoção mercantil, pela prospecção da ampliação de mercados e agilização de contratos comerciais, como também pela ampla difusão

da cultura italiana e pelo reforço dos laços com a comunidade italiana emigrada.<sup>29</sup> O alcance dessa empreitada foi observado pelo historiador Emilio Gentile (1986, p. 379, grifos nossos):

Desde os primeiros tempos que se seguiram a sua conquista do poder, o fascismo manifestou um interesse especial pela Argentina [...] Mas, a primeira aproximação importante e direta do problema de emigração e da *italianità* na Argentina teve lugar durante o cruzeiro da *Nave Italia* na América do Sul.

A ‘feira-flutuante’ resultara de uma ação conjugada entre o governo fascista e os setores industriais e comerciais italianas, em meio a articulações com as autoridades dos países latino-americanos. Portava como metas,

[...] demonstrar às populações da América Latina a precisa sensação da potencialidade e da renovada vontade de ação que anima o nosso país; e confirmar aos nossos concidadãos, que vivem e trabalham na América Latina, o legítimo orgulho de sentirem-se filhos desta terra, ilustre entre todas ao longo dos séculos pela sua excelência.<sup>30</sup>

Tratava-se, assim, de “[...] demonstrar o que a Itália sabe e pode produzir e aproximar os produtores italianos dos grandes centros de consumo da América Latina, para que eles conheçam as exigências e as necessidades deste mercado.”<sup>31</sup> Tais exposições de produtos eram uma prática frequente na Europa, mas a julgar pela declaração do então nomeado, para esta missão, embaixador extraordinário da Itália junto aos países latino-americanos, Giovanni Giuriati<sup>32</sup>, àquela reservada para a América Latina revestira um caráter particular, “[...] a *Nave* foi o maior e o mais límpido dos gestos de fraternidade latina realizado pelo governo fascista. Benito Mussolini nos esclareceu sobre a necessidade de frisar a tarefa mercantil e espiritual da *Nave Italia*.”<sup>33</sup>

A exposição contava igualmente com uma forte missão de cunho cultural, cuja intencionalidade é narrada pelo integrante da *Nave e responsável artístico da missão, o artista visual Giulio Aristide Sartorio*.<sup>34</sup> Em suas observações, chamava a atenção, mais uma vez,

do ostracismo da ‘presença da Itália’ na América Latina, mas considerava ser possível, em tempos de governo fascista, remediar tal situação desconfortável:

Nós enfim compreendemos que a arte italiana possui a capacidade e está em condições de ser um elemento de integração por excelência. Infelizmente, em toda a América Latina, a arte italiana, como a nossa emigração, aliás, está abandonada a si mesma. Hoje, quando as condições são, na Itália, moralmente diferentes, nós não podemos renunciar à nossa expansão intelectual.<sup>35</sup>

O planejamento geral da *Nave*, por sua vez, fora realizado pelo poeta ligado ao regime, Gabriele D’Annunzio. Dividia-se em dezessete salas, contando, entre outras, com seções de livros, arte popular, pequenas indústrias regionais, indústrias de armamento, de seda, de cerâmicas, de produtos agrícolas, minerais etc. Participaram 567 empresas, com uma tripulação de cerca de setecentas pessoas, compondo empresários, jornalistas, autoridades políticas, artistas, intelectuais. A visita desenrolou-se ao longo de treze países, em suas principais cidades portuárias; no Brasil, nos estados de Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul.<sup>36</sup> No Uruguai, Montevideu. Na Argentina, Buenos Aires, Bahia Blanca; no Chile, Valparaíso.<sup>37</sup> A todos, Benito Mussolini envia uma mensagem oficial,

[...] a extensão do imenso território americano nos oferece uma via através da qual os povos modernos podem se conhecer e se estimar no domínio do trabalho. Nós desejamos que esta fecunda fraternidade persevere e se torne sempre mais ampla e mais íntima pelo interesse mútuo, material e moral, da Itália e dos países latino-americanos.<sup>38</sup>

No entanto, a despeito desse esforço, Giovanni Giuriati (1925) apresenta a Mussolini conclusões não tão otimistas acerca da viagem. O embaixador extraordinário da *Nave Italia* tinha uma missão complementar. Tratava-se de observar e relatar o grau de afinidade e engajamento à *Madre Patria* das comunidades italianas residentes nas

Repúblicas visitadas. Em suas impressões, Giuriati dimensiona que o sentimento de *italianità* ainda seria forte, confiável e recuperável apenas em algumas pequenas colônias no interior das províncias, mas em comunidades urbanas em grandes cidades, como São Paulo e Buenos Aires, encontrava-se antes a dispersão, a desestruturação e a desconfiança. Nos grandes centros, todo trabalho de aproximação seria mais difícil, sobretudo na Argentina.

Recomendava, ainda, adequação nos propósitos do novo regime em tomar a comunidade emigrada como “método de expansão política e econômica” no continente (GIURIATI, 1925, p. 11). Para preservar a *italianità*, seria preciso colocar em questão o *Commissariato per l'emigrazione*, através da introdução de informações e estimativas mais consistentes e de planificações políticas concernentes aos países dos quais dependiam esses emigrados italianos. A Argentina, exemplificava o Ministro, possuía um meio ambiente tão propício à assimilação e à perda de sentimentos em relação à pátria de origem que logo os italianos esqueciam de seu passado. Giuriati confirmava, dessa forma, a necessidade da existência de um Instituto como o *Cristoforo Colombo*, engajado justamente nesta sistematização analítica do continente.

Por sua vez, o jornalista e escritor italiano Pietro Belli (1925, p. 25), também participante da *Nave*, analisara as condições de vida dos emigrados italianos, no Brasil em particular. Com um tom de indignação, em seu relato, Belli solicita a intervenção de seu governo quanto às condições desumanas dos italianos nesse país:

Eu vi fábricas onde os operários são tratados como animais; eu vi jovens vivendo de maneira desumanizada, eu vi mulheres precocemente envelhecidas pela poeira asfixiante de lojas exposta a tudo, ao vento, a chuva; na Itália, o operário é um senhor mesmo quando ele ganha pouco, porque na Itália, ele vive e trabalha por todos os lugares em condições de civilidade.

A *Nave* é, no entanto, o anúncio de várias missões comerciais e culturais enviadas posteriormente pela Itália à América Latina e vice-versa, a exemplo do grupo de Milão vindo ao Brasil no começo de 1925, sob os auspícios do ‘Instituto fascista de propaganda nacional’,

com vistas a prospecções no campo dos negócios. Já na Itália, durante e após o circuito marítimo, ocorre todo um esforço publicitário e propagandístico para divulgá-lo através de jornais, livros, informes, relatórios, emissão de selos temáticos. Igualmente são realizadas projeções cinematográficas ao grande público, com a estreia da programação prestigiada com a presença do Rei, do Primeiro Ministro e do corpo diplomático latino-americano creditado junto ao Quirinal.<sup>39</sup>

### **Os obstáculos: a concorrência econômica e político-cultural na América Latina**

Apesar de a Itália sob o fascismo ter avaliado, nesses anos de 1920, que poderia avançar no continente latino-americano, a realidade da região mostrava-se muito mais difícil, em meio a uma variedade de problemas, entre eles a própria competição entre as potências na consolidação de seus interesses. Nesta atmosfera, a Península constrói, em termos de disputa pelo espaço comercial e político-cultural na América Latina, um quadro de 'émulos concorrenciais', os quais, de alguma maneira e na medida do possível, devia-se tentar investigar, talvez suplantar ou igualar. Entre eles, despontava a rivalidade com a França, a quem o governo fascista considerava quase como uma questão de honra medir forças, em especial no domínio da cultura. Há também a Alemanha, para a qual não deixava de esboçar certa admiração pela eficiência. Ainda observava-se, ao fundo, o avanço implacável dos EUA<sup>40</sup> e a incontestável presença da Inglaterra em termos econômicos. Assim, nesse território, era preciso "[...] enfrentar os países cujos trabalhos não são menos densos, nem menos intensas a propaganda dispendida para difundir os seus valores."<sup>41</sup>

Ao comparar as conquistas anteriores de determinados países europeus na América Latina, em especial, a França, com sua própria falta de desenvoltura no passado, a Itália fascista vai responsabilizar severamente o fraco senso de oportunidade dos governos liberais italianos precedentes. A despeito das vantagens que a Península transalpina possuiria, sobretudo, na porção sul da América Latina, como sua forte comunidade étnica, os governos anteriores teriam

permitido, sem quase opor resistências, que a nação francesa se impusesse como modelo cultural por excelência no continente. Tais governos liberais seriam então responsáveis por ter deixado nascer, em meio aos latino-americanos, uma tradição de receptividade ao magistério moral da França e não da Itália.

Avalia-se, “[...] os franceses nos fazem concorrência há anos nesse imenso território”. Critica-se mesmo pequenas iniciativas pontuais da nação europeia vizinha. Segundo a revista *Colombo*, a França promovia inserções culturais constantes nesses lócus, a exemplo da ingerência na direção do maior teatro da América Latina, o Teatro Colón, em Buenos Aires, substituindo a presença italiana. E ainda, a proposta de criação de um teatro *d’avant garde*, encenando permanentemente obras francesas, o que constituiria “[...] um novo ataque frontal contra a nossa cultura, e isto mereceria a devida atenção de nosso governo.”<sup>42</sup>

A França, de fato, pretendeu nesses anos vinte retomar seus investimentos e sua presença na América Latina, abalados por ocasião da Grande Guerra de 1914. Em 1925, assiste-se, entre muitos outros empreendimentos nesse sentido<sup>43</sup>, à fundação na capital francês da *Association Paris et Amérique latine*. Na Itália, o gesto não passa despercebido. Com ironia e desconfiança, a revista do *Istituto Cristoforo Colombo* revela suas impressões, dando a entender que se tratava quase de um plágio de seus propósitos.

Tanto seu estatuto social quanto os objetivos dessa nova associação francesa, se substituíssemos o nome da França pelo da Itália, reencontraríamos os mesmos preceitos e as mesmas intenções que, desde sua fundação, se propôs e se propõe o *Istituto Cristoforo Colombo*: desenvolver uma propaganda intelectual, artística, científica e econômica ativa e recíproca na América Latina [...] nosso exemplo teve influência e discípulos eficazes no além-Alpes.<sup>44</sup>

A *Association Paris et Amérique latine*, também chamada de *Cercle Paris-Amérique Latine*, sediava-se no Boulevard de la Madeleine e funcionou da data de sua fundação até 1930. Entre suas iniciativas estavam a promoção de congressos, exposições, conferências, concertos musicais, bem como o incentivo às trocas acadêmicas

universitárias e demais recursos para destacar a cultura francesa no continente latino-americano e vice-versa. Compunha-se igualmente de conhecimentos e dinâmicas comerciais.<sup>45</sup>

Logo, mais uma polêmica forma-se entre os dois países, quando o periódico francês, *La Revue de l'Amérique latine*, publica, em fins de 1926, uma série de observações sobre os italianos emigrados à Argentina e ao Brasil. Afirma-se que os anos de fluxo migratório dos italianos em direção à América Latina correspondiam àqueles em que se procurava escapar do serviço militar e às guerras da Abissínia, de Trípoli etc. Em seguida, é relatado a rápida assimilação dos italianos emigrados e sua falta de patriotismo. Segundo o periódico francês, esses mesmos italianos de além-mar não aportavam o apoio necessário de que a Itália necessitaria para dinamizar suas relações comerciais. Pelo contrário, várias explorações agrícolas e industriais haviam sido criadas por esses emigrados, o que inviabilizava ainda mais as possibilidades de exportação do Reino da Itália. E o periódico completa, “[...] o pequeno número de italianos que possuem uma posição social elevada não são recebidos em sociedade, enquanto os franceses o são.”<sup>46</sup> Como era de se esperar, essas declarações são severamente rechaçadas e consideradas uma provocação pelos italianos.<sup>47</sup>

O escritor e político argentino Manuel Ugarte, colaborador da revista *Colombo*, reforça o mal-estar dos italianos, ao reclamar da falta de atitude desses em se valorizar como difusores de cultura na América Latina, na contraposição não só aos norte-americanos, mas aos franceses.

Por que não ocorre ao espírito da juventude latino-americana vir à Itália beber diretamente da fonte da *latinità*? Fala-se sempre das relações comerciais, da emigração numerosa, mas se esquece do fluxo ao Novo Mundo das ideias, das artes, da civilização desta extraordinária Itália. Por que razão a Itália, superior em sua irradiação universal, não vê na América Latina um campo aberto à ação de seus filhos? Por que ela não estende ao outro lado do Oceano, o tesouro inesgotável de seu gênio?<sup>48</sup>

Por sua vez, em relação à Alemanha e sua política pangermanista ‘além-Atlântico’, a Itália fascista parecia nutrir uma inequívoca

admiração, bem como uma desconfiança intrínseca.<sup>49</sup> Tal política pangermanista, que vinha sendo desenvolvida pela Alemanha desde fins do século XIX, sofrera ampla desestruturação com a Primeira Guerra Mundial. Porém, em meados dos anos de 1920, o governo alemão, mesmo em sua grave crise interna, já buscava reestruturar suas relações comerciais internacionais, incluída a América Latina. Daí a percepção italiana.

O país germânico é visto como um notável adversário comercial, pois atuaria nas mesmas faixas que a Itália tinha pretensão, e isso mesmo sendo, como a península italiana, uma nação de formação recente, frisa Tommaso Mancini (1925, p. 14). Para esse último, ao falar sobre os benefícios de uma política de propaganda mais eficaz no estrangeiro por parte da Itália, a Alemanha raiava como um ponto de referência:

A propaganda cultural precede sempre, na ordem do tempo, a qualquer tipo de iniciativa. A Alemanha, que foi certamente a mais hábil conquistadora dos mercados sul-americanos, utilizou, como porta-estandarte de sua expansão econômica, legiões de professores e avalanches de livros. É nesse exemplo que nós devíamos nos espelhar em particular, considerando que, sob vários aspectos, nossa situação naturalmente pode se aproximar daquela do Império alemão, tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista capitalista.

Mancini (1925, p. 15-16) sintetiza o que considera as causas da sagacidade alemã, do seu sucesso em conquistar os mercados, nem todas ações necessariamente legais, mas longe da ineficiência italiana no ramo. Tratava-se da ampla conjugação de interesses entre o governo e as companhias de navegação hanseáticas; das virtudes do sistema alemão de crédito a longo prazo; da habilidade em ‘falsificar’ marcas; do uso de dumping; da adaptação das mercadorias aos gostos da clientela e aos costumes locais; da formulação de propagandas de acordo com as regiões de inserção; das competências nas embalagens, transporte e entrega de produtos.

Nesses mesmos quesitos, advertências mais extensivas dirigiam-se à falta de aptidão italiana em sua tentativa de inserção comercial sul-americana. Repreende-se a não renovação ou formulação de

tratados bilaterais comerciais; a inadequação dos tratados já existentes; os preços elevados não concorrenciais praticados; a grave falta de pessoal capacitado e a imperícia dos intermediários; a ausência de iniciativas congruentes; o desconhecimento dos mercados; a indiferença dos serviços marítimos; e, sobretudo, a impropriedade dos serviços consulares. Alfredo Cusano (1920, p. 30-31, grifos do autor), por exemplo, manifestara-se sobre a fraqueza dos meios de transporte comerciais italianos, referindo-se aos ingleses e aos alemães:

*The trade follow the flag*, os ingleses são uma fonte de ensinamento. Precisamente eles que dominaram o comércio internacional graças às suas numerosas linhas de navegação. E, se essa verdade econômica incontestemente enriqueceu o comércio britânico, seguida de perto pelo comércio alemão, por que a Itália, que tem justamente nos países sul-americanos tantos interesses e tantos filhos, desdenhou o transporte marítimo?

Com efeito, a Alemanha, da mesma forma que a Itália, visualizara, há tempos, a potencialidade da sul-América, onde, justamente essa propalada ampla ineficiência ‘latina’, poderia ser um bom indício para uma maior interposição.<sup>50</sup> O relato do pangermanista Wilhelm Vallentim, de 1908, mostra-se elucidativo na supervalorização da presença alemã e nos seus julgamentos da inferioridade ‘latina’:

Reconheçamos que, no continente sul-americano, eles [alemães] exercerão uma influência significativa na construção do futuro da região. A raça latina, até aqui, demonstrou um gênio criador e cultural muito limitado. É evidente que tudo o que se realizou de importante aconteceu em zonas povoadas por alemães, em locais onde eles puderam exercer com certa liberdade sua influência benéfica.<sup>51</sup>

Numerosos institutos germânicos haviam surgido no continente latino-americano, entre 1880 e 1914, voltados em especial para promoção da expansão econômica alemã, mas também para dar visibilidade à sua cultura, cuja *Associação para o Germanismo no*

*Estrangeiro (Alldeutscher Verbant)* era uma das protagonistas. (BIDWELL, 1939). Profundamente abalada pela Grande Guerra de 1914 e após pelas suas reparações, momentos em que seus negócios na América Latina sofreram um forte recuo, a Alemanha não renunciara à sua presença no continente. A reparações do capital alemão far-se-á com determinação sobretudo a partir de 1926, mas sem ser comparável às posições perdidas em 1914. Assim, às vésperas da crise de 1929, a Alemanha tinha algo em torno de duzentos milhões de dólares investidos na América Latina, quando o Império alemão de Guilherme II possuía cerca de 850 milhões.

### **Itália e América Latina: operacionalidade do contato**

Na expectativa de ampliar as dinâmicas de aproximação, de intervenção, de propaganda e difusão da imagem positiva e produtiva da ‘nova Itália’ concretizam-se alguns projetos. Além da tentativa considerada urgente e prioritária de reformular a precária rede de embaixadas e consulados presentes no subcontinente, com o envio de diplomatas ‘engajados’ na política do novo regime<sup>52</sup>, um evento de envergadura foi a construção de um cabo telegráfico submarino através do Atlântico pela empresa *Italcable*. Objetivava-se aqui garantir espaço na chamada ‘guerra de informação’. No domínio da transmissão e da circulação geral de notícias, os italianos consideravam-se seriamente prejudicados por causa da sua “dependência absoluta em relação às companhias estrangeiras”.<sup>53</sup> Essas últimas monopolizariam as comunicações europeias com as Américas, promovendo uma verdadeira “guerra de palavras” ao obter ganhos político-morais e vantagens concorrenciais, pois dispunham da primazia em dados econômicos, a exemplo das cotações de grãos, de algodão e de metais latino-americanos.<sup>54</sup> Essa sujeição a memorandos capitais obtidas de segunda mão e talvez nem sempre verídicas, desconfiavam os italianos, não era condizente com o ‘novo papel’ da Itália.

Cabogramas atrasados, nem sempre legíveis, teriam feito a Itália perder importantes negócios nas Américas, face a competidores melhor esclarecidos. Tal ressentimento recaía, em especial, sobre a Inglaterra, que ocupava uma posição proeminente dado que possuía mais da

metade do total de cabos do mundo, mas também se projetava sobre a França e os Estados Unidos, detentoras igualmente de cabos. Através da Inglaterra chegava a parte substancial das notícias europeias à América, mas também os informes vindos da África, Ásia e Austrália. No que se dizia respeito às informações sobre a Itália, acusava a imprensa italiana, as notícias transmitidas eram as piores possíveis, deformadas para macular o país. Enfatizavam roubos, violências, extorsões etc.<sup>55</sup>

A Itália dispunha de apenas 1,07 % da rede mundial de cabos, sem contar com nenhuma ligação direta com suas colônias de emigração, algo considerado de grande gravidade para a promoção de seu nome em termos internacionais. Em março de 1925, a nação italiana inaugura seu cabo telegráfico submarino ao longo do Atlântico ligando seu território aos Estados Unidos. O feito é definido por Mussolini como “[...] um braço gigantesco estendido da Pátria a seus filhos.”<sup>56</sup> Em outubro de 1925, tem-se a ligação por cabo ‘Anzio-Buenos Aires’, passando por Málaga, Las Palmas, San Vincenzo, Fernando de Noronha, Rio de Janeiro, Montevidéu. Unia assim Itália, Espanha, Portugal, Brasil, Uruguai e Argentina<sup>57</sup>. Comemora-se “[...] a conexão tão extensa de vários milhões de italianos, residentes na América do Sul, à *Madre Patria*. A voz direta italiana é daqui para frente uma realidade.”<sup>58</sup> Sobre os benefícios que a nova via de comunicação poderia trazer à relação entre o Brasil e a Itália, bem como a contribuição brasileira à realização da mesma, o italiano, estudioso do corporativismo, Luigi Incisa (1926, p. 227) escreve nas páginas de seu relato de viagem, *Nel Paese della Fazenda*:

[...] para chegar a uma inteligente, ativa e produtiva colaboração deve ser superada não somente a imensidão do Oceano, mas também o fosso de preconceitos que separam os dois países. Por esta razão, o estabelecimento dos cabos submarinos italianos é motivo de grande comemoração. Os cabos, graças a um significativo aporte financeiro brasileiro, repousam há alguns dias no Atlântico, ligando os dois países com a força do aço. Essa proeza representa o começo de uma nova era de potente cooperação ítalo-brasileira, na via do progresso e da civilização.

Em outro domínio, voltado às proezas industriais na área da aviação do regime, promove-se, em 1927, o voo inédito do coronel Francesco De Pinedo, no aparelho denominado Santa Maria. O percurso empreendeu três etapas centrais: Itália-Buenos Aires; Buenos Aires-Nova York; Nova York-Itália. No caminho, vários outros países foram visitados, entre eles, o Brasil e o Uruguai. Em entrevista acordada ao jornal argentino *Patria degli Italiani*, Pinedo expõe o objetivo de sua viagem: “Nós queremos demonstrar ao mundo inteiro que a indústria italiana em geral, e aquela da aviação em particular, chegou a um tal grau de perfeição que ela não teme mais a concorrência. Todos as peças que compõe o Santa Maria foram fabricadas na Itália.”<sup>59</sup> Também a propósito de Buenos Aires, Pinedo (1928, p. 86) relata suas impressões sobre os efeitos da viagem: “Nós fomos recebidos pelos notáveis da colônia, pelos dirigentes do *fascio* e da Sociedade Italiana. Houve um desfile das associações italianas. O espetáculo da multidão foi emocionante [...] eles exaltaram-se ao constatar que o governo italiano não os tinha esquecido.”

Por sua vez, na Itália, cidades-símbolos são escolhidas como centros de irradiação da ‘cultura e do espírito latinos’; a exemplo de Gênova, em especial, lugar de partida última dos emigrados para as Américas. Prega-se que a inserção econômica e populacional da Itália na América do Sul teria passado por Gênova, sob a impulsão de seu centro industrial- financeiro e do desenvolvimento de seu porto. O discurso de Benito Mussolini pronunciado no ‘Instituto Universitário de São Marino’, em 24 de maio de 1926, é indicativo, “[...] esperamos que Gênova desempenhe um papel particular nas relações culturais entre a Itália e os estados latino-americanos, lançando assim as bases de uma ação que pouco a pouco se concretizará.”<sup>60</sup> Proclama-se a redescoberta do verdadeiro destino dessa cidade, prognosticada a se tornar mais uma vez tão poderosa quanto fora no passado, a dar continuidade “à nobre e gloriosa tradição das antigas repúblicas italianas do Medievo”.<sup>61</sup> O deputado Eugênio Broccardi afirma no editorial da revista *Colombo*,

[...] a proclamação da Grande Genova, significa sem dúvida que uma sólida vontade anima hoje todos os italianos. A esta cidade, que foi outrora grande sobre os mares, é devolvida

seu esplendor primeiro, e isto por vontade de Mussolini. Nós estamos apenas no começo. Guiados pela sábia mão do Duce [...] Gênova reencontrará certamente o caminho da vitória.<sup>62</sup>

As instituições superiores de Gênova são identificadas como órgãos essenciais para as abordagens culturais voltadas ao subcontinente latino. A Universidade de Gênova orienta-se, através da Faculdade de Letras, para os estudos de filologia moderna a fim de que seus estudantes pudessem seguir os movimentos literários e científicos das repúblicas latino-americanas. Professores universitários de Santiago, São Paulo, Buenos Aires, La Plata, Lima são convidados à Itália com vistas a ministrar cursos, bem como acadêmicos italianos são enviados ao subcontinente. Uma missão genovesa desembarca na Argentina, em fins de 1924, para melhor conhecer “[...] o jovem e ardente povo argentino e para sedimentar a primeira pedra do edifício que nós vamos construir juntos com os intercâmbios ulteriores de eruditos de todos os campos do saber.”<sup>63</sup>

Gênova conta com um ‘Instituto Italiano de Cultura Argentina’, fundado para ser uma “resposta digna” ao ‘Instituto Argentino de Cultura Italiana’ e a “sua vasta biblioteca especializada.” Esse último instituto, fundado no ano de 1923 em Buenos Aires, pretendia

“[...] cultivar as interações culturais entre a Argentina e a Itália nos campos científicos, literários e artísticos, promovendo a vinda à Argentina de universitários e de renomadas personalidades das artes e das letras, e obtendo que professores das Universidades e intelectuais argentinos fossem à Itália.”<sup>64</sup>

De fato, os profissionais argentinos são os mais presentes em Gênova, como Arturo Rossi, chefe de uma missão chegada à cidade em 1927. Nessa ocasião, Rossi concede,

[...] o progresso da Argentina é devido, em grande parte, ao povo italiano, o qual foi pioneiro em *civiltà*. Os italianos converteram em cidades e vilarejos as terras que antes eram os pampas desérticos. Identificam-se verdadeiros e apropriados vínculos

de sangue que se evidenciam quando pensamos que mais da metade da população argentina é originária do solo italiano.<sup>65</sup>

Em Roma, por sua vez, pretendia-se instaurar a ‘Casa de Colombo’: “É sobre os auspícios de Roma e Gênova que o *Istituto Cristoforo Colombo* quer criar um centro onde os povos de língua espanhola e portuguesa possam encontrar um pequeno espaço de sua pátria”<sup>66</sup>, anuncia a revista *Colombo*. A casa comportaria, graças às doações dos países associados ao Instituto, uma biblioteca e uma sala de leitura, com revistas, jornais, publicações oficiais e informações as mais variadas sobre o mundo ‘latino’. Previam-se salas de conferências, de reuniões e de concertos; exposições permanentes de produtos dos países latino-americanos e de feiras de produtos italianos.<sup>67</sup>

## Considerações finais

Enfim, a despeito dos inegáveis esforços e ações práticas do regime fascista em relação à América Latina, os resultados computados em fins dos anos vinte mostravam-se, segundo os dirigentes italianos, decepcionantes. Múltiplas seriam as explicações. O que para a Itália aparecia como um empreendimento de monta diluía-se nesse vasto subcontinente, onde a superação da concorrência político-econômica e cultural de nações como Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha revelava-se muito mais intransponível do que o imaginado pela Itália. As suas próprias comunidades emigradas não haviam dado resposta satisfatória aos apelos tardios da *Madre Patria*, em função, dentre outros fatores, do grau adiantado de assimilação em que os mesmos se encontravam em muitos lugares, em especial, nas grandes cidades, como Buenos Aires e São Paulo. Na virada dos anos vinte, com a diminuição da emigração italiana para a América do Sul, a Itália viu seu interesse por essa parte do mundo diminuir consideravelmente. Nessa época, ela passa a privilegiar mais e mais sua influência crescente na Europa central e balcânica, onde julga possuir melhores condições de manobra, bem como seu avanço em território africano, esperando que se efetue a conquista da Etiópia e a expansão de

sua vocação colonizadora. Os anos em que a América Latina aparecia como um horizonte importante e possível de sua política internacional haviam passado, em meio à ilusão sobre as próprias capacidades materiais e operacionais da Itália em realizar um projeto de inserção de tal monta. Os anos marcaram esse afastamento progressivo, com momentâneas retomadas, como na ocasião da busca de apoio em países latino-americanos face à crise desencadeada na Sociedade das Nações, quando da invasão italiana da Etiópia em 1935-1936. Logo, porém, a Itália fascista já imersa nos problemas europeus, rumou para o abismo e para seu fim com a Segunda Guerra Mundial.

#### ITALIAN FASCISM IN LATIN AMERICA: BETWEEN ROMANITÀ AND LATINITÀ

**Abstract:** The present article studies the international political course of Italy during the fascism, specifically the manifested interest that nation showed in Latin America in the 1920s, judged feasible at the moment of a broader approach in economical and political-cultural terms. The strategies for insertion passed through the political uses of the conception of latinidad, conceived as a communion factor between those people. With such legitimation bias, a series of initiatives were experimented by the Mussolini regime in the latin-american continent.

**Keywords.** Fascism. Latin America. Latinity. International Policy.

#### Notas

<sup>1</sup> Já em 1899, o ex-vice-cônsul italiano na Argentina, Gino Machiolo (Il nostro avvenire in America. In: Nuova Antologia, fasc.67, dez.1899. p. 528) mostrava certa lucidez das factíveis possibilidades da Itália no ‘novo continente’: “[...] nossa missão é de manter e, quando o caso se apresenta, de promover a entrada de nossas colônias na órbita dos interesses da *Madre Patria*. Mas, sem nenhuma ideia, mesmo que subentendida, de ambição política. Se nós quiséssemos praticar um imperialismo colonial na América, nós mostraríamos que nós não conhecemos nem a Itália, nem a América, e, sobretudo, ignoramos completamente nossa colônia.”

<sup>2</sup> A imagem da Itália necessariamente deveria mudar na América Latina, de acordo com *Corriere Italiano* (nº34, 24 de agosto de 1924, p. 4) “[...] dado que no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, no Chile, na Bolívia, no Peru, no Equador, no Panamá, na Colômbia, na Venezuela vivem milhares de italianos. Se, depois de

quase um século, esses valorosos combatentes triunfaram graças ao seu extenuante trabalho e sua boa educação, eles, no entanto, jamais conseguiram destruir a fábula da Itália miserável e entregue aos marginais. A Itália permanece inexoravelmente a nação pobre que seus próprios cidadãos a abandonam para sempre.”

<sup>3</sup> Sobre a temática, ver entre outros: BRANDALISE, Carla (2005); SCARZANELLA, Eugenia (2005); ALIANO, David (2012); BERTONHA, Fábio (2001); FINCHELSTEIN, Federico (2010).

<sup>4</sup> A rivalidade entre Itália e França, anterior à Segunda Guerra Mundial, aparece, por exemplo, no texto de Ettore Rota (1939).

<sup>5</sup> Entre as revistas, as mais destacadas foram: *Rivista d'Italia e d'America* (1923-28); *Le Vie d'Italia e dell'America Latina* (1924-32); *Colombo* (1926-31).

<sup>6</sup> Roma e la tradizione latina. In: *Colombo*, vol. I, junho, 1926, p. 6.

<sup>7</sup> Solidarietà italo-argentina. In: *Colombo*. v.I, junho 1926. p. 72.

<sup>8</sup> La nuova e la vecchia America. In: *Rivista d'Italia e d'America*, ano III, dez. 1925. p. 65.

<sup>9</sup> Para a progressiva construção do estado fascista intervencionista e corporativo, Ver: PALLA, 2001; MESSINA, 2013.

<sup>10</sup> Segundo Sánchez (1995, p. 137): “Esse aspecto das relações entre os dois países [Espanha e Itália] é bastante desconhecido; entretanto, ele é muito importante; essas relações se desenvolveram em torno dos interesses que o governo fascista mantinha essencialmente em matéria de política e economia na América hispânica.”

<sup>11</sup> Prefazione. In: *Annuario d'Italia et dell'America Latina*. Roma: Istituto Cristoforo Colombo, 1930. p. 03

<sup>12</sup> Collaborazione Italo-spagnola nell'America Latina. In: *Le Vie de l'Italia et dell'America Latina*, nº 10, out. 1926. p. 1215

<sup>13</sup> O italiano Luigi Bacci, professor de espanhol, era um defensor, desde a época liberal, das vantagens da aproximação entre países latinos, convencido que estava sobre o fato de que as nações latinas deveriam recuperar, nas relações internacionais, o grande papel do Império romano, em contraposição à ascensão do mundo anglo-saxão. Durante sua participação no Instituto, procurou mantê-lo com um forte caráter cultural, com base em trocas intelectuais e de conhecimento mútuo entre os países envolvidos, ao planejar toda gama de interações nesse sentido. (MÉNDEZ, 2013b). Ver as reflexões posteriores de Luigi BACCI (1932).

<sup>14</sup> BACCI, Luigi. L'attività dell'Istituto Cristoforo Colombo. In: *Colombo*, fasc.V, set. 1927. p. 223. A ambição de criar o *Istituto* se manifestara na Itália antes mesmo do golpe de estado do general Rivera, mas o último governo constitucional espanhol não respondera à proposição com grande entusiasmo. E isso basicamente por duas razões: em primeiro lugar, os espanhóis haviam constatado que, em enquete prévia efetuada nos países latino-americanos, esses últimos não demonstraram grande interesse pela iniciativa italiana; em segundo lugar, o governo espanhol

manifestara estranheza e insatisfação ao fato do projeto excluir a França, a qual nessas condições seria o único país ‘latino’ sem representação. Como exemplo das dificuldades preliminares, sublinhavam os espanhóis, a Argentina havia declarado preferir manter seus vínculos privilegiados somente com a Itália, sem partilhá-los com outras nações concorrentes do continente americano. Da mesma forma, o governo argentino se posicionara contra o ostracismo da França. A posição da Espanha mudará com o advento de Rivera na estrutura governamental. Ao proclamar encerrado o governo parlamentar espanhol, no mês de setembro de 1923, Rivera instaura, com o apoio do rei Afonso XIII e dos militares, um regime de exceção, propício às relações governamentais com Mussolini. (LERMA, 1989, p. 269-278, grifos nossos)

<sup>15</sup> *Colombo*, fasc.I, junho, 1926. p. 1.

<sup>16</sup> *Attraverso i paesi iberici del vecchio e nuovo mondo: suplemento economico mensile di Colombo*. Roma: Istituto Cristoforo Colombo, 1928.

<sup>17</sup> *Colombo*, fasc. I, junho 1926. p. 1.

<sup>18</sup> *Colombo*, fasc.II, agosto 1926. p. 159.

<sup>19</sup>A coleção de obras referentes a essa temática publicada pelo Istituto na década de 1920 compreendia, entre outras: BLAIS, Valeria. Nicaragua; BORGHI, Giulio. Colombia; GALLEGARI, G.V. Messico; CUMIN, Gustavo. Il Perú; LANTINI, Pietro. Guatemala; MORI, Mario. San Domingo; MORINI, Armando. Venezuela; NINNI, Alessandro. Chile; QUARTA, Oronzo. Costa Rica; RICCARDI, Ricardo. Equador. Ver: *Colombo*. fasc. V, set. 1927. p. 256-257.

<sup>20</sup> Nos sumários da revista *Colombo* encontra-se, por exemplo: FARINELLI, Arturo. Ritorno a Figaro, p. 14-18; e ORLANDO, Vitorio Emanuele. Sulla Costituzione argentina, p. 8; GIURIATI, Giovanni. Tradizioni d’italianità nell’America latina, p.4-5. In: *Colombo*, fasc.I, junho 1926.

<sup>21</sup> GIANNINI, Amadeo. Proemio. In: *Colombo*, fasc.I, junho 1926. p. 1-2, grifos nossos.

<sup>22</sup> MUSSOLINI, Benedito. Messaggio. In: *Colombo*. fasc. I, junho 1926. p. 3. Em homenagem, um pré-fascículo de *Colombo* fora lançado em 21 de abril de 1926, o ‘Natal de Roma’, data sagrada de “todos os povos latinos”

<sup>23</sup> “Em junho de 1921, o infante D. Ferdinando, líder de uma missão que o rei da Espanha lhe havia confiado, cujo objetivo definido era uma reaproximação entre a Espanha e seus filhos do além-mar, voltava de uma viagem, considerada frutuosa, na América do Sul.” Il resoconto del viaggio in America dell’Infante D.Fernando: i suoi messaggi a nome del Re di Spagna. In: *Almanaque Ilustrado Hispano-americano*, 1922. p. 3.

<sup>24</sup> AMADASI, A. La crociera di S.A.R. il principe ereditario nell’America Latina. In: *Le Vie d’Italia e dell’America Latina*, nº 3, março 1925. p. 263.

<sup>25</sup> Id. Ib., p. 264, grifos nossos.

<sup>26</sup> Id. *Ib.*, p. 269. Em 1924, o Brasil vive a ‘Revolta paulista de 1924’, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, constituiu uma segunda fase do movimento tenentista de 1922. A intenção era destituir o Presidente da República, Artur Bernardes. Na reação, a capital paulista sofreu um bombardeamento aéreo. Cohen (2006).

<sup>27</sup> Plus Ultra: S.A.R. Umberto di Savoia – principe di Piemonte nell’America Latina. Buenos Aires, set. 1924. p. 01. O jornal argentino, *La Prensa*, aproveita a ocasião para publicar um caderno, em 06 de agosto de 1924, a propósito da “obra dos italianos na Argentina”, com os seguintes artigos: La inmigración italiana en la República Argentina; La influencia italiana en la cultura argentina; La actuación de ingenieros y arquitectos italianos en la Argentina; La influencia artística de Italia en la república Argentina; Los músicos italianos en la República Argentina: síntesis de su labor; La contribución italiana al desenvolvimiento intelectual de la Republica; El teatro italiano in Buenos Ayres a través de medio siglo.

<sup>28</sup> Citado por *Le Vie d’Italia e dell’America Latina*, nº 9, set.1925, p.1109.

<sup>29</sup> Como produção mais recente sobre a *Nave Italia*, ver também: VERNASSA, Maurizio (1999); TRENTO, (2008).

<sup>30</sup> “Crociera Italiana nell’America Latina. Ordine del giorno approvato nel Convegno tenutosi a Roma il 30 gennaio 1923 sotto la presidenza di S. Rossi Ministro per l’Industria e Commercio”, p. 05. ASMAE: “Fondo Giuriati” (Archivio della Camera dei Deputati- Roma).

<sup>31</sup> La grande fiera campionaria navigante nell’America Latina. In: *Le Vie d’Italia e dell’America Latina*, n. 3, março 1924, p.383.

<sup>32</sup> Giovanni Giurati, responsável maior pela missão, era um homem de Estado, de orientação nacionalista, que se interessava fortemente pelos assuntos relacionados à emigração. Fundara em 1920, junto com Oscar Sinigaglia, a ‘Liga italiana pela tutela dos interesses nacionais no exterior’, entidade que substituiu a organização ‘Trento e Trieste’, da qual ele havia sido presidente. À ‘Liga’ haviam aderido políticos, intelectuais, empresários, todos se propondo a fomentar propagandas culturais e econômicas nos países estrangeiros comportando uma imigração italiana. Entre as sedes da Liga fundadas no exterior, a de Buenos Aires fora fundada em janeiro de 1923. A Liga foi dissolvida neste mesmo ano de 1923 por Mussolini, que pretendia a fusão com a nova organização dos Fasci italiani all’estero. Fabiano (1985).

<sup>33</sup> GIURIATI, Giovanni. Tradizioni di italianità nell’America latina. In: *Colombo*, fasc. I, junho 1926. p. 4.

<sup>34</sup> O artista participou da decoração interna da Nave Italia, esteve presente na seleção de obras artísticas embarcadas, ao mesmo tempo que produziu inúmeros aquarelas a bordo. Sobre a atuação de Sartorio no circuito marítimo, ver: Aristide Sartorio 1924. In: MANTURA; PAINO; OSIO (1999).

<sup>35</sup> La grande fiera campionaria navigante nell’America Latina. In: *Le Vie d’Italia e dell’America Latina*, nº 3, março 1924, p. 384.

<sup>36</sup> Ver: Camera Italiana di Comercio ed Arti di San Paolo del Brasile. Relazione presentata alla Crociera della R.Nave 'Italia'. São Paulo: Rossetti & Rocco, 1924.

<sup>37</sup> Por ocasião da chegada da *Nave Italia* no Chile, a Câmara de Comércio Italiana de Valparaíso publica *Il Cile e gli Italiani del Cile* a fim de “cooperar, em especial entre os italianos, para um mais exato conhecimento de nosso país hospedeiro, o Chile, pois os italianos aqui residentes souberam ao longo de anos de esforços e trabalho, adquirir forças moral e econômica.” BRACCHIGLIONE, Ettore; CARMINATI, Aldo (Ed.). *Il Cile e gli Italiani del Cile: omaggio alla crociera italiana nell'América Latina*. Valparaíso: Camera Italiana di Commercio, junho 1924, p. 01.

<sup>38</sup> Id. Ib., p. 02.

<sup>39</sup> *Le Vie d'Italia e dell'America Latina*, n. 7, julho, 1925. p. 882; *Colombo*, fasc.V, set. 1927. p. 256. Ver também, entre outros: CARRARA (1925); MISEROCCHI (1925); ROCCA (1926).

<sup>40</sup> Os Estados Unidos eram acusados, pela revista *Colombo*, de querer instrumentalizar o pan-americanismo, “[...] esse país quer tirar proveito do conhecido movimento pan-americano, o qual, na verdade, tem um só objetivo imediato: a proteção dos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos. O princípio 'América aos americanos' se tinge de uma cor yankee que mal disfarça as reais intenções, caminhando junto com o sistema bancário e comercial, onde a estratégia é uma só e não deve ser esquecida: o continente americano — a totalidade!!! — deve ser subtraída da influência europeia (leia-se latina). Per la difesa della nostra cultura e economia nell'America Latina. In: *Colombo*, fasc.XVIII, maio-junho, 1929. p. 231.

<sup>41</sup> Id. Ib., p. 231.

<sup>42</sup> Id. Ib., p. 231.

<sup>43</sup> Para uma ideia da produção de revistas votadas à América Latina, por exemplo, ver: CHEYMOL (1988).

<sup>44</sup> L'Associazione Parigi e America Latina. In: *Colombo*, fasc. II, agosto, 1926. p. 167, grifos nossos.

<sup>45</sup> Ver: Bulletin provisoire du Bureau d'études et de propagande: n 1-[2]. Association “Paris-Amérique latine”, 1925

<sup>46</sup> *La Revue de L'Amérique latine*. n. 11. nov. 1926. p. 67. Esse periódico francês circulou, de maneira não regular nos anos finais, entre janeiro de 1922 a dezembro de 1932, com direção inicial Ernest Martinenche, originou-se do Bulletin de l'Amérique latine, que fora uma criação do Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique latine. Segundo Charles LESCA (s.d., p. 428), um dos redatores-chefes da revista, na Action du groupement pendant les années 1921 et 1922, Martinenche expusera a concepção da revista: “mais livre e mais ampla que uma revista universitária, dando uma ideia precisa de todas as manifestações espirituais da América Latina, apresentado

ao mesmo tempo a nossos amigos do Novo Mundo um quadro sincero e variado do movimento intelectual e artístico da França.”

<sup>47</sup> *Colombo*, dez., 1926, p. 22. Entre os mais graves pontos de fricção entre França e Itália, estava o fato de a nação francesa se tornar o maior centro de exílio dos antifascistas italianos, os fuoruciti, que já começara nos anos de 1920-1921, antes mesmo da chegada de Mussolini ao poder e se intensificava de acordo com as ondas de repressão política italiana. (GROPPO, 1996, p. 30-33).

<sup>48</sup> *Colombo*, fasc.I, junho, 1926, p. 91. Manuel Ugarte (1910, p.201) já havia declarado que a “América meridional tinha se entregado à França com a ingenuidade de uma virgem.” (grifos nossos).

<sup>49</sup> Grazia Dore (1964, p. 156-157) mostra a recorrência dessa impressão por parte da Itália: “Nós encontrávamos [...] preciosos ensinamentos no exemplo alemão que, sem ter colônias, nem possessões próprias, praticava uma ativa troca de matérias primas e produtos fabricados com os países transoceânicos [...] casas alemãs se multiplicavam nesses centros colônias. Regiões inteiras se dedicavam à uma indústria que não teria existido de uma outra forma.”

<sup>50</sup> Ver: *Germania e le Americhe del Sud*. In: *Rivista Coloniale*, anno X, n. 9, Roma, 30 sept. 1915. p. 10.

<sup>51</sup> Apud BLANCPAIN (1994, p. 267). Ou ainda, o relato mais agressivo do pan-germanista W.Wiltzer, escrito em 1900, “Será preciso um Anschluss dos alemães da América Latina apoiados pela frota alemã: começaremos com a proteção dos alemães da Venezuela contra as inequidades e as perpétuas convulsões políticas. Quem acredita na missão mundial dos alemães, quem compara a raça alemã no estrangeiro com as outras raças que com ela convivem se persuade amplamente das nossas ambições bem fundamentadas e se sente inspirado a trabalhar em prol de uma expansão sistemática.” Apud id.ib., p. 268.

<sup>52</sup> Segundo Pierre Milza e Serge Berstein (1980, p. 202): Para sua política estrangeira e sua propaganda fora da Itália, o regime tinha necessidade de homens diferentes daqueles que podiam oferecer os quadros tradicionais [...] Assim, o governo nomeou, a partir de 1926, um grande número de cônsules fascistas. Em janeiro de 1928 [...] quase todos os postos no estrangeiro estavam em mãos de funcionários devotados ao regime.”

<sup>53</sup> La cerimonia inaugurale del cavo sottomarino fra l’Italia e l’America della Italcable. Milano: Modiano, 1926, p. 4.

<sup>54</sup> Il Cavo tra l’America e l’Italia. In: *Rivista d’Italia e d’America*, n. 15, março 1925, p.71-72.

<sup>55</sup> Id.Ib.

<sup>56</sup> Un cavo italiano con l’America Latina. In: *Le Vie d’Italia e dell’America Latina*, n. 2, fev. 1925, p. 237.

<sup>57</sup> *Le Vie d’Italia e dell’America Latina*, n. 4, abril 1925. p. 391 e *Le Vie d’Italia e dell’America Latina*, n. 12, dez. 1925.

- <sup>58</sup> *Le Vie d'Italia e dell'America Latina*, n. 4, abril 1925, p. 391 (grifos nossos)
- <sup>59</sup> Apud Il trionfale volo di De Pinedo sulle acque e le terre dell'America Latina. In: *Le Vie d'Italie e dell'America Latina*, n° 5, maio 1927. p. 507 (grifos nossos).
- <sup>60</sup> Citado pela revista *Le Vie d'Italie e dell'America Latina*, n. 2, fev. 1927. p. 248.
- <sup>61</sup> BROCCARDI, Eugenio. Nelle terre di America. In: *Colombo*, fasc., junho 1926. p. 7
- <sup>62</sup> Id.Ibid. p. 7.
- <sup>63</sup> Genova e le relazioni culturali con l'America Latina. In: *Corriere Italiano*, n°45, nov. 1924. p. 2
- <sup>64</sup> Gli scambi culturali fra i centri universitari d'Italia e del Sud-america. In: *Le vie d'Italia e dell'America Latina*, 1° jan. 1925. p.53.
- <sup>65</sup> Professori argentini a Genova. In: *Le vie d'Italia e dell'America Latina*, n°4, abril 1927. p. 486 (grifos nossos).
- <sup>66</sup> L'avvicinamento Italo-argentino : l'opera dell'Istituto 'Cristoforo Colombo'. In: *Colombo*, fasc. II, março 1927. p. 38.
- <sup>67</sup> BACCI, Luigi. La Casa di Cristoforo Colombo. In: *Colombo*, fasc.V, set.1927. p. 260 - 261(grifos nossos).

## Referências

- ALIANO, David. *Mussolini's National Project in Argentina*. Madison: Fairleigh Dickinson University Press, 2012.
- BACCI, Luigi. *Estirpe latina*: libro de lectura. Roma: Società Editrici Dante Alighieri, 1932.
- BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Les fascisme italien: 1919-1945*. Paris: Seul, 1980.
- BERTONHA, Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: Edipurcs, 2001.
- BIANCO, Francesco. *L'Italia e il Brasile: la lotta dei giganti nell'America del Sud e la fortuna del mercato italiano*. Milano: Fratelli Treves, 1920.
- BIDWELL, P.W. Latin America, Germany and the Hull Program. In: *Foreign Affairs*, v.17, n. 2, jan. 1939. p. 374-390.
- BLANCPAIN, Jean-Pierre. *Migrations et mémoire germaniques en Amérique latine*. Presses Universitaires de Strasbourg, 1994.

BRACCHIGLIONE, Ettore; CARMINATI, Aldo (Ed.). *Il Cile e gli Italiani del Cile: omaggio alla crociera italiana nell'América Latina*. Valparaiso: Camera Italiana di Commercio, junho, 1924.

BRANDALISE, Carla. *Les rapports internationaux de l'Italie envers l'Amérique latine: 1922-1936*. Lille: ANRT, 2005.

CARATTI, Giuseppe. *I rapporti Italo-argentino dopo la guerre*. Acqui: Tipografia Pietro Righetti, 1917.

1926.

CARRARA, Enrico. *Ventotto porti dell'America latina tra Atlantico e pacifico com a Regia Nave Italia*. Torino; Giani, 1925.

CARRARA, Enrico. *Ventotto porti dell'America latina tra Atlantico e pacifico com a Regia Nave Italia*. Torino; Giani, 1925; MISEROCCHI, Manlio. *L'America Latina attraverso il mio oblò*. Pistoia: Grazzini, 1925; ROCCA, Enrico. *Avventura sudamericana*. Milão: Alpes, 1926.

CHEYMOL, Marc. *Les revues latino-américaines à Paris (1900-1940)*, RdR, n° 5, 1988. p. 16-28.

CHOUTEAU. E. *La France au Chili*. Santiago, 1903.

COHEN, Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo. A Revolução de 1924*. São Paulo: Unesp, 2006.

CORRADINI, Enrico. *L'emigrazione italiana nel Sud America*. In: *Nazionalismo italiano*. Milano: Treves, 1914.

CUSANO, Alfredo. *Il commercio con l'Italia e la navigazione diretta*. In: *Il paese dell'avvenire*. Rio Grande del Sud. Roma-Buenos Aires-São Paulo: L'Italo-Sudamerica, 1920.

DE PINEDO, Francesco. *Il moi volo attraverso l'Atlantico et le Americhe*. Buenos Aires: El Bibliófilo Viau y Zona, 1928.

DORE, Grazia. *La Democrazia Italiana e l'emigrazione in America*. Brescia: Morcelliana, 1964.

EINAUDI, Luigi. *Il principe mercante*. Studio sulla espansione coloniale italiana. Torino: Fratelli Bocca, 1890.

FABIANO, Domenico. *La Lega Italiana per la tutela degli interessi nazionali e le origini dei Fasci italiani all'estero*. In: *Storia contemporanea*, abril 1985.

FINCHELSTEIN, Federico. *Fascismo trasatlántico: ideología, violencia y sacralidad en Argentina y en Italia, 1919-1945*. Fondo de Cultura Económica, 2010.

FRANZONI, Ausonio. Appunti sul programma della Sezione B del IV Congresso Geografico Italiano. In: *L'Esplorazione commerciale*, a.XVI, fasc.III, 15 fev. 1901.

GENTILE, Emilio. L'emigrazione italiana in Argentina nella politica di espansione del nazionalismo e del fascismo. In: *Storia Contemporanea*, a. XVII, n. 3, junho 1986.

GIURIATI, Giovanni. *La Crociera Italiana nell'America Latina*. Relazione di S. E. Giovanni Giuriati dinanzi a S. M. il Re. Roma: Istituto Coloniale, 1925.

GROPPO, Bruno. *Exilés et réfugiés politiques dans la France du XXe siècle*. Matériaux pour l'histoire de notre temps, v. 44, n. 44, 1996. P. 27-35.

GROSSI, Vincenzo. *Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di San Paolo*. Milano-Roma-Napoli: Dante Alighieri, 1914 [1905].

INCISA, Luigi. *Nel paese della fazenda*. Milano: Felice Balzaretti, 1926.

LERMA, Gustavo Palomares. *Mussolini y Primo de Rivera*. Política Exterior de dos dictadores. Madrid: Eudema, 1989.

LESCA, Charles. Histoire d'une revue. In: *Hommage à Ernest Martinenche*. Études hispaniques et américaines. Éditions d'Artrey, s.d.

LLI, Pietro. *Al di là dei mari*, Firenze: Vallecchi, 1925.

MACOLA, Ferruccio. *L'Europa alla conquista dell'America Latina*. Venezia: Ferdinando Ongania ed., 1894.

. *Problemi e mezzi della nostra penetrazione economica nell'America Latina*. Santiago, 1924.

MANCINI, Tommaso. Propaganda culturale ed espansione economica nell'America Latina. In: *Problemi e mezzi della nostra penetrazione economica nell'America Latina*. Santiago do Chile, 1924.

MANTURA, Bruno; PAINO, Maria Paula; OSIO, Bernardino (Org.). Aristide Sartorio 1924. *Crociera della regia Nave "Italia" nell'America Latina*. Roma: Istituto Italo-Latino Americano, 1999.

MAROCCO, Gianni. *Sull'altra sponda del Prata: gli italiani in Uruguay*. Milano: Franco Angeli, 1986.

MÉNDEZ, Rubén Domínguez. *Francia en el horizonte*. La política de aproximación italiana a la España de Primo de Rivera a través del campo cultural. Memoria y Civilización, v.16, 2013a, p.237-265.

MÉNDEZ, Rubén Domínguez. *Luigi Bacci, un actor de las relaciones culturales entre Italia y España a principios del siglo xx*. Oggia-revista electrónica de estudios hispánicos; no 13 (año 2013-b). p. 65-77.

MESSINA, Antonio. *Lo Stato Etico Corporativo*. Booksprint Edizione, 2013.

MILZA, Pierre. *Les Fascismes*. Paris: Seuil, 1991.

MISEROCCHI, Manlio. *L'America Latina attraverso il mio oblò*. Pistoia: Grazzini, 1925.

MUGNAINI, Marco. L'Italia e l'America latina (1930-1936): alcuni aspetti della politica estera fascista. In: *Storia Contemporanea*, n. 2, 1986. p. 199-244.

PALLA, Marco (Org.). *Lo Stato fascista*. Milano: La Nuova Italia, 2001.

PALOMARES LERMA, Gustavo. *Mussolini y Primo de Rivera*. Política Exterior de los dictadores, Madrid: Eudema, 1989.

PETITJEAN, Armand. *La concurrence internationale et les sympathies françaises en Amérique latine*. Paris: Imprimerie nationale, 1918.

PLUS ULTRA: S.A.R. *Umberto di Savoia – principe di Piemonte nell'America Latina*. Buenos Aires, set. 1924.

RANGONI, Domenico. *Dopo un viaggio in Italia: contributo allo studio sulle relazioni tra l'Italia ed il Brasile*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903.

ROCCA, Enrico. *Avventura sudamericana*. Milão: Alpes, 1926.

ROTA, Ettore. *Italia e Francia davanti alla storia: il mito della sorella latina*. Milano: Istituto per Studi di Política Internazionale, 1939.

SÁNCHEZ, Victoriano Peña. *Intelectuales y Fascismo: la cultura italiana del Ventennio fascista y su repercusión em España*. Granada: Universidad de Granada, 1995.

SCARZANELLA, Eugenia (Org.). *Fascisti in Sud America*. Firenze: Le Lettere, 2005.

TANNENBERG O.R. *La plus Grande Allemagne: l'œuvre du 20ème siècle*. Lausanne: Payot, 1916.

TRENTO, Angelo. I viaggiatori italiani in America Latina in era fascista tra curiosità e ideologia. In: MORICOLA, Giuseppe (Org.). *Il viaggio degli italiani in America Latina tra Ottocento e Novecento*. Napoli: Guida, 2008.

UGARTE, Manuel. *El porvenir de la America latina: la raza, la integridad territorial y moral, la organización interior*. Valencia: F. Sempere, 1910.

UGOLOTTI, Filippo. *Italia e Italiani in Brasile: note e appunti*. São Paulo: Riedel e Lemmi, 1897.

VERNASSA, Maurizio. Una crociera di propaganda. In: *Politica Internazionale*. 1-2, 1999. p. 213-221.

VILLA, Oreste. *L'America latina problema fascista*. Roma: Nuova Europa, Stampa, 1933.

Recebido em: 12/ 12/ 2015

Aprovado em: 19/ 03/ 2016



# As *origens* e o significado do regime republicano: interpretações em disputa

Rodrigo da Rosa Bordignon\*

**Resumo:** presente artigo tem por objeto o problema das relações entre agentes sociais, posições políticas e os modos de significação dos acontecimentos que marcaram a transição entre regimes políticos no Brasil de fins do XIX. A partir de um conjunto de produções simbólicas situadas, a análise centra-se no exame dos sentidos atribuídos e das explicações acionadas para a queda do regime monárquico e ascensão do republicano. O objetivo geral é apreender as representações que embasam os modos legítimos de reivindicação de acesso aos cargos e às oportunidades abertas pelo novo regime em instalação.

**Palavras-chave:** Monarquia. República. Princípios de Legitimação.

## Introdução

A narrativa e interpretação dos acontecimentos que desembocaram na proclamação da República, constituíram o objeto central das lutas pelo sentido das mudanças em curso, nas quais os contemporâneos se engajaram firmemente seja em nome do novo regime em implantação, seja na defesa das características do Império. De modo geral, tratam-se de textos que expõem os pontos de vista das posições em disputa, sintetizadas na oposição geral entre “republicanos” e “monarquistas”. Em resumo, o que está em jogo nos relatos e nas produções simbólicas desse período é o esforço em “[...] defender ou

---

\* Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Doutor em Ciência Política pela mesma instituição com estágio de Doutorado Sanduíche na École Normale Supérieure de Paris – França. E-mail: rrbordignon@hotmail.com.

atacar o que veio depois, isto é, a República inaugurada em 1889” (STEIN, 1964, p. 101). Dito isso, cabe esclarecer que o objetivo do presente artigo não está em retomar a produção historiográfica sobre o período imperial e republicano (STEIN, 1964; COSTA, 1999; FERREIRA; GOMES, 1989), mas de tomar para análise o conjunto de depoimentos e de posicionamentos que se pretendem como subsídios para a “história” ou, ao contrário, como “análises dos fatos”. Como narrativas nas quais os produtores dos discursos estavam diretamente envolvidos, interessa o conjunto de representações que englobam a reconstrução do passado e que comportam a síntese das características do presente, elaborada em um contexto específico de lutas pelo sentido dos acontecimentos e/ou suas causas, nas quais os produtores simbólicos estão diretamente envolvidos. Nesse sentido, as apreciações e os testemunhos sobre o período histórico vivido e/ou sobre os acontecimentos passados variam de acordo com: 1. os efeitos biográficos da troca de regime político; 2. o alinhamento ideológico ou o “adesismo” às diferentes “causas” em confronto.

Os pilares que balizam as tomadas de posição e as representações acerca dos diferentes regimes, e suas respectivas lógicas de funcionamento, modos de acesso ao poder e discursos justificadores, configuram a “fisionomia do tempo”. Além disso, explicitam as posições a partir das quais se pode falar com autoridade sobre o mundo social e suas divisões. Nesses confrontos, as lutas pela definição da “política” estão travestidas pelos esforços de associação entre regime político e princípios de excelência e hierarquização social, assim como pelos próprios modos de legitimação do exercício do poder. Na concorrência pela imposição da verdade sobre o período em curso, definem-se tanto os significados históricos atribuídos aos grupos que tomaram parte no processo quanto as diferenças entre os regimes políticos em disputa. A visão dos contemporâneos sobre as hierarquias e os princípios de excelência social fundamentam os diferentes investimentos e reconversões, compondo a simbologia da excelência que associa, analogamente, determinados períodos históricos aos atributos formalmente exigidos para ascensão social ou acesso aos cargos mais rentáveis (simbólica e economicamente). O foco das oposições centra-se na interpretação dada aos fatos e suas consequências, cujos temas centrais em debate são os efeitos e/ou as

definições do “abolicionismo”, do “poder pessoal”, do “movimento republicano”, da “organização social”, da “classe militar” e outras classes sociais para a estrutura de poder e a queda do Império.

De um modo bastante direto, as visões apresentadas para o processo histórico em curso estão divididas entre “vencedores” e “perdedores”, ou seja, entre aqueles que galgaram postos e vantagens com a instauração do novo regime, e aqueles que foram atingidos pelas “derrubadas” decorrentes das mudanças políticas do país. Igualmente, elas representam a leitura prática da realidade em transformação e as condições de reconversão em direção às posições mais vantajosas, as quais se definem a partir das expectativas inscritas no horizonte dos possíveis. Mesmo para aqueles que conseguiram reconverter seus recursos para outros domínios de atividade, ou os que mantiveram suas posições previamente conquistadas através da adesão aos novos grupos no poder, a República representou um aumento relativo na competição pelos postos e a ascensão de novos princípios de hierarquização, cujos efeitos foram sentidos de modos distintos nas trajetórias. No entanto, os efeitos de trajetória para muitos dos membros desse último grupo são bastante relativos, particularmente pelos recursos prévios sustentados, o que lhes permitiu um variado leque de possibilidades de reconversão de investimentos.

## **A República é o que o Império não foi**

Dentre os autores e as posições político-ideológicas reivindicadas, duas obras marcam de modo mais direto os embates entre perspectivas, modos de definição dos regimes e suas causas. São casos exemplares, pois encerram, ao mesmo tempo, concepções distintas sobre o fenômeno histórico em questão, e decorrem de efeitos de trajetória que atingem seus autores, as quais são representativas dos confrontos entre origens sociais, carreiras, recursos acumulados e/ou herdados e o contexto de instauração da República. Além disso, há entre elas uma oposição explícita e declarada, ao estilo publicação-resposta. De um lado, encontra-se o livro de Afonso Censo de Assis Figueiredo Junior, *O Imperador no Exílio* (1950 [1893]); de outro, o de José Felício Buarque de Macedo, *Origens Republicanas* (1894). De modo

bastante específico, trata-se de um confronto pela verdade dos fatos, pelos significados e pelos modos de exercício do poder nos dois regimes. As próprias obras e seus autores são enquadradas nos respectivos momentos da história política do país, uma delas correspondendo à “tradição”, a outra, à “modernidade”. Nas palavras de seu crítico, o livro de Afonso Celso é produto do trabalho de um “filho de antigos servidores da família imperial”, sendo “desenvolvido num círculo de rotina e de conveniências”, resultado das “condições de hereditariedade” que lhe impeliram a escrever tais impressões. Em contraposição, José Felício Buarque (1894, p. 2-6) enquadra seu próprio escrito em uma perspectiva “cientificista”, cuja polêmica é deixada de lado em nome da adoção de uma postura objetiva e factual da história, dispondo-se a contrapor aos “desígnios da polêmica”, um sistema de conceitos amparados pelo “critério de análise e comparação dos fatos”. A oposição reivindicada por Felício Buarque entre a Monarquia e a República, cola-se ao sistema de homologias significantes que operam pela oposição entre “tradicional” e “moderno”, “favoritismo” e “impessoalidade”, “conservadorismo” e “progressismo”, “imobilidade” e “mobilidade”, “herança” e “competência”, cujo resultante é a configuração de um sistema de classificações e suas consequências para a modificação dos princípios de hierarquização social.

No contexto de ascensão do regime republicano, o conjunto de opúsculos e escritos que surgem com pretensões de “historiar” os fatos que levaram à queda da Monarquia, e de definir os princípios regentes do novo regime, fazem parte das estratégias de significação dos acontecimentos e de coroamento de seus “heróis”, além de representar o “adesismo” de antigos monarquistas, então travestidos de republicanos. A crítica dirigida pelo Visconde de Ouro Preto (1891, p. 161), último presidente do Conselho de Ministros do Império, aos “historiadores da República”, coloca de modo objetivo a centralidade das disputas pelo significado dos acontecimentos e das causas da queda do Império e suas instituições. Segundo o autor, a “pressa” em publicar determinados “folhetos” – refere-se ao livro de Cristiano Ottoni –, é decorrente dos interesses em demonstrar ao “governo provisório” a disponibilidade em relação ao regime em instauração. As “memórias íntimas”, com ligeiros “retoques”, publicadas por Cristiano Ottoni em 1890, indicam o caráter conjuntural das adesões e da proclamação

de princípios ideológicos, fenômeno característico das disputas e dos confrontos faccionais. É exemplar, neste caso, o próprio autor referir que sua adesão ao manifesto republicano de 1870 foi algo conjuntural, decorrente de uma situação de injunção em que a não assinatura poderia representar um “cotejo a Monarquia” e um afastamento da “sociedade” (OTTONI, 1890, p. 75). Igualmente, a justificativa de Ottoni para seu afastamento do Clube formado pela dissidência do Partido Liberal, acompanhada de sua negação em ser da “militância política” republicana, são ilustrativos da postura de não ruptura com o regime instituído, em grande parte justificada pelas condições históricas específicas: o Brasil não estava pronto para a República, era necessário realizar primeiro outras reformas e aguardar a evolução natural (OTTONI, 1890, p. 73-75). Ao mesmo tempo em que ocorrem transições simultâneas entre concepções de sociedade e de política, há um esforço contínuo em inscrever as ideias republicanas na “tradição”, principalmente através da reivindicação de fatos históricos – tais como a Inconfidência Mineira (1789) – como manifestações legítimas de ideais republicanos historicamente manifestos ou latentes na “sociedade”. O argumento central é que tais ideais foram sufocados pelas instituições monárquicas, pela permanência da escravidão e pelo estado cultural do país. Nesses esforços de significação do regime instaurado pós-1889, as estratégias “teleológico-políticas” (BOURDIEU, 2007, p. 79-80), características de períodos nos quais as fronteiras de definição ainda estão incertas, são constantemente acionadas em diversas tomadas de posição, em grande parte associadas a ideais tomados como correlatos ao republicanismo, notadamente o “abolicionismo” e as chamadas “aspirações democráticas” (OTTONI, 1890; BUARQUE, 1894; SUETÔNIO, 1896; AZEVEDO, 1894).

De modo bastante amplo, os eixos em torno dos quais se estruturam os debates sobre a queda do regime monárquico, encontram-se esquematizados na obra elaborada por Cristiano Ottoni em 1890, sendo os que seguem: 1. a abolição da escravidão doméstica; 2. a evolução natural da ideia democrática; 3. as queixas e o descontentamento da oficialidade do exército; 4. o descrédito que a política imperial lançou sobre a instituição monárquica (OTTONI, 1890, p. 3). O conjunto de temas elencados por Ottoni, de modo mais ou menos direto, compõem a produção simbólica dos anos iniciais da

República e balizam as disputas pelos sentidos atribuídos a eles, e conseqüentemente, seus efeitos para a transição entre regimes. De modo geral, os pontos de controvérsia são bastante dispersos, embora variem com base no esforço de definição do que significa cada regime, de seus princípios de hierarquização e dos modos através dos quais as mudanças são operadas. Um dos pontos centrais de inscrição das tomadas de posição é a oposição entre as filosofias sociais e da história que fundamentam as produções simbólicas, assim como suas relações com os modelos de organização política e social em disputa. O grande eixo que divide as tomadas de posição está no confronto entre a “pequena política” e a “política com P grande” (NABUCO, 1900, p. 33), entre a “política de alfinetes” e a “política de princípios” (SUETÔNIO, 1896, p. 91). Nesse esquema de enquadramento, o Império seria a política personalista e “sentimentalista”, enquanto a República seria a política dos ideais universais, dos princípios impessoais e técnicos de organização social e de administração do estado.

É consenso entre os contemporâneos que a causa “abolicionista” se apresentou como uma injunção histórica, princípio definidor de tomadas de posição, produtora de um universo crescente de militantes e adeptos. Seus efeitos estão expressos em distintos relatos memorialísticos, particularmente por sua centralidade nos processos de socialização estudantil (NABUCO, 1900; AFONSO CELSO, 1998 [1898]; CAMPOS SALLES, 1908). Inscrita em um período histórico específico, insere-se no conjunto sucessivo de reivindicações “liberais” que se avolumam pós-cisão do Partido Liberal, em 1868. A radicalização desta ruptura se dá com a adesão à causa republicana e o lançamento do Manifesto Republicano, em 1870. No quadro histórico de sua emergência, o “abolicionismo” e o “republicanismo” constituem-se como causas tidas e proclamadas como “modernas”, como reformas “civilizatórias”<sup>2</sup>, conquistando adesões significativas de parcelas de profissionais liberais e estudantes de ensino secundário e superior, grupos predominantes na condução do movimento propagandista pós-1870<sup>3</sup>. No entanto, prevaleceu a ideia abolicionista como carro-chefe das reformas exigidas, enquanto o republicanismo surgiu quase como extensão de reivindicações ligadas à primeira, ganhando maior força a partir de meados da década de 1880. Outro fator decisivamente associado à ascensão da ideia republicana está associado

aos constantes conflitos entre as “elites locais” e o “poder central”, particularmente no que tange à frequente intervenção do segundo nos “negócios” do primeiro. Nesse quadro, as reformas reivindicadas compreendem a independência do “poder local” frente à intervenção da Coroa (TAVARES BASTOS, 1870), cujo princípio básico era a exigência da eletividade dos cargos de presidente de província<sup>4</sup>, e as consequentes possibilidades de controle da distribuição local do poder.

Constituindo-se como um universo de sociabilidade, o engajamento na causa abolicionista representou, nas palavras de Afonso Celso (1998 [1898], p. 56), uma oportunidade para que os “mais medíocres” tirassem proveito da situação, ingressando em círculos sociais anteriormente fechados. Entretanto, mesmo que a dinâmica situacional vinculada ao engajamento em uma causa emergente tornasse possível que os “[...] holofotes recaíssem sobre indivíduos obscuros [...]” (AFONSO CELSO, 1998 [1898], p. 56), as condições e o alcance das carreiras decorrentes dos recursos adquiridos na militância dependiam de outros investimentos, tornando o acesso aos cargos, às publicações e aos universos de socialização previamente hierarquizados. De tal modo, não raro visões e projetos políticos reformistas relacionam-se diretamente às posições sociais de origem, aos pontos das trajetórias e as condições de reconversão dos trunfos adquiridos na militância em posições em determinadas esferas de atuação. Nesse confronto, estão expressas as tomadas de posição mais “radicais”, encampadas por José do Patrocínio e Quintino Bocaiuva (PATROCÍNIO, 1996; BOCAIUVA, 1887); ou o discurso de “abolição com preservação da propriedade”, de Joaquim Nabuco (NABUCO, 1900; 2011 [1883]).

A principal decorrência do contexto situacional de “propaganda” foi a aglutinação de militantes de diversos matizes e níveis, o que produziu uma saturação dos mecanismos de arregimentação personalista, causando determinadas rupturas nos modos através dos quais se realizavam os acordos políticos de época. A possibilidade de que um conjunto mais amplo de indivíduos se inserissem na política, particularmente através do jornalismo político e da organização de clubes de socialização, tenciona as discussões em direção a “reforma” dos mecanismos de recrutamento e ao alargamento das oportunidades sociais, criando uma espécie de inflexão nos modos de manutenção da ordem social vigente. Isso ocorre, particularmente, pelos efeitos

de descompasso entre as expectativas decorrentes do contexto de reivindicação reformista, e as oportunidades efetivas abertas pelo regime político instaurado no país. A consequência mais geral destes conflitos, é a construção de uma oposição entre os grupos conservadores “assenhorados no poder” e as “classes modernizantes”. De fato, as gerações que participam das atividades de “propaganda” constituem as principais fileiras daqueles que vão compor a base de questionamento das instituições monárquicas e de seus mecanismos de recrutamento, tencionando as estruturas em nome da ampliação de oportunidades e da modificação dos princípios de hierarquização. Em parte desse período de confronto, imperou o “reformismo” dentro da ordem (ALONSO, 2002), no entanto, como relata Campos Salles (1908), em certo momento, chegou-se a compreensão de que as reformas visadas eram impossíveis dentro da Monarquia, restava uma mudança no regime político.

As interpretações sobre os efeitos do movimento abolicionista para a decadência das instituições monárquicas giram em torno da própria concepção das origens e dos efeitos do movimento para a estrutura de poder. Para os defensores do Império, a causa da abolição arregimentara uns poucos adeptos, em sua maioria estudantes, “[...] indivíduos sem nada a perder [...]”, sem a devida compreensão dos efeitos de tal medida para a “economia” e a ordem social (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO, 1885). Do lado dos “republicanos”, a abolição representava um passo em direção à modernidade, uma etapa evolutiva da organização social, constituindo-se como uma causa que penetrou em todas as classes da sociedade, arregimentando adeptos em múltiplos segmentos (BUARQUE, 1898, p. 28). O caminhar inevitável da história tornou o fim da escravidão um movimento irreversível, cabendo à Coroa apenas homologá-lo (OTTONI, 1890, p. 63). O geral nessas disputas é a oposição entre uma concepção de “movimento histórico” evolutivo (SALES, 1882), contraposto à noção de uma história feita por seus “heróis”, por iniciativas particulares de homens de visão, os quais tendem a trazer o futuro para o presente. É exatamente em tal ponto que incorrem as divergências quanto à origem da abolição e seus efeitos. Para os defensores da Monarquia, a iniciativa destinada a pôr fim ao trabalho escravo fora do Imperador, assim como o decreto de fim da escravidão fora uma ação benevolente,

encampada por uma instituição que acenava em direção às reformas morais e sociais necessárias à continuidade do regime e da ordem social (PRADO, 2003 [1893]). Nessa perspectiva, o não reconhecimento de tal ato era característico do estado de insubordinação em que se encontrava a “sociedade”. Independente do esforço para “frear” os ímpetus reformistas a que se lançou o último gabinete, a “propaganda republicana” aproveitou-se do descontentamento das “classes da lavoura e do comércio”, arregimentou novos adeptos e tencionou a deposição do Imperador (VISCONDE DE OURO PRETO, 1891, p. 98). Em suma, o ato fora uma “parada militar”, decorrente do aliciamento das forças armadas, as quais “proclamaram a ditadura militar no Brasil, sob o nome de República” (AFONSO CELSO, 1998 [1898], p. 126).

A filosofia da história importada com a ideologia republicana em ascensão na França (WEISZ, 1979), implica uma mudança de foco relativamente aos mecanismos da transformação social. Configurados pelo confronto entre grupos que desejam a conservação do poder e o movimento natural em direção a uma forma mais avançada de organização política e social, os embates fundamentam-se no binômio conservadores/progressistas. De tal modo, na visão dos contemporâneos, o movimento histórico caracteriza-se pela oposição entre o “povo” e as “vistas retardatárias do chefe do poder executivo” (BUARQUE, 1894, p. 27). A atribuição de um caráter ilegítimo ao regime instalado em 1889 é constante, particularmente pela consideração de que sua “[...] origem [é] criminosa [...]” (VISCONDE DE OURO PRETO, 1890, p. 104), feita por uma única classe – “a classe militar” –, em detrimento de todas as demais. A própria lógica de controle da imprensa e de policiamento simbólico nos anos iniciais da República, reforçava as visões difundidas pelos adeptos do antigo regime, para os quais a questão constantemente levantada era o caráter ditatorial da República, contraposto à representação de que a “[...] Monarquia era o regime da liberdade [...]”, sempre garantida por sua “constituição liberalíssima” (PRADO, 2003 [1893], p. 33).

Contrapondo-se a visão constantemente apregoada de que a República fora feita por e para uma “classe”, os “republicanos” reivindicam, ao contrário, que o regime instituído jamais será “privilégio de uma classe” (AZEVEDO, 1894, p. 273), mas sim o resultado da

ascensão “das camadas populares e da consequente democratização da sociedade”, o que fez “estremecer” os alicerces das “instituições régias”. Advindo das aspirações decorrentes do avanço das “ciências, artes, indústrias e letras” o regime republicano constitui-se como a consequência lógica de um processo evolutivo, é a “apoteose da era moderna” (BUARQUE, 1894, p. 15). Nesse contexto, o policiamento simbólico do regime em instalação no país nada mais era do que uma forma de proteção do povo contra as “farsas” produzidas por aqueles que ansiavam restaurar o poder (BUARQUE, 1894; OTTONI, 1890). A situação de luta contra os não republicanos e os “adesistas subversivos”, instalados no poder para manter as posições do Império e/ou infiltrados nas estruturas do novo regime para desestabilizá-lo, produz um tipo de efeito de esquizofrenia, funcionando como elemento de resolução de desafetos ou de eliminação de concorrentes aos cargos e às posições visadas. Em grande medida, havia uma visão relativamente difundida de que os “neo-republicanos”, ou os “republicanos do treze de maio”, constituíam um obstáculo à realização das pretensões “democráticas” e “igualitárias” do regime ascendente. Isso deve-se, particularmente, porque tais “grupos” eram formados de “plutocratas” reconvertidos, indivíduos “afeitos a grandes desigualdades sociais”, os quais dificilmente hão de considerar como iguais os membros de outras classes ou estratos sociais (OTTONI, 1890, p. 79). No contexto de “condenação das heranças” e das “posições privilegiadas”, torna-se ilegítima qualquer referência a pontos de partida considerados como privilegiados, ou seja, que indiquem critérios não universalizáveis. Assim, os trunfos legítimos de serem apresentados para a ocupação de cargos passam a ser as certificações formais de competência – títulos escolares, reconhecimento pelos pares e concursos –, elementos que se tornam centrais nas estratégias de apresentação de títulos e na própria elaboração de dicionários biográficos. Com a formalização dos princípios de hierarquização e excelência, o sentido de distinção social é crescente, principalmente devido às situações nas quais os “antigos senhores” ou seus “rebentos” tinham que “ombrear” com indivíduos de origens adversas ou com ex-escravos (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO, 1874). A lógica clubística e faccional é asseverada como estratégia de proteção mútua e de fundação de relações de dependência, garantindo vantagens

variadas aos partícipes destas redes. No contexto republicano, a concorrência aberta pela multiplicação dos níveis de inserção social e pela complexificação das alianças é fundamental para a compreensão dos mecanismos de diversificação das carreias e das condições de especialização das esferas de atuação.

É contra a concepção de concorrência igualitária que se insurgem os defensores de uma hierarquia social proclamada, mantida por uma espécie de “filantropismo” através do qual os mecanismos de exploração social eram considerados formas de exercício da superioridade e de manutenção da ordem. Dessa forma, ao contrário do regime instalado em 1889, que lança a “multidão infeliz” à sua própria sorte, a Monarquia era “benevolente”, fazia da escravidão e da união com a Igreja mecanismos de manutenção da ordem e de proteção social (PRADO, 2003 [1893], p. 78-81). Igualmente, o caráter efêmero, transitório e impessoal da administração dos negócios públicos, apregoadado pelo modelo republicano, torna-o irresponsável, um regime incapaz de promover reformas sociais de longo prazo. No conjunto de lutas de definição a que se lançam os partidários dos diferentes regimes, a Monarquia é proclamada por seus adeptos como o período da “segurança” e da “estabilidade”, momento de relativa previsibilidade. Enquanto isso, a República é caracterizada por seus defensores como um movimento de todas as classes, um universo de participação aberto a todos aqueles que dispunham de virtudes morais e intelectuais. Tratava-se, portanto, de um regime não afeito aos privilégios de fortuna (BUARQUE, 1894, p. 70-71). A proclamação do mérito como capacidade intelectual – caucionada ou não por títulos escolares –, em contraposição ao mérito “por serviços prestados” (VISCONDE DE OURO PRETO, 1890, p. 137), por “herança”, ou por “servilismo”, imperantes durante a Monarquia (BUARQUE, 1894, p. 227; SUETÔNIO, 1896, p. 80; BOCAIÚVA, 1887, p. 13), é a marca significativa dos escritos republicanos. Nesse quadro, a República diferia do regime precedente exatamente por estar aberta à “ascendência das camadas populares e a consequente democratização da sociedade” (BUARQUE, 1894, p. 15). Em trabalho publicado no ano de 1882, destinado a fundamentar a “[...] conduta do partido republicano [...] mediante uma sistematização completa dos princípios fundamentais que constituem sua bandeira

[...]”, Alberto Sales (1882, p. IX) apresenta a insuficiência do regime monárquico justamente por sua incapacidade de representar os anseios do “interesse social”, fundamentalmente contraditórios frente aos “interesses dinásticos”. A base dessa contradição está no crescimento da influência das “classes populares” como forma de evolução contínua das “forças democráticas”, as quais tendem a romper com a Monarquia em nome da República, regime responsável por “[...] restabelecer a unidade do interesse social e político” (SALES, 1882, p. 183-184).

O privilégio, em todas as suas relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país – privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, toda as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos. (MANIFESTO DO PARTIDO REPUBLICANO. In: BRASILIENSE 1878 [1870], p. 62)

O “calcanhar-de-aquiles do Império” estava, portanto, em não permitir que “homens sem fortuna, desajustados de proteções eficazes, unicamente escudados na inteligência” (BOCAIUVA [1862] apud ALONSO, 2002, p. 108 pudessem ascender às posições de poder ou dispor de algum destaque em suas respectivas atividades.) O principal motivo disso estava atrelado ao fato de que todo o “prestígio individual” vinha da Coroa, assim como o outro lado da moeda: o “ostracismo” (NABUCO, 2011 [1883], p. 125). Em grande medida, as críticas dos republicanos aos mecanismos de controle das reputações e do acesso aos cargos por parte do Monarca constituem um dos pilares das disputas entre as características do regime. A crítica assevera-se pela caracterização de que o exercício “pessoal” da política imperial representava a própria “índole” do sistema, transfigurada no “poder moderador” (BOCAIÚVA, 1896, p. IX). De um modo bastante direto, não havia forma de legitimidade que não fosse dependente do controle e reconhecimento por parte da instituição régia e, de modo mais exato, que não passasse pelo crivo do Imperador. Sendo assim, critérios de “afeição pessoal” sobrepunham-se àqueles formalmente instituídos, tornando as “capacidades e virtudes” elementos vazios

em um sistema de privilégios personalistas (SUETÔNIO, 1896, p. 80). A lógica do favoritismo estava inscrita na própria estrutura de nomeações em cascata, cuja hierarquia era formada pelo Imperador – Presidente do Conselho de Ministros – Ministros – Presidentes de Província. Como todos os cargos públicos eletivos, por cooptação ou mesmo aqueles proclamados como formalmente preenchidos por “concursos”, estavam submetidos a este mecanismo de legitimação das pretensões aos cargos existentes – ou a serem criados –, as possibilidades de objetivação de lógicas de recrutamento e legitimidades próprias e independentes do “poder pessoal” eram muito limitadas, senão impossíveis. Além disso, como tratava-se do próprio sistema formal de atribuições, as instituições monárquicas como um todo viam-se condenadas. As críticas e os confrontos eram asseverados pelas “derrubadas”, decorrentes do controle vertical e centralizado dos cargos públicos e do poder de “fazer e desfazer” nomeações e eleições. Na visão dos republicanos, tratava-se de algo que “[...] anulava a soberania nacional [...]” (BOCAIÚVA, 1887, p. 13), notadamente porque o governo representativo era uma “comédia” entregue ao “baraço e cutelo dos cargos policiais, da Guarda Nacional, das fitas e títulos; meios empregados sem a menor cerimônia” na produção dos resultados eleitorais (OTTONI, 1890, p. 11). Com base nisso, o “rodízio” entre os partidos é apontado pelos críticos do Império como o elemento central para o descrédito das instituições monárquicas. Do mesmo modo, o regime garantido por privilégios de nascimento incontestáveis tende a produzir um governo irresponsável.

Nesta lógica, Felício Buarque (1894, p. 231) ensaia expor a “fórmula do regime”: “[...] para o Monarca brasileiro só há uma virtude – o servilismo. Para os homens independentes e sinceros – o ostracismo. Para os lacaios e instrumentos de sua grande política – os títulos e condecorações”. A sobreposição entre critérios formais e a preferência pessoal são responsáveis pelo desgaste das instituições monárquicas, em grande medida decorrente da força do “poder pessoal” encarnado nas mãos do Imperador. O controle sobre os mecanismos de consagração (distribuição de sinecuras e condecorações) permitia a construção das reputações, de modo que nenhum brasileiro “[...] se erguesse na consideração de seu país, além de certo nível [...]”, regulado pelo “Autocrata” (BUARQUE, 1894, p. 113).

Em geral, o controle das hierarquias estava associado às “amizades” ou “hostilidades” produzidas por relações personificadas e faccionais. É com relação à posição do Imperador e ao exercício centralizado do poder, potencializado pela instituição do “Poder Moderador”, que se define o denominado “poder pessoal”, assim como seu contraponto, a “impessoalidade”. O controle e o manejo dos homens públicos operados pelo Imperador estão associados a “todos os males do seu longo reinado” (SUETÔNIO, 1896, p. 103), fundado na concepção de que “[...] só dele pode vir o bem” (OTTONI, 1890, p. 23).

[...] uma vez que o governo, longe de cingir-se única e exclusivamente à manutenção da ordem, para favorecer a evolução, pelo contrário, concentra em si todas as forças do corpo político, para intervir diretamente no conflito social, as leis gerais da luta pela vida e da seleção natural, em virtude das quais somente podem triunfar os mais fortes e os mais aptos, deixarão infalivelmente de produzir suas legítimas consequências. O favoritismo, o nepotismo, ou como melhor queiram chamar, farão desaparecer da luta os mais competentes, tanto pela sua inteligência, como pela sua independência, enquanto que o governo, por meio da distribuição ilimitada de condecorações, títulos honoríficos e patentes oficiais criará no país uma classe de amigos e protegidos, tão numerosa e tão bem disciplinada, que a luta se tornará, quando não inteiramente impossível, pelo menos inútil e improficua. (SALES, 1882, p. 369-370)

É com relação ao quadro pintado pelos críticos da Monarquia que se insurgem as reivindicações de “liberdade” e de “responsabilidade” da administração e do governo, esquemas doutrinários tomados das ideologias vigentes na Europa (ALONSO, 2009). A concepção de que o regime monárquico não garantia as liberdades individuais, que representava o despotismo, encarnando a decadência administrativa de um poder “dinástico”, inquestionável e, por isso, irresponsável e atrelado ao falseamento da “soberania popular”, constitui o centro das críticas sintetizadas no Manifesto Republicano (1878 [1870])<sup>5</sup>, de 1870. No entanto, mais do que representar a adesão aos princípios ideológicos tidos e proclamados como modernos, a “liberdade”

reivindicada era a independência dos “chefes locais” frente à Coroa (OLIVEIRA VIANA, 2004 [1925], p. 95). Ou seja, a possibilidade de controle e distribuição de recursos relativamente assegurada pela eletividade dos cargos de presidente de província, ponto de reforma reivindicado e não aceito pelo último presidente do Conselho de Ministros do Império (OTTONI, 1890, p. 103-104). Nesse esquema, enquadra-se, também, a noção de “impressoalidade” contraposta ao modelo de organização do poder político imperial. Significava, de modo amplo, deixar que os conflitos de resolvessem pela força social de seus postulantes, cujos resultados estão associados aos mecanismos formais que garantem o sucesso ao “vencedor”, neutralizando o arbitrário e as modalidades práticas concretas através das quais se conquistam as posições e os lucros derivados. De modo mais claro, o centro das críticas circundava o fato que o Imperador não respeitava os mandados instituídos da Câmara, assim como não respeitava a supremacia dos “votados” nas escolhas baseadas em listas tríplices ou, ainda, operava “derrubadas” constantes com o rodízio dos partidos no poder. Assim, em grande medida, a instauração do regime republicano representou a realização das pretensões de controle das eleições estaduais pelos chefes locais, cujo efeito é a multiplicação dos níveis de barganha e das modalidades de recrutamento e acesso aos cargos em concorrência. O confronto entre meios de acesso aos cargos (escolha imperial *versus* eleições), e a estabilização de seu exercício por meio de mandatos formalizados, garantidos pela instauração da República, vem coroar a ascensão da “legitimidade eleitoral” em oposição aos “arbítrios” do “poder pessoal” vigentes no Império.

### **Trajetórias e tomadas de posição**

As relações entre trajetórias, posições políticas e carreiras são ilustrativas dos efeitos da instauração do regime republicano, notadamente no que tange às reconversões para espaços sociais específicos, ou às possibilidades de ascensão e/ou reprodução das posições de poder político. No caso dos monarquistas em pauta, os investimentos são direcionados para o espaço de produção cultural enquanto os republicanos tendem a colher os frutos de seu engajamento, ocupando cargos

eletivos ou na burocracia. As estratégias de reconversão conectam-se a um duplo processo: 1. o bloqueio inicial das posições políticas (eletivas ou por cooptação); 2. as disposições em aderir ao regime instituído em 1889, particularmente aqueles anteriormente ligados à Monarquia. Tratam-se de variáveis interconectadas, sendo o adesismo uma alternativa significativamente utilizada como forma de manutenção das chances de atuação na política, e também de ruptura com o bloqueio inicial. No que se refere à sinalização em direção ao novo regime, o trajeto de Cristiano Ottoni é significativo. Contrariamente, o afastamento da política republicana relaciona-se aos casos de Eduardo Prado, Afonso Celso – Visconde de Ouro Preto – e Afonso Celso Junior. Mesmo para aqueles que se afastam da vida pública, como Antônio Ferreira Viana e Afonso Celso – Visconde de Ouro Preto, há uma permanência em termos de atuação e defesa de “causas”, notadamente através da imprensa ou, no caso deste último, da participação direta em movimentos pró-restauração monárquica (BONEVIDES; AMARAL, 2002, p. 483-493). Além disso, o confronto entre as produções escritas e as posições políticas de ambos remete aos confrontos político-partidários e faccionais. Ferreira Viana fora ministro do gabinete João Alfredo (1888-1889), antecessor daquele organizado e presidido por Ouro Preto. A deposição do gabinete liderado por João Alfredo teria ocorrido por conta da “campanha contra [sua] honra pessoal” (SUETÔNIO, 1896, p. 281), levada a cabo por Ouro Preto, o que atingiu de modo direto Ferreira Viana, então Ministro da Justiça e dos Negócios do Império.

Quadro 1 – Autores, obras e posições políticas

Nome, data e local de nascimento	Formação escolar	Carreira	Obra	Posição política
<p><b>Afonso Celso de Assis Figueiredo</b>  <b>Ouro Preto (MG),</b>  <b>1836 - 1912</b></p>	<p>Direito - Faculdade de Direito de São Paulo (SP)</p>	<p>Deputado Provincial - MG; Deputado Geral - MG (1864); Ministro da Marinha (1866); Senador - MG (1879 - 1889); Ministro da Fazenda (1879); Presidente do Conselho de Ministros (1889)</p>	<p>O Advento da Ditadura Militar no Brasil (1891)</p>	<p>Monarquista</p>
<p><b>Cristiano Benedito Ottoni Serro (MG),</b>  <b>1811 - 1896</b></p>	<p>Engenharia - Academia Militar (RJ)</p>	<p>- Professor na Academia da Marinha (1830 - 1844); Deputado Geral - MG (1835 - 1868); Diretor da Companhia de Estradas de Ferro Pedro II (1855); Senador - ES (1879 - 1889); Senador - MG (1892-1896)</p>	<p>O Advento da República no Brasil (1890)</p>	<p>Republicano</p>

Continua...

Continuação

<p><b>Antônio Ferreira Viana Pelotas (RS), 1833 - 1903</b></p>	<p>Direito - Faculdade de Direito de São Paulo (SP)</p>	<p>- Promotor público no Rio de Janeiro - RJ (1857); Advogado no Rio de Janeiro - RJ; Redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro; Deputado Geral - RJ (1869 - 1889); Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - RJ; Ministro da Justiça (1888); Ministro do Império (1889); Colaborou no Correio Mercantil; Fundou o jornal A Nação (1888)</p>	<p>O Antigo Regimen (Homens e Coisas), 1896.</p>	<p>Republicano</p>
<p><b>Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior Ouro Preto (MG), 1860 - 1938</b></p>	<p>Direito - Faculdade de Direito de São Paulo (SP)</p>	<p>- Deputado Geral - MG (1881-1889); Fundador do Jornal do Brasil (1891); Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro - RJ (1892); Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro; Sócio-efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1892); Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras (1897); Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1912-1938); Reitor da Universidade do Rio de Janeiro (1925-26); Presidente da Academia Brasileira de Letras (1925, 1935)</p>	<p>O Imperador no Exílio (1893)</p>	<p>Monarquista</p>

<p><b>Eduardo Paulo da Silva Prado</b>  <b>São Paulo (SP),</b>  <b>1860 - 1901</b></p>	<p>Direito - Faculdade de Direito de São Paulo (SP)</p>	<p>Colaborou no Correio Paulistano; Adido da Legação Brasileira em Londres (1881-1889); Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras (1897)</p>	<p>A Ilusão Americana, 1893</p>	<p>Monarquista</p>
<p><b>José Felício Buarque de Macedo</b>  <b>São Bento, (AL),</b>  <b>1865 - ?</b></p>	<p>Direito - Faculdade de Direito de Recife (PE)</p>	<p>- Professor primário e secundário (Recife, PE); Fundador do periódico literário O Século (1883-1884); Secretário do Clube Republicano Frei Caneca (1889); Fundador do Clube Republicano do Recife (1890); Amanuense na Repartição da Instrução Pública de Pernambuco (1890, 1892); Redator e revisor do Jornal do Recife (1890-92); Secretário do Interior de Pernambuco (1892-1893); Secretário na Comissão de Construção do Lazareto, Recife - PE (1893); Capitão pelos serviços prestados à República (1894); Promotor Público em Aituruoca - MG (1895-1898); Advogado em Boa Esperança - MG; Fundou o periódico O Constitucional; Promotor Público em Uberaba - MG (1900-1904); Fundou a Revista de Uberaba; Correspondente do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil; Juiz de Direito em Poços de Caldas - MG (1917)</p>	<p>Origens Republicanas, (1894)</p>	<p>Republicano</p>

Continua...

Continuação

<p><b>Manuel Alvares de Azevedo Sobrinho</b> <b>Rio de Janeiro (RJ), 1870 - 1905</b></p>		<p>- Redator-chefe do jornal A República em Campos - RJ (1889-1892); Colaborou nos periódicos O País, Novidades e Cidade do Rio; Redator na Gazeta da Tarde (1897); Redator-secretário em A Notícia, e O Dia; Fundador do jornal A Capital; Deputado federal (RJ), 1903-1905</p>	<p>O Novo Governo da República, (1894)</p>	<p>Republicano</p>
--	--	--	--	--------------------

Fonte: Dicionário da elite política republicana – CPDOC/FGV; Portal do Senado Federal – Biografia; Academia Brasileira de Letras – Biografias; SACRAMENTO BLAKE, 1970; MONTEIRO, 1994; CORREIA DE MELO, 1994; MARTINS, 1978; VASCONCELOS e VASCONCELOS, 1918; LEME, 1904.

Cristiano Benedito Ottoni advém de uma família ligada à colonização da região nordeste de Minas Gerais. Seu bisavô, Emmanuel Antão Ottoni, desembarcou em São Paulo em 1727, dirigindo-se posteriormente para o Rio de Janeiro, de onde seu filho, Manuel Vieira Ottoni, parte para Vila Príncipe, em Minas Gerais, com vistas à ocupação de um cargo na Casa Real de Fundição. O pai de Cristiano Ottoni, Jorge Benedicto Ottoni, filho de Manuel, atua na mineração e no comércio, ocupando sucessivamente cargos na política local em Vila Príncipe. Seu irmão mais velho, Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869), formou-se na Academia Militar (RJ), exercendo os cargos de vereador em Vila Príncipe, deputado provincial, deputado geral e senador por Minas Gerais. Foi líder da Revolução Liberal em Minas Gerais, sendo preso e, em seguida, anistiado pelo imperador Pedro II. Cristiano Ottoni segue os passos do irmão, formando-se na Academia Militar (RJ) e chegando a capitão-tenente da Armada, foi professor da Escola da Marinha e da Academia de Belas Artes, ambas no Rio de Janeiro. Em consonância com os investimentos familiares – seu irmão, Teófilo, fundou a Companhia do Macuri, investindo na colonização, navegação e exploração de estradas de ferro –, assumiu o cargo de diretor da Estrada de Ferro Pedro II. Além disso, foi deputado geral por Minas Gerais entre 1848 e 1868, alcançando o senado em 1869, pela província do Espírito Santo. Seu irmão, Teófilo, encabeçara a lista tríplice do senado por cinco vezes consecutivas, sempre preterido na escolha real, alcançando o posto somente em 1864. O bloqueio às pretensões do irmão ao cargo senatorial é referido como um exemplo da prática imperial de “anulação sistemática dos homens notáveis” (OTTONI, 1890, p. 114). Participando da cisão interna ao Partido Liberal e da fundação do Clube Radical, Cristiano Ottoni foi signatário do Manifesto Republicano, em 1870, embora afirme não ser da “militância política” republicana (OTTONI, 1890, p. 75). Situados em facções opostas no interior do Partido Liberal, Ottoni avalia o “último ministério”, presidido por Ouro Preto, como “estritamente relacionado com a queda da Monarquia” (OTTONI, 1890, p. 90-91). Em termos gerais, o conhecimento prático da política permite que Ottoni tome uma posição ambivalente no período de organização formal do Partido Republicano, tentando, inclusive, embaraçar a “[...] manifestação de 1870”. Como não obteve sucesso, manteve-se

próximo, “[...] obedecendo a considerações que no momento [lhe] ocorreram”. Ao ficar com um pé em cada lado, ou seja, ocupando uma cadeira no senado imperial e não rompendo com o movimento republicano, criou as condições de possibilidade para fugir ao bloqueio das posições políticas após a instauração da República. Assim, investe na reprodução do cargo ocupado na Monarquia, elegendo-se senador por Minas Gerais até 1896.

A abertura de possibilidades derivadas da extensão dos níveis de inserção e do engajamento na “propaganda republicana” tem efeitos significativos na trajetória de José Felício Buarque de Macedo, cuja carreira pode ser caracterizada como um “produto” da instauração da República. Descendente de uma família de comerciantes portugueses instalados em Alagoas, as informações imprecisas tornam a definição completa de suas origens sociais mais difíceis. No entanto, ao que tudo indica, a família tenha sido proprietária, no início do século XIX, de um engenho de açúcar. Com a decadência econômica da região e a impossibilidade de manutenção da propriedade, desestruturada com a partilha de herança, a família reconverte os investimentos para um pequeno comércio de gêneros alimentícios no interior de Alagoas (HOLANDA, 2007, p. 619-639). Sendo o segundo de seis irmãos, sobre os quais não se dispõem de informações, Felício Buarque faz as primeiras letras sob os auspícios da família, em Magagogy (AL), partindo para Recife (PE), onde ingressa no Colégio de Artes. As dificuldades financeiras são supridas pelo auxílio de “uma madrinha” residente em Pernambuco, a qual o acolhe e o ajuda com o custeio dos estudos. Exerce a atividade de professor primário, ainda durante os preparatórios para a Faculdade de Direito do Recife (PE), e obtém o diploma de bacharel em direito em 1894. Ao formar-se, contava 29 anos, idade que caracteriza um percurso mais longo, o que normalmente representa origens sociais mais baixas em comparação com aqueles que obtinham as mesmas espécies de credenciais nesse período. Ainda em Recife (PE), atua no jornalismo político-estudantil, participa da fundação e direção de clubes republicanos e escreve como correspondente para o jornal *República Brasileira*, publicado no Rio de Janeiro, cujo diretor era José Cândido Teixeira. Com a instauração da República, galga seus primeiros cargos públicos a partir de 1890. No conjunto de sua trajetória, a militância republicana é determinante para

a conquista de posições que lhe permitem alguma “independência” econômica. Inserido diretamente nas disputas faccionais que cindem a política pernambucana, Felício Buarque é exonerado do cargo de amanuense com a subida do Barão de Lucena ao comando executivo estadual, sendo posteriormente reintegrado com a recomposição da Junta Governativa<sup>6</sup>.

Ao formar-se bacharel em direito, no contexto de eclosão de revoltas contra o governo republicano, Felício Buarque transfere-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde engaja-se na defesa de Floriano Peixoto, durante a Revolta da Armada. O efeito imediato da adesão ao conflito é a conquista das honras de Capitão do Exército por “serviços prestados à República”<sup>7</sup>. Ainda em 1894, publica seu manifesto em defesa do regime republicano: *Origens Republicanas*. Elaborado em “refutação ao livro do Sr. Dr. Afonso Celso, O Imperador no Exílio”, o opúsculo pretende-se um “[...] protesto, um grito de alarma de são brasileiro, um brado de entusiasmo para um futuro melhor” (BUARQUE, 1894, capa). A multiplicação de frentes de atuação, associadas à posse de um título de ensino superior, permite o ingresso na magistratura, o que o leva ao deslocamento para Minas Gerais, durante o governo de Bias Fortes. Naquele estado, exerce a advocacia e o jornalismo, residindo, por fim, em Poços de Caldas (MG), onde é nomeado juiz de direito. O alcance de suas redes está fundado, principalmente, na militância constituída durante a “propaganda republicana” e a inserção em círculos de empregos públicos. No entanto, as relações entre origens e possibilidades de carreira implicam um teto, representado pelo cargo de juiz de direito e pela inserção como correspondente no Instituto dos Advogados do Brasil. Sua própria produção cultural, amplamente fundada na publicação de artigos jornalísticos de cunho político, tende a um alcance limitado. Mesmo aquela que pode ser considerada sua obra mais expressiva, cuja aceitação poderia inseri-lo no debate político-ideológico mais significativo de meados dos anos de 1890, é, ao que tudo indica, desconsiderada por seu adversário imediato e proclamado: Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior<sup>8</sup>. Sendo assim, se a instauração do regime republicano garantiu-lhe possibilidades de acesso às retribuições decorrentes do engajamento na contestação da Monarquia, o deslocamento de trajetória é limitado por suas

origens sociais, mas também pelos trunfos passíveis de serem acionados e transformados em cargos.

Ao contrário de seu contemporâneo, Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior parte de outras condições sociais, tornando o engajamento e a afirmação de “causas” algo secundário em sua trajetória. Nascido em uma família extensa, formada por laços matrimoniais entre frações sociais que ocupavam, desde o período colonial, posições centrais no controle político e econômico do país, Afonso Celso é educado por preceptores em sua residência, na cidade do Rio de Janeiro, e realiza “viagens de estudos” a Europa durante a sua juventude. Filho de Afonso Celso de Assis Figueiredo e de Francisca de Paula Martins Toledo, suas origens sociais são duplamente potencializadoras. Seu pai é proveniente de uma família destinatária de mercês imperiais e instalada na região das Minas Gerais, tendo ocupado vários cargos políticos em nível provincial, tais como o de Chefe de Polícia, Inspetor da Tesouraria Provincial, Procurador da Fazenda, Deputado Provincial e Deputado Geral por Minas Gerais. Tendo ocupado diversas pastas como Ministro do Império, chegou ao cargo vitalício de Senador, galgando uma posição no Conselho de Estado e, por fim, presidindo o Conselho de Ministros (1889). Titular das honras de Visconde de Ouro Preto, o pai de Afonso Celso é caracterizado como um dos políticos mais importantes do Segundo Reinado. No que se refere às origens maternas, Afonso Celso descendia dos Toledo, grupo familiar instalado em São Paulo desde o século XVIII. Seu avô materno, Joaquim Floriano de Toledo, era descendente de militares, grande proprietário rural, Coronel da Guarda Nacional e “secretário particular de Dom Pedro I”<sup>9</sup>. Exerceu diversos cargos públicos, sendo Deputado Provincial por várias legislaturas e assumindo por seis vezes a Presidência da Província de São Paulo.

Em um universo familiar altamente integrado às estruturas de poder da Monarquia, Afonso Celso adquiriu permissão para matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo sem a idade mínima exigida, a saber, quinze anos. Logo no início do ensino superior, investe em suas primeiras publicações literárias com o livro *Prelúdios* (1876), coleção de anotações e poesias elaboradas durante a adolescência. Obtém o grau de bacharel em direito em 1880 e, no ano seguinte, o grau de doutor. Tendo à sua disposição um conjunto

de redes de relações derivadas do grupo familiar e as credenciais que legitimam as pretensões culturais e políticas, ingressa diretamente no cargo Deputado Geral por Minas Gerais. Inserido pelas mãos de seu pai, que lhe “[...] abriu as portas dessa carreira [...]” (AFONSO CELSO, 1998 [1898], p. 12), permanece no exercício do cargo legislativo até a queda da Monarquia. Após a proclamação da República, acompanha a família real no exílio, circulando por países da Europa e frequentando os círculos da “alta sociedade”, principalmente em Portugal e na França (AFONSO CELSO, 1950 [1893]). Autoexilado, mantém suas publicações no *Jornal do Brasil*, do qual era sócio-proprietário ao lado da família Mendes de Almeida. Durante os anos na Europa, na companhia da família real, escreveu seu livro-manifesto contra o regime instalado no Brasil em 1889: *O Imperador no Exílio* (1893). Organizado em duas partes: a primeira pretende apresentar o reconhecimento que as “grandes personalidades” brasileiras davam ao Imperador deposto pelo “golpe militar”, mostrando a “injustiça” de tal ato e do atual estado de difamação de sua imagem por parte dos republicanos instalados no poder; a segunda traz uma biografia de Dom Pedro II, cujo objetivo é resgatar sua personalidade liberal e democrática. A publicação do livro rendeu-lhe as honras de sócio-efetivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), além disso, a obra foi adotada, reproduzida e distribuída por grupos monarquistas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Retornando ao Brasil com sua família, Afonso Celso afasta-se da política e investe no universo cultural. Publica vários livros contendo memórias de sua circulação no interior das estruturas de poder, uma biografia de seu pai e outros escritos literários de gêneros variados. Mantém sua coluna de comentários políticos, econômicos, sociais e literários no *Jornal do Brasil*, e ingressa na recém-fundada Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, na qual veio a ocupar a cátedra de Economia Política e, posteriormente, a diretoria da instituição. Após a morte do Barão do Rio Branco, é “aclamado” como presidente perpétuo do IHGB. Com a nacionalização das faculdades livres de direito e a criação da Universidade do Rio de Janeiro, mantém-se como professor, sendo nomeado reitor dessa instituição nos anos 1930. No conjunto de investimentos e redes de relações que lhe estão disponíveis, insere-se no movimento

de fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1898, da qual foi presidente em duas ocasiões. A reconversão dos recursos econômicos e políticos herdados e conquistados durante o Império possibilitaram a ocupação de posições centrais nas redes de recrutamento para instituições de consagração social e intelectual, além da obtenção de um leque de títulos honoríficos, ostentados por sua biografia como signos de excelência social e de trajetória de sucesso. A relativa independência econômica possibilitou a vivência da cultura como “estilo de vida”, atuando assiduamente nas reuniões da ABL ou do IHGB. Da mesma forma, o universo de origem e os espaços de inserção facilitam a ocupação de cargos públicos em diferentes momentos políticos do país. Nesse quadro de referência, a socialização através da militância é secundária, assim como a afirmação de posições políticas a partir de estratégias de publicação ou do jornalismo. Seus escritos são apresentados muito mais como memórias de outros tempos, ou como “lampejos” de patriotismo, do que propriamente como textos de afirmação ideológica ou tomadas de posição.

No quadro destes confrontos entre origens sociais e tomadas de posição políticas, os efeitos de transição entre os regimes e as oportunidades abertas marcam distintamente as trajetórias e os princípios ideológicos proclamados. A representação vigente de que o regime republicano representava a “influência das classes terciárias na política” (BUARQUE, 1894, p. 33) e a emergência de uma “nova orientação política” decorrente do “advento das mais recentes camadas sociais” (AFONSO CELSO, 1998 [1898], p. 130), constitui um esquema de visão relativamente compartilhado. Portanto, engloba as representações que os agentes que tomam parte no processo fazem de si mesmos e do momento histórico no qual estão inseridos. Além disso, a definição de que se trata de um contexto sócio-histórico no qual estão em confronto “competências” ancoradas em legitimidades distintas – lógica eleitoral, títulos escolares –, contribui decisivamente para a crença no “mérito” como ponto de chegada e princípio de justificação dos pontos que marcam as trajetórias. Discurso de normatização e de definição dos caminhos de sucesso, a “moral social” inscrita nas representações acerca da “filosofia meritocrática” é historicamente situada, englobando distintas representações acerca dos pontos de partida, dos recursos exigidos e dos modos de acesso aos cargos.

## Considerações finais

Em grande medida, ao centrar-se no exame dos sentidos atribuídos às mudanças em curso no Brasil de fins do XIX, a partir dos relatos que denotam as próprias posições dos emissários do discurso, tornam-se evidentes as transformações dos princípios legítimos de legitimação e da “simbologia da excelência” (BOURDIEU; BOLTANSKI; SAINT-MARTIN, 1973, p. 80). É justamente isso que interessa como uma dimensão continuamente negligenciada pelos estudos sobre os efeitos da mudança de regime para a recomposição de “elites”: considerar em que medida os princípios reivindicados têm condições de se objetivar em mecanismos de seleção e recrutamento, colocando-os em relação com a visão que os agentes produzem de si mesmos e do universo no qual se movem. No entanto, isso só pode ser apreendido pela combinação entre os esquemas de percepção que orientam as práticas de época, embasam as tomadas de posição e fundamentam as categorias de classificação de si e dos outros; e os recursos e estratégias de ação que estão na base das condições objetivas de acesso aos cargos e posições visadas. O esquecimento das necessidades de se romper com a oposição entre “objetivismo” e “subjetivismo”, tende a contribuir para a legitimação da visão que os diferentes grupos sociais ou agentes elaboram sobre si mesmos, sobre seus adversários e sobre os conflitos nos quais se inserem.

Nesse sentido, o conjunto de representações acionadas como formas de reconstrução do passado e a caracterização do presente colocam em pauta os diferentes critérios de excelência social e os modos legítimos de acesso aos cargos e honrarias, acionando um sistema de classificações que operam pela homologia entre um espaço formado pelos regimes em confronto (Monarquia versus República), e suas diferentes modalidades de adjetivação: “tradicional” versus “moderno”, “favoritismo” versus “impessoalidade”, “conservação” versus “mobilidade”, “privilégios” versus “competência”. No entanto, como procurou-se demonstrar, as possibilidades efetivas de inscrição dos agentes nestes pares de oposição são variáveis, dependendo do cabedal de recursos sustentados objetivamente pelas biografias individuais e, obviamente, pelas redes de relações herdadas e/ou adquiridas que embasam as chances de sucesso. É assim que determinados agentes transitam de

modo seguro entre os discursos de legitimação relacionados aos distintos momentos históricos em pauta. Colocando de outro modo, ao possuírem as redes que sustentam o favoritismo e, ao mesmo tempo, os títulos que constituem a base formal para a reivindicação da competência, valem-se desses diferentes recursos em situações específicas. Isso configura uma espécie de formalismo, o qual pode ser definido como um apego específico aos títulos formais ou à biografia oficial, e posteriormente sua associação direta aos cargos ocupados e agraciações. Dessa forma, o questionamento sobre as condições de produção e imposição das versões oficiais sobre determinados fatos ou agentes ficam em segundo plano, prevalecendo o raciocínio tautológico.

Ao contrário, o peso de determinados recursos e os efeitos de trajetória decorrentes da transição entre a Monarquia e a República são dependentes das bases sociais sobre as quais se assentam as pretensões de carreira e suas condições de efetivação. A militância via jornalismo político, por exemplo, constitui-se como uma estratégia de investimento diferencialmente acionada de acordo com as posições de origem. No entanto, independentemente das posições ideológicas proclamadas ou atribuídas aos agentes em confronto, a ocupação de cargos e os deslocamentos nas carreiras estão diretamente escorados em lógicas de cooptação, clientelismo e patronagem. Sendo assim, o que se transforma de modo mais explícito são os modos de justificação das escolhas e as definições de mérito, em grande parte fundadas na posse formal de títulos escolares ou na noção de reconhecimento pelos pares. Além disso, os esforços dos contemporâneos em definir a República como um movimento das “novas classes sociais” emergentes, leva ao processo contínuo de “condenação das heranças” e das “posições privilegiadas”, elementos que são incorporados pelos emissores de discursos sobre si mesmos e sobre os outros. É a partir disso que Afonso Celso (1998 [1898]) vai afirmar que “[...] todos eram pobres [...]” entre os deputados gerais e ministros do império, e que a “[...] política até então nunca enriquecera ninguém no Brasil” (AFONSO CELSO, 1998, p. 28). O mais importante neste modo de reconstrução do passado e de seu próprio trajeto biográfico não é verificar sua veracidade, mas apreender o que ele informa sobre a reprodução das desigualdades sociais e sua legitimação. Portanto, se a instauração do regime republicano representou a realização das

pretensões de controle das eleições estaduais pelos chefes locais, com resultados significativos para a multiplicação dos níveis de barganha, a diversificação das modalidades de recrutamento e de acesso aos cargos em concorrência, tais processos não podem ser pensados sem a consideração de duas variáveis: 1. as representações acerca dos atributos necessários para a ocupação dos diferentes cargos em disputa; 2. as condições objetivas de acesso a esses atributos legítimos em um contexto de elevada desigualdade social.

### THE *ORIGINS* AND THE REPUBLICAN REGIME'S SIGNIFICANCE: INTERPRETATIONS IN DISPUTE

**Abstract:** This article intends to show the problem of relationships between social agents, political positions, and the modes of significations of the events that marked the transition between political regimes in Brazil at the end of the 19<sup>th</sup> Century. From a set of situated symbolic productions, the analysis focuses on the examination of the assigned senses and the explanations used for the falling of the monarchic regime and the rising of republicanism. The main goal is to learn the representations that underlie the legitimate ways to the claiming of access to the opened positions and opportunities by the new regime.

**Keywords:** Monarchy. Republic. Principles of Legitimation.

### Notas

<sup>1</sup> O fim da escravidão é proclamado como exigência civilizatória, em oposição aos interesses econômicos (OTTONI, 1890, p. 52).

<sup>2</sup> Para os efeitos da propaganda organizada em torno do jornalismo político, ver Boeher (1954).

<sup>3</sup> Ver, particularmente, Sales (1885) e Assis Brasil (1881), consideradas as principais obras de “doutrinação” republicana, obtiveram um alcance significativo para o período. Distribuídas pelo Partido Republicano de São Paulo, a primeira alcançou doze mil exemplares, a segunda foi reeditada seis vezes, até 1889 (ALONSO, 2002, p. 223).

<sup>4</sup> Ver, também, Alonso (2002, p. 183).

<sup>5</sup> Para os conflitos políticos em Pernambuco, ver Levine (1980).

<sup>6</sup> Diário Oficial da União, 9 de novembro de 1894, p. 4291.

<sup>7</sup> Não foi encontrada nenhuma resposta ao livro de Felício Buarque, elaborada por parte de seu oponente proclamado, Afonso Celso Junior.

<sup>8</sup> Biografia de Pedro Manuel de Toledo, neto de Joaquim Floriano de Toledo. Verbetes no *Dicionário da Elite Política Republicana* – CPDOC / FGV.

## Referências

ACADEMIA BRASILEIRAS DE LETRAS – Biografias. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/membros>. Acesso em: jan. 2015.

AFONSO CELSO. *O Imperador no exílio*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1950 [1893].

\_\_\_\_\_. *Oito anos de parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998 [1898].

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 e a crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (Orgs.). *O Brasil Imperial*, v. III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ANAI DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1830-1888. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio.asp](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp). Acesso em: jan. 2015.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *A república federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1881.

AZEVEDO, Manuel Álvares. *O novo governo da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

BOCAIUVA, Quintino. *A segunda phase*. Discurso a Confederação Abolicionista proferido em 03 de abril de 1887. Rio de Janeiro: Typographia Central de Evaristo da Costa, 1887.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SUETÔNIO (VIANNA, Antônio Ferreira). *O antigo regimen: homens e coisas*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1896.

BOEHRER, George. *Da monarquia à república: história do partido republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documento do MEC, 1954.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil: Primeira República (1889-1930)*. v. III. Brasília: Senado Federal, 2002.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc; SAINT-MARTIN, Monique. Les stratégies de reconversion: les classes sociales et le système d'enseignement. *Social Science Information*, v. 12. n. 5, p. 61-113, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUARQUE, José Felício. *Origens republicanas: estudos de gênese política, em referência ao livro do Sr. Afonso Celso, O Imperador no Exílio*. Recife: Francisco Soares Quintas, 1894.

CAMPOS SALLES, Manuel Ferraz. *Da propaganda à presidência*. São Paulo, 1908.

CORREIA DE MELLO, Luís. *Subsídios para um dicionário dos intelectuais rio-grandenses*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1944.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

DICIONÁRIO DA ELITE POLÍTICA REPUBLICANA – CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 23 maio 2013.

FERREIRA, Marieta M.; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos históricos* – Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 244-280.

HOLANDA, Bartolomeu Buarque. *Buarque: uma família brasileira – ensaio histórico-genealógico*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulista*. Vol. IV. São Paulo: Duprat& Comp., 1904.

LEVINE, Robert K. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

MANIFESTO DO PARTIDO REPUBLICANO, 1870. In: BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos políticos e o segundo império*. São Paulo: Jorge Seckler, 1878.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978.

MONTEIRO, Norma G. *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-18991*. Dois volumes. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

\_\_\_\_\_. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011 [1883].

OTTONI, Christiano B. *O advento da república no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890.

OURO PRETO, Visconde. *Advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: Imprimerie F. Pichon, 1891.

PATROCÍNIO, José. *A campanha abolicionista*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Dep. Nacional do livro, 1996.

PORTAL DO SENADO FEDERAL – Biografias. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/senadores>. Acesso em: nov. 2013.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal, 2003 [1893]

SACRAMENTO BLAKE, A.V.A *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Sete volumes. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [1883-1902].

SALLES, Alberto. *Política republicana*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1882.

\_\_\_\_\_. Catecismo republicano, 1885. In: VITA, Luiz Washington. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STEIN, Stanley. A historiografia no Brasil (1808-1889). *Revista de História*. São Paulo, v. 29, 1964, p. 81-131.

SUETÔNIO (VIANNA, Antônio Ferreira). *O antigo regimen: homens e coisas*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1896.

TAVARES BASTOS, Aureliano. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1870.

VASCONCELOS, Barão; VASCONCELOS, Barão Smith. *Arquivo nobiliárquico brasileiro*. Suíça – Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal – Conselho Editorial, 2004 [1925].

WEISZ, George. L'idéologie républicaine et les sciences sociales: Les durkheimiens et la chaire d'histoire d'économie sociale à la Sorbonne. *Revue Française de Sociologie*, v. 20 n. 1, 1979, p. 83-112.

Recebido em: 20/ 12/ 2015

Aprovado em: 18/ 03/ 2016

# ARTIGOS



# Antíoco I, grande como Ciro e Dario, ou a realeza babilônica revisitada: uma abordagem intercultural de três textos régios antigos

Henrique Modanez de Sant Anna\*  
Raul Vitor Rodrigues Peixoto\*\*

**Resumo:** Este artigo propõe identificar elementos comuns no cilindro de Ciro<sup>1</sup>, na inscrição de Behistun e no cilindro do templo de Ezida, em Borsipa, ou cilindro de Antíoco<sup>2</sup>, como forma de compreender as apropriações Aquemênidas e Selêucidas da tradição monárquica babilônica. Tais apropriações indicariam, em termos históricos, as principais estratégias de legitimação de Dario (o primeiro Grande Rei a aderir ao Zoroastrismo) e Antíoco I, cujo poder repousava tanto na descendência de Seleuco quanto na participação ativa do rei em costumes políticos e religiosos babilônicos.

**Palavras-chave:** Selêucidas. Zoroastrismo. Império Persa.

## Introdução

Quando Alexandre derrotou Dario III em Gaugamela, ele não apenas aniquilou as chances persas de organizar uma resistência militar efetiva contra o invasor macedônio, mas também encerrou uma linha dinástica que remontava, segundo informações contidas na

\* Professor adjunto do PPG em História da Universidade de Brasília – UNB. Doutor em História pela mesma instituição com estágio de pesquisa na Universidade da Califórnia, Berkeley. E-mail: henriquemodanez@gmail.com.

\*\* Professor titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG. Doutorando em História pela Universidade de Brasília – UNB. E-mail: soliduspetrus@gmail.com.

inscrição de Behistun (cf. infra), ao primeiro Aquemênida. Alexandre, na ocasião, um misto de rei dos macedônios, *hegemon* dos gregos, soberano dos egípcios e Grande Rei, ao mesmo tempo em que havia assegurado a supremacia militar em território asiático, não possuía a legitimidade de um monarca proclamado pelas tradições locais. Talvez essa condição justifique as inúmeras revoltas enfrentadas por ele nos últimos anos de sua vida. Com efeito, entre 326 e 323 a.C., Alexandre teve que lidar com a travessia desastrosa do deserto de Gedrósia (atual Baluchistão), a revolta de alguns sátrapas (macedônios e iranianos), a fuga de Hárpalo, tesoureiro do rei, que tomou cinco mil talentos do tesouro real e fugiu com uma tropa de mercenários para Atenas, e a morte de Heféstion, um dos Companheiros (*hetairoi*) mais próximos de Alexandre (GREEN, 1991, p. 433-437; MOSSÉ, 2004, p. 45-46).

Em 323 a.C., logo após a morte do rei, disputas entre seus generais irromperam como seus “jogos fúnebres” (DIODORO DA SICÍLIA, *Biblioteca Histórica* XVIII, 1), até que certo equilíbrio político pudesse ser atingido por volta de 301 a.C., com os resultados decisivos da batalha de Ipsos. Nas províncias orientais (aproximadamente os atuais Afeganistão, Irã, Iraque, Síria e Líbano, além de partes da Turquia, Armênia, Turcomenistão, Uzbequistão e Tajiquistão) estabeleceu-se Seleuco, fundador da dinastia que herdou seu nome e que existiu até 64 a.C., quando o general romano Pompeu transformou a Síria em província romana.

De modo geral, os reis helenísticos mesclavam práticas integrantes de uma *imitatio Alexandri* (STEWART, 1993, p. 150-157) e apropriações de tradições monárquicas orientais mais antigas, com o objetivo de legitimar sua posição tanto pelo princípio da *doriktetos chora* (lit. “terra conquistada pela lança”, algo herdado das conquistas militares de Alexandre e de sua monarquia pessoal) quanto pela identificação com reis orientais que os antecederam, satisfazendo assim muitas das expectativas das elites sacerdotais locais. Entre os primeiros Selêucidas, Antíoco foi o grande responsável por conduzir a segunda estratégia de legitimação; de fato, ele pretendia fazer-se representar como um novo Aquemênida, legítimo como Ciro e Dario I, conforme argumentaremos ao longo deste artigo, por meio da análise comparada dos conteúdos do cilindro de Ciro, da inscrição de Behistun e do cilindro de Antíoco.

## **Eu sou Dario, o grande rei, o rei dos reis: a ideologia imperial aquemênida à luz do zoroastrismo**

Quando Ciro conquistou a Lídia, em 546 a.C., ele conquistou, por extensão, as cidades gregas da costa da Ásia Menor, antes subjugadas pelo rei lídio, Creso. Tendo expulsado de vez a monarquia dos medos, surgida por sua vez no século VIII a.C. e centrada no território que hoje corresponde ao norte do Irã, Ciro permitiu que o reino da Pérsia se transformasse em um verdadeiro império (BRIANT, 2002, p. 31-44; BRIANT, 2013, p. 1-3). Dario I, portanto, pôde se consagrar como herdeiro e soberano de um vasto território imperial, que se estendia do Afeganistão à Turquia (de leste a oeste) e do sul da antiga União Soviética ao Egito (de norte a sul) (MARTIN, 2000, p. 97).

Devido à imensidão do Império Persa, o Grande Rei contava com uma estrutura administrativa formada por províncias, ou satrapias, governadas por um sátrapa, que agia em nome do Grande Rei, embora com grande autonomia política. Nessa estrutura mista de centralização do poder em uma única figura, mas com grande respeito ao poder autônomo dos governadores das províncias (o único meio de administrar território tão vasto e heterogêneo), o Grande Rei tornou-se um dos mais ricos – se não o mais rico – dentre todos os reis de seu tempo (BRIANT, 2013, p. 178-180).

Sua riqueza e seu poder eram aspectos enfatizados nas fontes persas (cf. infra, no cilindro de Ciro e na inscrição de Behistun) e gregas, bem como deviam-se, portanto, ao menos desde Dario e de acordo com a ideologia imperial persa, ao direito concedido por *Ahuramazda*<sup>3</sup> – divindade suprema do Zoroastrismo.

O Zoroastrismo, originalmente chamado de Mazdaísmo, é uma prática religiosa bastante antiga que remonta ao final do segundo milênio a.C. O nome pelo qual ficou conhecida no ocidente é derivado da versão grega do nome de seu fundador: Zoroastro. “Zarathustra”, conforme grafia avéstica, é figura central na religião; seu profeta, de acordo com a tradição religiosa supracitada, teria recebido diretamente de *Ahuramazda* a inspiração para compor os *Gathas*, hinos que constituem o cerne da tradição Zoroastrista (cf. HINTZE, 2009, p. 3). Esta prática de composição era levada a cabo por clérigos comumente chamados de “poetas-sacrificantes”, que, por meio de técnicas de

meditação e/ou indução química, pensavam alcançar contato direto com as divindades e delas receberiam visões e inspiração métrica dos hinos compostos. Essa prática, ao que tudo indica, é muito antiga entre povos de origem indo-europeia, o caso das tribos que primeiro adotaram o Zoroastrismo (SKJÆRVØ, 2006, p. 12-13).

A figura de Zaratustra é controversa, sendo considerado tanto um reformador religioso como o fundador de uma nova religião. Isto ocorre devido à permanência de muitos aspectos da antiga tradição iraniana, relacionada aos textos Védicos, e da tradição Bramânica. No entanto, vários desses aspectos foram drasticamente ressignificados por Zaratustra, a exemplo do fato de os deuses Védicos, os *Devas*, passarem a ser considerados demônios, dignos de repulsa, inimigos de toda boa criação de *Aburamazda* (SKJÆRVØ, 2006, p. 18, p. 25). Sua própria existência (a do profeta) é posta em questão por alguns pesquisadores, e amplo debate é travado a respeito.<sup>4</sup>

Zaratustra, por questões filológicas, não pode ter vivido e pregado no Irã ocidental. Assim, a religião em questão não surgiu entre medos e persas, considerados iranianos ocidentais, mas sim entre os iranianos orientais. A fé zoroastriana então teve de se deslocar juntamente com as tribos do sul das espaldas da atual Rússia (a leste do Volga), para assim chegar à porção oeste do Irã por meio da migração pastoril. Em seguida, a fé Zoroastriana foi amplamente adotada por uma classe sacerdotal medo-pérsica que, ao que tudo indica, já existia anteriormente à chegada do próprio Zoroastrismo: os *Magi* (ou Magos), que acabaram se tornando os clérigos zoroastrianos mais conhecidos no ocidente, sendo citados por diversas fontes gregas (BOYCE, 1990, p. 7-8).

Uma vez adotado pelos persas, os ensinamentos Zoroastrianos mantiveram seu cerne e puderam ser sumarizados em um princípio triplo que reflete o caráter moralizante e de responsabilidade individual do praticante: “[...] nutrir bons pensamentos, falar boas palavras, realizar boas ações” (WEST, 2010, loc. 260). Esta fórmula está intimamente ligada ao papel dos seres humanos na cosmogonia Zoroastriana: de acordo com ela, os seres humanos foram criados por *Aburamazda* para ajudá-lo a sustentar o princípio denominado *Asha*, princípio universal de ordem e verdade, em oposição a *Angramanyu* (do avéstico “Angra” = tolo, maligno e “Manyu” = espírito, inspiração), o ser maligno que preza pelo avanço do *Druj*, princípio do caos e da

mentira que visa à subversão do *Asha* estabelecido inicialmente por *Aburamazda*. Dessa forma, sempre que o homem praticasse boas ações, falasse a verdade, nutrisse o bem e realizasse os rituais da religião, ele estaria garantindo que o *Asha* de *Aburamazda* prevalecesse sobre o *Druj* de *Angramanyu* (KASSOK, 2013, p. 196).

O entendimento desse aspecto da cosmovisão Zoroastrista é fundamental para entendermos o sentido da apropriação levada a cabo pelos reis Aquemênidas. Em outras palavras, é como máximo mantenedor do princípio denominado *Asha* que Dario se faz representar, na inscrição de Behistun, como rei legitimado por *Aburamazda* (COHN, 1999, p. 104). Além disso, a mítica Zoroastrista é povoada por narrativas que relacionam a religião ao poder monárquico. O mito de *Yima* é bastante emblemático a esse respeito, pois mostra como *Aburamazda* inicialmente patrocinava o poder real, concedendo ao seu detentor seu domínio hipostasiado: o *Khavarenah*. O reino de *Yima* seria, portanto, uma execução perfeita do princípio *Asha* (BOYCE, 1990, p. 29-30).

Dada a antiguidade da tradição oral Zoroastrista, pode-se inferir que a imagética mítica da religião sempre dispôs desta aproximação entre *Aburamazda* e o poder monárquico, não necessitando assim adaptá-la ao contexto da monarquia Aquemênida. Entretanto, havia um aspecto do Zoroastrismo que entrava em conflito direto com os interesses de legitimação de um império tão extenso: seu conteúdo amplamente apocalíptico. De fato, Zaratustra aguardara o fim do “tempo limitado” para pouco depois de sua morte, quando ocorreria a implantação da “Transformação Maravilhosa”. Trata-se do domínio do *Saoshyant*, uma figura soteriológica divina que restauraria o mundo tal como ele era antes do ataque perverso de *Angramanyu*. Este mesmo *Saoshyant*, por fim, ressuscitaria todos os homens e organizaria o tribunal onde todos seriam julgados de acordo com seu compromisso com *Asha* ou *Druj*, decretando suas respectivas sentenças eternas.

Essa esperança escatológica que poderia se concretizar a qualquer momento foi de grande importância para a sobrevivência do Zoroastrismo em tempos de perseguição, como no caso da invasão de Alexandre. Pode-se inferir, assim, do próprio texto de alguns *Gathas*, que em seu contexto o próprio Zaratustra sofria com ataques de bandos de ladrões de gado extremamente violentos, situação da qual

se retira a explicação para o conteúdo bastante ético e moralizante dos hinos (WEST, 2010, loc. 460).

A questão passa a ser, especificamente, a da impossibilidade de harmonizar a esperança escatológica latente com a proposta de um reino longo e próspero, no momento em que Dario passou a se identificar como legitimado por *Ahuramazda*. De acordo com a fé Zoroastriana, todos os reinos terrenos poderiam ser drasticamente interrompidos por determinação do próprio *Ahuramazda*. Sendo assim, não há como julgar se, conscientemente ou não, os clérigos reais, por volta da primeira metade do séc. IV a.C., abandonaram a escatologia Zoroastriana ortodoxa em prol de uma reinterpretação que ficou conhecida como Zurvanismo. Conforme essa nova hermenêutica escatológica, elaborada em um novo contexto de prosperidade econômica e domínio político, a urgência do juízo final de *Ahuramazda* foi perdida. Os tradicionais esquemas para o cálculo aproximado da vinda de *Saoshyant*, que instauraria a “Transformação Maravilhosa”, foram modificados para um confortável intervalo de mais de dois mil anos após a aproximação de Dario com as práticas Zoroástricas.

Dario não somente passou a ter um império garantido pela graça do próprio *Ahuramazda*, como também conquistou para si e para a sua descendência mais dois mil anos antes de ter de passar finalmente o bastão do poder universal para o *Saoshyant*.

As pretensões universalistas do Zoroastrismo, que tão bem saciavam as necessidades ideológicas de uma casa imperial como a Aquemênida, advinham justamente de sua perspectiva escatológica que profetizava o juízo final para todos os homens. O aspecto da urgência do juízo final fora suprimido, contudo o alcance universal do princípio denominado *Asha*, que legitima a lei em combate ao princípio *Druj*, que por sua vez legitima o uso da força, permaneceu talhado no penhasco de Behistun.

### **A inscrição de Behistun e sua relação com o cilindro de Ciro**

Inscrita em persa antigo, babilônio e elamita na beira de um penhasco situado no norte do Irã, a inscrição de Behistun registra

os feitos de Dario I. Seu conteúdo denuncia a usurpação de um falso rei, Gaumata, tratado como representação do *Druj*. Dario, escolhido por *Aburamazda*, seria o instrumento pelo qual a divindade fez prevalecer o *Asha*, conferindo-lhe o governo de um império que se estendia da Jônia (costa da Turquia) às fronteiras da Índia, de oeste a leste, e das estepes russas ao Egito, de norte a sul. Mais do que simplesmente evidências para uma história política do reino de Dario, a inscrição funciona como uma das principais fontes para a ideologia imperial Aquemênida.

Dario não foi o primeiro a considerar a difusão e a perpetuação dos seus feitos por meio da construção de monumentos ou objetos sagrados. De fato, Ciro, antes dele, teve seus feitos registrados em um cilindro, que continha um texto cuneiforme escrito por sacerdotes de *Marduk*, a principal divindade da Babilônia. Nele, a conquista da cidade pelos persas, em 539 a.C., foi apresentada como parte dos planos de *Marduk*, que lançou mão de Ciro como ferramenta divina para punir Nabônides, o último rei babilônio, alegando que ele negligenciou de modo sério os cultos e demais festivais tradicionais:

Eu sou Ciro, o rei do universo, o Grande Rei, o rei poderoso, o rei da Babilônia, o rei da Suméria e da Acádia, o rei dos quatro cantos do mundo, o filho de Cambises, o Grande Rei, o rei da cidade de Anshan, o neto de Ciro, o Grande Rei, o rei da cidade de Anshan; o neto de Teíspes, o Grande Rei, o rei da cidade de Anshan (*Cilindro de Ciro*, linhas 20-21; DARYAEE, 2013, p. 78-84).

A inscrição de Behistun seguia as mesmas formulações do cilindro de Ciro, o fundador do Império Persa. Como Ciro, Dario I apresentava-se imbatível, legítimo e no direito de formar um império universal:

Eu sou Dario, o Grande Rei, o rei dos reis, o rei da Pérsia, o rei das províncias, o filho de Histaspes, o neto de Arsames, o Aquemênida.

Diz Dario, o rei – meu pai era Histaspes; o pai de Histaspes era Arsames; o pai de Arsames era Ariaramnes; o pai de Ariaramnes era Teíspes; o pai de Teíspes era Aquemenes. Diz Dario, o rei – com base nessa linhagem, somos chamados de Aquemênidas; descendemos desde os tempos antigos; desde os tempos antigos nossa família foi uma família de reis. Diz Dario, o rei – antes de mim, oito de minha raça foram reis; eu sou o nono; nove de nós foram reis em sucessão. Diz Dario, o rei – pela graça de Ahuramazda eu sou rei; Ahuramazda garantiu-me o Império (Inscrição de Behistun, coluna 1, linhas 1-5; GODOLPHIN, 1942, p. 623).

[...]

Diz Dario, o rei – nesses territórios, eu tratei com generosidade o homem que se mostrou bom. Quem quer que tenha se mostrado mau, no entanto, eu tratei de eliminar. Pela graça de Ahuramazda, esses são os territórios pelos quais minhas leis têm sido observadas. [...] Diz Dario, o rei – Ahuramazda garantiu-me o Império. Ahuramazda veio em meu auxílio, de modo que eu pudesse conquistar esse Império. Pela graça de Ahuramazda, eu detenho o Império (Inscrição de Behistun, coluna 1, linhas 8-9; GODOLPHIN, 1942, p. 624).

Assim, as expectativas de Dario, como as de Ciro, estavam voltadas para o controle de um império universal, mas diferentemente do último, Dario apresentava-se também como rei legítimo, pela aproximação com *Ahuramazda*. De acordo com a ideologia imperial persa, ao menos desde Dario, o Grande Rei não poderia se contentar com um território restrito, pois sua condição como arauto da divindade Zoroástrica dependia do controle e da manutenção da ordem em todo o mundo, em regiões nas quais o mal seria suprimido para o triunfo do bem (cf. supra), o que se confunde, em termos políticos, com a supressão dos inimigos do Grande Rei. O vínculo da casa real com o Zoroastrismo significava, na prática, um convite para o expansionismo militar, embora a submissão pelo reconhecimento da condição quase divina do rei fosse algo igualmente desejável.

## **Eu sou Antíoco, o grande rei: as apropriações selêucidas da antiga monarquia babilônica**

No período helenístico, mais precisamente após a autoproclamação dos Sucessores de Alexandre e da batalha de Ipsos (301 a.C.), Seleuco anexou aos territórios que já possuía outras partes do Irã, o norte da Síria e da Mesopotâmia, a Armênia e o sul da Capadócia. Antes da batalha de Ipsos, incursões já haviam sido feitas em território indiano, via Bactria, contra Chandragupta, inimigo dos macedônios desde a morte dos sátrapas que Alexandre deixara na região. Todas essas conquistas militares justificavam-se para Seleuco pelo fato de o rei encaminhar o que para ele representava uma verdadeira restauração do Império Macedônico perdido. De fato, por volta de 280 a.C., em se tratando do território asiático e excluindo-se o Egito e partes da Ásia Menor, o Império Selêucida em muito se assemelhava ao de Alexandre, no final de sua expedição (SHIPLEY, 2000, p. 286-287).

Quando da morte de Seleuco, o poder imperial já era compartilhado com seu filho, Antíoco, mais precisamente desde 292 a.C. Antíoco teria sido publicamente apresentado (para a assembleia dos soldados, como na tradição macedônica) por Seleuco como seu sucessor legítimo nessa data, considerando-se todas as suas qualificações morais para o cargo, conforme registro feito por Apiano:

Então ele convocou seu exército, que talvez estivesse finalmente suspeitando de algo, e contou aos homens suas façanhas e lembrou a extensão de seu império, mostrando que ele havia ultrapassado o tamanho dos impérios dos demais Sucessores de Alexandre, e dizendo que, agora com idade avançada, era-lhe difícil governar o Império por causa de sua extensão. “Eu desejo”, disse aos homens, “dividi-lo, levando em conta os seus interesses, e cedendo agora uma parte dele aos que me são mais queridos. É oportuno que todos vocês, que avançaram rumo à construção de império tão vasto sob meu comando desde o tempo de Alexandre, colaborem comigo em tudo. Os mais queridos e aptos a reinar são meu filho adulto e minha mulher. E como eles são jovens, eu rogo para que logo possam ter filhos que os ajudem a guardar o

Império. Eu os uno em matrimônio em sua presença e os envio neste momento como soberanos das províncias altas. A lei que imponho a vocês não são os costumes dos persas e de outros povos, mas a lei comum, a que emana do rei com justiça.” Assim que disse isto, o exército aclamou-o como o maior dos reis dentre os Sucessores de Alexandre e como o melhor dos pais (APIANO, 1912, s.p).

A citação de Apiano esclarece muito sobre um aspecto da dominação Selêucida, especialmente quando considera-se a Ásia Menor – região suprimida neste artigo em função do seu escopo. De fato, como enfatizado por Ma (1999), a dominação Selêucida estava baseada em dois princípios: o direito de conquista e o direito de herança. Ambos mesclavam-se, por exemplo, na indicação do herdeiro e sucessor de Seleuco, o que o rei decidiu fazer perante as tropas, das quais parte de sua autoridade legítima emanava, como um novo Alexandre.

Se, por um lado, as fontes literárias para o período (Diodoro, Políbio e Apiano, destacado anteriormente), as inscrições reais e os decretos das cidades registram certa moral pessoal como qualificadora dos reis Selêucidas, por outro, os textos oficiais babilônicos, frequentemente negligenciados pela historiografia, ilustram a ideologia da monarquia Selêucida em contexto babilônico. Apesar do estado fragmentário dessas evidências, muitas delas demonstram a preocupação do rei em participar de rituais que tradicionalmente contavam com a participação do rei babilônio, a exemplo do festival do Ano Novo babilônico (KUHRT; SHERWIN-WHITE, 1993, p. 130-131).

Além dos textos oficiais babilônicos, a mudança nos modos de legitimação dos Selêucidas é evidente nas moedas cunhadas no período. Seleuco I e Ptolomeu I importaram muitos dos traços presentes no retrato de Alexandre (embora os tenham transposto para uma idade mais avançada); as próximas gerações de reis helenísticos, no entanto, adotaram uma estratégia que transitava entre os vínculos com os ancestrais macedônios, por meio do culto dinástico, e a representação de suas imagens de modo similar àquelas dos soberanos locais que os antecederam. Nesse sentido, é fulcral perceber que o retrato numismático de Seleuco II (246-226 a.C.), por exemplo, não traz os mesmos traços que os encontrados em seus antecessores; em vez de representar força e

tensão, passa a representar reserva, quietude e distância, características tipicamente mesopotâmicas e egípcias (FLEISCHER, 1996, p. 31).

Outra fonte importante para a identificação dos Selêucidas com tradições monárquicas mais antigas é o chamado cilindro de Antíoco, ou cilindro do templo de Ezida, em Borsipa, cidade próxima a Babilônia, datado de 268 a.C. Neste artigo, o cilindro é a principal fonte analisada com esse propósito, não apenas por sua importância para a compreensão histórica dos vínculos artificiais estabelecidos entre Selêucidas (especificamente Antíoco I) e Aquemênidas, mas principalmente porque contém imitações das formulações encontradas no cilindro de Ciro e na inscrição de Behistun, como meio de representar Antíoco como Ciro e Dario I.<sup>5</sup>

### **O cilindro do templo de Ezida, em Borsipa (268 a.c.)**

Em 1991, dois anos antes de seu supracitado livro sobre os Selêucidas, Kuhrt e Sherwin-White esclareceram questões referentes aos métodos que podem ser usados para a crítica dessa fonte selêucida, situando-a em seu cenário sociopolítico, e demonstraram como ela serviu para modificar substancialmente as visões de historiadores das décadas anteriores sobre a interação dos Selêucidas com súditos não gregos. Segundo as autoras, parte da historiografia interessada na história dos reinos helenísticos tentou diminuir o papel e o caráter dos Selêucidas como governantes imperiais: “de acordo com esta abordagem”, insistem, “[...] os Selêucidas não se mostravam ativamente interessados nas áreas orientais do império e tinham pouco interesse pelos vários súditos não-gregos” (KUHRT; SHERWIN-WHITE, 1991, p. 72). Neste mesmo espírito, o cilindro de Antíoco foi interpretado como documento que registra o interesse Selêucida apenas por Ezida, em Borspisa, desprezando todo o resto dos territórios orientais, ou ainda as expectativas políticas das elites locais babilônias. A construção de Selêucia no Tigre seria o indício cabal desse desinteresse da casa real pela velha Babilônia, que deveria ser gradualmente abandonada.

Desde a reavaliação feita no importante artigo de Sherwin-White e Kuhrt, o cilindro de Antíoco passou a ser visto de modo mais

positivo como fonte para a história Selêucida, especialmente quando são levados em consideração a ideologia da casa real e sua política com relação às elites babilônicas. Neste artigo, o conteúdo do cilindro de Antíoco é colocado em comparação direta, em uma abordagem intercultural, com as formas de representação dos Aquemênidas, de modo a ilustrar os vínculos artificiais criados pelos Selêucidas com o passado imperial persa. Em outras palavras, formulações na representação e na legitimação dos Aquemênidas, de Ciro a Dario, foram repetidas em tempos helenísticos, particularmente por Antíoco I, o que torna inevitável a associação dos reis persas anteriores à expedição de Alexandre com os Selêucidas do século III a.C.

As primeiras linhas do cilindro são emblemáticas a esse respeito:

Eu sou Antíoco, o Grande Rei, o rei poderoso, o rei do universo, o rei da Babilônia, o rei de todos os territórios, o cuidador dos templos de Esagila e Ezida, o primogênito do rei Seleuco, o macedônio, rei da Babilônia.

[...]

Nebo, eminente filho, o mais sábio dentre os deuses, esplêndido e digno de toda a adoração, primogênito de Marduk, filho de Erua, a rainha que modelou toda a criação, lança teu olhar benevolente sobre mim e torna – sob seu eminente e irrevogável comando – a derrocada do território de meu inimigo, a satisfação de todos os meus desejos contra os meus adversários, a predominância constante, um reino de justiça, um governo ordenado, anos de felicidade e prole suficiente sua benção permanente para a realeza conjunta de Antíoco e seu filho, o rei Seleuco (AUSTIN, 2006, p. 304).<sup>6</sup>

Assim, Antíoco, como Ciro e Dario séculos antes dele, ao dedicar-se ao templo de Ezida, mostrava-se não apenas preocupado com Borsipa, mas também com os demais territórios orientais, pois ele era “o rei dos reis, o rei do universo, o rei de todos os territórios”, o protegido dos deuses. A análise dos títulos empregados, portanto, revela um “programa político padrão”: as aspirações babilônicas ao

império universal, levadas a cabo pelo rei do universo (*shar kishshati*) e pelo rei dos territórios (*shar matati*); o poder e a legitimidade do governante, simultaneamente o rei poderoso/legítimo (*sharru dannu*) e Grande (*sharru rabû*). Considerando-se a ideologia constante desses documentos, que remonta às antigas expressões da antiga realeza babilônica, via dinastia Aquemênida, parece correto dizer que estamos diante de uma “[...] monarquia moral, mas ao mesmo tempo enérgica e imperialista, devotada aos deuses babilônios, e deles dependente” (KUHRT; SHERWIN-WHITE, 1991, p. 78-79).

### Considerações finais

Uma das características do poder monárquico helenístico era a vagueza intencional do título real, o que funcionava como convite ao expansionismo militar. Da mesma forma, Dario, no século VI a.C., na inscrição de Behistun, registrou seu direito ao império universal, não com base na natureza pessoal de seu poder monárquico, mas na representação direta de *Aburamazda* no mundo dos homens. Curiosamente, Antíoco I fez-se representar, no cilindro do templo de Ezida, em Borsipa, como servo de Marduk, a mesma divindade honrada por Ciro em seu cilindro, o que remonta à tradição monárquica ligada ao depósito desse tipo de objeto (o cilindro) em templos babilônicos, sem, no entanto, ignorar as aspirações universais de Dario.

Antíoco, então, como rei helenístico, apostou no sincretismo de duas práticas político-religiosas babilônicas: o depósito de um cilindro em templos babilônios pelo rei legítimo, em imitação de Ciro, e o direito ao império universal, herdado de reis babilônios anteriores e especialmente de Dario, após sua incorporação de algumas práticas do Zoroastrismo. A preocupação de Antíoco em se fazer representar como rei legítimo segundo as tradições monárquicas babilônicas, por fim, ilustra que a satisfação das expectativas das elites locais (seus súditos mais poderosos) era uma das principais preocupações dos reis helenísticos, contrariando a ideia de que uma elite militar grega/macedônica governava territórios helenísticos apenas com base na força militar expressa.

**ANTIOCHUS I, AS GREAT AS CYRUS AND DARIUS,  
OR THE BABYLONIAN KINGSHIP REVISITED: A CROSS-  
CULTURAL APPROACH OF THREE ANCIENT ROYAL TEXTS**

**Abstract:** This article aims at identifying shared elements in the Cyrus cylinder, the Behistun inscription and the Borsippa cylinder from the Ezida Temple, also called “Antiochus cylinder”, as a means to understand Achaemenid and Seleucid manipulation of Babylonian monarchical tradition. Such manipulation would reinforce the main legitimizing strategies by Darius (the first Great King to adopt Zoroastrian faith) and Antiochus I, whose power owed both to his family ties to Seleucus I and, simultaneously, in the active participation in Babylonian political and religious practices related to divinization of kingship.

**Keywords:** Seleucids. Zoroastrianism. Persian Empire.

**Notas**

<sup>1</sup> O cilindro de Ciro, escavado em 1879 pelo arqueólogo Hormuzd Rassam e atualmente em exposição no *British Museum*, é uma das fontes principais para a conquista da Babilônia pelo rei persa Ciro, o Grande. Nele, estão documentados (em acadiano) a marcha pacífica do exército persa sobre a cidade e o governo alegadamente tirânico de Nabonido, o último rei da Babilônia. Por isso, Ciro é apresentado como escolhido de *Marduk*, divindade ligada àquela cidade, que teria abandonado seu último rei, um tiranopór excelência, em favor do invasor estrangeiro.

<sup>2</sup> Da mesma forma que o Cilindro de Ciro, o cilindro de Antíoco (cujo texto cuneiforme está igualmente sob a guarda do *British Museum*) é uma das principais fontes para a história da Babilônia. Nele, encontra-se descrita a reconstrução do templo de Ezida por Antíoco I, filho de Seleuco Nicator, em 268 a.C., bem como sua preocupação em obter a proteção divina para seu governo alegadamente legítimo. A particularidade desse cilindro reside especialmente no fato de ser a última inscrição real em cuneiforme, e curiosamente a única realizada por um monarca selêucida.

<sup>3</sup> Do avéstico “Ahura Mazda”. Em certos textos a divindade pode aparecer simplesmente como Mazda, ou até Mazda Ahura. Estes dois epítetos, que formam o nome da divindade, referem-se, segundo Skjærvø, às funções da divindade. O significado do termo “Ahura” é incerto, mas aceita-se como traduções aproximadas “Senhor” ou “Engendrador”, tendo como base o texto do Avesta. “Mazdā”, por sua vez, pode ser traduzido como “aquele que põe todas as coisas em sua mente” (SKJÆRVØ, 2006, p. 1). Boyce (1990, p. 9) apresenta uma possível tradução mais objetiva para os epítetos: “Senhor da Sabedoria”.

<sup>4</sup> Há pesquisadores que não acreditam na existência de Zaratustra como personalidade histórica, classificando-o como uma figura ficcional. Este é o caso de

Gnoli (1972, p. 557), que questiona, por exemplo, a ausência dos nomes dos pais de Zarastustra, ou qualquer outra evidência fora dos textos. A posição adotada pelos autores é a de que há dois Zarastustras: o profeta concreto, representado de forma mais realista no *Avesta antigo* e um mítico/heroico, representado no *Avesta jovem* com características sobre-humanas. (SKJÆRVØ, 2006, p. 51-54).

<sup>5</sup> Outra questão sobre o cilindro de Antíoco diz respeito ao objeto propriamente dito, e não ao texto nele inscrito. Os cilindros eram depositados apenas em estruturas públicas, especialmente em templos, sendo um traço muito peculiar da tradição monárquica mesopotâmica (o rei era sempre o depositário, visto que seus feitos políticos e militares representariam a vontade do deus homenageado).

<sup>6</sup> O Seleuco anunciado no cilindro não é Seleuco I, mas o primogênito de Antíoco I, regente com o pai de 279 a.C. a 268 a.C., quando foi assassinado por ele, acusado de liderar uma conspiração.

## Referências

APIANO. *Guerras Estrangeiras* XI, 61. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1912.

AUSTIN, Michel. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest. A Selection of Ancient Sources in Translation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BOYCE, Mary. *Textual Sources of the Study of Zoroastrianism*. Chicago: Chicago University Press, 1990.

BRIANT, Pierre. The Land-Collectors: Cyrus the Great and Cambyses (559-522). In: \_\_\_\_\_. *From Cyrus to Alexander. A History of the Persian Empire*. Warsaw: Eisenbrauns, 2002. p. 31-44.

\_\_\_\_\_. Cyrus the Great. In: DARYAEE, Touraj (Org.). *Cyrus the Great. An Ancient Iranian King*. Santa Monica: Afshar, 2013. p. 1-16.

COHN, Norman. *Cosmos, Chaos, and the World to Come*. New Haven: Yale University Press, 1999.

DARYAEE, Touraj (Org.). *Cyrus the Great: an ancient Iranian king*. Santa Monica: Afshar, 2013.

DIODORO DA SICÍLIA. *Biblioteca Histórica* XVIII, 1. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1947.

FLEISCHER, Robert. Hellenistic Royal Iconography on Coins. In: Bilde, Per (Org.). *Aspects of Hellenistic kingship*. Aarhus, Oakville: Aarhus University Press, 1996.

GNOLI, Gerardo. Problems and Prospects of the Studies on Persian Religion. In: BIANCHI et al (Orgs.). *Problems and Methods of the History of Religions*. Leiden: Brill, 1972.

GODOLPHIN, Francis. *The Greek Historians*, v.2. New York: Random House, 1942.

GREEN, Peter. *Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: a historical biography*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1991. p. 433-437.

HINTZE, Almut. Avestan Literature. In: EMMERICH, Ronald.; MACUCH, Maria. *The Literature of Pre-Islamic Iran. A History of Persian Literature*. London: I.B. Tauris, 2009.

KASSOCK, Zeke. *The Greater Iranian Bundahishn A Pahlavi Student's Guide*. Fredericksburg: Kasso Bros, 2013.

KUHRT, Amelie; SHERWIN-WHITE, Susan. *From Samarkhand to Sardis: a new approach to the Seleucid Empire*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1993.

MA, John. *Antiochus III and the cities of Western Asia Minor*. Oxford: The University Press, 1999.

MARTIN, Thomas. *Ancient Greece*. New Haven, London: Yale University Press, 2000.

MOSSÉ, Claude. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

SHIPLEY, Graham. *The Greek world after Alexander, 323-30 B.C.* London, New York: Routledge, 2000.

SKJÆRVØ, Oktor. *Introduction to Zoroastrianism*. Iranian Studies at Harvard University, 2006, p. 1. Disponível em: <http://www.fas.harvard.edu/~iranian/> Acesso em: 16 abr. 2014.

STEWART, Andrew. *Faces of Power: Alexander's image and Hellenistic politics*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1993.

Recebido em: 27/ 11/ 2014

Aprovado em: 07/ 07/ 2015

# *Salve mundi domine, Caesar noster ave!* – Um estudo do *Kaiserhymnus* do Arquipoeta<sup>1</sup> de Colônia

Vinicius Cesar Dreger de Araujo\*

**Resumo:** Desde a descoberta do manuscrito 2071 da Biblioteca Real belga, na primeira metade do século XIX, contendo versões completas das duas mais famosas canções atribuídas ao Arquipoeta de Colônia, *Salve mundi domine, Caesar noster ave!* e *Estuans intrinsecus, ira vehementi*, a primeira canção suscitou consideráveis debates acerca de seu cunho laudatório e assumiu conclusões pesadamente nacionalistas com historiadores alemães das décadas de 1930 e 1940. Suas análises acerca do assim chamado *Kaiserhymnus* não sofreram contestações de monta até fins do século XX. No entanto, salta-nos aos olhos a seguinte questão: como analisar crítica e contextualizadamente uma canção considerada como um encômio imperial, na classe da *Gesta Friderici* de Otto de Freising e Rahewin entre outras obras, mas composta por um dos grandes (se não o maior) satiristas do século XII? Uma obra que marcadamente, a se crer nos analistas tradicionais, destoa do cânone do próprio autor?

Para iniciarmos a resposta a este questionamento, procedemos a um estudo acerca das relações entre as principais personagens envolvidas no texto: o Arquipoeta e o Arcebispo Rainald de Dassel, seu patrono como poeta e seu empregador como notário da Chancelaria Imperial, um relacionamento no qual, como apontou Peter Godman em suas obras, desenvolveram intensa relação de cumplicidade intelectual. Ao inspirarmo-nos em questionamentos advindos da Análise Crítica do Discurso e do estudo da Cultura Política, nos dedicamos neste artigo a uma tradução do *Kaiserhymnus* para a Língua Portuguesa e à sua análise contextualizada estrofe por estrofe, o que nos permitiu alcançar conclusões muito divergentes das já consolidadas acerca da canção.

---

\* Professor adjunto em História Antiga e Medieval da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: [viniciusdreger@hotmail.com](mailto:viniciusdreger@hotmail.com).

**Palavras-chave:** Arquipoeta. Rainald de Dassel. Frederico I *Barbarossa*. Cultura Literária Medieval. Cultura Política Medieval.

## Introdução

No século XII, especificamente entre as décadas de 1150 e 1160, atuou na corte do Sacro Império Romano um anônimo poeta conhecido apenas pela alcunha de Arquipoeta de Colônia, devido à condição de cliente que tinha com seu patrono, Rainald de Dassel, Arcebispo de Colônia e Arquichanceler Imperial.

Sua produção foi originalmente associada à dos chamados Goliardos, poetas de expressão latina, tidos como satíricos, sacrílegos e vagantes entre as tabernas e as escolas urbanas que se multiplicaram no século XII. As obras mais conhecidas da goliardia foram registradas na coletânea conhecida como *Carmina Burana* e a redescoberta deste manuscrito no século XIX gerou na historiografia a associação entre os estudantes, o vinho, o jogo e as mulheres que se tornou sinônima a estes poetas, como pode ser constatado nas obras de Helen Waddell (1927), Olga Dobiache Rojdestvensky (1931) e Jacques Le Goff (originalmente publicada em 1958).

Contudo, a obra completa preservada do Arquipoeta (dez canções) embora explore os diversos *topoi* característicos do gênero, como os vícios das tabernas e as canções de pedinte nas quais o poeta exagera sua baixa condição de vida e implora presentes ao patrono, coloca-se fora da curva do estilo goliárdico, tanto pela maestria erudita na construção das canções quanto ao pontuar diversas questões ligadas ao seu *milieu*, à corte peripatética de Frederico *Barbarossa*.

## O Arquipoeta e o Arquichanceler

Objetivamente, sabemos muito pouco de concreto a respeito do autoproclamado Arquipoeta. Sua alcunha deriva da associação com seu patrono, Rainald de Dassel, Arcebispo de Colônia e Arquichanceler imperial para o *regnum Italicarum*.

Seu nome perdeu-se na História (as poucas hipóteses existentes carecem de fundamentação adequada), assim como datas e locais de nascimento, formação ou mesmo falecimento. Peter Dronke, na introdução da edição de Fleur Adcock, especula a partir da sétima estrofe de *Estuans intrinsecus* (CB 191) e de indícios relacionados à sua possível carreira, que ele tivesse entre 30 e 35 anos durante seu período produtivo positivamente datável, ou seja, 1162-4 colocando seu nascimento entre 1127 e 1134 (Apud ALCOCK, 1994, p. XIX). Contudo, Peter Godman propõe que essas datas sejam revisadas, deixando-o como exatamente contemporâneo a Rainald de Dassel, cerca de 1120 (GODMAN, 2009; 2014).

Esta cortina de anonimato é tão espessa que, até mesmo a representação ficcional do Arquipoeta no romance histórico *Baudolino*, de Umberto Eco (a mais recente recepção contemporânea do anônimo personagem histórico), consegue transmitir este vácuo (ECO, 2000, p. 78):

Baudolino viajara a Paris ‘com um companheiro, o filho de um cavaleiro de Colônia que preferia dedicar-se às artes liberais ao invés da milícia, não sem causar desespero ao pai, mas apoiado pela mãe que exaltava os dotes de um poeta precoce, tanto que Baudolino acabou esquecendo seu verdadeiro nome, se é que o ouviu algum dia. Chamava-o Poeta, e assim todos os outros o conheceram depois’.

Aliás, o Poeta é o único personagem do grupo de Baudolino que não possui alguma forma de caracterização física, em consonância com nossa realidade documental: não existe nenhuma descrição física do mesmo, nem mesmo alguma pista em seus dez poemas preservados. Todavia, Eco caracterizou-o como oriundo da camada cavaleiresca germânica, fato referenciado na décima oitava estrofe da canção *Archicancellarie, vir discretæ mentis*, na qual o poeta declara (EBERLE, 1966, p. 42):

Fodere non debeo, quia sum scolaris, Ortus ex militibus preliandi gnaris. Sed quia me terruit labor militaris, Malui Virgilium sequi quamte, Paris.

Cavar não devo, já que sou erudito, Oriundo de cavaleiros, hábeis combatentes. Mas, como me aterroriza o labor militar, Escolhi Virgílio ao invés de Páris!

Esta origem cavaleiresca (e não nobre), significava na Germânia do século XII que ele pertencia à camada social dos Ministeriais<sup>2</sup>, ou seja, a maior parte da cavalaria germânica, que, segundo Josef Fleckenstein (1979, p. 26), provavelmente superava os vassallos livres em uma proporção de três ou quatro para um. Socialmente, sua origem aproximava-se da do próprio Rainald de Dassel, posto que este era o segundo filho de um modesto conde saxônio.

Aliás, é interessante notarmos que, consonante à ideia de Eco a respeito da ida do Arquipoeta a Paris para estudos, Godman (2014, p. 16) teoriza que a associação entre Rainald de Dassel e o Arquipoeta poderia datar de seus estudos em Hildesheim e Paris, sendo que o poeta poderia ter sido o acompanhante de seu colega mais nobre, em fins dos anos 1130.

Esta suspeita está embasada em alguns indícios presentes em suas canções: o primeiro é a sua consciência, inaudita e sem paralelos na produção poética germânica coetânea de tópicos teológicos correntes em Paris (como as questões que envolviam o sacramento da confissão, por exemplo); o segundo é o seu emprego de formas de versificação que, em sua geração, eram correntes entre os escritores latinos na França, não na Germânia. O terceiro é o seu estilo de pensamento e expressão distintamente dialéticos, tema da moda nas escolas parisienses frequentadas por Rainald de Dassel (GODMAN, 2014, p. 17).

Antigamente pensava-se que a intimidade entre Rainald e o Arquipoeta adviesse apenas de uma relação de patronato do prelado para com um poeta encarregado do entretenimento para seu *entourage* e para a corte imperial.

No entanto, Peter Dronke, em *The Medieval Lyric* (1968, p. 21-22, grifos do autor) estabeleceu a seguinte reavaliação acerca do Arquipoeta:

Ele foi um cavaleiro por nascimento e um poeta de corte, talvez também um servidor civil ou diplomata menor à serviço do Chanceler imperial ou, quase certamente, um membro do círculo que gravitava à volta do próprio Frederico *Barbarossa*. Estou convencido de que seu *leitmotiv* do poeta-vagabundo, indisciplinado e miserável, compelido a mendigar a seu patrão e audiência, contém muito menos autobiografia do que técnica literária [...].

A imagem do Arquipoeta como poeta-vagabundo, quaisquer que fossem os elementos de verdade literal que possa ter contido, foi concebida para o sofisticado entretenimento daquele grupo internacional de diplomatas e legisladores, eruditos bem-nascidos e prelados que cercavam o imperador, cuja *lingua franca* era o Latim e, entre os quais, o Arquipoeta, provavelmente por seu nascimento e posição, se movia como um igual.

A partir de então, passou-se a suspeitar de que ele tenha sido, na verdade, um dos notários da Chancelaria sob as ordens de Rainald, atuando como poeta em uma espécie de carreira paralela à de notário.

Entre 1975 e 1990, a equipe de Heinrich Appelt na *Monumenta Germaniae Historica*, realizou um soberbo trabalho ao editar os mais de mil e quinhentos diplomas produzidos pela Chancelaria durante o reinado de Frederico I, tarefa completada em quatro volumes e complementada por um quinto, dedicado ao estudo da própria Chancelaria.

Nesse volume, a equipe de Appelt destacou o trabalho dos notários por sua produtividade, identificada através de exames grafológicos dos manuscritos e pelos estilos próprios de composição dos documentos, já que os autores não eram identificados nos textos, nem mesmo como testemunhas; apenas compunham os diplomas a partir de parâmetros previamente fixados em modelos como os presentes no *Codex Udalrici* (RUBINSTEIN, 1945, p. 25), por exemplo. Contudo, como já adiantado, a execução das composições acabava por permitir a inclusão de estilos próprios, com seus maneirismos e características específicas e assim se tornou possível estabelecer ao menos a cronologia da atividade destes notários e, em alguns casos, através de referências cruzadas, descobriu-se a identidade de alguns poucos.

Segundo Rudolf Schieffer (1990), os maneirismos estilísticos presentes nos documentos elaborados pelo notário denominado como “Rainald H” (ou seja, o oitavo notário a surgir dos registros de Rainald de Dassel como Chanceler), lembram aqueles encontrados nas canções escritas pelo Arquipoeta. Por outro lado, como notou Peter Godman em seus textos (2000; 2009; 2010; 2011; 2014), pode-se inferir e constatar que personagens, situações e locais mencionados nos diplomas de “Rainald H” possuem contrapartes nas canções do Arquipoeta.

Pôde-se atribuir a “Rainald H” a produção de quarenta e nove diplomas datados entre 1158 e 1167, sendo que, dos quais, nada menos que trinta e sete foram compostos na Itália (Lombardia e Toscana), durante as perambulações político-militares de Rainald de Dassel e Frederico *Barbarossa* (APPELT, 1990, p. 39), cenário por excelência das canções do Arquipoeta. Outro indício importante pôde ser percebido justamente nas datas coincidentes de atividade entre “Rainald H” e o Arquipoeta, sendo que as canções datáveis do último estão ligadas aos anos 1162-4, mas, com certeza, não avançam além de 1167, ano do falecimento de seu patrono, Rainald de Dassel. Aliás, a produção de “Rainald H” também não supera esta marca, sendo o único notário (de destaque) cuja carreira encerra-se no mesmo período que a do Arquichanceler, possivelmente ambos vitimados pelas epidemias de malária e disenteria (endêmicas na Itália Central medieval) que devastaram o exército imperial no verão romano de 1167, tornando a, até então, vitoriosa campanha imperial em um fracasso de enormes proporções (HERDE, 1991).

Em relação às suas origens, as especulações estão baseadas em terreno um pouco mais firme. A partir das evidências ortográficas nos diplomas, pôde-se estabelecer que “Rainald H” provinha da Germânia Setentrional (APPELT, 1990, p. 39), especificamente da Saxônia, assim como o próprio Rainald de Dassel. É possível que as afinidades regionais tenham contribuído muito para iniciar a relação entre ambos, provavelmente em Hildesheim, o principal centro de ensino e cultura na Saxônia do século XII, onde Rainald de Dassel foi estudante e, posteriormente, reitor entre 1146 e 1153.

Com a ascensão de Rainald de Dassel à chancelaria imperial em 1156, houve o surgimento nos círculos imperiais de um humor marcado por rivalidade, ira e incansável energia intelectual que

pode ser sentida em uma série de obras como as Cartas de Hillin de Trier, as canções do Arquipoeta e a Carta do Preste João das Índias (LATOWSKY, 2013, p. 160-182). Esta defesa apaixonada e ativa promoção da agenda política imperial eram características da atuação de Rainald, principal conselheiro de Frederico *Barbarossa*, a mente provocadora e altamente ideológica por trás da cultura documental da corte germânica entre 1156 e 1167.

Segundo Peter Godman (2000, p. 199):

A dialética entre o sacro e o profano era parte integral da imagem pública de Rainald de Dassel. Ele era percebido tanto como um magnata secular quanto como um príncipe eclesiástico; como um pensador e como um intrigante, como um campeão da Igreja germânica e como um apóstata da Igreja Romana.

O apogeu do domínio de Frederico I *Barbarossa* sobre a Lombardia se deu entre 1162 e 1164, na sequência da destruição de Milão como centro da oposição ao imperador. É justamente neste momento que Rainald de Dassel também atinge o auge de sua influência sobre a condução das políticas imperiais na Itália, como pode ser medido pela afortunada expressão de Rainer Herkenrath, que o definiu como “[...] vice-imperador, enquanto estava na Itália [...]” (1982, p. 219) e a do próprio Arquipoeta que o definiu como *socio mens Romani principis* (na sétima estrofe da canção *Archicancellarie viris maior ceteris*, Apud EBERLE, 1966, p. 74).

Herkenrath (1982, p. 217) recorda que Rainald foi enviado à Itália como *legatus generale*, ou seja, um mandatário plenipotenciário, tendo jurisdição sobre “todos os territórios imperiais na Itália” (definição elástica, já que os imperadores germânicos acreditavam que toda a península lhes pertencia por direito, incluindo os territórios papais e os sicilianos), cuja autoridade emanava diretamente da *auctoritate imperiali*, única instância que lhe era superior: *Rainaldus dei gratia Coloniensis ecclesiae electus imperatorie maiestatis legatus*.

Suas principais atividades como legado envolviam a nomeação de funcionários imperiais para a função de *podestàs* para as comunas, a administração da justiça e o recolhimento de impostos, além de garantir, através da colaboração ou da coação, a lealdade das cidades italianas.

Justamente, neste momento de glória, Rainald impôs ao Arquipoeta a tarefa de compor um panegírico em homenagem ao imperador e este acabou por produzir *Salve mundi domine, Caesar noster ave*, como analisaremos a seguir.

### ***Salve mundi domine: Fortuna crítica***

A obra poética do Arquipoeta começou a ser recuperada em 1803, a partir da redescoberta do *Codex Buranus*. Ali encontram-se a canção X, ou *Estuans intrinsecus, ira vehementi* (CB 191) e quatro estrofes da canção IV, *Archicancellarie, vir discrete mentis* (CB 220). Pouco depois, Jacob Grimm encontrou o manuscrito, depois denominado como *Codex philol.* 170 (atualmente na Biblioteca da Universidade de Göttingen), que contém as canções I (*Lingua balbus, hebes ingenio*), II (*Fama tuba dante sonum*), III (*Omnia tempus habent*), IV (*Archicancellarie, vir discrete mentis*) completa, V (*Nocte quadam sabbati somno iam relecto*), VI (*Em habeo versus te precipiente reversus*), VII (*Archicancellarie, viris maior ceteris*) e a primeira estrofe preservada da VIII (*Presul urbis Agripina*). Finalmente, ainda durante a primeira metade do século XIX (1842), foi descoberto o manuscrito 2071, da Bibliothèque Royale de Bruxelas, com as canções IX e X (*Salve, mundi domine, Cesar noster, ave!* e a já mencionada *Estuans intrinsecus*), completando assim a redescoberta do *corpus* poético produzido pelo Arquipoeta.

A primeira transcrição do *Salve, mundi domine* foi apresentada por Jacob Grimm em 1843: “Gedichte des mittelalters auf könig Friedrich I. den Staufer und aus seiner so wie der nächstfolgenden zeit” (In: *Abhandlungen der historisch-philologischen Klasse*, Berlin: Preussische Akademie der Wissenschaften, p. 192-203). Uma nova transcrição da canção surgiu com a edição da obra completa do Arquipoeta por Max Manitius em 1913 (*Die Gedichte des Archipoeta*). Subsequentemente, houve um incremento nos estudos e nas edições da obra do Arquipoeta paralelo à escalada nacionalista da ascensão do Nazismo e a Segunda Guerra Mundial: Walter Stapel em 1927 (*Des Archipoeten erhaltene Gedichte: der mittellateinische Text mit wörtlicher Übersetzung und Einführung in das Verständnis*), Walter Stach em 1939 (*Salve, mundi domine!/: Kommentierende*

*Betrachtungen zum Kaiserhymnus des Archipoeta*) e Karl Langosch em 1943 (*Politische Dichtung um Kaiser Friedrich Barbarossa*).

A interpretação desta canção foi, durante muito tempo, essencial para avaliações sobre a obra e a pessoa do Arquipoeta. Walter Stach (1939) e Karl Langosch (1943) encarregaram-se da difusão de uma visão profundamente nacionalista, bem ao gosto do período nacional-socialista: o Arquipoeta era um alemão, súdito fiel de seu Kaiser e homenageou-o com um encômio perfeito: *Hail, Herr der Welt!*

Perfeito para o embasamento histórico das pretensões mundiais do *Reich* de Mil Anos: um imperador alemão, aclamado como Senhor do Mundo, prefigurando o novo imperador em seu processo de conquista; não é por acaso que a maior operação militar empreendida pela *Wehrmacht*, o ataque à URSS, tenha sido batizada como “Operação *Barbarossa*”, mesmo que a expansão a Leste, o *Drang nach Osten* nunca tenha sido uma prioridade de Frederico I. Mas ele era o Senhor do Mundo e conquistar a União Soviética daria o mundo a Hitler.

É interessante notarmos que, embora a Alemanha Nazista tenha sido derrotada, o nacionalismo de Stach e Langosch só começou a ser contraditado na década de 1960. Mas a entusiasmada análise encomiástica de *Salve mundi domine* ainda permaneceu corrente.

Na década de 1950, houve uma retomada dos estudos alemães acerca dos textos do Arquipoeta, a princípio capitaneada pelo próprio Langosch, que em 1954 incluiu as canções do Arquipoeta na antologia *Hymnen und Vagantenlieder* (em 1973, ele publicou edição bilíngue das canções como *Die Lieder des Archipoeta*, pela coleção Biblioteca Universal da Editora Reclam), finalizando a década, em 1958, Henrich Watenpuhl e Heinrich Krefeld publicaram *Die Gedichte des Archipoeta, kritische edition*.

A última edição da obra do Arquipoeta antes das já mencionadas reavaliações elaboradas por Peter Dronke (1968) e Heinrich Appelt (1975-1990), foi a de Josef Eberle (*Die Gedichte des Archipoeta: Lateinisch und Deutsch*) em 1966.

É interessante que todas as edições seguintes são posteriores ao trabalho de Heinrich Appelt, particularmente o volume final de sua edição dos Diplomas imperiais de Frederico I *Barbarossa* e ambas já incorporam estas reflexões: Heinrich Krefeld retorna com *Der Archipoeta* em 1992 e, em 1994, Fleur Adcock produziu a primeira

edição completa das obras do Arquipoeta em língua inglesa (*Hugh Primas and the Archpoet*).

Finalmente, nos anos 2000, Peter Godman retomou o estudo sistêmico das obras do Arquipoeta em uma série de artigos e culminando com a publicação em 2014 do livro *The Archpoet and Medieval Culture*. Nesse e no artigo *The Archpoet and the Emperor*, de 2011, Godman analisa o *Salve, mundi domine*, sublinhando o caráter satírico do conjunto da obra do Arquipoeta e a intimidade entre o poeta e seu patrono, Rainald de Dassel.

### ***Salve mundi domine: Tradução e análise***

Passemos agora à tradução e ao estudo contextualizado dos versos de *Salve, mundi domine*.

1

Salve mundi domine, Caesar noster ave!  
cuius bonis omnibus iugum est suave;  
quisquis contra calcitrat putans illud grave,  
obstinati cordis est et cervicis pravae.

1

Salve senhor do mundo, ave nosso César!  
Cujo jugo, aos bons, é suave;  
E pesado, aos recalcitrantes,  
Obstinados de coração cujo pescoço não se dobra.

O tom aparentemente triunfal da primeira estrofe tem que ser contraposto ao seu duro contexto. O “senhor do mundo” era encarado pela maior parte da Cristandade como cismático e por alguns como um verdadeiro Anticristo. Assim, se todos os súditos leais do imperador são “os bons”, então seu domínio é ético; dessa forma, seu jugo é doce como o do Cristo (Mt. 11:30). Consequentemente, os que colocam fora de seu domínio são obstinados e iníquos, em uma alusão direta aos Atos dos Apóstolos 9:15 e à prática herética da *pertinacia*, o ato do indivíduo deve ser manter-se obstinadamente

em seu próprio caminho, em um ataque direto ao mais obstinado dos adversários do imperador, o papa Alexandre III.

2

princeps terrae principum, Caesar Friderice,  
cuius tuba titubant arces inimicae,  
tibi colla subdimus tigres et formicae  
et cum cedris Libani vepres et myricae.

2

Príncipe dos príncipes do mundo, César Frederico,  
Cuja trombeta fortalezas inimigas derruba,  
Nos curvamos a ti, assim como as formigas e os tigres,  
E como fazem os cedros do Líbano, os espinheiros e as sebes.

3

nemo prudens ambigit te per dei nutum  
super reges alios regem constitutum  
et in dei populo digne consecutum  
tam vindictae gladium, quam tutelae scutum.

3

Ninguém em seu juízo duvida de que a vontade divina  
Tenha-lhe constituído como Rei sobre reis  
E, para o povo de Deus, você dignamente obteve  
O porte do gládio vingador e do escudo protetor.

Nas estrofes seguintes, o Arquipoeta reforça a legitimidade do poder de Frederico (ameaçado que estava por todos os lados) ao denominá-lo como “Príncipe dos príncipes” e “Rei sobre reis” (expressões reminiscentes do texto bíblico e presentes nos documentos da Chancelaria imperial), ele busca restaurar uma legitimidade sagrada, abalada pelo Cisma de 1160, instigado e mantido por Rainald de Dassel, como fica claro ao compará-lo a Josué, bíblico líder militar e figura muito admirada no medievo; nas expressões de supremacia de Frederico sobre fauna e flora, reminiscentes do livro de *Gênesis*, especificamente da passagem em que Deus submete as criaturas a Adão.

Argumentos reforçados explicitamente na terceira estrofe com a declaração de que ele era “rei sobre reis” diretamente pela vontade divina e, portanto, legítimo governante do povo de Deus. Sendo assim, suas guerras são legítimas e justas, como os dois últimos versos deixam claro. O reforço a esta visão está na comparação com o também bíblico Josué, que derrubou com suas trombetas as muralhas de Jericó, imagem interessante, já que a principal ação militar das campanhas italianas do imperador era a tomada de cidades fortificadas e uma das mais impactantes formas de punição às cidades rebeldes capturadas ou rendidas era a destruição de suas fortificações, que poderia, ou não, preceder à obliteração da cidade em si.

Por outro lado, a quarta estrofe emprega uma linguagem menos esotérica para descrever outro fundamento (muito prático) do domínio de Frederico sobre a Lombardia, estabelecido durante a Assembleia de Roncaglia, em 1158: o fiscalismo. Segundo Rahewin, os impostos obtidos na região equivaleriam a nada menos que “trinta mil talentos de prata” ou cem mil marcos, anualmente (2004, IV, 8, p. 238). Como comparação, os rendimentos anuais do reino da França equivaliam a sessenta mil marcos (FUHRMANN, 1995, p. 148). Um dos principais motivos dos embates entre o imperador e as comunas lombardas era justamente a recusa destas em pagar as obrigações fiscais estabelecidas pelo monarca.

4

unde diu cogitans, quod non esset tutum  
Caesari non reddere censum vel tributum,  
vidua pauperior tibi do minutum,  
de cuius me laudibus pudet esse mutum

4

Considero, há muito tempo, que não seria prudente  
Não render a César presentes ou tributos.  
Sou mais pobre que uma viúva, mas eis meu pouco,  
Já que, em louvor a ti, não posso emudecer.

A segunda metade da estrofe deixa claro que, diante desta força, até mesmo o poeta está coagido a prestar seu tributo. Ele entendeu que o laço entre poder e fiscalidade estava baseado no medo.

5  
tu foves et protegis magnos et minores,  
magnis et minoribus tuae patent fores;  
omnes ergo Caesari sumus debitores,  
qui pro nostra requie sustinet labores.

5  
Em tua benevolência proteges grandes e pequenos,  
Para poderosos e humildes tuas portas estão abertas;  
Assim todos são devedores a César,  
Que para nosso repouso tantos labores suporta.

Assim, ele retorna ao tom oficial ao retomar as convenções panegíricas na quinta estrofe. Em consonância com a linguagem empregada em diversos diplomas imperiais, como o de número 413, composto por “Rainald H” em novembro de 1163 (APPELT, 1979, p. 297):

Dentre as mais frutíferas formas de nossa imperial responsabilidade, a qual portamos altruística e incansavelmente para o benefício comum a todos, se encontra a mais feliz e particular intenção de nossa excelente majestade que, sob nosso mais pio governo, justiça equitativa seja aplicada da mesma forma para poderosos e humildes, de tal maneira que os pobres não sejam oprimidos pelos ricos nem os impotentes pelos poderosos...

O *Barbarossa* deixa de ser o ávido cobrador da quarta estrofe para se tornar um generoso altruísta...

6  
dent fruges agricolae, pisces piscatores,  
auceps volatilia, feras venatores:  
nos poetae pauperes, opum contemptores,  
scribendo Caesareos canimus honores

6

Que os pescadores ofereçam peixes; os camponeses, frutos;  
Os passarinhos, pássaros; os caçadores, feras;  
Mas nós, pobres poetas, desprezamos riquezas,  
Escrevendo canções em honra de César.

O poeta prossegue estabelecendo a ideia de que cada um contribua dentro de suas possibilidades, literalmente dando a César o que lhe pertence, segundo o preceito presente em Lucas 20:25.

7

filius ecclesiae fidem sequor sanam,  
contemno gentilium falsitatem vanam,  
unde iam non invoco Phoebum vel Dianam  
nec a Muis postulo linguam Tullianam.

7

Sou filho da Igreja e sigo a verdadeira Fé,  
Desprezo a vã falsidade dos gentios,  
Portanto não invoco Apolo ou Diana  
Nem imploro às Musas pela lábia de Cícero.

A ambiguidade do pensamento do Arquipoeta volta a se fazer presente na sétima estrofe. Ele se declara “filho da Igreja”, contudo, qual delas? Desde a eleição dupla de 1159 e consolidada pelo Concílio de Pávia, em 1160, a Igreja estava dividida entre os seguidores de Alexandre III (anti-imperiais) e Vítor IV (pró-imperiais) e o poeta em momento algum explicita sua posição. Assim não desagrade seus mestres nem se arrisca à excomunhão que havia sido imposta a Rainald de Dassel (com pouquíssimos efeitos práticos, diga-se de passagem) e Frederico *Barbarossa*.

No restante da estrofe, ele assume uma posição tradicional de repúdio ao paganismo clássico, que muitos imputavam aos muçulmanos, como fica explícito na *Canção de Rolando*, mas também a muitos cristãos que, neste momento do Renascimento do século XII, embasavam suas ideias menos nas autoridades eclesiásticas e mais em autoridades clássicas como Cícero, aparentando um ar de ortodoxia.

8

Christi sensus imbuat mentem Christianam,  
ut de Christo domini digna laude canam,  
qui potenter sustinens sarcinam mundanam  
releuat in pristinum gradum rem Romanam.

8

Que o entendimento de Cristo imbua as mentes cristãs,  
Para que se possa cantar elogios dignos do Eleito do Senhor,  
Que sustenta o peso do mundo com seu poder,  
Erguendo a causa Romana à sua antiga glória.

Aqui temos o núcleo do projeto de poder do *Barbarossa*: a *Renovatio Imperii*, a causa da renovação do Império, restabelecendo-o a seu prévio estado. Ou seja, seu poder como existente durante o reinado de Henrique III, antes da Contenda das Investiduras e das mudanças na estrutura de poder por ela ensejadas. E o maior defensor deste projeto imperial era justamente Rainald de Dassel, como reconhecido pelo próprio imperador em diversas ocasiões.

9

scimus per desidiam regum Romanorum  
ortas in imperio spinas impiorum  
et sumpsisse cornua multos populorum,  
de quibus commemoro gentem Lombardorum.

9

Sabemos que por indolência dos imperadores Romanos  
Surgiram no Império ímpias dificuldades  
E muitos povos se sublevaram,  
Dos quais mencionarei a gente dos Lombardos.

A nona estrofe explica a necessidade da renovação do império: a indolência de imperadores anteriores, que permitiram que os problemas criassem raízes. É interessante que neste dito panegírico não existe forma alguma de louvor à dinastia imperial. Na verdade, esta estrofe estabelece uma poderosa crítica sobre a ação dos imperadores

dos cento e cinquenta anos anteriores, já que a presença imperial na Lombardia decresceu a partir do ano 1000 e praticamente inexistiu na maior parte da primeira metade do século XII. Assim ele afirma a singularidade de Frederico devido a esta descontinuidade de conduta frente a seus antecessores.

10

quae dum turres erigit more Giganteo,  
volens altis turribus obviare deo,  
contumax et fulmine digna Cyclopeo  
instituta principum spreuit ausu reo.

10

Enquanto erigem torres gigantescas  
Desejando nestas altas torres encontrar Deus,  
Desobedientes, um raio digno de um Cíclope  
É o que merecem, por desrespeitar as leis do príncipe.

Enquanto o bispo Otto de Freising (talvez o maior historiador do século XII e tio do *Barbarossa*) atribui valor aos lombardos, o Arquipoeta aqui transmite a visão do Arquichanceler sobre as comunas: severa e implacável. Dignos de uma punição apocalíptica por seu orgulho.

Na estrofe seguinte, o Arquipoeta contrapõe a noção lombarda de Liberdade ao conceito imperial de Legalidade, em termos muito familiares aos de seu trabalho como notário da Chancelaria, sendo que a ideia de que a Liberdade possuía limites legais foi expressa muitas vezes nos documentos por ele produzidos.

11

libertatis titulo volens gloriari,  
nolens in Italia regem nominari,  
indignata regulis legum coartari  
extra legum terminos coepit evagari.

11

Em nome da liberdade desejam glória,  
Se recusam a reconhecer um Rei na Itália,

Ressentidos com as leis que os confinam,  
Se afastaram para além dos limites legais.

A visão imperial era extraída do Direito Romano, no qual o imperador é visto como fonte de todas as leis e, portanto, guardião das liberdades. Ao desafiarem a soberania imperial, as comunas lombardas alcançariam apenas a forma da liberdade, não sua substância jurídica.

Por isso as comunas rebeldes e, particularmente Milão, precisavam aprender sua lição:

12

de tributo Caesaris nemo cogitabat,  
omnes erant Caesares, nemo censum dabat;  
civitas Ambrosii velut Troia stabat,  
deos parum, homines minus formidabat.

12

Em render tributo a César, ninguém pensou,  
Todos eram Césares, ninguém presentes oferecia;  
A cidade Ambrosiana, assim como Tróia,  
Pouco temia aos deuses e ainda menos aos homens.

13

dives bonis omnibus et beata satis,  
nisi quia voluit repugnare fati,  
cuius esse debuit summa libertatis,  
ut, quod erat Caesaris, daret ei gratis.

13

Era rica em tudo que é bom e repleta de bênçãos,  
Caso não tivesse se rebelado contra seu destino,  
O apogeu de sua liberdade teria sido,  
Voluntariamente dar a César o que lhe pertence.

Segundo o poeta, todos os seus cidadãos julgavam-se imperadores, negando-se a reconhecer a autoridade imperial recorrendo

à inadimplência fiscal, uma ofensa pouco heroica, mas estritamente prática.

A referência troiana é interessante por sua hipérbole. Dificilmente poder-se-ia comparar com sobriedade as ações milanesas às troianas... Contudo, este recurso amplia o valor épico da luta contra Milão, que partiu de origens tão pragmáticas. Aqui o Arquipoeta apresenta o palco e os bastidores do acontecimento, não oferecendo peso maior a um ou outro.

As duas estrofes como um todo podem ser lidas como um crescendo, no qual a rebelião contra o imperador foi interpretada como uma resistência ao destino e, consistente com os paradoxos apresentados anteriormente, o apogeu de sua liberdade estaria em sua disposição em render a César o que lhe deviam por direito.

Como poderia ser apresentada sua vitória contra a pérfida e perversa Milão? Apenas com grandeza bíblica, comparado a Judas Macabeu.

14

surrexit interea rex iubente deo,  
metuendus hostibus tamquam ferus leo,  
similis in proeliis Iudae Maccabaeo,  
de quo, quidquid loquerer, minus esset eo.

15

non est eius animus in curanda cute,  
curam carnis comprimit animi virtute;  
de communi cogitans populi salute  
pravorum superbiam premit servitute.

14

Não obstante, o rei se ergue ao comando de Deus,  
Tão terrível a seus inimigos quanto um feroz leão,  
Similar a Judas Macabeu em batalha,  
O que quer que eu diga estaria abaixo de seu nível.

15

Não estava em sua mente preservar sua pele,

A virtude da alma supera o cuidado com a carne;  
Pensando sempre no bem-estar de seu povo  
E pressionando soberbos e perversos à servidão.

Judas Macabeu foi extremamente admirado no período medieval. Este guerreiro judeu do século II a.C. foi responsável pela rebelião contra o domínio Selêucida na Palestina, restaurou a pureza do Templo de Jerusalém, profanada pelos cultos pagãos dos Selêucidas (origem da festa de Hanukkah) e libertador de seu povo. Este herói, juntamente com o já mencionado Josué, fazia parte do seletivo grupo de modelos de valores cavaleirescos estabelecido entre os séculos XII e XIV, como bem apontado por Maurice Keen (1984, p. 14, grifos do autor):

Para o perfeito modelo de Cavalaria poder-se-ia olhar para Judas Macabeu, o herói judaico do Velho Testamento, que era *preux e hardi*, belo, porém humilde, sempre honrado, um grande guerreiro que morreu armado pelas causas de Deus.

Contudo, mais uma vez, a ambiguidade surge do texto do Arquipoeta: a fama de Judas Macabeu se deu como resistente contra um invasor tirânico, categoria na qual Frederico *Barbarossa* era enquadrado por seus inimigos lombardos... Também ambíguo é o último verso: estaria ele afirmando a grandiosidade do imperador e por isso sua incapacidade de produzir mais no nível deste ou simplesmente um artifício para disfarçar o tédio originado da obrigação de produzir um encômio sob pressão, impressão deixada pela quarta estrofe?

16

quanta sit potentia vel laus Friderici,  
cum sit patens omnibus, non est opus dici.  
qui rebelles lancea fodiens ultrici,  
repraesentat Carolum dextera victrici.

16

Quão poderoso e digno de louvor Frederico é,  
Não precisa ser dito, a todos é patente.

Enterrando nos rebeldes sua lança vingadora,  
Ele representa Carlos Magno em sucesso e vitória.

Impressão reforçada pelos dois primeiros versos da décima sexta estrofe: como, em um encômio, não explicitar o “quão poderoso e digno de louvor” é o monarca homenageado? Mesmo com a associação de Carlos Magno a Frederico (certamente apreciada pelo monarca e por Rainald de Dassel), não diminui o estranhamento causado pelas declarações dos primeiros versos.

E, novamente, a ambiguidade retorna ao texto. Na décima sétima estrofe, temos a forma como governa este Carlos Magno redivivo:

17  
hic ergo considerans orbem conturbatum  
potenter aggreditur opus deo gratum  
et ut regnum revocet ad priorem statum,  
repetit ex debito census civitatum.

17  
Então, considerando o mundo em desordem  
Ele assumiu com vigor a tarefa abençoada por Deus  
E, para restaurar o reino a seu prévio estado,  
Ele devidamente voltou a cobrar impostos às cidades.

Dois elementos destacam-se na estrofe: a ausência do título de César, reduzindo o imperador a apenas “ele” e o retorno explícito da necessidade de restaurar a ordem no mundo (equivalente à *Renovatio imperii*). Após assumir esta hercúlea tarefa, o que fez nosso herói? Foi cobrar impostos... Novamente a contradição entre o épico e a realidade cotidiana do governo fazem-se presentes, em detrimento do heroico. Mas, como já aludido, Frederico destaca-se de seus antecessores em reforçar a cobrança dos valiosíssimos direitos fiscais a que tinha direito na Lombardia.

No século XII, mais e mais o dinheiro tornou-se ferramenta para a projeção de poder dos monarcas: particularmente para suas necessidades militares, como a contratação sistemática de mercenários (prática condenada como herética pelo segundo concílio de Latrão, em

1139, mas letra morta, já que o próprio papado foi grande contratante de mercenários, embora em níveis menores do que Henrique II da Inglaterra e o próprio *Barbarossa*), a manutenção em campo da hoste feudal (o costumário de Colônia registra que se devia conceder a cada cavaleiro dez marcos de prata para a preparação das campanhas italianas e um marco mensal para a manutenção de seu sustento, além de roupas, cavalos e outros equipamentos – (ARNOLD, 1985, p. 83) e a construção de dispendiosos engenhos de assalto.

18

prima suo domino paruit Pavia,  
urbs bona, flos urbium, clara, potens pia;  
digna foret laudibus et topographia,  
nisi quod nunc utimur brevitatis via.

18

Pávia foi a primeira a obedecer seu senhor,  
Boa cidade, flor das urbes, famosa, poderosa e pia;  
Digna de louvor por seu foro e topografia,  
Caso não estivéssemos tomando um atalho.

19

post Paviam ponitur urbs Novariensis,  
cuius pro imperio dimicavit ensis  
frangens et reverberans viribus immensis  
impetum superbiae Mediolanensis.

19

Após Pávia, veio a cidade de Novara,  
Cuja espada lutou pelo Império  
Com imensos esforços, repelindo e derrotando  
O arrogante ataque Milanês.

20

carmine, Novaria, semper meo vives,  
cuius sunt per omnia commendandi cives,  
inter urbes alias eris laude dives,  
donec desint Alpibus frigora vel nives.

20

Novara, para sempre viverás em minha poesia,  
Seus cidadãos serão por todos elogiados,  
Entre outras cidades abundarás em louvores,  
Até que o gelo e a neve desapareçam dos Alpes.

21

laetare, Novaria, numquam vetus fies,  
meis te carminibus renovari scies:  
famae tuae terminus nullus erit dies,  
nunc est tibi reddita post laborem quies.

21

Rejubila-te Novara, nunca envelhecerás,  
Sabendo que minhas canções te rejuvenarão  
E que não haverá limite para tua fama,  
Agora que, após teus esforços, a paz lhe foi restaurada.

22

Mediolanensium dolor est immensus,  
prae dolore nimio conturbatur sensus.  
civibus Ambrosii furor est accensus,  
dum ab eis petitur ut a servis census.

22

O pesar de Milão é imenso  
Sua razão foi conturbada pela dor  
E ardente furor inflama os cidadãos Ambrosianos,  
Quando os impostos lhes são exigidos, como de escravos.

Esta canção foi datada por Bernard Bischoff (1953, p. 336) como composta no outono de 1163. Contudo, Ferdinand Opll (1978, p. 30) apresentou evidências internas ao poema que o remetem à primavera de 1162. Utilizando estas estrofes, ele pôde estabelecer que o poema, possivelmente, começou a ser composto após a destruição de Milão entre março e abril de 1162.

Quanto ao local de sua composição, Bischoff havia apontado Novara, principalmente por esta cidade ter sido citada com tanto

destaque na composição. Nada menos do que três estrofes, enquanto Pávia, outra cidade importantíssima ao campo imperial, e Milão, a maior cidade lombarda e grande inimiga do Império, mereceram uma estrofe cada (precedendo e sucedendo as estrofes dedicadas a Novara). Aliás, nem Frederico, Rainald ou o Arquipoeta estiveram em Novara, em momento algum, como pode-se depreender da farta documentação dos trajetos de Frederico, Rainald e seus acompanhantes. O mais provável é que o mesmo tenha sido composto na estrada e em estadias em várias cidades, sendo Pávia e Lodi as principais candidatas, já que eram as cidades que mais vezes receberam a comitiva imperial.

É possível que esta longa homenagem a Novara tenha sido uma antonomásia, destinada a homenagear àquele que dominava esta cidade, ou seja, o instável conde Guido de Biandrate, um nativo de Milão que várias vezes mudou de lados, mas sempre foi um elemento importante nas relações entre Milão e a corte imperial e que, finalmente, decidiu-se pelo partido imperial, após a destruição de Milão. Aliás, o emprego da antonomásia poderia ser estendido para a estrofe que homenageia Pávia, dominada por outro grande partidário do Império (além de primo distante do imperador) Guilherme, conde de Monferrato.

Quando levamos em consideração as atividades do Arquipoeta como “Rainald H”, podemos detectar outra possível razão para homenagear Novara e Guido de Biandrate: a perspectiva de recompensa financeira. Em 1159, “Rainald H” compôs um privilégio para Guido de Biandrate no qual ele recebeu do imperador o domínio sobre Novara e o seu *contado* (a sua área de produção agrícola). O notário, como era de costume, recebeu considerável recompensa do beneficiado. Como a questão do dinheiro possui destacada relevância no conjunto da obra do Arquipoeta, não é difícil imaginar que ele buscasse nessa *persona* uma recompensa equivalente à recebida como notário.

23

interim praecipio tibi, Constantine:  
iam depone dexteram, tuae cessent minae!  
Mediolanensium tantae sunt ruinae,  
quod in urbe media modo regnant spinae.

23

Enquanto isso comando-lhe, Constantino:  
 Deponha já a tua destra, detém tua prata!  
 Tal é a ruína de Milão,  
 Que espinheiros reinam no meio da cidade.

Nessa estrofe, o Arquipoeta literalmente ordena a um imperador bizantino. Não se trata de Constantino, imperador romano do século IV, mas trata-se de uma metáfora: Constantino era o nome do tirânico rei dos gregos, vilão no romance cortesão *König Rother* (possivelmente modelado em torno do Rei Rothari dos Lombardos e que, nesta fantasia, tornou-se pai de Pepino o Breve). É interessante que esta fantasia já havia sido anteriormente incorporada na *Kaiserchronik*, primeira obra historiográfica germânica, produzida em vernáculo e consideravelmente disseminada já a partir de meados do século XII (MYERS, 2013, p. 1-2). O ponto central desta ideia está na visão negativa a respeito do Império Bizantino, presente na corte do *Barbarossa*.

Frederico I desenvolveu este ressentimento durante sua participação na Segunda Cruzada e o ampliou com as maquinações de Manuel I Comneno na Itália: este último, além de também almejar a conquista do reino siciliano, passou a financiar as atividades das diversas cidades lombardas que se opunham ao *Barbarossa*, particularmente Milão, como fica muito claro no verso do Arquipoeta.

É muito provável que a esta imagem jocosa do *basileus* bizantino, conjugada à imagem da destruição de Milão, se configurasse em uma espécie de *aviso* para aquele, tenha muito agradado tanto ao imperador Frederico quanto a Rainald de Dassel, que reputedamente detestava o monarca oriental.

É evidente que esta reprimenda só foi consumida na corte germânica, para seu entretenimento, já que a mesma nunca chegou a Constantinopla e muito menos alteraria o curso das políticas de Manuel Comneno.

24

tantus erat populus atque locus ille,  
 si venisset Graecia tota cum Achille,

in qua tot sunt moenia, tot potentes villae,  
non eam subicere possent annis mille.

24

Tamanhos eram sua população e porte  
Que se Aquiles viesse com toda a Grécia,  
Até ali, onde haviam tantas muralhas e tão poderosas propriedades,  
Eles não poderiam subjugar-la nem mesmo em mil anos.

25

iussu tamen Caesaris obsidetur locus,  
donec ita venditur esca sicut crocus.  
in tanta penuria non est ibi iocus,  
ludum tandem Caesaris terminavit rochus.

25

Tendo César ordenado, o local foi assediado,  
Até que o preço da carne alcançasse o do açafraão.  
Tanta penúria não é jocosa,  
César encerrou o jogo com sua torre.

Uma das características básicas de um panegírico está no detalhamento dos feitos do homenageado, particularmente os bélicos. Contudo, como notado anteriormente na estrofe 16, o Arquipoeta furta-se a detalhar os feitos de Frederico, particularmente os bélicos (aos quais declarou ter horror, na canção *Estuans intrinsecus*). Aqui ele dedica apenas duas estrofes em louvor ao apogeu militar imperial na Lombardia, a longa campanha para a conquista e destruição de Milão, entre 1158 e 1162.

A crônica poética do Anônimo de Bérgamo (*Carmen de Gestis Frederici I Imperatoris in Lombardia*) e o *Ligurinus*, poema épico escrito por Gunther de Pairs, foram escritos para suprir a ausência de monumentos literários dedicados às campanhas do imperador. Contudo, a concisão do Arquipoeta é espantosa! Na primeira estrofe, estabelece o tradicional: o poder do inimigo a ser subjugado, recorrendo a uma hipérbole na qual compara novamente Milão a Troia. Como derrotar adversário tão poderoso?

Simple assédio à cidade. A operação militar mais comum no medievo... Claro, ele qualifica o resultado do cerco, a fome, como imensa. Afinal de contas, o preço da carne alcançar o de especiaria, de fato era catastrófico para os assediados, mas nada revela sobre a escala da operação: em meados de junho de 1161, o círculo de destruição havia alcançado a incrível distância de 28 quilômetros (15 milhas) em volta da cidade, devastando áreas agrícolas e florestas, para que nenhum recurso fosse utilizável por Milão (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 135-138).

É interessante que esta estrofe termine com um dado inverídico: não foi o assédio a Milão que foi concluído com o uso de uma torre de assalto; foi o de Crema, em 1160...

Nada disso depreende-se deste dito “panegírico”... Que prossegue *não* relatando as conquistas de Frederico... Seria muito arriscado que ele negasse diretamente uma ordem de seu poderoso patrono, mas fica claro que, de fato, é isso que ele faz:

26

sonuit in auribus angulorum terrae  
et in maris insulis huius fama gerrae;  
quam si mihi liceat plenius referre,  
hoc opus Aeneidi poteris praeferre.

26

Ressoaram notícias pelos cantos da terra,  
Por mares e ilhas, a fama da guerra;  
Fosse a mim permitido tratá-la de forma plena,  
Poderíeis preferir esta obra à Eneida.

27

modis mille scriberem bellicos conflictus,  
hostiles insidias et viriles ictus,  
quantis minis impetit ensis hostem strictus,  
qualiter progreditur castris rex invictus.

27

Eu escreveria sobre batalhas em mil formas  
Sobre estratégias hostis e feitos viris,

Com quais ameaças as espadas golpeiam os inimigos,  
E de que forma o invicto rei avança de seu acampamento.

Ao invés de um épico, o Arquipoeta entrega a promessa de que se um dia o produzisse, este seria, no mínimo, tão admirável quanto a *Eneida*... É isso em uma obra apresentada ao Arquichanceler e, possivelmente, ao próprio imperador (embora este não fosse fluente no Latim e dependesse da tradução de outros, principalmente de Rainald). Contudo, ao que parece, sua reputação com seu patrono permitia-lhe um considerável grau de leniência.

É interessante que ele dedica o mesmo espaço de duas estrofes dado, por exemplo, à conquista de Milão, a um feito aparentemente corriqueiro, como podemos ver nas estrofes 28 e 29:

28

erant in Italia greges vespillonum,  
semitas obsederat rabies praedonum,  
quorum cor ad scelera semper erat pronum,  
quibus malum facere videbatur bonum.

28

Anteriormente, grupos de salteadores infestavam a Itália,  
Nas estradas eles aguardavam suas presas,  
Seus corações sempre prontos para o crime,  
Para eles, praticar o mal era o mesmo que o bem.

29

Caesaris est gloria, Caesaris est donum,  
quod iam patent omnibus viae regionum,  
dum ventis exposita corpora latronum  
surda flantis boreae captant aure sonum.

29

De César é a glória, de César é o presente,  
Que as estradas, agora, a todos estejam abertas,  
Enquanto os cadáveres dos ladrões ficam expostos aos ventos  
Com ouvidos surdos captam o som do sopro boreal.

Esta limpeza das estradas, através da eliminação dos bandos de salteadores é de considerável importância para o exercício simbólico e efetivo de poder do monarca sobre a Lombardia. Simbólico porque o combate aos criminosos e perturbadores da paz pública é um atributo essencial da realeza; e efetivo porque a cobrança de pedágios nas vias era parte dos direitos fiscais que Frederico buscava recuperar na Itália, como estabelecido na segunda Dieta de Roncaglia, em 1158.

Não podemos esquecer que esta medida interessava a todas as comunas lombardas, mesmo as hostis ao Imperador: eram cidades cuja fonte da riqueza estava em seu comércio e, portanto, a segurança nas vias de comunicação era essencial para a lucratividade comercial, mesmo com o pagamento de pedágios ao monarca.

Mais uma vez, ao invés de glorificar os aspectos militares da atuação imperial na Lombardia, o Arquipoeta opta por esmiuçar condições econômicas e financeiras desta atuação.

30

iterum describitur orbis ab Augusto,  
redditur res publica statui vetusto;  
pax terras ingreditur habitu venusto,  
et iam non opprimitur iustus ab iniusto.

30

Novamente o mundo foi descrito para Augusto,  
A *res publica* foi restaurada à sua antiga condição;  
A paz adentra nossas terras, belamente trajada,  
E os justos não mais são oprimidos pelos injustos.  
(Grifos nossos)

A trigésima estrofe pode ser considerada como um pastiche de temas clássicos, um florilégio textual em louvor à romanidade deste imperador romano que pouco (ou nada) compreendia o Latim. No entanto, trata-se de um vocabulário muito próximo ao utilizado nas peças da Chancelaria imperial e em obras como a *Gesta Friderici* de Otto de Freising.

31

volat fama Caesaris velut velox equus;  
hac audita trepidat imperator Graecus,  
iam, quid agat nescius, iam timore caecus,  
timet nomen Caesaris, ut leonem pecus.

31

A fama de César voa como em um cavalo veloz;  
O imperador dos Gregos tremeu com as notícias,  
Agora, sem saber o que fazer, cego pelo pavor,  
Teme o nome de César, como o gado teme o leão.

Mais uma verdadeira fanfarronada destinada a agradar ao Imperador e ao Arquichanceler em sua hostilidade em relação ao imperador bizantino, não apenas por apresentá-lo desesperado, mas, principalmente por não reconhecer sua romanidade.

32

iam tyranno Siculo Siculi detrectant;  
Siculi te sitiunt, Caesar, et exspectant;  
iam libenter Apuli tibi genu flectant,  
mirantur, quid detinet, oculos humectant.

32

Agora os sicilianos detratam seu tirano;  
Os sicilianos estão sedentos e desejosos, te esperando César;  
Agora os apulianos, espontaneamente, ajoelham-se a ti,  
E, com olhos úmidos, perguntam o que o detém.

33

Archicancellarius viam praeparavit,  
dilatavit semitas, vepres exstirpavit,  
ipso iugo Caesaris terram subiugavit;  
et me de miseriae lacu liberavit.

33

O arquichanceler preparou o caminho,  
Alargando as vias, extirpando espinhos,

Ele mesmo submeteu a terra ao jugo de César;  
E libertou-me do lago de minha miséria.

Bernard Bischoff (1953, p. 336) propôs que essas duas estrofes poderiam fornecer elementos cronológicos para a conclusão da obra, possivelmente em maio do mesmo ano de 1162. Essas estrofes remetem à situação interna do Reino Normando da Sicília, onde uma rebelião baronial contra o rei Guilherme I buscou apoio imperial e às preparações de Frederico para a conquista do reino. “Rainald H” conhecia bem os planos do imperador, já que havia composto em Pisa o texto do diploma 356 (datado de seis de abril de 1162), destinado à concessão de direitos comerciais a esta cidade em retorno à sua colaboração em uma futura conquista do reino meridional.

Em julho daquele ano, o mesmo tipo de privilégio foi emitido para Gênova, com a mesma motivação. Estas cidades rivais passaram a colaborar para o projeto imperial como fruto de um acordo construído por Rainald de Dassel, objetivando a utilização das frotas de ambas para o assalto ao reino siciliano<sup>3</sup>. É a essa “abertura das vias e remoção dos espinhos” realizada pelo Arquichanceler que o texto se refere. Assim, no mais tardar, a sua data de conclusão, por não mencionar Gênova, poderia preceder julho de 1162.

Aliás, na estrofe trinta e três, existe mais uma quebra com as convenções dos encômios imperiais: o Arquipoeta cita textualmente um auxiliar do monarca, no caso Rainald de Dassel, representado de forma evidentemente lisonjeira por seu protegido que, por sua vez, inclui-se na obra! Segundo Peter Godman (2011, p. 57), essas quebras de protocolo apontariam para a cumplicidade entre ambos, expressa por seu senso de humor compartilhado (melhor entrevistado no desenrolar de *Estuans intrinsecus*).

34  
imperator nobilis, age sicut agis!  
sicut exaltatus es, exaltare magis!  
fove tuos subditos, hostes caede plagis,  
super eos irruens ultione stragis.

34

Nobre imperador persista em realizar o que iniciou!  
 Assim, como és exaltado agora, ainda mais o será!  
 Trate seus súditos com gentileza, trate aos inimigos com rigor,  
 Chacinando-os com seus ataques vingadores.

Finalmente, em sua conclusão, o que resta a nosso autor dizer? Elogios ao Arquichanceler e aliados como Novara, saíram fáceis de sua pena. Contudo, sobre o *Barbarossa*, sua pena falha... O que ele efetivamente traz na estrofe final?

Uma magra reunião de elementos: grandiosidade e massacre, apenas a taxaço está ausente; em um reflexo direto de suas análises do andamento da política imperial na Lombardia. Como notário da Chancelaria Imperial, “Rainald H” desfiava, obrigatoriamente, nos diplomas régios, todas as loas possíveis ao monarca como Senhor do Mundo. No entanto, como Arquipoeta, é possível que ele tenha se permitido, dentro de certos limites, a expressar-se de maneira deviante frente à linha oficial defendida por seu patrono.

O Arquipoeta não providencia nenhuma resposta a isso, mas não devemos nos espantar, já que se trata de um encômio notável por tudo que ele não diz. Assim, seu serviço a César pode ser encarado como meramente civil, na persona de “Rainald H”; sua verdadeira lealdade como Arquipoeta, repousava no laço estabelecido com o *Ruina mundi*, o vice-imperador para a Itália (um César, segundo a denominação adotada por Diocleciano em fins do século III), o Arquichanceler e Arcebispo de Colônia, Rainald de Dassel.

## Considerações finais

Em *Salve mundi domine, Caesar noster ave*, o Arquipoeta apresenta para nós vividamente o contraste entre o projeto ideológico de supremacia imperial elaborado por Rainald de Dassel e endossado por Frederico I *Barbarossa* e as ásperas realidades do exercício de poder por parte dos mesmos, principalmente em relação à Lombardia. Como síntese deste exercício dialético, concordamos parcialmente com a conclusão de Peter Godman: esta canção não é um encômio

ao monarca, mas sim uma refinada sátira ao imperador para o deleite de seu poderoso chanceler.

Contudo, cremos que ela também pode ser interpretada como uma sátira não apenas às pretensões universais de Frederico I, mas também às próprias ambições de Rainald e também, por que não dizê-lo? Ao lugar do próprio Arquipoeta nesta máquina de poder, em uma mordaz crítica e autocrítica que, pelo que se pode depreender da relação muito próxima entre patrono e protegido, teria atingido seu objetivo: fazer o Arcebispo sorrir, mesmo que tenha sido um sorriso pensativo.

O Arquipoeta presta, assim, o importante papel de apontar a nudez do rei (imperador, no caso) em relação ao projeto político da *Renovatio imperii* de Rainald e Frederico, permitindo-nos entrever a descrença neste projeto no próprio centro produtor e promotor de uma visão hegemônica de apoio ao mesmo, cujas melhores expressões são a *Gesta Friderici*, de Otto de Freising e Rahewin, os anônimos *Carmen de gestis Friderici I imperatoris in Lombardia* e *Ludus de Antichristo*, a *Historia Friderici I* de Otto e Acerbus Morena e o *Ligurinus* de Gunther de Pairis. O *Salve mundi domine* colocar-se-ia dessa forma, como uma espécie de “relatório de minoria”, divergindo das formulações da maioria dos autores contemporâneos a seu *milieu* na Cultura Política da primeira metade do reinado do *Barbarossa*.

### **SALVE MUNDI DOMINE, CAESAR NOSTER AVE! –**

#### **A STUDY OF THE ARCHPOET OF COLOGNE’S KAISERHYMNUS**

**Abstract:** Since the discovery of the manuscript 2071 of the Belgian Royal Library in the first half of the nineteenth century, containing complete versions of the two most famous songs attributed to the Archpoet of Cologne, *Salve mundi domine*, *Caesar Noster ave!* and *Estuans intrinsecus, ira vehementi*, the first song has aroused considerable debate about its laudatory nature and was considered it as profoundly nationalist by German historians of the 1930s and 1940s.

Their analysis of the so-called *Kaiserhymnus* did not suffered considerable challenges until the late twentieth century. Nevertheless, the question that comes to our attention is: how to analyze in a critical and contextualized way a song considered as an imperial encomium in the same class of the *Gesta Friderici* of Otto of Freising and Rahewin among other works, but written by one of the greatest (if

not the greater) satirists of the twelfth century? A work that markedly, to believe in traditional analysts, diverges from the author's own canon?

In order to start answering this question, we carried out a study about the relationship between the main characters involved in the text: the Archpoet and the Archbishop Rainald of Dassel, his patron as a poet and his employer as a notary of the Imperial Chancellery, a relationship in which, as pointed out by Peter Godman in his works, they developed an intense relationship of intellectual complicity.

Our inspiration flowed from questions brought by the Critical Discourse Analysis and the study of Political Culture, and we dedicated this article to a translation of *Kaiserhymnus* for Portuguese language and to its contextualized stanza by stanza analysis, which allowed us to reach very divergent conclusions from that ones already consolidated about the song.

**Keywords:** Archpoet. Rainald of Dassel. Frederick I *Barbarossa*. Medieval Literary Culture. Medieval Political Culture.

## Notas

<sup>1</sup> A tradução inicial do *Kaiserhymnus* e de alguns dos temas aqui tratados derivam da conferência *A serviço de César: Reflexões acerca da obra do Arquipoeta de Colônia*, apresentada a 09 de maio de 2013, no encerramento do III Encontro de Estudos Medievais da faculdade de Letras da UFRJ: Imagens da Idade Média – Eclipses e Reflorescimentos.

<sup>2</sup> A principal característica deste grupo era o seu nascimento servil e, portanto, devedor de serviços tal qual os servos no campo. Contudo, a natureza de seus serviços era diversa, sendo prestados na administração dos domínios ou, principalmente, nos exércitos dos seus senhores como cavaleiros. Diga-se de passagem, os Ministeriais poderiam mesmo ascender socialmente, receber títulos, cargos e feudos, passando, com o tempo, a integrar-se perfeitamente com a própria pequena nobreza germânica.

<sup>3</sup> É interessante notarmos que uma variante deste tratado foi utilizada por Henrique VI em sua bem-sucedida campanha para conquistar o reino em 1194.

## Referências

ADCOCK, Fleur (Ed.). *Hugh Primas and the Archpoet*, Cambridge: Cambridge UP, 1994.

- APPELT, H. (Ed.). *MGH Diplomata Regum et Imperatorum Germaniae Tomus X, Pars II – Friderici I Diplomata*. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1979.
- \_\_\_\_\_. (Ed.). *MGH Diplomata Regum et Imperatorum Germaniae Tomus X, Pars V – Friderici I Diplomata*, Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1990.
- ARNOLD, Benjamin. *German Knighthood 1050-1350*. Oxford: OUP, 1985.
- BENSON, Robert L. *The Bishop-elect – A Study in Medieval Ecclesiastical Office*. Princeton: Princeton UP, 1968.
- BISCHOFF, Bernard. Archipoeta. In: *Neue Deutsche Biographie*, Vol. 1, 1953. p. 336.
- CARDINI, Franco. *Il Barbarossa: Vita, trionfi e illusioni di Federico I Imperatore*. Milano: Oscar Mondadori, 2000.
- CARMINA BURANA – Lieder aus Benediktbeuren* (edição bilingue, Latim – Alemão), Colônia: Anaconda Verlag, 2006.
- DRONKE, Peter. *The Medieval Lyric*. Londres: Hutchinson University Library, 1968.
- EBERLE, Josef (Ed.). *Die Gedichte des Archipoeta. Lateinisch und Deutsch*. Frankfurt-am-Main: Insel Verlag, 1966.
- ECO, Umberto. *Baudolino*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FLECKENSTEIN, Josef. Vom Rittertum der Stauferzeit am Oberrhein. *Alemannisches Jahrbuch*, p. 21-42, 1979/1980.
- FLICKER, Julius. *Reinold von Dassel – Reichskanzler und Erzbischof von Koln 1156-1167*. Koln: J. M. Heberle, 1850.
- FREISING, of Otto. *The Deeds of Frederick Barbarossa*. New York: Columbia UP, 2004.
- FUHRMANN, Horst. *Germany in the High Middle Ages c. 1050-1200*. Cambridge: CUP, 1995.
- GODMAN, Peter. The Archpoet and the Emperor. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*. Vol. LXIV, 2011, p. 31-58.
- \_\_\_\_\_. The World of the Archpoet, *Mediaeval Studies*. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, vol. 71, 2009, p. 113-156.
- \_\_\_\_\_. *Transmontani - Frederick Barbarossa, Rainald of Dassel, and Cultural Identity in the German Empire*. *Beiträge zur Geschichte der Deutschen Sprache und Literatur*, v. 132, n. 2, Set. 2010, p. 200-229.
- \_\_\_\_\_. *Paradoxes of Conscience in the High Middle Ages: Abelard, Heloise, and the Archpoet*. Cambridge: Cambridge UP, 2009.

- \_\_\_\_\_. *The Archpoet and Medieval Culture*: Oxford: OUP, 2014.
- \_\_\_\_\_. *The Silent Masters: Latin Literature and its Censors in the High Middle Ages*. Princeton: Princeton UP, 2000.
- HERDE, Peter. *Die Katastrophe vor Rom im August 1167 – Eine historisch – epidemiologische Studie zum vierten Italienzug Friedrichs I. Barbarossa*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1991.
- HERKENRATH, Rainer Maria. I collaboratori tedeschi di Federico I., In: MANSELLI, Raoul; RIEDMANN, Josef (Org.). *Federico Barbarossa nel dibattito storiografico in Italia e in Germania*. Bologna: Il Mulino, 1982. p. 199-232.
- KEEN, Maurice Hugh. *Chivalry*. New Haven: Yale UP, 1984.
- LANGOSCH, Karl. *Politische Dichtung Um Kaiser Friedrich Barbarossa*. Berlin: Schneider, 1943.
- LATOWSKY, Anne A. *Emperor of the World: Charlemagne and the Construction of Imperial Authority 800-1229*. Ithaca: Cornell UP, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LIEBAU, Gregory J. *Barbarossa and his Bishops – War and politics during the Italian Campaigns*. *Medieval Warfare*, v. III, n. 2. Rotterdam: Karwansaray Publishers, 2013, p. 14-19.
- MYERS, Henry A. (Trad.). *The Book of Emperors – A translation of the Middle High German Kaiserchronik*. Morgentown: West Virginia UP, 2013.
- OPLL, Ferdinand. *Das Itinerar Kaiser Friedrich Barbarossas (1152-1190)*. Graz: Bohlau Verlag, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Regesta Imperii Abt. IV, 2 Lothar III und altere Staufer – Friedrich I 1152 (1122) – 1190 2. Lieferung: 1158– 1168*. Wien-Koln: Bohlau Verlag, 1991.
- OTTO MORENA et ACERBUS. *Otonis Morenae et continuatorum, Historia Frederici I*, MGH, Scriptores rerum Germanicarum. Berlin, vol. V, 1928.
- ROJDESTVENSKY, Olga Dobiache. *Les Poésies des Goliards*. Paris: Éditions Rieder, 1931.
- RUBINSTEIN, N. Political Rhetoric in the Imperial Chancery during the Twelfth and Thirteenth Centuries. *Medium Aevum*, v. 14, 1945, p. 21-43.
- SCHIEFFER, Rudolf. Bleibt die Archipoeta anonym?, *MIÖG – Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*, v.98, n. 1-2, 1990, p. 59-79.
- STACH, Walter. *Salve, mundi domine!:* Kommentierende Betrachtungen zum Kaiserhymnus des Archipoeta. Leipzig: Hirzel, 1939.

VERGER, Jacques. *Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: EDUSC, 2001.

WADDEL, Helen. *The Wandering Scholars*. Londres: Constable, 1927.

ZUMMACH, Hubertus. *Ruina mundi! – Rainald von Dassel des Heiligen Römischen Reiches Erzbischof und Reichskanzler*. Jörg Mitzkat Verlag: Holzminden, 2007.

Recebido em: 20/ 09/ 2015

Aprovado em: 10/ 12/ 2015

# Entradas missionárias e processos étnicos na Amazônia: o caso das missões jesuíticas de Maynas (c. 1638-1767)

Francismar Alex Lopes de Carvalho\*

**Resumo:** O presente estudo analisa o papel que as entradas missionárias desempenharam na conformação territorial das missões jesuíticas de Maynas e nas relações entre as diversas etnias envolvidas. As missões de Maynas foram estabelecidas entre os índios que viviam nas franjas ocidentais da Amazônia, concretamente nos vales dos rios Marañón, Napo e Amazonas. A Companhia de Jesus, a serviço da monarquia espanhola, atuou na região entre 1638 e 1767. As entradas missionárias eram expedições militares que tinham por objetivo atrair, por via da força ou da persuasão, os índios dos arredores para a vida em reduções. Prática corrente em outras missões jesuíticas, as entradas eram realizadas, em Maynas, com uma frequência inaudita e foram comuns até às vésperas da expulsão da Companhia. É certo que essas expedições atendiam ao projeto missionário de expansão e consolidação territorial e às perspectivas de cada parcialidade ou etnia indígena de aumentar seus recursos humanos diante da rivalidade interétnica. Contudo, como procuro demonstrar para o caso amazônico, a perspectiva nativa, alterada pela situação colonial, parece ter subsumido o programa missionário: as sucessivas entradas procuravam reduzir parcialidades que não aceitavam conviver em um mesmo *pueblo*; como resultado, o número de reduções tornou-se muito maior do que a capacidade dos jesuítas de atendê-las todas. Esse era um processo

---

\* Pesquisador pós-doutoral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no Departamento de História da América da Universidade de Sevilha, Espanha, e no Departamento de História da Universidade de São Paulo. Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: francismardecarvalho@gmail.com.

cíclico, pois a formação de novos *pueblos* com poucos moradores obrigava a novas entradas missionárias, para equilibrar e uniformizar a província.

**Palavras-chave:** Missões jesuíticas. Amazônia. Expedições militares. Entradas missionárias.

No oye esta bárbara gente las voces del Evangelio si primero no suena el eco de la pólvora.

Padre Manuel de Uriarte, S.J.<sup>1</sup>

Si las necesidades son grandes, que confieso lo son; y tales, que me he visto a punto de perecer de hambre, ¿a quién no avergüenza ver que treinta soldados padecían la misma necesidad y plaga, por la vil codicia de unas pocas camisetas? Confieso de mí que me consume más esta consideración que la misma hambre.

Padres Gaspar Cujía, S.J., e Lucas de la Cueva, S.J.<sup>2</sup>

## Introdução

A primeira epígrafe deste artigo provém de uma carta do padre Uriarte, que atuou nas missões de Maynas nas duas décadas que precederam a expulsão dos jesuítas. O tema do uso da força militar como auxílio à expansão do Evangelho já fora tratado pelos melhores escritores da Companhia de Jesus. Significativamente, o padre José de Acosta (1984 [1588], liv. 2, cap. 12, v. 1, p. 339-341) era contrário à participação em entradas puramente militares, que se faziam com não pouco escândalo dos índios fronteiriços. “Sería mucho mejor dejar en silencio el nombre de Cristo que deshonrarlo”, afirmava. Reconhecia, contudo, que era impossível aos missionários ir converter os “bárbaros” sem qualquer escolta defensiva, que dissuadisse os índios de atacá-los, “[...] siendo claro que no es posible acercarse a la mayor parte de los infieles a la antigua manera de los Apóstoles”.<sup>3</sup>

Encontrava eco em alguns religiosos a ideia de que era legítimo o uso da força militar para defender os ministros da Palavra Divina; destarte, escreve o provincial padre Andrés Pérez de Ribas (1985 [1645], p. 123), em sua crônica da empresa jesuítica no norte da Nova Espanha para o período entre 1590 e 1645, que

[...] si los infieles impiden el predicarla [...]; y llega su rebeldía a tanto, que no contentos con no recibirla ellos, injustamente persiguen a los que movidos de Dios la reciben. En este caso ¿quien ha de amparar a estos afligidos y reprimir a los otros? Los Ministros Evangélicos no lo pueden hacer: no tienen fuerza, andan solos acompañados del auxilio divino.

Perguntava o mesmo religioso: quem duvidaria da necessidade de utilizar da força, ao menos nos estágios iniciais da missão, quando o demônio, como um leão bravo, vendo-se privado das almas que já possuía, valia-se dos feiticeiros para prejudicar, com toda a sorte de artifícios que estivessem ao seu alcance, o trabalho dos padres? (Ibidem, p. 124; cf. GREEN JR., 2011, p. 289 et seq.).

Nas fronteiras da Amazônia ocidental, como em outras partes, os jesuítas recorriam ao uso da violência (física e simbólica) em duas situações bem concretas: em expedições militares dirigidas a atrair, pela força, índios “infiéis” às reduções ou destinadas a reprimir grupos recalcitrantes; e como recurso adiáforo no cotidiano da administração dos *pueblos*, por meio de castigos físicos, prisão, deportação etc.<sup>4</sup> Missão religiosa e presídio militar, como lembra Hausberger (1993, p. 34, p. 40), mantiveram em toda a época colonial uma relação antes de tudo simbiótica: nas áreas fronteiriças do império, era raro ver um desprovido da companhia do outro.<sup>5</sup> Assim mesmo, os castigos físicos eram amplamente aceitos como indispensável recurso pedagógico, com o qual os próprios jesuítas foram educados (era típico, aliás, que os mestres não aplicassem diretamente o castigo em seus alunos, mas que os delegassem a fiscais) (HAUSBERGER, 1993, p. 34, p. 40).

Os padres jesuítas Lucas de la Cueva e Gaspar Cujía chegaram a Borja – uma pequena cidade de colonos espanhóis fundada em 1619, no vale do rio Marañón – a seis de fevereiro de 1638. Acudiam ao socorro espiritual dos moradores, desamparados pelos clérigos e outros

religiosos mercedários e agostinhos, que se retiraram após uma revolta dos Maynas contra seus *encomenderos*.<sup>6</sup> O cenário, àquela época, não era animador: sem encontrar o ouro esperado, não poucos espanhóis abandonaram a região, ao passo que os mais persistentes seguiam com entradas militares às terras baixas da Amazônia, com o objetivo de capturar indígenas para o serviço pessoal. “Hallamos levantada la tierra [...]”, informavam os dois citados jesuítas em 1640, “[...] porq’ los Maynas, irritados con el trabajo y acosados con el servicio personal, tributos y extorciones con que les afligían, se levantaron, matando a treinta y tantas personas”.<sup>7</sup> Seja como for, de 1638 a 1660, os jesuítas realizaram intensas explorações no vale do rio Marañón e reduziram os grupos Maynas, Jeberos e Cocamas. Entre 1660 e 1700, a missão expandiu-se às margens dos rios Guraray, Tigre e afluentes meridionais do Marañón. Finalmente, entre 1720 e 1767, fundaram a chamada “missão baixa”, entre as sociedades Tupi dos rios Napo e médio Amazonas (GROHS, 1974, p. 124; TAYLOR, 1999, p. 223).

Dificuldades específicas experimentaram os padres da Companhia, entre as quais a impressionante diversidade linguística e cultural; o aguerrido faccionalismo, que obrigava à fundação de numerosas reduções; a falta de missionários; e a influência de escravistas portugueses.<sup>8</sup> Os missionários reconheciam que a falta de produtos de alto valor comercial, de cuja exportação pudessem sacar recursos para manter mais religiosos e ofertar ferramentas, roupas e avelórios a contento dos índios, foi um fator decisivo que impediu que as missões avançassem como esperado.<sup>9</sup> Não é certo, entretanto, que as missões de Maynas resultaram em um completo fracasso: o número de índios reduzidos passou de 7.966 almas, em 28 *pueblos*, em 1719, às 11.281 almas, em 21 *pueblos*, em 1768.<sup>10</sup>

O presente estudo analisa o papel que as entradas missionárias desempenharam na conformação territorial das missões jesuíticas de Maynas e nas relações entre as diversas etnias envolvidas. As entradas missionárias eram expedições militares que tinham por objetivo atrair, por via da força ou da persuasão, os índios dos arredores para a vida em reduções. A primeira seção do texto apresenta as características principais dessas entradas, sua composição social, organização e direção, e as estratégias de que se valiam para lograr a transferência dos nativos do lado de fora para o lado de dentro das missões. Após

um breve exame das diferenças entre as entradas missionárias e as expedições punitivas, o texto passa ao problema central: por que, em âmbito amazônico, essas expedições eram realizadas com tanta frequência? Eram atividades que respondiam ao projeto missionário de expansão e consolidação territorial ou às perspectivas de cada parcialidade ou etnia indígena de aumentar seus recursos humanos diante da rivalidade que seguiu existindo entre os diversos grupos reduzidos? Os dados de que disponho até o presente momento permitem responder a essas questões apenas com aproximações.

Certamente, não parece de surpreender que os interesses do programa missionário e da guerra indígena confluíssem, pois ao fim e ao cabo o objetivo era aumentar o controle sobre recursos humanos. O núcleo da “ideologia da captura” entre os índios da América tropical residia, como argumenta Santos-Granero (2009, p. 175, et passim), numa busca por “civilizar” o Outro inimigo: “Slavery, therefore, is but a temporary status in a process through which enemy Others are civilized and transformed into intimate consanguines”. Sob esse aspecto, os anseios dos missionários não eram de todo incongruentes com os dos caciques. Entretanto, nas sociedades das terras baixas, os cativos eram efetivamente “caçados” e incorporados, ao menos no início, como “mascotes”. Com o tempo, podiam ser integrados, por meio do parentesco, como aliados e afins, vale dizer, “humanizados”, processo que nem sempre dissolvia o *status* marginal decorrente da nódoa do passado cativo.

Contudo, como procuro demonstrar, a perspectiva nativa, alterada pela situação colonial, parece ter subsumido o programa missionário: as sucessivas entradas buscavam reduzir parcialidades que não aceitavam conviver em um mesmo *pueblo*; como resultado, o número de reduções tornou-se muito maior do que a capacidade dos jesuítas de atendê-las todas. Esse era um processo cíclico, pois a formação de novos *pueblos* com poucos moradores obrigava a novas entradas missionárias para equilibrar e uniformizar a província. As hostilidades entre as etnias e parcialidades, assim renovadas, reforçavam a atualidade da guerra indígena, que seguiu sendo influente, ainda que hibridizada com itens adventícios e metamorfoseada sob a forma de entradas missionárias.

Em relação aos estudos anteriores, procura o presente trabalho avançar em um aspecto que não recebeu ainda a devida atenção: a relação entre a diversidade étnica e a estrutura administrativa das missões. Para saber em que medida as entradas missionárias atendiam ao projeto jesuítico de expansão ou respondiam à rivalidade entre parcialidades e etnias pelo controle de recursos humanos, é preciso levar em conta o que os contemporâneos entendiam por *parcialidades* e *naciones*. O primeiro desses termos era empregado pelos funcionários coloniais para se referir a subunidades indígenas com distintas identidades residenciais e étnicas que formavam comunidades maiores ou haviam sido reunidas pela política colonial em reduções consolidadas; também podiam ser grupos que emergiram precisamente do contato colonial. Era reservado o termo *nación* para um conjunto de parcialidades que, segundo supunham os funcionários coloniais, falavam uma mesma língua e haviam-se originado de um mesmo local (RADDING, 2002, p. 63-64; 2005, p. 86-87; SAITO, 2014a; 2014b).

As missões eram administradas por meio da delegação de tarefas de comando a índios destacados, inicialmente caciques, mas, com o tempo, também índios comuns treinados pelos missionários.<sup>11</sup> O essencial a notar aqui é que os jesuítas, ao integrar os nativos nas instituições municipais ibéricas, procuravam reforçar as divisões entre as parcialidades e etnias. O *cabildo* exercia o governo municipal do *pueblo*, composto por um cacique governador, dois *alcaldes*, dois *regidores* e alguns *alguaciles* e *capitanes*, todos índios, eleitos no primeiro dia do ano por “los mayores del pueblo”, ou seja, pelos caciques, oficiais militares e membros do *cabildo* anterior.<sup>12</sup> Parece desnecessário recordar que os *varayos*, como eram chamados, tinham jurisdição para prender e punir índios desviantes e cuidar da regularidade urbana da comunidade.<sup>13</sup>

A rigor, a eleição de *cabildantes* e *capitanes de milicias* não rompia com os antigos vínculos pessoais, antes se aproveitava deles em um novo patamar. Os postos do *cabildo* podiam ser preenchidos de forma rotativa entre as diversas parcialidades ou ocupados pela parcialidade mais importante da comunidade. Já os capitães de milícias eram eleitos segundo a quantidade de parcialidades existente, e sua jurisdição abarcava apenas os índios da sua respectiva parcialidade, sem que incidisse autoridade alguma sobre as demais.<sup>14</sup>

É nesse quadro que devem ser repensadas as funções das entradas missionárias. Como o *cabildo*, as milícias eram espaços para a reafirmação das identidades das diversas parcialidades e etnias, visto que, embora não organizadas em hierarquias consistentes, a maior ou menor presença de uma delas na mesma comunidade proporcionava condições para sua consolidação no poder.

### *Modus operandi*

O componente básico de quaisquer entradas missionárias eram as milícias nativas.<sup>15</sup> Em Maynas, deveu-se à iniciativa do governador Jerónimo Vaca de Vega, no início dos anos 1640, a formação de milícias em todos os *pueblos* de Maynas, e para tanto começou por nomear capitães, alferes, sargentos e cabos, dando-lhes seus títulos correspondentes: “declaró a todos los indios capaces de tomar las armas [...]”, escreve um cronista, “[...] concediéndoles las exenciones, honores y gracias que lleva consigo el cargo y el oficio” (CHANTRE; HERRERA, 1901 [ant. a 1801], p. 605). Em *pueblos* compostos por nações distintas, foram formadas companhias correspondentes a cada nação, governada no militar, assim como já o eram no civil, por seus próprios oficiais. O serviço era obrigatório aos varões em idade de dezoito a cinquenta anos. Os oficiais militares dispunham de insígnias de “[...] espontones y alabardas, las cuales usaban en sus marchas”. Os alferes estavam munidos de bandeiras de tafetá, que exibiam uma cruz colorida em campo branco. Todos os capitães levavam um bastão com punho de prata, os alferes, uma lança curta com faca do mesmo metal e os sargentos e cabos de esquadra seus bastões regulares. Era privilégio dos oficiais ter assento nos bancos de justiça (Ibidem, p. 606-607).<sup>16</sup>

A composição multiétnica dos *pueblos* de Maynas refletia-se no arranjo das entradas missionárias. Para ter-se uma ideia de quantos grupos podiam estar presentes em uma expedição, note-se a enviada em 1754 pelo missionário dos Andoas. Havendo fracassado, seis anos antes, a tentativa desses índios de atrair seus parentes que viviam espalhados pelos sertões, em decorrência de terem sido atacados por certos índios independentes que viviam nas margens do rio Guasaga, o padre Camacho decidiu comandar uma nova entrada. Reuniu, então,

uma poderosa armadilha composta por 250 índios de várias nações, Andoas, Simigaes, Pinches, Cahuapanas, Chayabitas, Paranapuras, Maynas, dois Jívaros, como intérpretes, e onze espanhóis.<sup>17</sup> Outra expedição que contou com integrantes de várias etnias foi a enviada contra os Maynas “bárbaros”, em 1757. Foram nessa expedição 130 índios, entre Chayabitas, Paranapuras, Cahuapares, Jeberos e Lagunos, além de quatro colonos de Borja.<sup>18</sup> Na falta de suficientes milicianos, podia-se pedir ajuda aos índios ainda não reduzidos, como sucedeu com uma expedição contra os Jívaros, encarregada ao padre Viva, que contou com “[...] un tercio de Cunivos y otro de Semigayes, que aunque gentiles, eran tenidos por fieles y por valientes” (CHANTRE; HERRERA, 1901 [ant. a 1801], p. 304).

Dentre os milicianos dos vários *pueblos*, os que mais se destacavam nas entradas às terras de “infiéis”, descobrimentos e pacificação de gentes novas eram os Jeberos de Concepción, por sua regularidade e obediência aos governadores e superiores das missões. “Para recoger los fugitivos y castigar a los alzados, siempre se contaba con los Xeveros”, diz Chantre y Herrera (Ibidem, p. 143), “[...] porque son indios de constancia en los trabajos, fieles, valerosos, muy prevenidos en los lances y avisados en los peligros [...]. Su rendimiento y subordinación a los que mandan es ejemplar, y en los mayores riesgos y peligros de la vida no saben jamás dejar su puesto”. Já pela década de 1650, os Jeberos eram descritos como cristãos antigos e exímios soldados, como assinalava uma carta ânuu:

Ayudan a los padres en las entradas que hacen para conquistar más almas y fuera de que entre año viven como antiguos cristianos, en las cuaresmas es mayor el esmero de su piedad en oír gustosamente la palabra de Dios, en hacer sus procesiones y asistir con muestras de muy antigua religión a los oficios de Semana Santa.<sup>19</sup>

Não parece improvável que os jesuítas preferissem participar das entradas, em vez de delegá-las aos próprios índios, mas o dilema entre o imperativo de enviar expedições para atrair mais neófitos e o risco de pôr em estado de abandono os já reduzidos era amplamente reconhecido. Se as entradas podiam obter melhores resultados com

a participação do missionário, conjecturava o padre Julián, coordená-las pessoalmente “[...] significaría tener que descuidar a los indios ya bautizados y dejarlos sin ayuda espiritual, incluso en peligro de muerte. El daño entre los fieles sería mayor que el fruto que cabría esperar entre los infieles”.<sup>20</sup>

Era comum, em todo o caso, que o missionário não acompanhasse pessoalmente a entrada e delegasse sua coordenação a um cacique que, munido de presentes e instruído sobre o modo como devia tratar os “bárbaros”, procurasse atrair alguns índios a que viessem ver como era a vida nas reduções (VELASCO, 1941 [1788], p. 266). É assim que, em 1654, o padre Raimundo de Santa Cruz, que atuava em Santa María de Guallaga, decidiu enviar uma entrada missionária aos Barbudos ou Mayorunas, conhecidos por serem “capitales enemigos entre si” e por comerem seus defuntos. Ofereceu-se o cacique Aconoma para essa empresa, e depois de recorrer as selvas por vários dias, deu finalmente com o acampamento dos Barbudos, que receberam a expedição com tambores e outros sinais infalíveis de guerra. Aconoma procurou mostrar aos Barbudos as ferramentas que havia trazido e mandou aos intérpretes que falassem na sua língua e lhes dissessem que vinha de paz e para estabelecer relações e comércio com eles. Aderiram os Barbudos, enfim, à proposta de reduzirem-se em um *pueblo* na margem esquerda do rio Guallaga, em frente a Santa María.<sup>21</sup> Seja como for, quando os índios independentes aceitavam reduzir-se, apareciam novos problemas e desafios, dentre os quais a delegação a alguns caciques da missão mais próxima da tarefa de conduzir os inícios na construção do novo *pueblo*, se o missionário já tinha demasiado trabalho com os *pueblos* dos quais cuidava.<sup>22</sup>

As entradas mais bem aparelhadas contavam com a presença do missionário, com cabos e soldados “espanhóis”, em realidade, mestiços, chamados *viracochas*, armados de arcabuzes e fuzis, e uma boa tropa de indígenas, cem, duzentos, até quatrocentos, dirigida por oficiais nativos, munidos de lanças, escudos, arcos e flechas. A armadilha podia contar com dez, vinte e até cinquenta canoas. Para todos os casos, se o missionário estava presente, era tomado em qualidade de capitão (MAGNIN, 1998 [1740], p. 186-187; cf. TORRES-LONDOÑO, 2011, p. 355). Era comum, contudo, que espanhóis não tomassem parte, e mais de uma testemunha referiu que

as entradas tinham maiores chances de serem bem-sucedidas sem a sua presença, o que esvanecia os receios dos índios de serem capturados para o serviço pessoal.<sup>23</sup> Assim, por exemplo, os Jeberos impuseram aos padres Cujía e de la Cueva, em 1640, que somente aceitariam sua visita se não entrasse em suas terras o “Papenê”: “[...] así llaman al diablo [...]”, esclarecem os padres, “[...] y con este nombre apellidan al español”.<sup>24</sup> O tema reaparece em 1684, quando o padre Tomás Santos, missionário entre os Gayes e Roamainas, tendo considerado conveniente transferir suas missões para o rio Tigre, por considerar enfermo o Pastaza, principiou por realizar uma entrada aos Pinches: “[...] lo primero que me preguntaron fue si venía español conmigo; y respondiéndoles yo que venía solo, se alegraron”.<sup>25</sup> Não era excepcional, ademais, que uma entrada malograsse devido aos desentendimentos entre os oficiais espanhóis e os caciques que serviam nas milícias.<sup>26</sup>

Reiteradas regulações evidenciavam continuados abusos por parte dos espanhóis que acompanhavam as entradas missionárias e expedições punitivas.<sup>27</sup> Uma Real Cédula emitida em julho de 1683 ao presidente de Quito ordenava que nenhum missionário intentasse entrar em terras de infiéis sem estar acompanhado de um cabo e alguma gente de guerra para a sua defesa. O cabo deveria estar às ordens do Superior das missões e os soldados não podiam, por motivo algum, fazer repartimentos de índios, nem despojar a estes dos bens que lhes pertencessem.<sup>28</sup> Contudo, os jesuítas registravam que abusos continuavam a ocorrer. Chega a referir o padre Widman as violências com que um “mulato” (assim diz o texto) e um português atuaram como cabos de entradas missionárias. Concretamente, em 1758, o irmão Gutiérrez Donado enviara o “mulato” Nicolás Perez e o português Francisco Gonzalez aos Alabonos e Iquitos, pelos rios Tigre e Eneracamu. Reuniram 110 almas, fora muitos que se perderam no caminho, uns fugidos, “otros muertos de necesidad y miseria”. Amarraram-nos e trouxeram-nos por força a Alabonos, ação que teve más consequências, pois com tais excessos quedaron-se escandalizados os Iquitos das imediações. Em pouco tempo, ademais, os Iquitos capturados começaram a desertar.<sup>29</sup> Seja como for, não pretendiam os jesuítas dispensar esse auxílio, sendo recorrentes os pedidos que fizeram por mais soldados espanhóis nas missões, assim para as entradas aos “infiéis” como para a defesa contra os portugueses.<sup>30</sup>

O primeiro objetivo dos jesuítas em suas entradas, e o mais imediato, consistia em atrair alguns “índios pagãos” a que visitassem as missões.<sup>31</sup> Como sucedia que o grupo considerado falasse uma língua estranha à dos já reduzidos, era preciso atrair ou capturar por via da força alguns índios e treiná-los como intérpretes. “Los tratamos regiamente”, diz o padre Richter, “[...] los adoctrinamos y les enseñamos algo de la lengua inca. Cuando han aprendido lo suficiente como para servir de intérpretes, el misionero vuelve con ellos a las montañas y los indios les hablan a sus compatriotas de las bondades de la vida con los Padres”.<sup>32</sup> Embora pudessem ser trazidos violentamente ao *pueblo*, os *lenguas* deveriam ser bem tratados, sem serem obrigados a trabalho algum, como assinalavam as ordenações do padre Gaspar Vivas.<sup>33</sup>

Mesmo munidos de intérpretes, era preciso dissuadir o receio dos “bárbaros” de serem feitos escravos dos espanhóis ou de seus inimigos indígenas, que amiúde participavam da expedição, a exemplo de certa etnia que confessou o temor de que “[...] aviamos de cautivar y llevar presos al Marañón o para esclavos de los Omaguas y Cocamas”. Por esse motivo, o padre Maroni, no princípio da década de 1740, enfrentou a rivalidade entre os Auaricus “infiéis” e os Omaguas reduzidos insistindo para que os primeiros fossem visitar os *pueblos* dos segundos, para que “[...] viesen con sus propios ojos, quan falso era lo que les decían los ancianos, y formasen juntamente alguna idea del entable y gobierno de pueblos cristianos”.<sup>34</sup>

Uma vez admitida a conversação entre o padre e as chefias nativas, a oferta de presentes caucionava as boas intenções do convite para que visitassem a missão, o que ocorria alguns dias depois, sem esquecerem os índios de trazer ao padre alguns regalos. Este retribuía-lhes e lhes dava a entender que gostaria que formassem um *pueblo* cristão; que ninguém lhes faria mal algum, ou seja, que não serviriam em *encomiendas* aos espanhóis; e que haveria alguma tolerância com seus costumes: “[...] les asevera que podrían conservar sus cantos y bailes [...]”, releva um jesuíta; “[...] y es de importancia, porque para ellos esto es decisivo”.<sup>35</sup> Seriam providos de ferramentas e amparados contra as violências de seus inimigos, afiançavam os intérpretes.<sup>36</sup> O método geralmente resultava persuasivo, tanto mais porque dependia da oferta de ferramentas aos nativos. Em mais de uma oportunidade, ouviu o padre Richter dos índios o apreço que tinham pelos instrumentos de

ferro, com que podiam talhar árvores, fazer sementeiras, construir casas, remover a terra, plantar banana, mandioca e outros itens. Lembra ainda que ao padre Lucero, em certa oportunidade, um índio chegara a propor: “Toma, te regalo mi hijo y tú me das un hacha o una azada”; tendo ouvido a negativa do padre, o índio teria dito: “[...] hijos puedo engendrar todos los que quiero, pero jamás un hacha”.<sup>37</sup>

Indispensáveis, portanto, às entradas missionárias eram a escolta armada e os presentes para ofertar aos índios, como resume o padre Magnin (1998 [1740], p. 184):

Hachas, cuchillos, agujas, utensilios de hierro, un misionero con la cruz en la mano, sandalias de cuero en sus pies, con una sotana remendada que no llega a media pierna para que no se enrede en las ramas y espinas, sin medias o calcetines, cubierto de viejo sombrero de paja, acompañado de un viracocha, fusil al hombro, estos son los preparativos necesarios.

Salienta um soldado espanhol a importância dos presentes ao referir que os padres “[...] no an hallado otro modo de atraer a esos barbaros a la amistad que dadibas, y regalos de herramientas, vestidos, y otros generos, que apetece su interesada codicia”.<sup>38</sup> Ferramentas eram o primeiro interesse dos índios, quando manifestavam querer reduzir-se, dado que percebiam a desvantagem dos seus antigos instrumentos em relação aos itens advéncios. Como assinala o padre Maroni (1988 [1738], p. 203): “[...] hachas, machetes, cuchillos y otros semejantes con que puedan hacer sus rocerías y buscar rocerías y buscar el sustento, pues con los instrumentos de piedra y hueso que usan cuando gentiles, les cuesta muchísimo trabajo el conseguirlo”.<sup>39</sup>

A visita dos “infiéis” à redução, segundo a expectativa dos jesuítas, cumpriria a função de ventilar, entre os índios independentes, a notícia de que um determinado grupo decidira reduzir-se, e que era provido pelo padre de ferramentas, vestido e outras coisas necessárias à vida humana. Assim, por exemplo, o padre Maroni esperava que os índios que viviam nos vales do Putumayo e do Aguariçu notassem o modo como viviam os já reduzidos nas missões do rio Napo e chamassem, também, por missionários.<sup>40</sup>

De outro lado, os jesuítas aperfeiçoaram de tal modo a prática de realizar entradas missionárias que elas constituíam um aspecto importante do controle social interno das missões. Os padres esperavam que o constante contato entre os índios reduzidos e os “selvagens” conscientizasse uns e outros das vantagens da vida urbana e política. É assim que o padre Fritz (1997 [1697], p. 119) considerava úteis as entradas bianuais “[...] a fin de tener sujetos a los indios recién convertidos [...]”, ou seja, como um método de controle interno. Esperava-se, portanto, que as entradas promovessem um duplo efeito disciplinar conducente a favorecer a evangelização dos índios: de um lado, a formação de milícias mais ou menos reguladas, segundo o modelo espanhol, podia promover a interiorização da obediência; de outro, a redução de uma nova parcialidade em um antigo *pueblo* ou em um *pueblo* anexo fomentava os sentimentos de distinção e de competição entre cristãos antigos e novos.<sup>41</sup>

Estratégias persuasivas e militares conformavam os procedimentos utilizados pelas entradas missionárias. Significativamente, eram chamadas de “cacerías” (MARONI, 1988 [1738], p. 203). A expedição não se aproximava de um assentamento indígena sem algumas medidas (dissimuladas) de assédio militar.<sup>42</sup> Antes de mais, ocorriam durante a noite. Alguns índios adiantavam-se à comitiva, entravam furtivamente na comunidade, observavam a situação e, quando possível, subtraíam as armas dos moradores.<sup>43</sup> A expedição apresentava-se de repente e com grande alvoroço, com o missionário a dizer “padre, padre”, e os outros índios, “amico, amico”, com o que se dissuadiam os receios e os hóspedes eram afavelmente recebidos. Se os nativos ofereciam resistência ou tentavam fugir, os milicianos que os esperavam armados diante das portas da aldeia forçavam à rendição. “Entonces se insinuaba el misionero con señales de paz [...]”, escreve um cronista, “[...] y mostrándoles algunos regalos y donecillos, daba lugar a que se tratase de paces” (CHANTRE; HERRERA, 1901 [ant. a 1801], p. 613-614).

O escopo da expedição era, como já referido, retornar com meninos, especialmente filhos de caciques, que pudessem servir de intérpretes e que, uma vez observada a regularidade dos *pueblos*, dessem conta a seus parentes das vantagens da vida em redução. Se os

índios não se dispusessem a entregar alguns jovens de bom grado, “[...] procuran los de la escolta coger al descuido alguno de los infieles y traérselo al padre, quien con muestras de cariño luego los sosiega [...]”, relata o padre Maroni (1988 [1738], p. 203); “[...] y una vez provechosamente engañado lo lleva consigo para su pueblo, donde con la crianza y comunicación, entrando en alguna policía y en la legua de los ya cristianos, sirva después de guía o intérprete para volver a sus tierras a amistar los demás”. Reconheciam os jesuítas que, às vezes, era preciso recorrer à violência; uma entrada realizada em 1756 foi descrita da seguinte forma pelo padre Widman: “En una expedición que se hizo este año a distancia de 4 días del pueblo de Chamicuros se cogieron y trajeron por fuerza atados unos 17 barbudos”.<sup>44</sup> Excepcionalmente, uma entrada podia forçar o deslocamento de um contingente considerável, como sucedeu em 1692, quando o número de cativos ascendeu a 340 almas.<sup>45</sup>

As entradas esbarravam em obstáculos de várias espécies e não raramente fracassaram. Não poucos grupos, apenas com intenção de receber as ferramentas ofertadas pelo padre, davam por vãs as promessas de que iriam reduzir-se e internavam-se novamente nos sertões.<sup>46</sup> Quando notavam, contudo, que a vontade sincera de aceitar o cristianismo era inseparável de uma inveterada resistência em abandonar sua pátria, alguns missionários não viam alternativa senão viver entre os “bárbaros” e tentar reduzi-los em sua própria terra.<sup>47</sup> A hesitação dos curas em deixar os *pueblos* já fundados para acompanhar as entradas; o trabalho que custava lograr um grupo homogêneo e confiável de milicianos; a falta de pessoas práticas que pudessem servir de guias em regiões perigosas e desconhecidas; a carência dos regalos imprescindíveis para ganhar e manter a amizade dos índios selvagens – eram alguns dos entraves à realização das entradas, enumerados pelo padre Veigl (2006 [1785], p. 243).<sup>48</sup>

Não era incomum que as expedições punitivas, uma vez ameaçadas, fossem obrigadas a retroceder. Em 1698, entrou a castigar o martírio do padre Enrique Richter, morto pelos Cunivos e Piros em 1695, uma armada de quarenta espanhóis oriundos de Lamas, Moyobamba e Borja, reforçados com quatrocentos guerreiros indígenas, sob o comando do capitão-mor Don Juan de la Rioja, e com

a assistência dos padres Gaspar Vidal e Francisco Feijoo. Teve a expedição feliz sucesso ao princípio e recolheu muitos fugitivos, mas por um descuido (que não é informado) sofreu um severo revés, com morte de dezenove brancos e noventa neófitos.<sup>49</sup>

Em recente estudo sobre as missões de Mojos, sugeriu A. Saito que a diferença entre entradas missionárias e expedições punitivas era de grau, não de espécie.<sup>50</sup> Cenário semelhante não parece de todo improvável, para o caso de Maynas, segundo pode-se haurir dos dados analisados no presente estudo. Em geral, as expedições punitivas eram uma resposta ao martírio de missionários e às hostilidades, reais ou supostas, cometidas contra espanhóis. Quando eventos assim sucediam, os presumidos autores fugiam da missão, por certo, acompanhados de um bom número de moradores; se se tratavam de índios ainda não reduzidos, eles com frequência abandonavam seus assentamentos e internavam-se nos sertões. As expedições punitivas, desse modo, perseguiram um objetivo análogo ao das entradas missionárias: conduzir quantos índios fosse possível dos sertões para os *pueblos*, com o recurso à força, se necessário. Embora pudessem contar com a presença de um contingente mais numeroso de espanhóis, sempre acompanhados de centenas de soldados indígenas, as expedições punitivas também recebiam o aval dos missionários e, não incomumente, serviam-se deles como capelães. Os índios capturados, em todo o caso, eram divididos, os considerados culpados pela hostilidade que motivara a expedição podiam ser desterrados ou entregues como trabalhadores forçados para os espanhóis<sup>51</sup> (chegou-se a aplicar a pena capital, como nota-se em mais de um exemplo);<sup>52</sup> o restante era integrado às reduções existentes ou, se fosse o caso, podiam servir de intérpretes para atrair o restante do grupo a uma nova redução. Sucedia também que, a pretexto de capturar os autores das hostilidades e os neófitos fugitivos, as expedições punitivas capturavam e traziam às missões quem quer que encontrassem pelo caminho.<sup>53</sup>

Como capelães das expedições punitivas, não deixavam os jesuítas de persuadir em favor de um tratamento moderado dos rebeldes e de zelar para que fosse conduzido às missões o maior número possível de almas.<sup>54</sup> Em não poucos casos, uma expedição punitiva poderia servir ao projeto missionário de instituir novos *pueblos* e aumentar os já fundados, tanto quanto as entradas enviadas pelos

próprios padres.<sup>55</sup> Apesar dos esforços de demarcar limites claros entre as expedições militares espanholas e as entradas missionárias, a finalidade última de capturar recursos humanos, ainda que para projetos distintos, tornavam-nos tão imprecisos quanto os marcos que separavam estas últimas da guerra propriamente indígena.<sup>56</sup>

Por mais que os jesuítas e os espanhóis que os auxiliavam tivessem aperfeiçoado o *modus operandi* das entradas missionárias, havia grupos que efetivamente impuseram uma audaz resistência à possibilidade de reduzir-se. Tal era o caso dos Jívaros.<sup>57</sup> Influíram sobre o ânimo dos jesuítas em empreender a conquista daquele gentio as presumidas vantagens da exploração de regiões que, ao menos ao que se imaginava, abrigavam abundantes minas de metal precioso. Recorrentes e bem conhecidos, contudo, eram os insucessos e as desventuras daqueles que se lançaram à conquista dos Jívaros, sem que tais notícias advertissem o Superior de Maynas, padre Francisco Viva, sobre os riscos de semelhante empresa.<sup>58</sup> Esse jesuíta dirigiu todas as suas atenções ao tema e formulou uma estratégia alternativa para a realização de uma nova entrada aos Jívaros, que consistia no envio de uma expedição militarizada com o objetivo de capturar o maior número de índios possível, à maneira dos mamelucos portugueses.<sup>59</sup>

A estratégia do padre Viva foi levada adiante entre fins de 1691 e inícios de 1692, quando foi realizada uma nova entrada missionária aos Jívaros. Recursos para custeá-la foram acumulados quando o mesmo inaciano fora procurador das missões, em tratos de *cascarilla*, cacau e *vainilla* sacados daqueles *pueblos*. Apresentado em Quito, recebeu o projeto o aval do presidente da Audiência e demais autoridades, pois não custaria nada à *Real Hacienda*. O fiscal, sem ser escutado, no entanto, lembrou que as cédulas reais mandavam que a conquista dos Jívaros fosse por meios suaves, e que os propostos pelo padre Viva não se lhe afiguravam assim.<sup>60</sup> A Companhia cuidou de despachar aos comerciantes das cidades circunvizinhas uma poderosa quantidade de *cascarilla* e outros itens, que permitisse a aquisição de ferro para pagar as tropas e das provisões necessárias. Teve início a expedição em outubro de 1691, sob o comando do governador de Maynas, Jerónimo Vaca de Vega, que dirigia uma tropa de sessenta soldados espanhóis e oitocentos índios em 130 canoas. Acompanhavam-na os padres Viva, Richter, Vidal e Narváez. Em poucas semanas,

fora possível capturar uns 370 índios Jívaros, mas logo a expedição sucumbiu a duas adversidades: o estilo de guerra dos Jívaros, que evitavam a pugna aberta e arremetiam de surpresa, especialmente à noite; e a escassez de alimentos, que diminuía a proporção do número de índios cativos que se incorporavam ao grupo. Pouco promissores, em todo o caso, mostraram-se os resultados dessa entrada: esfacelavam-se os vínculos de lealdade da milícia de Jeberos, com alguns caciques em atitude de aberta insubordinação; 260 Jívaros capturados eram repartidos, cem para as missões e os demais entre os colonos espanhóis como *encomiendas*; e a efêmera povoação de Naranjos, fundada com alguns colonos pobres e índios capturados, assumia a forma de uma espécie de base militar para expedições de apresamento, com escândalo dos nativos que deveria atrair.<sup>61</sup>

A rigor, o método militarista do padre Viva fracassara. O padre Lucero, em carta de trinta de junho de 1697, dava conta do estado deplorável do *pueblo* de Naranjos:

El pueblo de los Naranjos [...] se halla casi destruido; apenas hay en él algunos indios. [...] Los Jívaros se están en sus serranías, más difíciles de conquistar que nunca, por los agravios que han recibido con el pretexto de conquistarlos. Y aunque se han sacado a fuerza de armas más de 700 personas, han muerto los más de los cautivos en poder de los soldados que los recibieron como paga de sus trabajos.<sup>62</sup>

Era impossível fazer avançar a evangelização quando “estos soldados tratan y contratan con piezas de Jívaros, como si fuesen piezas de ropa”. As expedições do padre Viva aos Jívaros e o *pueblo* de Naranjos, na opinião do padre Lucero, foram tão nocivos que os jesuítas estiveram a ponto de perder as missões, dado o desprazimento geral, nas reduções antigas, com as ordens para que destacassem colonos para aquela fundação.<sup>63</sup> Já em 1696 escrevia o padre Gaspar Vidal sobre a ruína daquele empreendimento: “muchos se ahorcan y desesperan; otros, desesperados, se echan a morir sin querer comer y beber; otros métense palos en la garganta y se ahogan”. Como esse recurso à força deixara péssima impressão entre os índios, reconhecia o jesuíta que o projeto “ha sido un grave yerro”.<sup>64</sup>

O primeiro apartado deste texto tratou de apresentar as características principais das entradas missionárias. Sua composição social podia variar: havia entradas que contavam com a coordenação de mestiços e a presença do missionário, mas não fortuitamente eram delegadas aos índios “cristãos”, e compostas por pessoas de várias etnias. Acercavam-se dos assentamentos dos chamados “índios bárbaros” sem serem sentidos e lançavam mão de estratégias persuasivas, sempre munidos de presentes, e de assédio militar, com o cerco da comunidade, para o caso de que intentassem resistir com mão armada ou fugir. Em termos militares, eram expedições híbridas: podiam contar com cabos espanhóis e presentes de itens adventícios, mas demandavam certas habilidades de mover-se, de encontrar rastros e pistas de comunidades dispersas no ecossistema amazônico, de aproximar-se sem se fazer notar e empreender um ataque repentino, que fazem pensar nas incursões nativas e mesmo nas atividades de caça (SANTOS-GRANERO, 2009, p. 65, p. 73, p. 76). Provavelmente porque eram conduzidas pelos próprios índios, com frequência sem a companhia de espanhóis, e porque eram seguidas de métodos persuasivos, que consistiam em tratar bem os visitantes nos *pueblos* já fundadas, com a oferta de regalos e promessas de melhores condições de vida, as entradas seguiam sendo uma forma imprescindível e efetiva de trazer gente para as missões. Contudo, a escassez de recursos para fornecer regularmente ferramentas, roupas e avelórios aos índios, bem como a falta de missionários para dar conta dos numerosos *pueblos* que se formavam, levavam a que muitas reduções vissem sua existência encurtada, malgrado a promitente expectativa inicial.

## Parcialidades e etnias

Em âmbito amazônico, reconheciam os jesuítas que, como não contassem com missionários suficientes, e dadas as circunstâncias da região em que atuavam, não podiam ir além de fundar *pueblos* e de esperar que, quando o cenário se tornasse mais favorável e os recursos mais abundantes, fossem atendidos de modo satisfatório. O padre José Gumilla (1741, p. 239-242), por exemplo, utilizava a metáfora da horticultura para descrever a situação das missões amazônicas:

em sua opinião, ainda que os *pueblos* do Orinoco padecessem da escassez de apóstolos, aqueles jardins haviam sido cultivados de tal forma que os nativos tinham lançado profundas raízes no terreno da fé. Mesmo que em períodos de seca essas plantações espirituais parecessem lugares arrasados e mortos, reverdeciam e floresciam sempre que os jesuítas conseguiam regressar a elas.<sup>65</sup> Mas como explicar que, nas terras baixas equatoriais, os jesuítas continuassem a constituir novos *pueblos* sem consolidar os já fundados?

Um primeiro aspecto a levar em consideração é o de que o limite da autoridade dos missionários, nessas regiões, era ditado pela falta de recursos da Companhia para prover os neófitos dos itens adventícios mais desejados (SANTOS, 2009, p. 92). Como fossem diminutas as produções capazes de custear a aquisição de itens europeus para os *pueblos* antigos, por essa mesma razão, na expectativa de que algum novo descobrimento promovesse o fomento das missões, os padres empreendiam novas entradas, despendiam os itens que possuíam, faziam novas promessas de presentes, que não podiam cumprir, e acabavam por deixar a todos insatisfeitos. Parece ilustrar essa assertiva o exemplo, mencionado anteriormente, da fracassada entrada aos Jívaros, organizada pelo padre Francisco Viva: esse Superior das missões despendeu boa parte dos recursos que a província conseguira acumular na expectativa de que a redução dos Jívaros permitisse a exploração de supostas terras auríferas. Nesse, como em outros casos, que as novas fundações fossem efêmeras e, nos *pueblos* antigos, fosse recorrente o problema da deserção, apenas sugere que esse método nem consolidava os *pueblos* já fundados, nem assegurava a adesão das populações novamente contatadas. Tinham os jesuítas, entretanto, outras opções?

Alvitram as evidências que as alternativas eram limitadas. Um problema incontornável seguia sendo a falta de missionários. Para todo o período em que os jesuítas administraram as missões de Maynas, trabalharam ali, em média, uma dúzia de padres, que atendiam cerca de duas dúzias de *pueblos*, ao passo que, no Colégio de Quito, a média de residentes era de 65 religiosos.<sup>66</sup> Nas missões de Chiquitos, no oriente da atual Bolívia, entre 1724 e 1767, houve em média dezoito jesuítas para sete *pueblos*, ou seja, dois padres por *pueblo*, quase a proporção inversa de Maynas (TOMICHA CHARRUPÁ, 2011, p. 347). Nessas condições, compreende-se que, em uma

carta de edificação a respeito de um missionário que recentemente falecera, conste que “[...] tanto más siente su desfallecimiento, quanto siempre va a más el numero de los pueblos, y a menos el de misioneros”. A morte do padre Francisco Falcombeli sucedera em novembro de 1743, em San Ignacio de Pebas, em razão de uma enfermidade no estômago.<sup>67</sup> Em Maynas, mesmo os irmãos estavam sobrecarregados com o trabalho missionário: ao irmão Francisco Herrera, por exemplo, “[...] entreguele el superior tres reducciones, en que exercitase su fervoroso espíritu [...]”, San Ignacio de Mayorunas, onde residia, San Joseph de Maparinas e Santa María de Guallaga.<sup>68</sup>

Consequência da proliferação de missões e da falta de missionários, cada uma delas recebia insuficiente atenção. Cada religioso estava já abarbadado com o cuidado simultâneo de vários *pueblos*. Escrevendo em 1728, o padre Zephyris dava conta de que estavam sob sua responsabilidade todos os grupos que viviam nas margens do rio Pastaza, que eram os “andoas, goes, semigoes, comacones, intermohones, machiones, macosihones, nevas, aracones, jarapas, pinches, roamaynas y pavas”. “Una misión está tan lejos de la otra [...]”, lamentava o mesmo jesuíta, “[...] que no hay que extrañarse si por varios meses no podemos confesarnos sino a Dios”.<sup>69</sup> De não menos que uma dezena de *pueblos* deveria cuidar sozinho o padre Juan Lorenzo Lucero, segundo refere, em 1681, estando alguns tão distantes que era necessário viajar de mula, e outros que não via há quase seis meses, tempo hábil para que abandonassem a polícia e os rudimentos da doutrina cristã.<sup>70</sup> Os jesuítas davam-se conta de como a situação era crítica ao terem de rechaçar os apelos de índios amigos por viverem em reduções, o que não podia suceder sem que os padres desamparassem as ovelhas já reunidas. Diante de tal dilema, escrevia o padre Julián que “[...] el daño para ellos es mucho más grande que el fruto que, tal vez, pudiéramos cosechar”.<sup>71</sup>

Houve, é certo, tentativas de prevenir a proliferação de missões que não podiam ser atendidas por missionário algum. Já em suas ordenações de 1668, o padre Cavero havia acautelado aos padres a que não fizessem novas reduções sem consolidar as antigas: “Provéase de ministros de doctrina primeramente a los indios reducidos [...]”, instruía no parágrafo sétimo de suas ordenações, “[...] y no nos dilatemos a más naciones que las que pudiéramos beneficiar

con los padres que hay, porque divirtiéndose a más se hará poco en todas partes, y porque no conviene prendarnos tanto hasta que haya sujetos para todo”.<sup>72</sup>

Entretanto, essas ordens não foram obedecidas, e a dar crédito aos dados demográficos – evidentemente exagerados – aportados pelo padre Velasco, as entradas eram um recurso indispensável para repor as perdas decorrentes das epidemias. Assim, segundo informes do padre Lucero, compulsados pelo referido autor da *Historia del reino de Quito*, houve uma severa peste em 1660, mas nove anos depois a província recuperou-se devido às novas conquistas; a situação repetiu-se em 1669, com outra epidemia que ceifou um avultado contingente, mas as entradas missionárias puderam repor e superar, nos anos seguintes, o número anterior a 1660.<sup>73</sup>

Não se deve sopesar, como um fator menor de alastramento das missões, o carisma e a capacidade de sedução do padre Samuel Fritz. Nascido em Trutnov, Bohemia, em 1654, chegara às terras americanas pela década de 1680 e ao *pueblo* de Omaguas em 1686.<sup>74</sup> O próprio missionário escreve que, mal havia iniciado os trabalhos entre os Omaguas, subiram de certa paragem do Amazonas 27 índios em canoas com desejo de conhecê-lo e escutar seus ensinamentos. Concluíram a visita com um convite para que o padre fosse aos seus assentamentos, o que não ele pôde recusar. Além disso, nos encontros iniciais, os jesuítas concentravam-se em oferecer aos índios promessas positivas de benesses materiais e espirituais, sem dar a entender que seus usos e costumes tradicionais seriam reprimidos. Assim, ao relatar uma de suas missões volantes, reconhece o padre Fritz que permanecera treze dias entre os Guacaracasia “sin hacer nada”; exercitara sua paciência durante duas longas bebedeiras, “q.’ hizieron p.a baylar las cabezas de los ticunas q.’ avian muerto, aunque dezian q.’ lo hacían por alegrarme”; “no se pudo impedir”, justificava, “tenía q.’ sufrir importunas visitas todo el día con los vayles y otros agasajos q.’ entonces más me hazian”.<sup>75</sup> Até 1692, quando fora retido pelas autoridades portuguesas do Pará, fundara esse carismático apóstolo os alicerces de pelo menos trinta *pueblos*, que expandiram os limites da província a leste, embora fugazmente, até o sítio onde se encontra a atual cidade de Manaus.<sup>76</sup> Responderam os portugueses com uma maior presença militar e missionária nos rios Negro e Solimões, que

pôs fim à maioria das missões fundadas pelo padre Fritz. Sem haver convencido o vice-rei de Lima a enviar auxílio militar espanhol ao Marañón, e desprovido de meios para deter a expansão portuguesa, expirou o referido padre na missão de Jeberos, em 1725.<sup>77</sup>

Se a rivalidade com os portugueses era um obstáculo à expansão das missões, a concorrência entre os jesuítas e as outras ordens religiosas parece ter impulsionado a criação de reduções que não tiveram existência para além do papel.<sup>78</sup> Essa era a opinião do capitão Guzmán y Salazar, que acompanhou a entrada dos franciscanos ao rio Ucayali, em 1691: verificou-se que os jesuítas já haviam estado naquele lugar, onde “[...] pusieron en ejecución en adelantarse a fabricar dicha iglesia y a introducirse con los naturales agasajándolos con solo llevarlos gallinas y gallos, y de camino entablar un torno de moler caña dulce a mano de que hay mucha cantidad”. Principiada a fundação, os jesuítas retiraram-se às missões mais antigas, sendo digno de nota que “[...] no atendieron al pasto espiritual que pedía tanto gentío, asistiendo en él algún misionero, contentándose con dejar dichos dos indios lenguas en la fábrica y conseguida la primacía”. Ou seja, na opinião dos franciscanos, os jesuítas, naquela região, trabalhavam apenas para garantir sua jurisdição sobre um amplo território, sem efetivamente dar conta de evangelizar os nativos.<sup>79</sup>

O que diziam os franciscanos deve ser relativizado, porque a realização de sucessivas entradas missionárias não era exclusividade do método de evangelização dos jesuítas. Informes de freis que atuavam em outras partes da Amazônia assinalavam a falta de missionários e a sobrecarga de trabalho, com a obrigação de assistir a três ou mais *pueblos* distantes entre si, “[...] a cada uno de los cuales asistían a costas de un sumo trabajo [...]”, observava frei Pedro Magariños, a respeito das fundações de Tarma, Cerro de la Sal, Río de las Amazonas, Jauja e outras,

[...] prq.' lo quebrado de los caminos, y la precisa e inevitable pensión de transitarlos a pié, y agua, por no ser posible otro tragín, por ser aquella tierra no solo desproveída

de cabalgaduras, sino también por ser de suyo montuosas, y pantanosas, muy quebradas [...] por lo ardiente del temperamento.<sup>80</sup>

O certo é que as caixas reais não estavam dispostas a arcar com o financiamento de missões que não prometiam ingressos à *Real Hacienda*. Por essa razão, os missionários esperavam que, ao realizar continuamente novas entradas, lograriam descobrir algum gênero de alto valor comercial ou grupo indígena afeito ao trabalho constante, cujos frutos tirassem as missões do atraso em que se encontravam.

A hipótese aqui defendida é a de que as sucessivas fundações de novos *pueblos*, sem o cuidado de consolidar os já fundados, foram uma imposição do próprio mosaico de etnias que os jesuítas encontraram no Amazonas. A esse respeito, alude o padre Breyer que, como se não bastasse não existirem grandes “nações”, uma tribo compondendo-se de seis a doze linhagens ou casas, com cinquenta a cem famílias, o grande problema era que “entre las diferentes casas de tribus hay peleas y matanzas continuas”.<sup>81</sup> Receosas de eventuais hostilidades, “no sólo las parcialidades”, escrevia o padre Zarate, “[...] sino también las familias mismas, viven apartadas las unas de las otras muchos días de camino”. As distâncias entre os assentamentos eram sumamente difíceis de percorrer, e era preciso que o missionário, a modo de caçador, andasse a peregrinar dias e ainda meses por bosques, rios e lodaçais, vivendo de frutas e caça existentes nas margens dos rios.<sup>82</sup> O faccionalismo era, portanto, um problema central, dado que as rivalidades tradicionais entre os grupos impedia sua reunião e conduzia à pulverização das reduções.<sup>83</sup> Somente entre os Yameos estavam fundados, de 1723 a 1738, não menos de dezesseis *pueblos*, alguns compostos apenas pelos parentes e afins de um cacique, em razão das antigas inimizades que os impediam de residir juntamente com outros grupos nas reduções das margens do rio Maraón (JOUANEN, 1943, v. 2, p. 422).

A rigor, a escolha dos grupos a quem dirigir uma entrada missionária não era aleatória. Ao labor do padre Widman, deve-se o registro de 39 expedições realizadas entre 1750 e 1761, as quais capturaram ou reduziram 2.713 índios. O jesuíta teve o cuidado de anotar os nomes das parcialidades e etnias que compunham cada entrada e os

dos grupos a que pertenciam os cativos que trouxeram. O essencial a notar aqui é que a maioria dessas entradas – concretamente, 77% – não se dirigiram contra grupos independentes ou pouco conhecidos, mas contra desertores e parcialidades recalcitrantes de uma etnia já reduzida.<sup>84</sup> A análise detalhada dessas entradas permite divisar que a reiteração de antigas inimizades, a dificuldade de convivência entre etnias e parcialidades, e as fugas constantes orientavam os objetivos perseguidos pelas expedições. Mais ainda: o esforço dos chefes por elevar o número de cativos sob seu poder, símbolos de prestígio que eram, seguia sendo o motor de uma guerra que podia beneficiar o projeto missionário, mas que este não poderia de todo controlar.<sup>85</sup>

Verifica-se aqui um determinante cultural indígena que terá influído poderosamente na formatação assumida pelas missões de Maynas. Por trás das hostilidades entre etnias, parcialidades e outros grupos, vigorava a crença de que quaisquer males que pudessem recair sobre alguém, enfermidades, acidentes e mesmo a morte, eram causados por feitiços, vale dizer, resultavam de um ato deliberado de vingança. “Casi no ay quien muera [...]”, escrevia o padre Magnin desde Borja, “q.’ no se diga, q.’ es por averle echo daño”.<sup>86</sup> Como fundar uma redução se semelhante crença predominava entre os índios amazônicos? Nos inícios dos anos 1740, os padres Iriarte e Bastidas tiveram que condescender com os Encabellados e consentir que cada parcialidade formasse seu próprio *pueblo*, ainda que ao custo de multiplicar as fadigas do trabalho apostólico. Jouanen (1943, v. 2, p. 464), que documenta o episódio, sugere que continuava em vigor “[...] la repugnancia casi invencible que una parcialidad sentía para cohabitar con otra en un mismo pueblo, aun en el caso de que tuvieran entre si relaciones de amistad o parentesco”. Dificuldade que nascia do temor que uns tinham de ser vítimas das “brujerías” dos outros.<sup>87</sup>

Não parece excessivo supor que fatores ecológicos impedissem o agrupamento de índios em número que ultrapassasse o que fosse adequado às condições amazônicas. Semelhante ponderação, contudo, não se afigurava óbvia para os missionários que, mesmo notando que os nativos viviam em agrupamentos de não mais de algumas poucas centenas de pessoas, intentavam reunir e formar grandes comunidades, à semelhança das reduções de milhares de índios que foram instaladas no Paraguai e que seguiam sendo um modelo para todas

as outras. Como passava amiúde, após alguma empolgação inicial, motivada com a oferta de ferramentas, roupas, avelórios e outros itens, diversas parcialidades ensaiavam uma vida urbana conjunta, mas logo que escasseavam os produtos europeus, apareciam as epidemias e os antigos costumes eram proibidos, abandonava-se tudo, em sucessivas fugas ou em uma deserção generalizada. É assim, por exemplo, que, em 1742, julgou-se conveniente realizar uma entrada contra certa parcialidade dos índios Iquitos chamada Huasimoas. Os Iquitos viviam nas margens do rio Nanay e por aquela época eram reduzidos no *pueblo* de San Juan Nepomuceno pelo missionário José Bahamonde. O próprio governador de Maynas coordenou a expedição, acompanhado dos missionários Brentano e Bahamonde, oito soldados de Borja e um número competente de índios cristãos de várias reduções. Não foi necessário o uso da força, pois bastou a oferta de alguns dons para que os naturais aceitassem a vida em reduções. Três tribos prontamente juraram obediência ao governador e instalaram-se em dois *pueblos*, logo abandonados sem haver passado do estágio inicial e improvisado de formação (URIARTE, 1986 [1775], p. 448; JOUANEN, 1943, v. 2, p. 471).

Como explicar que os jesuítas continuassem promovendo sucessivas entradas missionárias quando o século XVIII já estava bem adiantado? Para esclarecer esse ponto, é preciso verificar qual a destinação dada aos índios capturados nas expedições. No livro de batismos do *pueblo* de La Laguna, que reunia Cocamas, Cocamillas, Panos e Chipeos, segundo verificou o padre Veigl, constavam alguns índios da nação Mananauva, trazidos das cabeceiras do rio Ucayale pela fracassada expedição punitiva de 1698. Esses índios haviam sido contatados pelo missionário martirizado padre Enrique Richter. Seu batismo em La Laguna ocorreu em 1704, e sua presença no livro de batismos até 1767 demonstra que não foram absorvidos pelas outras etnias.<sup>88</sup> Seja como for, a permeabilidade e a diversidade étnica dos *pueblos* podem ter sido muito mais fluídas do que registraram os jesuítas. No *pueblo* de Loreto de Parapuro, foram incorporados alguns Ticunas, trazidos do monte às vésperas da expulsão dos inacianos. Como “iban viniendo cada dia nuevos del monte a avecindarse”, o livro de batismos somente registrava os Ticunas que fixavam chácaras próprias (URIARTE, 1986 [1775], p. 470).

Para assegurar a reprodução de alguns *pueblos*, os jesuítas chegaram a promover as entradas missionárias a tal ponto que a etnia que dava nome à missão deixava de ser maioria. É o que sucedeu com o *pueblo* de Pebas, que em 1755 contava 630 almas, divididas entre as seguintes etnias: Cahuachis, 220; Ticunas, 138; Caumaris, 110; Yahuas, 88; e Pebas, 74.<sup>89</sup> Dois anos depois, o número de Pebas era ainda menor no *pueblo* que levava seu nome, San Ignacio: Cahuachis, 217; Yahuas, 107; Caumaris, 88; Ticunas, 85; e Pebas, 53.<sup>90</sup>

Nada desautoriza a supor que houvesse uma tensão e um distanciamiento entre os objetivos que os padres estabeleciam para as entradas missionárias e a atividade propriamente indígena de captura de cativos, em um contexto de rivalidade entre as parcialidades e etnias. As entradas missionárias às terras de “infieis”, muito provavelmente, davam continuidade, ainda que com novas e ambíguas justificativas, à guerra indígena. A situação de Maynas tenha sido análoga à descrita por um estudioso para o caso das entradas que regularmente os neófitos das missões de Mojos empreendiam contra as populações circunvizinhas. Não poucas vezes sem a companhia do padre – e eventualmente sem a sua autorização –, os milicianos assaltavam de surpresa os naturais, cativavam quantos podiam e os conduziam à redução. Alojavam-nos em suas casas e submetiam-nos à sua “proteção”. Aproveitavam-se os jesuítas desses descimentos porque realmente eram interessantes à propagação da fé cristã, embora a captura de recursos humanos elevasse o prestígio de certos chefes indígenas, em competição por influência política e distinção social (SAITO, 2014a; 2014b).<sup>91</sup>

Em Maynas, por sua vez, foram comuns as entradas movidas por iniciativa dos próprios índios. Os Omaguas, alegando que o sítio onde viviam era insalubre, manifestaram ao padre Bernardo Zurmillen, em 1723, que desejavam passar a montante do rio Marañón. Nos inícios da instalação do novo *pueblo*, capturaram alguns Yameos que viviam naquelas cercanias. Os cativos, entre eles um curaca, foram levados até o padre, que os regalou com ferramentas, avelórios, agulhas e outros itens, e depois foram devolvidos à sua aldeia. Apenas haviam passado alguns dias, quando começaram a vir Yameos de todas as partes em busca do padre, com esperanças de receber regalos. Com isso começou a amizade e comunicação entre os Yameos e os Omaguas, o

que possibilitava sua redução em um mesmo *pueblo*.<sup>92</sup> Alude o padre Widman que, em 1751, os Pinches, para obter mulheres com quem se casar, porque realmente contavam com poucas naquele momento, fizeram uma entrada (com a participação do próprio cura) para buscar cativas entre os Roamainas “*cimarrones*”, que há onze anos haviam desertado para o mato. Lograram capturar 58 almas. Esse é um claro indício de que a guerra indígena, com suas motivações relacionadas às relações de parentesco, alteradas pela vida em reduções, seguia sendo um fator importante por trás das entradas missionárias realizadas em Maynas.<sup>93</sup> Outra entrada que os neófitos fizeram por conta própria, para buscar seus parentes, ocorreu em 1748: os Andoas que se dirigiram ao rio Guasaga deram com alguns índios independentes, que os receberam com mostras de aberta hostilidade, mataram a dois expedicionários e feriram seis mortalmente.<sup>94</sup> Nova entrada desse tipo sucedeu em 1759, quando os Ticunas do *pueblo* de Pebas foram em busca de seus parentes, e trouxeram a San Ignacio quarenta almas. É digno de nota que esse *pueblo* contasse com 650 habitantes, entre Caumares, Cahuachis, Yaguas, Pebas e Ticunas. Não parece de todo improvável, assim, pensar que os Ticunas preferiam ou tiveram que recorrer às entradas para buscar parentes e aumentar seu efetivo, em uma comunidade multiétnica onde, é de se presumir, tivessem talvez dificuldades de estabelecer casamentos.<sup>95</sup>

Para entender como a disputa de poder entre as parcialidades e etnias podia motivar entradas “missionárias” promovidas pelos próprios neófitos, convém retomar as distinções, feitas pelos jesuítas, entre o que viam como *parcialidad* ou *nación*. A parcialidade era um grupo de pessoas que acreditavam descender dos mesmos antepassados; rendiam culto a seu deus tutelar; e ocupavam um território que estava sob essa proteção divina.<sup>96</sup> Já nação era um agregado de parcialidades que falavam uma mesma língua, e os seguidores de Inácio de Loyola não deixavam de notar certo sentimento de fraternidade existente entre alguns grupos, “o por la mucha cercanía, y vecindad”, diz alguém, “[...] o por la semejanza en el modo de vivir, o por otras conveniencias, se han hecho amigos, y compañeros, y tienen entre sí grande hermandad”<sup>97</sup>

A rigor, a polícia dos jesuítas estava direcionada não à homogeneização, mas à criação de parcialidades e etnias uniformes, ou seja, não

se tratava de dissolver as identificações tradicionais, mas de moldá-las de modo a garantir uma governabilidade inspirada nas municipalidades ibéricas. Numerosos estudiosos já assinalaram a permanência das parcialidades nos *cabildos*, nas milícias e na divisão em bairros das missões.<sup>98</sup> Uma análise do papel das parcialidades e etnias nas entradas pode sugerir que a competição entre elas levava a que buscassem integrar “forasteiros”, vale dizer, cativos capturados entre os “índios bárbaros” do entorno. Que algumas parcialidades ou etnias fossem muito mais numerosas que outras parece haver sido motivo de preocupação para as chefias nativas, que encontravam nas entradas missionárias uma oportunidade de afirmar sua participação no *cabildo* e influir sobre as decisões do cura. Como a rivalidade entre os diversos agrupamentos era tal que o mais das vezes era impossível convencê-los a viverem juntos em um mesmo *Pueblo*. É de supor que estava em curso um processo de uniformização das parcialidades, mas não de homogeneização da província como um todo, dado que o resultado era uma pulverização de missões que abrigavam, cada uma, um contingente reduzido de moradores. Parece ter sido esse o preço pago pelos jesuítas por consolidar as parcialidades para, por meio delas, garantir a governabilidade, pois eram seus chefes quem faziam as convocações para as atividades coletivas ligadas à agricultura, às obras de construção, às cerimônias religiosas, às festas e às expedições militares.

### Considerações finais

As entradas missionárias continuaram a ser realizadas até a época da expulsão dos jesuítas, período que concerne a este artigo, não apenas porque os padres encontraram dificuldades específicas naquela região, que obrigaram à constante reposição de neófitos nas missões já fundadas e à construção de novos *pueblos*, não raro sem consolidar os já existentes. Continuaram a ser realizadas porque a economia da guerra propriamente indígena, ao condicionar as relações entre etnias e parcialidades e, por conseguinte, a organização espacial do território das missões, acabava por subsumir o projeto missionário. Como esperavam repor o contingente que morria em epidemias ou desertava das reduções, devido a rivalidades interétnicas, aversão à

polícia cristã, descontentamento com a falta de ferramentas e outros itens europeus, os jesuítas não viam alternativa salvo dar continuidade ao envio de entradas missionárias. Ao fazer isso, submetiam o projeto missionário às antigas rivalidades entre etnias e parcialidades e aos anseios dos chefes indígenas por aumentar os recursos humanos sob seu controle. Uma vez capturada, boa parte das parcialidades e etnias não aceitava viver nas missões já fundadas. O receio, que os missionários nunca conseguiram desterrar, de que as mortes e enfermidades eram resultado de feitiços de seus antigos rivais, levava à pulverização da província de Maynas em um número surpreendentemente elevado de *pueblos*, para a quantidade exígua de missionários disponíveis.

Ao contrário do discurso dos jesuítas em prol dos métodos persuasivos, as entradas missionárias – com o seu *modus operandi* militarizado – seguiram sendo enviadas até a época da expulsão da Companhia. A possibilidade de aplicar, com certa periodicidade, a força, a hostilidade e a agressão, moldou as relações entre missionários, etnias e parcialidades. A pulverização das missões terá sido uma consequência das disputas entre facções de índios apoiadores e opositores dos missionários. Mais uma vez, a negociação assimétrica, não a imposição, marcou a formatação das missões jesuíticas. Não se deve desprezar, portanto, os impactos da situação colonial. De um modo ou de outro, a guerra colonial influenciou poderosamente sobre a guerra indígena. Entradas missionárias e expedições punitivas não estavam desprovidas de traços característicos de expedições militares: ainda que nem sempre contassem com cabos espanhóis e armas de fogo, não dispensavam a hierarquia militar aos moldes ibéricos, as estratégias de assédio e os regalos adventícios. Não podiam retornar sem cativos, quer fossem obtidos pela persuasão ou pela força.

Em resumo, em um cenário em que o projeto missionário tivesse prevalecido, era de esperar-se que as entradas serviriam para elevar o número de moradores de um número limitado de povoações mais ou menos uniformes. O que ocorreu, ao revés, foi que os índios parecem ter convencido os padres não apenas da necessidade da guerra, como também de que era infrutuoso obrigar grupos rivais a viver em um mesmo *pueblo* e que era preciso construir novas comunidades, até que se chegou ao ponto de que cada padre cuidava de três ou mais *pueblos*, que por isso mesmo podiam contar com certa margem de

autonomia. Se a isso acresce-se que não poucas entradas missionárias eram enviadas sem missionário algum, e de própria iniciativa dos índios, nada desautoriza a supor que essa instituição foi em parte subsumida pela guerra indígena, o que representou um desvio significativo dos anseios do projeto missionário.

### Lista de abreviaturas e siglas dos arquivos consultados

AGI	Archivo General de Indias, Sevilla
AGN	Archivo General de la Nación Argentina, Buenos Aires
AHN	Archivo Histórico Nacional, Madrid
AHPTCJ	Archivo Histórico de la Provincia de Toledo de la Compañía de Jesús, Alcalá de Henares
ARSI	Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma NR et Q: Fundo Nuevo Reino e Quito
BNM	Biblioteca Nacional de España, Madrid
BNVE	Biblioteca Nazionale Centrale Vittorio Emanuele II, Roma
Comillas/ CP	Universidad Pontificia Comillas, Biblioteca de la Sede Cantoblanco, Colección Pastells, Serie Negra, Madrid
RAH	Real Academia de la Historia, Madrid

#### MISSIONARY *ENTRADAS* AND IDENTITY FORMATION IN AMAZONIA: THE JESUIT MISSIONS OF MAYNAS, C. 1638-1767

**Abstract:** This article examines the role of missionary *entradas* in the region of Maynas in relations between the diverse ethnic groups involved. The Maynas missions were established among the Indians who lived in the western fringes of Amazonia, specifically in the valleys of the Marañón, Napo, and Amazon rivers. The Company of Jesus was active in the region between 1638 and 1767. Missionary *entradas* were military expeditions that sought to attract Indians from the environs to live on reductions, either through force or persuasion. A common practice in other areas of Jesuit activity, in Maynas *entradas* occurred with an unprecedented frequency until the eve of Jesuit expulsion. These expeditions

served both the missionaries' goals of expansion and territorial consolidation as well as those of indigenous contingencies of increasing their human resources in the wake of increased interethnic rivalry. Nevertheless, as I seek to demonstrate for the Amazonian case, indigenous realities subsumed missionaries' designs. Successive *entradas* attempted to place groups that did not accept living together in the same village; as a result, the number of reductions grew much larger than the capacity of the Jesuits to attend them. This was a cyclic process, as the formation of new villages with few residents impelled further missionary *entradas* to balance and make the province uniform.

**Keywords:** Jesuit missions. Amazonia. Military expeditions. Missionary *entradas*.

## Notas

<sup>1</sup> “Carta del Padre Manuel de Uriarte [...] a su hermano el señor Don Joseph Agustín de Uriarte, Inquisidor de Zaragoza”, Turiri, 6 nov. 1752 (In: *Cartas edificantes* [...], 1757, t. 16, p. 80).

<sup>2</sup> ARSI, NR et Q, 14, f. 151-152v, “Relación de la misión”, Maynas, 25 out. 1640, f. 151v.

<sup>3</sup> Três métodos de evangelização propunha o mesmo padre Acosta (1984 [1588], “Proemio”, v. 1, p. 66-67) para o que distinguia entre três tipos de bárbaros. Povos “sin ley, sin rey, sin pactos, sin magistrados ni régimen de gobierno fijos, cambiando de domicilio de tiempo en tiempo”, somente podiam ser convertidos pela força, vale dizer, por missionários que trabalhassem em companhia de soldados que protegiam as suas vidas. Era necessário forçá-los a juntar-se e a sair da selva, antes de compeli-los a entrar no reino dos céus com outros métodos. Nações como as dos Incas e Astecas, que possuíam cidades, formas de governo, magistrados e leis, podiam ser administradas por um governador cristão que cuidaria de zelar pelo trabalho dos evangelizadores e reforçar continuamente sua adesão ao cristianismo. Por fim, somente entre as nações civilizadas da Ásia, como a China e o Japão, podiam os religiosos aplicar o mesmo método utilizado pelos apóstolos entre os gregos e os romanos, ou seja, o ensino pacífico e racional que não envolvia mudança de governo. Era considerado justo, portanto, obrigar os índios, pelas armas, a aceitar o cristianismo? Como releva Baciero (2006, p. 269, p. 271, p. 273), para o padre Acosta, não exatamente: a escolta militar que acompanhava os missionários servia para proteção, não para imposição. Por sua vez, no segundo volume de seu *De Indiarum iure*, publicado em 1639, Solórzano Pereira – distinto jurista espanhol, que conhecia de perto os problemas americanos –, retomava o padre Acosta e sua distinção de três classes de bárbaros, mas

aceitava a coação indireta (por via da isenção de tributos e da oferta ou privação de privilégios), se o objetivo era unicamente fazer os índios aceitarem o batismo e a fé sem fingimento. Cf. Solórzano Pereira (1999, Lib. II, t. 1, cap. 9, n. 9-12, p. 321-323; 2000, Lib. II, t. 2, cap. 18, n. 22, p. 141 e n. 48, p. 151) e ver também: Maldavsky (2012, p. 87).

<sup>4</sup> Punições físicas foram recorrentes já nos esforços iniciais de conversão na Nova Espanha; ver: Clendinnen (1982, p. 33-36). Para as missões de Maynas, ver as reflexões de Cipolletti (1999, p. 224).

<sup>5</sup> Nas missões jesuíticas de Casanare, Meta e Orinoco, em vez de presídios, até 20 soldados fincavam residência em cada redução, de onde escoltavam os padres em suas jornadas (REY FAJARDO, 1995, p. 67-68).

<sup>6</sup> ARSI, NR et Q, 15, i, “Información jurídica a instancia del P. Lorenzo Lucero”, 1684, f. 105. Cf. AGI, Quito, 11, r. 3, n. 37, “Relación de Pedro Vaca de la Cadena”, 1629; Jouanen (1941, v. 1, p. 328); Bayle (1949, p. 12-13); e Taylor (1994, p. 21-22).

<sup>7</sup> ARSI, NR et Q, 14, “Relación de la misión”, Maynas, 25 out. 1640, f. 151.

<sup>8</sup> As entradas missionárias e a diversidade étnica receberam a atenção de Bayle (1951, p. 46-47), Golob (1982, p. 151, 161-164), Stephan (2000, p. 91-94), Torres-Londoño (2011, p. 348, p. 350, p. 355) e Livi Bacci (2012, p. 155).

<sup>9</sup> ARSI, NR et Q, 15, i, f. 114-114v, Enrique Richter a José Antonio de la Rentería, La Laguna, 19 set. 1686; AGI, Quito, 4, “Copia de carta del Padre Samuel Fritz”, Pará, 1691, f. 328; “Wenceslao Breyer a su hermano”, Santiago de la Laguna, 18 jun. 1699 (In: MATTHEI, 1969, v. 1, p. 254). Sobre a falta de recursos, ver também: Reeve (1993, p. 127-134).

<sup>10</sup> BNVE, Ms. Gesuítico 1249/1 (3378), all. I, “Catalogus Missionum Gentilium Societatis Jesu in Provincia Quitensi. Missiones Maynarum fluvii Marañon et Amazonas”, 1719; BNM, Mss/17614, “Censo de las misiones de Maynas”, Archidona, 15 fev. 1768, f. 35 [f. 75]-41 [81]; ver também: Golob (1982, p. 203). Essas cifras parecem razoáveis. Conforme apurou a visita de 1746, as 24 missões contavam naquele ano com 7.780 almas (AGI, Quito, 191, “Informe del visitador Diego de Riofrío y Peralta”, Madrid, 15 jun. 1746). Para efeitos de comparação, em 1746, as missões de Chiquitos contavam com 14.701 moradores, segundo o censo de Francisco Xavier de Palacios; ver seu informe ao rei em: AGI, Charcas, 207, Plata, 22 ago. 1746.

<sup>11</sup> Numerosos autores destacaram as adaptações que tornaram possível a aceitação do sistema municipal ibérico pelos índios (GIBSON, 1964, p. 182-191; LOCKHART, 1999, p. 53-67) e o papel de intermediários das chefias que participavam dos *cabildos*, interpeladas por demandas da colonização e dos índios comuns, às quais não podiam deixar de ter em consideração (v.g.: SPALDING, 1984, p. 227-229; RADDING, 1997, p. 170-175, 288-298; 2005, p. 168-192; WILDE, 2009, p. 212-223).

<sup>12</sup> AGI, Quito, 242, n. 117b, “Copia del Ynforme hecho al Il.mo Señor Obispo de esta Diocesis por los Superiores que fueron de las Misiones”, Manuel Mariano Echeverría y Francisco de Aguillar, Quito, 10 ago. 1784; o número de *alcaldes* e *regidores* é fornecido por: Chantre y Herrera (1901 [ant. a 1801], p. 594, 619); sobre a forma das eleições: Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, “Fórmula de entable”, Provincial Baltasar Moncada [c. 1739-1743], f. 71.

<sup>13</sup> AGI, Lima, 1580, f. 3, “Consejo extraordinario”, Fiscal, 23 mar. 1771; cf. Veigl (2006 [1785], p. 237).

<sup>14</sup> O que observava o padre Niclutsch (2012 [1781], p. 151-152) também passava em Chiquitos: AGI, Charcas, 293, “Testimonio de los autos originales de la visita y empadronamiento”, Francisco Xavier de Palacios, 1746, f. 323 *et passim*.

<sup>15</sup> Sobre milícias missioneiras, ver, para o caso dos Guaranis: Kern (1982); Avellaneda (2005); Avellaneda e Quarleri (2007); e Takeda (2010a, 2010b, 2012); e para o caso de Mojos: Saito (2014a, 2014b).

<sup>16</sup> Ao que parece, devem ter sido raras as armas de fogo em mãos de indígenas, mas entre os Jeberos, Yameos, Masamaes, Payaguas, Pebas, Ticunas e Cavachis era comum o uso de setas envenenadas. Não foram adestrados nas evoluções de tropa regular, de resto inúteis no terreno amazônico. Mas acudiam aos alardos aos domingos e dias de festa, pela tarde, a fim de aperfeiçoar seu estilo próprio de guerra (AGI, Quito, 158, f. 246-257, “Relación de la misión apostólica”, Andres de Zarate, Quito, 30 out. 1735, f. 253v).

<sup>17</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, f. 75-105, “Aditamento a los Apuntes”, Adan Widman, c. 1762, f. 80-81.

<sup>18</sup> *Ibidem*, f. 96.

<sup>19</sup> ARSI, NR et Q, 12, i, “Carta Annuá”, 1642-1652, Gabriel de Melgar, Quito, 1652, f. 43-43v.

<sup>20</sup> “Juan Bautista Julián a un sacerdote”, Jeberos [c. 1730] (In: MATTHEI, 1972, v. 3, p. 260).

<sup>21</sup> Cf. Figueroa (1904 [1661], p. 114) e Jouanen (1941, v. 1, p. 391-392). A conquista espiritual dos Gayes seguiu o mesmo padrão: havidos por “índios bárbaros”, formidáveis inimigos dos nativos do rio Pastaza, a quem derrotavam em guerras e comiam, tudo parecia indicar que os Gayes não receberiam o missionário de bom grado. Em 1668, encontrando-se no *pueblo* de Oas, delegara o padre Lucas de la Cueva ao índio intérprete Gaye chamado Pascual a missão de contatar seus parentes e atraí-los à amizade. Pascual fora municionado com anzóis, agulhas, telas para vestidos e seis machados. Os Gayes deram boa acolhida aos regalos e às intenções do missionário. Doze índios Gayes decidiram acompanhar Pascual até a missão. Ali foram brindados com machados e outros itens. Três jovens permaneceram em Oas, a fim de serem treinados como intérpretes; o restante retornara à sua comunidade, a quem deviam comunicar os benefícios da vida em

redução. Em 1668, foi enviado o padre Sebastián Cadeno, que servia de coadjutor em Archidona, como primeiro missionário dos Gayes, logo substituído pelo padre Agustín Hurtado, em 1672. O episódio vem narrado na carta do padre Lucas de la Cueva ao padre Hernando Cavero, datada de Oas, 24 fev. 1668 (In: MARONI, 1988 [1738], p. 254-255; cf. JOUANEN, 1941, v. 1, p. 462).

<sup>22</sup> Assim sucedeu com a construção do *pueblo* de Muratas: na ausência do padre, coube a alguns caciques principais do *pueblo* de Andoa a condução desse negócio. Esse tipo de delegação, como a experiência comprovava, não era imune a conflitos e desavenças: certo alferes Andoa, que permanecera entre os Muratas para industriá-los na formação do novo *pueblo*, enamorara-se de uma viúva Murata; o filho dela sentira-se ofendido e, auxiliado por comparsas, matara o referido alferes; os agressores, com suas mulheres e filhos e alguns parentes, em número de 54 almas, desertaram às terras dos Jívaros. De tudo tomaram satisfação os Muratas cristãos, que não faltaram em dar socorro à mulher e aos filhos do defunto Andoa, e solicitaram recursos ao padre para perseguir os culpados (Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, “Aditamento a los Apuntes”, Widman, c. 1762, f. 85, 91).

<sup>23</sup> AGI, Charcas, 382, “Memorial de don Juan Francisco de Castañeda, de la Compañía de Jesús”, 1720.

<sup>24</sup> ARSI, NR et Q, 14, “Relación de la misión”, Maynas, 25 out. 1640, f. 152.

<sup>25</sup> RAH, Jesuitas, [s.n.], “Informe del P. Tomás Santos del viaje por el río Tigre”, 1684 (In: *Informes de jesuitas en el Amazonas*, 1986, p. 345).

<sup>26</sup> AGI, Quito, 134, n. 10, Provincial de San Francisco, 18 jul. 1739, f. 2v.

<sup>27</sup> Madrid insistia “que estas escoltas se mantengan a la defensiva y no ataquen a los indios” (AGI, Quito, 210, Libro 5, f. 362v-364, “Real Cédula a la Audiencia de Quito”, Madrid, 13 dez. 1694).

<sup>28</sup> AGI, Quito, 210, Libro 5, f. 79v-80, “Real Cédula al presidente de la Audiencia”, Madrid, 15 jul. 1683.

<sup>29</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, f. 49-67, “Apuntes de las cosas más memorables”, Adan Widman, c. 1762, f. 58.

<sup>30</sup> AGI, Quito, 127, “Informe del P. Carlos Brentano”, c. 1747, f. 7v. Esse ponto foi destacado por Bayle (1951, p. 46-47).

<sup>31</sup> Em vários informes, os missionários detalharam os procedimentos utilizados nas entradas. Ver, por exemplo: BNM, Mss/13530, f. 109v-121, Lucas de la Cueva a Francisco de Figueroa, San Miguel de los Avijiras, 22 mar. 1665, f. 114-117v; AGI, Charcas, 382, “Memorial de don Juan Francisco de Castañeda”, 1720, 1-2v, 5; AGI, Quito, 158, “Relación”, Zarate, Quito, 30 out. 1735, f. 253v; AHN, Jesuitas, 251, n. 2, d. 8, “Origen, progreso y mutaciones de las XX reducciones del Napo”, 1740, f. 227.

<sup>32</sup> Enrique Richter a Emmanuel Boye, Laguna, junto ao rio Huallaga, 1 jan. 1686 (In: MATTHEI, 1969, v. 1, p. 193).

- <sup>33</sup> “De ninguna manera, con pretexto de que no estén ociosos, harán que los muchachos y muchachas que se sacan para lenguas hilen en torno” (Gaspar Vivas [c. 1680]. In: JOUANEN, 1941, v. 1, p. 625). Era amplamente reconhecido pelos missionários que, sem conseguir índios como intérpretes, a entrada devia ser considerada um fracasso: BNM, Mss/18577/21, “Cartas del P. Pedro Lozano [...], Córdoba de Tucumán, 21 de junio y 24 de agosto de 1732”, f. 13v, 16, 17v; AGN, Sala 7, Biblioteca Nacional, 6235, “Anua”, 1753, Miguel Streiger, f. 1, 3.
- <sup>34</sup> AHN, Jesuitas, 251, n. 2, d. 8, “Relación de los Aumentos de la Misión de los Aguaricus este año de 1739”, Pablo Maroni [s.l.], f. 236v.
- <sup>35</sup> Enrique Richter a Emmanuel Boye, Laguna, junto ao rio Huallaga, 1 jan. 1686 (In: MATTHEI, 1969, v. 1, p. 193).
- <sup>36</sup> AGI, Quito, 158, “Relación”, Zarate, Quito, 30 out. 1735, f. 253v-254.
- <sup>37</sup> Enrique Richter a Emmanuel Boye, Laguna, junto ao rio Huallaga, 1 jan. 1686 (In: MATTHEI, 1969, v. 1, p. 194).
- <sup>38</sup> Esse depoimento consta no seguinte informe: AGI, Quito, 158, Nicholas Schindler ao tenente general da cidade de Borja, San Joaquín, 5 out. 1737, f. 259v.
- <sup>39</sup> Numerosos testemunhos de outras regiões davam conta de que, sem presentes, não havia entradas. Ver, por exemplo: RAH, Numeración Nueva: 9-2274, f. 238v, Carta do missionário de Concepción de Manacicas [post. a 1708]. Os Guaranis, encorajados a atrair os Guenoas e outros grupos da Banda Oriental, deveriam ir bem providos de panos, tabaco, erva e outros resgates (AGN, Sala 7, Biblioteca Nacional, 140, “Preceptos de nuestros Padres Generales y Provinciales” [c. 1709], f. 8-8v).
- <sup>40</sup> AHN, Jesuitas, 251, n. 2, d. 8, “Origen, progreso y mutaciones de las XX reducciones del Napo”, 1740, f. 230. O missionário e procurador padre Manuel Rodríguez (1990 [1684], p. 407), de sua parte, escrevia: “Los bárbaros reconocían la decencia de los christianos, que ya se vestían, y aun les embidiaban los adornos y alajas con que los padres los enriquecían”.
- <sup>41</sup> Opinião semelhante à de Fritz emitiam missionários que atuavam em outras regiões. Ver, por exemplo: AGI, Charcas, 384, Francisco Antonio de Argomosa Zevallos (informado pelos jesuítas), San Lorenzo, 6 fev. 1737, f. 4v; AGI, Charcas, 384, Bernardo Nusdorffer, Buenos Aires, 30 ago. 1745, f. 1v-3.
- <sup>42</sup> O estilo de aproximação e cerco não diferia essencialmente das incursões indígenas, como nota: BNM, Mss/18577/21, Pedro Lozano, “Córdoba de Tucumán, 21 de junio y 24 de agosto de 1732”, f. 13v, 16, 17v.
- <sup>43</sup> AGI, Quito, 158, “Relación”, Zarate, Quito, 30 out. 1735, f. 253v-254.
- <sup>44</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, “Apuntes”, Widman, c. 1762, f. 56. Em certos casos, era preciso afugentar um grupo inimigo para alcançar outro mais propício, como relevado em: RAH, Numeración Nueva: 9-2274, f. 227, Carta del P. Luis de la Roca [c. 1715].

<sup>45</sup> Tratava-se de uma expedição dirigida pelo padre Tomás Santos aos Andoas, reportada em: Enrique Richter a Francisco Viva, Santiago, 1 jan. 1692 (In: VARGAS UGARTE, 1945, p. 319).

<sup>46</sup> AGI, Quito, 328, Manuel Mariano de Echeverría, Quito, 10 fev. 1776, f. 830.

<sup>47</sup> AGI, Quito, 158, “Relación”, Zarate, Quito, 30 out. 1735, f. 254.

<sup>48</sup> As dificuldades eram tais que houve quem assinalasse que as entradas exigiam as mesmas habilidades da atividade da caça, ou seja, o domínio de certo sentido indiciário de conhecimento: “Es necesario fijarse hasta en los monos, si están asustados o parecen no tener miedo”, alertava o padre Magnin (1998 [1740], p. 185), “porque si huyen es indicio de que hay gente cerca que los caza y al contrario, si no se asustan, están en el caso de los hombres que al no tener enemigos, viven tranquilos en sus reductos”.

<sup>49</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, f. 41-47, “Compendiosa noticia”, Veigl, c. 1767, f. 45.

<sup>50</sup> Ver os estudos de Saito (2014<sup>a</sup>; 2014b) e Avellaneda (2014). Golob (1982, p. 147, p. 151, p. 159, p. 161-164, p. 169) pontuou algumas características das expedições punitivas realizadas em Maynas.

<sup>51</sup> AGI, Patronato, 148, n. 1, r. 3, “Información de los méritos y servicios del capitán don Diego de Vaca de Vega”, Borja, 4 jun. 1621, f. 2, e “Testimonio de Fray Lorenzo del Rincón”, f. 3v. Escreve o padre Figueroa (1904 [1661], p. 11) que, sob pretexto de capturar índios *cimarrones*, apóstatas e independentes, que atacavam os cristãos, “sacábase mucha gente de varias provincias, yendo en armada, cogiéndola y trayéndola en gruesas tropas que repartían entre los soldados y vecinos, que son las que llaman ‘piezas’”.

<sup>52</sup> Pelo menos dez caciques foram enforcados em uma expedição destinada a reprimir os Cocamas, Chipeos e Maparinas, que hostilizavam os missionários do rio Ucayali (AHPCTCJ, M-179 (406) 2, Carta del P. Lucas de la Cueva al P. Provincial Gaspar Cujía, Quito, 5 out. 1665, f. 214-215). Outros exemplos em: ARSI, NR et Q, 15, i, “Información jurídica”, Jerónimo Vaca de Vega, Borja, 23 set. 1683, f. 103-103v; e Magnin (1998 [1740], p. 188). O martírio do padre Figueroa, em 1666, levou a uma dura repressão contra os Cocamas, referida por Rodríguez (1990 [1684], p. 434-438), Velasco (1941 [1788], p. 339-341) e outros cronistas; dentre os historiadores modernos, ver: Jouanen (1941, v. 1, p. 451-455) e Golob (1982, p. 161-172).

<sup>53</sup> A captura, por expedições militares de espanhóis, de índios já contatados ou sob a influência dos missionários era tema de recorrente indisposição entre jesuítas e colonos. Ver, por exemplo: AGI, Charcas, 382, “Memorial de don Juan Francisco de Castañeda”, 1720, f. 1-2v, 5; AGI, Quito, 137, n. 32, Joseph Gonzalez, Macas, 17 mar. 1722, f. 291.

<sup>54</sup> Em fins dos anos 1680, aproveitou-se o escarmento dos Cunibo do rio Ucayali, que deram morte ao irmão Francisco de Herrera, para reduzir a nação Tecuna, descida para o *pueblo* de Jeberos (ARSI, NR et Q, 15, i, “El P. Francisco Viva al P. Renteriale da quenta del estado de la misión del Marañón”, Jeberos, 15 set. 1687, f. 133v).

<sup>55</sup> Houve quem denunciasse os inacianos por vender as “peças” resultantes de suas entradas aos colonos espanhóis das cidades adjacentes (JOUANEN, 1943, v. 2, p. 432). Também no Orinoco, em fins do século XVII, tiveram os jesuítas que responder à denúncia de que promoviam descimentos forçados (RAUSCH, 1984, p. 71-72; REY FAJARDO, 1995, p. 43-46). Em seu célebre “Informe reservado”, o marechal de campo Eugenio de Alvarado, escrevendo às vésperas da expulsão, e tendo em conta as missões dos Llanos, diz que os padres procuravam conter o furor e o derramamento de sangue com “pláticas de paz”, um grupo enviado com antecedência para convencer os nativos a receber afavelmente a expedição. O mais das vezes isso não sucedia, o que deflagrava desordens e violências que os padres não podiam evitar (Alvarado, Eugenio de. “Informe reservado”, Madrid, 3 jan. 1767. In: REY FAJARDO, 1966, p. 260).

<sup>56</sup> Ao adiantar ferramentas, avelórios e roupas aos caciques, missionários e colonos esperavam que trouxessem certo número de cativos, mas como distinguiu o procurador dos franciscanos que atuavam no rio Putumayo, a prática do “rescate” era particularmente perniciosa porque, para cumprir o compromisso ajustado com os espanhóis, os caciques podiam completar o número de cativos com índios da própria missão, vendidos por escravos (AGI, Quito, 200, Memorial de Frei Manuel de Cisneros al rey, Pasto, 14 fev. 1711, f. 846-846v).

<sup>57</sup> No início da década de 1680, empreendeu o governador Mauricio Vaca de Vega nova expedição contra os Jívaros, em atenção a uma das obrigações do seu cargo, decorrentes das antigas capitulações e notícias de que naquelas terras havia riquezas minerais. Foram reunidos cinquenta soldados espanhóis e mais de trezentos índios escolhidos de diversos *pueblos* de Maynas. O padre Lucero, que serviu de capelão, aportou mais de 500 ferramentas de diversa espécie, com que comumente se pagava o soldo dos expedicionários. Ao tempo dessa expedição, os Jívaros habitavam as margens do rio Santiago, depois de sua confluência com os rios Paute e Zamora, onde antigamente existira a cidade de Logroño, remansos que o sentir comum reputava auríferos. Apesar de terem recebido afavelmente os espanhóis, em pouco tempo mataram um sargento e quatro índios e fugiram, obrigando a expedição a retirar-se (Carta do padre Lucero ao vice-rei, datada de 23 ago. 1683 apud JOUANEN, 1941, v. 1, p. 482).

<sup>58</sup> Ver, por exemplo: AGI, Lima, 141, Alvaro Enriques de Castillo, Callao, 12 abr. 1613, f. 2; AGI, Quito, 14, r. 8, n. 34, Audiência de Quito, 20 mai. 1638; AGI, Quito, 210, Libro 5, f. 29-30v, “Real Cédula al Obispo de Quito”, Madrid, 17

set. 1680. Permanecia viva a tradição de que as cabeceiras dos rios da província de Jívaros sobejavam de ouro quando, na década de 1720, os descendentes do Marquês de Solanda pretenderam capitular aquela conquista com a Coroa, que denegou seu pedido. Ver memorial e parecer do *Consejo de Indias* em: AGI, Quito, 143, n. 20, “Memorial de Juan Bautista Sánchez de Orellana”, Quito, 29 fev. 1720, esp. f. 291v-292.

<sup>59</sup> Justificava o padre Viva a necessidade de uma entrada militar na crença de que, nos territórios dos Jívaros, havia um El Dorado, pois era certo, segundo a opinião geral, que “en cuios zerros está tanto oro, que no dudan afirmar acá y en España, que en todas las Indias no han descubierto tierra más rica”. Assim atestavam certos papéis que estavam em Loja, provenientes dos ministros das Caixas Reais, em que constava que no território dos Jívaros existira uma cidade chamada Logroño, de cujas fábricas de minerar “en pocos años se dieron al rey unos millones de solo quinto” (ARSI, NR et Q, 15, i, “Propuesta del P. Fra.co Viva hecha en la ciudad de Pasto al P. Diego Fra.co Altamirano, visitador del Nuevo Reyno, en diciembre de 1689”, f. 231v).

<sup>60</sup> AGI, Quito, 210, l. 5, f. 362v-364, “Real Cédula a la Audiencia de Quito”, Madrid, 13 dez. 1694.

<sup>61</sup> Cf. Jouanen (1941, v. 1, cap. 26, p. 512-516). Fundado em 1694, nas proximidades de onde se encontrara a antiga Logroño, destruída pelos mesmos Jívaros, o *pueblo* de Los Naranjos sucumbiu às entradas realizadas por colonos entre os índios daquelas cercanias, tendo capturado, em cinco anos, umas 670 almas. Não bastasse isso, constantes mortes por epidemias precipitaram o malogro do empreendimento (Ibidem).

<sup>62</sup> Carta do padre Juan Lorenzo Lucero, [s.l.] 30 jun. 1697 (apud JOUANEN, 1943, v. 2, p. 390).

<sup>63</sup> Ibidem. Ver também: Maroni (1988 [1738], p. 279) e Chantre e Herrera (1901 [ant. a 1801], p. 304-305).

<sup>64</sup> “Informe del P. Gaspar Vidal sobre Gívaros”, 16 nov. 1696 (apud ASTRAIN, 1920, t. 6, p. 629).

<sup>65</sup> Sobre a metáfora da horticultura espiritual, ver: Cañizares-Esguerra (2008, p. 244).

<sup>66</sup> Estimativa obtida a partir dos catálogos disponíveis em: ARSI, NR et Q, leg.: 3, 5, 7 e 11; AHPTCJ, estante 2, caja 82 bis, leg. 1460, 45 (1 e 2); AHN, Jesuitas, 251, n. 2, d. 14; *Idem*, n. 21; e nas reproduções que facilita: Piñas Rubio (2011).

<sup>67</sup> ARSI, NR et Q, 15, ii, “Carta de edificación del difunto P.e Francisco Falcombeli, mis.o en Pebas, por P. Guil.o Grebmerser”, Laguna, 20 dez. 1743 [14 nov. 1745], f. 343.

<sup>68</sup> ARSI, NR et Q, 15, i, “Vida y muerte dichosa del Hermano Francisco Herrera Donado de la Compañía de Jesús”, por Pedro de Mercado, f. 115v.

<sup>69</sup> Francisco Javier Zephyris a Hermenegildo Adam, Santo Tomás de Andoas, 3 jan. 1728 (In: MATTHEI, 1972, v. 3, p. 235).

<sup>70</sup> Carta do Superior Juan Lorenzo Lucero ao padre Vice-Provincial, Laguna, 3 jun. 1681 (In: RODRÍGUEZ, 1990 [1684], p. 514).

<sup>71</sup> “Segunda carta del R.P. Juan Bautista Julián misionero en Quito y rector en Tacunga”, Jeberos [c. 1730] (In: GROSSER, 2007, p. 315).

<sup>72</sup> “Órdenes del P. Hernando Cavero”, 29 jun. 1668 (In: JOUANEN, 1941, v. 1, p. 621).

<sup>73</sup> Cf. Velasco (1981 [1789], p. 537). Os números com os quais trabalhava esse ilustre jesuíta orçavam em 100 mil os índios residentes em Maynas antes de 1660, 44 mil os que morreram na epidemia daquele ano e 20 mil os que padeceram na de 1669. Newson (1995, p. 313-314, 323) estima, a partir dos dados de Velasco, uma depopulação de 63% nesse período, e sugere que as entradas podiam agravar as epidemias pois, ao trazer gente nova, eventualmente promoviam reinfecções.

<sup>74</sup> Cf. Gómez González (2011, p. 45). Ensaio de interesse para elucidar a biografia do padre Fritz podem ser lidos em: Pinto (2006).

<sup>75</sup> ARSI, NR et Q, 15-i, “El P. Samuel Fritz da noticia al P. R.or de Quito de las misiones de Omaguas”, San Joaquín, 22 jun. 1686, f. 117v.

<sup>76</sup> Em mais de uma oportunidade o jesuíta contestou a jurisdição portuguesa sobre áreas da Amazônia ocidental. Ver, por exemplo: AGI, Quito, 4, Fritz ao embaixador de Espanha em Portugal, Pará, 1691, f. 328.

<sup>77</sup> AGI, Lima, 89, Memorial do padre Samuel Fritz e parecer do vice-rei Conde de la Monclova, Lima, 14 set. 1692. Ver também o informe do padre Fritz sobre a atuação dos portugueses em: AGI, Quito, 158, “Ynforme del P.e Samuel Fritz”, Jeberos, 23 mar. 1721, f. 174v-175v.

<sup>78</sup> Sobre a disputa de jurisdições com os franciscanos, ver: AGI, Quito, 134, n. 10, Provincial de San Francisco Bartolomé de Alcano, [Quito] 18 jul. 1739, f. 2v; AGI, Quito, 158, Autos, 1755, f. 152.

<sup>79</sup> Guzmán y Salazar, Francisco de Rojas. “Declaración y diario que hizo”, Los Reyes, 12 nov. 1691 (In: BIEDMA, 1989, p. 194). Sobre a disputa entre franciscanos e jesuítas pelo rio Ucayali, em fins do século XVII, ver: Tibesar (1989, p. 40-43, 74-75) e Santos (2009, p. 87).

<sup>80</sup> AGI, Lima, 532, “Fr. Pedro Magariños, de la orden seráfica, provincial de la provincia de los doze apóstoles de Jesus de Lima del Reyno del Perú”, Lima, 22 abr. 1750, f. 3v.

<sup>81</sup> “Carta del P. Wenceslao Breyer a su hermano, sacerdote jesuita en Praga”, Laguna, 18 jun. 1699 (In: MATTHEI, 1969, v. 1, p. 252).

<sup>82</sup> AGI, Quito, 158, “Relación”, Zarate, Quito, 30 out. 1735, f. 253v. Cf. BNM, Mss/13530, Lucas de la Cueva a Francisco de Figueroa, San Miguel de los Avijiras, 22 mar. 1665, f. 113.

<sup>83</sup> “No estaban de mejor calidad los Aguanos por las guerras civiles, que había entre sus parcialidades, porque [el cacique] Zaculuzepa llebaba muy mal el brío del Ebanicuro no olvidando los daños, que había recibido de él” (AHPTCJ, M-179 (406) 2, Carta del P. Lucas de la Cueva al P. Provincial Gaspar Cujía, Quito, 5 out. 1665, f. 211-212).

<sup>84</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, “Apuntes”, Widman, c. 1762, f. 49-67, 75-105.

<sup>85</sup> Os jesuítas estavam informados de ocasiões em que os índios tentavam mover as entradas contra seus inimigos. Ver, por exemplo: RAH, Numeración Nueva: 9-2274, f. 229, Carta de Juan de Benavente, Concepción, 30 ago. 1717.

<sup>86</sup> AHN, Jesuitas, 251, n. 2, d. 3, “Relación de las cosas notables”, Juan Magnin, Borja, 6 nov. 1743, f. 9. Ainda a esse respeito, ver: Niclutsch (2012 [1781], p. 124) e Veigl (2006 [1785], p. 230, 234).

<sup>87</sup> A repugnância das distintas parcialidades em se juntar num mesmo *pueblo* era motivo de lamentação também para os jesuítas que atuavam em Mojos: o padre Eder (1985 [c. 1772], p. 365), por exemplo, relata que diferentes grupos “se hostigaban con permanentes odios y guerras”, e que “aunque éstas han cesado, hasta ahora sigue clavada en los espíritus su memoria y aun cierto resabio de odio”. Certamente tem validade para todo o âmbito amazônico a observação de um autor anônimo de que, ainda que os membros de diferentes parcialidades frequentassem uma mesma lagoa ou rio, eles preferiam tomar diferentes caminhos e rodeios, de modo a que não se encontrassem: “assi los pueb.s están hechos un labirinto en contorno de camin.s” (AHPTCJ, estante 2, caja 84, 2-2, “Descripción de los mojos”, 1754, f. 5).

<sup>88</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, f. 41-47. “Compendiosa noticia”, Veigl, c. 1767, f. 46.

<sup>89</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, “Apuntes”, Widman, c. 1762, f. 54.

<sup>90</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, “Aditamento a los Apuntes”, Widman, c. 1762, f. 97.

<sup>91</sup> Como assinala Santos-Granero (1992, p. 12 et seq.) para a Amazônia ocidental, na perspectiva da guerra indígena, os cativos que resultavam de sucessivos conflitos podiam ter três destinos: morte, venda e servidão. Aspecto duradouro das redes de intercâmbio entre as diversas etnias, a busca por cativos incrementou-se enormemente sob a influência dos adventícios. Segundo sabe-se sobre o caso de Mojos em particular, uma vez que as presas das entradas chegavam à redução, todas as crianças eram imediatamente batizadas e distribuídas entre as diversas parcialidades que participaram da expedição, de acordo com critérios próprios de honra e *status*. Alguns cativos, contudo, podiam ser entregues ao missionário como “domésticos”, ou seja, servos perpétuos do padre (SAITO, 2014a; 2014b).

- <sup>92</sup> Pablo Maroni a Angel Maria Manca, La Laguna, 21 dez. 1731 (In: MARONI, 1988 [1738], p. 379).
- <sup>93</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, “Apuntes”, Widman, c. 1762, f. 51.
- <sup>94</sup> Comillas/CP, Serie Negra, Cuaderno n. 108, “Aditamento a los Apuntes”, Widman, c. 1762, f. 80.
- <sup>95</sup> *Ibidem*, f. 86.
- <sup>96</sup> ARSI, Peru, v. 17, f. 102-109v, “Carta del P. Antonio de Orellana al P. Martín de Jáuregui”, Loreto, 18 out. 1687, f. 104. O estudo de Saito (2014a) chamou a minha atenção para essa passagem e para a referida na nota seguinte.
- <sup>97</sup> ARSI, Peru, v. 20, f. 200-213, “Carta de los Padres”, 20 abr. 1676, f. 202. Sigo aqui, além dos trabalhos de Saito já citados, Radding (2002, p. 63-64; 2005, p. 86-87).
- <sup>98</sup> Ver especialmente os trabalhos de Takeda (2010a; 2010b; 2012) e Tomichá Charupá (2011), além dos de Saito.

## Referências

- ACOSTA, José de, S.J. *De Procuranda Indorum Salute* [1588]. Madrid: CSIC, 1984, v. 1, 1987, v. 2.
- ASTRAIN, Antonio, S.J. *Historia de la Compañía de Jesús en la asistencia de España*. Madrid: Razón y Fe, 1920, t. 6.
- AVELLANEDA, Mercedes. El ejército guaraní en las reducciones jesuitas del Paraguay. In: PAGE, Carlos A. (ed.) *Educación y evangelización: la experiencia de un mundo mejor: X Jornadas Internacionales sobre Misiones Jesuíticas*. Córdoba, Argentina: Universidade Católica, 2005, p. 117-128.
- \_\_\_\_\_. Las misiones jesuitas de Chiquitos y el proceso de esclavización en las tierras bajas del Oriente boliviano (1691-1764). Trabalho apresentado nas *XV Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas*, Pontificia Universidade Católica de Chile, 2014, Santiago, Chile.
- AVELLANEDA, Mercedes; QUARLERI, Lía. Las milicias guaraníes en el Paraguay y Río de la Plata: alcances y limitaciones (1649-1756). *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 109-132, 2007.
- BACIERO, Carlos. Juan de Solórzano Pereira y la defensa del indio en América. *Hispania Sacra*, Madrid, v. 58, n. 117, p. 263-327, 2006.
- BAYLE, Constantino, S.J. *Notas sobre bibliografía jesuítica de Mainas*. Madrid: Jura, 1949.
- \_\_\_\_\_. *Las misiones, defensa de las fronteras. Mainas*. Madrid: Jura, 1951.

BIEDMA, Manuel, O.F.M. *La conquista franciscana del Alto Ucayali*. Iquitos: IIAP: CETA, 1989.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Católicos y puritanos en la colonización de América*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

CARTAS EDIFICANTES, y curiosas, escritas de las misiones estrangeras, y de levante por algunos misioneros de la Compañía de Jesus. Madrid: En la Imprenta de la Viuda de Manuel Fernandez, 1757, t. 16.

CHANTRE Y HERRERA, José, S.J. *Historia de las misiones de la Compañía de Jesús en el Marañón español: 1637-1767* [ant. a 1801]. Madrid: Impr. de A. Avrial, 1901.

CIPOLLETTI, María Susana. Jesuitas y Tucanos en el noroeste Amazónico del siglo XVIII: una armonía imposible. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M., S.J. (Eds.). *Un reino en la frontera: las misiones jesuitas en la América colonial*. Lima: PUCP, 1999. p. 223-241.

CLENDINNEN, Inga. Disciplining the Indians: Franciscan Ideology and Missionary Violence in Sixteenth-Century Yucatán. *Past & Present*, n. 94, p. 27-48, 1982.

EDER, Francisco Javier, S.J. *Breve descripción de las reducciones de Mojos* [c. 1772]. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985.

FIGUEROA, Francisco de, S.J. *Relación de las misiones de la Compañía de Jesús en el país de los Maynas* [1661]. Madrid: Victoriano Suárez, 1904.

FRITZ, Samuel, S.J. *Diario* [1686-1723]. Quito: Academia Ecuatoriana de la Lengua, 1997.

GIBSON, Charles. *The Aztecs under Spanish rule: a history of the Indians of the Valley of Mexico, 1519-1810*. Stanford: Stanford University Press, 1964.

GOLOB, Ann. *The Upper Amazon in historical perspective*. 1982. Thesis (Ph.D.) – City University of New York, 1982.

GÓMEZ GONZÁLEZ, Juan Sebastián. *La frontera selvática: historia de Maynas, siglo XVIII*. 2011. Tesis (Doctorado) – Universidade Nacional Autónoma de México, 2011.

GREEN JR., Robert L. *Masters of Idolatry: Catholic Colonialism, Jesuit Conversionary Thought, and Indigenous Religious Traditions in the Spanish Pacific World, 1568-1672*. 2011. Dissertation (Ph.D.) – University of California, Santa Barbara, 2011.

- GROHS, Waltraud. *Los indios del Alto Amazonas del siglo XVI al siglo XVIII: poblaciones y migraciones en la antigua provincia de Maynas*. Bonn: Udo Oberem, 1974.
- GROSSER, José, S.J. (Ed.). *Las misiones de Mainas de la Antigua provincia de Quito de la Compañía de Jesús*. Quito: Biblioteca Ecuatoriana Aurelio Espinosa Pólit, 2007.
- GUMILLA, José, S.J. *El Orinoco Ilustrado, historia natural, civil, y geographica de este Gran Río, y de sus caudalosas vertientes*. Madrid: Manuel Fernández, 1741.
- HAUSBERGER, Bernd. La violencia en la conquista espiritual: las misiones jesuitas de Sonora. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, n. 30, p. 27-54, 1993.
- INFORMES de jesuitas en el Amazonas, 1660-1684. Iquitos, Perú: IIAP-CETA, 1986.
- JOUANEN, José, S.J. *Historia de la Compañía de Jesús en la antigua provincia de Quito: 1570-1773*. Quito: Ecuatoriana, 1941, v. 1; 1943, v. 2.
- KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- LIVI BACCI, Massimo. *Amazzonia: L'impero dell'acqua, 1500-1800*. Bologna: Il Mulino, 2012.
- LOCKHART, James. *Los Nahuas después de la conquista: historia social y cultural de los indios del México central, del siglo XVI al XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- MAGNIN, Juan, S.J. *Descripción de la Provincia y misiones de Mainas en el Reino de Quito [1740]*. Quito: Biblioteca Ecuatoriana Aurelio Espinosa Pólit, 1998.
- MALDAVSKY, Aliocha. *Vocaciones inciertas: misión y misioneros en la provincia jesuita del Perú en los siglos XVI y XVII*. Sevilla: CSIC, 2012.
- MARONI, Pablo, S.J. *Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [1738]*. Iquitos, Perú: CETA, 1988.
- MATTHEI, Mauro (Ed.). *Cartas e informes de misioneros jesuitas extranjeros en Hispanoamérica*. Santiago, Chile: Pontificia Universidad Católica, 1969, v. 1.
- MATTHEI, Mauro (Ed.). *Cartas e informes de misioneros jesuitas extranjeros en Hispanoamérica*. Santiago, Chile: Pontificia Universidad Católica, 1970, v. 2.
- MATTHEI, Mauro (Ed.). *Cartas e informes de misioneros jesuitas extranjeros en Hispanoamérica*. Santiago, Chile: Pontificia Universidad Católica, 1972, v. 3.
- NEWSON, Linda A. *Life and death in early colonial Ecuador*. Norma: University of Oklahoma Press, 1995.
- NICLUTSCH, Francisco, S.J. *Noticias americanas de Quito y de los indios bravos del Marañón [1781]*. Quito: Cicame: Fundación Alejandro Labaka, 2012.

PÉREZ DE RIBAS, Andrés, S.J. *Páginas para la historia de Sonora*: Triunfos de nuestra santa fe [1645]. Hermosillo: Gobierno del Estado de Sonora, 1985.

PIÑAS RUBIO, Francisco, S.J. *Catálogo de la provincia de Quito de la Compañía de Jesús en la Colonia*: 1586-1767. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2011.

PINTO, Renan Freitas (Ed.). *O Diário do Padre Samuel Fritz*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2006.

RADDING, Cynthia. *Wandering peoples*: colonialism, ethnic spaces, and ecological frontiers in Northwestern Mexico, 1700-1850. Durham: Duke Univ. Press, 1997.

\_\_\_\_\_. Comunidades en conflicto: espacios políticos en las fronteras misionales del noroeste de México y el oriente de Bolivia. *Desacatos*, México, n. 10, p. 48-76, 2002.

\_\_\_\_\_. *Landscapes of Power and Identity*: comparative histories in the Sonoran Desert and the Forests of Amazonia from Colony to Republic. Durham: Duke University Press, 2005.

RAUSCH, Jane M. *A tropical plains frontier*: the Llanos of Colombia, 1531-1831. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1984.

REEVE, Mary-Elizabeth. Regional Interaction in the Western Amazon: The Early Colonial Encounter and the Jesuit Years: 1538-1767. *Ethnohistory*, v. 41, n. 1, p. 106-138, 1993.

REY FAJARDO, José del, S.J. (Ed.) *Documentos jesuíticos relativos a la historia de la Compañía de Jesús en Venezuela*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1966.

\_\_\_\_\_. Las escoltas militares en las misiones jesuíticas de la Orinoquia, 1661-1767. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia (Venezuela)*, v. 78, n. 311, p. 35-69, 1995.

RODRÍGUEZ, Manuel, S.J. *El descubrimiento del Marañón* [1684]. Madrid: Alianza, 1990.

SAITO, Akira. Consolidación y reproducción de las parcialidades tras la implantación de las reducciones en el Moxos jesuítico. Trabalho apresentado nas *XV Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas*, Pontificia Universidade Católica de Chile, 2014a, Santiago, Chile.

\_\_\_\_\_. La guerra indígena y la expansión misional: El caso de Moxos, siglos XVII-XVIII. Trabalho apresentado nas *XV Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas*, Pontificia Universidade Católica de Chile, 2014b, Santiago, Chile.

SANTOS-GRANERO, Fernando. *Etnohistoria de la Alta Amazonía*: siglos XVI-XVIII. Quito: Abya-Yala, 1992.

\_\_\_\_\_. *Vital enemies: slavery, predation, and the Amerindian political economy of life*. Austin: University of Texas Press, 2009.

SANTOS, Roberta Fernandes dos. *A expressão da vontade: relações interétnicas e rebelião indígena nas missões de Maynas (1685-1698)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SOLÓRZANO PEREIRA, Juan de. *De Indiarum iure: (Liber II, De acquisitione Indiarum)*. Madrid: CSIC, 1999, t. 1 (cap. 1-15), 2000, t. 2 (cap. 16-25).

SPALDING, Karen. *Huarochiri: an Andean society under Inca and Spanish rule*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1984.

STEPHAN, Jörg. *Spanische Herrschaft und Mission in der Grenzprovinz Maynas: 1619-1768*. Stuttgart: Heinz, 2000.

TAKEDA, Kazuhisa. ¿Continuidad u ocaso? Transformación del poder de los jefes étnicos en las misiones jesuíticas del Río de la Plata. Trabalho apresentado em: *Simposio 'Las reducciones indígenas: una visión comparativa'*. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2010a.

\_\_\_\_\_. Organización social de las misiones guaraníes: relación entre la parcialidad y la milicia. Trabalho apresentado em: *XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas: fronteiras e identidades: povos indígenas e missões religiosas*. Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2010b.

\_\_\_\_\_. Cambio y continuidad del liderazgo indígena en el cacicazgo y en la milicia de las misiones jesuíticas: análisis cualitativo de las listas de indios guaraníes. *Revista Tellus*, Campo Grande, ano 12, n. 23, p. 59-79, 2012.

TAYLOR, Anne C. Estudio introductorio. In: TAYLOR, Anne C; LANDÁZURI N., C. (Eds.) *Conquista de la región Jivaro, 1550-1650: relación documental*. Quito: Marka: IFEA: Abya-Yala, 1994, p. 1-30.

\_\_\_\_\_. The western margins of Amazonia from the early sixteenth to the early nineteenth century. In: SALOMON, F.; SCHWARTZ, S. B. (Eds.) *The Cambridge history of the native peoples of the Americas: South America*, v. 3, part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 188-256.

TIBESAR, Antonino, O.F.M. Introducción: la conquista del Perú y su frontera oriental. In: BIEDMA, Manuel, O.F.M. *La conquista franciscana del Alto Ucayali*. Iquitos: IIAP: CETA, 1989, p. 15-79.

TOMICHA CHARUPÁ, Roberto. *Población indígena y diversidad cultural en Chiquitos (siglo XVIII)*. Algunas consideraciones. Trabalho apresentado na XXV Reunión Anual de Etnología, Museo Nacional de Etnología y Folklore, La Paz, 2011.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. A cristianização nos confins: missionários, soldados, índios amigos e índios a converter: atores e papéis nas crônicas de Maynas. In: AGNOLIN, Adone et al. (Org.) *Contextos missionários: religião e poder no império português*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011, p. 341-360.

URIARTE, Manuel Joaquín, S.J. *Diario de un misionero de Maynas* [1775]. Iquitos: Monumenta Amazónica, 1986.

VARGAS UGARTE, Rubén, S.J. *Manuscritos peruanos en las bibliotecas de América*. Buenos Aires: [s.n.], 1945.

VEIGL, Francisco Xavier, S.J. *Noticias detalladas sobre el estado de la provincia de Maynas en América meridional hasta el año 1768* [1785]. Iquitos: CETA, 2006.

VELASCO, Juan de, S.J. *Historia moderna del Reyno de Quito y Crónica de la Provincia de la Compañía de Jesús del mismo Reyno* [1788]. Quito: Impr. de la Caja del Seguro, 1941.

\_\_\_\_\_. *Historia del reino de Quito en la América meridional* [1789]. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1981.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

Recebido em: 14/05/2015

Aprovado em: 20/09/2016

# *Evangelische Indianermission:* A IECLB e a missão entre os Índios

Cintia Regia Rodrigues\*

**Resumo:** O presente trabalho analisa a prática da missão evangélica entre as populações nativas dentro de um contexto de modernização que perpassava o Rio Grande do Sul no início do século XX. A tentativa de missão da IECLB vai de 1900 até o ano de 1904. Em 1886, a Igreja Luterana se organizava oficialmente no Estado do Rio Grande do Sul e institucionalizava o Sínodo Rio-Grandense, que tinha como sede a cidade de São Leopoldo/RS. Pretende-se averiguar a elaboração e a prática do “Estatuto da Sociedade *Evangelische Indianermission*”, criado pela Igreja em 1904, tendo à frente o Pastor Rotermund, que foi um grande entusiasta na prática da missão entre os nativos. Esse documento indicava as instruções para os religiosos, mostrando a forma como estes deveriam empreender a obra missionária. Pretende-se entender ainda a articulação entre o Governo Estadual, a IELCB e a proposta de missão entre os índios no contexto das discussões em torno das políticas e práticas para as populações indígenas no início do século XX no Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Índios. IECLB. Catequese. Estado Sul-Rio-Grandense. Modernização.

## Introdução

O objetivo do presente trabalho é abordar a tentativa de evangelização dos povos nativos pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) dentro de um contexto de modernização que perpassava o Rio Grande do Sul no início do século XX.

---

\* Professora do Departamento de História da Universidade Regional de Blumenau — FURB. Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos — UNISINOS: E-mail: regia\_rs@hotmail.com.

O projeto de missão da IECLB vai de 1900 até o ano de 1904. Inicialmente, é necessário entender o contexto de múltiplos atores envolvidos na elaboração e concretização de políticas e práticas em torno da questão indígena no pairar do século XX, principalmente no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) chegou ao topo da política sul-rio-grandense com a Proclamação da República do Brasil. Entre 1898 e 1908, Borges de Medeiros atuou como presidente do Estado, sendo que o PRR permaneceu no poder até 1930, período chamado de República Velha. O PRR realizou várias obras de infraestrutura durante o longo período em que se manteve no poder, atendendo sempre “a todos os setores da sociedade”, inclusive aos interesses dos latifundiários, e buscando autonomia frente ao Estado Nacional. O partido buscava um desenvolvimento conjunto para o Estado, a fim de modernizá-lo. O projeto do PRR esteve alicerçado nas ideias de Comte<sup>1</sup>.

Segundo Sponchiado, sobre a lei dos três estados:

No Estado teológico – estado natural e primitivo da inteligência humana –, os fenômenos explicam-se pela intervenção arbitrária de agentes sobrenaturais que ficam responsáveis por todas as transformações do universo. No Estado metafísico, forças abstratas tomam lugar dos agentes sobrenaturais na explicação da experiência humana. No Estado positivo, a inteligência do homem, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia à procura da origem e do destino do universo e ao conhecimento das causas íntimas dos fenômenos para preocupar-se exclusivamente com o descobrimento, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, das leis efetivas, isto é, das relações invariáveis de sucessão e semelhança que ligam os fenômenos (SPONCHIADO, 2000, p. 378).

Os positivistas, principalmente com base nas ideias da Igreja Positivista do Brasil (IPB), na figura de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, acreditavam que as populações indígenas eram livres como quaisquer outras, além de serem donas dos territórios que habitavam. Os positivistas ressaltavam que as populações nativas eram

fetichistas ou teológicas e estariam no primeiro estágio mental da humanidade. Para tanto, era necessário ampará-las e protegê-las a fim de que pudessem atingir o estágio mental da civilização. Então, seria necessário elaborar um projeto para que essa prática desse frutos. Sendo assim, dar-se-ia aos nativos condições para evoluírem espontaneamente ao estágio positivo. Nota-se que os estudos realizados por Comte acerca do fetichismo refletem as populações africanas, mas é possível estabelecer uma relação com as populações indígenas, visto que ambas se caracterizam pelo nomadismo e pela percepção fetichista dos fenômenos que presenciam.

Mesmo com a campanha dos positivistas em favor da questão indígena, os índios não foram citados em 1891 na Constituição Federal, nem na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. A partir da instalação da República, anterior à criação do SPILTIN (Serviço de proteção ao Índio e localização de trabalhadores nacionais), que ocorreu em 1910, o governo federal, organizado em uma federação, delegava aos Estados maior autonomia, não estando, porém, totalmente alheio às questões indígenas, mesmo que a maioria dos problemas em relação ao assunto ainda fosse mais discutida em níveis estaduais.

Cabe ressaltar que todos os Ministérios Federais, de alguma forma, estiveram envolvidos com os assuntos referentes aos silvícolas. Isso aconteceu devido aos desentendimentos ocorridos na questão fundiária, ligados diretamente à questão indígena. Eram constantes os confrontos entre os colonos e os índios, uma vez que, com o término da escravidão no Brasil, os imigrantes eram os trabalhadores em potencial e muitos destes adquiriram terras do governo federal, passando por cima dos primeiros habitantes. Afinal, os indígenas não eram entendidos como trabalhadores em potencial, pois, devido ao seu modo de vida, não estavam preparados para se juntar às fileiras da expansão da sociedade nacional, pelo menos até a efetiva instalação do SPILTIN.

Segundo Stauffer (1960-1961), os primeiros anos da república foram caracterizados por uma aceleração do avanço fronteiriço através do país inteiro, sendo que largas áreas de terras foram potencialmente tiradas à força dos índios. O autor enfatiza ainda que a marcha colonizadora para o oeste não representava uma penetração tão rápida ou profunda do interior como as comissões de limites, as ferroviárias e telegrafias ou as expedições etnológicas e geográficas. Também coloca

que a nação brasileira estava desejosa de alcançar o progresso, mas a matança de nativos era inevitável, principalmente com a construção das ferrovias. Chama atenção um caso do Rio Grande do Sul:

Nunca a nação esteve tão desejosa ou tão bem preparada financeira e tecnicamente para desenvolver seus ricos recursos de terra, *mas tal desenvolvimento exigiu ou a cooperação do índio ou seu afastamento das regiões que deviam ser exploradas*. Infelizmente a tarefa de obter a confiança e amizade do nativo demandava tempo. Extermínio parecia um caminho mais rápido e mais seguro, para impedir qualquer oposição presente e futura. *O massacre de índios que constituíam uma ameaça ao avanço do branco tornou-se prática normal [...] Assim, perdas de vida caracterizavam o progresso hesitante nas obras [...] da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em 1908* (grifo do autor) (STAUFFER, 1960-1961, p. 452).

Havia uma política de colocar os toldos<sup>2</sup> próximos às ferrovias e usar os nativos como mão de obra. Por outro lado, os que não contribuíam com a sua força de trabalho eram exterminados. Junto ao processo de modernização, do qual os nativos participavam, pairava a ideia de que aqueles que não trabalhavam atrapalhavam o progresso.

Ocorria um embate muito grande entre os vários setores da sociedade que discutiam a questão do nativo, pois pretendiam dar fim ao problema indígena de maneiras diversas. Essa discussão estava polarizada na possibilidade ou não de o nativo tornar-se civilizado. Nota-se, então, que havia duas posições antagônicas a respeito dos índios do Brasil: os que, de alguma forma, acreditavam que eles estavam num estágio primitivo e que poderiam chegar à civilização, como os positivistas, e os que compartilhavam a ideia do naturalista Hermann Von Ihering<sup>3</sup> de que de que isso jamais aconteceria, sendo preciso exterminá-los. Hermann Von Ihering também se colocava contra a miscigenação entre o branco e o índio, em função de sua convicção sobre os preceitos do determinismo racial ou darwinismo social<sup>4</sup>.

É pertinente destacar que, anteriormente ao processo de instalação da República no Brasil, a assistência às populações autóctones era realizada quase que totalmente por missionários da Igreja

Católica. Mas, em 1891, com a Constituição, ocorreu a separação de Estado e Igreja. Como ressalta Rocha, “[...] a República buscava substituir a ‘redenção dos selvagens pela fé’ do período anterior, pela ‘evolução pela técnica’” (1993, p. 15). Nessa perspectiva, promoveu-se um projeto leigo para suprir as ações religiosas junto aos nativos, percebendo-se um Estado Nacional formalmente separado da Igreja.

Conforme Lima (1987), ocorreu uma ampla rodada de debates entre várias instituições que reivindicavam para si a autoridade e a elaboração da política indigenista na República, destacando-se entre eles políticos, intelectuais, jornalistas, etnógrafos, dentre outros. A controvérsia girava em torno de dois pontos fundamentais: havia os que defendiam a continuidade da atuação da Igreja Católica entre os nativos e os que entendiam que o governo federal era responsável pela estruturação de uma política para eles, tendo como objetivo sua integração à sociedade nacional e, em consequência, enquadrá-los nas diretrizes do progresso. Nessa última corrente, que defendia a assistência leiga aos nativos, encontravam-se vários membros que professavam os preceitos comteanos, criando-se em 1910 o SPILTN.

## **A IELCB no Rio Grande do Sul**

A partir de 1888, a Sociedade Evangélica de Barmen, na Alemanha, responsável por enviar professores e pastores para o Rio Grande do Sul, publicou, em sua revista *Der Deutsche Ansiedler (O Colono Alemão)*, algumas notícias relacionadas aos nativos do Brasil (WITT, 1999). Ao passo que os Capuchinhos franceses desenvolveram a catequese entre os nativos do toldo do Fachinal, os missionários da Igreja Luterana dedicaram-se à catequese dos nativos nos toldos de Pontão e do rio Ligeiro, no município de Lagoa Vermelha, com o Pastor Bruno Stysinski.

É preciso destacar que a condição da Igreja Luterana no raiar do século XX era distinta da Católica. Ainda que a Igreja Católica estivesse em processo de reestruturação no Estado e buscasse conquistar seu espaço, ela continuava a desfrutar de uma condição mais privilegiada, pois era considerada a religião oficial no Império do Brasil. Mesmo com a desestruturação do padroado, com a procla-

mação da República, a Igreja Católica continuava tendo uma inserção política maior na sociedade brasileira do que a Igreja Evangélica, que era marginalizada em termos políticos e praticava seus cultos praticamente de forma clandestina. Essa situação fizera com que as comunidades luteranas permanecessem de certa forma isoladas. Ainda havia outro aspecto a ser agregado: grande parte dos luteranos era de origem germânica, e a localização geográfica das colônias reforçava essa condição de isolamento. Mesmo assim, a Igreja Evangélica concentrava-se em franco processo de estruturação no Estado.

Em 1886, a Igreja Luterana organizava-se oficialmente no Estado e institucionalizava o Sínodo Rio-Grandense<sup>5</sup>, que tinha como sede a cidade de São Leopoldo. “[...] A fundação do Sínodo Rio-Grandense foi de suma importância, pois agora era dada ao protestantismo do Rio Grande do Sul a oportunidade de se apresentar como uma unidade diante das autoridades civis” (DREHER, 1984 apud DECKMANN, 1985, p. 12).

Também é preciso observar que, durante o século XIX, existiram esforços por parte da “Associação Evangélica para os Alemães Protestantes da América do Sul” de empreender a catequese dos nativos, mas esse fato fora barrado por autoridades civis e católicas. Segundo Deckmann (1985), houve tentativas anteriores de se empreender a catequese dos nativos, pois desde 1890 a Associação Evangélica de Barmen buscava essa prática. Porém, em função do contexto não favorável nos primeiros anos de estruturação do Sínodo, as missões entre os nativos não foram possíveis. Dessa forma, as próprias comunidades luteranas ficariam responsáveis pela ação missionária.

Deve-se ressaltar que o empreendimento da catequese dos nativos não era o consenso dos representantes das ditas comunidades evangélicas. Segundo eles, “[...] havia muito a ser feito nas próprias comunidades constituídas e na diáspora evangélica que acompanhava a interiorização da colonização” (WITT, 1999, p. 46). Por parte de representantes da Igreja Evangélica, principalmente durante os quatro primeiros anos do século XX, havia dúvidas se a catequese entre os nativos iria efetivamente se concretizar e desenvolver, pois era grande a falta de verbas. Isso pôde ser observado em um dos encontros da Assembleia Sinodal, no ano de 1904. Essa preocupação fora publicada no jornal *Sonntagsblatt* sob o título de “Die Indianer-Mission”

e como “A missão indígena” no jornal do Sínodo Rio-Grandense. O conteúdo da notícia mostrava claros indícios da indecisão, por parte de representantes da Igreja Evangélica, sobre os rumos da catequese entre os nativos. Também mostrava indignação sobre a possibilidade de serem enviados missionários da Alemanha para o trabalho entre os nativos. Além disso, registrava uma possível viagem a ser realizada pelos Pastores Rotermund e Beckmann à região das missões, a qual os próprios pastores estariam dispostos a bancar as despesas.

Segundo Dreher, sabe-se que o Pastor Rotermund fora um grande entusiasta da prática de missão entre os nativos, pois existem escritos nos quais o dito pastor passava instruções para missionários, ou seja, explicava a forma como estes deveriam empreender a obra missionária (DREHER, 1984, p. 89-93). Em 1903, dois missionários, Curt Haupt e Otto Von Jutrenka, desembarcam no Rio Grande do Sul com o intuito de empreender a catequese dos nativos. Realizaram viagens aos toldos nativos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O Pastor Rotermund compôs Instruções na Assembleia Sinodal de 1904, em Taquara, para os emissários do Sínodo Riograndense no trabalho junto aos nativos:

[...] *o Comitê provisório da Missão Indígena Evangélica assume a tarefa de enviar os senhores Otto [...] e Curt [...] aos índios de Toldo Serrinha entre Passo Fundo e Nonoai, para que se fixem ali, iniciem, sob o auxílio de Deus, a obra missionária entre a tribo dos coroados que ali habitam, e promovam essa obra, provisoriamente, por um ano, a título de experiência. O comitê provisório não tem condições de fixar uma subsistência fixa, e não responderá por eventuais dívidas contraídas pelos emissários, nem assumirá qualquer compromisso futuro. [...] Os emissários prometem lidar economicamente com as ofertas recebidas e prestar contas detalhadas trimestrais ao Comitê e relatar mensalmente em detalhes sobre vivências, experiências, trabalhos e estudos<sup>6</sup> (grifo do autor) (INSTRUKTION..., 1904).*

No documento, fica visível a falta de verbas do Comitê para a missão entre os nativos e percebe-se, inclusive, uma incerteza

quanto à solidez da prática da missão, pois o exercício estabelecia-se provisoriamente. Suspeita-se que o grupo era formado por sete pastores da Igreja Evangélica, que elaboraram o Estatuto da Sociedade Evangelische Indianermission, que será descrito abaixo. A prática da catequese dos nativos não era uma ideia apoiada por todos os representantes das comunidades evangélicas.

Em outra passagem das Instruções do Pastor Rotermund, ele declara quais seriam as tarefas a serem empreendidas junto aos nativos:

[...] Depois de chegados ao destino e da escolha de um lugar apropriado o mais próximo possível do Toldo, devem, de acordo com as determinações do protocolo deles conhecido, construir uma casa simples que pode servir de moradia para eles e também de escola. Para a comunicação com os brasileiros e índios ali residentes devem adquirir conhecimento do vernáculo para uso fluente, bem como empenhar-se no aprendizado da língua dos índios e familiarizar-se com seu ideário, e estudar com exatidão seus costumes e hábitos. Com as crianças devem iniciar uma escola tão logo que for possível, e influenciar as mesmas por meio de ensino e educação. Aos adultos devem tentar conquistar para o Evangelho por meio da palavra e pelo exemplo de vida (INSTRUKTION..., 1904).

As tarefas explicitadas têm como objetivo primordial criar uma escola, na tentativa de trazer o nativo à civilização, mas sempre alicerçado na fé evangélica, como também era professado pela catequese empreendida pelos Capuchinhos. As instruções eram claras quanto à necessidade de conhecer a cultura dos nativos. Sabe-se, a partir de Bourdieu (1996), que as sociedades interpretam culturas distintas de acordo com seus próprios signos e significados. Dessa forma, o contato entre missionários e nativos estabeleceria interpretações distintas acerca do contexto de ambas as culturas. As instruções de Rotermund sinalizam que essa prática entre os nativos deveria ser uma espécie de experiência e que, para prosseguir, deveria apresentar bons frutos, para que o Comitê pudesse solicitar ao Sínodo a ordenação para a missão:

[...] Caso o Comitê, como espera, depois de um ano chegar à convicção, com base nos relatórios e do trabalho, de que o trabalho deve continuar, e que os emissários se revelam capacitados para dar continuação à missão [...] o Comitê quer entrar com uma petição junto ao Sínodo Riograndense, solicitando que os dois emissários recebam a ordenação para o seu serviço (INSTRUKTION..., 1904).

Mais uma vez, fica claro que o dito Comitê não tinha apoio de todos os representantes das comunidades evangélicas que formavam o Sínodo Rio-Grandense. É necessário, porém, reforçar novamente a ideia de que a Igreja Evangélica ainda estava se organizando no Rio Grande do Sul, ao passo que, ao se observar a prática capuchinha entre os nativos, verifica-se, através da documentação trabalhada, que a Igreja Católica já desenvolvia a catequese. Essa prática já havia sido implantada desde o período colonial no Brasil e, ao longo do processo de colonização, continuou a ser implementada e reorganizada a partir do próprio contexto vigente.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar o Estatuto da Sociedade Evangelische Indianermission, que foi criado por sete pastores da Igreja Evangélica. Suspeita-se que o Pastor Rotermund estava à frente desse empreendimento. O Estatuto possuía treze parágrafos e não há indicação da data de sua elaboração, tampouco uma assinatura. Provavelmente esse documento foi criado oficialmente<sup>7</sup> no ano de 1903, quando ocorreu a 17ª Assembleia Sinodal e quando ocorria a polêmica em torno da necessidade ou não da catequese das populações nativas.

O Sínodo reconhece a necessidade da missão entre índios, mas por enquanto, precisa renunciar a este trabalho. Em oposição a isso manifesta-se disposto a transferir recursos financeiros disponíveis para a missão entre os índios a um Comitê de Missão que está em formação (XVII SINODAL-VERSAMMLUNG, 1903, p. 201).

Seguem, abaixo, as diretrizes do Estatuto:

§ 1. Sob a denominação “Missão Evangélica entre Índios” constitui-se no Rio Grande do Sul uma sociedade que se propõe, em primeiro lugar, levar aos índios desse Estado o Evangelho de Cristo e com base nisso educá-los para a cultura.

§ 2. A sociedade pretende alcançar seu objetivo por meio do envio de missionários e apoio aos mesmos.

§ 3. Os missionários devem sediar-se nas regiões indígenas, anunciar ali, de acordo com a ordem de nosso Salvador, o Reino de Deus e despertar e cultivar costumes cristãos e ordens por meio da vivência própria e por meio da observação da disciplina. Determinações mais detalhadas eles receberão por meio das instruções que lhes são fornecidas.

§ 4. *A Sociedade Missionária não se encontra em nenhuma relação de dependência de qualquer uma das corporações eclesiásticas existentes deste Estado.*

§ 5. *A direção responsável da Missão Evangélica entre Índios é o comitê permanente eleito pela Sociedade, constituído de 7 pessoas.*

§ 6. A Sociedade demandará direitos corporativos, para que o patrimônio da Sociedade fique garantido.

§ 7. São membros dessa Sociedade todas as comunidades que apóiam o trabalho da sociedade com uma contribuição anual no mínimo de Mil Reis. Esta contribuição pode consistir 1. de coletas anuais, 2. de contribuições espontâneas ou de outras doações.

§ 8. Uma comunidade que consegue angariar anualmente entre 10 a 100 mil réis para nossos fins, tem 1 voto nas

assembléias gerais, de 100 a 150 mil réis 2 votos, acima de 150 mil réis 3 votos.

As comunidades contribuintes têm o direito de enviar para a assembléia geral da Sociedade delegados de acordo com suas contribuições; caso tais comunidades não enviarem delegados para as assembléias gerais, outros membros presentes dessa comunidade podem ser comissionados com o direito a voto de acordo com o montante da contribuição da comunidade na assembléia geral.

§ 9. O provisionamento e a supervisão geral dos obreiros e de todo o trabalho em geral é da competência do comitê.

§ 10. Este deverá apresentar um relatório anual à assembléia geral sobre os trabalhos e deverá executar as decisões da assembléia geral.

Compete a ele o direito exclusivo de contratar e demitir os missionários e o pessoal auxiliar, é sua tarefa entusiasmar e conquistar a Igreja de origem para a missão. Deve, na medida do possível, representar o trabalho da Sociedade Missionária em festas da missão, fazer em geral tudo o que é necessário para a manutenção e promoção da obra.

§ 11. O comitê se reúne regularmente a cada 3 meses. Nessas reuniões serão lidos e discutidos os relatórios dos missionários que deram entrada, é examinada a caixa, são despachados os requerimentos apresentados e tudo que diz respeito ao trabalho, o comitê toma decisões sobre o necessário emprego de verbas para o trabalho missionário.

§ 12. Decisões sobre ampliação do trabalho e instalação de novas estações missionárias carecem da autorização da assembléia geral.

§ 13. O comitê tem o direito de convocar uma assembléia geral extraordinária para discutir questões importantes sobre as quais ele mesmo não quer decidir, no entanto, essa assembléia geral tem que ser anunciada no mínimo com 4 semanas de antecedência por meio do Boletim Informativo da Sociedade (grifos nossos) (EVANGELISCHE..., [1903?]).

O documento demonstra claramente que o Comitê de sete pastores elaborou o Estatuto para a prática da catequese entre os nativos do Estado. A missão entre os nativos era tão importante que os religiosos pretendiam profissionalizar o processo através do Comitê. Nota-se que o quarto parágrafo declara que a “Missão Evangélica entre os Índios” não era filiada a nenhuma corporação eclesiástica do Estado, mas, ao se observar as Instruções elaboradas por Rotermond para os emissários Curt e Otto, fica evidente que ela seria desenvolvida a partir dos preceitos da Igreja: “estudar a doutrina de nossa Igreja evangélica” (INSTRUKTION..., 1904). Percebe-se que o Comitê era composto por membros da Igreja Evangélica, mas não estava ligado institucionalmente a ela. O motivo pelo qual essa situação teria sido criada pode estar relacionado ao fato de que a obra religiosa junto aos nativos não era ponto comum, pois alguns membros acreditavam que havia outros trabalhos a serem empreendidos nas comunidades evangélicas. Também não foram encontrados outros documentos, atos, relatórios (apenas um, elaborado em 19 de agosto de 1904, que será explicitado adiante) ou locais de assembleias que comprovassem a continuidade do trabalho do Comitê, a qual ficou disposta nos parágrafos 10 a 13 do Estatuto.

A construção do Comitê por religiosos da IECLB, a catequese dos nativos empreendida pelos Capuchinhos e a prática dos ideais positivistas entre as populações nativas no Estado nos primórdios do século XX ocasionaram a disputa pelas almas indígenas.

Os primórdios da empreitada evangélica em torno das missões entre os nativos aconteceram em maio de 1900, quando foi realizada a 14ª Assembleia Sinodal, em Lomba Grande. Nesse encontro, o Pastor Bruno expôs os motivos pelos quais se deveria empreender a catequese entre os nativos, em vista da viagem que havia realizado pelo interior do Estado anteriormente no mesmo ano. Nessa reunião, foi criado

um fundo para arrecadar verbas para a missão (WITT, 1999). No raiar do ano de 1900, o Pastor Bruno empreendera visitas às aldeias *Kaingang* nos toldos de Ligeiro e Pontão, localizados no município de Lagoa Vermelha. Em seus escritos, relata que a civilização não se aproximara dos nativos como se fossem irmãos que apenas necessitavam de instrução, mas que “[...] os índios só são tolerados lá onde o colono brasileiro ou o estrangeiro não consegue penetrar, isto é, nas selvas mais afastadas” (STYSINSKI, 1902). Essa descrição nos remete ao contexto em que se encontrava o Estado do Rio Grande do Sul, onde a modernização era inevitável sob o comando do PRR, que já estava à frente do Governo Estadual. Era necessário abrir espaços para a penetração da colonização e, conseqüentemente, construir estradas de rodagem e de ferro. Outra publicação dos escritos do Pastor Bruno ressalta a importância de resgatar os nativos da vida infeliz que levavam e ingressá-los na civilização. Também critica a obra da Igreja Católica no processo de Missão que estabelecera no período colonial:

[...] No abençoado solo do Rio Grande não devem continuar a vegetar esses restos da infeliz raça indígena, esses brasileiros expoliados por força da evolução dos povos; urge que venham viver ao nosso lado, como as mesmas vantagens que a civilização nos faculta.

Em Missões e em outros sertões do Estado existem espalhados muitos descendentes de indígenas meio civilizados, mas grande parte contaminados pelo vírus da immortalidade e do alcoolismo, males que lhes trouxeram os conquistadores, de nada tendo-lhes valido a grande republica jesuítica que desapareceu como um sonho com as reduções, sem nenhum proveito deixar para os infelizes que escravisára (STYSINSKI, 1901, p. 250-251).

Ainda em seus escritos, Stysinski declara que a Igreja Evangélica é a responsável por tentar reavivar as missões entre os nativos no Estado do Rio Grande do Sul (STYSINSKI, 1902). Na disputa por almas, cada instituição – a IECLB e a Igreja Católica – tenta desacreditar o método do outro.

Referente à situação dos nativos, tanto em Pontão quanto em Rio Ligeiro, segundo o Pastor Bruno Stysinski, não havia qualquer assistência governamental ou religiosa. Ele apontou inúmeras adversidades para o trabalho missionário entre os índios. Além de motivos de ordem econômica, também relata o descomprometimento do governo estadual com o projeto. O governo do Estado liberara verbas para a obra dos capuchinhos, mesmo que apenas num primeiro momento, devido ao contexto de elaboração do SPILT. Analisando a relação da Igreja Evangélica com o Estado sul-rio-grandense, nota-se um certo distanciamento de ambas as partes, principalmente em se tratando de disponibilizar verbas para a catequese evangélica.

Voltando à primeira viagem empreendida pelo Pastor Bruno a Lagoa Vermelha, em 1900, também é preciso destacar que, nos primeiros dias de 1901, ele receberia um reforço, a professora Adele Pleitner, da Fundação Evangélica de Hamburgo Velho, Novo Hamburgo, que seguia para Lagoa Vermelha com o intuito de ensinar e desenvolver trabalhos manuais com as mulheres nativas (AUS KIRCHE..., 1901, p. 111). Mas ela declinou de sua decisão em função de pressões familiares e da comunidade católica.

Em meados de 1900 e princípios de 1901, o Pastor Bruno empreende sua segunda viagem aos nativos do Estado, precisamente para as aldeias de Nonoai, Serrinha e arredores<sup>8</sup>. Em seus escritos, descreve algumas aptidões dos nativos, principalmente na lida da lavoura, e menciona que alguns eram procurados para o trabalho na agricultura e outros, os chamados diaristas, segundo o autor, “[...] eram muito apreciados na região” (STYSINSKI, 1902, p. 161). Os nativos, a partir do contexto em que se encontravam, criaram suas próprias interpretações<sup>9</sup>; a partir do contato com o moderno, com o processo de modernização que estava em marcha no Estado, reelaboravam sua cultura (SAHLINS, 2001), pois as populações nativas não eram signos da modernidade, realizando, assim, uma espécie de negociação com a modernidade. Em outro trecho, o autor continua a relatar as reinterpretações dos nativos ao contato com a civilização:

*[...] Vive no Municipio de Palmeira um indio que possui um engenho de açúcar e maneja seu negocio com grande sucesso e independentemente. Alguns encontrei em Nonoai e Serrinha*

que plantam fumo e o vendem em rolos. O pedaço que me ofereceram era de excelente qualidade e ainda o tenho guardado ao lado de chapéus, peneiras e cestas e outras provas de sua aplicação ao trabalho. Ao lado de plantações de fumo possuem pequenas roças de milho, mandioca, abobora, melancia e feijão. Criam geralmente so porcos e galinhas. Raro encontra-se um cavalo entre eles, mas quase sempre cachorros. *A minha pergunta porque plantam tão pouco, e porque não criam gado responderam que lhes faltava ferramentas agrícolas necessarias, também não tem vontade de faze-lo porque receiam serem expulsos de suas terras e matas* (grifo do autor) (STYSINSKI, 1902, p. 162).

Por fim, o missionário destaca as medidas que ajudariam a empreender a obra missionária ou civilizadora entre os nativos:

[...] o único caminho certo e a primeira condição seria obter do Governo que as matas e campos onde eles vivem e os quais parcialmente cultivam fossem reconhecidos como propriedade, e demarcadas. Faz-se isso para os imigrantes estrangeiros, porque so os nossos indígenas devem permanecer sem teto.

Neste sentido e para esse fim bati primeiro, oralmente, na porta do palácio do Governo. Neste ano o cônsul Gustavo Pook teve a gentileza de entregar pessoalmente meu Relatório ao Presidente do Estado Dr. Borges de Medeiros [...]

Ate agora não obtive porem êxito apesar de todos os esforços.

*Neste meio tempo alguns pastores evangélicos do Sínodo Rio Grandense com a ajuda de alguns amigos daqui e da Alemanha fundaram uma sociedade Missionária e planejaram mandar um Missionário aos índios* (grifo do autor) (STYSINSKI, 1902, p. 164-165).

Já no período em questão, nos primórdios do século XX, era levantado o tema da demarcação de terras aos nativos. No documento

anteriormente disposto, menciona-se a medida tomada a favor dos imigrantes, ao passo que os nativos não tinham a mesma sorte. Nota-se que o governo do Estado não estava interessado na catequese dos nativos por parte de missionários evangélicos, uma vez que estes, em sua maioria, eram estrangeiros, e o governo estava interessado no processo de nacionalização das populações. No final do documento, menciona-se o encaminhamento de missionários evangélicos aos nativos; a sociedade missionária, na verdade, era a “Missão Evangélica entre Índios”, já descrita anteriormente. Quanto ao envio de um missionário para junto dos nativos, esse plano se materializaria, na verdade, em dois emissários: Curt Haupt e Otto Von Jutrzenka.

Anteriormente foram descritas as instruções do Comitê para a catequese dos nativos pelos dois emissários, que ocorreram em 1903. Nesse mesmo ano, os emissários e alguns representantes do Sínodo Rio-Grandense foram relatar seu projeto ao Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros. Deste, apenas receberam as passagens de trem para Passo Fundo<sup>10</sup>. Mais uma vez, fica visível que o Governo Estadual não estava em consonância com a missão protestante.

Em agosto de 1904, os missionários Curt e Otto<sup>11</sup> redigiram um relatório à Comissão Missionária, de acordo com o que fora sinalizado nas diretrizes estabelecidas nas Instruções elaboradas por Rotermund no início do empreendimento. No relatório, descrevia-se inicialmente que a notícia da chegada dos pastores havia causado uma grande alegria. Os nativos inclusive destacavam “Agora somos ricos” (WITT, 1999, p. 50). Além disso, teriam prometido que não iriam mais ingerir bebidas alcoólicas. Isso remete à ideia de que poderia haver problemas com esse tipo de bebida nos toldos. Posteriormente, o governo estadual elaborou a Lei nº 4.294, de 6 de julho de 1921, que versava sobre a proibição de fornecer bebida ou substância inebriante com o fim de embriagar para qualquer indivíduo em local público. Prosseguindo o relato, Curt e Otto discorrem sobre a escolha de um local para construir uma casinha. Esse item também havia sido descrito nas Instruções de Rotermund. Também enfatizavam que os nativos não falavam com facilidade a língua portuguesa, mas é necessário ressaltar que os próprios missionários eram estrangeiros, portanto igualmente não dominavam a língua nacional. Esse fator era um ponto negativo para as missões luteranas, visto que se

pretendia nacionalizar as regiões habitadas por imigrantes e nativos, e os missionários luteranos não tinham domínio da língua.

Outro aspecto importante abordado pelos missionários mostra que, a certa altura, com o passar o tempo, o clima amistoso vivido com os Kaingang teria chegado ao fim.

[...] O motivo é que muita gente destes campos, tem estado a nos fazer suspeitos ao Cacique Manoel Oliveira e á gente delle, como ainda hoje fez um tal Manoel em presença de 10 índios e do Cacique.

Nós possuimos pessoalmente a confiança de todos os habitantes do toldo e não temos receio que corramos riscos, mas é natural que em consequência de taes suspeições, nossa autoridade e influencia diminuirão e os trabalhos para instrucção e educação soffram damos. Nós somos da opinião que estas intrigas urdidas contra nós acabarão logo que o Sr. Presidente do Estado manifeste interesse com que ele acompanha o empenho de civilizar os índios (RELATÓRIO..., 1904a).

O contexto que havia se configurado dava conta de que uma importante autoridade ligada diretamente ao PRR, o Coronel Firmino Paula, subchefe de polícia e aliado de Borges de Medeiros, passou a enfrentar uma oposição empreendida pelo Coronel Serafim de Moura Reis, dirigente do município de Palmeira. Nesse sentido, a missão protestante entre os nativos não era nada interessante, uma vez que isso poderia causar ainda mais aborrecimentos. Provavelmente a recusa do Presidente do Estado em ajudar nessa questão delicada, conforme fora solicitado pelo Dr. Rotermond em relatório enviado no dia dez de setembro de 1904 (RELATÓRIO..., 1904b), implicaria estremecer sua relação com Firmino, que era um representante na assembleia, além de estar engajado na conjuntura política do Estado, principalmente da região norte.

Um fato pertinente que deve ser observado a partir de Witt (1999, p. 50), é o de que “[...] na opinião de Haupt e Jutrzenka, não seria um lugar para iniciar a missão, pois tinham notícia de que a Igreja Católica ali construiria uma escola”. Referiam-se a Nonoai.

Ainda segundo o autor, os missionários foram expulsos do Toldo de Serrinha em 1905 por índios estimulados por um padre católico (WITT, 1999). Aqui se percebe que os nativos eram usados como bodes expiatórios na disputa por almas. Então, além de submetida a questões políticas, a continuidade da missão protestante estava também à mercê das pressões católicas. A Igreja Católica não pretendia dividir espaço com a Evangélica, em se tratando da catequese dos nativos.

### Considerações finais

A partir do que foi trabalhado, percebe-se que o projeto dos missionários protestantes não conseguiu se manter devido a uma série de fatores, dentre os quais destacam-se o econômico, a falta de apoio do governo, as próprias adversidades do trabalho no meio dos nativos, a questão da língua e, principalmente, o boicote por parte dos missionários capuchinhos. Já os jesuítas, segundo Deckmann<sup>12</sup> (1985), não viam com bons olhos o trabalho dos evangélicos, uma vez que os católicos reconheciam esse campo de atuação como seu e indivisível (p. 85). É o que demonstra Frei Bernardin:

Não se pode negar que haja no Brasil, desde alguns anos, uma formidável invasão de emissários protestantes. Tentaram se implantar em toda a parte. [...] O espírito e o coração da nação brasileira são disputados por todas as tendências; com o progresso e a instrução religiosa, com o melhoramento do clero e a organização dos leigos de boa vontade, *o catolicismo aparece mais claramente em sua realidade e reivindica seus direitos* (grifo do autor) (D'APREMONT; GILLONAY, 1976, p. 118).

Além dos fatos abordados, ainda existiu um importante aspecto pelo qual a missão protestante junto aos nativos praticamente não saiu do papel: a falta de unidade que os representantes da Igreja Evangélica tinham a respeito da questão – enquanto alguns membros gostariam que a missão acontecesse, outros pretendiam dar continuidade ao processo de organização das comunidades evangélicas. Na elaboração do Comitê “Missão Evangélica entre os Índios”, isso ficou claro, já que se

estabeleceu que a missão não deveria estar filiada a nenhuma instituição eclesiástica, mesmo se o dito Comitê solicitasse que a prática missionária entre os nativos deveria estar pautada na fé evangélica. A partir dos fatos descritos, nota-se que a Igreja Evangélica não levou adiante as missões entre os nativos, deixando o caminho livre às missões católicas. Afinal, a Igreja Católica detinha uma atuação conjunta com o Governo do Estado, que não foi alcançado pela Igreja Evangélica. Também é relevante reforçar que a Igreja Evangélica estava se estruturando no Estado, enquanto aquela se encontrava em fase de reestruturação.

Para a modernização do Rio Grande do Sul, foram tomadas várias medidas a fim de se empreender o “progresso” quando o PRR já estava no Governo do Estado. Pode-se imaginar, mesmo que a documentação analisada não o explicita, que a falta de apoio por parte do Governo Estadual às missões protestantes também era uma prática modernizante, visto que se manteve uma relação diplomática com as missões católicas junto às populações nativas por um período curto, anterior à implantação do SPILT. A Igreja Católica detinha, nesse período, mais inserção na sociedade sul-rio-grandense, quiçá também no contexto político do Estado, do que a luterana; portanto, seria mais vantajoso o contato com a Igreja Católica, pois a disputa era por almas, no caso as nativas.

### ***EVANGESISCHE INDIANERMISSION:***

#### **THE IECLB AND MISSION AMONG THE INDIANS**

**Abstract:** This paper analyzes the practice of evangelical mission among the native populations within the context of modernization, which was traversing the State of Rio Grande do Sul. The IECLB missions attempt started in 1900 and finished in 1904. In 1886, the Lutheran Church was officially organized in the State of Rio Grande do Sul, and institutionalized the “Sínodo Rio-Grandense”, which had its headquarter in the city of São Leopoldo/RS. It is intended to investigate the development and practice of the “Estatuto da Sociedade *Evangelische Indianermission*” created by the Church in 1904, led by Pastor Rotermund who was a big enthusiastic of practice mission among the natives. This document indicated the instructions for the religious, the way these should undertake missionary work. Furthermore, it is intended to understand the relationship between the State Government, the IECLB and the proposal of mission among the Indians

in the context of discussions on the policies and practices for the indigenous populations in the early twentieth century in the State of Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Indians. IECLB. Catechesis. State of Rio Grande do Sul. Modernization.

## Notas

<sup>1</sup> O Comtismo postulava a “lei dos três estados”, segundo a qual a humanidade passara pelas etapas teológica (que se dividia em três idades sucessivas: a fetichista, a politeísta e a monoteísta), metafísica e positiva. (RODRIGUES, 2007, p. 67).

<sup>2</sup> São aldeamentos indígenas assistidos pelo estado do Rio Grande do Sul, sob os quais o estado era responsável por protegê-los.

<sup>3</sup> Para obter mais informações sobre seus escritos, ver: IHERING, Hermann von. A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, p. 202-227, 1907.

<sup>4</sup> “Denominada ‘darwinismo social’ ou ‘teoria das raças’, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que ‘não se transmitiriam caracteres adquiridos’, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

<sup>5</sup> Para ter mais informações da estruturação do Sínodo, ver Dreher (1984).

<sup>6</sup> Acredita-se que os escritos são do Pastor Rotermund, pois foram comparados com escritos de outros documentos da Igreja Evangélica. Esse Pastor esteve presente no processo de estruturação do Sínodo Rio-Grandense.

<sup>7</sup> De acordo com Stysinsky, já havia a ideia de criar a “Missão Evangélica entre os índios” (STYSINSKI, 1902).

<sup>8</sup> “[...] As aldeias nas redondezas são: 1) Nonohay, distante uma hora, com o Cacique Antonio Pedro cujos antecessores no cargo foram: Tenente Coronel Caetano, Capitão Chico teco Domingo e Vitorino Conda (do Paraná). 2) O Toldo do rio da Varzea com o Cacique Caetano, antes em Nonohay. 3) O Toldo no Votoro as margens do rio Passo Fundo ou Uruguay Mirim. 4) Em Serrinha ou Pinheiro Ralo seis a sete léguas para o sul com o Cacique Major Manuel de Oliveira. Ao todo os índios mais ou menos 500 almas. Alem desses se teriam estabelecido ainda algumas famílias indígenas sob o comando de um Davi Domingo em Irucy ou Erimbangui no Município de Passo Fundo, nove ou dez léguas distante de Pinheiro Ralo” (STYSINSKI, 1902, p. 161).

<sup>9</sup> Parte-se dos escritos de SAHLINS, Marshall. Como pensam os nativos. São Paulo: EDUSP, 2001.

<sup>10</sup> Essa notícia pode ser comprovada a partir de: RELATÓRIO de 19 de agosto de 1904. Relatório dos Snrs. Otto Von Judrenka e Curt Haupt, dos Missionários no toldo Serrinha, feito à Comissão Missionária entre os Índios ao Presidente do Estado. 1904a. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Diversos. Indígenas. Lata 299, Maço 5.

<sup>11</sup> Os missionários chegam em 04 de agosto de 1903 a Lagoa Vermelha, ao Toldo de Pontão; em 27 de agosto do mesmo ano estavam no Toldo de Serrinha; passaram também por Nonoai (WITT, 1999, p. 49-50).

<sup>12</sup> A autora enfatiza que os padres jesuítas católicos expulsaram Jutrzanja e Haupt de Nonoai em 1905.

## Referências

AUS KIRCHE Und Schule/Da Igreja e escola. *Sonntagsblatt/Folha Dominical*, São Leopoldo, v. 14, n. 28, p. 111, 6 jan. 1901.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

DECKMANN, Eliane Cristina. *A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e a questão indígena no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 1985.

Die Indianer-Mission/A missão indígena. *Sonntagsblatt/Folha. Dominical*, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 10-11, 21 jul. 1904.

DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

Evangelische Indianermission. *Arquivo Histórico da Igreja* SR 8/1/010, [1903?].

IHERING, Hermann von. A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, p. 202-227, 1907.

INSTRUKTION für die Sendboten Otto v. Jutrzenka und Curt Haupt. *Arquivo Histórico da Igreja* SR 8/1/010, 15 jul. 1904.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da Proteção Fraternal do Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 149-204.

RELATÓRIO de 19 ago. 1904. Relatório dos Snrs. Otto Von Judrenka e Curt Haupt, dos Missionários no toldo Serrinha, feito à Comissão Missionária entre

os Índios ao Presidente do Estado. 1904a. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diversos. Indígenas. Lata 299, Maço 5.

RELATÓRIO de 10 set. 1904. Relatório da Comissão Missionária do Sr. D. With Rotermond ao Excmo Sr. Presidente do Estado, Dr. A. A. Borges de Medeiros. 1904b. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Diversos. Indígenas. Lata 299, Maço 5.

ROCHA, Leandro Mendes. *Da proteção fraternal ao integracionismo harmonioso: aspectos ideológicos da política indigenista – 1930/1967*. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 1993.

RODRIGUES, Cíntia Régia. *As populações nativas sob a luz da modernidade: a proteção fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928)*. 2007. 226 f. Tese (Doutorado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

SAHLINS, Marshall. *Como pensam os nativos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. 2000. 347 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do SPI (Partes II, III, IV, V). *Revista de História*, São Paulo, anos XI-XII, v. XX-XXII, n. 42-46, 1960-1961.

STYSINSKI, Bruno. Indígenas do Rio Grande. *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, anno XVIII, p. 250-251, 1901.

\_\_\_\_\_. Unfere Indianer in Nonohay. *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, v. 2, p. 156-172, 1902. Tradução de Sílvia Laveuve. Ijuí, Museu Diretor Pestana. Arquivos Kaingang, Guarani e Xetá.

WITT, Osmar Luiz. Primeiros contatos de protestantes com comunidades indígenas no Rio Grande do Sul. In: STARKE, Ingelore. *Brasil – Outros 500: protestantismo e a resistência indígena, negra e popular*. São Leopoldo: Sinodal, COMIN, IEPG, 1999. p. 43-53.

XVII Sinodal-Versammlung/Assembleia Sinodal. *Sonntagsblatt/Folha Dominical*, São Leopoldo, v. 15, n. 51, p. 201, 21 jul. 1903.

Recebido em: 12/ 10/ 2015

Aprovado em: 02/ 03/ 2016

# A aurora de um grande feito: a herma a Luiz Gama

Petrônio Domingues\*

**Resumo:** A finalidade deste artigo é reconstituir a trajetória da campanha pela construção de uma herma em homenagem a Luiz Gama, em São Paulo, entre 1929 e 1931. Pretende-se demonstrar que campanha foi usada pelos “homens de cor” para conferir centralidade e visibilidade a um de seus maiores ícones da história. No entanto, essa mobilização racial não assumiu tão somente um sentido simbólico. Tomada como veículo impulsionador do debate em torno das questões e expectativas de inserção, reconhecimento e cidadania dos “homens de cor”, a campanha também adquiriu sentidos e contornos políticos.

**Palavras-chave:** “Homens de cor”. Memória. Monumento. Pós-Abolição.

## Introdução

São Paulo, 31 de agosto de 1929. Em artigo estampado no jornal *Progresso*, João Eugênio da Costa reportava-se às homenagens que os outros países do continente americano (como Bolívia, Argentina e Estados Unidos) prestavam aos seus heróis, inclusive com a construção de estátuas. A partir dessa constatação, o articulista conclamava pela necessidade de seus “irmãos de cor” seguirem o mesmo exemplo, premiando os esforços de quem os libertou, como Luiz Gama e José do Patrocínio: “Não está em tempo para que nós, que há quarenta anos somos livres, paguemos aqueles intemoratos soldados da Abolição, o quanto fizeram para reintegrar-nos no meio social em que vivemos?”<sup>1</sup>

---

\* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: pjdomingues@yahoo.com.br.

Na edição seguinte do *Progresso*, João Eugênio da Costa ocupou a primeira página do mensário para publicar uma espécie de artigo-manifesto de lançamento da campanha pela construção da herma em homenagem a Luiz Gama. Segundo o articulista, São Paulo era o estado vanguardista de quase todas as iniciativas nacionais. Seu laborioso povo contribuía bastante para o progresso que punha em destaque essa terra de “gloriosas tradições”. Nessa “colmeia de gente de todas as raças”, o negro ocupava lugar destacado. As “colônias” de imigrantes ali radicadas “embelezavam” as praças públicas com “[...] monumento ou herma a homens que sobressaíram em seus países”. O Centro Acadêmico XI de Agosto, ligado à Faculdade de Direito, já havia feito valer sua força, “colocando na Avenida Paulista o poeta máximo da nossa nacionalidade – Olavo Bilac”. O mesmo procedimento teve as “classes laboriosas” com o líder operário Carlos Garcia. “Só nós pretos”, argumentava Eugênio da Costa, “[...] não temos ainda numa praça um homem que na mudez do bronze fale do valor do negro, que [a Princesa] Isabel fez ingressar na sociedade que o relegava”. Luiz Gama “[...] pelo que fez aos seus irmãos, na hora de ressaltar os valores, não deverá ser esquecido. Se fossemos mais ciosos do nosso patrimônio moral, há muito teríamos erguido a herma ao ‘filho dileto da desgraça’ – altar para retemperar o nosso civismo”. Para encerrar o seu arrazoado, Costa fazia um apelo pungente aos seus irmãos de cor: “A herma a Luiz Gama urge que levantemos! Pretos! Nossos irmãos, atiremos, resolutos, hoje, na voragem da luta, certos, porém, que é a véspera de uma reconfortante vitória!”<sup>2</sup>

A partir desse artigo-manifesto, um grupo de intelectuais e ativistas negros vinculados ao jornal *Progresso* resolveu liderar uma campanha pública pela construção de uma herma em homenagem a Luiz Gama. A campanha despertou a atenção de diversos atores, agências e redes de interlocução, ganhando uma dimensão multifária surpreendente. A finalidade deste artigo é reconstituir a trajetória dessa campanha e demonstrar que ela foi usada pelos “homens de cor” para conferir projeção e visibilidade a um de seus maiores ícones da história. No entanto, essa mobilização racial não assumiu tão somente um sentido simbólico e identitário. Tomada como veículo impulsionador do debate em torno das questões e expectativas de inserção, reconhecimento e cidadania dos “homens de cor”, a campanha também adquiriu sentidos e contornos políticos.

O artigo busca estar em sintonia com os debates em torno do processo de politização da memória pública da escravidão no espaço Atlântico. Há escassez de iniciativa no Brasil em relação à memória do cativo. Com exceção de alguns poucos monumentos, quase sempre de iniciativa dos movimentos sociais, a África e a escravidão estão praticamente ausentes do espaço público. Os monumentos trazem, assim, espaços de disputas e embates nos umbrais de muitas memórias e histórias do cativo (ARAÚJO, 2010).<sup>3</sup>

### ***O vulto* Luiz Gama: entre a história e a memória**

Em junho de 1928, Argentino Celso Wanderley e Lino Guedes selaram uma parceria e lançaram o *Progresso*, jornal cuja finalidade central era “[...] propugnar pelos oprimidos tendo como diretriz única elevar o nome da [...] Raça [negra]”.<sup>4</sup> Conforme indicava o cabeçalho, Argentino Celso Wanderley era o “proprietário” e Lino Guedes o “editor”.<sup>5</sup> Já na primeira edição, *Progresso* mencionava o perfil de seu público-alvo e seu objetivo de envidar esforços pela prosperidade “moral” da população negra. Assim, o jornal autoidentificava-se como fazendo parte da *imprensa negra*. “Para a grandeza da imprensa negra do Brasil”, diziam o editor aos seus leitores, “[...] é bastante que V. S. tome uma assinatura do *Progresso*”.<sup>6</sup> Pelas páginas do jornal, veicularam-se notícias sobre cotidiano, mercado de trabalho, educação, família, comportamento, vida social, questões raciais, nacionalidade, mundo religioso, memória da escravidão, ícones afro-diaspóricos, cultura, lazer e a experiência negra pelo mundo. Esta, aliás, foi uma das inovações do periódico: ter forjado uma perspectiva de conexão racial transnacional, transatlântica. De todos os rincões do mundo, da Austrália aos Estados Unidos, passando pela África do Sul e França, *Progresso* reverberava acontecimentos relacionados ao negro e à sua luta emancipatória. O jornal vivia não só de transmitir notícias e informações atinentes aos negros da diáspora. A organização e articulação político-culturais dos afro-paulistas também fez parte de seu universo de preocupações. Durante os seus mais de quatro anos de vida, *Progresso* animou múltiplas atividades – como reuniões sociais, sessões solenes, comemorações das efemérides abolicionistas,

palestras, romarias cívicas –, sendo a mais importante delas a campanha pública em vista da instalação de uma herma a Luiz Gama.

Em diversos momentos, o jornal exaltou esse personagem, sempre abordado por um viés celebrativo e discurso de virtudes. Partindo do pressuposto de que Luiz Gama teria sido um dos “vultos” mais salientes nos “feitos” da batalha “redentora” da campanha abolicionista em São Paulo no século XIX, *Progresso* traçava um pequeno retrato da sua “aureola luminosa”:

Luiz Gama possuía a elegância de um príncipe, trajando habitualmente fraque ou sobrecasaca e chapéu alto; tudo de cor de cinza, muito elegante. À tarde descia com uma pontualidade inglesa até o Brás [bairro da cidade de São Paulo], onde, nessa época residiam os políticos, jornalistas e mais homens de distinção social, a fim de *cavaquear* com os amigos [...]. A sua presença era uma aleluia nas ruas, porque nenhum homem preto o avistava sem vivas demonstrações de incontida alegria. Abraçava a todos, indagando sempre dos momentos de fugitivos, pondo-se como escudos entre eles e a justiça medieval do tempo. Foi o ídolo de todos os corações generosos. A história [...], na perpetuidade das suas páginas, consagra o nome deste liberto extraordinário, lutador de tempera, em cuja mão tudo se transformava em arma de combate, desde a razão jurídica dos fatos consignados até a despreensão da poesia.<sup>7</sup>

Para Lino Guedes, o abolicionista negro “[...] aparece aos pósteros como um vulto singular de lutador, intrépido, enérgico, clarividente, bravo e generoso, que amava apaixonadamente as plagas auríferas de Cabral, sem escravos”. Pelos seus ideais batalhou nos “[...] prélios incruentos das tribunas públicas, não trepidando em arriscar a vida, à frente da massa de libertos”. Dotado de espírito de liderança, “[...] era uma personalidade forte, talhada em *sílex*, e que não excluía a tolerância e a transigência quando assim exigia a nobre causa a que devotara”.<sup>8</sup> Lino Guedes e seus parceiros do *Progresso* promoviam um verdadeiro culto a Luiz Gama. Isso se explica pela trajetória de vida deste ex-escravo e abolicionista nos marcos do regime de cativeiro. Uma sucinta repassada em sua biografia lança luzes nas razões pelas quais ele se tornou um mito entre os afro-paulistas.

**Figura 1 – Luiz Gama.**



Fonte: Autor desconhecido, sem data. Fundação Casa de Rui Barbosa.

Filho de uma escrava africana, Luiza Mahin, com um fidalgo português, Luiz Gonzaga Pinto Gama nasceu em Salvador, capital da província da Bahia, no dia 21 de junho de 1830. Por volta dos dez anos de idade, foi vendido ilegalmente como cativo pelo pai. Viajando em um navio do tráfico interprovincial de escravos, desembarcou no Rio de Janeiro em 1840; depois, em Santos, de onde seguiu a pé até Campinas. Não sendo ali comprado por ser “baiano”, isto é, “rebelde”, dirigiu-se a São Paulo para viver como escravo do comerciante Antonio Pereira Cardoso. Mesmo enfrentando as agruras do cativo, aprendeu a ler e escrever. Aos dezoito anos, fugiu da casa de seu senhor, após conseguir, misteriosamente, provas de sua liberdade. O fato é que em 1848 Luiz Gama já não era escravo e servia como praça da Força Pública de São Paulo.

Ali permaneceu durante seis anos, quando recebeu baixa. Graças às amizades contraídas com pessoas influentes, conseguiu a nomeação para o cargo de amanuense da Secretaria de Polícia, onde permaneceu por mais de doze anos. Em 1859, publicou a primeira edição das *Primeiras trovas burlescas de Getulino* – obra poética na qual construiu sua imagem como um homem orgulhoso de sua cor. O livro significou a sua inserção no mundo das letras, inserção que foi reforçada ao longo de sua experiência no jornalismo, seja como articulista, seja como editor. Ao lado do caricaturista Ângelo Agostini, lançou o *Diabo Coxo*, um semanário “informativo, crítico e humorístico”. Polemista, abraçou com ardor a causa abolicionista e se tornou maçom. Não se sabe exatamente desde quando ingressou

na maçonaria; contudo, chegou a ser condecorado com o grau 18 – Soberano Príncipe da Rosa Cruz, um dos graus mais importantes do rito escocês. O ano de 1869 foi de intensa atividade para ele na imprensa, na política e no fórum. Em parceria com Rui Barbosa, fundou e tornou-se o redator do *Radical Paulistano*, órgão do Partido Liberal Radical paulista. Por advogar a favor dos escravos contra os “crimes da Justiça”, foi demitido do cargo que exercia na Secretaria de Polícia. Passou a viver definitivamente como advogado, mediante uma provisão concedida pelo Tribunal da Relação.

Por essa época, Luiz Gama já havia ascendido como uma figura conhecida e influente na cidade de São Paulo. Paralelamente as lides abolicionistas, engajou-se de “corpo e alma” na campanha republicana. Tornou-se proprietário e redator d’*O Polichinello*, semanário humorístico que circulou no ano de 1876. Estabeleceu sua banca de advogados e foi eleito Venerável da Loja América de maçonaria. No início da década de 1880, o combativo ex-escravo era uma das principais referências da campanha republicana e abolicionista. Basta dizer que, em 1881, surgiu a Caixa Emancipadora Luiz Gama e, no ano seguinte, ele próprio fundou o Centro Abolicionista de São Paulo, com apoio de sua loja maçônica. Estima-se que, militando nas barras dos tribunais, conseguiu a alforria de centenas de escravos. Aliás, atribui-se a ele a frase: “Perante o Direito, é justificável o crime de homicídio perpetrado pelo escravo, na pessoa de seu senhor”. No dia 24 de agosto de 1882, Luiz Gama veio a óbito, no auge de sua popularidade. Segundo as crônicas da época, seu funeral foi bastante concorrido. As ruas do centro da cidade de São Paulo foram tomadas por negros e brancos, cativos e homens livres, “gentalha” e “figurões”, abolicionistas e senhores de escravos, conservadores e republicanos, brasileiros e imigrantes. Todos comovidos, se não em lágrimas, pela perda de um cidadão que virou sinônimo de luta pela liberdade. A imprensa noticiou muitas homenagens póstumas que lhe foram prestadas, por toda a província de São Paulo e pelo país.<sup>9</sup> As atividades empreendidas por Luiz Gama em defesa de seus “irmãos de cor” justificavam, assim, o culto quase mítico a ele dedicado por Lino Guedes e seus parceiros do *Progresso*. Com efeito, o abolicionista negro igualmente era admirado por ter se destacado no mundo das letras sem abrir mão de seu discurso de orgulho racial – com a publicação do

livro *Primeiras trovas burlescas de Getulino* –, por ter feito carreira na grande imprensa, colaborando como articulista ou editor de importantes periódicos e, talvez o mais significativo, Luiz Gama era celebrado por ter sido um negro de “sucesso”, respeitado e reconhecido por estratos da “boa sociedade” – alguém que teria superado todos os obstáculos da vida com esforços próprios, um verdadeiro *self made man*.

Depois de sua morte, ele foi consagrado como uma lenda, ou seja, converteu-se num símbolo de virtudes e ícone de resistência, sacrifício e luta a favor da causa (AZEVEDO, 2010, p. 227), por isso as associações dos afro-paulistas costumavam realizar uma romaria cívica todos os anos no dia treze de maio – data comemorativa da extinção do cativo – para visitar o túmulo daquele abolicionista e lhe render homenagens. Surgiram inclusive associações que levavam o seu nome.<sup>10</sup> Os jornais da *imprensa negra*, por sua vez, procuravam ressaltar a sua contribuição para a luta emancipatória, apontá-lo como exemplo a ser imitado e, sobretudo, introjetar, no leitor, o respeito, a admiração e o sentimento de orgulho por seus feitos em defesa da “raça”. Verifica-se, por parte de Lino Guedes e seus companheiros do *Progresso*, um empenho para que Luiz Gama não fosse esquecido. Sua biografia – contada e recontada em edições consecutivas do jornal – era laudatória e apresentada de maneira instrumentalizada. Nesse sentido, não se buscava a exatidão dos fatos, para não correr o risco de desconstruir o mito. Nem se tentava revelar a complexidade do personagem, mas simplificá-lo; fazia-se do indivíduo, antes de tudo, o símbolo de virtudes (PINTO, 2013, p. 180). A apropriação de sua memória imortalizou-o no panteão dos “heróis da raça”.

## Colocando o bloco da campanha na rua

Em doze de outubro de 1929, o *Diário Nacional* veiculou como se deu a origem do movimento em prol da construção da herma em homenagem ao autor de *Trovas burlescas*:

O *Progresso*, jornal dirigido por negros, que se edita em São Paulo, encabeçou, a princípio, a ideia de homenagear-se o centenário de Luiz Gama. Lançada a ideia, foi ela discutida,

ventilada, agitada, aqui e ali. Alguns elementos se reuniram para determinar sobre possíveis festas. Dentre estes, destacava-se Lino Guedes, o escritor delicado de *O canto do cisne preto*. Lino Guedes sugeriu, endossada por outros, a ideia de erigir uma herma ao autor de *Trovas burlescas*. Cimentou-se tal projeto. E, agora que avizinha da data do centenário [de nascimento deste autor], é questão definitiva, a ereção da herma.<sup>11</sup>

Portanto, foi Lino Guedes quem primeiro teve a ideia de construir um monumento em tributo a Luiz Gama.<sup>12</sup> Em setembro de 1929, o “escritor delicado de *O canto do cisne preto*” e editor do *Progresso*, convidou os colaboradores e amigos do jornal para formar a “Comissão Pró-Herma a Luiz Gama”, que ficou assim constituída: presidente, Alípio Antônio da Silva; secretário-geral, o próprio Lino Guedes; tesoureiro, Horácio da Cunha; comissão de propaganda, Euclides Silvério dos Santos, Argentino Celso Wanderley, Benedicto Dias e João Eugênio da Costa. Como primeiras medidas, a Comissão endereçou um requerimento à prefeitura de São Paulo, solicitando que se designasse um largo ou praça pública para a herma; lançou uma campanha pública de arrecadação de fundos para a construção do monumento, bem como definiu uma série de atividades com o mesmo fim: conferências, festivais, bailes, concertos, eventos desportivos etc.<sup>13</sup> Todo e qualquer “donativo” podia ser enviado à redação do *Progresso*, quando não remetido à sede “provisória” do movimento, na rua Maria Tereza, n. 10, centro de São Paulo. “Com palavras infelizmente não chegaremos ao fim dos grandes empreendimentos”, dizia o *Progresso* aos seus leitores. “Mande, portanto, um óbolo qualquer para a herma a Luiz Gama”.<sup>14</sup> O plano inicial era inaugurar o monumento no “primeiro centenário do nascimento do burilador de *Trovas burlescas*”, que transcorreria em 21 de junho de 1930.<sup>15</sup>

Os membros da Comissão promoviam “festivais” para difundir a campanha. Num deles compareceram “senhoras, senhorinhas, cavalheiros e representantes” das associações da “gente de cor”. Alípio Antônio da Silva, presidente da Comissão Pró-Herma a Luiz Gama abriu a sessão, convidando para presidi-la Raul de Moraes, dirigente da associação União Militar. Argentino Celso Wanderley expôs ao “numeroso público” a situação em que se encontrava a campanha: as listas distribuídas, o dinheiro arrecadado e o que tinha sido gasto

até aquele instante. Seguiu-se com a palavra o representante do jornal *O Clarim d'Alvorada*, “agradando bastante pela concisão em que resumiu a sua bem feita oração”. O Sr. Salvador Luiz de Paula, “vergado pelo peso dos anos”, falou com entusiasmo dos tempos áureos em que trabalhava, assim como Luiz Gama, pela libertação dos escravos. E hipotecou apoio, seu e da Sociedade Amigos da Pátria, à causa do *Progresso*. Pela associação Kosmos, Laura de Camargo “trouxe a participação da mulher”; sempre “eficiente e decisiva” nas “grandes batalhas”. José Trajano de Oliveira falou pela associação 28 de Setembro e Victor de Souza pela Barra Funda. Encerrou a série de discurso a “palavra fácil e convincente do jornalista Benedito Florêncio”. Depois de remontar os fatos que “dizem de perto à Raça que ajudou a construir o Brasil”, o cronista do *Diário do Povo*, de Campinas, terminou a sua peroração sob “os mais calorosos” aplausos. Foi digno de nota o “grande número de pessoas” que encheu o salão Giuseppe Verdi para um “festival, onde não se dançava”. Tratava-se, assim, de uma “satisfação pública a um dos mais simpáticos movimentos que se vem fazendo na capital paulista, qual seja, render justiça a um preto, que na época em que nada valia os filhos de Cá, soube destaca-se no nosso meio social”.<sup>16</sup>

A campanha foi ganhando a adesão de indivíduos e grupos da capital e das cidades do interior paulista. O Grêmio Dramático Luiz Gama organizou um “festival literário” beneficente em solidariedade à construção da herma. Já o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos achou um meio engenhoso para concorrer, em nome de seus associados, para a campanha. Criou ele “um selo amarelo de 1 mil réis”, que foi colocado no “recibo” dos associados. Os “pretos” de Botucatu também concorreriam. Sob a direção da professora Gabriela de Almeida, auxiliada por Joaquim Francisco Ferraz, previa-se, “naquela cidade, uma tómbola, revertendo o produto para a projetada homenagem”.<sup>17</sup> Na cidade de Piracicaba, Alberto de Almeida fez circular no meio negro os propósitos daquele “movimento cívico”. Em Campinas, Jundiá, Rio Claro e mesmo em Uberaba, no interior do estado de Minas Gerais, a campanha igualmente instituiu representantes.<sup>18</sup>

Já em Salvador, o “prestativo” Cosme de Farias convenceu *O Jornal* – diário de propriedade de Leopoldo Amaral – a abrir uma “subscrição popular”, que aceitava desde “um tostão até dois mil réis” de todos os baianos ciosos em “homenagear a memória de

seu conterrâneo [...] e prestigiar colegas que aspiram à grandeza da Raça que lançou as pevides da riqueza do Brasil”.<sup>19</sup> De acordo com o *Progresso*, “de dia para dia” crescia mais o “entusiasmo em torno da ideia em levantar uma herma a Luiz Gama, por ocasião do primeiro centenário de seu nascimento”. As adesões vinham não só de “quase todas as cidades do Estado [de São Paulo] como de Minas [Gerais] e Bahia”, o que, segundo o jornal, atestavam que a homenagem que pretendiam franquear ao “filho dileto da desgraça” era “muito justa”.<sup>20</sup>

Em novembro de 1929, a “edilidade paulistana” subscreveu “cinco contos de réis para a herma”. Esta “generosa dádiva” deveu-se ao “operoso” vereador Synesio Rocha. Segundo a imprensa, seu projeto foi assinado por todos em sessão daquela “municipalidade”, não só em tributo à memória de Luiz Gama, mas também em “atenção à briosa população negra de Piratininga”.<sup>21</sup> Um mês depois, a “menina Walkiria, na inocência de seus dez anos, abriu entre as suas colegas do Grupo Escolar uma lista cujo produto se destinava à iniciativa do *Progresso*”.<sup>22</sup> Todos os domingos, os encarregados da comissão de propaganda da herma percorriam as “[...] associações, pedindo auxílios. As importâncias arrecadadas, porém, não chegavam ainda a um conto de réis [...]” em março de 1930.<sup>23</sup> Os chefes de orquestras de São Paulo decidiram, em abril, concorrer com “uma pedra para o empreendimento do *Progresso*”. Assim, acordaram em tocar num “grandioso baile, para maior brilho da homenagem ao filho dileto da desgraça”. O jornalista Gumercindo Fleury, redator d’*A Gazeta* e “sincero amigo da raça negra”, desde o primeiro momento que se ventilou a ideia de erigir uma herma a Luiz Gama, agitou a causa na grande imprensa, “[...] mostrando assim que esse movimento não é só de pretos, mas de todos aqueles que amam verdadeiramente essa grande porção da América, cujas terras o sangue negro tornou ferazes”.<sup>24</sup>

De fato, a campanha ganhou cada vez mais abrangência e representatividade. Embora liderado pelos afro-paulistas que se mobilizavam em torno do jornal *Progresso*, o movimento foi transfocal, multirracial e policlassista, aglutinando homens e mulheres; negros e brancos; crianças, jovens e adultos; segmentos subalternos e privilegiados; autoridades e agências da sociedade civil e do poder público, de São Paulo e alhures; em síntese, “[...] todas as classes sociais se agitaram, pressurosas em levar um óbolo à Comissão [Pró-Herma a Luiz Gama]”, a fim de por “[...] em destaque um preto para elevar o moral da Raça”.<sup>25</sup>

Os recursos angariados até ali eram limitados. Ainda assim, a Comissão contratou o escultor Yolando Mallozzi para produzir o monumento. Considerado um “artista nacional de muito talento, formado pelo Liceu de Artes e Ofícios e autor do monumento a Campos Sales”,<sup>26</sup> Mallozzi assumiu o compromisso com afinco, apesar das complicações na sua agenda de trabalho. Surgiu o indicativo do Largo do Arouche, no centro de São Paulo, como local adequado para receber a herma. Tudo transcorria conforme o planejamento inicial, com a inauguração do “bronze que Yolando Mallozzi cinzelou” prevista para acontecer no dia 21 de junho de 1930, data do centenário de nascimento de Luiz Gama.<sup>27</sup> Todavia, em atenção a um pedido da imprensa da Bahia, terra natal do homenageado, a Comissão resolveu transferir a inauguração para o dia 24 de agosto, data do falecimento do poeta de *Trovas burlscas*.<sup>28</sup> Ademais, o grupo de engenheiros nomeado por Pires do Rio (o então prefeito de São Paulo) para examinar o projeto da herma, ainda não havia apresentado seu parecer.<sup>29</sup>

Isto não significa que o centenário de nascimento de Luiz Gama – em 21 de junho de 1930 – tenha passado despercebido em São Paulo, conforme destacou o *Correio Paulistano*. A Comissão, que tomou para si a incumbência de erguer um monumento ao “preto genial”, organizou uma série de atividades comemorativas, que se iniciaram pela missa rezada às oito horas, na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Depois da missa, houve uma “romaria” ao túmulo de Luiz Gama, no cemitério da Consolação. À noite, no teatro Apolo, Pedro de Oliveira Ribeiro Netto – um promotor público – fez uma conferência sobre o “grande abolicionista”. Discursou também Lino Guedes, em nome dos “pretos” de São Paulo. Por fim, um “ato variado” em que tomaram parte “amadores e artistas”. Assistiu-se ao “curso da declamadora Maria Oliva da Silva, dos Sertanejos Paulistas, do barítono Max Cardoso, do Grupo Negro de Revistas, de Luly Malaga e Alonsito”. Entre uma atração e outra, a banda de músicos da Guarda Civil tocou, para o deleite de todos que compareceram àquela sessão comemorativa. Ainda previa-se, para o dia 24, uma partida de futebol entre o Clube Atlético Brasil, “[...] composto de homens pretos, e um combinado branco”. O jogo seria na “praça de *sports* do São Paulo F. C.”.<sup>30</sup>

A Comissão continuou com o bloco da campanha na rua. Depois de examinarem o projeto apresentado, os engenheiros da

Prefeitura finalmente emitiram um parecer, determinando que a Comissão fizesse uma “ligeira” modificação no pedestal, “para que assim melhor a herma se adaptasse ao local escolhido, que era a parte ajardinada do Largo do Arouche”.<sup>31</sup> Dos “negros da Bahia”, houve a promessa de enviar a tempo o pedestal para assentar a herma.<sup>32</sup> No entanto, a obra do escultor Yolando Mallozzi, que deveria ser inaugurada na data do 48º aniversário do passamento de Luiz Gama em 24 de agosto de 1930, não o foi, “por motivos superiores”, segundo o *Diário Nacional*. Isto não impediu que a Comissão e outros segmentos da sociedade celebrassem a efeméride. Às oito horas, houve uma missa de “ação de graças” na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, “[...] assistida por grande número de pessoas, delegações de todas as associações de São Paulo e de representantes da imprensa”. As lojas maçônicas América e Luiz Gama lideraram uma “romaria” que, saindo às 9h30min da praça da Sé, dirigiu-se ao cemitério da Consolação, onde depositaram flores no túmulo do “grande abolicionista”. A loja maçônica Luiz Gama rendeu-lhe outra homenagem em sua sede, descerrando o busto do “advogado dos oprimidos”. À noite, Lino Guedes fez uma conferência na Rádio Educadora Paulista, versando sobre a vida do poeta das *Trovas burlescas*.<sup>33</sup>

Parece que o adiamento, pela segunda vez, da inauguração da herma a Luiz Gama esmoreceu um pouco aquele “movimento cívico”. Não foi por acaso que Lino Guedes, em sua conferência, fez um apelo latejante a “todos, e aos pretos em particular”, para que cerrassem fileiras em torno da Comissão, a fim de dotarem São Paulo de mais um monumento que “[...] correspondesse ao seu progresso, falando alto da pureza de alma dos negros”. O editor do *Progresso* terminou a sua alocação aconselhando aos “[...] pretos que se preparassem para as lutas de sua emancipação moral para a grandeza do Brasil que eles ajudaram a construir”.<sup>34</sup> Lino Guedes nem imaginava o que estava por acontecer no país.

Em três de outubro de 1930, um movimento golpista estourou em Minas Gerais no e Rio Grande do Sul e rapidamente se alastrou por vários estados do Nordeste. Vinte e um dias mais tarde, seus líderes militares depuseram o então presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, e entregaram o governo do país a Getúlio Vargas, empossado na Presidência da República em três de novembro de 1930. Este fato – conhecido na historiografia como a *Revolução de 1930* – marcou o fim

da Primeira República e o início de novos tempos no cenário nacional, naquela altura mal definido (FERREIRA; PINTO, 2008). “O grande movimento armado, que deu novos rumos políticos ao Brasil, não foi o bastante para impedir nossos passos [...]”, frisava os redatores do *Progresso*. “Naqueles dias agitados não deixamos à margem o nosso ideal – erguer em nome dos pretos do Brasil uma herma a Luiz Gama”.<sup>35</sup>

Realmente, os trabalhos da Comissão não cessaram frente ao torvelinho de acontecimentos relacionados à Revolução de 1930. Pelo contrário, com a chegada de Vargas ao poder, parece que o movimento em prol da construção do monumento ganhou novo alento, na medida em que os canais de diálogo e negociação com o poder público foram estreitados.<sup>36</sup> João Alberto – interventor federal em São Paulo nomeado por Vargas – prometeu receber a Comissão Pró-Herma a Luiz Gama. Por intermédio de seu secretário, a maior autoridade do Estado teria declarado seu interesse em saber o que se tinha feito até aquele instante para a homenagem que seria “prestada, com muita justiça, a um dos pretos que mais trabalharam pela democracia, no Império do Brasil”.<sup>37</sup> Ainda no mês de novembro, a Comissão “[...] entrou em entendimento com os vários representantes dos Estados, que estiveram em São Paulo, tornando assim mais nacional esta causa de todos [...]”, noticiou o *Progresso*.<sup>38</sup> No início do ano de 1931, Anhaia Mello, o novo prefeito da cidade bandeirante, assinou o decreto autorizando a colocação da herma de Luiz Gama:

O prefeito do município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, combinado com o parágrafo 4º, do art. 11º, do decreto federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta:

Art. 1º. – Fica autorizada a colocação da herma de Luiz Gama, na parte alta do largo do Arouche, de conformidade com o projeto apresentado pela Comissão Pró-Herma deste grande abolicionista, projeto este que foi aprovado nos termos do parágrafo 1º, do art. 577 do Código de Obras (Lei n. 3.427, de 19 de novembro de 1920);

Art. 2º. – Revogam-se as disposições em contrário.<sup>39</sup>

Afora a assinatura do decreto, o prefeito Anhaia Mello recebeu a Comissão em audiência, quando demonstrou a impossibilidade de “[...] concorrer o governo municipal com os cinco contos de réis [...]” solicitados para custear todas as despesas relacionadas à herma. Prontificou-se, entretanto, a conceder, por quantas vezes fossem necessárias, o teatro Municipal para, “em espetáculos patrocinados diretamente pelas altas autoridades do Estado”, a Comissão pudesse obter os “meios” de que carecesse.<sup>40</sup> Ficou decidido então que a Prefeitura incentivaria “festivais em benefício da construção do monumento”.<sup>41</sup> Em fevereiro de 1931, o *Progresso* anunciava de maneira efusiva na primeira página:

Teatro Municipal. Grande espetáculo de gala no dia 28 de março, em benefício da herma a Luiz Gama, patrocinado pelos Exmos. Srs. Cel. João Alberto Lins de Vasconcellos; General Isidoro Dias Lopes, Comandante da II Região Militar; General Miguel Costa, Secretário de Segurança Pública; Dr. Luiz Anhaia Mello, Prefeito Municipal e Dr. José Carlos de Macedo Soares, ex-presidente da Associação Comercial de S. Paulo e ex-secretário do Interior do Governo Provisório.<sup>42</sup>

Quando chegou ao mês de março, o *Diário Nacional* produziu várias reportagens sobre o “espetáculo de gala”. Os professores Marcelo Tupinambá e Noêmia do Nascimento Gama, responsáveis pelas atrações do evento, estavam definindo os últimos ajustes da programação, que previa reunir as “altas autoridades do Estado” e um “ato variado desempenhado exclusivamente por artistas negros”. Os ingressos, vendidos a preços “módicos”, estavam tendo “grande” procura.<sup>43</sup> No dia 28 daquele mês, realizou-se o tão aguardado “festival” no Teatro Municipal, sob os auspícios do “governo do Estado em auxílio à construção da herma” de Luiz Gama. O principal teatro de São Paulo ficou “repleto de pessoas de todas as classes sociais representantes dos secretários de Estado, diretores das diversas sociedades”. Às 21 horas, precisamente, deu-se início ao “festival”. Falou Lino Guedes, que fez uma rápida preleção sobre o valor dos negros na escravidão. Citou os abolicionistas; todos unânimes em propugnar pela liberdade da raça “[...] que construiu os nossos lares e contribuiu

para o desenvolvimento da Pátria que tanto amamos”. Teve depois a palavra o “ilustre” Cardoso de Mello Netto – professor da Faculdade de Direito de São Paulo –, que disse de início ser aquela reunião “a maior consagração que se poderia prestar à memória de Luiz Gama”, pois ali se “[...] cultuava a vida daquele que fez de toda a sua existência um lábaro a cuja sombra amiga se abrigavam os desprotegidos da sorte”. Fez, em seguida, um estudo sobre a individualidade literária, jornalística e jurídica do filho de Luiza Mahim. Em todos os “transes” da vida do “grande abolicionista”, encontrou o “ilustre” professor motivos “encomiásticos” e com a “eloquência e a palavra fácil que lhe é peculiar”, discorreu “proficientemente sobre a vida e a obra de Luiz Gama”. Na segunda parte do “festival”, houve apresentações musicais, declamações de poesia e encenação do espetáculo *Vigília de Pai João*, peça “moderna” que Lino Guedes escreveu.<sup>44</sup>

Chama a atenção a capacidade de articulação da Comissão Pró-Herma. Procurando sensibilizar o interventor federal em São Paulo e estabelecendo uma interlocução com o prefeito da cidade, o movimento capitalizava (ou procurava capitalizar) o capital político de pessoas e grupos de todas as cores, de todas as origens sociais – dos mais humildes aos mais influentes. A partir do “festival” no teatro Municipal de São Paulo, a campanha adquiriu mais visibilidade pública, o que resultou em novas adesões. Em reunião efetuada no Clube Universitário, “com a presença dos presidentes de todos os Centros Acadêmicos”, ficou deliberado que aquela organização estudantil apoiaria a “feliz” iniciativa de um “grupo de elementos da raça negra para a construção de uma herma ao grande abolicionista Luiz Gama”.<sup>45</sup> O Grêmio Recreativo dos Aliados, localizado em Santos, também aderiu à campanha. Já o Centro Internacional, uma organização ligada ao movimento operário daquela cidade do litoral paulista, promoveu no dia doze de maio – véspera da data comemorativa da Abolição do cativo – um “festival”, cujo produto pecuniário foi revertido à campanha.<sup>46</sup>

Naquele mesmo mês, a gaúcha Yolanda Pereira – a primeira brasileira a conquistar o título de Miss Universo – viajou a São Paulo, onde foi entrevistada por Lino Guedes no salão do hotel Esplanada. Ao tomar conhecimento da campanha, a miss, que se encontrava no apogeu da fama, doou à “Comissão Pró-Herma a Luiz Gama” uma “valiosa” contribuição: dois leques, com direito a dedicatórias. Esses leques seriam adquiridos por meio de subscrição pública, “em

nome das mães pretas de São Paulo”. Solicitado pela Comissão, o *Diário da Noite* abriu uma subscrição para a compra dos leques. Um grupo de “mulheres de cor” então resolveu organizar um baile “caipira” no salão Itália Fausta, cuja arrecadação seria entregue ao *Diário da Noite*, para a aquisição dos leques. “A esse baile”, informava o *Progresso*, “[...] que é o primeiro no gênero organizado em São Paulo nos meios pretos, ninguém deve deixar de comparecer, para que a contribuição nossa não seja inferior ao que o *Diário* tem recebido”. A Casa Eurico, “[...] concorrendo também para a herma [...]”, ofereceu à Comissão uma “valiosíssima joia”, que seria sorteada entre os que comparecerem ao baile “caipira”.<sup>47</sup>

O “Quadro de damas” do Grupo Carnavalesco Campos Elyseos prometeu o pedestal da herma. Para tanto, organizou um “festival” beneficente que se “[...] caracterizou pela animação e pelo marcado cunho de distinção”. Houve números musicais, recital de poesia e apresentação teatral. Em julho de 1931, o trabalho da Comissão caminhava para a reta final. O escultor Yolando Mallozzi entregou o busto em gesso à fundição que ultimaria a sua obra. E o pedestal em granito, oferta do “Quadro de damas” do Campos Elyseos, já tinha sido encomendado.<sup>48</sup> Este grupo carnavalesco ainda promoveria em sua sede um evento para rifar a “joia” que a Casa Eurico deu a Comissão. A “tômbola” ocorreria durante o “Baile da roça”, agendado para acontecer no dia doze de setembro. “Ninguém deve deixar de concorrer para o brilho da iniciativa do Campos Elyseos”, alardeava o *Progresso*, “[...] não só porque o barrete da Casa Eurico é de alto preço, como mais uma vez ajudará a erguer o marco pelo qual os pretos devem nortear os seus sentimentos”.<sup>49</sup>

Percebe-se como o movimento em prol da herma a Luiz Gama foi amplo e diversificado, costurando um surpreendente arco de alianças de diferentes atores e segmentos da sociedade civil e do poder público. Enredou homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos, jovens e adultos, estudantes e professores; jornalistas, intelectuais, artistas, escritores, profissionais liberais, comerciantes, políticos (vereadores e deputados), celebridades (como a Miss Universo), autoridades civis (secretários de governo, prefeitos e governadores) e militares (coronéis e generais), representantes dos universitários, dos trabalhadores e dos empresários; imprensa, maçonaria, associações cívicas, sem falar nos distintos agrupamentos dos “homens de cor”:

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, clubes sociais, centros cívicos, grêmios literários, sociedades beneficentes, blocos carnavalescos e associações desportivas. Todos esses sujeitos coletivos apropriavam-se da memória de Luiz Gama, mas de maneira seletiva. Em meio a um universo de conflitos sociais e disputas simbólicas, a memória era instrumentalizada em busca da legitimação de diferentes expectativas, projetos e causas (AZEVEDO, 1999, p. 270). Para a Comissão ligada ao jornal *Progresso*, enaltecer a memória do abolicionista negro assumia um sentido político, na medida em que instituía um movimento que conferia visibilidade à “raça” e sensibilizava a opinião pública a seu favor. Esse processo de politização em torno da memória de Luiz Gama contribuiu para que o pleito de sua herma prosperasse.

### *A aurora de um grande feito*

Finalmente a Comissão conseguiu amealhar recursos suficientes para arcar com todas as despesas relacionadas à produção da estátua.<sup>50</sup> Domingo, quinze de novembro de 1931. Por volta das nove horas da manhã, iniciou-se, na parte ajardinada do Largo do Arouche, no coração de São Paulo, a solenidade de lançamento da “pedra fundamental” da herma a Luiz Gama. A grande imprensa fez a cobertura do evento. Após a “leitura da ata”, houve sessão de discursos. Carlos de Macedo Soares, ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, manifestou ter tido a “maior satisfação” em aceitar o convite para paraninfar a solenidade. Referiu-se, em seguida, à “tenacidade e força de vontade dos negros” e à importância do “legendário” abolicionista homenageado. Ao término do discurso, colocou a pedra fundamental do monumento, sendo aplaudido por todos os presentes. Fizeram uso da palavra, ainda, Paulo Estevam dos Santos, “[...] em nome das agremiações de homens de cor, e Lino Guedes, o secretário-geral da Comissão promotora da homenagem a Luiz Gama, que pronunciou um discurso exaltando o grande abolicionista”.<sup>51</sup>

Figura 2 – Lançamento da “pedra fundamental” da herma de Luiz Gama, no Largo do Arouche.

406



Fonte: A Gazeta. São Paulo, 16/11/1931.

Para o *Progresso*, o lançamento da “pedra fundamental” da herma a Luiz Gama significava a “aurora de um grande feito”, na medida em que sintetizava a “expressão viva e eloquente de uma nova compreensão do negro”, que há certo tempo vinha sabendo “[...] se impor na sociedade”. A partir daí, o jornal concluía: “Hoje, ante o feito de um grupo de homens humildes, mais do que nunca se impõe a união de todos os pretos [...]” para, numa perfeita comunhão de ideias e de sentimentos, “[...] combatermos o inimigo comum do preconceito – a fim de salvaguardar os direitos que conquistamos em maio de [18]88, assegurando assim as prerrogativas nossas de povo livre”.<sup>52</sup> Os idealizadores da herma politizavam a memória de Luiz Gama. Longe de se restringir a um bronze para perpetuar a memória do abolicionista negro, o monumento simbolizava o “marco de uma nova consciência da Raça”.<sup>53</sup> O lançamento da “pedra fundamental” era visto como um momento ímpar de mobilização no campo dos direitos e da cidadania.

Ao evocarem um personagem do passado, os negros deveriam mirar nas questões do tempo presente, pautando na opinião pública seus problemas, dilemas e desafios para a superação do “preconceito”.

Depois de mais de dois anos de mobilização e vários reveses, a campanha foi coroada de êxito. No dia 22 de novembro de 1931, um domingo, foi “[...] perpetuada, no bronze, a memória de Luiz Gama, erigindo-lhe uma herma numa das principais praças de São Paulo”. A programação das homenagens foi longa e, mais uma vez, o evento contou com a cobertura da grande imprensa. Teve início às 8h00min, na igreja dos Remédios, com a celebração de “missa cantada”, em intenção da alma de todos os abolicionistas. Após esse ato, houve um cortejo que, acompanhado pela corporação musical da Guarda Civil, dirigiu-se ao Largo do Arouche, onde já encontravam-se “presentes as autoridades estaduais e municipais, além de elevado número de pessoas de cor vindas do interior”. Deu-se então início à cerimônia de inauguração da herma. Falaram diversos oradores, entre os quais Lino Guedes, o secretário-geral da Comissão patrocinadora das homenagens a Luiz Gama. Em “palavras entusiásticas” pôs em relevo o “[...] espantoso progresso que os negros fizeram em quarenta e poucos anos de liberdade”. Ainda pautou, em seu discurso, alguns problemas enfrentados pelos patrícios e terminou por “[...] oferecer à guarda da cidade de São Paulo a efigie do ídolo de sua raça”. Em seguida os paraninfos – o tenente Veríssimo Glória e a senhorita Leontina Martins Bonilha – descobriram a herma. De autoria do escultor Yolando Mallozzi, o monumento trazia contornos plásticos nítidos. Sobre o pedestal de granito, ficava assentado o busto. À frente, os dizeres: “A Luiz Gama. Por iniciativa do *Progresso*, homenagem dos pretos do Brasil”. Esta inscrição ficava gravada em uma chapa de bronze em forma de pergaminho desdobrando-se. Em outra placa, às costas do busto, ficava inscrito o nome das pessoas da Comissão executiva. Em uma das faces laterais, gravada com letras de ouro, a inscrição: “Corporificou todos os [anseios] de um povo infeliz”. Do outro lado, gravados também em ouro, os dizeres: “Foi até ao sacrifício por um Brasil sem escravos”. Durante a cerimônia, também falaram Antônio Gonçalves Monte Serrat, pelo Clube 13 de Maio dos Homens Pretos; Paulo Estevam dos Santos, pelo Grêmio Carnavalesco Campos Elyseos; Arlindo Veiga dos Santos, pela Frente Negra Brasileira; Vicente Ferreira, pela associação União Militar; Silvério Rodrigues, pelos “pretos da Bahia”; Alberto Orlando, pelo jornal *Progresso* e o tenente Veríssimo



## Considerações finais

Com capacidade de diálogo e poder de negociação, a Comissão Pró-Herma a Luiz Gama conseguiu engendrar uma campanha que congregou pessoas e grupos de múltiplos segmentos da sociedade civil e do poder público. Graças a essa coalizão de forças (transfocal, multirracial e policlassista) foi possível edificar um monumento para manter viva e cristalizar a memória de um ícone negro. Todavia, não se deve ler a herma apenas como uma conquista simbólica e identitária. Para além de uma efígie ou a materialização de um ícone, ela traduziu um significado político referencial. A própria campanha do monumento serviu de vitrine para discutir as questões, as aspirações e as demandas da “população de cor”, de modo que a tão sonhada ampliação dos direitos e da cidadania entrou no jogo. Nas páginas dos jornais, nas plenárias, nos atos públicos, nas manifestações cívicas, a retórica política fez-se presente e não se restringiu ao exercício de culto ao “herói da raça”. Catalisando uma polifonia de discursos, motivações e interesses, a memória do ícone negro foi apropriada na perspectiva da “utopia redentora de um povo”, atendendo (ou procurando atender) às suas expectativas, aos seus anseios e ao seu sonho de igualdade.<sup>55</sup>

Ao longo da década de 1930, a herma de Luiz Gama converteu-se num ponto de referência para as associações da “população de cor”. Todos os anos, elas agenciavam mobilizações, visitas ou atos entorno do monumento. Em treze de maio de 1932, a Frente Negra Brasileira (FNB) comemorou a passagem da data da abolição da escravidão com “significativo entusiasmo”. Pela manhã, foi rezada missa na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, com a presença de “centenas de homens de cor”. Após o ato religioso, na sede da FNB, deu-se a concentração de membros da associação, para uma passeata rumo à herma de Luiz Gama. Chegando ao Largo do Arouche, o “préstito” fez uma parada, quando Arlindo Veiga dos Santos e Vicente Ferreira – presidente e orador, respectivamente, da FNB – falaram sobre o significado da data e sobre o “grande patrono da raça”, bem como pautaram as finalidades e conquistas da associação.<sup>56</sup> O Clube Negro de Cultura Social (CNCS) comemorava aquela efeméride com a “tradicional” corrida de “13 de Maio”. Em 1937, a prova teve seu início em frente à herma de Luiz Gama, às 20h30min, quando foi procedida a chamada dos

atletas. Uma comissão feminina do CNCS, encabeçada por Pedrina Alvarenga e Paulina Maurício, efetuou a entrega de um buquê de flores para o atleta vencedor da prova e este depositou o buquê ao pé da herma do “grande abolicionista”. Fez uso da palavra Salathiel Campos, o diretor desportivo de *O Correio Paulistano*.<sup>57</sup> Já a Legião Negra, prestava “significativas homenagens” a Luiz Gama na data de seu aniversário de falecimento – 24 de agosto. Em 1935, haveria uma “sessão cívica” na sede social da Legião Negra e às treze horas a agremiação se concentraria no Largo do Arouche diante da herma do autor de *Trovas burlescas*, “fazendo-se, então, ouvir diversos oradores”.<sup>58</sup>

Assim, ao longo da década de 1930 confirmava-se a percepção compartilhada pelos protagonistas daquela história: o busto de Luiz Gama não foi feito apenas do “opaco e frio metal”, mas sua edificação consubstanciava, também e sobretudo, o “calor das experiências, dos sonhos, projetos e desejos de tempos e sujeitos diversos” (AZEVEDO, 1999, p. 272). Para o grupo de negros que se aglutinava em torno do periódico *Progresso*, “plantar na praça pública o vulto do autor de *Trovas burlescas*” possibilitava acenar para a “gloriosa redenção, para a sublime ressurreição moral e social da Raça”.<sup>59</sup>

#### THE DAWN OF A GREAT DEED: A HERMA TO LUIZ GAMA

**Abstract:** The aim of the current article is to rebuild Luiz Gama’s campaign trajectory in São Paulo between 1929 and 1931 through the construction of a herma in honor to him. There is also the aim of showing how the campaign was used by “colored men” to draw the attention to one of their major icons in History. However, such racial mobilization did not have a symbolic sense only; it was the bias that triggered the debate about social insertion matters and expectations, about acknowledgement and citizenship of “colored men”. The campaign also acquired political meanings and shapes.

**Keywords:** “colored men”; memory; monument; post-abolition.

#### Notas

<sup>1</sup> “Dívidas esquecidas”. *Progresso*. São Paulo, 31.08.1929, p. 2.

<sup>2</sup> “Nosso dever”. *Progresso*. São Paulo, 26.09.1929, p. 1.

<sup>3</sup> Num estudo sobre o “monumento negro”, Ordep Serra examina a experiência pioneira de reconhecimento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, como patrimônio histórico e cultural do Brasil. O antropólogo comenta que, antes do processo que culminou no tombamento daquele terreiro em 1984, eram incomuns no Brasil as expressões “patrimônio negro” e “movimento negro” (SERRA, 2005).

<sup>4</sup> “O ‘Progresso’”. *Progresso*. São Paulo, 23.06.1928, p. 1.

<sup>5</sup> Sobre história de vida de Lino Guedes – um jornalista negro oriundo de Campinas que fez carreira na grande imprensa paulistana – e sua produção literária, ver Jane Malinoff (1982), Petrônio Domingues (2010) e Heloísa Toller Gomes (2011).

<sup>6</sup> *Progresso*. São Paulo, 20.04.1930, p. 1. A respeito da *imprensa negra* paulista, consultar Roger Bastide (1951), Miriam Nicolau Ferrara (1986), Kim D. Butler (1998, p. 210-227), Micol Seigel (2009, p. 179-205) e Regina Pahim Pinto (2013, p. 77-86).

<sup>7</sup> “Luiz Gama”. *Progresso*. São Paulo, 19.08.1928, p. 1 (grifo do autor).

<sup>8</sup> *Diário de São Paulo*. São Paulo, 17.11.1931, p. 4. Ver também *Progresso*. São Paulo, 20.09.1931, p. 1 (grifos do autor).

<sup>9</sup> O relato acerca da biografia de Luiz Gama baseia-se nas pesquisas de Sud Mennucci (1938), Elciene Azevedo (1999; 2010) e Ligia Fonseca Ferreira (2011).

<sup>10</sup> Sobre as associações negras em São Paulo no pós-abolição, ver Kim D. Butler (1992; 1998), José Carlos Gomes da Silva (1998), George Reid Andrews (1998, p. 218-241), Flávio Gomes (2005), Micol Seigel (2009, p. 179-205), Paulina L. Alberto (2011, p. 23-68) e Regina Pahim Pinto (2013, p. 87-121).

<sup>11</sup> “Luiz Gama, o poeta negro que cantou a dor do negro”. *Diário Nacional*. São Paulo, 12.10.1929, p. 1.

<sup>12</sup> Em 1909, há notícias esparsas de que os “homens de cor” de São Paulo cogitaram levantar em praça pública da capital uma herma ao “grande abolicionista Luiz Gama”, mas, ao que tudo indica, tal ideia não prosperou. Ver “Serviço telegráfico”. *A Federação*. Porto Alegre, 23.06.1909, p. 4; “Notas”. *A Razão*. Estância, 11.07.1909, p. 2.

<sup>13</sup> *Diário de São Paulo*. São Paulo, 13.05.1931, p. 8.

<sup>14</sup> *Progresso*. São Paulo, 24.11.1929, p. 2.

<sup>15</sup> “Luiz Gama, o mestiço que fez a abolição vai ter uma herma”. *Progresso*. São Paulo, 31.10.1929, p. 1.

<sup>16</sup> “A força da palavra”. *Progresso*. São Paulo, 15.02.1930, p. 1-2.

<sup>17</sup> “Justa consagração”. *Progresso*. São Paulo, 20.04.1930, p. 1.

<sup>18</sup> *Progresso*. São Paulo, 30.01.1930, p. 1.

<sup>19</sup> “A voz do bronze”. *Progresso*. São Paulo, 21.12.1929, p. 1.

<sup>20</sup> “A voz do bronze”. *Progresso*. São Paulo, 21.12.1929, p. 1. Ver também “Duas hermas estão para ser erigidas nesta capital”. *Diário Nacional*. São Paulo, 12.03.1930, p. 5.

- <sup>21</sup> “Filho dileto da desgraça”. *Progresso*. São Paulo, 24.11.1929, p. 1.
- <sup>22</sup> *Progresso*. São Paulo, 30.01.1930, p. 1.
- <sup>23</sup> “Duas hermas estão para ser erigidas nesta capital”. *Diário Nacional*. São Paulo, 12.03.1930, p. 5.
- <sup>24</sup> “Justa consagração”. *Progresso*. São Paulo, 20.04.1930, p. 1.
- <sup>25</sup> *Progresso*. São Paulo, 30.01.1930, p. 1.
- <sup>26</sup> “No dia 8 de novembro será lançada a primeira pedra da herma a Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 08.10.1931, p. 8.
- <sup>27</sup> “Centenário do nascimento de Luiz Gama”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 18.06.1930, p. 14.
- <sup>28</sup> “Centenário de Luiz Gama”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 21.06.1930, p. 1.
- <sup>29</sup> “A morte do lutador”. *Progresso*. São Paulo, 20.08.1930, p. 1.
- <sup>30</sup> “Centenário de Luiz Gama”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 21.06.1930, p. 1; “O centenário de Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 21.06.1930, p. 5.
- <sup>31</sup> “Marco glorioso”. *Progresso*. São Paulo, 31.07.1930, p. 1.
- <sup>32</sup> “O centenário de Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 21.06.1930, p. 5.
- <sup>33</sup> “O aniversário da morte de Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 24.08.1930, p. 7; “Um grande gesto de nobre coração”. *Progresso*. São Paulo, 28.09.1930, p. 1.
- <sup>34</sup> “Um grande gesto de nobre coração”. *Progresso*. São Paulo, 28.09.1930, p. 1.
- <sup>35</sup> “A herma”. *Progresso*. São Paulo, 30.11.1930, p. 1.
- <sup>36</sup> A respeito do governo Vargas e a questão social, consultar R. S. Rose (2001), Robert M. Levine (2001) e Boris Fausto (2006).
- <sup>37</sup> “Luiz Gama”. *Progresso*. São Paulo, dezembro de 1930, p. 1.
- <sup>38</sup> “A herma”. *Progresso*. São Paulo, 30.11.1930, p. 1.
- <sup>39</sup> “A herma de Luiz Gama será localizada no largo do Arouche”. *Diário Nacional*. São Paulo, 07.02.1931, p. 4.
- <sup>40</sup> “Vai ser colocada no Largo do Arouche a herma de Luiz Gama”. *Progresso*. São Paulo, fevereiro de 1931, p. 1.
- <sup>41</sup> “Uma linda atitude”. *Progresso*. São Paulo, janeiro de 1931, p. 1.
- <sup>42</sup> “Vai ser colocada no Largo do Arouche a herma de Luiz Gama”. *Progresso*. São Paulo, fevereiro de 1931, p. 1.
- <sup>43</sup> “O espetáculo no Municipal pró-herma Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 14.03.1931, p. 2; “A herma de Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 18.03.1931, p. 2; “A herma de Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 26.03.1931, p. 10.
- <sup>44</sup> “O festival do dia vinte e oito”. *Progresso*. São Paulo, abril de 1931, p. 1.
- <sup>45</sup> “A herma a Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 03.03.1931, p. 2.
- <sup>46</sup> “Balancete”. *Progresso*. São Paulo, 20.09.1931, p. 1.
- <sup>47</sup> “Miss universo e a herma a Luiz Gama”. *Progresso*. São Paulo, 31.05.1931, p. 1-2. Sobre o baile “caipira” em benefício do monumento a Luiz Gama, ver também “A grande iniciativa do *Progresso* sempre vitoriosa!”. *Progresso*. São Paulo, 23.06.1931, p. 1.

<sup>48</sup> “O bronze da gratidão”. *Progresso*. São Paulo, 31.07.1931, p. 1.

<sup>49</sup> “Nobre iniciativa”. *Progresso*. São Paulo, 30.08.1931, p. 1.

<sup>50</sup> Conforme o *Diário Nacional* relatou posteriormente, a Comissão arrecadou a soma de dez contos de réis: “Há três anos o *Progresso*, órgão semanal que defende os interesses da raça negra, lançou a ideia de uma herma a Luiz Gama, incansável batalhador pela abolição da escravatura no Brasil”. Todavia, “[...] dada a escassez de recursos com que lutam em geral os homens de cor, tiveram que empregar grandes esforços para obter a soma de dez contos de réis, com a qual [contrata-ram] a execução do projeto, da lavra do escultor Yolando Mallozzi”. “No dia 8 de novembro será lançada a primeira pedra da herma a Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 08.10.1931, p. 8.

<sup>51</sup> “Será lançada hoje a primeira pedra da herma a Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 15.11.1931, p. 2. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 17.11.1931, p. 4; “O lançamento da pedra fundamental da herma a Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 17.11.1931, p. 2.

<sup>52</sup> “Aurora de um grande feito”. *Progresso*. São Paulo, 15.11.1931, p. 1.

<sup>53</sup> “A herma do ‘Cavaleiro do ideal’, que se descobrirá no dia 22 de novembro, é o marco de uma nova consciência da Raça”. *Progresso*. São Paulo, 04.10.1931, p. 1.

<sup>54</sup> *Diário de São Paulo*. São Paulo, 24.11.1931, p. 14; “Foi entregue à cidade a herma de Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 24.11.1931, p. 5; “O bronze da gratidão”. *Progresso*. São Paulo, 31.07.1931, p. 1; “No dia 8 de novembro será lançada a primeira pedra da herma a Luiz Gama”. *Diário Nacional*. São Paulo, 08.10.1931, p. 8. Em texto memorialístico, José Correia Leite relata ter testemunhado a inauguração da herma a Luiz Gama e que o evento causou grande impressão, até mesmo entre os jornalistas e intelectuais: “A comissão que o Argentino [Celso Wanderlei] tinha encabeçado conseguiu terminar a herma do Luiz Gama e houve a inauguração no Largo do Arouche com uma festa muito bonita. O Largo do Arouche ficou coalhado de negros. E houve também a presença de políticos e intelectuais brancos, como por exemplo, o Dr. Macedo Soares, um político de família tradicional. Foi impressionante aquela manifestação. Impressionou tanto que o escritor Afonso Schmidt, o autor do romance abolicionista *A Marcha*, depois de ter estado lá, escreveu um artigo muito bonito, achando que aquilo era o alvorecer da raça negra, que aquela aproximação de toda a coletividade negra poderia fazer outras coisas maiores e melhores que aquele ato cívico em homenagem ao grande precursor do abolicionismo” (LEITE, 1992, p. 88).

<sup>55</sup> Pesquisando a campanha pela construção de um monumento em homenagem à *Mãe Preta* na segunda metade da década de 1920, Paulina Alberto percebeu que os ativistas e intelectuais negros do eixo Rio de Janeiro e São Paulo também se aproveitaram dessa campanha em torno de um símbolo afro-brasileiro para colocar em circulação seus objetivos políticos de cidadania e “ideias cambiantes de inclusão racial” (ALBERTO, 2014).

<sup>56</sup> “As comemorações do dia 13 de Maio em S. Paulo”. *Diário Nacional*. São Paulo, 14.05.1932, p. 8. Sobre as narrativas e políticas raciais na Era Vargas, ver Michael Mitchel (2011) e Jessica Lynn Graham (2010).

<sup>57</sup> “Corrida hoje, pela quarta vez, a prova ‘13 de Maio’”. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 13.05.1937, p. 4.

<sup>58</sup> “Campanha do mil réis”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 20.08.1935, p. 2.

<sup>59</sup> “A herma”. *Progresso*. São Paulo, novembro de 1930, p. 1.

## Referências

ALBERTO, Paulina L. *Terms of inclusion: black intellectuals in twentieth-century Brazil*. Chapel Hill, N.C.: The University of North Carolina Press, 2011.

\_\_\_\_\_. A Mãe Preta entre o sentimento, ciência e mito: intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial, 1920-1980. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 377-401.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Ana Lúcia. *Public memory of slavery: victims and perpetrators in the South Atlantic*. Amherst, New York: Cambria Press, 2010.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia*, São Paulo, v. CXXI, n. 2, 1951, p. 50-78.

BUTLER, Kim D. Up from slavery: afro-brazilian activism in São Paulo, 1888-1938. *The Americas*, v. 49, n. 2, 1992, p. 179-206.

\_\_\_\_\_. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. Lino Guedes: de filho de ex-escravo a elite de cor. *Afro-Ásia*, n. 41, 2010, p. 133-166.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. São Paulo: Ed. FFLCH-USP, 1986.

FERREIRA, Lígia Fonseca (Org.). *Com a palavra Luiz Gama*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930*. v. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 387-415.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Heloísa Toller. Lino Guedes. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: ontologia crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, vol. 1, 2011, p. 349-363.

GRAHAM, Jessica Lynn. *Representations of racial democracy: race, national identity, and state cultural policy in the United States and Brazil (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História), University of Chicago, 2010.

LEITE, José Correia. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organizado por Cuti (Luiz Silva). São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. Tradução de Anna de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MALINOFF, Jane. *Poetry for the people: Lino Guedes and black folk style in early twentieth century afro-brazilian verse*. *Research in African Literatures*, v. 13, n. 3, 1982, p. 366-382.

MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil*. Luiz Gama. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.

MITCHELL, Michael. "Os movimentos sociais negros na Era Vargas". In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 185-201.

PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

ROSE, Robert Sterling. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEIGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In: GOMES, Flávio dos Santos;

CUNHA, Olívia Maria Gomes da (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 315-346.

\_\_\_\_\_. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and The United States*. Durham, NC: Duke University Press, 2009.

SERRA, Ordep. Monumentos negros: uma experiência. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 33, 2005, p. 169-205.

SILVA, José Carlos Gomes da. Negros em São Paulo: espaço público, imagem e cidadania. In: NIEMEYER, Ana Maria de; GODÓI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado Aberto, 1998. p. 65-96.

Recebido em: 06/ 03/ 2015

Aprovado em: 20/ 09/ 2016

# O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso

Ely Bergo de Carvalho\*

**Resumo:** Apenas em 1934 foi elaborado um Código Florestal federal no Brasil. Todavia, as disposições desse código, em grande parte, não foram aplicadas. Disso resulta a questão deste trabalho: entender a função de leis que se constituíam “mera decoração na legislação”. O caminho seguido foi o de pensar seu contexto de aplicação, ou melhor, seus efeitos no controle e na disputa do território paranaense, e pensá-las como parte dos projetos de modernização. Assim, por meio da análise da legislação e de relatórios governamentais sobre sua aplicação no “sertão paranaense” nas décadas de 1930 a 1950, é possível compreender as funções do Código Florestal que, se não garantiram a manutenção da floresta, também não eram apenas uma “ideia fora do lugar”.

**Palavras-chave:** Legislação florestal. Território. Modernização.

## Introdução

O Brasil, como em geral ocorreu na América Latina, apresentou uma grande dificuldade para a interpretação pelas ciências sociais, por combinar elementos liberais e individualistas com elementos tradicionais, tais como o patriarcalismo e as relações pessoais.<sup>1</sup> A ênfase atual na circulação de saberes e ideias supera a colonialidade e a noção linear de difusão, que são as causas de tal dificuldade de interpretação (DUSSEL, 2006). Todavia, ainda são presentes na história ambiental sobre o

---

\* Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: carvalho2010@yahoo.com.br.

Brasil interpretações que – tendo como modelo instituições modernas, individualistas e liberais dos países centrais do sistema-mundo – não conseguem compreender a dinâmica das culturas brasileiras e das inter-relações estabelecidas com o mundo natural, marcadas pelas relações pessoais a tal ponto que é possível pensar o Brasil como uma sociedade relacional.<sup>2</sup> “Este tipo de interpretação tem propiciado a visão do Brasil como um país no mínimo incongruente, com ‘as ideias fora do lugar’” (BARBOSA; DRUMMOND, 1994, p. 279).<sup>3</sup>

Nesta pesquisa, é abordada uma lei que ainda recebe a pecha de “ideia fora do lugar”, o Decreto Federal nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, que estabelece o primeiro Código Florestal brasileiro. Para colocar as ideias no lugar, primeiramente deve ficar claro que não se trata de uma legislação “ambiental”. É, antes de tudo, parte de uma longa tradição de legislação florestal que regula a utilização das florestas, mas é também parte do esforço de implantação no Brasil de um projeto modernizador que procurava industrializar o país. E, para tal, entendiam necessário produzir um “homem novo” e uma “natureza nova”, adequados ao projeto industrializante. Tal legislação vigorou até que, com a Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, foi estabelecido um novo Código Florestal brasileiro. Tal marco regulatório, junto a uma ampla política de subsídios ao setor rural que seria criada pela ditadura civil-militar instalada em 1964, só então proporcionou a constituição de um vasto setor de silvicultura no Brasil, sendo esse o marco temporal final da pesquisa. Dentro desses marcos, o presente trabalho busca compreender a forma como o Código Florestal de 1934 foi aplicado.

## **Código Florestal de 1934**

Desde o período colonial, o reino de Portugal já possuía uma legislação sobre o acesso a árvores (MAGALHÃES, 2002). No Império (1822-1889), apesar da persistência e renovação de tal legislação, os autores que formavam uma “tradição intelectual” de “crítica ambiental” ficaram restritos ao plano das ideias (PÁDUA, 2002, p. 30). Com a República, em 1889, as terras devolutas passaram ao domínio dos governos estaduais – o que dificultava uma política

federal mais ampla de proteção florestal (DRUMMOND, 1998-1999, p. 130). Todavia, já em 1900 havia proposta de um código federal de florestas (DEAN, 1996, p. 272), mas foram principalmente os governos estaduais que legislarem sobre tal tema na Primeira República.

Somente o abandono do liberalismo da Primeira República e a adoção de uma política industrializante e centralizadora pós-1930 tornaram possível a elaboração efetiva de uma legislação florestal unificada no nível federal no Brasil. O primeiro Código Florestal nacional surgiu com o Decreto no 23.793, de 23 de janeiro de 1934, e se aplicava “às florestas como às demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem” (BRASIL, 1949). Esse código classifica as florestas em quatro tipos:

1. as “protetoras”, que, por sua localização, servissem, conjunta ou separadamente, para qualquer dos fins seguintes: a) conservar o regime das águas; b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais; c) fixar dunas; d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares; e) assegurar condições de salubridade pública; f) proteger sítios que por sua “beleza natural mereçam ser conservados”; e g) asilar espécimes raros da fauna indígena;
2. as “remanescentes”, que são aquelas que formam parques ou assemelhados;
3. as “modelos”, que são “as artificiais constituídas apenas por uma, ou por limitado número de essências florestais, indígenas ou exóticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região”;
4. todas as demais florestas eram consideradas de “rendimento” (BRASIL, 1949, art. 3º a 7º).

O Código Florestal federal estabelece como florestas protetoras as que têm por função “proteger sítios que por sua beleza natural mereçam ser conservados; asilar espécimes raros da fauna indígena” (BRASIL, 1949, art. 3º a 7º), preocupações que poderiam ser entendidas como preservacionistas, tomando tal termo como um tipo ideal (McCORMICK, 1992, p. 63-64). Silva (2005), ao analisar o debate “sobre o meio ambiente” na década de 1930, aponta, por exemplo, que, na Constituição brasileira de 1937, a natureza é

abordada “sob duplo enfoque: enquanto monumento e, também, a partir de dispositivos que a subordinam à ordem econômica” (p. 188). Indicando, dessa forma, que:

Desenha-se, ao longo da década de 1930, uma outra perspectiva sobre a natureza que a inscreve no âmbito das relações sociais, ao atribuir-lhe o sentido de “Monumento” e, enquanto tal, de interesse comum aos habitantes do país. Por se constituir tal qual os legados artísticos e históricos, em patrimônio nacional que deve ser preservado, ‘evoca um passado’ e, enquanto tal, liga-se ‘ao poder de perpetuação’ (SILVA, 2005, p. 183).

Todavia, não é necessário, aqui, focar tal aspecto preservacionista da natureza como monumento, pois o Código Florestal federal era principalmente produtivista, o que se expressa ao serem denominadas de “modelo” as florestas artificiais. O “modelo” de floresta era a silvicultura ordenada e produtiva. Por ser a esmagadora maioria das florestas no Brasil classificada como de “rendimento”, essa denominação é reveladora da destinação prevista para essas florestas.

A exploração florestal, à época, apresentava uma outra classificação das florestas, dividindo-as entre homogêneas e heterogêneas. Os princípios que nortearam a elaboração do primeiro Código Florestal brasileiro, de 1934, poderiam assim ser sintetizados:

O Brasil, talvez o país que possua maior área florestada é pobre de florestas homogêneas. Verdadeiramente merecedora desse qualificativo só temos os pinhais da chamada Araucarilândia [mata de araucária], nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Ora, só as florestas homogêneas permitem exploração industrial em grande escala com vantagem econômica, porque a mão-de-obra nas heterogêneas, é muito dispendiosa, encarecendo o custo da produção (PEREIRA, 1950, p. 140).

Nas heterogêneas florestas tropicais, que compunham a grande maioria das florestas brasileiras, apenas algumas espécies tinham as

qualidades então exigidas pelo mercado consumidor, e elas estavam espalhadas, com apenas alguns indivíduos da espécie no meio de uma densa mata. Dessa forma, dados os limites técnico e econômico percebidos pelos legisladores, para as florestas homogêneas havia formas rígidas de conservação e otimização do uso, já para as florestas heterogêneas a legislação era mais flexível (BOHN, 1990, p. 139-141).

O tratamento dado às florestas homogêneas previa que “o corte far-se-á de forma a não abrir clareiras na massa florestal” (BRASIL, 1949, art. 49), ou seja:

[N]ão admitia, portanto, o corte raso. E no parágrafo único, ficava estabelecida a inadmissibilidade do uso das terras das florestas homogêneas para outro que não o do reflorestamento, significando na prática que a área da floresta homogênea não poderia ser reduzida (BOHN, 1990, p. 139-140).

Contudo, hoje em dia, restam menos de 3% da área original que cobria boa parte do Sul do Brasil – da “homogênea” Floresta Ombrófila Mista (ou mata de araucária), sendo que o período em tela foi o auge da colonização dirigida e da indústria madeireira na mata de araucária.

Já para as florestas heterogêneas, ou seja, todas as demais florestas brasileiras, o tratamento era outro:

A exploração intensiva era permitida nas florestas heterogêneas, o tipo de floresta mais comum no Brasil, e admitia o corte raso em  $\frac{3}{4}$  partes das florestas existentes na propriedade na data em que o Código entrou em vigor. Isso significa que, de acordo com o artigo 23, um proprietário poderia derrubar 75% das matas da sua propriedade desde que elas não estivessem enquadradas como ‘florestas protetoras’ ou ‘remanescente’. [...] Mas se isso não bastasse, há um outro artigo que permitia a exploração dos 25% restantes, caso eles não estivessem enquadrados como ‘floresta protetora’ ou ‘remanescente’. Para isso, bastava que o proprietário assinasse perante a autoridade florestal, termo de obrigação de replantio e trato cultural por prazo determinado, com garantias de que substituiria aquela quarta e última parte da floresta

heterogênea por uma floresta homogênea. Era a legalização do corte raso (BOHN, 1990, p. 139-140).

Enquanto as florestas homogêneas deveriam ser “substituídas por mudas da mesma espécie ou de outra essência florestal julgada preferível”, na floresta heterogênea “a substituição” poderia “ser feita por espécie diferente das abatidas, visando a homogeneidade da floresta futura e a *melhoria da composição florística*” (grifo nosso) (BRASIL, 1949, art. 50). De toda forma, a lei incentivava a substituição da “caótica” floresta, seja a homogênea ou a heterogênea, por uma “natureza nova”, “melhorada” pelo ser humano. A floresta “melhorada” era a floresta controlada e produtiva; a floresta ideal era a produzida pela silvicultura.

O Código Florestal, juntamente com uma série de políticas públicas e novas leis, fez parte da emergência, no Brasil, de um Estado-Providência: “um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado” (BOSI, 1992, p. 274). A crise na cafeeira, decorrente da Grande Depressão de 1929, contribuiu para o abandono da ideia de um país “essencialmente agrícola” para tornar hegemônico o projeto de industrializar a nação. Dessa forma, pode-se entender o Código Florestal de 1934 como parte do esforço do Estado em modernizar, ordenar a produção e, conseqüentemente, controlar e ordenar o próprio território. Ou, dito de outra forma, o Código Florestal, juntamente com uma série de políticas públicas e novas leis, fez parte da emergência, no Brasil, de um projeto fordista-keynesiano periférico (HARVEY, 2002, p. 131), sendo que uma das características da situação periférica era a incapacidade de efetivamente ordenar a produção e controlar o território. De toda forma, o Código definiu que a ação de explorar a floresta, bem como a decisão sobre qual tipo de floresta deveria existir e em que local, não poderiam mais ser deixadas fundamentalmente nas mãos da iniciativa privada, e sim ser ordenadas pelo Estado.

O crucial é que o novo Código Florestal negava o direito absoluto da propriedade proibindo, mesmo em propriedades privadas, o corte de árvores ao longo de cursos d’água, árvores

que abrigavam espécies raras ou que protegiam mananciais. Aos proprietários vedava cortar mais de três quartos das árvores restantes em sua propriedade. As indústrias eram obrigadas a replantar árvores suficientes para manter suas operações. Determinava-se a criação de uma Guarda Florestal e era esboçada a base da organização de parques nacionais e estaduais. O Código de Águas, no mesmo sentido, retirava dos proprietários o controle da água que fluísse através de suas propriedades. Foi uma rejeição histórica do liberalismo e uma reversão para o controle estatal, abafado desde os primeiros dias do império, mas agora revivido sob a bandeira de um nacionalismo modernizante e tecnocrata (DEAN, 1996, p. 275-6).

Todavia, o Código Florestal não era tão draconiano com a propriedade privada como aparentava à primeira vista, apesar de estabelecer, em seu art. 11, que as florestas de propriedade privada

[...] poderão ser, no todo ou em parte, declaradas protetoras, por decreto do Governo Federal, em virtude de representação da repartição competente, ou do Conselho Florestal, ficando, desde logo, sujeitas ao regime [do] Código e à observância das determinações das autoridades competentes, especialmente quanto ao replantio, à extensão, à oportunidade e à intensidade da exploração (BRASIL, 1949, art. 11).

No seu parágrafo único, afirma que caberá “ao proprietário, em tais casos, a indenização de perdas e danos comprovados, decorrentes do regime especial a que ficar subordinado” (BRASIL, 1949, art. 11).

No que concerne à possibilidade de desmatar, legalmente prevista no Código, deve-se ter em conta que o Código visava manter a cobertura florestal, e não exatamente as florestas. Dessa forma, as florestas, seja a mata de araucária ou as outras, poderiam ser totalmente substituídas por florestas artificiais. E, conforme o artigo 53, mesmo as “florestas protetoras e as remanescentes, que não constituírem parques nacionais, estaduais ou municipais,” poderiam “ser objeto de exploração limitada” (BRASIL 1949, art. 53).

Além disso, as

[...] falhas do Código Florestal logo se evidenciaram. Um proprietário poderia cortar madeiras de lei valiosas e alegar que tinha cumprido a sua obrigação de replantar simplesmente permitindo que nascesse capoeira em seu lugar. Os tribunais decidiam que um proprietário que havia reduzido a floresta em sua terra a um mínimo de um quarto podia então vender esta fração com floresta; o novo proprietário desfrutaria de direito de derrubar três quartos de sua aquisição – e assim por diante, até, provavelmente, o último broto de árvore. As firmas industriais facilmente se furtavam à sua obrigação de replantar contratando empreiteiros independentes, que não eram sujeitos pelo código. O governo federal, além, disso, dispunha de recursos insuficientes para cumprir o código. A Guarda Florestal prevista não se instalou; em seu lugar, esperava-se que as forças policiais locais empreendessem a proteção florestal como um encargo adicional. [...] O Conselho Federal de Florestas, com poucas reservas para proteger e nenhuma polícia para aplicar a lei em propriedades privadas, continuava a se ocupar com a arborização do Rio de Janeiro. A cláusula que obrigava os proprietários a notificar a derrubada ao Serviço Florestal, com trinta dias de antecedência, fracassava diante da incapacidade da burocracia de responder no prazo de trinta dias. Na verdade, poucos proprietários sequer faziam a notificação (DEAN, 1996, p. 277-278).

Entretanto, segundo Dean, o

[...] principal defeito do código, de fato, era que ele nunca havia sido cumprido: nunca foram alocados fundos suficientes e, por muitos anos, sua aplicação era fiscalizada por voluntários, muitos dos quais em busca de propinas. Suas atribuições foram então transferidas para a polícia civil não qualificada. Uma multiplicidade de repartições era responsável pela execução do código. O andamento dos processos era solapado por um novo código penal, que reduzia os crimes florestais a contravenções, e por uma relutância em aplicar uma lei que estava recebendo nova redação. Em 1957, houve apenas uma condenação por uma violação desse código!

Uma vez mais, um ponto principal de impasse era a questão dos direitos de propriedade privada (DEAN, 1996, p. 303).

E aqui situa-se uma grande questão: por que se elaborou uma lei para não ser cumprida? Drummond, (1998-1999, p. 127), ao analisar uma “série relativamente longa de leis, decretos e regulamentos de caráter ambiental, emitida pelo Governo Federal brasileiro entre 1934 e 1988”, constata que a “legislação ambiental” constituída no século XX, principalmente nos anos 70 a 90, formou uma ampla e “moderna” “legislação ambiental”, que, no entanto, sofria do mal de não ser cumprida. E afirma que ambientalistas “inativos e governantes irresponsáveis formariam [...] uma combinação capaz de fazer toda a nossa legislação ambiental parecer como muitas outras leis brasileiras – *são as mais avançadas do mundo*, mas ‘*não pegam*’ [...]” (grifo do autor) (p. 145). Mesmo se tal afirmação for correta, não se pode explicar um fenômeno pelo que nele esteve ausente.

Dean (1996) também coloca essa questão, e postula que o Código Florestal foi influenciado por intelectuais de classe média preocupados com o impacto da ação humana sobre o mundo natural. Intelectuais que, nos primeiros anos democráticos do Governo Vargas, tiveram oportunidade de, como burocratas, influenciar a legislação, mas que, com a instalação do Estado Novo (1937-1945), perderam tal capacidade. A falta de democracia e os assessores militares menos sensíveis a tal problemática teriam afastado um pouco o Governo de tais questões. Dean mostra que havia dezenas de grupos e milhares de núcleos preocupados com árvores, pássaros, rios, entre outros, e Silva (2005) também enfatiza que a “[...] mobilização dessas forças seguramente interferiu nos rumos da formulação da legislação ambiental, no período inicial do Governo Vargas, mesmo que alguma dessas leis nem sempre contemplem as reivindicações dos ativistas em sua integralidade” (p. 214).

Tal legislação, influenciada pelos debates que ocorriam nos Estados Unidos e na Europa, seriam inadequadas ao contexto brasileiro. Não haveria aqui infraestrutura nem grupos de pressão para transformar a lei em prática. Seria uma ideia fora do lugar?

Dean (1996, p. 299) se pergunta “por que o governo fazia repetidos esforços retóricos para salvar seus remanescentes?”.

Um dos motivos parece ser o de que estava crescendo a consciência entre os servidores públicos de que a conservação, e mesmo a preservação da natureza era uma das atribuições de um Estado digno. Tal como muitas outras novidades, a ideia despontava no horizonte vinda dos mesmos países que também forneciam o modelo de desenvolvimento econômico rumo ao qual o Estado ao mesmo tempo se empenhava. Conservação e preservação eram duas outras atividades nas quais o Estado se engajava para dar crédito à afirmação de que, de fato, era um Estado. Em grande parte essas medidas como muitas outras que o Estado empreendia, eram, como dizia um ditado tradicional, ‘para inglês ver’ [...] E as evidências mais flagrantes de atraso teriam de ser camufladas ou negadas, para que o senso de superioridade dos estrangeiros não se tornasse hostil e intervencionista [sic] ou, ainda pior, indiferente (DEAN, 1996, p. 299).

Não se pode menosprezar um aspecto desse argumento: o poder simbólico que tal legislação teve, advindo da sua característica “modernizadora”, a qual provavelmente foi um dos fatores que fez com que a lei fosse aprovada pelos legisladores. Romário Martins, por exemplo, argumentou, com um claro orgulho, que medidas propostas por ele em Projeto de Lei no estado do Paraná em 1919 foram semelhantes à legislação florestal elaborada no regime fascista de Mussolini, cerca de quinze anos depois (MARTINS, 1944, p. 106).

É esclarecedor pensar a questão aqui proposta a partir de padrões culturais construídos na “holística” e hierarquizada sociedade brasileira em sua relação com a lei. DaMatta (1990, p. 194) elabora um esquema que afirma que no Brasil há duas formas de conceber os brasileiros: a primeira é o que ele chama de “indivíduo”, ou seja, mais um na multidão – para estes, cabe a aplicação da letra fria da lei; a segunda, é o que ele chama de “pessoa”, ou seja, aquela que exige, pela sua posição social, um tratamento diferenciado – para estes, sempre é possível dar um “jeitinho”. “Em outras palavras, *as leis só se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas*; ou, melhor ainda, receber a letra fria e dura da lei é tornar-se imediatamente um indivíduo.

Poder personalizar a lei é sinal de que se é uma pessoa” (grifo do autor) (DAMATTA, 1990, p. 194).

Mas o uso do ‘jeitinho’ [...] acaba por engendrar um fenômeno muito conhecido e generalizado entre nós: a total desconfiança nas regras e decretos universalizantes. Essa desconfiança, entretanto, gera sua própria antítese, que é a esperança permanente de vermos as leis serem finalmente implementadas e cumpridas. Julgamos, deste modo, que a sociedade pode ser modificada pelas boas leis que algum Governo venha finalmente estabelecer e fazer cumprir. A força da lei é, pois, uma esperança. Para os destituídos, ela serve como alavanca para exprimir um futuro melhor (*leis para nós e não contra nós*), e para os poderosos ela serve como um instrumento para destruir o adversário político. *Num caso e no outro, a lei raramente é vista como lei, isto é, como regra imparcial.* Legislar, assim, é mais básico do que fazer cumprir a lei. Mas, vejam o dilema, é precisamente porque confiamos tanto na força fria da lei como instrumento de mudar o mundo que, dialeticamente, inventamos tantas leis e as tornamos inoperantes. Sendo assim, o sistema de relações pessoais que as regras pretendem enfraquecer ou destruir fica cada vez mais forte e vigoroso, de modo que temos, de fato, um sistema alimentando o outro (grifos nossos) (DAMATTA, 1990, p. 195).

Cabe uma pequena digressão aqui, pois, obviamente, DaMatta não está defendendo simplesmente a neutralidade da lei. A tradição marxista já postulou que a lei apenas refletiria a divisão desigual de recursos de uma sociedade de classe. Mas, dentro dessa mesma tradição, Thompson aponta uma concepção bem mais complexa ao postular a lei enquanto um “campo de conflito”, pois:

Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente às manipulações flagrantes e pareça

justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa (THOMPSON, 1997, p. 354).

Mas, se DaMatta estiver correto, no Brasil, a lei é um “campo de batalha” bem mais aberto e declarado do que na tradição anglo-saxã por ele estudada. Isso posto, antes de ser uma “ideia fora do lugar”, a legislação “para inglês ver” faz parte dos padrões culturais brasileiros. Ademais, no que concerne aos Códigos Florestais, devo reforçar ainda que não se pode avaliar a eficácia de tais leis pensando-as como uma legislação “ambiental”, como bem colocou Drummond. E se, por um lado, for correto que nessa legislação aparecem posições que podem ser classificadas como preservacionistas, por outro, é uma legislação profundamente marcada pelo “produtivismo”, que visava a regular as relações humanas com florestas, rios, dentre outros. Não havia nessa legislação a ideia de algo como um “meio ambiente”. O meio ambiente somente se configurou na legislação brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Seria anacrônico exigir que uma legislação que foi pensada para efetuar uma racionalização produtivista preservasse a floresta nativa. O que, todavia, não modifica o fato de tal legislação ter sido amplamente ignorada e que faltaram recursos e vontade para efetivar grande parte dos seus preceitos.

## **As disputas territoriais ou das apropriações da lei**

Entretanto, para aprofundar a compreensão da historicidade e efetividade da referida legislação, é necessário efetuar um deslocamento para seu contexto de aplicação. Como o Código Florestal era efetivamente aplicado? Ao falar em aplicação, penso não tanto nas condições e disposição “do Estado” para aplicar a lei, mas nas diversas apropriações que diferentes instituições e grupos fizeram da legislação. Também se faz necessário deslocar o recorte espacial para um estudo de caso, o do estado do Paraná.

Como argumenta Dean, não foi o Governo Federal o principal responsável pela fiscalização da aplicação do Código Florestal de 1934, e sim os governos estaduais, pois o aparato federal de fiscalização

previsto na lei não foi efetivamente criado (DEAN, 1996). No *Relatório dos Serviços e Ocorrências da Secretaria de Fazenda e Obras Públicas*, do ano de 1934, é informado que o Decreto Estadual no 2.569, de 11 de dezembro de 1934, já mandava adotar, no Estado do Paraná, o Código Florestal Nacional, sendo confiado ao Departamento de Terras e Colonização (DTC), depois Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), “a maior responsabilidade na execução do Código Florestal”.<sup>4</sup> Por isso, o DTC iria “iniciar uma campanha pela defesa das mattas, [sic.] principiando pela educação do industrial e do lavrador, antes de aplicar as penalidades da lei” (PARANÁ, 1934b, p. 34). Contudo, infelizmente são escassos os relatórios governamentais a esse respeito nos arquivos. Apesar disso, em 1945 a 5ª Inspetoria de Terras elaborou um relatório referente a suas atividades nos anos de 1940 a 1945. Esse órgão fazia parte do DGTC e abrangia 43.000 km<sup>2</sup>, com sede na cidade de Guarapuava. No item “Serviço Florestal”, informa-se que:

[...] foram feitas contínuas inspeções in loco em toda a zona de sua jurisdição. [...] Verificou-se então a grande e criminosa invasão nas terras devolutas existentes nas diversas zonas, pelos sertanejos amparados pelos célebres safristas [um tipo de criador de porco] que só se aproveitam das mesmas. [...] Para por termo a esse abuso solicitou a Inspetoria, em 1942, a nomeação de Guardas Florestais, a fim de executar as determinações do Código Florestal e impedir a invasão e queima desordenada das florestas de domínio público (PARANÁ, [1946?], p. 20).

A aplicação da lei florestal procurava pôr fim ao que era chamado de “abusiva colonização espontânea”, ou seja, à ação dos milhares de posseiros vindos de várias partes do Brasil que pressionavam o Estado ao adentrarem no *sertão* para fazer posse. Segundo o citado relatório, a nomeação de guardas florestais tinha justamente o objetivo de controlar a ação do “sertanejo” e dos “safristas” (criadores de porcos em meio à floresta), ou seja, dos lavradores pobres (CARVALHO, 2012). Nos termos de DaMatta (1990), esses eram os “indivíduos” para quem cabia a letra fria da lei (p. 194).

Deve-se considerar, entretanto, que, pelo menos oficialmente, os guardas florestais tinham uma função propedêutica. Assim, segundo o citado relatório, eles atendiam “[...] as queimas de roças e orienta[vam] os sertanejos da maneira como deve[ria]m preparar os aceiros para impedir a propagação do fogo nas florestas vizinhas” (PARANÁ, [1946?], p. 21). E, oficialmente, não se limitavam à repressão ao posseiro “sertanejo”, mas também se dedicavam à conservação da natureza, pois “impedem, também, a derrubada das margens dos rios e ribeirões de pequeno curso e das nascentes para conservar o regime de águas” (PARANÁ, [1946?], p. 21).

Obviamente, as condições de fiscalização eram bastante precárias. No relatório, reclama-se dos baixos salários dos “rapazes abnegados” que defendiam o “patrimônio público”, “passando privações e arriscando às vezes a própria vida” (PARANÁ, [1946?], p. 21). Ademais, os guardas florestais eram “em número muito reduzido para atender a vasta extensão territorial da Inspetoria, [e só] foram aumentando no correr dos anos”, sendo que, à época, eram nove guardas florestais “[...] espalhados em lugares diversos nos distritos” (PARANÁ, [1946?], p. 21).

No relatório do exercício de 1947, constam apenas quatro guardas florestais na 5ª Inspetoria, tendo, em todo o Estado, onze guardas florestais para o território paranaense de 199.314 quilômetros quadrados (PARANÁ, 1948). É compreensível que, nessas condições, os relatórios reivindicassem que se “atribu[ísse] autoridade maior” aos guardas florestais “[...] para a repressão quiçá permitindo-se-lhes a faculdade de requisição imediata de força armada para solução dos casos constantes de obstinação” (PARANÁ, 1948). Mesmo o Decreto Estadual no 2.569, de 11 de dezembro de 1934, prevendo que os funcionários poderiam “recorrer ao auxílio das autoridades policiais que lhes prestarão o necessário apoio moral e material” (PARANÁ, 1934a, p. 2, art. 3o), não havia apoio de todos os órgãos e agentes estatais, como transparece em um evento narrado na 5ª Inspetoria de Terras:

Os infratores são autuados e os respectivos autos de infração são remetidos à sede da Inspetoria, que solicita a abertura de inquérito às autoridades policiais. [...] Infelizmente esses inquéritos cujo maior número foi remetido à Delegacia de Pitanga, não mereceram a atenção dos delegados de polícia

por insinuação do Tenente da Força Pública, Abílio Antunes Rodrigues, que ao invés de dar apoio moral e material aos Guardas Florestais, sempre procurou diminuir a autoridade dos mesmos (PARANÁ, [1946?], p. 21).

A atuação dos guardas florestais aponta uma ação efetiva de controle do território, mesmo que pouco eficiente do ponto de vista da proteção da floresta nativa, representando, assim, indícios de uma fiscalização mais ampla do que sugere Dean (1996). Os guardas florestais, aparentemente, não atuavam sobre terras de propriedade particular e se concentravam nas terras devolutas e, em especial, naquelas em processo de colonização. Sendo a ação dos guardas florestais voltada contra os “indivíduos”, provavelmente pouco atingia a ação das “pessoas”, como os donos de colonizadoras e fazendeiros. Todavia, o citado relatório apresenta uma apreciação bastante positiva da ação dos guardas florestais.

Com a fiscalização por parte dos Guardas Florestais, que recebem instruções e ordens diretas da Inspetoria de Terra, calcula-se que em mais de 60% foram reduzidas as invasões e queimadas desordenadas das florestas de domínio do Estado. [...] Todos os ocupantes e requerentes de terras de domínio do Estado, ainda não legalizadas, são obrigados a tirarem todos os anos uma licença para fazerem suas derrubadas e roças. [...] Essas licenças são expedidas pelos Guardas Florestais. [...] No período de 1942 a 1945, foram expedidas 24.460 licenças para feito de roças abrangendo a área total de 343.068 hectares, sendo 132.348 hectares para derrubada de mata virgem e 210.720 hectares para derrubada de capoeiras. [...] Além desse número de licenças e área, presume-se que tenha sido derrubado muito mais, levando-se em conta as zonas mais distantes que escapam à fiscalização dos Guardas Florestais (PARANÁ, [1946?], p. 21).

Os números otimistas apresentados reforçam a hipótese de uma tentativa de controle efetivo sobre um território que, trinta anos antes, aparecia nos mapas como “sertão desconhecido” ou “sertão

desabitado”, pois indicava que, durante quatro anos, foi autorizada a derrubada de “mata virgem” de 3,5% do território da Inspetoria, ou uma média de 0,76% por ano. Mesmo considerando que a área da Inspetoria foi alterada no período, não ficando claro se os números de licenças e áreas supracitados são proporcionais, e que o índice de desflorestamento deveria ser bem mais alto que isso, como reconhece o próprio relatório, tais números indicam a efetividade da ação do Estado, mesmo em condições precárias. Reforça essa hipótese o Relatório do exercício de 1947, o qual informa que, para todo o Estado do Paraná, a arrecadação com “multas decorrentes de infração florestal” alcançou C\$ 100.700,00, ou 3,1% das receitas do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (1948), responsável pela colonização em terras devolutas, que então estava sendo realizada. Todavia, antes de se preocupar em proteger a floresta, tal ação era voltada a controlar o território, procurando manter sob controle a ação de homens e mulheres pobres que procuravam ter acesso à terra por meio da posse, ou pelo menos a daqueles posseiros que eram considerados “indivíduos”. Assim, a legislação era usada para excluir do acesso à terra homens e mulheres pobres do campo, ao mesmo tempo em que o Estado facilitava o acesso a ela por parte das empresas colonizadoras e dos fazendeiros, através de meios lícitos e ilícitos (SERRA, 1991).

No Relatório de 1948 do DGTC, afirmou-se o seguinte a respeito da ação dos guardas florestais:

No afã de salvar o patrimônio florestal remanescente, em terras de domínio público, da *fúria iconoclasta dos devastadores*, muito têm feito esses funcionários, [...] aconselhando e advertindo *os sertanejos* incautos dos prejuízos decorrentes das derrubadas criminosas e do respeito devido às leis. (grifos nossos) (PARANÁ, 1948).

Os relatórios do DGTC são implacáveis em denunciar a “fúria iconoclasta dos devastadores”, revelando, a partir de dados certamente impressionantes, presentes no Relatório que provavelmente data de 1946, que mais “de duas terças partes das terras de domínio do Estado se acha[vam] invadidas e grande área devastada” (PARANÁ, [1946?], p. 19). Todavia, já era um bom indício do contexto de conflitos que foi

aberto pela apropriação da terra em que estava inserida essa aplicação da legislação florestal. Em tal relatório, a “destruição da floresta” era atribuída principalmente aos lavradores pobres e às suas técnicas tidas como “atrasadas”. A ação de colonizadoras privadas e de fazendeiros era, em geral, interpretada não como um ato de destruição das florestas, e sim de “modernização”. Em tais relatórios governamentais, até a década de 1960, o “problema florestal” era identificado principalmente como sendo gerado pelos pobres, e suas formas “tradicionais” de apropriação e gestão do mundo natural eram tidas como “atrasadas”.<sup>5</sup>

Como, em tal contexto, os lavradores pobres podiam interpretar a ação estatal de fiscalização pautada no Código Florestal? Uso como fonte, para buscar responder a essa questão, os processos judiciais da Primeira Vara Civil da cidade de Campo Mourão que vão de 1949,<sup>6</sup> quando houve os primeiros processos da Comarca, até 1964.

Há, nos processos citados, casos em que aparecem explicitamente as atividades fiscalizadoras do DGTC como, por exemplo, nos autos do processo no 118 de 1960: Abílio Paez Carneiro, agricultor, residente em Caçador, Santa Catarina, sendo possuidor de uma área de 489 hectares da Gleba 2, da Colônia Muquidão, com “posse mansa e pacífica mantida por prepostos seus” e com requerimento de compra do Governo do Estado já realizado. Alega-se, nesse processo, que Manoel Moreira ocupou indevidamente o lote 27 em uma área de 19,36 hectares. No citado processo consta o seguinte documento manuscrito:

Lote n. 27 Gba 2, C. Muquidão. Em 28-3-1957. Sr. Manoel Moreira. Levo ao seu conhecimento que eu tendo passado pelo lote n. 27 constatei que o sr. está sobre o referido lote. Quero desde já que saiba que este lote foi entregue pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização ao sr. Abílio Paes Carneiro. Estando o mesmo com ordem de localização e documentos. Por este motivo quero por meio deste fazer ciente ao sr. que fica suspenso o serviço de roçada que está processando dentro do referido lote. José [ilegível] Sales. Guarda Florestal (CAMPO MOURÃO, 1960, p. 71).

Dessa forma, a ação estatal se fazia sentir no *sertão*, em especial para os lavradores pobres, tomados como “indivíduos”, pois para as “pessoas” havia outros caminhos e possibilidades. Todavia, os serviços de fiscalização do DGTC, que visavam a controlar e coibir a colonização “desordenada” e a ação dos posseiros, poderiam ser interpretados de forma diferente pelos posseiros.

Algumas das licenças emitidas pelo Serviço Florestal, vinculado ao DGTC, em favor de “ocupantes”, para efetuar “serviços de roças e queima” de “mato”, são encontradas em processos da Primeira Vara Civil de Campo Mourão que datam das décadas de 1950 e 1960, nos quais eram usadas a fim de comprovar a posse da terra. Assim, as “licenças” emitidas pelo Serviço Florestal para “controlar” o acesso à terra por parte dos “indivíduos” podiam ser interpretadas pelos posseiros, antes de tudo, como um “documento” que poderia legitimar a posse que tinham da terra. O desejo de ter qualquer documento oficial para tentar legitimar o acesso à terra pode explicar, em parte, as milhares de licenças para derrubada da floresta emitidas pelo Serviço Florestal do DGTC, como, consta nos autos do processo no 590 de 1962. Nesse, como em todos os processos em que o que estava em disputa era a posse de uns contra o título de propriedade de outros, o julgamento favoreceu o portador do título de propriedade. Mas o advogado do réu narra sua versão para a questão e sugere que os autores da ação tentavam apropriar-se de terra que não lhes pertencia, afirmando que o réu Nicolau Susienka detinha a posse legítima do imóvel, sendo ela anterior ao título de domínio dos autores. Afirma que na “verdade” o réu teria pago o “preço combinado”, que fora estabelecido “sob o crivo das ameaças e recriminações, além de ameaças à sua integridade física feitas” pelo autor da ação, Bráulio Marques da Silva (CAMPO MOURÃO, 1962, p. 9). Como prova de que eram os únicos posseiros, apresentam três “licenças” emitidas em nome de Miguel Organik, que teria vendido o direito de posse a Nicolau Susienka. E argumenta que provada estava a posse dos seus clientes “como firme e valioso, pois muito anterior à própria data de expedição do Título de Domínio de Terras, feito indevidamente pelo Estado do Paraná” (CAMPO MOURÃO, 1962, p. 27).

As três licenças, datadas de 29/04/48, 19/05/49 e 22/02/50, eram formulários, em que constava:

Secretaria de Viação e Obra Públicas. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. 10 Inspetoria de Terras. Serviço Florestal.

Licença n. 630.

*Snr Pedro Organik* ocupante das terras, situada no lugar *Rio do Peixe* no município de *Campo Mourão* e distrito de *Col. Cantú, fora da medição*.

Fica autorizado a executar os serviços de roçada e queima na extensão de *mato 5 alqs.* existente no referido lugar, compreendendo uma área nunca superior a [ilegível] *alqs.* Deve ser observado o serviço de aceiros (6 metros no mínimo) para evitar o perigo da propagação do fogo.

O proprietário da roçada deverá ocupar terras de seu domínio, caso contrário, será cassada a presente licença, que implica na perda da roça, que passará então ao legítimo proprietário das terras. Em 19/5/1949 [rubrica] Guarda Florestal (CAMPO MOURÃO, 1962, p. 30).

A primeira das licenças foi emitida em nome de Miguel Organik e todas eram de 5 alqueires, ou seja, 12,1 hectares (CAMPO MOURÃO, 1962, p. 48). Esse tipo de documento deve ter sido bem guardado pelos posseiros, sendo, inclusive, passado para outros quando de uma eventual venda da posse.

Tais licenças também aparecem nos autos do processo no 31 de 1952: na *ação de reintegração de posse* em que são autores José Nunes Rato, Luis Nunes Rato e Salvador Nunes Rato, que alegavam ser possuidores do lote 77, Gleba 6, 6ª secção, da Colônia Tapejara. Alegam no processo:

Que quando entraram no dito lote este era completamente desabitado, coberto de imensas florestas; que o primeiro suplicante ali deu início aos primeiros trabalhos de campos, construindo com grandes sacrifícios casa de morada, ali se instalando, com

sua companheira e filhos, derrubando matas, fazendo roças, plantando 3 alqueires de capim ‘colonião’, bananeiras, abacaxi, construindo cercas de arame para melhor aproveitamento de seu exaustivo trabalho de sertão, sem conforto, antes exposto a toda sorte de intempéries, fez roçadas para plantio de café. [...] Sucede, porém, que no dia 8 do corrente mês de Abril, Pedro Sardinha e França Legat, acompanhados de dois soldados e dois outros indivíduos, na ausência do primeiro suplicante, José Nunes Rato, chegaram em sua propriedade e ali perguntara a sua mulher pelo suplicante, ao que a senhora respondeu que o mesmo tinha viajado e que ela se achava só; que em seguida os referidos suplicados ordenaram que ela desocupasse a casa e fizesse a mudança dos seus trastes para outro lugar, pois, que ali tudo lhe pertencia. A despeito da recusa que a mesma opôs, ordenou aos soldados e jagunços que os acompanhavam que fizessem a mudança, tendo estes obedecidos carregando os trastes e demais objetos depositando num rancho ali existente, expulsando a pobre senhora do seu lar, ficando completamente abandonada no lugar, com os seus 4 filhinhos todos menores impúberes, aquela temendo agressão rumou para a cidade de Paranavaí cerca de 56 quilômetros de distância, a pé, sem recursos, debaixo de copiosa chuva que caía naquele malfadado dia, oito (8) de abril (CAMPO MOURÃO, 1951, p. 2).

Na contestação, alega-se que havia dois lotes em questão, um que era da família Rato e outro ocupado por Pedro Sardinha da Silva. Em novembro de 1951, José Nunes Rato teria tentado tomar posse de forma ilegal do terreno de Pedro S. da Silva, o qual apresentou reiteradas queixas junto à Inspetoria de Terras de Paranavaí e Campo Mourão, conseguindo uma “determinação daquelas repartições” para que José Nunes Rato abandonasse o lote, o que foi conseguido. E, com o processo judicial, a família Rato tentava, por outros meios, esbulhar a posse de Pedro Sardinha da Silva (CAMPO MOURÃO, 1951, p. 27).

A tréplica do advogado dos autores estava pautada em descharacterizar os documentos em que se apoiava Pedro Sardinha da Silva: “[...] apenas cartas-ofício trocados entre funcionários da 10<sup>a</sup> Inspetoria e 11<sup>a</sup>, assim como outro ofício dirigido ao delegado” (CAMPO MOURÃO, 1951, p. 32), sendo que todos os documentos

apresentados tinham menos de seis meses, “[D]e onde se vê que tais papéis foram engendrados para encobrir patifarias” (CAMPO MOURÃO, 1951, p. 32). Independente da correção da afirmação do advogado, a falsificação de documentos, o suborno de funcionários públicos e a violência eram práticas correntes no intenso negócio de terras nesse período. E afirma, ainda, que “Pedro Sardinha não passa de um testa de ferro de conhecido ‘tubarão’ desta zona” (CAMPO MOURÃO, 1951, p. 32). Já os autores apresentam uma “licença para trabalhar no lote de 500 hectares, datada de 7 de maio de 1948, ano em que fizeram a posse; e no ano seguinte – 1949 – requerera por compra a dita área” (CAMPO MOURÃO, 1951, p. 32).

A citada “licença para trabalhar” é o tipo de licença fornecida pelo Serviço Florestal do DGTC, quase idêntica à anterior, mas com uma área bem maior, 500 hectares (CAMPO MOURÃO, 1951, p. 9). O tamanho relativamente grande da autorização de derrubada da floresta e a atividade de olaria desenvolvida pela família Rato no local são indícios de que não apenas posseiros pobres tomavam os documentos do Serviço Florestal do DGTC como uma forma importante de legitimar sua posse na terra.

## Considerações finais

Enfim, a investigação aqui apresentada está longe de ser exaustiva. São necessários mais estudos sobre o processo de produção da legislação florestal (ANTUNES, 2012), e o que fica claro é a necessidade de não cair na armadilha de perceber a lei por si mesma. Sua criação e efetivação, invariavelmente, implicam um conjunto de relações socioculturais mais amplas. Deve-se atentar para a forma como vários grupos, dentro e fora do Estado, se apropriam das normas legais e, nesse processo, criam práticas e reelaboram o conteúdo da própria lei, fazendo-a funcionar efetivamente ou não.

O Código Florestal brasileiro de 1934 visava, não apenas, mas principalmente, a uma racionalização produtivista do setor florestal, dentro de um projeto modernizador da nação. E, se era um tipo de lei “para inglês ver”, era, também, parte da dinâmica cultural da hierarquizada e relacional sociedade brasileira. Ademais, quando

se desloca a atenção para o contexto de aplicação da lei, percebe-se como ela foi apropriada. Se, desde sua criação, tal lei era um instrumento de gestão territorial, sua aplicação pelo DGTC no Paraná coloca-a como instrumento de controle dos posseiros pobres. Por sua vez, os posseiros poderiam perceber na ação dos guardas florestais uma forma de legitimar seu acesso à terra. Ou seja, esperavam “leis para nós e não contra nós” (DAMATTA, 1990, p. 195), seguindo o esquema interpretativo aqui utilizado – de toda forma, a lei não era entendida como regra imparcial.

### THE BRAZILIAN FOREST CODE OF 1934: THE FOREST LEGISLATION ON DISPUTES OVER TERRITORY, A CASE STUDY

**Abstract:** It was only in 1934 that the Brazilian Forest Code was elaborated. However, most of its provisions were not applied. This issue is the object of the present paper, i.e., to understand the function of laws that would become “merely decorative”. The context of application of this legislation was addressed, that is, its effects on the control and dispute of the territory of the state of Paraná. The legislation was considered part of the modernization projects. Therefore, through an analysis of the pertinent legislation and the governmental reports on its application in the “wilderness” of Paraná, in the 1930 and 1950 decades, it is possible to understand the functions of the referred legislation, which, despite having failed to ensure the preservation of forests, was not merely a “misplaced idea”.

**Keywords:** Forest legislation. Territory. Modernization.

### Notas

<sup>1</sup> O modelo de análise segundo o qual a sociedade brasileira teria sua dinâmica caracterizada por um círculo vicioso de “teorias modernas (de caráter universalizante e impessoal) com práticas tradicionais (de cunho particularista e pessoal)” informa este trabalho, ao enfrentar a citada “dificuldade de interpretação” (DAMATTA, 1990, p. 94).

<sup>2</sup> Um bom exemplo é o debate sobre a legislação florestal colonial; por um lado, ver: MILLER, 2000; por outro, ver: CABRAL; CESCO, 2007. Sobre historiografia ambiental, ver: WORSTER, 1991 e CABRAL, 2007.

<sup>3</sup> Para o debate clássico sobre a questão das “ideias fora do lugar” no Brasil, ver: SCHWARZ, 2000 e CARVALHO FRANCO, 1976.

<sup>4</sup>Todavia, eram também responsáveis “III – os funcionários do Departamento de Agricultura. IV – os funcionários da fiscalização das Rendas do Estado. V – os delegados e subdelegados de polícia”, conforme o art. 2 do Decreto no 2.569, de 11 de dez. de 1934 (PARANÁ, 1934a, p. 34), indicando a dispersão dos órgãos responsáveis pelas políticas florestais, que marcariam, durante muitos anos, a dificuldade de ação do Estado (DEAN, 1996).

<sup>5</sup>Como afirma Barca (2013, p. 163): a “[...] consciência ambiental moderna ocidental [...] está fundada sobre a ideia que a crise ambiental era causada pelas comunidades tradicionais enquanto incapazes de uma gestão racional e moderna da natureza”; a confiança no mercado e a estigmatização das “comunidades tradicionais” justificaram, muitas vezes, um processo de expropriação de tais comunidades e de degradação da natureza.

<sup>6</sup>Foram consultados todos os arquivos da Primeira Vara Civil do Fórum de Campo Mourão, do período de início dos processos, 1949, até 1964, e também os processos que foram transferidos para a guarda da Biblioteca da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus de Campo Mourão. Todavia, pelo estado de conservação e quantidade de processos, nem todos estavam nesses arquivos (onde há um total de 239 processos que envolviam a apropriação de terras e madeiras).

## Referências

ANTUNES, T. G. R. Pela “boa conservação do patrimônio florestal da nação”: o papel das instituições científicas e intelectuais na criação do Código Florestal Brasileiro de 1934. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 3., 2012, ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2012, Fortaleza. *Anais eletrônicos...* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <[http://www.3hpg1gh.net/gt\\_6/GT%206-%20173%20-%20ANTUNES\\_TGR.pdf](http://www.3hpg1gh.net/gt_6/GT%206-%20173%20-%20ANTUNES_TGR.pdf)>. Acesso em 23 dez. 2012.

BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. A. L. Os Direitos da Natureza numa Sociedade Relacional: Reflexões sobre uma nova ética ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 14, p. 265-289, 1994.

BARCA, S. Natureza, política e “desordem das águas”. Teorias da vulnerabilidade ambiental na Europa Mediterrânica (sécs. XVIII e XIX). In: NODARI, E. S.; CORREA, S M. de S. (Org.). *Migrações e Natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 145-163.

BOHN, N. *A legislação ambiental e sua implementação frente a degradação da cobertura florestal no vale do Itajaí*. 1990. 283 f. Dissertação (Mestrado em Ciências

Humanas – Especialidade Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Conselho Florestal Federal. *Código Florestal*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1949.

CABRAL, D. C. Economia do desperdício, ecologia da destruição: historiografia, ambientalismo e o debate político contemporâneo. *Esboços*, Florianópolis, v. 4, n. 18, p. 73-104, 2007.

CABRAL, D. C.; CESCO, S. Árvores do rei, floresta do povo: a instituição das ‘madeiras-de-lei’ no Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 44, n. 2, p. 50-86, 2007.

CAMPO MOURÃO. Primeira Vara Civil. *Processo nº 31 de 1951*. Reintegração de Posse. Requerente: José Nunes Rato e outros. Requerido: Pedro Sardinha. Arquivo da Primeira Vara Civil da Comarca de Campo Mourão.

CAMPO MOURÃO. Primeira Vara Civil. *Processo nº 118 de 1960*. Ação Reivindicatória. Requerente: Abílio Paes Carneiro. Requerido: Manoel Fernandes Moreira. Arquivo da Primeira Vara Civil da Comarca de Campo Mourão.

CAMPO MOURÃO. Primeira Vara Civil. *Processo nº 590 de 1962*. Ação de Reintegração de Posse. Requerente: Bráulio Marques da Silva e sua mulher. Requerido: Nicolau Susienka. Arquivo da Biblioteca da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus de Campo Mourão.

CARVALHO, E. B. de. O estado jardineiro e a gestão das florestas: uma história do Departamento de Geografia, Terras e Colonização na gestão do sertão paranaense (1934-1964). In: KLANOVICZ, J.; ARRUDA, G.; CARVALHO, E. B. (Org.). *História ambiental no sul do Brasil*: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012. p. 149-178.

CARVALHO FRANCO, M. S. de. As ideias estão em seu lugar. *Cadernos de Debate*, n. 1, 1976.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DEAN, W. *A ferro e fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, J. A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, n. 3-4, p. 127-149, 1998-1999.

- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. São Paulo: CLACSO, 2006.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MAGALHÃES, J. P. *A evolução do direito ambiental no Brasil*. 2. ed. ver. atual. e aum. São Paulo: J. de Oliveira, 2002.
- MARTINS, R. *Livro das árvores do Paraná*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944.
- McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MILLER, S. W. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- PARANÁ. Decreto nº 2.569, de 11 de dezembro de 1934. *Diário Oficial [do] Estado do Paraná*, Curitiba, n. 1.062, 14 dez. 1934.
- PARANÁ. Secretaria de Fazenda e Obras Públicas. *Relatório dos Serviços e Ocorrências da Secretaria de Fazenda e Obras Públicas no ano de 1934*. Curitiba, 1934.
- PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. *Relatório 1947 apresentado ao Excelentíssimo Sr. Cel. Antenor de Alencar Lima digníssimo Secretário de Viação e Obras Públicas pelo Engº Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização*. Curitiba, 1948.
- PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Departamento de Terras e Colonização. 5ª Inspeção de Terras. *Relatório apresentado ao Ilmo. Snr. Dr. Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização pelo Eng. Chefe da Divisão de Colonização, Sady Silva. Ano 1940-1945*. Curitiba, [1946?].
- PEREIRA, O. D. *Direito florestal brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Rio Claro, 1991.
- SILVA, Z. L. da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: ARRUDA, G. (Org.). *Natureza, Fronteiras e Território*. Londrina: EDUEL, 2005. p. 177-215.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: A origem da Lei Negra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Recebido em: 18/ 01/ 2015

Aprovado em: 20/ 07/ 2015

# El problema de la normalización en tres debates: Historización, *Historikerstreit* y Goldhagen

Nicholas Rauschenberg\*

**Resumen:** En un contexto de revisionismo histórico es esperable que haya disputa en torno a riesgos de resignificación política sobre los temas abordados. Sin embargo, cuando el objeto de discusión es la violencia política suele ser más problemático desafiar cierto canon, dada su carga moral en otras esferas de validez discursiva. Llamaremos aquí “normalización” al modo de “relativización” o resignificación de cierta culpa colectiva en relación a la violencia política. La normalización es una estrategia discursiva que busca trascender su intención original de revisión historiográfica al ganar la esfera pública en su multiplicidad significativa. Reconstruiremos en este artículo tres contextos donde podemos identificar distintos modos de normalización. El primero, se refiere al debate entre Broszat y Friedländer en torno a la *Historización* a partir de la *Alltagsgeschichte* (historia del cotidiano). El segundo se inscribe en el *Historikerstreit* o querrela de los historiadores, y comienza con un debate público en el cual Habermas contesta a un artículo del historiador conservador Ernst Nolte que comparaba la Alemania nazi al stalinismo soviético en el contexto de la guerra fría. Finalmente, abordamos el debate en torno al bestseller de Daniel Goldhagen, que tuvo amplia repercusión en la esfera pública alemana, en el que se destaca una exagerada “culturalización” del antisemitismo alemán como causa única del Holocausto.

**Palabras clave:** Historización. *Historikerstreit*. Debate Goldhagen.

---

\* Pesquisador do IEALC (Instituto de Estudos para a América Latina e do Caribe) da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutor em Ciências Sociais na UBA com bolsa do Conselho Nacional de Investigações em Ciência e Tecnologia da Argentina (CONICET). Foi bolsista de doutorado “sandwich” do DAAD na FU-Berlin. E-mail: nicholasrauschenberg@yahoo.com.br.

## Introducción

El “revisionismo” en general es donde memoria e historia más encuentran ambigüedades y divergencias. Los muchos “revisionismos” históricos generaron y aún generan debates marcando reconfiguraciones políticas y metodológicas en la historiografía contemporánea. Un debate revisionista suele trascender la esfera académica y, desde sus márgenes, donde la historia se enfrenta a los núcleos y matices de la memoria colectiva, parece generarse una actualización y toma de posición, una catarsis que renueva el sentido histórico, le exige auto-crítica y el esfuerzo de esmerar sus tesis y presupuestos. Como explica Enzo Traverso, las revisiones cuestionan o polemizan una consciencia histórica compartida, sea la de una identidad o de culpabilidad:

[S]e refieren siempre a sucesos fundacionales – la Revolución Francesa, la Revolución Rusa, el fascismo, el nazismo, la guerra árabe-israelí de 1948, etc. – y su relectura de la historia concierne, mucho más allá de la interpretación de una época, nuestra forma de ver el mundo en el que vivimos y nuestra identidad en el presente (TRAVERSO, 2011, p. 108).

Aunque algunas revisiones puedan resultar fructíferas, es decir, puedan tener una connotación claramente positiva para el campo historiográfico, otras pueden oscilar de “discutibles” a “nefastas”. Si François Furet (1980) propone desde una perspectiva liberal una revisión del sentido “revolucionario” de la Revolución Francesa argumentando que ésta en realidad fue una fuente de totalitarismos, una tesis discutible, más allá de su alcance político e ideológico y sobre todo en términos metodológicos, Ernst Nolte y Andreas Hillgruber, a su vez, proponen una lectura autodenominada revisionista con la casi exclusiva finalidad de relativizar los crímenes del nacionalsocialismo forzando justificaciones históricas y comparaciones moral y metodológicamente insostenibles. Aquí nos ocuparemos de los debates y revisionismos relativos al nacionalsocialismo.

Así, en este artículo se abordarán tres debates que marcaron, cada uno en su contexto, una apertura desde la “corporación de los historiadores”, por así decirlo, hacia la esfera pública alemana.

El primero es el debate en torno a la historización [*Historisierung*], específicamente el debate sobre las consecuencias morales y metodológicas relativas al uso de la *Alltagsgeschichte* entre Martin Broszat y Saul Friedländer (I). El segundo debate es el así llamado *Historikerstreit* – o querrela de los historiadores – que tuvo inicio cuando Habermas contestó con una carta pública en el periódico *Die Zeit* a lo que llamó la “coalición” de los historiadores conservadores (II). El tercer y último debate es de lejos el que más tuvo repercusión en la esfera pública, no sólo de Alemania: el debate Goldhagen, a partir de la recepción alemana del libro *Los verdugos voluntarios de Hitler. Los alemanes corrientes y el Holocausto*, de Daniel Goldhagen (III). Las preguntas que intentaremos responder y articular son: ¿Cómo actúan los presupuestos morales de la memoria colectiva en los debates? ¿Cuál es la diferencia entre “relativizar” una premisa y “descontextualizar” una conclusión moral para forjar una interpretación con pretensión de validez científica? ¿Cómo es posible ampliar y tornar más compleja la percepción no sólo historiográfica, sino también político-moral, relativa a la memoria del período nacionalsocialista?

### ***Historisierung*. Normalización por anacronismo**

La *Alltagsgeschichte* – o historia del cotidiano – es una metodología que aborda la conducta diaria de hombres y mujeres y cómo éstos “[...] se apropiaban de las situaciones en las que se encontraban” (LÜDTKE, 1995, p. 50). Ese método parece en un primer momento tratar de cubrir la brecha dejada, por un lado, por la historiografía marxista de Tim Mason (1993; 1995) limitada en su paradigma funcional-estructuralista a la noción de lucha de clases y, por otro, por la tradicional historiografía positivista que tiene por objeto los hechos y sujetos “de arriba”, “la historia de los grandes hombres y acontecimientos políticos”, lo que Alf Lüdtke llamó *Ciencia social histórica* [*historische Sozialwissenschaft*]. La *Alltagsgeschichte* se consolidaría en el contexto de los debates historiográficos alemanes buscando problematizar de qué modo logró imponerse el dominio nazi no sólo “desde arriba”, sino principalmente cómo se “(co)producía al mismo tiempo desde abajo” (LÜDTKE, 1995, p. 60). El foco ahora

estaba puesto en las condiciones que permitieron una “aceptación en masa de la dictadura, la guerra y los delitos” (LÜDTKE, 1995, p. 53). Sin embargo, no hubo una ruptura radical con el estructural-funcionalismo, sino sólo un cambio de enfoque que, dejando la preeminencia del marxismo, buscó, por un lado, mostrar diversas esferas de la sociedad en sus aspectos cotidianos, como las actividades de las mujeres, la relación de los alemanes con los extranjeros esclavizados, la vida eclesiástica entre otros recortes posibles más allá de su consciencia de clase y participación política. Por otro lado, la *Alltagsgeschichte* permitió profundizar y revisar las investigaciones en torno a fenómenos arraigados en el imaginario social alemán de la época, como la resistencia [*Resistenz y Widerstand*] al régimen: no sólo las abiertamente politizadas como los distintos grupos de partisanos de los países invadidos (*Widerstand*), sino también las que sólo indirectamente afectaban al régimen (*Resistenz*), como en la iglesia, servicios sociales, etc. (ver BROSZAT, 1986). En relación a los alemanes, más que una resistencia activa y parcialmente organizada, como propuso Timothy Mason, hay que pensar en víctimas y coautores en situaciones extremadamente contingentes: “[...] son decisivos los múltiples tonos grises, las mezclas en las que algunos se convirtieron en coautores y coautoras, sin serlo permanentemente” (LÜDTKE, 1995, p. 68). Las conductas tenían altos y bajos en relación al apoyo al régimen: “entusiasmo y disposición colaboracionista inicial que se tornaron distancia, escepticismo o incluso resistencia a partir de la segunda mitad de la guerra” (LÜDTKE, 1995, p. 68).

Por más que la condena moral al nazismo sea insospechada y absolutamente justificada, los historiadores se enfrentan a la pregunta por la imputabilidad de su objeto de estudio en el contexto de la investigación (ver HABERMAS, 2001). En el caso de la historia del cotidiano de los alemanes durante el dominio nacionalsocialista, ¿relativizar la imputación del objeto significa necesariamente hacer apología al nazismo, justificar ciertas conductas “normalizadas” o corroborar tesis negacionistas? ¿No sería una decisión también previamente justificable basarse en las posiciones, intenciones y consecuencias políticas a las que están sujetas las publicaciones de trabajos académicos? En un corto artículo publicado en 11 de agosto de 1986, Jürgen Habermas reconoce que parecía inevitable que

muchos alemanes se “identificaran” con sus compatriotas del lado oriental y hasta con el ejército nazi [*Wehrmacht*]: “[...] es quizá una perspectiva válida para los veteranos [de guerra], pero no para un historiador que escribe 40 años después” (ACHA, 1995, p. 125). Esa “identificación”, reivindicada por el historiador conservador Andreas Hillgruber, conlleva a que se deje de considerar la preeminencia del punto de vista de las víctimas como acceso moral más justificado al estudio de la época del nacional-socialismo. Esa identificación fue objeto de discusión en dos debates sobre el Tercer Reich en razón de su “descontextualización”, una metodológicamente justificada, otra políticamente intencional, que desplazaba el eje de la victimización a los alemanes que sufrieron la guerra en vez de las víctimas del Holocausto, justificación moral y políticamente preeminente. Pese a ser considerada una disputa restringida al campo metodológico de la historiografía, la relativización de la carga moral de los recortes investigativos de esa vertiente de la historiografía alemana abrió camino a que los historiadores conservadores (M. Stürmer, A. Hillgruber, E. Nolte, etc.) rescataran selectivamente para su “historia nacional” y debidamente “occidentalizada” aspectos que pudieran relativizar la “culpa de los alemanes”. Sin embargo, antes de ocuparnos de la querrela de los historiadores [*Historikerstreit*], nos ocuparemos ahora del debate en torno a la historización [*Historisierung*] y la historia del cotidiano entre Saul Friedländer y Martin Broszat.

Martin Broszat [1926-1989] fue un historiador alemán que vivió en la Alemania nazi aunque no se haya involucrado políticamente con el nazismo. Saul Friedländer [1932-], historiador israelí, nació en Praga siendo hijo de una familia de judíos alemanes asesinados en Auschwitz. Sobrevivió a la guerra exiliado en Francia, de donde sus padres fueron deportados. Broszat defendía que la historización abría la posibilidad de poner el pueblo alemán en contacto con su historia en primera persona: hasta entonces el abordaje parecía restringido a un pueblo extraño para sí mismo, con preeminencia de la tercera persona. Como explica Dominick LaCapra, “Broszat construye la historización en términos de la inserción de los nazis en el amplio contexto de la vida cotidiana, que a veces proseguía con relativa tranquilidad, sin que la alterara lo que ocurría en los campos de concentración y de exterminio” (LACAPRA, 2007, p. 188). Sin

embargo, Friedländer veía una relativización generalizada en esa integración de la vida cotidiana en razón de los problemas morales que conlleva la especificidad del nazismo. Más que una “ampliación del enfoque”, Friedländer está preocupado con el mero cambio: que Auschwitz y el exterminio perpetrado por los nazis pierdan su centralidad, es decir, que la tesis de la “primacía de la política” que derivó en el Holocausto quede atenuada, relativizada o normalizada ante el nuevo enfoque (FRIEDLÄNDER, 1987). Podríamos añadir que la primacía no es sólo de la política, sino también de la moral. El embate puede ser puesto en la clave dicotómica sugerida por Dominick LaCapra: “Auschwitz es/no es el suceso central/punto cardinal de la época nazi” (LACAPRA, 2007, p. 192).

El debate puede ser resumido en dos grandes cuestiones. La *primera* se refiere a esa “ampliación de enfoque” que busca profundizar la diversidad de la comprensión empática de la experiencia. Para eso, Broszat publica en 1985, en la importante revista *Merkur*, un alegato [*Plädoyer*] en favor de un abordaje interdisciplinar para la historización de la Alemania nazi (BROSZAT, 1985). En la búsqueda por una “historia crítica” y una “historia como ciencia social”, Broszat propone distinguir *historische Einsicht* (comprensión o intelección histórica) del conocido recurso de la hermenéutica de Gadamer, el *Verstehen* (entendimiento o comprensión). En su primera carta a Friedländer, Broszat afirma que la historización de ningún modo corre el peligro de “relativizar” los crímenes del nacionalsocialismo (BROSZAT; FRIEDLÄNDER, 1988, p. 341). Broszat veía que el período nacional-socialista continuaba siendo como una isla en la historia contemporánea [*Zeitgeschichte*] alemana. Como explica Ian Kershaw, el Tercer Reich se convirtió en “[...] un recurso para obtener lecciones de moralidad política, donde la rutinaria condena moral excluye la comprensión histórica, reduciendo al nazismo a una anormalidad” (KERSHAW, 2013, p. 289). En este sentido, Broszat sostiene que una distancia crítica es imprescindible, y rechaza tanto un historicismo clásico como el del siglo XIX que busca un entendimiento global como la “fusión de horizontes” de un enfoque apenas hermenéutico que recaería en una posible “identificación” y posterior “normalización”. Lo que busca Broszat es una objetivación distanciadora que elimine la posibilidad de una “normalización de la consciencia histórica”, especialmente instrumentalizaciones políticas

como las de Ernst Nolte en el contexto del *Historikerstreit*. Friedländer, en su primera respuesta, le reprocha a Broszat en este punto con el exagerado ejemplo del trabajo de Andreas Hillgruber sobre los alemanes en el frente oriental. El historiador judío advertía que la historización se apoyaba en una relativización y normalización de la era nazi: de una historización (*Historisierung*) se podría pasar a un historicismo (*Historismus*) relativizante (KERSHAW, 2013, p. 294). Sin embargo, el concepto de comprender (*Nachvollziehen*) de Broszat no es el peyorativo *Verstehen* que puede también significar entender, comprender, perdonar y justificar. El *Nachvollziehen* entendido como intelección histórica debe, antes, permitir, por un lado, una aproximación iluminadora cuya objetivación se enfrenta necesariamente a la mera identificación, dada la especificidad ineludible del período estudiado. Por otro, debe comprender la magnitud criminal de ese pasado pero en su contexto, y teniendo en cuenta la imposibilidad de esquivarse de las cuestiones político-morales que suscita el pasado reciente. El *Projekt Baviera* ya había mostrado algunos resultados de la *Alltagsgeschichte* (ver BROSZAT et al., 1983). Más allá de encontrar por debajo de la barbarie algunos patrones de “normalidad social”, como temía Friedländer, muchos de ellos eran anteriores y sobrevivieron al régimen hitlerista. Queda así inevitablemente relativizado el papel de la ideología nazi al abordar lo que podría llamarse una “normalidad cotidiana”, pero en favor de una complejización de factores sociales antes, durante y después del nazismo. Lo que el autor israelí le reprocha en este punto es que “se produciría un inevitable deslizamiento en el foco hacia el problema de la *modernización*” dejando de lado los acontecimientos y decisiones relativas al gobierno nazi (KERSHAW, 2013, p. 297). No obstante, Gisela Bock (1986), historiadora que investiga el nazismo en el cotidiano desde una perspectiva de género, muestra una asociación directa entre el antifeminismo nazi y la política racial por medio de un análisis de la esterilización compulsiva y “tratamientos especiales” [*Sonderbehandlungen*] para aquellos que tuvieran enfermedades hereditarias. Antes que “relativizar” la agencia y la culpabilidad de los sujetos, Bock presenta un análisis de la ideología con un estudio de caso que abre nuevas perspectivas desde las fisuras sociales del régimen. La “primacía de la política” se ve en realidad reforzada pero puesta en un nivel de mayor complejidad. Se

diferencia de la “primacía de lo moral”, que es lo que busca acentuar a su modo Friedländer. La “desmoralización”, sobre todo entre los historiadores, es el eje del debate. ¿En qué medida “repolitizar en otros términos” encuentra validez al descargar la previa moralización sobre la historia del nacionalsocialismo y la Solución Final?

La *segunda* cuestión es sobre el límite del distanciamiento historiográfico y su separación inmanente de la memoria social e individual. ¿Sería el período nacionalsocialista simplemente “historia”, es decir, algo ya pasado, sobre todo entre 1985 y 1987, cuando se daba ese debate? En su primera carta, Broszat habla de una “superación del pasado” [*Vergangenheitsbewältigung*], por lo menos en la República Federal de Alemania: no existen, por un lado, más razones suficientes para seguir con una “cuarentena general” como en los años 1950 o 1960, donde se daba una interpretación asumidamente demonológica del régimen ilegítimo, ni tampoco, por otro, la “necesidad de acusar y condenar, porque ya no hay más personas a las que se las pueda considerar como directamente responsables y porque también entre tanto, las diferentes consternaciones provocadas por el frente nacionalsocialista de aquel entonces se han borrado de la sociedad de la República Federal” (BROSZAT, 1988, p. 342). Sin embargo, eso no significa que la consciencia y culpabilidad moral de los crímenes del nacional-socialismo “sean llamadas a desaparecer”, sino que ellas deben ser mediadas por una investigación cuidadosa y resistir a los intentos de “racionalizar” ese pasado (BROSZAT, 1988, p. 342). Uno de esos modos de racionalizar el pasado es la memoria. Quizá este sea el punto más débil del planteo de Broszat: cuando distingue entre registro historiográfico y “recuerdo mítico”, el de las víctimas. Para Broszat no le corresponde sólo a los historiadores alemanes investigar el pasado nacional-socialista, sino que en razón de la persecución de millones de personas, ese régimen puede y debe ser abordado por una infinidad de historiadores de distintas edades y nacionalidades. Además, ese período histórico está lejos de ser un pasado históricamente muerto para esos seres humanos y sus sobrevivientes, sus memorias y monumentos:

[L]o que distingue la exploración científica de ese pasado es el hecho de saber que aquél está todavía cubierto de monumentos

de conmemoración desconsolados y acusadores, todavía señalan sentimientos dolorosos de numerosos individuos, particularmente judíos, que tienden a conservar una *forma mítica* de ese recuerdo (BROSZAT, 1988, p. 343, subrayado mío).

En su propuesta de *Historisierung*, ¿no considera Broszat la *memoria colectiva* como los entonces ya conocidos trabajos de Maurice Halbwachs y Pierre Nora? ¿Los estudios académicos que tienen la memoria de las víctimas como objeto no serían más que reverberaciones de *formas míticas de recuerdo*? Esa es la inquietud y quizá irritación de Friedländer en su primera carta a Broszat.

La simple separación de cuarenta a cincuenta años “[...] no confiere todavía carácter histórico al período nazi” (BENZ, 1988, p. 33). Dan Diner también pone en duda si el nacionalsocialismo es efectivamente “historia superada”, no sólo metodológicamente, sino también y sobre todo políticamente. Teniendo en cuenta el planteo de Broszat de que el recuerdo de las víctimas sería un recuerdo mítico, podríamos sugerir lo contrario. Pensando en la idea de “historia natural” [*Naturgeschichte*] de Theodor Adorno (1991), podríamos sugerir que con Broszat la metodología de la historización se ha convertido en una suerte de mitología para esquivarse de la monstruosidad y el horror de Auschwitz. Separar fríamente la primacía de la política de la primacía de la moral genera ese efecto, especialmente si se cuestiona la legitimidad del discurso de las víctimas. Se corre el riesgo de despolitizar la política que prometía evidenciarse. No sin falsa ingenuidad Ernst Nolte reivindica la posibilidad de “comparación” entre los horrores de Alemania y Rusia pensando en una “renacionalización” [*Renationalisierung*] de la historia (DINER, 1987, p. 154). Diner también advierte que la historización no deja de ser un modo de “renacionalización” de la cotidianidad nacionalsocialista con su enfoque en la normalidad y banalidad del Tercer Reich (DINER, 1987, p. 158). Lo que Broszat quiere ver como “científico”, puede en realidad ser una máscara, un filtro ideológico que impide ver lo terrible de la propia historia. Pensar el nazismo a partir de abstracciones como la “modernidad”, “sociedad industrial” o hasta “capitalismo” (como quiere Nolte), no deja de ser un modo de exculpase, de negar parcialmente la gravedad del horror (DINER, 1987,

p. 159; PEUKERT, 1987, p. 152). En su texto sobre la resistencia al nacionalsocialismo, Broszat prácticamente no menciona trabajos dedicados a las estrategias individuales y de pequeños grupos de resistencia (sabotaje, atentados etc.) para defender un abordaje que privilegie “tipos ideales”, abstractos y clasificados según el desarrollo del Tercer Reich (BROSZAT, 1986, p. 295). Los tipos ideales o “principales” [Haupttypen] son los “comunistas”, “partisanos”, “socialistas”, “élite conservadora” o “*milieu* religioso-eclesiástico” y en casi ningún momento se contextualizan las estrategias y contingencias, o siquiera acciones concretas de la resistencia. De ningún modo la resistencia está vista desde el punto de vista de las víctimas, de los que por resistir fueron perseguidos y muchos de ellos asesinados.

Aunque Broszat no niegue que ambos discursos son válidos (el científico y las memorias de las víctimas), no ve como posible integrar ambas perspectivas y sentencia que la memoria no es útil a la mirada histórica. Defendiendo la preeminencia de la memoria, Friedländer le reprocha que “cuando nos acercamos al inmenso campo de la criminalidad nazi, el deber del historiador es quizás anticipar el intento de visualizar, precisamente como para que él pueda cumplir su tarea en término de precisión documental y de interpretación de los eventos” (BROSZAT; FRIEDLÄNDER, 1988, p. 371). Pese a que Broszat “demuestre” que hasta los juicios de Nuremberg Auschwitz no era ni de lejos la principal preocupación de los aliados, resultaría improbable creer que ese descubrimiento no hubiese cambiado el eje de interpretación de la guerra de modo más que justificado entre los historiadores. El comentario de Friedländer plantea la cuestión de la “supresión” y la “represión” por parte de la población alemana ante la reconstrucción de la “normalidad” que supone una ignorancia generalizada sobre el exterminio en los campos. Si se considera la memoria como válida es imposible que, una vez que los alemanes hayan tenido consciencia de Auschwitz aun después de la guerra, sea pensable que su comprensión individual sobre el período nacionalsocialista no haya cambiado, sea como vergüenza, negación o autocrítica. Broszat recae en un planteo no sólo historicista, sino también anacrónico al descontextualizar artificialmente las memorias. La aporía de Broszat nos lleva de nuevo a LaCapra: “Auschwitz es/no es el suceso central/punto cardinal de la época nazi” (LACAPRA,

2007, p. 192). Historicizar el pasado exige que nos situemos como involucrados de modo inmanente con esos hechos, es decir, “en relaciones de transferencia con el pasado” (LACAPRA, 2007, p. 195). Aislar los hechos políticos y desnudarlos de su peso moral no sólo despolitiza sino que ofende a la memoria e historia de las víctimas por tornar “lo moral” un término peyorativo. La justificación de la *Historisierung*, más allá de sus relativos aportes a la historia alemana, falla por su anacronismo disfrazado de simulacro objetivista.

### ***Historikerstreit:* normalización por ‘(re)contextualización’**

¿Qué significa “normalizar” hechos históricos de violencia política? ¿Cómo en los debates sobre el sentido moral y político de hechos de violencia aberrante éstos son “relativizados” en el marco de una disputa metodológica y política? En los debates públicos en torno al carácter único del Holocausto, nunca falta un argumento que resbala hacia algún tipo de relativización. El negacionismo y la normalización actúan siempre articulando y por veces omitiendo distintas esferas discursivas de validez reproduciendo y distorsionando presupuestos semánticos con algún tipo de finalidad. La normalización es así una forma de negacionismo que justifica los hechos aberrantes como siendo propios de “un orden cultural”, es decir, inevitables; es como si al visitar ciertos acontecimientos desde cierta perspectiva histórica y con una determinada intencionalidad política ellos parecieran “infelizmente necesarios” y se podrían “comparar” con hechos “parecidos” para indicar causas del orden de “la cultura” o de “la época” (ver COHEN, 2005).

El *Historikerstreit* fue una oportunidad para un acierto de cuentas historiográfico-político en el marco de la relación entre la historiografía alemana y la esfera pública, aunque, como veremos, el debate Goldhagen logró incendiar mucho más esa relación. La querella se dio en gran parte en cartas de lectores de los diarios *FAZ* (*Frankfurter Allgemeine Zeitung*) y *Die Zeit*, y giró en torno a cómo las tesis históricas autodenominadas “revisionistas” estarían relacionadas a

la identidad, culpa y responsabilidad del pueblo alemán después del Holocausto. Nunca antes desde el final de la guerra se pudo hablar tan abiertamente en público sobre versiones encontradas en torno a las causas y los sentidos del nazismo. Por un lado, incentivados por el revisionismo histórico de Ernst Nolte en obras como *Der Faschismus in seiner Epoche* (ver NOLTE, 1963), los historiadores Klaus Hildebrand, Michael Stürmer y Andreas Hillgruber (llamados irónicamente “la nueva coalición de los historiadores”), buscaron *relativizar*, cada uno con su trabajo, la exclusividad del horror de los campos de concentración y exterminio. Su estrategia narrativa era argumentar en favor de una “normalización” comparando el horror nazi a otras experiencias según ellos semejantes. Se efectúa, por lo tanto, una normalización por medio de una estrategia retórica de relativizar el Holocausto. Por otro lado, Jürgen Habermas, Hans Ulrich Wehler, Jürgen Kocka, Hans y Wolfgang Mommsen, Martin Broszat, entre otros, más allá de defender la especificidad de la catástrofe nazi, buscaron evidenciar tanto la intencionalidad política en las estrategias argumentativas del primer grupo de autores como sus limitaciones teórico-metodológicas (KAILITZ, 2008, p. 8). Vale subrayar que estos historiadores, así como el filósofo Jürgen Habermas, son de una generación que vivió su infancia en la Alemania nazi. Esos autores nacieron entre 1923 y 1930, lo que le atribuye un especial carácter político y moral al debate.

El evento catalizador para el debate, más allá del flujo reciente de publicaciones revisionistas de aquél entonces, fue la conmemoración de los cuarenta años de la capitulación en el cementerio de Bitburg el 5 de mayo de 1985, que contó con la visita del entonces canciller de la República Federal de Alemania Helmut Kohl (CDU) y del entonces presidente de los Estados Unidos Ronald Reagan (PR). Muchos intelectuales rechazaron públicamente el evento debido a que cuarenta y nueve oficiales de las SS estaban enterrados allí. El escándalo llevó a que se hiciera un acto ceremonial similar como forma de compensación en el ex-campo de concentración de Bergen-Belsen (ACHA, 1995, p. 118). A partir de la experiencia de Bitburg, Habermas cuestionó además el proyecto del memorial que sería construido en el cementerio norte de Bonn. ¿Sería posible construir un monumento o memorial público independientemente de víctimas y victimarios? O aún, ¿sería posible homenajear victimarios y víctimas

en el mismo contexto, en el mismo lugar, presuponiendo algún tipo de abstracción reconciliadora? ¿No sería una reconciliación forzada o inclusive una usurpación imponerle a las víctimas una indiferenciada forma de rememoración? (HABERMAS, 1988b, p. 26). Habermas acusó que en ese gesto se estaba “aflojando” el pasado nazi al mismo tiempo en que se “conjuraba una hermandad bélica anticomunista” que, en la “tradicción alemana”, también significaría un vínculo con un resto de antisemitismo (KAILITZ, 2008, p. 7). Lo que denuncia Habermas es una apropiación “identificadora” de la historia, una identificación con un pasado que presupone una posición neutral a Alemania. Lo negativo de la memoria colectiva predominante que obstruye una identidad social pasa a ser nivelado una vez que se asume que, “bajo el signo de la libertad o del totalitarismo, el siempre virulento miedo al bolchevismo debe ser usado para mantener viva la correcta imagen del enemigo” (HABERMAS, 1988b, p. 27). El evento en Bitburg moviliza la conciencia histórica hacia un “sentimiento nacional”. Y el caluroso saludo entre los generales veteranos de la SS y el presidente de los Estados Unidos podrían hasta confirmar que “los alemanes” han estado siempre del lado correcto contra el bolchevismo. El trasfondo político que sobresale es la histórica y aún actual “[...] complicidad del nacional socialismo y las élites locales, que constituyen el verdadero escándalo político que carga el nombre alemán” (ACHA, 1995, p. 120).

La preocupación por construir una identidad estable por vía de una nueva consciencia histórica parecía conmover a Michael Stürmer, asesor en ese entonces de Helmut Kohl (ACHA, 1995, p. 118). Para Stürmer, “en un país sin historia, quien controle la memoria, defina los conceptos e interprete el pasado, gana el futuro” (citado en HABERMAS, 1988b, p. 28). En su defensa de una historia políticamente consciente de su responsabilidad, Stürmer sostiene que el pluralismo de valores e intereses lleva “[...] tarde o temprano a una guerra civil si no se es capaz de encontrar una base común” (STÜRMER, 1983, p. 84). La historiografía, así, no debería resistirse a producir y diseminar una visión histórica que ayudara a fomentar un consenso nacional. Además, para Stürmer, el historiador debe apoyarse en métodos científicos que le permiten proveer su producción de significados y basar “desmitologizaciones” (HABERMAS, 1988b, p. 29). No sin

ironía retoma Habermas esa supuesta misión de Stürmer sobre el oficio del historiador. Suena como mínimo contradictorio que desmitologizar resulte ser contiguo a proveer significados específicos con finalidades político-identitárias. ¿Desmitologizar para remitologizar? Esa sería la pregunta al intento cosificador de Stürmer. Un ejemplo de ese tipo de remitologización vulgar es atribuirle importancia a la posición geográfica de Alemania como si eso provocara situaciones políticas y de guerra que de otro modo pudieran ser evitadas. En definitiva, Stürmer se lamentaba de no poder escribir un libro como F. Brudel, *La identidad de Francia*, donde el autor asume amar a Francia con lo que le gusta y lo que no. La referencia a Brudel no es ingenua: los historiadores conservadores preferían aspectos atribuidos a la *longue durée* antes que atenerse a detalles y coyunturas políticas claras. La *longue durée* además parecía permitir que se asumieran ciertas “tradiciones” como propias siempre que convenientes (ACHA, 1995, p. 138).

Pero es con la publicación *Zweierlei Untergang. Die Zerschlagung des Deutschen Reiches und das Ende des europäischen Judentums* (*Dos caídas. La destrucción del tercer Reich alemán y el final del judaísmo europeo*), de Andreas Hillgruber (1986), que la operación política de relativizar el Holocausto se hace más explícita. Como interpreta Habermas, “destrucción” [*Zerschlagung*] requiere un oponente agresivo, mientras que “final” parece ocurrir con cierto consentimiento (HABERMAS, 1988b, p. 31). Si, por un lado, en el relato de Hillgruber el enfrentamiento del frente oriental ante las barbaridades del ejército rojo aparece como un bravo sacrificio, por otro, el exterminio en los campos de concentración aparecen como sucesos inertes organizados por los *Einsatzgruppen*. El Holocausto aparece aquí como una operación abstracta, un exterminio en masa, sin sujetos, mientras que la lucha del ejército alemán contra las “hordas rusas” aparece “dramatizada teatralmente” (ACHA, 1995, p. 115). Si en el frente oriental inúmeros individuos se excedieron a sí mismos ante la catástrofe, en los campos de exterminio se cuenta que las cámaras de gas eran el medio más efectivo de liquidación, es decir, prevalece un lenguaje burocrático ante la épica heroica del primero (HABERMAS, 1988b, p. 31). Hillgruber también recuerda el atentado contra Hitler del 20 de julio de 1944 sosteniendo que ello era fruto de una ética de la convicción, pero no de una ética de la responsabilidad.

Si hubiese sido bien sucedido, el atentado comprometería la lucha contra el avance rojo. Otro argumento se refiere a cómo las leyes antisemitas de Nuremberg del año 1938 tenían “amplio respaldo” de la población ya que forzaban una “consciencia especial sobre los judíos” y consideraban que lo mejor para esa “cuestión” era la expatriación (HABERMAS, 1988b, p. 32). La identidad alemana que intenta forjar Hillgruber tiene, por lo tanto, una luz y una sombra bien destacadas. El frente oriental aparece como una superación patriótica mientras que el genocidio en los campos aparece “normalizado”: sea por el lenguaje mismo de Hillgruber, sea por el desarrollo de los argumentos. “Normalizar” aquí se refiere a que las leyes de Nuremberg tenían apoyo popular y que el exterminio en los campos funcionaba según un procedimiento burocrático impersonal y masivo.

Fue Ernst Nolte quien elaboró con comparaciones simplistas una relación aún “más patriótica” entre el frente oriental y el Holocausto. Una premisa necesaria era afirmar que la historia sobre el Tercer Reich había sido escrita predominantemente por los vencedores, lo que transformaría el período de la dictadura nazi en un “mito negativo” (HABERMAS, 1988b, p. 33). Un “revisionismo” entonces era necesario de parte de los historiadores alemanes. Su tesis buscaba rever la particularidad del horror nazi justificándolo con una interpretación “desde dentro” y comparando los campos de exterminio nazi con los campos soviéticos y con otras formas de exterminio masivo como el genocidio armenio por parte de los turcos. En 1987, Nolte publica *La guerra civil europea (1917-1945)*, donde, entre otros argumentos, sostiene que sería posible reducir la complejidad de la Segunda Guerra en “una guerra civil” entre el bolchevismo y el nacionalsocialismo, pero que empieza no con la Primera Guerra, sino a partir de la Revolución Rusa (NOLTE, 1994, p. 15). Pensando en validar su argumento ante las posiciones ideológicas de la Guerra Fría, Nolte trata el período entre guerras como una guerra entre “Izquierda y Derecha”: habría sido una guerra entre la Unión Soviética y las democracias burguesas de Europa occidental. Para Nolte, el fascismo se podría entender más como una reacción al comunismo que como una exacerbación de violencia e intolerancia de sectores con ideologías de derecha. De este modo, Nolte, además de encontrar una poco creíble justificación para la

violencia fascista, relegaba a un claro segundo plano y hasta ocultaba la tendencia criminal del nacionalsocialismo, especialmente su racismo y antisemitismo (BALDWIN, 1990, p. 6).

Nolte estaba preocupado con la dialéctica entre las mutuas amenazas de aniquilación. Hitler tendría buenas razones para suponer que los rusos lo querían “aniquilar” (HABERMAS, 1988b, p. 33). Para Nolte, la revolución rusa habría sido una precondition del nacionalsocialismo y, por consecuencia, del holocausto. El despliegue de tropas alemanas a partir de 1944 en el frente oriental habría sido una reacción a la amenaza bolchevique. Esa “normalización” por medio de comparación era una premisa necesaria para construir una relación causal entre las atrocidades del bolchevismo y del nazismo. El frente oriental que combatía a los rusos en realidad quería evitar lo peor: que toda la burguesía de Europa fuese exterminada. Esa exageración era justificada por Nolte con una peculiar apropiación del concepto de trascendencia de Heidegger. Buscando una dimensión más “profunda”, hasta antropológica – “donde todos los gatos son pardos”, ironiza Habermas – Nolte apunta a los impulsos antimodernos que cargarían una y otra reacción de las dos grandes ideologías que enfrentaban tanto occidente cuanto oriente. Marxismo y fascismo serían intentos de dar respuestas a las aterradores realidades de la modernidad (HABERMAS, 1988b, p. 35). El esfuerzo de Nolte está, por lo tanto, puesto en justificar el nazismo desde una confrontación entre ideologías políticas *a posteriori*. Si la historización de Martin Broszat recae en un anacronismo que ignora los efectos interpretativos posteriores al descubrimiento de Auschwitz, Nolte fuerza un simulacro de anacronismo al usar la Guerra Fría como una justificación de un supuesto posicionamiento ideológico correcto que las derechas fascistas habrían tenido ante “la amenaza soviética”.

El argumento central de Nolte de que tanto la dictadura nazi cuanto el Holocausto serían una reacción a la amenaza bolchevique, le permite “deducir” otras arbitrariedades que simulan relaciones causales. Lá más importante se quizá que la simple anterioridad de los campos soviéticos de los años 1930 habría sido una “precondition” para los campos nazis, aunque no necesariamente una causa directa (BALDWIN, 1990, p. 9). Odio y persecución a los judíos sería para Nolte una “concretización” de la búsqueda de los enemigos de Alemania,

una amenaza que habría sido propuesta por los bolcheviques. Si los bolcheviques persiguieron a la burguesía como clase, los nazis persiguieron a los judíos como raza. Así como Andreas Hillgruber, Nolte reduce la singularidad de la destrucción – del exterminio – de los judíos al “procedimiento técnico del envenenamiento por gas”, y suelta su tesis de que en el archipiélago Gulag los bolcheviques habían sido más originales que en Auschwitz. Auschwitz se reduce así a un procedimiento (HABERMAS, 1988b, p. 35). Para construir ese punto de vista improbable e insólito, Nolte ofrece ejemplos de relatos dedicados a entender y afrontar el stalinismo. “Louis Fischer, por ejemplo, excomunista y experto en las condiciones soviéticas, escribe que las purgas de Stalin sólo tuvieron un rival en la historia: las cámaras de gas de Hitler”; Nikolai Tolstoi “[...] afirma que, en comparación con Stalin, Hitler fue casi un dechado de virtudes cívicas” (NOLTE, 1994, p. 25). Joachim Fest, editor del matutino conservador *FAZ*, apoyó el punto de vista de Nolte y se preguntó si la marca distintiva del nazismo, a saber, la muerte masiva industrializada, no habría sido utilizada por Stalin (FEST, 1991, p. 103). El 29 de agosto de 1987 Fest aún expresaría en el mismo periódico su insatisfacción con la insensibilidad de algunos académicos que “seleccionan sus víctimas” (HABERMAS, 1988a, p. 48). Para Nolte, el exterminio de los judíos durante la Segunda Guerra quedaría justificado, además de la “anterioridad de los campos soviéticos”, por la cita que hace Nolte de Chaim Weizmann, en cuya declaración en el congreso mundial del Sionismo en septiembre de 1939 convoca a los judíos a luchar contra Alemania al lado de los ingleses (BALDWIN, 1990, p. 5). El golpe de efecto del argumento de Nolte, como señaló Habermas (1988b), está en la relativización del sentido moral del genocidio nazi. La justificativa directamente ligada a los judíos sionistas dejaría de parecer tan absurda y arbitraria. Todo eso porque, para Nolte, los historiadores alemanes tendrían no sólo que hacerse cargo de librar a Alemania de la carga moral de su pasado, sino también la función de aportar elementos para la construcción de la identidad del pueblo alemán actual, recrear una comunidad nacional a partir de un consenso narrativo “revisado” que le quitara “así a los alemanes la culpa” colectiva impuesta por las versiones históricas de los aliados después de los juicios de Nuremberg (ver ACHA, 1995, p. 114).

Para Habermas los logros de las ciencias sociales e históricas no pueden ser reducidos a algunas pocas y puntuales demandas de “consciencia histórica” (HABERMAS, 1989a, p. 94). A medida que las ciencias problematizan la consciencia histórica, más aumentan los conflictos interpretativos y la necesidad de investigaciones y nuevas problemáticas. En el artículo publicado en 7 de noviembre en el diario *Die Zeit* intitulado *Concerniendo el uso público de la historia*, Habermas comenta que no se hubiera metido en la discusión si ésta se hubiera dado en periódicos especializados (1988a, p. 49). Habermas reconoce que la mera publicación del artículo de Nolte en el *FAZ* no es un pecado, pero considera sin embargo que esa publicación marcó un punto de giro en la política cultural de la entonces República Federal de Alemania y que, además, fue llamativo desde el exterior, por eso consideró el filósofo necesario el debate. La relevancia para Habermas era contestar una estrategia “neoconservadora”, como él denomina una convergencia de pensamiento e institucionalización política elitista y liberal, especialmente los partidos FDP, CDU y sectores de la SPD (ver HABERMAS, 1992), que buscaban forjar una identidad político-cultural alegando que, en caso contrario, “[...] las fuerzas de integración social podrían desaparecer [...]”, y que, por otro lado, “la pérdida de la historia” contra la cual autores como Nolte “luchan” podría acarrear en problemas de autolegitimación del sistema político de la República Federal ya que se estaría arriesgando tanto una autopercepción doméstica, es decir, “paz social”, cuanto una imagen desde el exterior, es decir, “confiabilidad en las relaciones internacionales” (HABERMAS, 1988a, p. 45). Estos argumentos conservadores parecieran justificar una provisión de significado (*Sinnstiftung*) compensatoria, es decir, una historización hecha a la medida de la identidad deseada desde cierto discurso político, o mejor, como el mismo Habermas identifica en el movimiento neoconservador, desde la “cultura política”. Los neoconservadores de la República Federal de Alemania buscaban según Habermas las causas de la crisis no en los modos funcionales de la economía y de la administración del estado, sino en los “problemas condicionados culturalmente”, sobre todo en la molesta relación entre democracia y cultura (HABERMAS, 1992, p. 79). En una manifestación de “antropología pesimista”, los neoconservadores atacaban las bases del

estado de bien estar social (ver OFFE, 1987) defendiendo el retorno de un “constitucionalismo alemán” que abría mano parcialmente de una forma democrática moderna y retomaba nebulosas premisas de un cierto “cristianismo de estado” (HABERMAS, 1992, p. 103).

La postura teórico-política de Habermas en la querrela de los historiadores se sintetiza en su defensa del patriotismo constitucional [*Verfassungspatriotismus*]. Habermas acusaba al neohistoricismo conservador de aprovecharse de lo que Herbert Schnädelbach (1986) llamó neoaristotelismo según el cual “una práctica ni sería comprensible ni podría enjuiciarse si no es desde las formas de vida y tradiciones en que está inserta. Una práctica sólo podría justificarse desde su propio contexto” (HABERMAS, 1989b, p. 113). En contraposición a este relativismo situacionista que sin duda fue mal apropiado por los historiadores conservadores en su construcción artificial de una nueva consciencia histórica e identidad alemana, Habermas sostiene que la única forma válida de identidad sería un “patriotismo” necesariamente moderno y que defendiera la fundamentación del estado en los Derechos Humanos y la universalización democrática, es decir, la soberanía popular (HABERMAS, 1989b, p. 114). El argumento de Habermas se sostiene a partir de su propia interpretación de Max Weber en el marco de su recepción del giro lingüístico, es decir, en su teoría de la acción comunicativa (ver HABERMAS, 1981). La modernidad abre la posibilidad de cuestionar reflexivamente cualquier tradición, dogma o identidad. Los diversos procesos de la modernización “destruyen la ‘naturalidad’ de los aspectos clave del mundo de la vida” (SITTON, 2006, p. 143). En el estado moderno hay un desprendimiento reflexivo en relación a la metafísica y a la religión. Aunque el nacionalismo sea una superación de formas más tradicionales de identidad, sigue siendo sin embargo una atadura a la formación de prejuicios cuyo caso límite es la “movilización para una guerra por la patria” (HABERMAS, 1989a, p. 101). La identidad política postconvencional ya no se siente comprometida con “continuidades triunfales; es incompatible con una consciencia histórica que permanece ciega para la profunda ambivalencia de toda tradición” (HABERMAS, 1989a, p. 94). La formación identitaria postconvencional de los individuos sufre no sólo críticas a construcciones tradicionalistas, sino también reelaboraciones permanentes,

adquisición de responsabilidades, incorporación de referencias éticas y jurídicas etc. El límite de esa posibilidad de crítica no es una postmodernidad ambigua, por un lado, reaccionaria ante la modernidad, y por otro, una aceleración y radicalización del desencantamiento del mundo, sino un universalismo moral que tiene como horizonte modos reflexivos de emancipación. El *Verfassungspatriotismus* representa para Habermas el hecho de “haber logrado superar duraderamente el fascismo, establecer un estado de derecho y anclar éste en una cultura que, pese a todo, es más o menos liberal” (HABERMAS, 1989b, p. 116). Además, el patriotismo de la constitución permite que en última instancia la autoatribución de identidad colectiva sea en el marco del orden político y de los “principios constitucionales” (HABERMAS, 1989a, p. 94).

### El debate Goldhagen. Normalización por ‘culturalismo’

Si el debate en torno a la historización quedó restringido al ámbito académico y el *Historikerstreit* tuvo una repercusión muy bien situada en dos periódicos (además de revistas académicas especializadas), el debate Goldhagen empezó abalando la esfera pública con la publicación de millones de ejemplares de su muy bien escrito libro *Hitler's willings Executioners. Ordinary Germans and the Holocaust* (GOLDHAGEN, 1997). El libro fue traducido en diversos países antes de completado un año de la primera publicación en Estados Unidos, hasta reverberar en ámbitos de discusiones teórico-metodológicas que en coro y también con distintos argumentos reprochaban la demonización de los “alemanes corrientes” que proponía el libro. Ya a principio, la expresión del título del libro “ejecutores o verdugos voluntarios” puede en duda la conocida tesis de que los alemanes actuaron obligados en el marco de una dictadura. Si en la historización de Broszat la metodología parecía convertirse en mito para forzar una esquivada del horror o aún, el horror era agazapado en mito para liberar la metodología y poder profundizar de algún modo en conocimiento histórico pese a su evidente anacronismo interpretativo, con Goldhagen el mito de un monocausal antisemitismo que resucitaba a su modo la tesis del *Sonderweg* – o camino especial alemán – explicita una narrativa

exagerada sobre el “voluntarismo asesino” de “los alemanes corrientes” – o “sociedad alemana en general” – durante el Tercer Reich. El mito se convierte en historia y se actualiza gracias al debate público y los modos argumentativos de los diversos contendientes académicos. La “espinas clavada” (WEHLER, 1997a) que provocó en la esfera pública alemana el libro de Goldhagen sirvió no sólo para mostrar lo vivo que estaban los recuerdos en una memoria esforzada por reconciliarse, sino también para oxigenar el rechazo a la desmedida “culturalización” del planteo de Daniel Goldhagen así como otros modos de esencialización y relativización del Holocausto. En el caso de Goldhagen se evidenció un modo de normalización vía “esencialismo cultural”, o aún, un modo unilateral y exagerado de la tesis intencionalista.

Al explicar cómo y por qué se produjo el Holocausto, Goldhagen se basa en tres estudios de caso: primero, sobre la participación de algunas unidades policiales en la matanza de judíos en Polonia; segundo, sobre los campos de trabajo para judíos; y tercero, sobre las marchas de la muerte llevadas a cabo tras el cierre de los campos de concentración. Sus preguntas eran: ¿hasta qué punto estaba enraizado el antisemitismo en la mentalidad de millones de alemanes? Cómo y en qué medida el antisemitismo hizo posible el tránsito desde la discriminación social, las vejaciones sociales, la persecución activa y los progroms hasta la “solución final”? Para eso, Goldhagen apuesta a un modelo interpretativo que se ocupa de las “visiones de mundo”, el “carácter nacional”, “las acciones” y “las opciones seguidas por los individuos”. Su estrategia metodológica se basa en una necesaria relación entre la “responsabilidad” de esas acciones a una noción de “cultura política” (GOLDHAGEN, 1997, p. 12). Desde la Edad Media se ha mantenido entre “los alemanes” un antisemitismo surgido de la materialización del odio cristiano hacia el pueblo de los “asesinos de Cristo” (WEHLER, 1997a, p. 44). Para Goldhagen, es posible en un estudio de caso explicar históricamente “el carácter” y “la evolución” de lo que llama “cultura política” que, según aclara, no son inmutables, “no existe un ‘carácter nacional’ eterno”. Tanto es así que el mismo Goldhagen afirma contradictoriamente que, en oposición a esos años terribles, “hoy en día la mayoría de los alemanes son verdaderos demócratas” (GOLDHAGEN, 1997, p. 13). Aunque advierta a principio que el Holocausto tiene muchas explicaciones posibles,

Goldhagen explicita que su preocupación se centra en las “motivaciones”: “la voluntad de matar a los judíos procedía principalmente, tanto en el caso de Hitler como en el de quienes llevaron a cabo sus planes asesinos, de una sola fuente común, a saber, un antisemitismo virulento” (GOLDHAGEN, 1997, p. 14). Tres factores fueron necesarios para el exterminio de seis millones de personas. El primero era el carácter estatal del antisemitismo; el segundo, las opiniones sobre los judíos en la sociedad eran compartidas ampliamente; y tercero, Alemania era el único país que tenía condiciones para hacerlo porque podía someter militarmente a todo el continente. Ni en Francia, ni en Polonia o Ucrania, por más antisemitas que hayan sido, hubo algo que se pareciera a un exterminio como el perpetrado por los nazis.

El punto central de la tesis de Goldhagen es el “antisemitismo eliminador” como política de estado que induce y organiza la persecución violenta y la matanza en diferentes niveles de una sociedad que desde mucho tiempo cultivaba un virulento odio hacia los judíos. No deja de ser notorio cómo el texto está impregnado de expresiones que refuerzan este presupuesto: “La oleada antisemita que había inundado a las universidades” (GOLDHAGEN, 1997, p. 118); “El antisemitismo era endémico en la Alemania de Weimar” (GOLDHAGEN, 1997, p. 119); “La letanía de la política y las medidas legales antijudías comenzó con ataques físicos instantáneos, pero todavía esporádicos, contra los judíos, sus propiedades, cementerios y locales religiosos, y con el establecimiento de campos de concentración ‘desorganizados’ tanto para ellos como para la izquierda política” (GOLDHAGEN, 1997, p. 127). “Los jueces y profesionales de la administración de justicia estaban tan deseosos de eliminar la influencia judía de sus instituciones y su país que, ya en los primeros meses del gobierno nazi, a menudo se adelantaban a los mandatos legales promulgados por el régimen” (GOLDHAGEN, 1997, p. 135). También Goldhagen se valió de muchas historias y relatos sobre individuos concretos:

Emma era ‘judía’ y estaba en una situación que podría haberse considerado apropiada como ninguna otra para que sus compatriotas alemanes la trataran con decencia. Casada con un católico, se había convertido a la fe de su marido, renunciando así a su identidad judía y cortando sus lazos

formales con el judaísmo. Sin embargo, en 1940, sus vecinos dejaron bien claro que no deseaban vivir cerca de ella, pues, desde su punto de vista racial, era evidente que seguía siendo judía (GOLDHAGEN, 1997, p. 143).

Con esos y muchos otros ejemplos Goldhagen quiere mostrar que había de hecho ya desde antes mismo de la asunción de Hitler una “cuestión judía” que se acentuara aún más, como “cultura política”, cuando desde el estado se oficializó una política racial antisemita. Sin embargo, a partir del avance en los análisis de los datos, no se puede negar que la narrativa de Goldhagen convoca a un cierto morbo y sensacionalismo con un énfasis simplificador sobre el antisemitismo. En su análisis de los diversos contextos de la recepción del libro de Goldhagen, Federico Finchelstein comenta la obsesión y fascinación del autor con detalles de crueldad y horror que parecían escenificar el salvaje maniqueísmo entre el “placer de los perpetradores” y el sufrimiento de las víctimas (FINCHELSTEIN, 1999, p. 56). Anson Rabinbach (1997) llamó la atención a la incapacidad de Goldhagen en “[...] matizar la repetición compulsiva de elementos del pasado [...]”, invocando el pasaje del libro que cuenta cómo bebés eran fusilados:

[D]ecidieron entrar en un hospital, un centro sanitario, y disparar contra los enfermos, los cuales debieron encogerse de miedo, rogar y pedir misericordia a gritos. Mataron bebés. Ninguno de los alemanes ha considerado oportuno contar detalles de tales matanzas. Con toda probabilidad, un asesino o bien mataba a un bebé en brazos de madre, y quizás a ésta por añadidura, o bien, sujetaba al niño por la pierna, con el brazo extendido, y le disparaba con una pistola. Tal vez la madre contemplaba la escena horrorizada. Entonces arrojaba al minúsculo cadáver como si fuese basura y lo abandonaba para que se pudriera (GOLDHAGEN, 1997, p. 278).

El estatus “ontológico” o deliberadamente “étnico” que le atribuye Goldhagen al antisemitismo suena como una contradicción performativa cuando, a la vez, afirma que se está refiriendo a la conducta responsable de individuos. Al mismo tiempo que los “justifica” les

echa la culpa. Esa contradicción fue señalada por A. D. Moses (1998) al explicar que Goldhagen intenta conciliar la “narrativa particularista” con la “narrativa universalista”. En su búsqueda por mostrar la agencia individual, Goldhagen no logra desenredarse de una confusión entre behaviorismo y antropología cultural (MOSES, 1998, p. 217). Al determinar el unilateral comportamiento de los alemanes antisemitas, no se considera ningún otro aspecto cultural que pudiese poner a prueba o al menos matizar la caricatura del “alemán antisemita”. Además, con esa estrategia argumentativa se confunde la claridad con la simplificación, hasta el punto que se “argumenta más como fiscal que como historiador” (ÜLRICH, 1997, p. 12). Habermas también hace hincapié en que, para el historiador, la imputabilidad de las acciones no decide sobre su culpa o su inocencia, sino sobre el tipo de los motivos explicativos (HABERMAS, 2001, p. 42). La explicación causal no es suficiente ni para imputar y ni para exculpar a los actores de determinada acción. Las imputaciones explicativas del historiador marcan un nivel ético-político distinto en relación al discurso jurídico o moral, aunque muchas veces el trabajo del historiador haya servido como elemento en los juicios a los nazis y vice-versa, cuando actas y fallos de juicios sirven de base documental al trabajo del historiador.

Christopher Browning ha trabajado a partir de actas y archivos judiciales el “punto de vista del perpetrador común” (2007, p. 52), por así decirlo. Dedicó su investigación a la acción de exterminio en la aldea polaca de Jozefow perpetrada por el Batallón Policial de Reserva 101, compuesto por aproximadamente 450 hombres de media edad que tenían ya familia y eran en su mayoría provenientes de Hamburgo, pero también de otros países como Luxemburgo. Hans-Ulrich Wehler recuerda que no sólo “alemanes de origen” participaron en los fusilamientos de judíos, sino también “voluntarios de las SS de los países europeos ocupados” como letones, lituanos, ucranianos y rumanos (WEHLER, 1997a, p. 48). ¿No le faltaría a Goldhagen una perspectiva comparativa dada la complejidad del Holocausto en vez de totalizar su recorte en torno a un sólo aspecto de los alemanes, tornando la causalidad del Holocausto “un problema étnico”? Browning menciona que el mayor Wilhelm Trapp, que comandaba esa compañía, lloró todo el día como un niño. Muchos de los hombres se resistieron o afirmaron tratarse de una tarea asquerosa y así “[...]

los liberaban del pelotón de funcionamiento y los reasignaban como escolta de los camiones” (BROWNING, 2007, p. 49). En su investigación a partir de 125 testimonios oriundos de una investigación penal realizada en el estado alemán de Niedersachsen, Browning, a pesar de conocer los peligros de una “normalización” de trabajos como el suyo, no ve serias objeciones a trabajar con la así llamada *Alltagsgeschichte*, defendiendo que no hay nada en ella “[...] que necesariamente atenúe la posición central del Holocausto en la historia de la Alemania nazi” (BROWNING, 2007, p. 65). Trata de reconstruir, así, el día de la masacre de Jozefow. Analizando los testimonios le llamó la atención que una buena parte de los alemanes, “tres de trece”, encararon la tarea de modo absolutamente contrariado y “[...] se mantuvieron absolutamente al margen de todas las acciones contra los judíos” (BROWNING, 1997, p. 16), lo que refuta o al menos relativiza el antisemitismo ontológico de Goldhagen. En el estudio de Browning está también la referencia a “asesinos despiadados y sádicos” como Karl Schutz, que “disparaba entusiasmado” (BROWNING, 1999, p. 119). “Comprender” no significa necesariamente aceptar o entender el hecho como “justificable”. Goldhagen, a diferencia de Browning, no habla de los voluntarios de otros países que colaboraron en las masacres, lo que haría dudar de su obstinación con el antisemitismo alemán (LACAPRA, 2005, p. 140).

Browning quiere entender cómo se dio lo más concretamente posible la masacre de Jozefow, cómo opera el negacionismo a partir del discurso y cómo los testimonios recrean situaciones de modo sesgado, y de ningún modo generar una “comprensión empática” que permita ponerse en lugar de los policías del Batallón y menos aún eventualmente perdonarlos según las intenciones que relatan haber tenido. Goldhagen se refiere al Batallón 101 e inclusive al mayor Trapp pero en una acción en el pueblo polaco de Talcyn en septiembre de 1942. Aquí aparece una diferencia considerable entre ambos autores: Goldhagen afirma que los alemanes estaban reticentes de matar a polacos pero “[...] saciaron su sed de sangre judía” (GOLDHAGEN, 1997, p. 240), siendo que en el relato de Browning aparece que los alemanes asesinaban a polacos partisanos de modo más cruel y “justificado”, y que matar a judíos resultaba una tarea “sucía” e inmoral, salvo para algunos oficiales sádicos, que sí los había. Goldhagen, que a su modo también se vale de la *Alltagsgeschichte*,

omite relatos y testimonios arbitrariamente para “demostrar” su tesis del antisemitismo ontológico y eliminacionista. Ruth Betina Birn, que debido a sus críticas fue demandada judicialmente por Goldhagen, conoció al célebre autor en una estadía de investigación en el archivo de Ludwigsburg donde éste tuvo acceso al mismo material, y escribió cómo el autor tergiversó las fuentes de modo a mostrar su tesis definida de antemano: encontrar y culpar a “alemanes totalmente corrientes” (BIRN, 1997). Sobre la retórica ficciosa de Goldhagen, Dominick LaCapra (2005, p. 135) comenta que ésta se vale de una mezcla del estilo indirecto libre, citas textuales, enfoque tendencioso de víctimas estereotipadas como “las niñas” y especulaciones o proyecciones sobre sentimientos que aparentemente atribuye a los perpetradores en un proceso que exige del lector una identificación empática con la “mentalidad” del asesino. Pero paradójicamente, en su escritura casi literaria que visa atrapar al lector mediante el morbo y la curiosidad, Goldhagen también presupone una identificación con las víctimas aunque su énfasis narrativa esté puesta en el punto de vista del perpetrador. Para LaCapra, “Goldhagen alude confusamente al trauma del perpetrador sin formular explícitamente el problema ni abordarlo en términos convincentes y diferenciados” (2005, p. 136), pero no hace más que imaginar qué piensan esos perpetradores a través de su propia imaginación de escritor poniéndose en lugar de algunas víctimas. Lo inadecuado del abordaje de Goldhagen es la cuestión en torno a la excesiva victimización, donde los victimarios son demonizados unilateralmente y las situaciones son sólo ejemplos puntuales de algo generalizado. Si Browning habla de “[...] hombres comunes e implícitamente dice que cualquiera en una situación particular puede tener motivaciones fuertes para comportarse de manera determinada”, Goldhagen se limita a categorías socio-psicológicas de “los alemanes” y “argumenta que no es necesaria ninguna explicación sobre las desviaciones de una presunta normalidad en razón del larguísimo condicionamiento que implicaba el antisemitismo eliminacionista alemán” (LACAPRA, 2005, p. 140).

Es innegable la participación de numerosos alemanes comunes en los asesinatos en masa de judíos y que esas ejecuciones hayan presentado alto “grado de voluntarismo” (BROWNING, 1999, p. 115). Sin embargo, para Goldhagen, el antisemitismo eliminacionista tiene

un origen bastante anterior al nazismo, aproximadamente dos siglos, argumento que recae en una anacrónica reconstrucción “culturalista” del *Sonderweg*. El argumento de Goldhagen representa un notable retroceso sobre “los orígenes” del nazismo en términos de posibles continuidades con la historia anterior de Alemania, especialmente el imperio. La polémica en torno a las tesis del *Sonderweg* se restringía a las transformaciones políticas de Alemania desde su unificación del siglo XIX pero que consagraron una ausencia notable de democracia en términos formales en favor, primero, de una monarquía constitucional y, luego, de un parlamentarismo. Hans-Ulrich Wehler sostiene que el período entre 1871; 1945 es caracterizado por una fuerte modernización económica, pero con fuerte concentración de riqueza y poder, lo que conllevó a un gran retraso político en términos de democratización si comparada a países como Estados Unidos, Inglaterra y Francia (ver WEHLER, 1981 y 1997b). Pese a idealizar las formaciones políticas de esos países como si con sólo haber una cultura política liberal hubiera una democracia estable, Wehler aporta una innegable complejización a partir de una historia política. Como explica Finchelstein, “la cultura política del imperio estaba dominada por la autoritaria aristocracia prusiana que intentaba detener de cualquier forma la democratización” (2010, p. 82). Sin embargo, la explicación por “la falta de modernización plena” no debe servir como pretexto para relativizar un desarrollo histórico que presupone un necesario continuismo entre el imperio alemán y el nazismo, como lo sostienen los historiadores conservadores Andreas Hillgruber y Klaus Hildebrand (FINCHELSTEIN, 2010, p. 87). Sin duda son innegables los elementos autoritarios y los débiles arraigos a un estado legalmente constitucional, pero que se pueda reconocer uno y otro aspecto de continuidad no debe permitir explicar o quizá justificar el desborde de violencia del nazismo como una “característica cultural”. Uno de esos aspectos, tal vez el más llamativo, no se refiere al antisemitismo omnipresente, como quiere Goldhagen, sino a la demagogia de los emperadores y su influencia sobre las masas y movimientos políticos organizados de derecha, lo que promovió una progresiva politización de las clases subordinadas en el contexto más amplio de la 0 alemana, pero “[...] que claramente no implicaba una democratización en términos parlamentarios” (FINCHELSTEIN, 2010, p. 91).

Más allá de las diversas continuidades político-culturales que pudo haber tenido el imperio alemán con el nazismo, no es posible aceptar una justificación de orden “cultural”, como propone de forma contradictoria Goldhagen: si, por un lado, el autor culpa a “alemanes corrientes” por un aspecto de “su cultura política”, por otro, los inculpa porque esa misma cultura serviría de justificación, es decir, atenúa tanto el problema moral como las implicaciones de responsabilidad política específicas e implícitas en el hecho criminal. Es preciso considerar que hubo “previamente una segregación social de los grupos perseguidos”, y que la Solución Final de la “cuestión judía” se dio ya en el contexto de la guerra y de una dictadura (MOMMESON, 1999, p. 108). Desde el punto de vista de Goldhagen, Hitler aparecería como una consecuencia necesaria de la historia alemana, cuyo antisemitismo se consolidó desde fines de la Edad Media. Eso hace que Goldhagen deje de lado a todos los factores situacionales en favor de una única explicación, como si únicamente judíos hubiesen sido asesinados por sádicos “que mataban por placer” (GOLDHAGEN, 1997, p. 185). Como afirma Bankier, “los alemanes comunes sabían cómo distinguir entre discriminación aceptable [...] y el horror inaceptable del genocidio [...] Cuanto más se filtraban las noticias de la matanza en masa, menos el público quería estar involucrado en la Solución Final de la cuestión judía” (BANKIER, 1992, p. 151 apud BROWNING, 1999, p. 120). Para Mommsen, Goldhagen se sitúa en el ala más extrema de la historiografía intencionalista al sostener que Hitler siempre tuvo en mente llevar a cabo un ineludible exterminio de los judíos especialmente cuando la situación de dominio en Europa se lo permitía. Sin embargo, la mayoría de los investigadores sostiene que “hasta 1940 el régimen no contemplaba otra solución que la deportación de los judíos” (MOMMESON, 1999, p. 113).

Como explica en el prefacio a la edición alemana ya conociendo a algunos de sus críticos, Goldhagen no quiere, sin embargo, recaer en la tesis de la “culpa colectiva”, en el sentido de Karl Jaspers, como si absolutamente todos los alemanes por solo pertenecer a una colectividad hayan sido culpables por añadidura. Según Götz Aly (1998), uno de los especialistas más reconocidos y defensor de la tesis “estructuralista”, Goldhagen parece obstinado en radicalizar la tesis “intencionalista” y deja de lado los elementos estructurales que

escapaban al control subjetivo de “[...] los alemanes corrientes” que busca a toda costa incriminar. Para Goldhagen, “[...] los alemanes individuales no fueron piezas de un mecanismo, autómatas, sino participantes responsables capaces de elegir y, en última instancia, autores de sus propias acciones” (1997, p. 18). Antes que un exclusivo “modelo cognitivo” unilateral, lo que propone Browning es tener en cuenta también otros factores ideológicos y situacionales en el contexto de un régimen dictatorial. Goldhagen, al sostener que “la revolución nazi fue consensuada” (GOLDHAGEN, 1997, p. 560), parece ignorar que una dictadura no es un régimen consensual, que las ideologías extremas se propagan por una máquina de propaganda, restricciones a la libertad, “una epidemia de hipocresía en todo discurso público y la corrupción de la sinceridad en el comportamiento público” (BROWNING, 1999, p. 131). El antisemitismo hace parte de esas ideologías y es, así, condición necesaria pero no suficiente para explicar el recurso a la Solución Final. Una tesis contraria al intencionalismo culturalista de Goldhagen es la tesis del “proceso acumulativo de radicalización” sostenida por Hans Mommsen. La estructura del régimen nazi remitía a instituciones que estaban sometidas a una dura y larga competitividad que llevó, no sólo a una “selección negativa de intereses políticos”, sino también a un proceso acumulativo de radicalización que desembocó en la liquidación de los judíos. Por eso Mommsen argumenta que el elemento burocrático en la construcción colectiva del genocidio “[...] es al menos tan relevante como el odio a los judíos que se agudizó como mecanismo compensatorio en el núcleo de las élites del nacionalsocialismo” (MOMMSEN, 1999, p. 107). Para Breton y Wintrobe (1986), los burócratas como Adolf Eichmann se hallaban en una estructura competitiva en la que eran premiados por iniciativas empresariales que promovían los intereses y los objetivos de sus superiores. Según cuenta Mommsen, el auténtico impulso para el Holocausto partió de un grupo de antisemitas fanáticos que eran minoría, pero que eran animados por el propio Hitler y empujados por ese reconocimiento:

Muchos de los principales ejecutores como Adolf Eichmann o Theodor Dannecker no se convirtieron en antisemitas despiadados y fanáticos hasta que iniciaron su ascenso en el seno de las SS, ascenso que les permitió superar determinadas

situaciones profesionales adversas de su vida civil y, desde luego, no actuaron así en absoluto sólo por razones estrictamente ideológicas (MOMMSEN, 1999, p. 106).

Más allá de diversos tipos de recepción y rechazo que pudo haber tenido el trabajo de Goldhagen en la esfera pública, quisiera destacar a dos que trascendieron el ambiente académico. El primero es Norman Finkelstein que vincula el trabajo de Goldhagen a una versión sionista-estadounidense del Holocausto (FINKELSTEIN, 1997). Conocido por su militancia contra el sionismo y todo lo que concierne a la “industria del Holocausto” (ver FINKELSTEIN, 2014), el autor salió en muchos medios de comunicación a reprochar el trabajo de Goldhagen desde un trasfondo político y metodológico, alegando que éste buscaba victimizar a los judíos exagerando al antisemitismo para de alguna manera contrarrestar en la opinión pública la guerra de los seis días y la brutal avanzada de Israel contra los territorios palestinos. La revista alemana *Der Spiegel* publicó dos notas distintas en dos números consecutivos, el 33 y el 34, ambos de 1997, donde se presentan las críticas de Finkelstein a Goldhagen. Si Goldhagen buscó legitimación en la condición de su padre como víctima del Holocausto, Finkelstein por su parte también: sus padres sobrevivieron tanto al guetto de Varsovia como a Auschwitz. Contra la tesis ultraintencionalista defendida por Goldhagen, Finkelstein retoma un texto del cronista de Hitler:

Aún en la guerra, cuando la maquinaria de exterminio ya se hallaba a pleno, él consideraba la masacre de judíos sólo como forma de una amenaza de política externa. Él sabía muy bien que semejante programa de exterminio sería rechazado por la masa del pueblo y por la mayoría de los compañeros de partido” (GOLDHAGEN..., 1997, p. 157).

Después de la guerra, Alemania fue ocupada y reconstruida visando un estado democrático, los culpables fueron juzgados en Nuremberg y otros juicios locales e internacionales, la población fue “desnazificada” [*entnazifiziert*] y, finalmente, ya en 1996, Goldhagen pudo ser recibido en el nuevo país reunificado, especialmente en

medios de comunicación como los canales *ZDF* y *Eins*, para hablar de su obra y, claro, para promocionarla, no sin recibir durísimas críticas con aplausos del público incluidos. Finchelstein comenta que en su gira promocional, “Goldhagen fue tratado por el público y los medios como una controvertida estrella del espectáculo” (1999, p. 64) que venía a marcar un quiebre en la autopercepción de los alemanes sobre el Holocausto y su conciencia democrática actual. Venía a hablarle a los hijos y nietos de los perpetradores que nacieron después de la guerra. Su misión parecía consistir en extenderle a los alemanes un “[...] certificado de buena salud democrática [...] explicándoles las diferencias entre su oscuro pasado y su luminoso presente” (FINCHELSTEIN, 1999, p. 64). El “Premio Democracia” que recibió Goldhagen en marzo de 1997 en Alemania no escondió su “carácter performativo” dada la resonancia que tanto el libro como el autor tuvieron en Alemania (HABERMAS, 2001, p. 38). La exposición amplia, pero al mismo tiempo niveladora de hechos tan complejos, pareció satisfacer la necesidad de explicaciones simplistas de la masa del público. Habermas no ve como justificado el amplio y categórico rechazo que tuvo el libro de Goldhagen por parte de los historiadores académicos, aunque no deje de ironizar y distanciarse apuntando que el libro por su estilo de una estética de la crueldad obtiene efectos emocionales “[...] con descripciones obscenas que oscurecen la facultad de juzgar” (HABERMAS, 2001, p. 38). Habermas valora la incidencia positiva que tiene un libro de origen académico con estatus de *bestseller* sobre el pasado reciente que aborda un tema tabú como es el Holocausto y, además, rescata en defensa de Goldhagen el argumento de Herbert Jäger (1997) de que el polémico libro no afirma una culpa colectiva, sino que nos presenta una culpa individual en masa. Habermas sabe, sin embargo, que el libro contiene errores metodológicos como la tesis ultraintensionalista de “un camino derecho hacia Auschwitz” con muchos ejemplos y descripciones seleccionadas casi siempre descontextualizadas para sostener su golpe de efecto aterrador (HABERMAS, 2001, p. 48). Pero ese y otros errores no invalidan la importancia de abrir un debate y discutir el pasado, especialmente después de la unificación que, ya desde el primer *Historikerstreit*, dejaba en evidencia los problemas que implican forjar una identidad a partir de una conciencia histórica superadora del pasado nazi.

## Consideraciones finales; Debatir para aprender con la historia? La historia como crítica permanente

En una etapa ya posterior al *Historikerstreit*, el historiador conservador Michael Stürmer se pregunta en un breve artículo en el *FAZ* del 27 de diciembre de 1993 “[...] durante cuánto tiempo hemos de seguir permitiendo todavía al convidado de piedra del pasado ejercer su derecho a veto sobre todo el presente y sobre todo el pasado en cuestiones de virtud ciudadana y amor a la patria”. En un corto texto de 1994 publicado en su *Kleine politische Schriften VIII*, Habermas escribe, en respuesta a Michael Stürmer, que

para aprender de la historia no podemos echar a un lado ni reprimir los problemas no resueltos; tenemos que mantenernos abiertos a las experiencias críticas; pues de otro modo ni siquiera podemos percibir los acacimientos históricos como desmentidos, como evidencias del fracaso de nuestras expectativas (HABERMAS, 1997a, p. 47).

Está en juego “[.] la idea de que sólo podemos aprender de la historia cuando la consideramos una instancia crítica” (HABERMAS, 1997b, p. 73). Retomando un texto de Reinhart Koselleck, Habermas afirma que la historia como *magistra vitae* conduce al engaño si tenida en cuenta sólo como lectura afirmativa. Una *historia magistra vitae* crítica nos dice sobre todo “[...] qué ruta no podemos emprender” (HABERMAS, 1997b, p. 47). Habermas, intelectual referente del SPD (Partido de la Socialdemocracia Alemana), se refería, además del mencionado artículo de Stürmer, al contexto alemán, específicamente a cómo la CDU (Unión Democrática Cristiana) se consolidaba políticamente con discursos xenófobos y elitistas, como en Baviera. “Y quien se pone a despedir a tal instancia misma calificándola de ‘convidado de piedra del pasado [...]’”, concluye Habermas, “[...] lo único que demuestra es que no quiere aprender nada de la historia” (HABERMAS, 1997b, p. 47). Sin embargo, una lectura atenta de Koselleck nos permitiría tal vez desarrollar la lectura de Habermas que, en la brevedad de su texto, considera el

topos de la *historia magistra vitae* de modo parcial y busca un claro efecto performativo, dado el contexto del debate.

Los tres debates recién presentados podrían ser sintetizados y reescritos a partir del par de categorías metahistóricas propuesto por Reinhart Koselleck: *espacio de experiencia y horizonte de expectativas*. Para Koselleck, ambas categorías son claves para abordar la temporalidad en la historia. Pasado y futuro no coinciden nunca, lo que permite concluir que

“[...] una expectativa jamás puede ser deducida totalmente de la experiencia. Una experiencia, una vez hecha, está completa en la medida en que sus causas son pasadas, al paso que la experiencia futura, anticipada como expectativa, se descompone en una infinidad de momentos temporales” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

La presencia del pasado como experiencia debe ser distinguida de la presencia del futuro, de la expectativa. Lo que se espera para el futuro está claramente limitado de una forma diferente de lo que fue experimentado en el pasado. Las expectativas, como los pronósticos y previsiones, pueden ser revistas, mientras que las experiencias hechas son reunidas. Sin embargo, es únicamente en la historia que esas categorías pueden articularse. En la Edad Media, donde predominaban la Iglesia y las profecías escatológicas, el espacio de experiencia y el horizonte de expectativas prácticamente coincidían: los pronósticos eran deducidos mayormente de eventos pasados y estaban impregnados con la ideología bíblica oficial. Una profecía no realizada podía ser reiterada. “La estructura repetitiva de la expectativa apocalíptica garantizaba que las experiencias contrarias, aquí abajo, fueran inmunizadas” (KOSELLECK, 2006, p. 316).

Sin embargo, a partir del Renacimiento y de la Reforma, los progresos técnicos y los logros propiamente políticos para lograr la paz en el campo de la religión en razón de la guerra de los 30 años consolidó una nueva calidad de expectativas hacia el futuro. El horizonte de expectativas empieza a desacoplarse del espacio de experiencia de un nuevo modo. Si antes la retomada de una profecía del fin del mundo quedaba incrustada en el ciclo natural de varias generaciones, después

del descubrimiento del nuevo mundo y del consecuente descubrimiento de otros pueblos, y a partir de la revolución copernicana y la consolidación de la ciencia, se transforma la relación entre espacio de experiencia y horizonte de expectativa: surge una noción de “progreso” (social, económico y técnico) que permite proyectar una aceleración de la percepción del tiempo. Si antes los pronósticos estaban sometidos a la colección de eventos del pasado, a partir del siglo XVIII esas previsiones se transforman en expectativas de largo plazo “para un futuro nuevo” (KOSELLECK, 2006, p. 319). El progreso no podía ya depender sólo de la experiencia: algo ineludiblemente nuevo se proyectaba en el horizonte de expectativas. La Revolución Francesa no sólo reconfiguraba toda expectativa política, sino que además mostraba la intensidad de los cambios que en el futuro podrían darse: parecía que no era “[...] más posible proyectar ninguna expectativa a partir de la experiencia pasada” (KOSELLECK, 2006, p. 319). Aunque no pudiera ser deducido de la experiencia, el futuro trajo la certeza de que las invenciones y avances científicos podrían crear un mundo nuevo. Se creaba así una irreversible asimetría entre el espacio de experiencia y el horizonte de expectativa. Ciencia y técnica de cierto modo “[...] estabilizaron el progreso como siendo la diferencia temporal progresiva entre la experiencia y la expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 321). Así, para Koselleck, “[...] en la modernidad la diferencia entre experiencia y expectativa no para de crecer” (2006, p. 322).

La historia como ciencia tuvo que incorporar esa asimetría a su concepto, y para eso dejó de orientarse por experiencias pasadas individualizadas y organizadas cronológicamente para pasar a ser considerada una totalidad: una “totalidad abierta para un futuro portador de progreso” (KOSELLECK, 2006, p. 319). La historia se condensó en un término “singular colectivo” y pasó entonces a ser “sujeto y objeto de sí misma” (KOSELLECK, 2013a, p. 54). La “historia misma” como algo único viene a ser “un desenlace del Historicismo” (KOSELLECK, 2013a, p. 53). Si toda la historia es única, también el futuro debe ser único, distinto, por supuesto, al pasado. La historia tiene una unicidad continua: ya “[...] no podía ser enseñada como ejemplo” (KOSELLECK, 2006, p. 319). Sin embargo, las categorías de aceleración y retraso, evidentes desde la Revolución francesa, modifican en ritmo variable las relaciones entre pasado y futuro en razón del partido o punto de

vista político (KOSELLECK, 2006, p. 59). La historia ya no puede ser la “maestra” [*historia magistra vitae*] que nos provee un arte político-terapéutico. La historia sólo puede ser “instructiva” en la medida en que “puede conducir y entusiasmar los ánimos en dirección a una recreación autónoma e independiente” (KOSELLECK, 2006, p. 60). En la conformación de la historia como una unidad reside la distinción entre *Historie* y *Geschichte*. La primera, vinculada a la idea de *magistra vitae*, servía no sólo de instrucción por su pretensión de determinar el espacio de experiencia a través de la ostensiva colección de hechos históricos pasados, sino también para sentenciar y juzgar acontecimientos históricos, es decir, someter a la experiencia pasada el horizonte de expectativas. Es lo que pretende Habermas en su respuesta a Michael Stürmer: usar cierto sentido político de la historia reciente como advertencia. Tal uso, diría Koselleck, presupone algo como “una justicia inmanente a la historia” (2006, p. 56).

La segunda [*Geschichte*] hace referencia a una “justaposición de capas” [*Schichtung*] (KOSELLECK, 2006, p. 135). La metáfora es espacial y tiende a una imagen de algo estático. Es de ésta metáfora que podemos pensar la historia como un modo de conocimiento que busca la estructura, lo abstracto presente en los eventos y coyunturas. La historia como ciencia permite pasar críticamente de un orden de duración a otro, comparar, distinguir, resaltar la especificidad, pero también aproximaciones respetando el nivel de abstracción que las justifica. Es lo que nos permite advertir sobre la tesis arbitraria y ultraintencionalista de Goldhagen: nos abre la necesidad de recurrir a distintos niveles de argumentación. Nos lleva a complejizar los argumentos para entender de algún modo siempre parcial el fenómeno del nacionalsocialismo: por un lado, los *eventos* como las masacres del 101 Batallón de Policía o las marchas de la muerte e incluso la receptividad de un libro como *Los verdugos voluntarios de Hitler* en Alemania. Por otro, *aspectos estructurales* como el antisemitismo, la radicalización ideológica del régimen, la sistematicidad del exterminio en los campos, las memorias de las víctimas, las tesis sobre el *Sonderweg* etc. Una no clara distinción entre el nivel de los eventos y el de las estructuras fue el gran error de Goldhagen. Para el autor estadounidense, un evento se podría explicar simplemente por una asociación directa a algún aspecto estructural, como el antisemitismo. Eso lo llevó a una

reconstrucción anacrónica en términos de justificación metodológica de la tesis del *Sonderweg*, “[...] el camino derecho hacia Auschwitz”, como ironizó Habermas. Koselleck le advertiría a Goldhagen que “[...] cada contexto de fundamentación posee potencialmente una multiplicidad tan grande como la suma imaginada de todos los posibles acontecimientos y sus conexiones con el pasado” (2006, p. 262). Apostar tan solo por un aspecto, como el “antisemitismo eliminador”, es “crear una ciega necesidad que nunca puede probar porqué algo ocurrió de esta y no de aquella manera” (KOSELLECK, 2006, p. 265). Nos interesó aquí mostrar el contexto de la recepción. Por un lado, los historiadores alemanes pudieron movilizar poco más de cincuenta años de estudios sobre el período nacionalsocialista para refutar a Goldhagen. Es decir, el *espacio de experiencia* que recibe al libro *Los verdugos voluntarios de Hitler* disponía de un diversificado nivel de reflexividad: muchos trabajos de investigación y líneas teóricas que complejizaron el período estudiado de tal manera que una tesis “monocausal” jamás podría hacerle justicia a esa diversidad. El *horizonte de expectativa*, más allá de los permanentes avances sobre la complejidad de los estudios sobre el Tercer Reich, era el de una nueva democracia, que venía de una festejada reunificación. El “premio democracia” dado a Goldhagen en 1997 es, en su performatividad, un autopremio por la tolerancia y la capacidad de autocrítica.

Desde el punto de vista de la historia de los conceptos, explica Koselleck, “*Historie y Geschichte* se contaminaron mutuamente, pero con un claro predominio del término *Geschichte* en el doble sentido de ciencia y narración, por un lado, y de entramado de acontecimientos y efectos, por otro” (KOSELLECK, 2013a, p. 52). A partir de 1770, ya en el contexto del idealismo, el término historia asume un valor trascendental. “La historia se convirtió en una categoría subjetiva de la consciencia, en forma análoga, por lo demás, a los conceptos ‘revolución’ y ‘progreso’” (KOSELLECK, 2013a, p. 52). La historia, entendida como *colectivo singular*, además de haberse vuelto una categoría subjetiva de la consciencia, encierra también “la condición de posibilidad de todas las historias individuales” (KOSELLECK, 2013a, p. 55). La *historia en sí misma* pasa a ser un concepto que aspira a la totalidad: desde la Revolución Francesa “historia” se convierte en un concepto “metahistórico”. Sin embargo, el uso del concepto

*historia* como una categoría trascendental pasó por distorsiones, por así decirlo, más allá del campo histórico-filosófico. Koselleck usa el término “acrítico” para referirse a apropiaciones secularizadas: “[...] la historia universal es el tribunal universal; la historia se torna omnipotente, omnisciente e infinitamente justa [...]”; es como si pasase a ser, para algunos, “la religión de nuestro tiempo”, escribe en 1876 Klaus Lankheit (KOSELLECK, 2013a, p. 56). En la política, se convoca la historia como verdad para exhibir y justificar a la vez las intenciones, como en el discurso de Hitler: “Seremos recordados por nuestra obra en la más lejana posteridad” (KOSELLECK, 2013a, p. 57). La historia como término que remite a lo “colectivo singular” puede ser maleable y estar sujeto a usos performativos, recurrir a “valores”. Koselleck defiende entonces que la ciencia histórica siempre va a buscar su unicidad como recurso crítico-metodológico. Cuanto más problemática se vuelve la “historia en sí”, “la historia sin más”, tanto más legítima y necesaria “se vuelve la investigación histórica como ciencia crítica” (2013a, p. 59).

Como instancia crítica permanente, la historia construye a partir de su temporalidad presente específica su relación con el pasado y el futuro. La necesidad inmanente de un presente debe poner en movimiento las pretensiones semánticas de larga duración y evento. Koselleck le atribuye una forma antinómica cuando dice que “[...] el pasado es absolutamente pasado, es irrevocable – y al mismo tiempo no lo es: el pasado es presente y contiene futuro” (2013a, p. 68). Es como si la pretensión trascendental de la historia se fugara en el instante mismo de su escritura, de su presente. “La diferencia entre la historia real y la historia interpretada se reproduce de nuevo en forma permanente” (KOSELLECK, 2013a, p. 102). Esto conlleva a que Koselleck defienda una metodología de la historia que pueda abarcar como objeto las historias, en plural. No sería posible atar semánticamente la pluralidad de historias (épocas, estructuras, distintas interpretaciones y narraciones de eventos etc.) a un concepto trascendental de historia, como en el idealismo alemán. Las perspectivas de los historiadores permanecen vinculadas al lugar en que están posicionadas, al contexto en que fueron concebidas. El tiempo del historiador debe ser un dato metodológico inmanente: es la presentificación que tiene la historia, la garantía de que será pasado en una venidera perspectiva del futuro. “La forma de la historia en general, y con ello la de las historias que

han de poder hacerse visibles por medio de ella, es [paradójicamente] su temporalidad específica” (KOSELLECK, 2013a, p. 78).

Volvamos a Habermas y al par conceptual *espacio de experiencia y horizonte de expectativa*. Como pudimos ver en los debates, Auschwitz impone que se tenga en cuenta el espacio de experiencia para advertir sobre cierto horizonte de expectativa. El futuro pareciera estar asombrado por las huellas del Holocausto. La memoria de la tragedia invierte el “aumento de la diferencia” entre experiencia y expectativa como sentenciaba Koselleck para la modernidad basada en el “progreso”. Como en las tesis benjaminianas, el ángel de la historia que va de espalda al progreso mirando la muerte y los escombros sería la nueva y única metáfora. Parafraseando a Adorno, podríamos afirmar que escribir historia después de Auschwitz obliga a pensar un horizonte de expectativa que nunca podrá liberarse de su pasado. ¿Sería un retorno al *topos* de la *historia magistra vitae*? Koselleck explica que “un evento puede adquirir un significado estructural” (KOSELLECK, 2006, p. 140). Los eventos sólo se pueden narrar y las estructuras sólo se pueden describir, sostiene Koselleck. La investigación histórica busca “el esclarecimiento recíproco de los eventos por las estructuras y vice-versa” (KOSELLECK, 2006, p. 139). Así como Koselleck piensa la Revolución Francesa, Auschwitz es evento y estructura a la vez: culmina un proceso de radicalización política, representa un desvío perverso de una “racionalidad” y abre una exigencia político-moral hacia la memoria de las víctimas. Como premisa, podemos afirmar que el descubrimiento después de la guerra del sistemático y complejo sistema de exterminio que culminó en Auschwitz reconfiguró tanto el espacio de experiencia como el horizonte de expectativas de los historiadores: el problema de abordar la Segunda Guerra no tiene sólo una connotación metodológica, sino también – y necesariamente – moral y política. Vimos que pese a eso, Martin Broszat siguió apostando por un abordaje de cierto modo anacrónico (en términos de justificación política y metodológica) al “historizar” el cotidiano de los alemanes del régimen hitlerista sin tener en cuenta las políticas de exterminio o problematizarlas en su historiografía. La historia no se rige por la cronología, sino más bien al revés: el historiador debe “[...] poner al descubierto estructuras temporales acordes con las variadas formas del movimiento histórico” (KOSELLECK, 2013a, p. 73). Broszat

ignoró el nuevo espacio de experiencia de los historiadores y se tuvo que enfrentar, como consecuencia, al daño moral apuntado por Friedländer, a saber, la nueva relación entre espacio de experiencia y horizonte de expectativas que representa la memoria del Holocausto.

En un texto de 1997, Koselleck advertía que el peligro de “atribuir un carácter inevitable a la historia no significa más que subordinarse y plegarse a ella para promover así una presunta necesidad” (KOSELLECK, 2013b, p. 112). Koselleck se refería a la arbitrariedad de cierta historiografía que interpreta eventos a partir de consecuencias posteriores que en su momento eran imprevisibles, como la batalla de Stalingrado. En el *Historikerstreit*, como vimos, tanto Nolte como Hillgruber trataron de justificar el nazismo *ex post*. Nolte recurre a la idea de una guerra civil contra el bolchevismo para justificar al nazismo y su frente oriental, al mismo tiempo que retoma la persecución a los judíos de la Unión Soviética para justificar o al menos relativizar los “antecedentes” de los campos de exterminio nazis. Decir que la Revolución Rusa fue una precondition para el nacionalsocialismo hace parte de una estrategia revisionista y relativizadora que no tiene miedo de asumir un anacronismo favorecido por la guerra fría. Hillgruber, en *Zweierlei Untergang...*, reproduce la épica del frente oriental y retoma el lenguaje burocrático para referirse a las “técnicas” de exterminio con gas en los campos. Estos historiadores parecen preocupados en apropiarse de la historia en el sentido que Koselleck llama “colectivo singular”, entendido aquí en un sentido solemne, demasiado pretencioso de la “historia en sí”. Habermas tiene razón en reprochar la estrategia conservadora de la “coalición”. El espacio de experiencia que presupone Habermas parte de una crítica a la cultura político-partidaria, una disputa ideológica que se extendía desde los tiempos de Adenauer entre la SPD y la CDU. El acercamiento de la CDU a la política occidentalista y procapitalista de los Estados Unidos parecía propiciar al mismo tiempo que necesitaba una distorsión de la historia para legitimarse. Si la *historia magistra* vitae enseña desde lo negativo, ¿ya no se habría aprendido lo suficiente con las simplificaciones revisionistas llevadas a cabo por la propaganda nazi? Habermas, sin embargo, sostiene su posición basándose en un horizonte de expectativas político-cultural al defender el patriotismo constitucional y una identidad moderna y posconvencional. Al buscar en ese horizonte de expectativas un “universalismo moral” y

“experiencias de emancipación”, no deja, sin embargo, de recaer en una “filosofía de la historia”. La pretensión de una evolución ilustrada de la sociedad moderna hace que Habermas fundamente su posición en una idea de “razón”, o mejor, de racionalidad, un dispositivo cultural que presupone normas morales y pretensiones de validez del habla. Ese nuevo horizonte de expectativas tiene como espacio de experiencia el sentido público de la memoria colectiva: la diversidad de investigaciones históricas y la diversidad de posiciones políticas. Es un espacio de experiencia que necesita proyectar también hacia el presente y el pasado reciente una voluntad popular para una democracia postconvencional como norma social estructurante de los discursos. La instancia crítica de la historia se hace también a la medida que se la escribe y discute.

### **THE PROBLEM OF NORMALIZATION IN THREE DEBATS: HISTORIZATION, *HISTORIKERSTREIT* AND GOLDHAGEN**

**Abstract:** In a context of historical revisionism is expected to have dispute about risks of political resignification on the issues discussed. However, when the object of discussion is political violence, it is usually more problematic challenge certain canon, given their moral burden in other areas of discursive validity. We call here “normalization” to the mode of “relativization” or resignification of certain collective guilt in relation to the political violence. Normalization is a discursive strategy that seeks to transcend their original intention of historiographical revision by winning the public area in its significant multiplicity. We will rebuild in this article three contexts where we can identify different modes of normalization. The first context concerns the debate between Broszat and Friedländer about the Historicization from *Alltagsgeschichte* (history of everyday). The second one enroll in the *Historikerstreit* or complaint of historians, and begins with a public debate in which Habermas responds to an Article of conservative historian Ernst Nolte, that compared Nazi Germany to the Soviet Stalinism in the context of the Cold War. Finally we deal with the debate on the bestseller by Daniel Goldhagen, widely echoed in the German public sphere, where an exaggerated “culturalization” of German antisemitism as the sole cause of the Holocaust stands out.

**Keywords:** Historization. *Historikerstreit*. Debate Goldhagen.

## Referencias

- ACHA, Omar. El pasado que no pasa: la *Historikerstreit* y algunos problemas actuales de la historiografía. *Entrepasados, Revista de historia*, v. 5, n. 9, p. 113-139, 1995.
- ADORNO, Theodor W. La idea de Historia Natural. In: \_\_\_\_\_. *Actualidad de la filosofía*. Barcelona: Ed. Paidós, 1991. p. 103-134.
- ALY, Götz. The Universe of Death and Torment. In: SHANDLEY, R. *Unwilling Germans? The Goldhagen Debate*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. p. 167-174.
- BALDWIN, Paul. The Historikerstreit in context. In: BALDWIN, P. (Comp.). *Reworking the past: Hitler, the Holocaust and the Historians' debate*. Boston: Beacon Press, 1990. p. 3-37.
- BENZ, Wolfgang. Die Abwehr der Vergangenheit. Ein Problem nur für Historiker und Moralisten? In: DINER, D. (Hrsg.). *Ist der Nationalsozialismus Geschichte?: Zu Historisierung und Historikerstreit*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 1988. p. 17-33.
- BIRN, Ruth Bettina. Historiographical Review: Revising the Holocaust. *The Historical Journal*, v. 40, n. 1, p. 193-215, 1997.
- BOCK, Gisela. *Zwangssterilisation im Nationalsozialismus: Zur Rassenpolitik und Frauenpolitik*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1986.
- BRETON, Albert; WINTROBE, Ronald. The Boureaucracy of Murder Revisited. *The Journal of Political Economy*, v. 94, n. 5, p. 905-926, 1986.
- BROSZAT, Martin. Plädoyer für eine Historisierung des Nationalsozialismus. *Merkur*, n. 39, p. 373-385, 1985.
- \_\_\_\_\_. Zur Sozialgeschichte des deutschen Widerstands. *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, v. 34, n. 3, p. 293-309, 1986.
- BROSZAT, Martin et al. (Hrsg.). *Bayern in der NS-Zeit*. Sechs Bänden. München: Oldenbourg Verlag, 1983.
- BROSZAT, Martin; FRIEDLÄNDER, Saul. Um die Historisierung des Nationalsozialismus. Briefwechsel. *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, München-Berlin, v. 36, n. 2, p. 339-372, 1988.
- BROWNING, Christopher R. La demonización no aclara nada. In: CANET, Manuel; RENAU, Elisa (Trad.). *La controversia Goldhagen: los alemanes corrientes y el Holocausto*. Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1997. p. 14-20. (Biblioteca Debats, 21).

\_\_\_\_\_. Memoria alemana, interrogación judicial y reconstrucción histórica: escritura de la historia a partir del testimonio de posguerra. In: FRIEDLÄNDER, S. (Comp.). *En torno a los límites de la representación*. El nazismo y la solución final. Bernal: Ed. Universidad de Quilmes, 2007. p. 47-68.

\_\_\_\_\_. Los verdugos voluntarios de Daniel Goldhagen. In: FINCHELSTEIN, F. (Comp.). *Los alemanes, el Holocausto y la culpa colectiva*: el debate Goldhagen. Buenos Aires: EUDEBA, 1999. p. 115-135.

COHEN, Stanley. *Estados de negación*. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, 2005.

DINER, Dan. Zwischen Aporie und Apologie. Über Grenzen der Historisierung des Nationalsozialismus. *Gewerkschaftliche Monatshefte*, v. 87, n. 3, p. 153-159, 1987.

FEST, Joachim. Die geschundete Erinnerung. Zur Kontroverse über die Unvergleichbarkeit und Vergangenheitsbewältigung in der Bundesrepublik. *FAZ*, 29 de Agosto de 1986. In: AUGSTEIN, R. (Org.). *Historikerstreit*. Die Dokumentation der Kontroverse um die Einzigartigkeit der nationalsozialistischen Judenvernichtung. 8. Aufl. München: Piper Verlag, 1991. p. 100-112.

FINCHELSTEIN, Federico. El canon del Holocausto. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

\_\_\_\_\_. El debate Goldhagen en contexto. Memorias colectivas y representaciones críticas. In: FINCHELSTEIN, F. (Comp.). *Los alemanes, el Holocausto y la culpa colectiva*: el debate Goldhagen. Buenos Aires: EUDEBA, 1999. p. 31-72.

FINKELSTEIN, Norman. Daniel Jonah Goldhagen's 'Crazy' Thesis: A Critique of *Hitler's Willing Executioners*. *New Left Review*, London, n. 224, p. 39-88, July 1997.

\_\_\_\_\_. La industria del Holocausto. Madrid: Ed. Akal, 2014.

FRIEDLÄNDER, Saul. Some reflections on the historicization of national socialism. *Tel Aviver Jahrbuch für deutsche Geschichte*, n. 16, p. 310-324, 1987.

FURET, François. *Pensar la revolución francesa*. Barcelona: Ediciones Petrel, 1980.

GOLDHAGEN, Daniel J. *Los verdugos voluntarios de Hitler*: los alemanes corrientes y el Holocausto. Madrid: Ed. Taurus, 1997.

GOLDHAGEN – Ein Quellentrickser? *Der Spiegel*, n. 33, p. 156-158, 1997.

HABERMAS, Jürgen. ¿Aprender de la historia? In: \_\_\_\_\_. *Más allá del Estado nacional*. Madrid: Ed. Trotta, 1997a. p. 39-48.

\_\_\_\_\_. Concerning the public use of history. *New German Critique*, v. 44, p. 40-50, Spring/Summer 1988a.

\_\_\_\_\_. Consciencia histórica e identidad posttradicional. In: \_\_\_\_\_. *Identidades*. Madrid: Ed. Tecnos, 1989a. p. 83-110.

\_\_\_\_\_. Die Kulturkritik der Neokonservativen in den USA und in der Bundesrepublik. In: \_\_\_\_\_. *Die Moderne: ein unvollendetes Projekt: Philosophisch-politische Aufsätze (1977-1992)*. Leipzig: Reclam, 1992. p. 75-104.

\_\_\_\_\_. Geschichtsschreibung und Geschichtsbewusstsein. *FAZ*, 11 ago. 1986.

\_\_\_\_\_. Identidad nacional e identidad postnacional. Entrevista con J. M. Ferry. In: \_\_\_\_\_. *Identidades*. Madrid: Ed. Tecnos, 1989b. p. 111-121.

\_\_\_\_\_. A kind of settlement of damages (Apologetic tendencies). *New German Critique*, v. 44, p. 25-39, Spring/Summer 1988b.

\_\_\_\_\_. Respuestas a las preguntas de una comisión de encuestas del parlamento. In: \_\_\_\_\_. *Más allá del Estado nacional*. Madrid: Ed. Trotta, 1997b. p. 49-83.

\_\_\_\_\_. Sobre o emprego público da historia. In: \_\_\_\_\_. *A constelação Pós-nacional*. São Paulo: Ed. Littera Mundi, 2001. p. 37-49.

\_\_\_\_\_. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Band I und II. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1981.

HILLGRUBER, Andreas. *Zweierlei Untergang: Die Zerschlagung des Deutschen Reiches und das Ende des europäischen Judentums*. Berlin: Siedler Verlag, 1986.

JÄGER, Herbert. Die Widerlegung des funktionalistischen Täterbildes. Daniel Goldhagens Beitrag zur Kriminologie des Völkermords. *Mittelweg*, n. 36, p. 220-237, feb./mar. 1997.

KAILITZ, Stephen. Einleitung. In: \_\_\_\_\_. (Comp.). *Die Gegenwart der Vergangenheit: Der "Historikerstreit" und die Deutsche Geschichtspolitik*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008. p. 7-14.

KERSHAW, Ian. *La dictadura nazi: principales controversias en torno a la era de Hitler*. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC do Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. ¿Para qué todavía investigación histórica? In: \_\_\_\_\_. *Sentido y repetición en la historia*. Buenos Aires: Ed. Hydra, 2013a. p. 39-78.

\_\_\_\_\_. Sobre el sentido y el sinsentido de la historia. In: \_\_\_\_\_. *Sentido y repetición en la historia*. Buenos Aires: Ed. Hydra, 2013b. p. 79-124.

LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

\_\_\_\_\_. Representar el Holocausto: reflexiones sobre el debate de los historiadores. In: FRIDLÄNDER, S. (Comp.). *En torno a los límites de la representación: El nazismo y la solución final*. Bernal: Ed. Universidad de Quilmes, 2007. p. 171-198.

LÜDTKE, Alf. De héroes de la resistencia a los coautores. In: CASTELLS, L. (Comp.). *La historia de la vida cotidiana*. Madrid: Ed. Marcial Pons, 1995. p. 49-100.

MASON, Timothy. *Nazism, Fascism and the Working Class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Social Policy in the Third Reich: The Working Class and the 'National Community'*. Oxford: Berg Editorial, 1993.

MOMMSEN, Hans. La sutil pátina de la civilización. In: CANET, Manuel; RENAU, Elisa (Trad.). *La controversia Goldhagen: Los alemanes corrientes y el Holocausto*. Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1999. p. 100-118. (Biblioteca Debats, 21).

\_\_\_\_\_. National Socialism. Continuity and Change. In: LAQUEUR, W. (Ed.). *Fascism: A Readers Guide*. Harmondsworth: Penguin Books, 1976. p. 179-210.

MOSES, A. D. Structure and Agency in the Holocaust: Daniel J. Goldhagen and His Critics. *History and Theory*, v. 37, n. 2, p. 194-219, May 1998.

NOLTE, Ernst. *El fascismo en su época: Action Française, Fascismo y Nacional-socialismo*. Madrid: Ed. Península, 1967.

\_\_\_\_\_. *La guerra civil europea, 1917-1945: Nacionalsocialismo y bolchevismo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.

OFFE, Claus. Democracy against the Welfare-State? Structural Foundations of Neoconservative Political Opportunities. *Political Theory*, v. 15, n. 4, p. 501-537, 1987.

PEUKERT, Detlev J. K. Alltag und Barbarei. Zur Normalität des Dritten Reiches. *Gewerkschaftliche Monatshefte*, v. 87, n. 3, p. 142-153, 1987.

RABINBACH, Anson. From explosion to erosion. Holocaust Memorialization in America since Bitburg. *History and Memory*, v. 9, n. 1/2, p. 226-255, 1997.

RAUSCHENBERG, Nicholas. Entre Adorno y Habermas. Notas sobre la experiencia intelectual de Albrecht Wellmer. *Revista Controversia*, v. 7, n. 1. p. 38-60, 2011.

SITTON, John. *Habermas y la sociedad contemporánea*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, México, 2006.

STÜRMER, Michael. Kein Eigentum der Deutschen: die deutsche Frage. In: WEIDENFELD, W. (Hrsg.). *Die Identität der Deutschen*. Bonn: Goldmann Verlag, 1983. p. 81-92.

TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de su uso*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

ULRICH, Volker. Los verdugos voluntarios de Hitler. In: CANET, Manuel; RENAU, Elisa (Trad.). *La controversia Goldhagen: Los alemanes corrientes y el Holocausto*. Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1999. p. 129-135. (Biblioteca Debats, 21).

WEHLER, Hans-Ulrich. Como una espina clavada. In: CANET, Manuel; RENAU, Elisa (Trad.). *La controversia Goldhagen: Los alemanes corrientes y el Holocausto*. Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1997a. p. 39-51. (Biblioteca Debats, 21).

\_\_\_\_\_. 'Deutscher Sonderweg' oder allgemeine Probleme des westlichen Kapitalismus? Zur Kritik an einigen 'Mythen deutscher Geschichtsschreibung'. *Merkur*, v. 35, n. 5, p. 478-487, 1981.

\_\_\_\_\_. *The German Empire 1871-1918*. Oxford: Berg, 1997b.

Recebido em: 20/ 01/ 2015

Aprovado em: 15/ 07/ 2016



# RESENHA



MALLIMACI, Fortunado.  
*El mito de la Argentina laica:*  
catolicismo, política y Estado. Buenos Aires:  
Capital Intelectual, 2015.

Eduardo Gusmão de Quadros\*

Conhecer a história dos argentinos contribui para alargar a visão geralmente difundida da história do Brasil. Existe, afinal, uma série de processos políticos e econômicos que apresentam traços semelhantes, o que poderia ser ampliado, obviamente, para a história latino-americana como um todo. Isso é especialmente válido se o foco estiver em uma instituição internacional, como é o caso da Igreja Católica Romana.

Qualquer estudo sobre a história do catolicismo necessita articular esses dois aspectos: o global, gestado a partir do Vaticano, e o nacional ou local, onde a ação religiosa deve intervir respeitando os elementos condicionantes mantidos pelos atores sociais. No primeiro nível, a Igreja Católica apresenta-se como salvadora da humanidade, já que representa a ação do Deus criador dos céus e da terra; no segundo nível, é uma instituição política que atua como uma “nação” dentre outras, com o interesse de fortalecer seu domínio.

Ao enfrentar a questão do “mito da laicidade” na história da Argentina, Fortunato Mallimaci tem isso claro. Portanto, por toda a obra, sua análise percorre as vias de mão dupla entre a Europa e a América Latina, sem esquecer o modo como as camadas populares reagem às estratégias implantadas pelas elites, sejam elas políticas ou religiosas. O fundamento teórico-metodológico para integrar tais

---

\* Docente do PPG em História e em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor em Historia pela Universidade de Brasília – UnB. E-mail: eduardo.hgs@hotmail.com.

aspectos é de inspiração bourdieusiana, apesar de o autor indicar diversas vezes as reflexões de Ernst Troeltsch como suporte relevante.

O livro estrutura-se em seis capítulos. Eles podem ser lidos como hipótese de periodização, mas também podem ser formas de relação que a instituição eclesiástica católica estabelece com as demais esferas sociais. Assim, não é meta do autor realizar uma abordagem propriamente contextual, e o texto rompe com a confortável linearidade cronológica, uma decorrência da postura de considerar “[...] el catolicismo como un lugar social donde se confrontan discursos competitivos y desiguales” (p. 66), preferindo intercambiar os marcos históricos com processos contemporâneos. Os limites entre o que estaria “fora” ou “dentro” da igreja são altamente questionáveis quando se quer entender seu papel na governamentalidade:

Un análisis sociológico sobre el catolicismo no puede abordar su sujeto de estudio si lo encierra en un universo puramente religioso. El fenómeno debe estar ligado a la sociedad que lo involucra y si esta se encuentra dividida, conflictuada, enfrentada, se pueden encontrar esos conflictos, con formas propias, dentro del espacio de lo religioso, especialmente si se trata de un movimiento dominante y extensivo como es el catolicismo. Si esos conflictos se agudizan se puede ver cómo se generan estructuras intermedias y paralelas que un estudio de ese tipo no puede ignorar. Por esto, creemos necesario mostrar los procesos que relacionen estructuras, agentes y personas en el largo plazo (p. 66).

Nessa perspectiva, o capítulo inicial trata da mescla dos valores e símbolos católicos com as manifestações nacionais argentinas. O ideário de edificar uma *religião civil* perpassa o discurso das elites sócio-religiosas. Mesmo que tenha sido declarada a laicidade estatal desde meados do século XIX, bem como da educação, o autor afirma que “[...] sin símbolos y sin sagrados no se consolidan las nuevas naciones” (p. 20). A igreja católica não era tão forte, na época, para interferir diretamente nesse projeto, contudo havia uma crença difusa, sem demasiada fidelidade doutrinária ou ética, que unificava boa parte da população. O

conflito com as ideias do positivismo foi tênue e já nos primórdios do século XX a *igreja-mãe* estava casada com o *estado-pai* (p. 33).

Nas décadas de vinte e trinta do mesmo século, as tendências integristas, totalizadoras, inspiradas na imagem do Cristo Rei, tornaram-se consolidadas. Os cristãos, nessa visão, precisavam lutar para estabelecer o domínio divino, e conseqüentemente da instituição que o representa, sobre todas as coisas. A oportunidade de atuação eficaz adveio de um fator extrarreligioso: a crise global do liberalismo ao final dos anos vinte. Dessa forma, o discurso católico passou a se colocar como uma terceira via entre o temido comunismo e os problemas da democracia burguesa. As duas fontes secularizadas de esperança perderam, naquele momento, boa parte de sua credibilidade social.

Cada vez mais a igreja assumiu a posição de ser o *cimento* que sustentava a sociedade argentina. O processo de *diocesização*, incrementado rapidamente nessas primeiras décadas do século, possibilitou a capilaridade necessária à expansão da “geografia católica” pelo território nacional. Há, entretanto, uma diferença sensível em relação ao catolicismo brasileiro nesse caso, pois a maioria do clero, inclusive o episcopado, era natural do próprio país (p. 94).

O capítulo terceiro demonstra a importância da *Ação Católica* para todo o período que se segue. Sua espiritualidade, de forte aspecto militar e integral, contribuiu efetivamente para incorporar ao seio da igreja católica setores sociais ainda desprezados, a exemplo dos jovens e das camadas empobrecidas. O autor ressalta que a recente ruptura teórico-metodológica, relativizando as dicotomias entre sagrado e profano ou oficial e popular, são importantes para que surjam novos estudos acerca desses sujeitos, geralmente invisibilizados na documentação. Esses estudos deveriam enfocar mais suas lógicas internas, os motivos de adesão e as estratégias simbólicas de legitimação constituídas (p. 109).

O grupo de militantes da Ação Católica partia do pressuposto de que existiria um déficit de catolicidade na configuração social e até entre os membros da igreja. Encampavam, então, a tarefa de *cristianizar* todas as instituições sociais, gerando um novo tipo de patriotismo católico em um contexto de fortes conflitos ideológicos. A comprovação dessa habilidade de produzir um novo consenso nacionalista foi o apoio dado ao vitorioso movimento golpista de 1943, com a posterior incorporação de muitos membros do laicato católico no aparato estatal.

Decorrente desse modelo de inserção social, o foco do autor nos três últimos capítulos da obra parte da análise do mundo do trabalho. A afirmação deste na configuração política e religiosa ocorreu através da mescla de valores religiosos com o insurgente peronismo. Existem afinidades evidentes entre a forma de governo estabelecida por Perón e o catolicismo social moldado pela Ação Católica, mesmo que houvesse grupos discordantes que acusavam as ações ditatoriais do regime. Nesse momento de intensa politização do cristianismo, ou de sacralização do político, Jesus passou a encarnar “el primer justicialista” (p. 137).

Apesar de Perón ser militar de carreira, a militarização do catolicismo, com a conseqüente simbiose entre a igreja romana e as forças armadas, manifestou-se com maior intensidade na ditadura dos anos setenta. Mallimaci faz questão de denunciar o regime instaurado após o golpe de 1976 como um terrorismo de Estado com fundamento cívico-religioso-militar (p. 168). Verdade que o quinto capítulo busca demonstrar um período mais duradouro, que perpassa todos os golpes militares, e este provém do catolicismo de matiz integral propalado pelos militantes católicos. Tal herança nunca fora unívoca, é bom ressaltar, e o movimento antiperonista nutriu-se igualmente do imaginário cristão-militarizado para excomungar e expulsar Perón da Argentina.

O catolicismo integral e o peronismo serão objetos de disputa social no esforço coletivo de construir uma Argentina verdadeiramente católica. Dois movimentos são exemplares desse conflito de tradições. De um lado, está o movimento *Sacerdotes para o Terceiro Mundo*, a experiência de messianismo utópico e popular mais importante do final da década de sessenta. Conforme o autor:

La crítica social y política del Movimiento a la ditadura del momento fue respondida desde lo político, lo social y lo cultural. También hubo otra, teológica, política y religiosa, pronunciada por los sacerdotes católicos que formaban parte de ese gobierno militar. [...] (Pero) En el Movimiento de Sacerdotes para el tercer Mundo se disociaba la memoria católica de la función legitimadora de las relaciones sociales hegemónicas y se las trasladaba a las clases subalternas primero y luego al movimiento político mayoritario en sectores populares (p. 192).

Do lado oposto, partindo da crítica teológica, política e religiosa, nessa ordem, estavam os capelães militares. Esse grupo, em texto divulgado na grande imprensa, denunciava seus companheiros de batina, como é demonstrado pelo autor quando este cita um documento gerado pelo Comando de Operações Navais, assinado pelo capelão Duilio Barbieri. Afirma-se nesse texto que:

[...] hay fundadas razones para creer que entre estos sacerdotes (para el tercer mundo) hay algunos que son activistas comunistas expresamente infiltrados ya desde el seminario, y que con esos sacerdotes estamos en el cero absoluto del espíritu (BARIBIERI, 1970 apud p. 193).

A tensão sócio-religiosa perdurou até a ditadura civil-militar implantada em 1976. A repressão violenta, utilizando inclusive grupos paramilitares, foi legitimada pela Conferência Episcopal Argentina. Mallimaci chega a afirmar peremptoriamente que “[...] los golpes militares nunca recibieron la reprobación del cuerpo episcopal, tanto en Argentina como en el resto de América Latina” (p. 194).

O leitor pode estar curioso para saber como o padre Jorge Bergoglio, atual Papa Francisco, se portou nessa conjuntura. A obra apresenta denúncias de que ele, enquanto superior dos Jesuítas, desprestigiou tanto sacerdotes quanto leigos ligados à Companhia de Jesus durante a perseguição governamental e eclesiástica. Estes eram aqueles que estavam inseridos exatamente nas lutas dos pobres. Ainda como provincial da Universidade do Salvador, vinculada à Companhia inaciana, padre Bergoglio participou da condecoração, concedida em 1977, ao almirante Emílio Massera, conhecido já na época por sequestrar, torturar e “fazer desaparecer” muitos membros do catolicismo (p. 200).

Esse tema do *papa argentino* retorna ao final do livro, quando este trata das reconfigurações recentes no campo religioso argentino. O catolicismo integral ficou fragmentado com o impacto das redefinições democráticas no espaço público, bem como com o crescente pluralismo religioso. Ter um *papa peronista* (cf. p. 239) fortalece a relação simbiótica entre nação e fé católica. Assim, a laicidade permanecerá apenas no nível jurídico, como um mito social vigoroso nesse enviesado processo de reconhecimento da liberdade.

A obra aponta, destarte, para desafios fulcrais da democratização ainda recente na América Latina. Talvez o autor tenha, no intuito de demonstrar sua tese, ressaltado demasiadamente a continuidade da relação instituída entre catolicismo e governo, ou desprezado momentos em que a religião se distanciou do campo político, que é um princípio afirmado teoricamente (p. 149). Todavia, como se buscou indicar nesta resenha, o livro de Mallimaci está preñado de intuições analíticas e metodológicas capazes de revigorar os estudos acerca dos atores religiosos, suas representações sociais, lógicas identitárias, pretensões legitimadoras e, sobretudo, crenças.

Recebido em: 02/12/2015

Aprovado em: 20/03/2016

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A *Revista Anos 90* aceita artigos inéditos de Doutores em História e em áreas afins (desde que os artigos sejam de grande relevância para a área da História) e outros gêneros, como resenhas de livros, entrevistas e discussões historiográficas da atualidade.
2. A *Revista Anos 90* foi publicada em versão impressa (ISSN 0104-236X) entre os anos de 1993 e 2014 e, atualmente, é publicada somente em versão eletrônica (E-ISSN 1983-201X). O envio de artigos para a revista implica a autorização para sua publicação.
3. O material para publicação, redigido em português ou espanhol, deve incluir um resumo em português (ou resumen, em espanhol) de até 15 linhas e uma versão do mesmo em inglês (abstract), bem como uma lista de até cinco palavras-chave com sua versão para o inglês (keywords). O título do artigo também deverá ser vertido para o inglês.
4. Os textos para publicação devem ter entre 21 mil e 45 mil caracteres (aproximadamente 15-25 páginas), parágrafo justificado, espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12. As citações diretas com mais de 3 linhas devem estar em parágrafo separado, justificado, fonte Times New Roman, tamanho 11. As notas devem ser numeradas sequencialmente, no final do texto, em números arábicos, fonte

Times New Roman, tamanho 10. As notas devem ser sucintas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto, conforme o seguinte modelo: (FREITAS, 2002, p. 32). Somente a bibliografia citada deverá ser relacionada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome, conforme a padronização da ABNT. As resenhas não poderão ultrapassar 6 páginas, com as mesmas características dos artigos.

5. Todos os trabalhos serão apreciados pela Comissão Editorial da Revista e, caso estejam nas normas, serão submetidos à avaliação cega por pares, sendo que os autores serão informados se o artigo for aceito, recusado ou aceito com alterações. A Comissão Editorial decidirá sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
6. Para submeter seus originais, os autores deverão acessar o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) da UFRGS no website <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90>. Em caso de dificuldades na operação do sistema, deve contatar o editor, através do endereço eletrônico: [anos90@ufrgs.br](mailto:anos90@ufrgs.br).
7. Os artigos devem ser submetidos sem indicação de autoria. Os dados do autor devem ser colocados como “documento suplementar” e conter o nome do autor, os dados sobre a instituição a qual está vinculado, a titulação acadêmica, o endereço eletrônico e o endereço para correspondência no sistema SEER.

## **ANOS 90**

### **Política Editorial**

A *Anos 90* é um periódico acadêmico avaliado no Qualis/CAPES como A1 para a área de História. São publicados, atualmente, dois números por ano. Todos os artigos recebidos na plataforma SEER são apreciados pela comissão editorial e, após decisão para a avaliação, são encaminhados anonimamente a dois pareceristas especialistas na área do texto. Quando há acordo entre os dois pareceres para a publicação ou para a não publicação, a avaliação é encerrada. Os textos aprovados seguem para agendamento, edição e publicação. Os textos reprovados são arquivados. Quando há divergências entre os dois pareceres, o texto é enviado a um terceiro especialista que tem como responsabilidade decidir pela publicação ou não do artigo. Esse mesmo procedimento acontece com as resenhas e entrevistas.

Prima-se pela publicação de um dossiê temático a cada número, organizado por um membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Além disso, são publicados artigos avulsos e resenhas aprovadas em fluxo contínuo.

Nesta obra foram utilizadas as fontes Garamond,  
Franklin Gothic Book, Arial e Amerika Sans.

**CICOM**

**CENTRO INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO**

**Criação, Projeto Editorial e Revisão:**

Cicom – UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Porto Alegre/RS

(51) 3308 5078

[cicom\\_cria@ufrgs.br](mailto:cicom_cria@ufrgs.br)

[www.ufrgs.br/fabico/nucleos-e-laboratorios/cicom](http://www.ufrgs.br/fabico/nucleos-e-laboratorios/cicom)